



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara - SP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR

SAMUEL LUIS VELÁZQUEZ CASTELLANOS

O LIVRO ESCOLAR NO MARANHÃO IMPÉRIO: produção, circulação e prescrições



ARARAQUARA – SP
2012

SAMUEL LUIS VELÁZQUEZ CASTELLANOS

O LIVRO ESCOLAR NO MARANHÃO IMPÉRIO: produção, circulação e prescrições

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos Históricos, Filosóficos e Antropológicos sobre Escola e Cultura

Orientador: Prof^a. Dr^a. Mirian Jorge Warde.

ARARAQUARA – SP
2012

Castellanos, Samuel Luis Velázquez.

O livro escolar no Maranhão Império: produção, circulação e prescrições / Samuel Luis Velázquez Castellanos. – São Paulo, 2012.

450f. : il.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: Mirian Jorge Warde.

Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Educação Escolar, Universidade Estadual de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho”, 2012.

1. Livros escolares – História – Maranhão - Século XIX. I. Título.

CDU 371.23”19”(181.21)

SAMUEL LUIS VELÁZQUEZ CASTELLANOS

O LIVRO ESCOLAR NO MARANHÃO IMPÉRIO: produção, circulação e prescrições

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos Históricos, Filosóficos e Antropológicos sobre Escola e Cultura

Orientador: Prof^a. Dr^a. Mirian Jorge Warde.

Data da defesa: ____/____/____

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof^a. Dr^a. Mirian Jorge Warde – UNESP – Araraquara

Membro Titular: Maria do Rosário Mortatti – UNESP-Marília

Membro Titular: Claudia Panizzolo – UNIFESP.

Membro Titular: Dirce Charara Monteiro – UNESP – Araraquara

Membro Titular: Maria Rita de Almeida Toledo – UNIFESP

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

A Mirian e Samuel (meus pais)
por tudo.

AGRADECIMENTOS

Realizar uma pesquisa e apresentá-la ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – Campus de Araraquara envolve um contingente de pessoas e instituições sem o qual seria impossível a sua concretização, a quem agradecemos imensamente.

À Prof^a. Dr^a. Mirian Jorge Warde, pela sua orientação segura e apoio constante durante o decorrer de todo o processo; sem a sua colaboração, compreensão e amizade, nos momentos mais difíceis, seria inviável chegarmos a sua finalização;

Às Prof^{as}. Dr^{as}. Maria do Rosário Mortatti e Claudia Panizzolo, pelas relevantes contribuições durante o processo de qualificação, que possibilitaram-me rever teorias, procedimentos e demarcações no objeto de estudo;

À Prof^a. Dr^a. Vera Teresa Valdemarin, pela sua amizade, compreensão e acolhimento na UNESP;

À Prof^a. Dr^a. Rosa Fátima de Souza, pelo apoio e receptividade durante todo o tempo em que fixei residência em Araraquara;

A todos os professores e professores que integram o Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, pelos férteis momentos vivenciados em sala de aula;

A todo o quadro técnico administrativo do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, que, competentemente, indicou-me os caminhos do cotidiano do Curso, em especial a Lidiane e a Rose (Secretária do Curso de Pedagogia);

Aos poucos, mas importantes amigos que conquistei durante o decorrer das disciplinas, em especial, a Teresa Passos da Silva e a Sandra Oliva de Almeida, pelos bons momentos;

Aos Professores do Departamento de Educação I da Universidade Federal do Maranhão;

A toda a equipe de docentes e técnicos do PROFEBPAR da UFMA;

Aos alunos que integram o Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras (NEDHEL), pela localização, coleta e paciência no decorrer de todo o processo de feitura desta tese;

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado, pela incansável busca de documentos no emaranhado de papéis.

Agradecimento muito especial;

Ao Prof. Ms. Jomar Moraes, pelo empréstimo e indicações de inúmeras obras da sua vasta biblioteca;

Às Prof^{as}. Dr^{as}. Regina Faria e Diomar Motta, pelas sugestões de leitura e empréstimo de materiais;

À amiga Diana Rocha de Silva, pela normalização e Amaury D'Ávilla pela diagramação do texto;

À amiga Alvina Pereira e família pelo apoio incondicional.

À CAPES, pela bolsa de estudo durante o período em que estive em Araraquara.

Aos meus amigos Devair, Sheila, Valdirene, Cláudia, Magno, Marília, Emerson e Fabíola pela paciência para comigo.

E a meu amigo de sempre, César Augusto Castro, que com seu exemplo me fez enveredar-me pela História da Educação, e pela sua companhia incondicional, fez-me crescer no plano pessoal e no âmbito profissional. Obrigado César!

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo.

Michel de Certeau, 1994.

RESUMO

Nesta pesquisa procurou-se compreender a representatividade dos livros escolares no Maranhão Império e a sua representação no ensino, tendo como recorte a sua produção e indicações de uso nas instituições escolares públicas e particulares de instrução primária e secundária. Procurou-se desvelar o universo do livro a partir dos jornais e dos seus agentes como os escritores, tipógrafos, redatores e colaboradores, que usaram este veículo para divulgarem suas idéias, criticar seus adversários e/ou se defenderem de diferentes formas de acusações e, para além disso, nos interessou em especial, verificar a importância da imprensa como lugar privilegiado da sociedade maranhense para reivindicar, criticar e oferecer para compra e doação, livros de diversa natureza e, em particular, os que se destinavam ao ensino das primeiras letras e das cadeiras ensinadas no secundário, com relevo ao Liceu Maranhense. Tratou-se de relacionar a produção, a circulação e as indicações de uso dos livros a um leitor escolarizado, mas também se buscou compreender outros lugares de leitura, exterior às escolas, como o gabinete de leitura, as bibliotecas e as conferências populares e pedagógicas. Relacionou-se a produção, a distribuição e as prescrições dos livros a partir das necessidades e interesses prementes para a organização e o funcionamento das escolas, assim como para a uniformização dos saberes onde os livros exerciam particular importância nesse desiderato. Discorreu-se sobre o processo de adoção, aprovação ou rejeição dos livros pelos órgãos de competência do governo como a Congregação do Liceu ou o Conselho da Instrução Pública e os seus atores como os Presidentes da Província, os Inspetores da Instrução Pública, os Delegados Literários e os professores. Verificou-se a procedência, as temáticas e os autores das obras utilizadas pelos escolares no período oitocentista com destaque para os maranhenses que escreveram livros destinados a este público. Portanto, nesta pesquisa referenciam-se os fundamentos teóricos e metodológicos da história cultural e da história do livro escolar, tendo como objetivo central, analisar a produção, a circulação e as prescrições dos livros escolares verificando sua representatividade na instrução do Maranhão Império. Utilizou-se uma diversidade de fontes, sendo os jornais maranhenses a fonte primária e primeira, posto que a partir dos anúncios e artigos, outras foram se fazendo presente como os relatórios de Presidentes de Província, dos Inspetores da Instrução Pública e dos Delegados Literários e as correspondências trocadas entre várias autoridades escolares e o governo. A investigação possibilitou inúmeros resultados, destacando-se entre eles, os jornais como o mais relevante meio de divulgação do cotidiano no cenário da sociedade maranhense do Oitocentos, ao mesmo tempo em que estimulou a qualidade dos impressos produzidos pelas inúmeras tipografias da Província, colocando em relevo os livros que circularam em seu território e de outros espaços brasileiros. Os livros aprovados e adotados nas instituições de ensino oriundos de vários países e de outras províncias brasileiras concorriam com as obras produzidas por autores maranhenses como Sotero dos Reis, César Marques, Antonio Coqueiro, Antonio Marques Rodrigues, dentre outros que tiveram seus livros por longos períodos adotados nas escolas locais. Conclui-se que esta pesquisa trará importantes contribuições para o campo da educação escolar maranhense no que se refere aos livros produzidos, adotados e usados durante o período imperial.

Palavras-chave: Livros Escolares maranhenses. Instrução Pública no Oitocentos. Imprensa e educação. Cultura material escolar.

ABSTRACT

With this research the candidate aimed at analysing the representation of school books in Maranhao Imperio, within the scope of their production and use at public and private primary and secondary schools. The candidate aimed at discovering the world of the book, based on newspapers and related activities as typography, redaction and contributors who use the book to a wide range of purposes. These include publicising their ideas; criticise their opponents and/or defend themselves from different prosecutions. It was interesting to verify the importance of the press as a privileged means of claiming, criticising and offering to sell different types of books e.g. the ones teaching to read and write and topics taught in secondary school. The candidate establishes a link between the production, transmission and use of books to an instructed reader. He also aimed to understand the scope of reading venues outside the school, e.g. the Gabinete Português de Leitura; a Biblioteca Pública Provincial and the private libraries; popular and educational gatherings, amid other social places. The candidate established a link between the production and distribution of school books based on its needs and underlying organisational and functional interests aimed at knowledge standardization. This research also covers the adoption, approval, replacement and veto of school books by Governmental bodies, e.g. Congregação do Liceu or Conselho da Instrução Pública and their stakeholders, particularly the Presidentes da Província, Inspectores da Instrução Pública, Delegados Literários and the teachers. The candidate verified the origin, the themes and the authors of the books used by the scholars in the 1800, notably the maranhenses who wrote books targeting that public. As a result reference is made to theoretical and methodological grounds of cultural and school book History. The purpose was to analyse the production, transmission and use of school books, so that their representation in Maranhão Império could be analysed. The candidate used a wide range of sources, chief among them, maranhense newspapers as their articles and announcements worked as the starting point for other sources e.g. Presidentes de Província, Inspectores da Instrução Pública and Delegados Literários reports, as well as correspondence between school authorities and the government. The research made possible countless results, chief among them the fact that newspapers in maranhense society 1800 environment: were the most important daily news spreading means in the province; encouraged the quality of the prints of several typographies thus contributing to the importance of school books in its territory and Brazil in general. The books approved and adopted by the school institutions came from different countries and other Brazilian provinces. These competed in the book market and school venues with pieces by maranhense authors e.g. Sotero dos Reis, César Marques, Antonio Coqueiro, Antonio Marques Rodrigues, among others, whose books were used in local schools. The candidate concludes that this research provides an important contribution to Maranhão Education History with respect to school books conceived, produced, adopted and used in school venues in the imperial period. It also contributes to the Book History and Maranhão Reading History.

Key-words: Maranhense school books. Public instruction in 1800. Press and education.
Material school culture.

RÉSUMÉ

Dans cette recherche, nous avons cherché à comprendre la représentativité des livres scolaires au Maranhão Empire, en se basant sur la production et utilisation dans les écoles publiques et privées d'enseignement primaire et secondaire. Nous avons essayé de révéler l'univers du livre, à partir des journaux et de leurs agents comme des imprimantes, des éditeurs et des collaborateurs, qui ont utilisé ce véhicule pour répandre leurs idées, critiquer leurs adversaires et / ou se défendre contre les différentes formes d'accusations. De plus, nous a intéressé en particulier de vérifier l'importance de la presse comme un lieu privilégié de la société de Maranhão, pour revendiquer, critiquer et offrir pour l'achat des livres de toutes sortes et, en particulier, ceux qui visaient à enseigner les premières lettres et les matières du secondaire, en spécial au Lycée du Maranhão. On a établi un lien entre la production, la circulation et l'utilisation de livres et un lecteur scolarisé, mais aussi on a cherché à comprendre d'autres lieux de lecture, en dehors des écoles, comme le Gabinete Português de Leitura, la Bibliothèque Publique Provinciale et des bibliothèques privées, des conférences en tant qu'espaces populaires et éducatives de socialisation. On a fait une relation entre la production, la distribution et l'utilisation des livres scolaires, à partir des besoins et des intérêts pressants pour l'organisation et le fonctionnement des écoles et pour la standardisation des savoirs, et ces travaux ont exercé une importance particulière dans ce but. On a aussi prononcé sur le processus d'adoption, d'approbation, de veto et remplacement des manuels scolaires par les instances compétentes du gouvernement, telles que la Congrégation du Lycée ou le Conseil de l'Instruction publique et ses acteurs, telles que les Présidents de la Province, les Inspecteurs de l'Instruction publique, les Délégués Littéraires et les enseignants. On a étudié l'origine, les thèmes et les auteurs des œuvres utilisées par les étudiants au cours du XIXe siècle, en particulier du Maranhão, qui ont écrit des livres pour ce public. Par conséquent, dans cette recherche, les fondements théoriques et méthodologiques de l'histoire culturelle et l'histoire du livre scolaire sont mentionnés, ayant pour objectif principal d'analyser la production, la circulation et l'utilisation des manuels scolaires, vérifiant leur représentativité dans l'enseignement de Maranhão Empire. Nous avons utilisé une variété de documents, les journaux de Maranhão étant la principale et première source, car à partir de leurs annonces et articles, d'autres étaient présents, comme les rapports des Présidents de la Province, les Inspecteurs de l'Instruction Publique et les Délégués Littéraires, ainsi que la correspondance et les lettres échangées entre les diverses autorités scolaires et le gouvernement. La recherche a fourni de nombreuses résultats, parmi lesquelles les journaux étaient les moyens les plus importants de diffusion de la vie quotidienne de la Province dans le cadre la société du Maranhão de la dix-neuvième siècle, au même temps que la qualité des matériaux imprimés produits par de nombreuses imprimantes a été stimulée, ce qui a mis en relief les livres scolaires en circulation sur son territoire et d'autres au Brésil. Les livres approuvés et adoptés dans les établissements scolaires de différents pays et d'autres provinces brésiliennes ont participé dans le marché des livre et des espaces d'enseignement, avec les œuvres produites par des auteurs de Maranhão, tels que Sotero dos Reis, Cesar Marques, Antonio Coqueiro, Antonio Marques Rodrigues, parmi d'autres, dont les œuvres ont été utilisés pendant de longues périodes dans les écoles locales, apportant avec elles, des différentes éditions. Il est conclu que cette recherche apportera des contributions importantes au domaine de l'Histoire de l'Éducation au Maranhão, en ce qui concerne les manuels scolaires conçus, produits, adoptés et utilisés pendant la période impériale dans les espaces de l'enseignement, de la même manière qu'elle fournira de nouvelles contributions pour Histoire du Livre et de l'Histoire de la Lecture au Maranhão.

Mots-clés: Livres scolaires du Maranhão. Instruction publique au XIX siècle. Presse et éducation. Culture matérielle scolaire.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Anais Histórico do Estado do Maranhão	68
FIGURA 2 - Elementos de Trigonometria de Bezout.....	82
FIGURA 3 - Catecismo de Montpellier	82
FIGURA 4 - Belarmino de Matos	131
FIGURA 5 - Sotero e Maria Firmina dos Reis.	151
FIGURA 6 - Prédio da Sociedade Onze de Agosto	168
FIGURA 7 - Estatutos provisórios do Gabinete Português de Leitura	174
FIGURA 8 - Manual Enciclopédico de Monteverde	212
FIGURA 9 - Capa e Ilustrações do livro Arte de aprender a ler.....	222
FIGURA 10 - Gramática Portuguesa de Sotero dos Reis.....	231
FIGURA 11 - Anúncio de aprovação e adoção de livro de leitura.....	265
FIGURA 12 - O Método Hudson no Maranhão	268
FIGURA 13 - Doações de Livros Escolares de vários autores por Abílio César Borges (o Barão de Macaúbas)	277
FIGURA 14 - Imagens do Livro do Povo	299
FIGURA 15 - Livros de autores maranhenses.....	307
FIGURA 16 - Imagens do livro "Aos meus meninos"	326

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Número de livros divulgados nos Jornais maranhenses (1821-1892).....	147
TABELA 2	Assuntos tratados nos livros anunciados nos Jornais (1821-1889).....	156

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Mapeamento das tipografias maranhenses (1821-1878)	135
QUADRO 2	Livros escolares que circularam no Maranhão Império divulgados pelos jornais (1821-1889).....	164
QUADRO 3	Extrato da matrícula da Escola Normal.	225
QUADRO 4	Frequência dos alunos nas aulas particulares no ano de 1842.....	242
QUADRO 5	Livros escolares de autores maranhenses.	253
QUADRO 6	Livros aprovados e adotados oriundos de várias localidades	280
QUADRO 7	Obras adotadas na Instrução e obtidas para análise nesta tese	293

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 O início de um trajeto	16
2 A definição de um objeto.....	18
3 Uma hipótese e um lugar específico.....	23
4 Os objetivos da investigação	25
5 Procedimentos metodológicos	37
6 A imprensa como fonte de pesquisa	40
7 O uso e o tratamento das fontes.....	46
8 A organização do trabalho.....	53
 CAPÍTULO 1- A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DO LIVRO NO OITOCENTOS...57	
1.1 A imprensa no Maranhão Império: percursos e desvios.....	64
1.2 Pelejas entre jornais e jornalistas	72
1.3 A divulgação do livro por meio do jornal e seus diferentes contornos.....	78
1.4 Referências ao leitor e à leitura nos jornais.....	91
1.5 A presença do leitor ideal: os intelectuais	103
1.6 A lei de imprensa e a censura: o que se podia ler?.....	107
1.7 O trajeto dos livros e seu comércio	109
1.8 Distribuição dos jornais: <i>lugares de venda</i>	122
 CAPÍTULO 2 - A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO DO LIVRO ESCOLAR E NÃO-ESCOLAR NOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	125
2.1 Os primeiros livros impressos nas tipografias maranhenses	127
2.2 A situação política dos tipógrafos	129
2.3 A disputa entre tipógrafos e tipografias: a qualidade nos impressos.....	131
2.4 A impressão de livros maranhenses.....	137
2.5 Um inventário de livros em circulação através dos jornais.....	147
2.6 Autores maranhenses: entre livros e romances	148
2.7 Lugares de comercialização dos livros	154
2.8 Os livros escolares: produção e acesso	160
2.9 O livro escolar nos espaços de sociabilidade.....	169
2.10 Os livros e o Gabinete Português de Leitura	173
2.11 A Biblioteca Pública entre livros, leituras e leitores	179

2.12 O livro nas conferências e nas exposições	191
CAPÍTULO 3 - OS LIVROS E A INSTRUÇÃO NO MARANHÃO IMPÉRIO	200
3.1 Os livros adotados e os métodos aplicados na instrução maranhense	211
3.2 Os livros escolares entre leis e regulamentos	226
3.3 Os livros escolares no interior das instituições de ensino	251
3.4 Os livros escolares de autores maranhenses	292
3.5 Uma análise dos livros escolares de autores maranhenses	304
CONCLUSÃO	331
REFERÊNCIAS	338
APÊNDICES	363
Apêndice A – Jornais publicados no Maranhão no século XIX	364
Apêndice B – Lista de assinantes do Conciliador do Maranhão 1822 / mês de nov. do jornal	366
Apêndice C – Quadro de Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império: 1835 – 1889	369
Apêndice D – Mapeamento dos lugares de venda de livros por meio dos jornais	372
Apêndice E – Catálogo dos livros existentes na Biblioteca Pública Provincial elaborado pelo bilbiotecario Manoel Perereira da Cunha, em fevereiro de 1835...	376
Apêndice F – Catálogo dos livros existentes na Biblioteca Pública Provincial elaborado pelo bilbiotecario Trajano Candido dos Reis, em junho de 1835.....	391
Apêndice G – Catálogo dos livros existentes na Biblioteca Pública Provincial elaborado pelo bilbiotecario Antonio José Quim, em dezembro de 1855.....	406
Apêndice H – Mapeamento da circulação das obras através dos jornais	420
ANEXOS	443
Anexo A – Livros adotados nas aulas de instrução primária e nas aulas do Liceu maranhense na Província do Maranhão.....	444
Anexo B – Livros importados para a província e registrados pela Alfândega	448
Anexo C – Total dos alunos de Instrução Primária em todas as províncias, menos a de Mato Grosso (BARROSO, 1867, p. 35).....	448

INTRODUÇÃO



GUERRA CONTRA O GOVERNO
DO PARAGUAY.

421

NA LIVRARIA, PAPELARIA

E

OFFICINA DE ENCADERNADOR

DE

CARLOS SEIDL,

Na rua de Nazareth n. 36.

Ha constantemente um grande e variado sortimento de obras litterarias, scientificas, de instrucção primaria e secundaria nas linguas Portugueza, Franceza, Inglesza, Allemã, e Latina &c.

INSTRUMENTOS DE MUSICA DE SOPRO E CORDAS.

Objectos para desenho, escriptorio e artes.

PAPEL DE TODAS AS QUALIDADES

LAPIS, CANIVETES, PENAS, CANETAS, LOUSAS, TINTEIROS, PASTAS

LIVROS EM BRANCO

Fabricados em França e na Alemanha ou nesta officina sob as vistas de um habil

ENCADERNADOR ALEMÃO,

Pelo que as encadernações que sahem d'esta officina, tanto de livros em branco como impressos, em nada ficão atraz ás vindas do estrangeiro.

TEM-SE ASSIGNATURA PARA A

SEMANA ILLUSTRADA.

JORNAL DAS FAMILIAS.

E outros periodicos nacionaes e estrangeiros,
politicos, litterarios, scientificos &c &c.

1 O início de um trajeto

A leitura, o livro e o leitor têm se constituído áreas de interesse no meu caminhar como indivíduo, professor e pesquisador. Estudos que têm sido contemplados na graduação, no mestrado, no doutorado, na minha prática pedagógica, nas investigações das quais tenho participado como ator principal ou coadjuvante e na minha própria formação leitora. Preocupações que se se têm manifestado continuamente no cuidado de estimular o ato de ler na sala de aula, visando à formação de novos leitores numa vigilância contínua de promover a qualidade da leitura mediada por estratégias inovantes, metodologias várias e métodos práticos que facilitem a decifração, a interpretação e a compreensão do lido; também têm me direcionado a analisar e tentar compreender as múltiplas possibilidades inerentes às práticas leitoras, e as diferentes formas dos sujeitos leitores, fazerem suas, as semânticas transitadas, reconhecidas e entendidas no convívio com os livros, na inter-relação com os textos impressos e na dinâmica estabelecida entre o autor, o escrito e o leitor nos ambientes de leitura. Paralelamente, essas inquietações, me induziram a tentar flagrar, nos estudos realizados no Núcleo de Estudo e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras – NEDHEL¹, do qual faço parte, de que forma as diversas representações sobre a leitura, o livro, o texto, o autor e o leitor têm se corporificado no mental individual e coletivo de sujeitos alfabetizados ou não-alfabetizados, de letrados ou não-letrados, de leitores escolarizados ou não, e de sujeitos aliterados frente ao escrito².

Interessado em compreender as dificuldades que encontrei nas minhas práticas pedagógicas, como professor universitário³, com respeito à leitura, à interpretação, à produção textual e aos problemas de aliteratura, detectados em docentes em formação continuada, fui levado a enveredar pelas temáticas do livro, da leitura e do leitor, que se em princípio, não me entusiasmavam por tratar de especificidades alheias a meu campo inicial de formação e atuação⁴, por outro lado, a necessidade de integrar-me numa linha de pesquisa para realizar o mestrado, levou-me a transitar por bibliografias e documentos que, de alguma forma, contemplavam essas áreas do conhecimento com as quais fui me identificando, e a conhecer e

¹O NEDHEL foi criado em 2005 e objetiva desenvolver estudos, pesquisas e produzir inventários sobre História da Educação, História do Livro e da leitura no âmbito do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

²Indivíduos alfabetizados, mas desinteressados pela leitura, leitores capazes que preferem não ler, constituindo-se o problema da aliteratura um fenômeno atual, tão difícil de resolver, quanto o analfabetismo (CRAMER; CASTLE, 2001).

³Universidade Estadual do Maranhão – UEMA / (2000 - 2005).

⁴Licenciado em Música pelo Instituto Superior de Artes – ISA, e em Filosofia pela Universidade da Havana - Cuba.

interessar-me por autores e teóricos que me auxiliaram a entender problemáticas que anteriormente não tinham para mim muita relevância; mas, por ironia do destino, constituem atualmente minha razão de ser pesquisador.

*Práticas leitoras no Maranhão na Primeira República: entre apropriações e representações*⁵, constituiu-se uma pesquisa que, embora pertença ao passado-presente, continua sendo o ápice de minhas inquietações investigativas. Esse estudo, ao ter sido sustentado no plano conceitual e metodológico pela história cultural e pela história oral, e no plano mais operacional da própria pesquisa *in loco*, pelo ciclo de entrevistas como instrumento prático na tomada de informações, e pela memória como instrumento de análise conceitual, trouxe consigo à tona múltiplos elementos implícitos e explícitos na formação leitora das professoras entrevistadas, referentes ao período em questão, como também a períodos anteriores a minha dissertação. Fatos, reminiscências, histórias e memórias que, se não pertenciam na sua totalidade diretamente ao objeto de estudo em investigação, por limitar-se à realidade maranhense no período de 1889 até 1930 (a Primeira República), constituíram-se em grandes contributos e variadas pistas não desveladas que me estimularam gradativamente o interesse pelo século XIX, uma vez que as docentes se referiram na suas falas intermitentemente a outros sujeitos (familiares ou não) de épocas anteriores.

Esses personagens presentes nas histórias individuais, a sua participação dos mesmos de forma indireta ou não na formação leitora das docentes, e os múltiplos detalhes referentes ao convívio com os livros, com os textos, ao ato da leitura e da escrita comentados e descritos no decorrer das entrevistas, possibilitaram-me, por meio de suas memórias, o interesse pelo que seriam o livro e a leitura no Maranhão Império, e investigar de que forma estes aspectos poderiam ter influenciado no cenário escolar. “Memórias que, [...] mudando de cor e de forma de acordo com o que emerge no momento, [...] são progressivamente alteradas de geração em geração. Elas portam as marcas da experiência, por maiores mediações que elas tenham sofrido” (ANTONACCI, 1998, p. 9).

Se a transição de um século a outro (do XIX ao XX), em ambas as direções no processo interlocutório, transmutou-se continuamente na própria construção histórica do trabalho investigativo, no qual os discursos das docentes faziam referências constantes aos personagens que atuaram no cenário individual e coletivo das suas práticas leitoras em formação (quando crianças) e aos sujeitos influenciados pelo seu agir pedagógico como professoras leitoras e como formadoras de leitores (os seus alunos); também estes interditos

⁵Dissertação defendida em 2007, no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

referendaram os lugares escolares e não-escolares em que as ditas práticas se materializavam, ora naturalmente entre brincadeiras e entretenimentos, ora como estratégias impositivas de modelos educacionais institucionalizados ou não, mas nem por isso, menos controladores e menos disciplinarizantes, seja na formação leitora de seus avôs e pais no convívio com os livros, seja nas próprias práticas de leitura das professoras entrevistadas, como leitoras e como formadoras de leitores. Nesse trabalho dissertativo, os termos leitura, livro e leitor, tomaram-me por inteiro e levaram-me a temporalidades insuspeitas e a espacialidades nunca antes visitadas, enredando-me em discursos expostos pelas docentes, aparentemente ingênuos e sem nexos, e perdendo-me nos registros da escrita semiapagada e amarelada nos documentos que, embora estivessem desfacelados e às vezes ilegíveis, pela ação do tempo, a tentativa de objetivar um entendimento sobre as práticas leitoras de sujeitos leitores em diferentes situações de leitura mediados por suportes culturais vários, fez-me resgatá-los, analisá-los, interpretá-los e compreendê-los.

2 A definição de um objeto

O caminhar esparso por terrenos não próprios, mas ao mesmo tempo já familiares pelas constantes dúvidas e inquietações latentes em estudos anteriores, e o fato de ter encontrado de forma não intencional e planejada, no manuseio documental das fontes no Arquivo Público e na Biblioteca Pública Benedito Leite, elementos isolados que me esclareciam timidamente a representatividade que o livro e a leitura tiveram no Oitocentos, e suas diferentes formas de expressão e compreensão registradas nos jornais da época, embora a escassez de documentos e informações mais amplas referente a estas temáticas em início tenha me feito temerário na decisão de continuar ou não nesta empreitada, foram condicionantes instigadoras no fazer histórico que me oportunizaram enveredar-me por compreender ***O livro escolar no Maranhão Império: produção, circulação e prescrições***, constituindo-se este trabalho investigativo, o que justifica meu doutoramento. A problemática desta pesquisa fundamenta-se na tentativa de analisar e entender:

- Em que medida a produção e a circulação do livro escolar, veiculada nos jornais, contribuiu na instrução maranhense oitocentista, e até que ponto a natureza dessas obras e os espaços de sua circulação influenciaram no processo de ensino?
- Como se deu a aprovação, adoção ou rejeição dos livros escolares no Maranhão Império pelo Governo, quem foram seus autores/produtores, que temáticas abordaram, e que finalidades tiveram ao escreverem manuais escolares?

Este estudo possibilitará preencher algumas zonas obscuras pela ausência de trabalhos investigativos referentes à produção e à circulação do livro escolar em geral, e do livro escolar maranhense em específico, pela inexistência de pesquisas que abordem a inserção dessas obras e as suas prescrições na instrução na Província do Maranhão no período imperial, e trazer a tona fatos poucos retratados na história da educação maranhense no Oitocentos, ainda em processo de constituição e sistematização, tendo como referente a plêiade de humanistas, que constituiria o Grupo Maranhense da Literatura Nacional (a primeira geração de literatos) responsável pelo mito emblemático de Atenas Brasileira, considerada “epíteto catalisador e consagrador da singularidade maranhense e, doravante objeto de reverência e de referência pelas gerações posteriores (MARTINS, 2006, p. 89).

Para que este trabalho investigativo seja delimitado e devidamente definido, os pressupostos que o explicam e as bases empíricas de sua elaboração, devem ser sustentados especificamente na sua própria indefinição, ou seja, por não apresentar esta investigação um estatuto epistemológico próprio nas concepções aqui partilhadas e ao ser obrigado a sustentar meus posicionamentos auxiliando-me em outras áreas do conhecimento para serem válidos, sou intimado no plano da epistême e da arquitetura metodológica a articular a matriz disciplinar do fazer história, num processo contínuo de costurar, colar e configurar no tapete de uma história tecelã e em diferentes direções e ângulos, minhas reflexões sobre o histórico do livro escolar no Maranhão (GINZBURG, 1989c).

Estas reflexões particulares, ao contrapô-las e sobrepô-las num amplo articular com opiniões e posicionamentos não-distantes da minha área de atuação, mas diferenciadas como objeto de investigação, têm rendido uma história colorida de intenções individuais e coletivas, com múltiplos matizes sobre os livros escolares maranhenses, ao abarcar as possibilidades várias de sua produção, consumo e divulgação, discernidas a partir da garimpagem das fontes. A circulação dessas obras dependentes dos autores/editores/tipógrafos e da influência que exerceram esses agentes no mercado do livro e nos espaços escolares mediados pelos lugares estratégicos de atuação e ação, assim como os procedimentos legais de indicação ou exprobração dos livros escolares concebidos e assumidos pelos órgãos competentes, enquanto a sua aceitação e prescrições nos espaços de ensino me permitem discernir sobre o significado que teria o livro escolar e a leitura no Maranhão oitocentista.

Dito de outra forma, quando penso que este estudo, ainda que não se refira a uma história da escrita, da leitura, da imprensa, do livro em sentido geral, nem do livro escolar especificamente, embora não seja uma história da tipografia, da biblioteca, da censura, nem da

educação em toda sua amplitude, ao mesmo tempo em que se excluem estes fazeres históricos em suas particularidades; sem o auxílio deles se faz totalmente impossível operacionalizar esta investigação. Para concretizar esta explanação sobre a produção, a circulação, as prescrições e o uso do livro escolar no ensino maranhense, na procura de entender os trâmites legais a que foi submetido este artefato cultural para ser aceito no ensino, e na tentativa de compreender o lugar que o livro escolar maranhense jogou nesta concorrência de suportes avaliados, como também verificar sua influência ou não na instrução maranhense, analisada pelo nível de expressão na imprensa periódica do século XIX em primeira instância, contrastando e cruzando essas informações com outras fontes em análise, necessitei obrigatoriamente transitar pelos limites de fronteiras estabelecidas entre essas tipologias da história, que se em princípio, desde um viés solitário e particularizante como disciplinas definidas, não me definem; a somatória de todas estas histórias num *vir-a-ser* articulador com minhas noções, convicções, e deduções sobre a temática em foco, me possibilitou a tecer o arcabouço conceitual que substancializa este fazer tácito na topografia do histórico, ao revelar um fazer específico do livro escolar maranhense, ao expressar um sentir singular dos seus agentes e ao discutir um saber local defendido e difundido no Maranhão oitocentista, por meio da concepção, fabrico, divulgação e consumo das obras destinadas à instrução, isto é, “[...] formas de saber [que] são inevitavelmente locais, inseparáveis de seus instrumentos e de seus invólucros” (GEERTZ, 2009, p. 11).

Ginzburg (1989c), ao referir-se alegoricamente ao método indiciário utilizado nas suas indagações, valendo-se dos termos-chaves que toma de empréstimo de outros campos do saber e ao propor uma história tecelã na configuração do fazer histórico, sustentado na apreensão de sinais intencionalmente rebuscados, alude às vantagens de uma nova ótica do especialista na investigação, quando tenta olhá-la a partir dos inúmeros fios que a compõem e de como este enredo de linhas entrecortadas e coloridas, tecidas e configuradas em diferentes formatos, podem simbolizar qualquer figuração no tapete tecelão metaforicamente concebido como um mapa essencial para a investigativa histórica. Esses delineamentos, ao mesmo tempo em que podem ser decifrados e traduzidos em várias direções e em vários ângulos (vertical, horizontal ou diagonal), produzem também um campo de possibilidades inesgotáveis, sem necessariamente abandonar a ideia de totalidade, ainda que as “pretensas máximas” dos sistemas abrangentes de explicações gerais se mostrem cada vez mais como “veleidades”. Para Ginzburg (1989b), “o tapete é o paradigma que chamamos a cada vez, conforme os contextos, de venatório, divinatório, indiciário ou semiótico [...] adjetivos não-

sinônimos, que não entanto remetem a um modelo epistemológico comum, articulado em disciplinas diferentes [...]” (GINZBURG, 1989b, p. 170).

Sendo assim, ao referir-me neste trabalho à produção e à circulação do livro escolar (seja estrangeiro, nacional ou local), como também a seu acesso e às indicações de uso na instrução, devo insistir em que existem diferentes formas de abordagens para seu estudo⁶. Neste caso, para entender a influência dos livros no cenário maranhense do século XIX, e do livro escolar nos espaços de ensino, parti das informações encontradas na imprensa, que referenciavam os livros no sentido geral do termo, induzindo-me a própria fonte a focalizar a investigação sobre o livro escolar, produto das constantes remitências que se faziam a ele, mediadas por notícias, comentários, anúncios de venda e a cooptação de subscritores entre outras estratégias adotadas para garantir sua produção, divulgação e consumo, presentes no mapeamento da documentação.

Conceber o livro como um suporte cultural da escrita em toda a sua extensão, ao considerar todo o devir do Homo Sapiens, independentemente da variabilidade de formatos (desde os mais antigos até o códex), e visar às suas funcionalidades por meio da sua presença e utilização nas diferentes sociedades e culturas, permite-me analisar, a partir de sua representatividade na imprensa periódica maranhense do século XIX, múltiplos indícios que podem revelar sua não-ausência e sua circulação no cenário pedagógico e não-pedagógico. O número de obras (mais e/ou menos lidas) no período proposto, inscritas, citadas, discutidas e anunciadas em temáticas afins, o quantitativo de anúncios ou chamados vendáveis, poderia em princípio, denunciar, dependendo do teor reflexivo do noticiário impresso, sobre que bases do conhecimento⁷ os leitores e não-leitores (interessados pelo ato do ler) transitavam no meio dessa produção e circulação, derivada das ações coercitivas que consideravam como proibitivas certas práticas leitoras e como contravenções certas obras lidas.

O discernimento sobre as influências teóricas em que se sustentava a intelectualidade vigente, considerando que “um texto é transformado em mercadoria e em sintoma do sistema que o transporta e vende” (CERTEAU, 1995, p. 88), assim como a identificação das obras censuradas, os motivos de sua proibição e o tempo de sua punição, podem esclarecer sobre as diversas mudanças a que foram submetidos os textos subversivos ou não, dependentes de sua produção, circulação e distribuição, permitindo compreender como a transformação do consumo dos livros pode ter variado, da escrita singular do autor

⁶ Ver Chartier, 1994; Chartier e Hébrard (1995), Lajolo e Zilberman (1996); Escolano Benito (1997); Mortatti (2000a; 200b; 2011); Choppin (2000; 2002; 2004); Lopes e Galvão (2001); Peres e Tambara (2003); Bittencourt (2004; 2008); Panizzolo (2006); Frade e Maciel (2006); Corrêa (2006); Soares (2009), entre outros.

⁷ Míticas, religiosas, filosóficas, políticas, científicas e literárias.

para leitores diversos ou não-leitores (afinados com a leitura) em temporalidades ímpares, como também pode esclarecer as mudanças do entendimento particular de um texto (seu intérprete/censor) para os receptores múltiplos em espacialidades diversas.

Nesta mesma linha de raciocínio, posso inferir sobre as diferentes possibilidades de entrada de livros e jornais estrangeiros (por vias permissivas ou não) num país que, até a vinda da corte joanina, desconhecia na prática a imprensa como lugar de produção das ideias e da materialização das obras, assim como também analisar os escritos que comparam a realidade brasileira oitocentista com outros lugares em que a tipografia e a impressão do livro ocupavam um lugar de destaque na formação civilizadora e moralizante do indivíduo, em virtude do desenvolvimento e do progresso (SODRÉ, 1983). Avaliar as maneiras reinventadas e o nível de circulação, divulgação e acessibilidade das obras, a partir dos anúncios colocados nos jornais, tendo em conta, os lugares de venda, o surgimento de livrarias e estabelecimentos com essas finalidades, a instituição de alguns espaços de sociabilidade e de guarda desse produto cultural, a distribuição e as indicações de uso dos livros escolares ou não-escolares nos ambientes de ensino, faz-se necessário no decorrer desta análise sobre o livro em sentido geral, e sobre o livro escolar de maneira específica, para compreender o aumento das tipografias na cidade e suas particularidades, o surgimento de autores de livros (de diferentes clivagens sociais e profissões) concebidos, produzidos e direcionados para o ensino, e o posicionamento que ocupou o fazer tipográfico maranhense no território nacional, não existindo dúvidas de que “nesse tempo São Luís [fora] o centro editorial mais ativo do Norte do Brasil” (MORAES, 2006, p. 178).

A referência à leitura neste apanágio de eloquências, como outro aspecto a se ter em conta quando falo do livro escolar, já que o livro, sem leitura e sem leitor, perde a essência de sua existência como objeto cultural e instrutivo, permitiu-me analisar a variação com que essa temática é tratada na imprensa, o teor empregado nos assuntos referentes a sua importância na formação cívica e moral dos maranhenses e o papel que exerceu na instrução, independentemente dos objetivos primeiros propostos pelos jornais sustentados na formação de opinião e não no nível de informação e cultura. Esses aspectos, implícitos nos registros da imprensa, autorizam-me também a inferir, de início, sobre as perspectivas, concepções e posições dos escritores que a ela se referiam, sentindo-me inclinado a questionar de que forma estas reflexões e discussões acerca do livro e da leitura poderiam ter influenciado ou não no campo instrucional e educacional maranhense, uma vez que os livros escolares começaram a se diferenciar dos livros de leituras utilizados no ensino de primeiras letras a partir da década de 1860. Aspectos condicionantes e constitutivos que serão tratados, refletidos e organizados

num pensar mais apurado no decorrer deste trabalho histórico, no qual “[...] o especialista [o historiador], não é o sujeito da operação histórica do qual é seu técnico. [Ele] não faz a história, pode apenas fazer história” (CERTEAU, 2006, p. 19).

Por outro lado, se a história é mediatizada pela técnica, e se cada sociedade se pensa historicamente com os instrumentos que lhe são próprios (CERTEAU, 2006), então, o tratamento dado à subjetividade humana, neste caso, pela intencionalidade, tipologia e remissiva contida nos escritos dos jornais que abordaram o circuito do livro e o lugar da leitura no processo de produção, divulgação, venda e consumo, ao tentar flagrar estes aspectos como produto da cultura, torna-se difícil, mas não impossível, identificar nas fontes em análise, a presença de diferentes leitores e a não-ausência de contrastantes leituras, sendo perigoso a não compreensão dos vários sentidos e significados expressos no jornal por homens distintos e situados em temporalidades e espaços diversos, sendo “arriscado projetar culturas sobre culturas quando há contemporaneidade entre elas, [e muito] mais perigoso [...] a projeção de ‘nossas’ categorias sobre culturas remotas” (FREITAS, 1999, p. 19).

3 Uma hipótese e um lugar específico

Neste decurso investigativo, acredito como hipótese de trabalho que, embora se registrem, a partir da garimpagem das fontes, uma ampla circulação de livros escolares não-pátrios e nacionais no Maranhão Império; os livros escolares produzidos por intelectuais locais tiveram uma grande representatividade nos espaços de instrução pública e particular. Isto é, mesmo que nos jornais que circularam no período abordado, nos relatórios dos Presidentes de Província e dos Inspetores da Instrução Pública, e no fluxo de correspondências estabelecido entre professores, delegados literários, Inspetores, e Presidentes existam evidências de um grande número de livros escolares e não escolares utilizados no ensino de procedência não-brasileira e nacional; também os livros de autores maranhenses concebidos, produzidos, divulgados e postos em circulação, concorreram com essa outra produção e foram utilizados na instrução e nos espaços de sociabilidade no cenário maranhense do século XIX, podendo ser demonstrado no decorrer deste trabalho histórico, por meio das fontes primárias anteriormente citadas, de documentos históricos de outra natureza que fazem referência ao Maranhão oitocentista, como também de algumas obras de autores maranhenses escolares e não-escolares que me auxiliaram a entender o que seria o livro escolar nos dois reinados do Oitocentos e a compreender a rede estabelecida para sua produção, divulgação, comercialização e uso.

Portanto, nesse caso, para tratar da subjetividade dos autores de livros, dos escritores de textos e dos jornalistas, por meio do sentido expresso na materialidade do escrito-lido, isto é, na “configuração textual” do registro (MORTATTI, 2000), e para tentar compreender a imagem feita do sujeito-leitor e das suas particularidades através da intencionalidade intrínseca nas notícias interrogadas, faz-se impreterivelmente necessário, que o historiador, no momento do fazer histórico, “[...] se aproxime mais do borbulhar das fontes, mergulhe no microscópio e o vire de cabeça para baixo para torná-lo um telescópio, olhando-as a partir de dentro” (GINZBURG, 1989b, p. 10) e tratando de sentir e experimentar aquilo, que os indivíduos concebidos nos escritos da imprensa, dos livros ou de qualquer artefato cultural, sentiram, experimentaram e configuraram nas suas práticas leitoras ao enfrentar a anatomia do texto, lido num contexto qualquer e, num tempo não específico, cabendo ao interprete “[...] estudar o funcionamento [do] sistema de espelhamento [que reflete a realidade no jornal] que discursivamente confere sentido às coisas, às ações, às palavras ditas e não ditas” (VIEIRA, 2007, p. 16).

A história cultural auxilia-me no reconhecimento e entendimento dos apontamentos implícitos ou explícitos nos jornais que abordam os livros escolares e os não-escolares, aprovados e indicados no ensino, ajuda-me não só a questionar os relatórios utilizados pelos agentes governamentais maranhenses e a compará-los com o conteúdo das correspondências direcionadas entre os diferentes atores inseridos no âmbito do impresso, no circuito do livro e no plano da instrução⁸; como também me subsidia no alargamento da fonte, na tentativa de flagrar o contexto em que foi escrito o texto nos documentos, a posição ocupada pelo seu remetente e pelo destinatário no momento da sua elaboração e recepção, assim como os cruzamentos de opiniões, os posicionamentos contrapostos e os constrangimentos impostos, seja pelas instâncias de poder, que controlavam o cumprimento das regras exigidas na produção, divulgação, venda e consumo das obras, seja pelas estratégias reguladas no processo de aprovação, adoção, substituição ou veto do livro escolar.

Em sendo assim, para compreender os procedimentos em que foram inseridas as obras dedicadas ao ensino e as prescrições propostas para estes artefatos culturais na instrução maranhense do período imperial, só pode ser operacionalizada pela junção de três elementos indissociáveis: 1) a história dos objetos na sua materialidade explicitada na sua arqueologia, quando se procura apanhar nos livros escolares (forma, frequência, dispositivo e estrutura),

⁸ Autores, editores, tipógrafos, livreiros ou comerciantes, intelectuais, políticos, professores, delegados literários, inspetores da instrução pública e presidentes de províncias, assim como os órgãos instituídos para a aprovação adoção e consumo dos livros escolares, isto é, a Congregação do Liceu e o Conselho da Instrução Pública.

seja pelas temáticas identificadas na imprensa, seja pelo exame das próprias obras localizadas, que impossibilita a separação dos textos das formas impressas que o fazem circular ou que o dão a ler nos ambientes de ensino, nos espaços de sociabilidade ou em lugares particulares; 2) a história das práticas nas suas diferenças, ao manifestar-se sua originalidade no estudo do uso que o indivíduo, grupo ou sociedade faz de um texto e de um artefato da cultura escolar, isto é, as pluralidades socialmente enraizadas de empregos (do uso de um mesmo texto, de uma mesma imagem, de um mesmo livro escolar) neste caso na instrução maranhense; e, por último, 3) a inscrição da história dos objetos e da história das práticas numa maneira mais geral de compreender as formações sociais e culturais estabelecidas no circuito do livro, as estruturas psíquicas implícitas nas relações e negociações inerentes à produção, à circulação e ao acesso do livro escolar, como também as armaduras conceituais apropriadas por meio de diferentes autores e teóricos que abordam o livro, a leitura e o leitor, que me permitiram compreender as suas variações históricas.

4 Os objetivos da investigação

O objetivo geral nesta pesquisa é analisar a produção, a circulação e as indicações de uso dos livros escolares verificando sua representatividade na instrução do Maranhão Império. A investigação sobre o nível de produção e circulação dos livros, sobre as práticas temporais específicas referentes ao ato de ler, e sobre a manipulação e uso desse artefato cultural por meio das prescrições registradas, podem traduzir-se nas múltiplas formas dos sujeitos leitores conviverem com os impressos, independente da sua natureza e tipologia (jornais, folhetins, obras), das maneiras de se apropriarem do texto por ler nas diferentes situações de leitura, e das várias utilizações a que estão submetidos os textos e os livros, nos diversos espaços de sociabilidade ou nos diferentes espaços de leitura dos quais faz uso e abuso o leitor plural⁹. Por outro lado, se a análise da escrita registrada nos documentos tangíveis de qualquer natureza, ao mesmo tempo em que podem denunciar a existência de diferentes leitores e as possíveis práticas de leitura díspares, as utilidades distintas da escrita, e os vários usos do próprio suporte; no entanto, para identificar e entender estes aspectos

⁹ Quando me refiro ao leitor plural, não contemplo unicamente àquele leitor ideal cujas competências são supostas ou esperadas para o exercício da leitura, nem para o entendimento ideal do escrito-lido exigido pelo próprio autor ou pelo interlocutor no ensino da leitura. Neste caso, utilizo a concepção sociológica de leitura de Chartier (2003), a qual é concebida como apropriação, representação, desvio e/ou resistência, isto é, baseia-se na mínima interação existente entre o texto e o leitor, num contexto específico, independentemente das suas faculdades reais ou potenciais no ato de ler, e consequentemente, da lógica de compreensão estabelecida na dinâmica proposta e imposta por meio do escrito no trinômio leitura-texto-leitor (CESAR; CASTELLANOS, 2009b).

implícitos e muitas vezes imperceptíveis nas entrelinhas do dito materializado nas fontes em questão, ou talvez nos formatos escolhidos pelo editor ou tipografo, faz-se imprescindível e necessário compreender as relações estabelecidas entre a intencionalidade de quem escreve e os seus argumentos transcritos no texto, as formas de serem concebidos os leitores pelos autores segundo o teor do escrito, como também os próprios estilos de expressão mediados pelos fatores que o significam, ou seja, “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem descifrá-la” (GINZBURG, 1234, p. 177).

Esses textos, críticas, anúncios, avisos e comentários minutados nos jornais, tomando este suporte como fonte *primária e primeira*, se comparada às demais fontes utilizadas nesta investigação, só podem ser compreendidos se se flagra nos textos analisados a partir dos contextos em que foram registrados, produzidos e divulgados os escritos, as suas singularidades, as diferenças de estilo, o teor do registro, e os sentidos da escrita exposta que podem ser captados pelo olhar pesquisante desde a própria localização da notícia na topografia do jornal, concorrendo com outras de maior ou menor relevância, até nas diferenças de linguagem empregadas na textualidade dos diversos escritos, aspectos que ao mesmo tempo em que visavam uma melhor compreensão e aceitação, seu consumo dependia do nível vendável do suporte, isto é, textos, leituras, livros e leitores, cujos encontros e desencontros estiveram interligados em grande medida do modo como foi produzido o texto, do que era divulgado nos registros, e para quem foi escrito e direcionado o expresso na imprensa.

Nesses escritos, estão latentes, mesmo de forma não perceptível, a presença de leitores não iguais frente a textos às vezes similares, as leituras heterogêneas com níveis escriturários discordantes, e as diversas tipologias de redação com ato grau ou não de intelecção e de complexidade, que tentei apreender e desmistificar no próprio texto, já que “as formas de ler não estão separadas das formas da escrita” (CHARTIER, 1988, p. 34). Isto é, ao analisar as notícias nos jornais pesquisados, referentes aos livros escolares ou não-escolares, mas utilizados na instrução, ao localizar as notícias que faziam alusão à importância da leitura e a suas formas de ensino, e ao identificar apontamentos que às vezes caracterizavam o público leitor ou não leitor, tratei de manter a relação estabelecida entre texto- leitor-leitura, assumindo esta relação não como algo coisificado, pronto e aceito numa única direção, mas como uma trama indiciária construída em sentidos vários, dependendo de quem escreve e para quem o faz, da matéria proposta e do interesse/nível do leitor pelo escrito, das múltiplas formas dos escritores e editores se dirigirem a seu público e das diversas táticas adotadas para divulgar as obras, que, à medida que encontramos alguns sinais, embora opacos, perdidos e

aparentemente sem nexos no constante garimpar das fontes, permitiram-me, aos poucos, num fazer tácito do historiografar, compreender alguns componentes latentes no convívio do sujeito maranhense com os livros (no sentido geral) e com o livro escolar (no âmbito particular), entender a influência possível destes artefatos nos lugares de ensino e na formação leitora, e avaliar o papel estratégico dos espaços de sociabilidade na relação posta entre o livro, a leitura e o leitor.

Estes componentes que foram emergindo na tessitura intrínseca do reconhecimento dos fatos lidos, na elaboração meticulosa dos acontecimentos compreendidos nos registros palpáveis dos documentos, e no entendimento do fazer história, mediado pela natureza das fontes utilizadas, ou seja, do fazer história, que na visão de Certeau (1987, p. 67) “[...] é feita e refeita por uma prática e, o historiador, um operário intencional, imerso e presente nesta construção do histórico”, permitiram-me compreender as diferentes formas em que o livro escolar foi concebido no decorrer do Oitocentos, os diferentes processos de avaliação direcionados para serem inseridos ou reprovados nos espaços de ensino, os meios utilizados para que esses artefatos da cultura escolar¹⁰ fossem usados nos lugares de guarda e de leitura, as diferentes concepções, fabrico, divulgação e consumo do livro escolar realizados pelos próprios autores e editores, ao mesmo tempo em que me auxiliaram a transitar pelos diferentes trajetos feitos por outros pesquisadores na procura de entender a relação estabelecida entre o texto escolar, o contexto, o público e as indicações de uso. Variados recortes temáticos e diversas formas de abordagens em uso que “[...] parece uma floresta, a qual o explorador mal consegue atravessá-la. A cada passo ele se vê emaranhado numa densa vegetação de artigos e revistas, e fica desorientado com o entrecruzamento de disciplinas [...]” (DARNTON, 2010, p. 124).

Mortatti (2010a), ao pensar sobre a história da alfabetização, estabelece relações entre o campo pedagógico, os autores e a produção dos manuais de leitura, afirmando que para sua análise, faz-se necessário, a garimpagem das fontes que permitam o acesso a três níveis de entendimento: da tematização, da normatização e da concretização. Embora seu principal foco esteja sustentado no último nível, ao analisar o livro escolar ou o livro de leitura como objeto concreto para ser pensado, descrito, comparado e criticado; os dois níveis ou estados de reflexão primeiros não podem ficar fora desse julgamento, uma vez que, para se entender e conceber o livro escolar, na sua totalidade nos espaços de ensino, é necessário e indispensável compreender o processo de normas que o restringia, e o mosaico de temas

¹⁰ Os estudos sobre a história da cultura escolar podem ser encontrados em Chervel, 1990; Souza, 1998, Faria Filho, 2000; Julia, 2001, Castellanos, 2010b; Castro, 2010, entre outros.

propostos que o determinava e legitimava. Quer dizer, entre a documentação que orientava os processos de aprovação e veto, sustentada nos critérios impostos pelos agentes governamentais no nível das normatizações, e entre os artigos publicados em jornais e discutidos nos espaços de sociabilidade, como as conferências pedagógicas, nas quais as concepções sobre o ensino e as orientações didático-pedagógicas aconteciam no nível das tematizações; os livros escolares e os livros de leitura postos em circulação por meio da sua produção, divulgação, distribuição e consumo, constituíram-se em “[...] formas de concretização das normatizações e de acordo com tematizações cuja formulação e implementação também participavam” (MORTATTI, 2010b, p. 337).

Choppin (2004), quando se refere ao livro escolar, esclarece que estes artefatos “[...] assumem conjuntamente ou não múltiplas funções [...] que podem variar consideravelmente segundo o ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização” (CHOPPIN, 2004, p. 553); isto é, a função referencial, a instrumental, a ideológica e cultural, e a documental, que se fazem presentes nas análises feitas sobre o livro escolar, dependem em grande medida dos objetivos propostos pelo pesquisador, do eixo investigativo do trabalho como foco de inferências, bem assim das condições reais de acesso à documentação que auxilie no fazer histórico e à própria localização e identificação dos livros escolares, deteriorados ou em face de desaparecimento, especificamente aqueles que foram usados no século XIX.

Por outro lado, segundo Frade e Maciel (2006, p. 19), para se estudar o livro escolar produto de diversas materialidades, “[...] a análise depende de ‘por as mãos’ nos livros e poder analisá-los não apenas como fontes, mas também como objeto material”, ou seja, a compreensão do livro escolar como fonte e como objeto depende da análise que se faça das instruções dadas aos professores e aos leitores nos paratextos definidos como o conjunto de protocolos textuais inscritos no livro que antecedem ao texto principal¹¹, da identificação dos nomes dos autores e os lugares estratégicos que ocuparam no tecido societal, os quais enveredam por tendências metodológicas carregadas de questões ideológicas, e mesmo do entendimento das configurações textuais e das ilustrações implícitas nas lições referentes a um período. Mas, também, são necessários, para essas autoras, na tentativa de reconhecer os lugares que ocuparam essas obras escolares no circuito do livro, os estudos da edição que permitem indagar sobre as diferentes condições reais que favoreceram sua produção,

¹¹ Entende-se por paratextos as orientações inscritas nas advertências, nas dedicatórias, nas apresentações, nas normas de uso, nos comentários finais, nos posfácios, na quarta capa posicionando o livro no plano editorial (FRADE; MACIEL, 2006).

divulgação, distribuição e consumo, explicando-se sua difusão cultural e seu emprego na instrução, não só pelas tendências metodológicas que o livro traz na sua concepção e fabrico, como também pela rede editorial da qual ele faz parte, isto é, “[...] com suas técnicas e jogos que comportam a captação de autores de possível sucesso e penetração, das posições de uma editora no cenário da edição e também os aspectos materiais do livro [...] aqueles relacionados à fabricação, à matéria prima [e] a seu formato[...]” (FRADE; MACIEL, 2006, p. 37). Em fim, dependente de todos os aspectos exógenos e endógenos a sua concepção como ferramenta pedagógica e como artefato direcionado à instrução, de sua produção e circulação como objeto da cultura material da escola, e de seu uso como instrumento de ensino que auxilia na compreensão de alguns aspectos implícitos na cultura escolar.

Os manuais são fontes imprescindíveis para desvelar alguns dos ‘silêncios’ da intra-história da escola, isto é, das chaves internas que podem elucidar a ‘gramática’ que ordena a vida da instituição educativa. Eles são um espaço de memória no qual se tem objetivado, ao mesmo tempo, os programas da cultura escolar de cada época, as imagens dominantes na sociedade que as têm produzido e utilizado, e os modos de apropriação das disciplinas acadêmicas (ESCOLANO BENITO, 1997, p. 15, grifo do autor).

Neste caso, a utilização do jornal nesta pesquisa, como fonte *primária e primeira* de análise e de compreensão do histórico, independentemente de se constituir um documento aparentemente *não confiável*, pelas suas particularidades tendenciosas, e a sua não-imparcialidade segundo as ortodoxias investigativas, pode trazer implícito na sua contextura, um amplo campo de possibilidades. Sendo assim, na busca incessante de indícios aparentemente desprezíveis, tratei de dar inteligibilidade e fazer compreensíveis, os enredos produzidos, implícitos e escondidos neste extrato cultural correspondente ao livro escolar. Isto é, a procura e a análise de pistas aparentemente mistificadas ou propositalmente emudecidas pela ação não-individual dos responsáveis, pela comunicação e elaboração do jornal (autor, editor e/ou tipógrafo), a função detetivesca do historiador por rastejar, mesmo nos produtores ou não-produtores (por exemplo, nos vendedores), as estratégias de comercialização, distribuição e consumo, tanto do jornal, como também das obras escolares e não-escolares, circunscritas no noticiário impresso, assim como tentar compreender nos consumidores culturais, sua familiaridade com os textos lidos (analisada por meio das particularidades do escrito e da noção de público – ideal ou real –, que os partícipes na consolidação do jornal registraram nas suas publicações), emergiu, ainda que tênue, num questionamento constante dos documentos e visando à historicidade das fontes mediada pelo seu alargamento, as conversas não planejadas e os não-lugares mal definidos onde se teceu a cotidianidade de um tempo e um espaço expresso em toda sua originalidade por meio desses escritos, seja para

criticar a cultura local, seja para fazer inferências nos seus hábitos, costumes e práticas.

Discursos suspeitos por pertencerem a falas autorizadas e reconhecidas pelo lugar que ocuparam estes intelectuais nos planos político e social, que embora tivessem como função primeira incumbir a homogeneidade e a ordem em detrimento da desordem e, tratassem o tempo todo (mas não na sua generalidade) de estimular o não-divergente em função de um dissimulado controle consensual e não-coercitivo, não conseguiram na sua totalidade, limitar o criativo e o múltiplo das microdiferenças e das microliberdades dos sujeitos indôminos no plano cultural. Desta forma, mesmo que “se vire o microscópio de cabeça para baixo”, adquirindo outra formatação na técnica empírica e reflexiva, mergulhando nas tramas e enredos latentes, “[...] e se mantenham ainda as possibilidades morfológicas do telescópio, o historiador passa a procurar não mais para conhecer e historiar o já pensado, mas sim para arriscar-se a pensar tal qual já se pensou outrora” (GINZBURG, 1989b, p. 18).

De qualquer maneira, no dito ou em aquilo que se deixou de dizer nas publicações do jornal, mas que está latente, como também no escrito nas outras fontes em análise (relatórios de naturezas distintas, correspondências, inventários de livros e os regulamentos dos espaços de sociabilidade e de leitura), pude apanhar múltiplos sinais concebidos de formas as mais insólitas e objetadas, mas nem por isso, menos significativos, singulares, expressivos e simbólicos. Não se trata apenas de fazer falar estes “‘imensos setores adormecidos da documentação’ e dar voz a um silêncio, ou efetividade a um possível. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma outra que funciona diferentemente” (CERTEAU, 2006, p. 83). Em sendo assim, o trabalho histórico torna-se científico quando se opera uma “redistribuição de espaço”, na visão de Certeau (2006) dando-se um novo lugar ao fazer do histórico pelo estabelecimento das fontes, em outras palavras, por uma ação que instaure e pela utilização de técnicas que transformem em outra coisa, o já dito ou ainda não-dito, o já escrito ou ainda por escrever no presente-ausente revisitado, refletido e compreendido por meio de outras fontes; neste caso a análise e interpretação do jornal, como fonte *primária e primeira*, e o cruzamento das informações obtidas no cotidiano deste documento, com a análise, interpretação e compreensão dos registros em outras fontes.

O primeiro objetivo limita-se a compreender o lugar do jornal como veículo disseminador das ideias e como espaço de disputa na sociedade maranhense. A sua operacionalidade sustenta-se na convicção de que, se as representações do mundo social “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam [e se] o necessário relacionamento dos

discursos proferidos [devem contrapor-se] com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 2002, p. 17), estas condicionantes obrigam-me a considerar o papel central que os jornais tiveram no processo de divulgação, comercialização e distribuição das obras no sentido geral do termo, e dos livros escolares nos espaços de ensino, de sociabilidade e nos particulares; estes aspectos induziram-me a diferenciar os indicativos não silenciados pelos escritos mapeados nos documentos em análise, como também a identificar os indícios ocultos nas produções textuais potencialmente desmistificantes no devir analítico e interpretativo da própria investigação; e, portanto estes vestígios instigaram-me a checar o lugar estratégico que ocuparam na sociedade maranhense os autores, os editores e os tipógrafos, assim como os intelectuais e políticos que se expressaram e se faziam presentes tanto nos escritos registrados na imprensa, como também nos textos inscritos nos livros escolares e não escolares, anunciados, comercializados e divulgados pela produção e circulação do jornal.

Essas intercorrências entre quem escreve no jornal e quem publica, entre quem edita qualquer suporte cultural e quem proíbe, entre quem produz o livro escolar e quem aprova ou reprovava, adotando seu uso no ensino ou vetando sua utilização, ajudaram-me a compreender o papel do jornal no Oitocentos como disseminador de ideias, o lugar deste artefato como espaço de disputa e o papel dos escritores, editores, intelectuais e políticos nesta circulação do livro, uma vez que qualquer discurso elaborado a partir das percepções do social nunca foi nem será neutro. Esses escritos produziram constantemente estratégias e práticas que impuseram uma autoridade à custa dos outros, legitimando-se por meio de projetos reformadores ou de critérios que justificavam as suas seleções (*o que era ou o que não era* conveniente tratar no nível social e cultural), qual livro escolar e que método de ensino podia ser aprovado, adotado, substituído ou vetado na instrução, qual obra deveria ser produzida, divulgada, vendida e usada pelos leitores, como também o porquê das condutas destes sujeitos frente à escolha do imposto. Ou seja, para decifrar estes subterfúgios implícitos nos processos referentes ao livro escolar estrangeiro, nacional ou local inserido na instrução maranhense, e expostos pelos jornais e pelas outras fontes, tive que aprender a captar “[...] para lá da superfície aveludada do texto [presente nos documentos], a interação subtil de ameaças e medos, de ataques e recuos. Temos, por assim dizer, de apreender a desembaraçar o emaranhado de fios que formam a malha textual destes diálogos” (GINZBURG, 1989a, p. 209).

Identificar os agentes de produção e de distribuição dos livros escolares, a partir das matérias vinculadas na imprensa, constitui-se o segundo objetivo específico deste trabalho. O “comportamento minudente” baseado no rastreamento constante do detalhe nas

temáticas e na compreensão das relações locais estabelecidas num “equilíbrio de tensões imposto”, para usar o termo de Norbert Elias (1994), entre quem escrevia e quem editava, entre quem publicava e quem distribuía, num jogo constante de proibições de textos e de leituras, de permissões controladas pelos que mantinham o poder de veto no cenário maranhense do século XIX, ou por quem decidia que texto usar ou não no ensino, que livro aprovar ou não na instrução e que obra adotar nas escolas, trouxe à tona elementos velados pela imprensa ou pelas outras fontes, não totalmente apagados, nem nas entrelinhas dos discursos, nem na formatação e expressividade do escrito presente nos documentos cooptados.

Conhecer as estratégias de produção, distribuição e acesso dos livros escolares por meio da imprensa e de seus agentes, compreender os trâmites de avaliação e os pedidos pessoais de adoção das obras sugeridas para a instrução, exposto nos jornais pelos autores, editores e tipógrafos, ou mesmo pelos professores-autores, os intelectuais e políticos, assim como apreender as táticas empregadas para seu uso, reconhecendo-as e resgatando-as no teor dos comentários, no sentido das críticas e no conteúdo das denúncias registradas, fez-se imperativo para entender o significado dado ao livro, à leitura e ao leitor no Maranhão imperial, identificando nestas matérias as orientações e as proibições dos textos, as sugestões de leituras e de obras, as prescrições de seus usos, como também o estímulo de títulos a serem obtidos, seja pela distribuição gratuita do governo, seja pela comercialização do livro escolar nos lugares de venda, na medida em que muito desses autores de livros escolares possuíam, portanto “[...] estreitas ligações com o poder institucional responsável pela política educacional [da província], não apenas porque eram obrigados a seguir os programas estabelecidos, mas porque estavam ‘no lugar’ onde este mesmo saber era produzido” (BITTENCOURT, 2004, p. 481).

Identificar a produção, a circulação e o acesso dos livros escolares, em diferentes espaços de sociabilidade, é o terceiro objetivo de este fazer histórico. Essa operacionalidade em várias direções, tendo como objeto de estudo a representatividade do livro escolar, procurando compreender os aspectos implícitos na sua produção, os trâmites para colocar essas obras em circulação, quer aprovando e adotando esse artefato da cultura material, quer substituindo ou vetando seu uso nos espaços de sociabilidade maranhense, só se faz possível, ao tentar fazer uma total declinação intencional desde o ponto de vista operativo do fazer histórico, desviando em primeiro lugar a atenção das hierarquias constitutivas para as relações e, na declinação subsequente, das posições representativas para as representações que, na visão de Chartier (2002), deve estar em direta sintonia com as novas exigências teóricas da história cultural. Isto radica na necessidade de situar as fontes “[...] como feixes de relações,

como resultado de conflitos e de negociações que tornam visíveis ou invisíveis certas questões, acontecimentos ou formas de pensar” (VIEIRA, 2009, p. 14).

No primeiro declínio, em vez de centrar a reflexão sobre *quem escreve, quem produz e quem edita* os livros escolares, diretamente proporcional às posições naturalizadas de pertencimento (no plano econômico, político, social e intelectual), fundamentadas numa classificação em que as diferenças de classes aparentemente norteiam a análise do contexto do escrito, influenciam a natureza do exposto nas obras, como também denotam o lugar que o autor ocupa no tecido societal; tento analisar, neste declinar no plano teórico-metodológico, a passagem das hierarquias artificialmente naturalizadas em sistemas totalizantes, para identificar as relações estabelecidas e as iniciativas tomadas entre os sujeitos atuantes e autônomos, tanto nos espaços de sociabilidade representados pelas bibliotecas públicas e particulares, quanto nas conferências pedagógicas e populares, assim como nas diferentes exposições acontecidas no Maranhão Império, onde a relação estabelecida entre o livro escolar, o leitor e suas práticas, conjuntamente com o autor, tiveram diferentes formatos e renderam experiências várias. Sendo assim, neste declinar hierárquico, tento flagrar o vínculo posto pelo autor em seu livro e as estratégias usadas para conquistar o leitor plural; trato de compreender as afinidades implícitas entre quem concebe e produz a obra visando as prescrições e os usos que seu público pode fazer nos espaços de sociabilidade, segundo o registro das fontes; como também, arrisco em apreender e interpretar a intencionalidade implícita no dizer do autor e o diálogo instituído com seu leitor a partir dos vários formatos que caracterizam o texto, e as reflexões estabelecidas nos espaços propostos.

Dito de outra forma, em vez de analisar o trinômio livro-leitura-leitor em relação com o autor, desde uma perspectiva da história social da cultura, que define e perpetua lugares de pertencimentos de classes no cenário da cultura letrada, optei por entender essas relações em várias direções no âmbito da história cultural do social, definindo-se neste equilíbrio de tensões as afinidades que se estabelecem entre os posicionamentos autorizados, que delineiam o significado do livro escolar, da leitura e do leitor, refletidos nas fontes documentais em uso e, as ações particulares dos distintos consumidores frente a estas ortodoxias constitutivas no próprio ato (particular e coletivo) de interação com as obras, mediado pelo ato de ler, considerando a leitura a partir dos seus aspectos sociológicos intrínsecos defendidos por Chartier (2002), como “apropriação”, “representação”, “desvio” ou “resistência”. Práticas que, ao serem sustentadas nas microliberdades e nas microdiferenças dos inúmeros consumidores de cultura frente ao escrito-lido, as táticas singulares de apropriação desfiguram e mutilam simulada e silenciosamente, a partir de suas particularidades com a leitura, com o

livro e com os textos as estratégias de imposição referenciadas pelo poder instituído.

Se no primeiro declínio desviei a atenção das hierarquias constitutivas para as relações, no segundo mudei o foco de análise das posições constituídas e representativas¹² expostas nos jornais e presentes nos livros escolares, para as representações elaboradas, repensadas e construídas na materialidade desses artefatos de cultura. Ou seja, em vez de interpretar a relação estabelecida entre o livro escolar, a leitura e o leitor a partir de quem fala (seu autor) e de onde fala (o lugar que ocupa na sociedade); direcionei minhas reflexões para a configuração textual, implícita nos escritos dos jornais, referente aos livros escolares, como também a registrada nos próprios textos inscritos nestes livros a partir de quatro questionamentos: o que se fala? Para quem se fala? Porque se fala? Para que se fala? Essas representações e práticas se justificam e se modificam no dialogar, na operacionalidade e no fazer tácito dos sujeitos, ao se constituírem práticas produtoras e produto de significados vários e de sentidos múltiplos. Representações que são colocadas num campo de concorrência e de competições, cujos desafios se enunciam, em termos de poder e de dominação, podendo-se entender a natureza dessas práticas, a partir do que se lia e das formas como o escrito foi gerenciado, definido e concebido no próprio suporte. Para Chartier (2002, p.17), “as lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”, por outro lado, “o ‘onde’ da leitura é mais importante do que se [possa] pensar, porque a contextualização do leitor em seu espaço pode fornecer indícios sobre a natureza de sua experiência” (DARNTON, 2010, p. 180); no entanto, uma prática significativa no convívio com o livro escolar não consiste em receber, “[...] mas, em exercer a ação pela qual cada um *marca* aquilo que outros lhe dão para viver e pensar” (CERTEAU, 1995, p. 143).

O quarto objetivo específico, baseia-se em compreender os trâmites legais a que foram submetidos os livros escolares para sua inserção na Instrução Pública, isto é, refletir sobre o nível das concretizações destes artefatos da cultura escolar, partindo do nível das normatizações a que estão submetidos e sem as quais é impossível abordar o livro escolar e seu processo de inserção no ensino maranhense. A tentativa de entender o processo de aprovação, adoção, substituição ou veto dos livros escolares a partir dos relatórios do Presidente de Província e dos Inspectores da Instrução Pública, por meio das correspondências estabelecidas entre professores e presidentes antes de 1841 – ano em que se instaura a

¹²Presente nos estudos gerados pela História Social.

Inspetoria da Instrução Pública no Maranhão, embora sua atuação só se concretize em 1844 por particularidades específicas da província –, e do fluxo de correspondências entre os professores e os delegados literários, entre os inspetores e os presidentes respeitando as hierarquias, num trajeto de mão dupla depois de criada a Inspetoria da Instrução, são fontes, que se questionadas num alargamento das mesmas, e cruzadas com as informações localizadas na imprensa, permitiu-me entender, não só o papel que o Conselho da Instrução Pública ou a Congregação do Liceu tinham nos trâmites de aceitação ou veto das obras postas em discussão, de acordo com os critérios exigidos e as prescrições registradas, tendo o Presidente da Província o último veredito sobre o livro escolar avaliado, como também, me auxiliaram a entender que, no nível das normatizações, só a qualidade do trabalho no estava em jogo.

Independentemente da qualidade da produção do livro escolar, das temáticas abordadas e dos métodos defendidos estarem afinados com os ditames propostos pelos órgãos competentes, e de seguirem os critérios estabelecidos, seja pelos Conselhos, seja pelas Congregações ou mesmo pelos Inspetores da Instrução Pública; as relações estabelecidas entre o autor e os lugares de poder, entre a produção do livro e a autorização de seu uso, entre a aprovação e o veto da obra no processo decisório de sua adoção ou substituição para utilizá-la ou não no ensino, fazem-se mais determinantes e categóricos nestes processos de avaliação, a tessitura de relações estabelecida entre o autor ou editor da obra com os agentes governamentais afinados pelas questões políticas e ideológicas, que os próprios pressupostos teórico-metodológicos implícitos no livro escolar em trâmite. Esses aspectos relacionais e essa valia do capital social¹³ em detrimento do capital cultural¹⁴ dos autores de livros (no sentido geral) e dos livros escolares (no âmbito específico) trouxeram consigo múltiplos constrangimentos para os professores e intelectuais autores de obras destinadas para o ensino que não foram permitidas e aceitas em dependência de quem pedia sua aprovação e de quem decidia sobre seu uso.

¹³ “Conjunto de recursos atuais ou potenciais que são ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento, ou em outros termos, à vinculação de um grupo [...] dotados de propriedades comuns [e] unidos por ligações permanentes e úteis” (BOURDIEU, 2003, p. 67).

¹⁴ “É um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da pessoa, um *Habitus* [...] Pode ser adquirido no essencial, de maneira totalmente dissimulada e inconsciente e permanece por suas condições primitivas de aquisição. Não pode ser acumulado para além das capacidades de apropriação de um agente singular” (BOURDIEU, 2001, p. 74-75). Não restrito ao espaço relacional da família como herança cultural, mas por toda a existência do indivíduo; isto é, se estabelece entre as estratégias da família, da lógica específica das instituições escolares que contribuíram para a formação, e das relações com as instituições no social, instituindo-se como capital incorporado, objetivado e institucionalizado que se concretiza no indivíduo por meio de seus saberes e práticas.

Em outras palavras, os autores de livros maranhenses, não por serem reconhecidos no cenário local e nacional, suas obras foram aceitas em todos os governos, nem foram aprovadas em todos os trâmites normativos que indicavam estes artefatos da cultura escolar para o ensino na província. Em alguns períodos em que foram pedidos os processos de aprovação, que permitiam tanto a produção das obras, como a sua adoção na instrução, alguns autores passaram por diferentes constrangimentos, devido aos instrumentos de controle e às regulações impostas, que respondiam aos interesses das “redes estruturantes” vigentes no espaço intelectual, político e ideológico, das quais eles não faziam parte (SIRINELLI, 1996). Esta realidade induzindo-me a conceber estes autores no decorrer do trabalho como produtos de seu tempo e não como homens fora deles, ou ao frente deles. Para Warde (2003), considerar o intelectual não como um homem fora de seu tempo, traz em si, as vantagens de não responsabilizá-lo pela sua própria formação e atuação no plano social, político e ideológico, o que acarretaria dois equívocos, o não considerar os constrangimentos sociais a que esteve sujeito e atribuir ao autor/intelectual um saber e poder excepcional que o libertariam de ditos constrangimentos.

Verificar a representatividade dos livros produzidos no Maranhão e adotados na instrução primária e secundária é o quinto objetivo proposto, já que a produção de livros escolares locais, sua aprovação, adoção e uso nos espaços de ensino e nos ambientes de sociabilidade e leitura no período em foco, mostram-se em plena concorrência com os livros estrangeiros e nacionais com fins similares. Analisar as matérias abordadas, as especificidades dos conteúdos que definem a sua função instrumental (CHOPPIN, 2004), as formas de dirigir-se ao leitor, seja o aluno, seja o professor, como também identificar os aspectos inerentes a sua produção, edição, circulação, divulgação e consumo, permitem-me avaliar as pretensões e prescrições dos autores maranhenses com respeito ao uso do livro, induzem-me a compará-los com artefatos culturais não-locais, e estabelecer parâmetros de permanências e intermitências entre as produções nacionais e estrangeiras, aprovadas e aceitas na instrução maranhense, com as produções de autores locais representativas no ensino público.

As matérias propostas para o ensino primário, por meio de cartilhas, coletâneas, florilégios, seletas e livros de leitura, os compêndios utilizados e adotados no ensino secundário maranhense, como também os livros escolares de disciplinas específicas de autoria de intelectuais e professores locais na concorrência com os outros artefatos culturais de outras procedências, dão-me uma estimativa do significado que teria reger o ensino maranhense com produções locais e nacionais, do sentido que provocava fazer referência nos livros escolares aos costumes, crenças, histórias e aspectos culturais regionais, assim como as representações

que alimentavam o sentimento de ser brasileiro e maranhense; embora para Lajolo e Zilberman (1996, p. 183), o “[...] abasileiramento dos livros didáticos [ou escolares], só se [tornara] realidade no fim do século XIX”, direcionado este processo de nacionalização dos artefatos da cultura escolar, pelos próprios professores e por outros intelectuais “[...] numa luta pelo mercado editorial e também na esteira da reivindicação ideológica de um país que se [queria] independente (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 193).

5 Procedimentos metodológicos

O fazer histórico, neste trabalho, concebido como uma prática investigativa no campo do científico, centra-se na representatividade do livro escolar escrito por maranhenses e produzido no Maranhão imperial, visando a sua circulação, adoção e uso nos espaços de ensino primário e secundário, assim como a concorrência estabelecida entre a produção local e não-local e as formas de aprovação e veto pelos órgãos competentes no âmbito da instrução. Este pesquisar no campo do histórico fundamenta-se na relação estabelecida entre o historiador e o lugar do fazer história, entre os procedimentos de análises e as interpretações do pensável com respeito às temáticas abordadas referentes ao livro escolar, à leitura, ao leitor e ao ensino maranhense e, por último, pela dialogicidade instaurada entre os aspectos propostos nas fontes em análise, com as maneiras de se organizarem estes mecanismos de ação e compreensão na construção de um texto.

A operação historiográfica nesta investigação focaliza as variações dos procedimentos técnicos em uso, ao localizar, identificar e avaliar os livros escolares maranhenses adotados e utilizados no ensino; alude para os constrangimentos impostos pelo lugar social que eu, como historiador, ocupo no gerenciamento das temáticas referentes aos livros escolares, à leitura e ao leitor, identificadas, analisadas e interpretadas por meio do mapeamento da imprensa periódica e dos relatórios e correspondências pertencentes aos diferentes atores inseridos nos diversos níveis da instrução; e se define, por outro lado, pela institucionalização do saber (especificamente no campo do histórico) onde se exerce a escrita, ao se enunciar três postulados distintos, mas, ao mesmo tempo não excludentes: a) cada análise é singular, e, portanto, não existe a possibilidade de uma sistematização universalizante contrapondo-se aos paradigmas globais que se legitimam no reconhecimento de leis gerais aplicáveis numa massa de sujeitos pretensamente *uniforme*; b) os discursos são históricos, não por serem dados no reconhecimento de uma verdade reinante e sem por estarem ligados a operações históricas definindo-se pelo próprio funcionamento; e c) a

história, ao mesmo tempo em que se constitui uma prática e um resultado, define-se, nesta relação adjetiva, sobre a forma de sua produção.

Dito de outra forma, se por um lado, o tratamento da historiografia contemporânea obriga o reconhecimento da ideologia nas formas de se fazer história, que denunciam uma prática não neutra do especialista, colocando em suspeita a intencionalidade implícita tanto na abordagem utilizada no estudo do objeto, como também nas formas de expor os seus resultados; por outro, a procura de uma historicidade na pesquisa histórica implica a ligação entre uma prática interpretativa e uma prática social e cultural, oscilando o fazer histórico entre o real contido numa *pretensa veracidade* não contestada e a organização dos aspectos possíveis e identificáveis, com respeito ao livro escolar e a sua utilização no ensino, na garimpagem e no tratamento dos documentos, que mostrem o inteligível proposto numa verossimilhança plausível, ao combinar “[...] o pensável e o tecnicamente tratável, com as maneiras de compreensão e apropriação dos sentidos e dos significados culturalmente construídos e socializados” (CERTEAU, 1982, p. 24).

Acredito, como Certeau (2006), que seja no contínuo problematizar do próprio fazer do historiador, que possibilita o questionamento central do fazer história. É na sua prática, na sua própria ação, na sua atividade como sujeito atuante e nas *formas de seu fazer* nesta área do conhecimento, que se estabelece realmente, o que é e o que não é documento. Essa operosidade que se traduz nos gestos de localização, separação, identificação, reunião e transformação de certos objetos, que ganham nova distribuição num certo espaço, ao mesmo tempo em que se faz, da constatação do fato como fonte de investigação, um acontecimento possível. A transformação dos limites ou dos desvios no campo do histórico em problemas tecnicamente tratáveis se operacionaliza ao analisar minhas escolhas como historiador no tratamento das questões, usando estratégias individuais de imposição na problematização e localização das fontes, que objetivem sua identificação e interpretação. Operosidade marcada pelas minhas táticas de apropriação empregadas no interpretar e no (re)significar dos documentos, que me induzem a avaliar o peso das instituições acadêmicas, por meio das maneiras e práticas de análises que visem à verossimilhança plausível e ao acontecimento provável desde uma perspectiva da história cultural do social.

Recorrer ao uso das fontes independentemente da sua natureza, localização e permissões autorizadas, depende em grande medida da superação de duas dificuldades principais. A primeira, e mais geral, consiste na sua sistemática destruição consentida pela não-preocupação das intuições governamentais com a conservação da memória coletiva, fontes documentais, que por estarem prestes a desaparecer, rugem nos fundos dos

estabelecimentos desmoronando-se entre a umidade do silêncio e a não restauração de suas partes perdidas. A segunda, e a mais singular, requer do pesquisador o enfretamento contínuo com a documentação mediado pelos sistemas de classificações alheios à formação específica do especialista, que dependem de olhares técnicos, disponíveis e cooperativos para a operacionalização do trabalho e para o entendimento e compreensão dos documentos; referindo-me aqui, ao bibliotecário e ao arquivista.

Essas práticas nas instituições de memória “representam os múltiplos poderes que os arquivos encarnam” (NUNES; CARVALHO, 1993, p. 28-29). Poderes que se expressam pelo zelo profissional dos especialistas no trato e na manipulação dos registros, pelo conhecimento do teor e especificidade das fontes separadas em pastas e arquivos, e pela própria disponibilidade e cooperação dos seus técnicos, em cuja ausência, o fazer histórico e a garimpagem dessas fontes ficariam numa dependência ilegítima expressa entre os que conhecem o documentário em extenso e nós (historiadores), que, ao tentar identificá-lo, analisá-lo, catalogá-lo e interpretá-lo, ficaríamos neutralizados pela impossibilidade de sua localização e pelo total desconhecimento da sua natureza e função. Esse enfrentamento com a massa documental exige do pesquisador “[...] uma operação técnica de separar, agrupar e transformar documentos, dando-lhes um novo aspecto pela transcrição, pela cópia ou pela fotografia, mudando a sua feição, lugar, tempo e estatuto” (CERTEAU, 1982, p. 81).

Mas, na tentativa de identificar, reconhecer, examinar e relacionar o teor do escrito nas fontes históricas selecionadas, seja pela imprensa ou pelos relatórios com diferentes finalidades, seja pelas correspondências ou pelos ofícios registrados, devo compreender que esses documentos trazem as marcas e as intenções de quem os escreveu, registrando neles suas formas de sentir, uma vez que “todas as práticas, sejam econômicas ou culturais, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido ao mundo” (HUNT, 1992, p. 25). No maço de documentos impressos, digitalizados ou manuscritos, utilizados e analisados no decorrer deste fazer investigativo, lentamente se vai dando vida aos personagens que estão mais perto da produção e edição do livro escolar e não-escolar (escritores, tipógrafos, editores, livreiros, vendedores e mesmo leitores), aos sujeitos que estão mais próximo de seu uso no ensino (professores, alunos, delegados literários, presidentes e inspetores), como também se dá atenção às tramas que intervêm na produção, distribuição e consumo do livro escolar, referenciando assim as instituições vinculadas ou não a este artefato da cultura, como as bibliotecas, o Gabinete Português de Leitura, as exposições, as conferências pedagógicas e as populares, nas quais fica exposta, a representatividade dos livros escolares e outros impressos, visando sua genealogia, teor,

finalidade e acesso.

Por outro lado, a pluralidade de textos e práticas expostas nos jornais analisados, referentes à produção, circulação e uso do livro escolar maranhense, nacional ou estrangeiro, à leitura instituída nos espaços de sociabilidade, e ao acesso e utilização dos leitores desses artefatos da cultura escolar, necessitam ser compreendidas por meio da tipologia da escrita, “não por sua forma particular, mas pela sua temática [...] e que se destinam a perpetuar a lembrança daqueles que já não existem mais” (CHARTIER, 2002, p. 71). As manchas das páginas vão se definindo lentamente pelo conjunto de fontes que o pesquisador recorre para tecer o seu inventário. São várias caminhadas, ora mais aligeiradas, em razão da abrangência dos documentos que se encontram nos arquivos e bibliotecas (convencionais e eletrônicas), ora de grandes recuos, diante das dúvidas que dependem de respostas e de sentidos para aquilo que, em primeira leitura, não evidencia significados explícitos. É, de fato, um processo de garimpagem que exige atenção, para não escorregar em fatos pequenos quando descritos, mas valiosos em significação; portanto, embora os documentos, as fontes, os vestígios do passado expressem pontos de vistas daqueles que os produziram e/ou preservaram, o que está em questionamento não é a ideia de verdadeiro ou falso, e sim, o entendimento dos motivos de diversas locuções defensáveis, o desvelamento das estratégias discursivas mobilizadas para sustentá-las, como também as formas persuasivas e contingentes direcionadas ao leitor das fontes (o historiador) no próprio ato da análise e da investigação, isto é, “para apreender a essência de um documento tem que se ler o original, e não só lê-lo, mas que isso, tocá-lo e palpá-lo” (DARNTON, 2003, p. 160), estabelecendo-se assim uma relação nova, “[...] mais comprometida com os vestígios do passado, e possivelmente, mais crítica com respeito à interpretação do historiador” (CHATIER, 2009, p. 61).

6 A imprensa como fonte de pesquisa

Se a existência da maioria dos jornais oitocentistas é curta e, se o número elevado de impressos que se mantiveram em circulação dependeu extremamente das questões políticas defendidas e das situações de crises surgidas no território nacional, tomando como referente de luta, diferentes momentaneidades¹⁵ (representadas pelo I e II Império até a Primeira República – 1889/1930), por outro lado, a efervescência política e cultural da Província do Maranhão, no século XIX, embora fizesse circular pelas ruas estreitas e ladeiras íngremes da

¹⁵A Imprensa Régia com a vinda da Corte Joanina, a Constituinte, a Revolução do Porto, a Abdicação, a Independência, as Juntas Governativas Provinciais, o Golpe da Maioridade, a Conciliação dentre outros momentos políticos.

capital, inúmeros jornais¹⁶, que se constituíam campos de disputa política entre conservadores e liberais, incluindo aqueles que só tratavam de questões religiosas, industriais ou literárias; também não se deixou de divulgar (ainda que em jornais com pretensões políticas) o cotidiano maranhense, neste caso, retratando-se, criticando-se ou simplesmente se comentando os hábitos, os costumes e as múltiplas práticas baseadas no mais popular e no mais genuíno do povo de São Luís, onde gradativamente se tratava nos noticiários identificados, o poder do livro e seu acesso, o papel do livro escolar adotado e seu uso nas escolas, a importância da leitura, as formas de se consumir esses artefatos da cultura baseados em práticas fixas de recepção do discurso, e as maneiras de se controlar estes escritos em benefício de uma sociedade próspera inserida na moral, nos bons costumes e nos princípios de civilidade. Para Jorge (2008), a imprensa maranhense, não apenas testemunhou a história mudando a direção dos acontecimentos, mas participou também da vida política e cultural da província, embora “[...] alguns jornais [merecessem] maior atenção, pelo papel desempenhado junto à sociedade, em particular, pela participação de grandes nomes, ligados à política, à literatura, ao comércio e aos debates de cunho ideológico” (JORGE, 2008, p. 16).

A pesquisa por meio da imprensa como *fonte primária e primeira*, localizada na Biblioteca Pública “Benedito Leite”, contribuiu para não desviar o olhar dos discursos oficiais, mas ao mesmo tempo me induziu a entrecruzá-los com as informações contidas na documentação manuscrita localizada no Arquivo Público do Maranhão; embora o tratamento dado às matérias registradas na imprensa tenha exigido muito cuidado e receio, já que, ao tentar entender os significados que estão por trás dos discursos e ao querer compreender os sentidos que tinham esses escritos para os sujeitos envolvidos, se fez necessária uma arguta compreensão e inteligibilidade que desmistificassem, no plano cultural e social, os termos propostos na imprensa e o papel que ocuparam estes elementos nos interdiálogos inscritos. Ou seja, ao mesmo tempo em que foi imprescindível entender a importância que se dava ao livro escolar, a sua produção, a sua circulação e uso no cenário maranhense oitocentista, por outro lado, foi também necessário compreender os argumentos gerados e estabelecidos entre quem escreveu e quem leia, por meio do jornal. Todavia, é preciso considerar que a imprensa é o lugar de uma permanente regulação coletiva; nesse sentido, o futuro de um periódico agrega-se sempre “[...] a detalhes e discussões, a polêmicas e conflitos; mesmo quando [seja] fruto de uma vontade individual. A controvérsia não deixa de estar presente [nem] no diálogo com os

¹⁶Sobre a história da imprensa no Maranhão, ver: FRIAS, J. M. C. de. *Memória sobre a tipografia maranhense*. São Luís: SIOGE, 1978. LOPES, Antonio. *História da imprensa no Maranhão*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1957. NASCIMENTO, Jorge et al. *História da imprensa no Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1972.

leitores, [nem] nas reivindicações com seus criadores” (NÓVOA, 1993, p. XXXII).

Para se trabalhar com jornais do século XIX, segundo Faria Filho e Sousa (2002, p. 3), deve-se observar que estas fontes

[...] não apresentavam uma clara divisão na distribuição interna de suas matérias. A primeira página se constitui como a mais organizada e constante, pois é composta pela parte editorial, onde se relatava muitas das vezes, as atas, leis e discursos das assembleias. A partir da segunda, percebe-se nitidamente a má distribuição dos conteúdos [...] Assim, encontram-se lado a lado e sem qualquer separação, matérias diversas que vão sendo introduzidas, aparentemente, sem qualquer rigor ou regência de ordem.

Os materiais da imprensa são concebidos neste trabalho, como veículos de comunicação de um dado campo de saber. Esse mecanismo de divulgação das atividades intrínsecas ao jornal me possibilita compreender a sua trajetória, suas ideias dominantes em determinado período, suas principais lideranças, seus propósitos, suas orientações e mecanismos de expansão, suas táticas de comercialização e distribuição, suas propostas de captação de adeptos e assinantes, suas estratégias impositivas do lido, dentre outros aspectos possíveis face às riquezas de contribuições discursivas advindas deste tipo de material, no qual se registra, comenta e participa da história, competindo ao historiador “[...] reconstituir os lances e peripécias dessa batalha cotidiana na qual se envolvem múltiplos personagens” (CAPELATO, 1994, p. 13).

Dito isto, a escolha dos jornais como fonte *primária e primeira* para estudar *O livro escolar no Maranhão Império: produção, circulação e prescrições* foi precisamente sustentada na aparente não-educabilidade destes impressos destinados, em princípio a formar opiniões e ideologizar, baseados nas atividades econômicas, políticas e sociais existentes em épocas datadas. Desta forma, preferi entender o porquê num jornal que tem como objetivo existencial pretensões opinativas e em alguns casos intenções ideologizantes, partindo de uma orientação política definida em detrimento do informacional e do cultural, se permitiu gradativamente nas suas páginas, colocar escritos que referenciavam o papel do livro na sociedade e a atuação do livro escolar como ferramenta pedagógica nos ambientes de ensino e nos espaços de sociabilidade, e compreender o porquê se admitiu escrever sobre a importância da leitura no progresso de um povo ou a pronúncia de argumentos contrários a obras já publicadas, lidas e comercializadas, mas simultaneamente proibitivas por sua escrita discordante com o sistema constituído.

A tentativa de perceber a razão da variabilidade de temáticas sobre o trinômio livro-leitura-leitor existente nos jornais e da contínua variação na forma da escrita neste suporte, seja pelo teor do tema tratado ou pelo estilo concebido, seja pelos conteúdos

discutidos nos vários níveis da recepção do discurso (embora não se pensasse na interlocução do leitor como se concebe hoje) ou pela simples localização de escritos específicos, situados em lugares estratégicos de jornais que objetivaram interesses contrapostos, sugere-nos a existência de múltiplos leitores dependentes da diversidade tipológica textual, como também a latência de múltiplas práticas leitoras, embora de maneira sutil e quase despercebida no que se refere ao consumo cultural; contudo, se as referências diretas aos livros escolares e não escolares às vezes se faz intermitentemente, dependendo dos fins do jornal e das diferentes momentaneidades no decorrer do Império, os anúncios de vendas de livros, as cooptações de subscritores para a produção das obras, os lugares de comercialização desses artefatos, os processos de aprovação e adoção dos livros escolares, assim como, as entradas de obras escolares e não-escolares, livros de regiões nacionais, como não nacionais, permeiam os jornais analisados, revistos e identificados durante todo o Maranhão imperial.

Em sendo assim, se no início da produção e edição dos jornais maranhenses não se objetivava expandir a discussão sobre a importância do livro sobre o aprimoramento do ato de ler, nem se pretendia estimular a formação leitora como prática cultural iniciática, e sim, perseguir o consumo materializado e capitalista deste suporte, como sustento para a estabilidade econômica e a consolidação da imprensa; com as práticas flagradas neste fazer histórico, com os escritos registrados no jornal e com a divulgação de obras propostas para produção e divulgação, paralelamente a este consumo vendável do jornal, termina aparecendo outro consumo de natureza distinta, que, ainda que não se capitalize, tem como fim último a produção de sentidos múltiplos e as apropriações várias, que formam no sujeito atingido um leitor no plural.

No Estado do Maranhão, a imprensa constitui-se fonte documental privilegiada para a compreensão deste estudo. Acervo que – ao estar armazenado na Biblioteca Pública Estadual “Benedito Leite”¹⁷, reconhecida esta como grande depositária da memória (desde o Império até o tempo presente), da cultura, das artes e da política maranhense – não só me possibilitou o resgate do cotidiano da capital são-luisense, como também o passado-presente de outras localidades interioranas¹⁸, pois, pelas mãos de hábeis tipógrafos e redatores é

¹⁷ A Biblioteca Pública “Benedito Leite” lançou, em 2007, um catálogo de jornais maranhenses existentes em seu acervo, desde 1821 até 2007. O catálogo “Do prelo do prego”, de autoria de Quincas Vilaneto, publicado em 2008, objetiva mapear os jornais editados tanto na capital como no interior do Estado, abrangendo o mesmo período do publicado pela Biblioteca Pública. A obra *A imprensa maranhense no século XIX*, de autoria de Sebastião Jorge faz uma análise do conteúdo de cada jornal publicado no período.

¹⁸ Viana, Itapecurú, Rosário, Caxias, dentre outros

possível reconstituir os costumes, as ideias e as práticas dos homens e mulheres que fizeram a história do Maranhão¹⁹.

Compreender o circuito do livro partindo da sua produção, distribuição, comercialização e proibição expressa nos documentos, a análise sobre os diferentes registros que denunciam certas tipologias da leitura partindo da variabilidade e da variação da escrita noticiosa exposta, e o entendimento das diferentes concepções expostas sobre o que seria o livro no sentido geral e o livro escolar na sua dimensão específica no Oitocentos têm-se constituído, neste trabalho, ações investigativas plurais que, confrontadas desde o ponto de vista instrutivo, orientaram-me a entender a influência das representações construídas, elaboradas e discutidas nos jornais sobre o que se entendia por livro, leitura, o leitor e como estes aspectos incidiram e foram cogitados no processo instrucional e educacional no século XIX. Estes elementos mediáticos ao mesmo tempo constituem-se um campo fértil de investigação, conquanto pouco explorado pelos pesquisadores locais, ao passo que o mapeamento, análises e reflexão das fontes nos abrem caminhos insuspeitos na História da Educação no Estado (CÉSAR; CASTELLANOS, 2011). Fontes privilegiadas nas quais brotam:

[...] ‘vozes’ que têm dificuldade em se fazerem ouvir noutros espaços sociais, tais como a academia ou o livro impresso. Basta ver, por exemplo, o papel extremamente activo desempenhado pelos professores do ensino primário na dinamização de jornais locais ou regionais, a importância crescente da imprensa de iniciativa dos estudantes (NÓVOA, 1997, p. 17).

Sendo assim, para evitar a naturalização do documento, especificamente do jornal, é preciso situá-lo na sua temporalidade, para compreender o processo social e cultural de sua produção e, conseqüentemente, tentar entender e interpretar o protagonismo social e cultural dos textos produzidos no presente-ausente, que foram consumidos por um leitor qualquer. Suporte cultural entendido como potente mecanismo de produção de memória, que deve ser problematizada de tal forma que o texto impresso deva ser interpretado como enunciado, ou seja, como intervenção que visa demarcar e fixar as formas de pensar sobre o livro escolar e sobre a leitura, expressadas por meio de valores, juízos, modo de classificação e justificativas para a ação social e cultural dos indivíduos envolvidos nessas formas materiais, concebidas

¹⁹ Pesquisa realizada por Roseane Arcanjo Pinheiro sobre a “Gênese da imprensa no Maranhão nos Séculos XIX e XX” (2007), constitui-se em importante referência para a compreensão da imprensa maranhense. Obras clássicas maranhenses sobre a temática são: J. M. C. Frias, de 1866, *Memória sobre a Tipografia Maranhense*; César Augusto Marques publica, em 1878, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, *História da Imprensa do Maranhão*. Joaquim Serra, *A imprensa no Maranhão: sessenta anos de jornalismo*, em 1883, e João da Mata de Moraes Rego, *Sessenta anos de jornalismo (1820-1880)*. Em épocas mais recentes, destacamos o livro *História da imprensa do Maranhão*, de Antônio Lopes, editado em 1959, e o trabalho de Sebastião Jorge: *Os primeiros passos da imprensa no Maranhão*, publicado em 1987.

aqui como uma outra produção (CERTEAU, 1984). Ao trabalhar os jornais de uma forma sincrônica e diacrônica, estas trajetórias do fazer histórico me proporcionaram um sem fim de possibilidades analíticas e interpretativas que dependeram em grande medida do que se fala e de quem se fala, visando sempre o lugar do enunciador.

No primeiro momento, perspectivando no plano diacrônico o papel do jornal, tentei desmistificar o seu entendimento, classificando-o e interpretando-o em razão das mudanças ocorridas entre a imprensa e a sociedade no devir do século XIX, bem como da correlação de forças estabelecidas entre os agentes responsáveis pela comunicação, que ao ter na imprensa seu meio de expressão e de ação, os impossibilita a se afirmarem num agir constante no decorrer do processo histórico analisado. Dito de outra forma, ao significar o papel do jornal e dos escritos registrados nos impressos, refletindo e identificando as mudanças expressas em temporalidades diversas, posso avaliá-los e compreendê-los partindo de comparações estabelecidas e possíveis, entre as diferentes funcionalidades deste suporte dependendo do contexto em que foi inserido. Ao tentar comparar a imprensa áulica (pertencente ao período regencial) e a imprensa opinativa e ideologizante (implícita nos diferentes confrontos políticos no decorrer do Oitocentos) o resultado plausível dessa constatação se refletirá nos incontáveis posicionamentos estabelecidos numa correlata discrepância entre o que se entendia sobre o livro e as leituras permitidas nos instantes de luta e reorganização política e, o que se falava sobre as obras, seu acesso e uso nos momentos de inércia e estagnação de todo tipo.

Nesse sentido, ao entender a ambivalência do jornal como fonte investigativa e ao compreendê-lo dependente do ponto de vista que é analisado e da intencionalidade implícita no constante interrogar, posso entender como as diferentes vertentes classistas (ou não) do fazer histórico, têm usado e abusado do jornal como documento, em que a tendenciosidade do veículo e a pretensa imparcialidade do escrito existem, persistem e coexistem, dependendo de quem olha e o que vê, do por que olha e de onde vê. Lugares autorizados de leitura, de fala e de escrita, contidas nos suportes e registradas na sua materialidade, que, “embora não sejam necessariamente justificáveis ou defensáveis, [...] expressam visões motivadas por razões passíveis de serem compreendidas e explicadas” (VIEIRA, 2009, p. 16). Em sendo assim, “a história cultural tal como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17), ou seja, ao se propor uma mudança de abordagem de uma história social da cultura para uma história cultural da sociedade, critica-se a objetividade das estruturas como moldadoras dos sujeitos, e reconhecem-se as múltiplas inventividades

intrínsecas nos indivíduos “nas formas de fazer e de ser” (CERTEAU, 1994). Essas pretensas estruturas, aparentemente moldadoras, devem ser vistas, como culturalmente constituídas ou construídas, especificando que “as relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam; elas próprias são campos de prática cultural e produção cultural - o que não pode ser dedutivamente explicado por referência a uma dimensão extra-cultural da experiência” (HUNT, 1992, p. 9).

7 O uso e tratamento das fontes

Entender as representações discursivas, as formas da escritura textual, as regras gramaticais e as expressões de uma época, constituem-se certamente, as tarefas mais lentas e as mais importantes a serem realizadas durante toda a fase de desbravamento das fontes. Sendo assim, a tentativa de classificar aleatoriamente a imprensa maranhense por ser muito ampla, em princípio, tratei de subdividi-la em dois grandes grupos, para posteriormente reclassificá-los de forma mais categorial e especializada. Essa classificação, em início, dependeu em todo caso, não das posições políticas e sociais que seus responsáveis representavam, nem dos posicionamentos partidários ou não em que o jornal foi inserido por seus agentes, e sim, da sua longevidade, da regularidade e incidências, em que as temáticas referentes ao livro, em sentido geral, e ao livro escolar no âmbito particular, eram discutidas e expostas no suporte, como também, do quantitativo de jornais a que tive acesso, já que, em pleno processo investigativo, a instituição responsável pela sua organização, controle e conservação, a Biblioteca Pública Estadual “Benedito Leite” fechou as suas portas para reforma, desde 2009, até os dias atuais.

No primeiro grupo encontram-se os jornais direcionados a um público leitor plural com notícias de âmbito geral, inserindo-se temáticas intermitentes e fluidas sobre o livro, sobre o livro escolar e sua função no ensino, assim como a leitura e o leitor na formação cívica e moral dos maranhenses e suas práticas correspondentes ao contexto oitocentista. Leituras e escritas que aparentemente espelham ser direcionadas a um grupo misto de leitores, dentre os quais podemos interceptar mulheres, negros, pobres, comerciantes e políticos (CASTELLANOS, 2010a). O segundo grupo, constitui-se de jornais mais específicos e especializados, com assuntos referentes à literatura, à religião e à educação. Tais jornais, em sua maioria, caracterizavam-se, como expus anteriormente, por um ciclo de vida curto, destinados a cobrir um movimento político ou uma desordem social, não ultrapassando alguns deles a tiragem de duas ou três edições, além de terem periodicidade irregular.

No Apêndice A, dos 300 títulos de jornais por ano, publicados no Maranhão no século XIX, (N=41) foram analisados, correspondendo a 13,6%. Os sublinhados em amarelo compõem o grupo mais longo, pertencendo 2% (N=6) da primeira metade do século, para 2,6% (N=8) da segunda metade. A cor azul em contraposição constitui o grupo de vida efêmera, 5,67% (N=17) até 1850, para 1,6% (N=5) após esta data, mas nem por isso menos interessante nesta investigativa.

Embora a documentação primária desta investigação tenha-se sustentado, em princípio, nos escritos expostos nos jornais que trataram sobre o livro e suas formas de produção e comercialização; nos registros que abordaram o livro escolar, sua distribuição e uso no ensino; nas referências feitas aos textos, à leitura e algumas vezes ao leitor, mediadas pelos discursos identificados, pelas temáticas localizadas e pelos avisos, anúncios, e propagandas que se remetiam ao livro, aos lugares de edição e de venda; pela complexidade das notícias registradas em ditos jornais, segundo o estilo da escrita, pelas dificuldades encontradas (alheias à investigação) em estender a análise a uma maior quantidade de impressos que circulara na época, e por estar ciente de que existia uma documentação no Arquivo Público do Maranhão, de restrito acesso e em condições extremas de deteriorização, ainda assim, fiz questão de procurar esses novos documentos, os quais se fizeram imprescindíveis neste fazer histórico para dar inteligibilidade aos sinais captados pelos jornais.

À medida que fui avançando pela topografia da imprensa, os vestígios postos sobre o livro escolar, os indícios sobre sua produção, distribuição, circulação e uso, e os rastros expostos sobre os agentes envolvidos nos processos de aprovação e adoção desse artefato no ensino maranhense, induziram-me a procurar esses outros documentos. Ao analisar as informações neles contidas no constante questionar das fontes visando seu alargamento, no cruzamento do expresso na imprensa com o dito nos manuscritos, e confrontando estes dados com os relatórios digitalizados e impressos de diferentes naturezas, foi-me proporcionado penetrar no trajeto do livro escolar maranhense, seja no mercado do livro, seja no âmbito da instrução como ferramenta pedagógica de ensino (CASTELLANOS, 2011c).

Se, no início, a investigação se dirigia ao mapeamento dos livros no Maranhão Império e às diferentes formas de interagir o jornal com o público leitor, o expresso nos jornais por si só não deu conta de me auxiliar a entender os processos em que o livro esteve inserido no cenário maranhense no Oitocentos, e muito menos a fazer inferências cabíveis que respondessem a seu uso na instrução. Por outro lado, na busca de elementos que me esclarecessem ainda mais a representatividade do livro no século XIX e no anseio de analisar

o maior número de jornais, tentando ter mais indícios, a própria fonte levou-me, no decorrer da catalogação das notícias, nos procedimentos de seleção de matérias, e na separação dos jornais com assuntos a fins, a prestar maior atenção às referências que constantemente se faziam aos livros utilizados nas escolas, por meio dos anúncios e avisos, levando-me também a mapear os livros escolares colocados em circulação mediante a venda e o consumo, e a procurar entender os processos, não só de produção, divulgação e consumo, como também penetrar na dinâmica imposta pela aceitação ou não dos livros escolares na instrução maranhense a partir dos trâmites de aprovação, adoção, substituição e veto no ensino público.

Essas várias possibilidades encontradas nos jornais, de forma direta ou camuflada, direcionaram-me a procurar esses outros documentos que traziam consigo, ainda que em informações estratificadas, alguns fatos registrados que poderiam me esclarecer o lugar que o livro escolar maranhense ocupou na instrução no período imperial. Isto sem contar que num volume de minutas ou de correspondências, as referências ao livro escolar, aos processos em que esteve inserido, às doações e compras desses artefatos da cultura escolar por agentes governamentais e pelos intelectuais de renome no âmbito nacional e local, assim como a distribuição pelo governo da província para os alunos pobres das escolas públicas de ensino, instituído em lei, como também as críticas e sugestões referentes às prescrições de seu uso são rarefeitos e despendem uma economia de tempo que sem ajuda do núcleo de pesquisa ao qual faço parte - NEDHEL, a operacionalidade nesta investigação seria inoperante²⁰. Essa submersão nos arquivos ou em situações diversas, sugeridas pelas fontes mais inesperadas, faz que o historiador, ao emergir traga, “o elemento singular, o fato único, o momento irrepetível [emergindo] os paradigmas ao final das pesquisas” e não ao contrário (GINZBURG, 1989b, p. 39).

Em sendo assim, depois de ter selecionado os jornais de meu interesse e ter feito uma varredura nos assuntos propostos, entrei no estágio de separar e catalogar as notícias que se referiam ao livro em sentido geral, ao livro escolar de qualquer procedência, ao livro escolar escrito por autores maranhenses, e ao livro escolar maranhense produzido na província. No que se refere aos espaços transitáveis por este artefato da cultura, cataloguei aquelas matérias que abordaram os espaços de sociabilidade, os lugares de produção, as estratégias de comercialização, as casas tipográficas, entre outras categorias de menor alcance. Posto isto, e sentindo na própria pesquisa as limitações do jornal para dar

²⁰ O Livro de Minutas ou de Correspondências do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província e vice-versa, localizados no Arquivo Público do Maranhão, para cada ano da instrução no período imperial correspondem dois volumes de documentos, contendo cada um de 400 a 450 páginas.

continuidade à investigação, necessitei analisar documentos de outra natureza, para completar as informações que poderiam situar-me no cerne do livro escolar maranhense e compreender os processos que o acompanharam na sua existência no século XIX. Entre eles, foram utilizados:

- a) **Os relatórios dos Presidentes de Província**, que pertenceram ao período em foco. Nestes documentos, tratei de compreender como se colocavam os agentes governamentais com respeito à instrução pública, tratando de apreender na massa de documentos o que se dizia sobre os livros escolares, quem eram seus autores, em quais processos estiveram inseridos e qual foi sua influência no ensino público.
- b) **Os relatórios dos Inspectores da Instrução Pública**, sendo mais amplos e detalhados, que os relatórios dos Presidentes, neles propus-me analisar nestes documentos os problemas reais no ensino público a partir das exposições do Inspetor. Tentei flagrar os processos de aprovação, adoção, substituição e veto dos livros escolares em análises, e de entender como se deu a aceitação ou rejeição dos professores pelas obras indicadas pelo(a) Conselho/Congregação, ou mesmo pelo Inspetor, como também compreender as relações mantidas entre os professores, o presidente e o inspetor quanto aos processos implícitos na Instrução Pública.
- c) **As correspondências e os ofícios**, por serem documentos remetidos entre os professores e os Delegados Literários, entre estes últimos e os Inspectores, e entre os Inspectores da Instrução Pública e os Presidentes da Província (respeitando as hierarquias), tentei inventariar: os pedidos de aprovação dos livros escolares, seja pelos professores, seja pelos agentes governamentais; os livros adotados pela Congregação do Liceu, pelo Conselho da Instrução Pública ou mesmo pelo Inspetor da Instrução; os livros reprovados e os critérios usados; os livros escolares doados por autores maranhenses, por autores de outras províncias ou mesmo por agentes governamentais procedentes do Estado Neutro; os livros não aceitos pelos professores, embora fossem indicados para a instrução, entre outros aspectos a tratar.
- d) **Os relatórios apresentados às Exposições**, tais como: o Relatório apresentado à Exposição Nacional (1875), por Fabio H. M. Rego; o Relatório apresentado à Exposição de Filadélfia (1876), por César Garcia Marques; o Relatório da Instrução Pública em diversas Províncias do Norte (1852), e os Exames nos Arquivos dos Mosteiros e das Repartições públicas para a Coleção de Documentos Históricos relativos ao Maranhão (1853), ambos elaborados por Antonio Gonçalves Dias. Estes documentos foram examinados na tentativa de apreender todos aqueles aspectos

referentes ao livro escolar, aos títulos adotados no ensino maranhense e aos aspectos ligados a seu uso mediados pelas transcrições expostas; saber como se operacionalizava nos lugares de guarda da cultura letrada, desde o nível de circulação dos livros nesses espaços de memória e de leitura, o estado dos suportes (livros, revistas, jornais), até a sua localização e conservação, como também compreender as condições da instrução maranhense no Oitocentos a partir das percepções destes intelectuais e políticos.

- e) **Os manuscritos pertencentes à Alfândega** fizeram-se necessários na tentativa de identificar a entrada e a saída de livros (proibidos ou não) por vias permissivas, de inventariar os títulos registrados nas listagens localizadas, as áreas do saber desses livros, o quantitativo total, o número de volumes de uma mesma obra, como também os responsáveis por essa importação ou remessas.
- f) **Os estatutos e o Regulamento Interno do Gabinete Português de Leitura** constituem-se documentos necessários na tentativa de compreender seu funcionamento como espaço de leitura, analisando as estratégias adotadas para promover um movimento de leitores, assim como entender a importância e significabilidade que este espaço de sociabilidade deu aos livros e aos leitores, agenciando um intencionado consumo de cultura.
- g) **Os Estatutos da Biblioteca Pública Provincial e os inventários-relatórios** elaborados pelos guarda-livros ou pelos bibliotecários foram importantes, nesta investigação, para identificar os títulos que faziam parte do acervo, para discernir o número de livros escolares que foram inventariados, como também para compreender a circulação dos livros escolares e o funcionamento neste espaço de leitura instituído em lei. Ao cruzar os três inventários (de diferentes anos), transcritos dos relatórios que os bibliotecários mandavam para os Inspectores da Instrução Pública, com as notícias de doações e pedidos de livros ao governo central registrado na imprensa, conjuntamente com as correspondências estabelecidas entre os Presidentes, os Inspectores e os guarda-livros deste espaço de conservação da cultura escrita, consegui compreender a dinâmica imposta entre a entrada e a saída de livros, identificando as remessas de obras doadas pelo Estado Neutro, pelas províncias, ou mesmo por particulares, analisar a listagem de livros para serem (re)encadernados, denunciando seu uso e movimentação neste espaço, e avaliar não só a listagem de obras para serem vendidas a peso (por preços irrisórios) como consequência do nível de deteriorização,

como também o quantitativo de livros a serem queimados por não poderem ser aproveitados pelo alto nível de mutilação, entre outros aspectos.

- h) **Os livros escolares maranhenses e os não locais** foram imprescindíveis à compreensão não só dos aspectos externos que os caracterizam, como também dos elementos internos que propiciaram sua atuação no ensino público e que serão abordados no decorrer do trabalho, embora sua localização tenha sido dificultada pela não conservação deste “primo pobre da literatura” nos espaços de guarda da cultura. O seu acesso somente foi possível, pela ajuda de alguns intelectuais maranhenses, que, por meio das suas bibliotecas particulares, permitiram-me entrar em contato direto com alguns compêndios, seletas, livros de gramática e de leitura, escritos por professores primários, intelectuais e políticos maranhenses atuante no cenário da instrução no período em foco.

Analisei ainda nos relatórios dos Presidentes de Província, nos quais se registram de forma mais geral os problemas da instrução pública, não só as referências feitas em algumas ocasiões aos métodos de ensino da leitura e da escrita (de forma simultânea ou não), aos livros mais utilizados no espaço instrutivo e às dificuldades com os artefatos da cultura escolar que poderiam auxiliar no ato do ler, do escrever e do contar nas diferentes instituições escolares e não-escolares; como também tentei flagar as formas de captação de recursos, documentadas de forma tênue para a manutenção, funcionamento e mobilidade de leitores e da circulação dos livros na Biblioteca Pública Provincial, na Biblioteca Popular, no Gabinete Português de Leitura e em outros espaços de sociabilidade. Para Giglio (2001), os relatórios se constituem em dispositivos que controlam e ordenam a vida dos cidadãos e do próprio Estado, à medida que reproduzem uma cartografia da província e são respaldados pelos agentes jurídicos e de execução dos atos provinciais, participando em seus laudos os inspetores de obras públicas e de ensino, o secretário do Tesouro e os diretores das instituições educativas ou não, sem perder de vistas instituições outras não-governamentais.

Esses relatórios, como uma espécie de índice remissivo, mostrando a cotidianidade, as práticas, costumes e formas de sentir e de agir, embora a partir de visões autorizadas, também me ajudam a entender o funcionamento do Estado Imperial, suas estratégias e suas especificidades. Representam na sua espontaneidade, mesmo que seja paradoxalmente intencional, de que maneira qualquer súdito poderia escrever diretamente às autoridades superiores, pulando os escalões intermediários de controle: “série [que] costuma também ser bastante instigante por retratar temas do cotidiano municipal e pessoal, fossem eles prosaicos, fossem [eles] complexos” (BACELLAR, 2005, p. 27).

Essa documentação tem sido indispensável, independentemente da sua natureza e especificidade, para garantir a operacionalidade nesta investigação. Esses manuscritos, jornais, relatórios, massa documental no geral, precisaram ser manuseados, sentidos e detectados sem pressa, recorrendo em alguns casos, a utensílios necessários e específicos: a lupas, para desvendar os riscos e rabiscos nas bordas dos suportes mal colocados, as palavras entrecortadas, os nomes mal compreendidos e as datas ilegíveis a olho nu; as luvas, para revestir as mãos evitando a contaminação com o que já está indiscutivelmente contaminado. Esses documentos, por outro lado, estão perecendo e deixando de ser estudados, transcritos e analisados por causa das condições extremas em que se encontram atualmente os “lugares de guarda”, essas memórias e dados estão-se perdendo e desaparecendo pela situação a que estão condenados, seja pelo descuido dos sujeitos responsáveis pela sua conservação e pela precariedade do espaço a que estão destinados, seja pela ação do tempo e o processo natural de não-longevidade do suporte deteriorado.

Nesse sentido, afirma Silva e Freitas (2004, p. 105) que,

[...] o trabalho de transcrição de documentos [...] não é um simples ato de reproduzir uma escrita. É também o desafio de decodificá-la, de entender o que foi escrito há mais de um século, em muitos casos, por mãos habilidosas que realmente sabiam escrever e, em outros, por mãos trêmulas, que detinham apenas noção da escrita, dificultando o trabalho do pesquisador. Para quebrar essas barreiras, socorre-nos a Paleografia, ‘ciência que ensina a ler e interpretar corretamente documentos manuscritos antigos’.

Dessa forma, o gesto do historiador trata de ligar as ideias compreendidas nos documentos identificados, aos lugares e situações referidas, partindo da observância da escrita e inscrevendo nela (e através dela) unidades de sentido determinadas, isto é, os fatos. Essa laboriosidade do historiador, na análise do documento, no tecido do histórico, recorta assuntos relativos aos lugares de observação, nos quais, com respeito à fonte, ele está deslocado, permitindo essa situação, ao historiador que investiga, “[...] conhecer a [situação] deles²¹, de outra maneira que eles puderam conhecer” (CERTEAU, 1982, p. 44), compreendendo por meio das tensões latentes nos registros, dos jogos de força implícitos na documentação e das redes de conflito estabelecidas nos suportes analisados, o lugar outorgado pela imprensa oitocentista, pelos relatórios e pelos manuscritos, ao livro escolar maranhense, aos processos a que foi submetido para ser aceito, e às formas em que foi usado no ensino público.

²¹Leitores do século XIX.

8 A organização do trabalho

Ao deter-me nos escritos oitocentistas registrados nos jornais que tratam da influência do livro na educação de um povo, do papel do livro escolar no ensino primário e secundário, da importância do livro de leitura para o ensino do ler e do escrever, do leitor e de suas práticas nos espaços de leitura, e na tentativa de refletir até que ponto esse discursar repercutiu ou não no plano instrucional, tentei por meio dos jornais, mapear o quantitativo da produção, comercialização, distribuição e controle dos livros escolares e não-escolares nesse presente-ausente. A análise da circulação dos livros escolares e não-escolares no cenário maranhense imperial permitiu-me compreender o significado que o livro e a leitura tiveram nessa época datada, identificando as notícias que referenciavam a importância da leitura por meio de suas tipologias, os escritos que se detinham a comentar positivamente ou a criticar as práticas do leitor no plural e as estratégias impositivas e disciplinares (determinadas por mediação do jornal) sobre os leitores com respeito às leituras condenadas.

Essas polaridades presentes nas temáticas impressas ou manuscritas que trataram sobre o livro escolar e seu uso, sobre os livros escolares permitidos ou vetados, sobre a não aceitação passiva dos professores pelos livros indicados pelos órgãos competentes, sobre as particularidades do leitor e suas práticas nas diversas situações de leitura, sobre os espaços de sociabilidade e a relação estabelecida entre os autores de livros e seus leitores nas conferências populares, são aspectos que precisei tentar desmistificá-los neste fazer do histórico, já que suas relações internas constituem-se em “secretas porosidades” que modificam os contratos linguísticos e os acordos propostos entre emissores e receptores tão difíceis, mas não impossíveis de serem calculados. Acordos que, na visão de Certeau (1995, p. 40) se estabelecem entre o “direito visível e o avesso opaco, entre aquilo que os escritos autorizados articulam e aquilo que deles é aceito”, ou seja, as diferenças entre o imposto e o recebido, entre as estratégias tributadas e as táticas exercidas diferem de quem seja o receptor e de que maneira receba o dado. Diferenças implícitas “[...] entre a comunicação que permite e a legitimidade que pressupõe, ou seja, acordos semânticos estabelecidos que se definem entre aquilo que se torna possível e aquilo que as torna críveis” (CERTEAU, 1995, p. 40).

Embora a realidade parecesse opaca e velada, em início da pesquisa, ao referir-me à identificação e entendimento dos escritos registrados na imprensa, às peculiaridades dos manuscritos, às especificidades e limitações dos relatórios governamentais, aos artigos instituídos nos estatutos dos espaços de sociabilidade, e mesmo na análise e compreensão dos livros escolares e suas prescrições; ter consciência que o conhecimento histórico é indireto,

indiciário e conjectural, fez-se imprescindível, para que estas zonas privilegiadas de realidades plausíveis de entendimentos e de várias interpretações, as tentasse decifrar, neste trabalho investigativo, visando o passado preso à desconexão e precisando ver a fonte desde dentro. Nesse sentido, apresento a tese em cinco partes: a introdução com o já exposto, três capítulos e a conclusão.

No primeiro capítulo, situo o Maranhão no Oitocentos, privilegiando os aspectos econômicos, políticos, educacionais, sociais e culturais de maneira que se possa reconhecer o lugar que o livro escolar ocupou através da imprensa maranhense e as estratégias adotadas para sua produção e divulgação, expondo, por outro lado, as concepções referentes à leitura e as diferenças estabelecidas, ainda que não intencionais, nos registros dos jornais entre os leitores da época, transitando pelos lugares de venda e de comercialização do jornal, do livro escolar e não-escolar, assim como discutindo como a liberdade de imprensa e a censura coabitaram em situações limites e de inércia durante todo o século XIX.

No segundo capítulo, discuto sobre a produção do livro escolar e sua circulação nos espaços de sociabilidade, transitando pelos primeiros livros editados nas tipografias da província, analisando os problemas internos entre as oficinas e os obreiro-tipógrafos colocando estes sujeitos no meio de questões políticas, lutas internas e concorrências pelas impressões que deram a São Luís um lugar de destaque entre as Províncias do Nordeste (CASTELLANOS, 2011b). Inventário, por outro lado, os livros anunciados para produção ou venda na imprensa, discutindo sobre as estratégias adotadas pelos jornais ao tomar os romances e folhetins como isca de divulgação e consumo do suporte, e de que maneira os autores brasileiros e maranhenses agenciaram obras que retratam os costumes, as crenças e as tradições nacionais e regionais. Finalizo com os espaços de sociabilidade e de leitura como as bibliotecas maranhenses (públicas e particulares), as conferências pedagógicas e as populares, as exposições nacionais e internacionais, nas quais, o livro escolar se fez presente, as práticas de leitura se reafirmaram e a formação de leitor ficou latente, inclusive no Gabinete Português de Leitura.

No terceiro capítulo, dedico-me a transcorrer pelos livros escolares presentes na instrução maranhense, detendo-me nos processos de aprovação, adoção, substituição ou veto dos livros escolares analisados, sejam de origem estrangeira ou nacional, seja concebidos e produzidos por autores locais, entre eles, os professores de ensino primário da cidade de São Luís ou do interior, como também os pedidos de aprovação e de distribuição de livros escritos por agentes governamentais. Proponho-me em fazer uma incursão pelos trâmites realizados e tento apreendê-los no nível das concretizações, das normatizações e das tematizações, ou seja,

procuro compreender estes processos em que os livros escolares foram inseridos à luz dos Regulamentos da Instrução Pública e da dinâmica estabelecida entre o autor, o livro, o avaliador e as leis instituídas. Por outro lado, discorro sobre a representatividade do livro escolar na instrução maranhense e os diferentes usos a partir das transcrições propostas pelos autores, pelos tipógrafos ou pelos legisladores, como também analiso a concorrência estabelecida entre os livros escolares não-pátrios e os nacionais, com os livros escolares de autores maranhenses produzidos, na sua maioria, na província e utilizados nas escolas do ensino primário e secundário. Finalizo na tentativa de analisar esses livros escolares maranhenses nos seus elementos externos e internos que o caracterizam e o diferenciam dos livros não locais em uso na instrução no Maranhão Império.

Nas conclusões, como última fase desta empreitada, ao expor os principais aspectos evidenciados referentes à tessitura relacional que envolve o livro escolar nos espaços de ensino maranhenses, e ao discorrer sobre os elementos implícitos no trinômio livro-leitura-leitor, que foram postos de maneira explícita ou não na massa documental analisada, tratei de esclarecer como estas várias concepções do livro escolar, da leitura e de seu uso repercutiram constantemente no cenário escolar e não-escolar. A tentativa de desvelar e compreender, o alcance das mediações estabelecidas, impostas ou propostas no que tange ao livro escolar e à leitura, ao leitor e as suas práticas, nesta temporalidade e em diferentes espaços de sociabilidade, por sujeitos autorizados ou não com falas legitimadas, veladas ou negadas na própria produção, distribuição e consumo do jornal – independentemente do nível da exposição identificada nos registros e da sua representatividade pelos diferentes sujeitos envolvidos neste processo do ler e do escrever–, poderá trazer, neste estudo, possíveis contribuições para investigações futuras no campo da História do livro e do livro escolar, da História da leitura e do leitor no cenário local, assim como novas formas de compreender aspectos presentes, latentes e poucos referenciados na História do Maranhão e na História da Educação no Maranhão, ainda em fase de construção e sistematização (CÉSAR, CASTELLANOS, 2011).

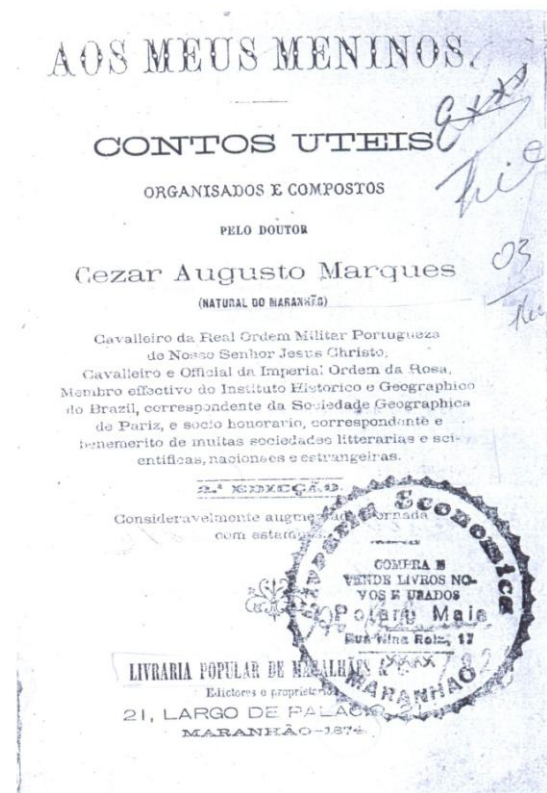
Com respeito à lógica usada no método de exposição deste trabalho, no intuito de dar inteligibilidade e fazer compreensível a leitura e o entendimento do discurso elaborado com dados isolados e extraídos de diversas fontes, referentes à produção, à circulação e ao uso do livro escolar nos espaços de sociabilidade, no qual uma das intenções na construção da fala era demonstrar como se anunciavam em diferentes jornais, e no mesmo jornal de diferentes datas, as informações referente aos livros aprovados, adotados e/ou vetados na instrução pública, optei por registrar nas **notas de rodapé** no decorrer do trabalho, tanto as **referências**

dos documentos garimpados, analisados, catalogados e utilizados na feitura da escrita, como também as **notas explicativas** correspondentes aos esclarecimentos necessários no texto.

Sendo assim, nesta perspectiva, e olhando a história a partir de outras fontes e de outros referenciais, os velhos objetos tornam-se novos, à medida que sua historicidade adquire visibilidade, ao realçar-se a materialidade de seus dispositivos por meios dos quais os bens culturais são produzidos, apropriados e postos em circulação, fazendo que estudos sobre sua história passem a ser pensados como possíveis e relevantes. O documento, independentemente de seu valor comprobatório, tão valorizado nos tempos idos por concepções póstumas do fazer histórico, desde o ponto de vista científico neste pensar plural, adquire uma relevante importância pelo seu valor informativo na margem do cultural, permitindo a problematização e o alargamento da concepção de fonte na História da Educação e possibilitando-nos a construção de uma história menos generalista e estereotipada, ao compreendermos a fonte documental, não só como instrumento de investigação, mas como a reflexão dos limites das práticas institucionais visando à localização, conservação e divulgação dos acervos, como também, as práticas discursivas na construção do campo da própria história que prepara terrenos para uma crítica empírica que constitua novos problemas, novos objetos e novas abordagens.

CAPÍTULO 1

A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DO LIVRO NO OITOCENTOS



Neste capítulo, dedico-me a discorrer sobre a imprensa e de como o campo da educação tem se apropriado desse suporte na tentativa de desvelar o seu passado, para em seguida, debruçar-me sobre o Maranhão Império. Entender as formas de produção e de distribuição, de consumo e de circulação do livro, a partir dessas fontes, no âmbito deste trabalho, faz-se necessário na medida em que a imprensa é um meio privilegiado para se compreender o cotidiano maranhense, sobretudo aquele que se relaciona com os livros e seus usos, com a leitura, o leitor e os espaços de sociabilidade presentes nas linhas e nas entrelinhas das suas páginas, as quais, em preto e branco, vão descortinando o passado e fazem brotar todo um conjunto de práticas e de saberes – permitidos ou não – que, das mãos manchadas de tintas dos impressores e da organização dos tipos, colocaram-se numa ordem semântica intencionada, um conjunto de discursos, denúncias, comentários e críticas que desciam as ruas, os becos e as ladeiras de São Luís, ora nas caladas da noite, ora sob o sol escaldante acalentado pela brisa da Baía de São Marcos.

É válido lembrar que trabalhos investigativos nas mais diversas áreas do conhecimento têm tomado a imprensa como um objeto de pesquisa ou/e uma fonte documental de regular consulta, uma vez que as informações nelas registradas e a riqueza de elementos históricos expostos em alguns de seus escritos, têm possibilitado aos pesquisadores usá-las sobre perspectivas várias (CATANI; BASTOS, 1997; CATANI; SOUSA, 1999; FRADE, 2000; VIEIRA, 2007). No caso desta investigação, me aproprio dos discursos (fragmentados ou não) sobre o livro e a leitura, procurando entender nos formatos expostos não verbalizáveis, mas nem por isso menos traduzíveis, o significado dessas categorias de análise no momento da elaboração dos documentos, tentando compreender a variedade dos assuntos e as variações da escrita travestida de sentidos múltiplos, assim como, trato de captar a intencionalidade da própria localização das notícias na topografia do jornal, as quais simbolizam permanências, rupturas, importância, destino e significação dependendo da temática tratada, do seu destinatário, do remetente e da própria natureza do texto, isto é, da “configuração textual” do registro, para usar o termo de Mortatti (2000a), tendo em vista, que às vezes, a mensagem pretendida pelo escritor e o que fora publicado apresentava múltiplas diferenças, aqueles objetivos iniciais propostos pelo autor, eram total ou parcialmente discordante do produzido por quem editava, imprimia e/ou dirigia o jornal; mesmo assim, são temáticas que aparecem com intermitências, textos que tratam de expressar em momentos esporádicos do jornal, mensagens, concepções e representações sobre o livro e a leitura, podendo-me direcionar, de modo mais específico, e aproximar-me cada vez mais das tramas educacionais do Maranhão imperial, quando se faz referência aos textos não escolares

adotados e adaptados na instrução, como também aos escolares concebidos e produzidos com este fim, analisando assim, os meios e manobras de aprovação e adoção destes livros para o ensino.

O uso do jornal como fonte para a tessitura dos discursos educacionais tem se tornado frequente pelas várias possibilidades que foram sendo postas pelos investigadores da História da Educação, desde aqueles que tomam como referência o trabalho de Pierre e Penélope Caspard (1981; 1997) e seu mapeamento da imprensa periódica educacional francesa, até os estudos de caráter mais restritos (tomando-o como objeto de estudo), que reconhecem o poder educativo do impresso não especificamente educacional, mas nem por isso, menos cultural, como fica demonstrado nos estudos sobre *The Spectator* de Pallares - Burke (1995)²². Mas, é certamente Nóvoa (1993; 1997), pela proximidade linguística e pessoal com os historiadores da educação brasileiros, que incorporifica esse trabalho e estimula outras iniciativas investigativas nesse campo, visualizando o jornal como fonte para os estudos históricos. Para Nóvoa (1993, p. XXXII), “a imprensa é, talvez, o meio para compreender as dificuldades de articulação entre a teoria e a prática [...] o lugar de uma afirmação em grupo e de uma permanente regulação coletiva”, na medida em que cada escritor está imerso entre debates e discussões, entre polêmicas e conflitos, no diálogo com seu público.

Nesse sentido, além de evidenciar as inúmeras possibilidades desse tipo de material, Nóvoa (1993) traz, na obra *A imprensa de Educação e Ensino*, uma ampla descrição metodológica que orientou Catani e Sousa (1999) a cartografarem a documentação impressa no âmbito do estado de São Paulo; instigou Catani e Bastos (1997) a estabelecerem relações entre a Imprensa periódica e a história da educação; e inspirou Frade (2000) a realizar um estudo comparativo entre as revistas mineiras destinadas a professores, a exemplo de outros trabalhos, que têm estimulado pesquisadores a tomarem “[...] a imprensa como fonte e como objeto [tirando] algumas lições sobre a necessidade de descrições analíticas e de construção de repertórios” (FRADE; MACIEL, 2006, p. 9). A partir dessas primeiras iniciativas, um amplo espectro de pesquisas vem sendo desenvolvido, o que torna essas fontes marcas privilegiadas para entender o campo da educação em tempos e espaços diversos.

Todavia, isso não significa que a imprensa (não dedicada à instrução) não possa ser tomada como meio de construção de textos históricos educacionais. A diferença se pauta

²²Segundo Pallares-Burke (1995) o jornalismo cultural se constitui num jornalismo mais de formação que de informação, isto é, forma intermediária entre o jornal e o livro, que se transforma na marca característica da imprensa do primeiro iluminismo (o inglês), em defesa da moral, e do segundo iluminismo (o francês), em defesa da liberdade.

em que, ao amparar-me nos pressupostos da História Cultural como tendência historiográfica por me permitir tanto o alargamento do conceito de fonte avaliando a natureza da escrita e analisando o remetente e a referência dos registros, como também questionar os interditos impressos nas temáticas abordadas na procura de entender o lugar que ocupa o autor do texto em diferentes contextos e sua influência nos diferentes espaços, esta vertente me autoriza a lançar mão de múltiplas alternativas investigativas que terminam abrindo todo um conjunto de possibilidades de apropriação do documento e, principalmente, constituem-se tomadas de decisões no fazer metodológico, que partem de um amplo leque interpretativo, representado, no caso deste trabalho, pelos estudos de Roger Chartier (1988; 1990; 1994; 1995; 1996, 2002; 2003; 2009), Robert Danton (1993; 1996; 2003; 2010), Michael de Certeau (1982; 1994; 1995; 2006) e Carlo Ginzburg (1987; 1989a; 1989b; 2001), dentre outros.

Portanto, a imprensa pode relevar as diversas fisionomias do processo social e cultural de um lugar, e as várias faces do processo político e educacional de um ambiente, isto é, ela me ajuda a compreender, como em determinado período, os diferentes assuntos e preferências, os díspares artefatos e sujeitos específicos, e as múltiplas *formas de fazer* mobilizam-se e movimentam-se (de forma linear ou na contramão), tratando de representar os canais utilizados pelas práticas individualizantes de homens e mulheres em lugares distintos, os seus posicionamentos estratégicos no enredo societal, e as configurações que foram tomando seus discursos registrados, divulgados e contestados neste suporte.

Essa fonte e sua especificidade ajudam a entender o modo pelo qual a circularidade de idéias (BAKHTIN, 1985) foi-se constituindo entre os vários agentes – políticos, educadores, escritores – e de como seus livros, seus métodos e a tipologia de seus escritos, foram aceitos como referência, e tomando forma e conteúdo para o desenvolvimento de um apanágio de práticas e de saberes, pelos quais os pesquisadores do tempo presente acabam ressuscitando situações, assuntos, operações, gestos, atos, negociações e nomes, que, de alguma forma e em diversas ocasiões, a história oficial ignorou, deixando-os encobertos pelas névoas e poeiras do tempo.

Sendo assim, a análise, o mapeamento, a interrogação e a interpretação dos escritos registrados na imprensa, trouxeram inúmeras possibilidades para a concretização desta pesquisa, a destacar: a) as formas de regulação e de modelação dos discursos publicados na imprensa; b) as disputas pelo poder econômico, político e intelectual entre diferentes atores; c) a organização e sistematização do campo social e cultural, tendo o livro, a leitura e o leitor diversos níveis de apreciação; d) as mais diversas formas de produção e circulação dos saberes e dos materiais escolares, especialmente os diferentes tipos de livros segundo a sua

natureza e função; e) e, por último, a representação do livro escolar e da leitura em temporalidades diversas e espaços circunscritos no Maranhão imperial.

Isto posto, a imprensa que adoto neste trabalho, no sentido global, não ficou restrita somente aos jornais que tratavam da instrução como espaço de lutas entre políticos e intelectuais, instância de poder, lugar de aculturação e de sociabilidade, como havíamos decidido *a priori*. Devido ao exíguo tempo para selecionar os impressos a serem digitalizados, identificar as temáticas a serem fotografadas, analisar e transcrever o teor do escrito e resgatar documentos mais específicos na Biblioteca Pública “Benedito Leite”, necessários neste proceder investigativo, tive que mudar o decurso da investigação inicial²³. Num refletir constante, reformulando trajetos e decidindo novos itinerários, cheguei à conclusão, nas primeiras leituras e catalogações de notícias na massa documental resgatada, que, se encontrasse temáticas relacionadas com a pesquisa, nos jornais analisados (não com fins educativos aparentes), haveria maior representatividade, significação e importância, como espaço instrucional tangível não intencionado por seus agentes²⁴, do que aqueles orientados e destinados a tratar do livro, da leitura e da instrução, pela própria natureza ontológica do suporte.

Portanto, diante desses fatos, decidi correr os riscos inerentes a qualquer investigação, independentemente do nível de seu planejamento e ação, orientando os questionamentos e convencido de que seria mais produtivo não enclausurar a análise num campo estreito e restrito, possibilitando uma investida ampla na totalidade dos jornais localizados e analisados, tratando de entender a interlocução estabelecida entre as temáticas referentes ao livro e à leitura em impressos como fins instrutivos ou não, e compreender até que ponto os jornais – aparentemente não cultuados pela sua objetividade política e ideologizante, e pela preocupação primeira com o aspecto vendável como meio de subsistência e poder – conseguiam, mesmo de forma não intencional e velada, informar, cultivar e instruir.

O primeiro periódico que se destina a tratar da educação no cenário ludovicense (e não localizado no acervo da Biblioteca Pública) foi o *Botão de Ouro*, redigido em 1854, pelos alunos do Liceu Maranhense e liderado por Augusto Olympio Gomes de Castro, o qual se apresentava como um veículo de entretenimento para os leitores, mediado pelos versos, embora, na opinião de Jorge (2008, p. 219), mostrasse certa maturidade e cultura ao tratar dos

²³A Biblioteca Pública “Benedito Leite” foi fechada para reforma, desde agosto de 2009 até o presente; portanto, interferiu no andamento da pesquisa documental.

²⁴Autores, escritores, editores, tipógrafos e impressores.

interesses particulares dos demagogos, que “[...] longe de dizer ao povo: Sois pobres, porque não sois instruídos. E ao governo: Sois maus, porque não instruí ao povo”, terminavam se aproveitando da ignorância alheia em benefício próprio. Entretanto, dos 300 jornais publicados na província do Maranhão no século XIX (APÊNDICE A), analiso nesta tese 41, que tratam de questões relativas à instrução, ao livro e à leitura no período imperial, alguns de forma ampliada, explícita e regular, outros com informações residuais e lacunares, mas que oferecem indícios, que no geral, contribuíram para a feitura deste trabalho.

Castro (2007a), analisando a imprensa maranhense, afirma que os jornais são um campo fértil de pesquisa ainda pouco explorado pelos pesquisadores locais e que há uma tendência a acentuar a bipolarização entre a criação e o fechamento, provocada pela tensão ascendente entre grupos oligárquicos com interesses contraditórios, disputas contínuas, e finalidades comuns de combater adversários políticos ou de defender amigos ou compatriotas. A classificação dos jornais maranhenses pode ser compreendida em dois grandes grupos: o primeiro, destinado a trazer notícias de caráter geral, nas quais a instrução ocupava um espaço não específico, na procura por atingir um público em potencial mais amplo enquanto às tipologias do leitor: mulheres e homens com os rudimentos da leitura e da escrita, negros ladinos que compreendiam os textos, os comerciantes, os homens das leis e os políticos (CASTELLANOS, 2010b), promovendo este universo variável, uma maior tiragem e distribuição dos impressos e, por conseguinte, uma maior circulação e consumo, inclusive no interior da província (nas cidades mais desenvolvidas), como Itapecurú, Viana e Caxias (GALVES, 2010).

No segundo grupo, caracterizado pelos jornais destinados a tratar de assuntos específicos e, conseqüentemente, a um tipo determinado e restrito de leitor, destacam-se entre eles, a *Revista Universal Maranhense* (1849), propagadora de matérias relativas às ciências e à literatura; *O Archivo* (1846) publicado pela Associação Literária Maranhense, que oferecia oportunidades a todas as pessoas que quisessem imprimir alguma obra, dividido em seções de ciências e literatura; e *O Artista* (1868), no qual se debatiam diferentes concepções sobre as artes manuais, dentre outros; não obstante, pela análise realizada nesta massa documental, fica evidente que, independentemente do número de jornais impressos no século XIX, da sua natureza, teor e finalidade, uma cifra significativa deles apresentam um ciclo de vida muito curto, alguns não passando de duas ou três edições, sem uma clara divisão dos conteúdos e sem uma ordem mais específica e metódica (FARIA FILHO; SOUSA, 2002).

Se as observações acima são pertinentes, é preciso destacar que, no caso peculiar do Maranhão, apesar dos jornais apresentarem essas características a partir de 1870, é

estabelecida outra sistemática de diagramação por assuntos, notadamente n’*O Domingo* (1872) e no *Semanário Maranhense* (1887), cujas mudanças são resultantes da incorporação de maquinários modernos e de mão-de-obra qualificada, que fizeram de São Luís um centro importante da tipografia no Brasil oitocentista, como afirma Hallewell (2005). A partir da melhoria da arte tipográfica maranhense, intensifica-se a produção de outros impressos, entre eles: cartazes destinados à divulgação de peças teatrais apresentadas no Teatro São Luís em comemoração a alguma data específica ou em reverência a alguma personalidade²⁵, pequenos folhetos que traziam ilustrações (mapas, fotos e desenhos), além de folhinhas e cartas de jogar. Esse movimento dos impressos e dos seus lugares de venda contribui para uma produção de livros com maior qualidade gráfica, levando a muitos dos escritores maranhenses e de outras províncias, que antes imprimiam seus livros na Capital do Império ou no exterior, a usar as oficinas ludovicenses para fazer circular seus ideais e seus sonhos a partir de produções locais, estimulando o delírio de rapazes e moças que se afeiçoavam cada vez mais à leitura (VIVEIROS, 1954).

Para uma compreensão mais ampla e sistemática do acima exposto, trato de maneira panorâmica, aspectos sobre a imprensa no Maranhão, com a finalidade de tornar mais nítidas as evidências sobre o livro (em especial o escolar) e a leitura nela localizados, sem buscas intencionais, nem aprofundamentos desnecessários nos seus aspectos intrínsecos, até por que não é o objetivo desta pesquisa a sua história. Embora, Lopes (1959, p. 15) tenha advertido a quem pretendesse “escrever um livro sôbre a história da imprensa no Maranhão [que teria uma] difícil tarefa porque escasseiam as fontes onde o pesquisador [pudesse] abeberar-se para oferecer trabalho firmado em segura documentação”, ainda assim, alguns autores maranhenses, enveredaram-se nesse empreendimento, como Frias (2001), Marques (1878), Serra (2001), Jorge (1987; 1998; 2000; 2008), dentre outros. Esses trabalhos da imprensa local, juntamente com vários estudos que fazem referência à história da imprensa brasileira, como Sodré (1983) e Rizzini (1988), são valiosos porque, ao trilharem os caminhos investigativos do impresso, acabaram por auxiliar-me a analisá-lo e a entendê-lo em suas dimensões específicas quanto ao livro e à leitura; portanto, tomo esses autores como referência para tecer o que segue.

²⁵ Designado como Teatro União, de 1817 até 1852. No Governo de Urbano Santos, recebe a atual denominação de Teatro Artur Azevedo.

1.1 A imprensa no Maranhão Império: percursos e desvios

Procurando indícios que mostrassem a representatividade, produção, divulgação e circulação do livro no Maranhão Império, mediados pela imprensa como uma das fontes adotadas neste trabalho, e tentando mapear e garimpar – entre notícias, avisos, assuntos, subscrições, doações e vendas²⁶ – a distribuição e consumo destes suportes, assim como os escritos referentes à leitura e ao leitor (mesmo que genericamente), fui levado a compreender, que, se não foi pela instalação da Tipografia Nacional Maranhense, em 1821, nem por se constituir o Maranhão o quarto lugar no Brasil em imprimir um jornal²⁷ (ainda que de forma tardia)²⁸, que o livro como artefato cultural produzido e difundido já se fazia presente e de circulação permanente no solo timbira; pelo menos o início da imprensa ludovicense marca um canal de leitura mais acessível, atualizado e menos oneroso do que aquele circunscrito pela propriedade do próprio livro.

A imprensa como lugar de expressão pode ser entendida como de mão-dupla e se constitui numa das três distinções existentes entre o livro e o jornal, defendida por Sodré (1983)²⁹, se leve em consideração a interlocução entre o emissor e o receptor materializada e registrada nos impressos, independentemente da “não preocupação dos redatores” com o entendimento e a compreensão do público leitor fazendo uso e abuso de palavras e expressões difíceis (apesar do grande número de analfabetos), segundo a opinião de Jorge (2008). Nesta perspectiva, acredito que tanto os escritos direcionados ao livro e a seu uso na instrução, como também os registros direcionados à leitura e ao leitor, mesmo que esporádicos e não tão representativos como outras matérias, ainda assim, os registros apontam pistas e dão subsídios do significado que tinham estas categorias de análise nas fontes resgatadas; embora reconheça que este instrumento de comunicação por sua concepção e natureza tenha-se constituído numa

²⁶ Títulos ou cabeçalhos em que aparecem os livros registrados nos jornais da época.

²⁷ A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi o primeiro jornal a circular na Corte, em 1808. Na Bahia circulou, em 1811, o *Idade d'Ouro do Brasil*. O terceiro jornal a ser publicado no território nacional foi o *Aurora Pernambucana*, em 1821.

²⁸ A Imprensa Régia foi instalada na Corte desde 1808 até 1822. Em 1817 passou a chamar-se Real Officina Typographica, simplificando-se para Régia Typographia no início de 1821. Nesse mesmo ano, por decreto dos liberais no poder em Portugal, torna-se a Typographia Nacional (HALLEWELL, 2005).

²⁹ Para Sodré (1983) o jornal apresenta três distinções enquanto processo de difusão de ideias, se comparado ao livro: 1º) a diferença de formato entre os suportes e a interrelação de mão-dupla mantida entre o leitor e o escritor/editor; 2º) a possibilidade de publicação do jornal a baixo preço para o consumo em massa, independente do acesso restrito dos leitores pelas condições econômicas; e 3º) a mudança no conteúdo dos anúncios dos “velhos modelos”, que divulgavam os estabelecimentos, pelos os “novos modelos”, que anunciavam mercadorias isoladas valorizadas ao máximo pelas ilustrações, isto é, “era a supremacia do fabricante sobre o comerciante; da produção sobre a circulação, peculiar ao capitalismo plenamente caracterizado e desenvolvido” (SODRÉ, 1983, p. 5).

imprensa áulica³⁰, com intervenientes mais próximos da formação de opinião, do que da informação, isto é, um meio de formatar o caráter ideologizante de quem lê, em defesa dos interesses lusófilos (SODRÉ, 1983).

A imprensa maranhense com tendência panfletária em seus primórdios (JORGE, 2008), e conseqüentemente menos aculturante, e a predominância opinativa inserida nos seus escritos mediada pelos entraves políticos e ideológicos entre facções com interesses contrapostos (SODRÉ, 1983), não pode ser comparada nem com a imprensa da França e da Inglaterra, nem com a dos Estados Unidos, embora muitos de seus registros no decorrer do período imperial e republicano façam referências constantes a estes países como modelos de instrução, de cultura e economia (a ser entendidos, inculcados e seguidos) sem perder de vista a formação de uma identidade nacional.

A imprensa do Maranhão Império, se não trazia na sua gênese as estratégias de imposição do jornalismo cultural inglês na defesa constante da moralidade protestante e do saber ler como necessidade essencial e de honra da formação religiosa, nem os princípios do iluminismo francês na luta pela liberdade – que objetivavam não só burlar as regras impositivas do privilégio³¹ do livro (sobre a sua produção, venda e consumo), como também usar o jornal como opção secundária e inovadora de comercialização e disseminação da cultura escrita desafiando as regras censórias impostas ao cultivo das obras (DARNTON, 2010); tampouco traz na sua concepção primária os preliminares da instauração prática do jornal dos Estados Unidos, como forma de legitimar nesse instrumento de circulação de ideias, a legislação norte-americana, ainda em processo de construção.

Nos objetivos registrados na primeira página d'O *Conciliador Maranhense* (1821)³², explicita-se que “os grandes acontecimentos Políticos das Nações, devendo algum dia [entrarem] nas páginas da História, [e precisando] ser minutados por testemunhas contemporâneas, e desinteressadas, afim de que a Posteridade [pudesse] avaliar o mérito, ou demérito dos seus cooperadores”³³, constituía-se este, o fim último do trabalho dos conciliadores. Em sendo analisada a imprensa local, partindo da sua aulicidade presente numa

³⁰Imprensa em que as notícias políticas se divulgavam de maneira mais singela, anunciando os fatos, sem interpor qualquer reflexão que induzisse à inflexão da opinião pública, isto é, “[...] deveria ser imparcialmente a favor do absolutismo e constituir-se em órgão de sua louvação (SODRÉ, 1890, p. 29).

³¹O privilégio consistia na legalidade para se publicar uma obra conferida pelo Rei, cuja administração era feita por intermédio da Direction de la Librarie e seu registro na Communauté des Librairie et des Imprimeurs de Paris (DARNTON, 1996).

³²Jornal posto em funcionamento a partir do recebimento do prelo Columbia importado da Inglaterra pela Tipografia Nacional Maranhense, em 15 de novembro de 1821, passando a se denominar Tipografia Nacional Imperial, a partir de 1822. Estabelecida no térreo da Casa da Relação (prédio do antigo colégio dos jesuítas) e onde funcionava o hospital da Santa Casa de Misericórdia.

³³*Conciliador Maranhense* (1821, n. 1, p. 1).

parcela de jornais, como rasgo particular nas três primeiras décadas (SODRÉ, 1983) depois de sua implantação no Maranhão, ou posteriormente mais revolucionária na defesa dos interesses da Província, é possível afirmar que a imprensa maranhense surgiu prioritariamente com interesses políticos arraigados.

Na opinião de Silva (1972, p. 39), a imprensa constitui-se no “[...] facho da discórdia que para logo dividiu brasileiros e portugueses em dois campos inimigos, não poupando sarcasmos em injurias contra aqueles que presumiam desafetos à causa da Independência”, estimulando assim, a luta pelos espaços e pelas posições estratégicas; como também incentivou as lutas entre comprovincianos maranhenses pertencentes a facções e partidos com interesses e ideais díspares, que, no dizer de Sotero dos Reis (1856, p. 1), “[...] se [demandaram] em excessos contra personalidades e políticos oposicionistas [dando-se] a conhecer esta bela instituição só pelo abuso que dela se fez”³⁴, mantendo-se nesta direção nos primeiros trinta anos depois do seu surgimento, ainda que, em tese, fosse a imparcialidade, a verdade e a franqueza o seu carimbo e o “[...] valor do bem público, e da boa Ordem os [seus] únicos incentivos”³⁵.

José Candido de Moraes Silva, no seu discurso como redator do *Pharol Maranhense*, copilado na *Selecta Nacional* (1873)³⁶, exerceu preponderante opinião sobre as massas populares, sobre as principais influências políticas, e sobre o governo de Araújo Viana (1829-1832), defendendo o papel do jornal e do livro para a formação do leitor e para o esclarecimento dos povos. Sendo assim, foi cognominado pela população de Pharol (em virtude do jornal e de sua redação, da sua áurea como escritor, e dos martírios sofridos pelo do absolutismo de então). Silva (1873)³⁷ ao referir-se à importância do jornal argumenta que:

Os produtos da imprensa em seu mais acurado trabalho – o livro, ou em seu mais economico resultado – o jornal, que é o *Livro do Povo*, são o thermometro seguro pelo qual se conhece a graduação do adiantamento, espírito, e civilização dos povos. Daí-me um jornal dos Estados-Unidos, da Inglaterra, da Allemanha, da França, e do Brazil, e eu vos direi o que é cada um desses paizes: que os Estados-Unidos é o paiz da liberdade absoluta; a Inglaterra, o paiz da opinião popular; a Allemanha, o paiz do raciocínio; a França, a pátria dos gênios cacillantes; o Brazil, a nação infante, onde tudo é tentamen, ou aspiração de um futuro ainda não definido (SILVA, 1873, p.74, grifo do autor).

³⁴ *Publicador Maranhense*. Resenhas sobre a História da Imprensa no Maranhão, 1856.

³⁵ *O Conciliador Maranhense* (1821, n. 1, p. 1).

³⁶ *Selecta* organizada pelo diretor e professor do Colégio da Immaculada Conceição, Padre R. Alves da Fonseca, em 1873, (vol. I), aprovada e adotada na instrução pública maranhense, sendo analisada no último capítulo deste livro, no qual se mapearam e serão descritos os livros de autores maranhenses utilizados na Instrução Pública, focalizando-se as formas de produção, circulação, distribuição e consumo.

³⁷ Nesta *Selecta*, muito dos artigos são assinados por R. Lemos, o qual, não decorrer da investigação, não consegui identificar. Acredito que possa ser o pseudônimo de algum escritor maranhense, porque este artifício era uma prática comum na assinatura de muitos artigos ao longo do Oitocentos.

Esses interesses desentoados entre partidos políticos coabitaram e caracterizaram a imprensa jornalística na sua travessia por diferentes fases políticas: a Constituinte³⁸, com o avanço para a Independência declarada por D. Pedro I, a recusa dos portugueses residentes no Maranhão de aderir-se a ela³⁹, a Abdicação do Imperador⁴⁰, a passagem das Regências⁴¹, o movimento revolucionário representado pela Balaiada⁴², o golpe da Maioridade⁴³, que instaurou o 2.º Reinado, até chegarmos à República⁴⁴. Nesses períodos de tensões, a censura e a liberdade de imprensa ficaram frente a frente, destoando e prevalecendo, uma em detrimento da outra, na luta pelos espaços do impresso em dependência das eventualidades e dos acontecimentos de natureza política, econômica e social; portanto, os escritos referentes aos livros, à leitura e ao leitor existentes, registrados inicialmente com pouca ênfase e sem importância aparente, vão aumentando em número, acuidade e teor, mesmo em momentaneidades tensas entre facções políticas discordantes e no meio de entre ditos e discursos prolíferos de interesses contrários no decorrer do Império.

No Maranhão, a imprensa emerge a partir do movimento denominado de Revolução Liberal e Constitucionalista do Porto (ou somente Revolução do Porto), em 1820, em meio a diversas reivindicações políticas. Tal movimento originou-se na Cidade do mesmo nome, espalhando-se por toda Portugal, até alcançar Lisboa, conquistando nessa trajetória, o apoio da burguesia, do clero, da nobreza e do exército, como reação ao decreto de abertura dos Portos às Nações Amigas⁴⁵ (1808), através do qual se transferia o monopólio comercial dominante durante quase três séculos a outros países, sobretudo à Inglaterra, deslocando, assim, parte significativa dos recursos econômicos da Metrópole, proibindo-se durante este mesmo longo período, tanto a edição e a produção de impressos brasileiros (livros, jornais,

³⁸Pedido feito ao Príncipe para aceitar o título de Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil, através de um processo mobilizador da opinião, que se baseava na impressão de boletins, cartazes, artigos, como também em reuniões privadas e públicas.

³⁹Maranhão opta por não reconhecer o governo do Rio de Janeiro e prefere manter contatos diretos com Portugal, até a chegada de Lord Cochrane.

⁴⁰Pedro I, no meio de uma luta acirrada entre Moderados (que lutavam pela Restauração), e os Exaltados (que lutavam pela Independência e pela Constituinte), abdica do cargo em favor de seu filho menor, Pedro II.

⁴¹Regências que permaneceram no Brasil no decênio de 1831 a 1840, dividindo-se em quatro: a Provisória Trina, a Permanente Trina, a Uma do Padre Feijó e a Uma de Araújo Lima.

⁴²A mais importante insurreição popular do Maranhão (1839 -1841), com desdobramentos no Piauí e no Ceará. Revolta provocada pela crise da exportação do algodão, pela imposição da Lei dos prefeitos e apoiada pela população mais pobre e pelos escravos (MARQUES, 2008).

⁴³Foi uma trama política idealizada pelas elites dominantes, visando antecipar a maioria de D. Pedro de Alcântara, futuro D. Pedro II. Esses grupos dominantes (as elites agrárias) acreditavam que o poder centralizado nas mãos do imperador seria fundamental para trazer a tranquilidade ao Império. Dentro do Segundo Reinado, formaram-se dois grupos políticos: liberais e conservadores.

⁴⁴Instituída no Brasil a partir de 1889.

⁴⁵Primeira Carta Régia decretada pelo D. João VI de Portugal, no Brasil em 28 de janeiro de 1808, significando na prática o fim do pacto colonial e posteriormente dos Tratados de 1810 que garantiam privilégios alfandegários aos produtos britânicos.

panfletos), como também a sua circulação e consumo, sempre que não fossem licenciados pelo Desembargo do Paço.

O livro *Annaes Históricos do Estado do Maranhão*, escrito, em 1749, pelo Governador do Estado Bernardo Pereira de Berredo⁴⁶ e oferecido ao augustíssimo Monarca D. João V, constituísse um exemplo do ritual exigido pelos setores censórios para as publicações de qualquer manuscrito e, da tramitação e aprovação das primeiras provas impressas para a sua legal divulgação. Na sua segunda edição (cem anos depois de ser publicada em Lisboa), não só é impressa por A. J. da Cruz, na Tipografia Maranhense, em 1846, como também aparece inserida numa lista de textos indicados, aprovados e adotados na instrução pública maranhense (ANEXO A). Esta obra caracteriza-se por apresentar, tanto no início, como no seu final, solicitações para a sua aprovação, como também as Licenças do Santo Ofício, do Ordinário e do Desembargo do Paço, que regularizavam e legitimavam a sua produção e divulgação. Táticas estabelecidas entre autores, editores e impressores, que visavam garantir o consumo capital e/ou cultural do livro mediados pelas dedicatórias e avaliações de pessoas estratégicas no campo social, político, religioso e intelectual, e pelas permissões anexadas no interior do próprio texto.

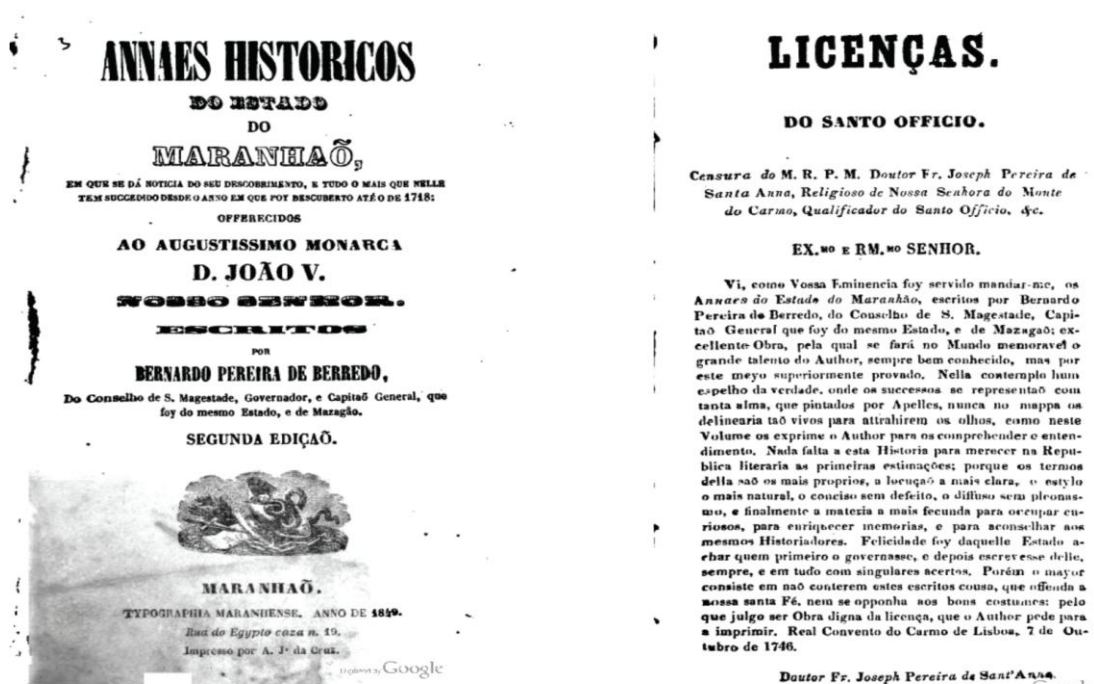


Figura 1: Anais Histórico do Estado do Maranhão

Se o pedido feito por Francisco Luis Ameno (depois da morte de Berredo) é atendido pelo Monarca, advogando pela publicação da obra, não só pela elegância com que

⁴⁶Português, pertencente ao Conselho de S. Majestade, Governador e Capitão Geral do Estado de Maranhão e de Mazagão (possessão portuguesa no Norte da África).

estava escrita, nem pela fidelidade dos fatos registrados, mas porque “[...] o que certamente a [fazia] mais estimável, he ser a primeira que se tem escrito do Estado do Maranhão, que sendo huma nobre porção de vastissimos Dominios de Vossa Magestade na America, delle não havia Historia alguma particular”(AMENO, 1846, p. 2); as permissões que aparecem nos anexos no final do texto, por outro lado, também contribuíram para que a obra fosse publicada, em 1749.

A Licença do Santo Ofício enfatizava sobre a sorte e a “felicidade daquelle Estado achar quem primeiro o governasse, e depois escrevesse delle [...] com singulares acertos, não [contendo] estes escritos cousa que [ofendesse] a nossa santa Fé, nem [que] se opunha aos bons costumes”⁴⁷. A Licença do Ordinário acreditava que merecia o autor um louvor “[...] muito particular, porque entre as occupações de um Governo teve tempo para escrever como Plinio a História Natural daquelle Paiz, como Lívio a Militar e a Política como Tácito, [parecendo] digno de impressão”⁴⁸. E, por último, Diogo Barbosa Machado, representando o Desembargo do Paço, entendia que “de todos os opulentos Estados, que compõem o vastíssimo Dominio [merecia] a primazia o do Maranhão [mas] entre tantas excellencias lhes faltava, para complemento de sua gloria, huma penna, que as fizesse patentes a todo o Mundo”⁴⁹. Contudo, embora as licenças fossem permitidas pelos três poderes, o livro poderia ser impresso, mas nunca divulgado sem a respectiva segunda revisão dessas instâncias, isto é, “[...] depois de impresso, [tornaria] para se conferir, e dar licença que corra, sem a qual não [ocorreria]”⁵⁰.

Entre os suportes permitidos e as leituras não censuradas, encontram-se os caixotes de livros sobre agricultura enviados pelo governo português, em 1801, objetivando o desenvolvimento dos produtos agrícolas e do mercado para as capitais-gerais do Brasil. Esses livros importados, na opinião de Moraes (2006, p. 85), poderiam ser “[...] vendidos por preço barato e até, se fosse o caso, dado de graça aos interessados”, pelo governo local, ou se constituíam remessas cedidas por outras capitanias, a exemplo de São Paulo, em que o governador Rodrigo de Sousa Coutinho manda distribuir e vender alguns exemplares no Maranhão, os quais não tiveram nenhuma saída pela repartição de Correios, segundo o

⁴⁷ Licença do Santo Ofício, assinada pelo Doutor Fr. Joseph Pereira da Sant’Anna no Real Convento do Carmo de Lisboa, em 7 de Outubro de 1746 (BERREDO, 1846, p. XX).

⁴⁸ Licença do Ordinário, assinada pelo D. Joseph Barbosa, Clérigo regular na Casa de N. Senhora da Divina Providencia de Clérigos regulares, em 21 de Dezembro de 1746 (BERREDO, 1849, p. XXII).

⁴⁹ Licença do Desembargo do Paço, assinada por Diogo Barbosa Machado, Abade Reservatório da Paroquial Igreja de Santo Adrião de Sever e Acadêmico da Academia Real da História Portuguesa. Lisboa, 9 de janeiro de 1747 (BERREDO, 1849, p. XXIII).

⁵⁰ Caetano de Gouvêa, Clérigo Regular da Divina Providencia. Acadêmico da Academia Real da História Portuguesa. Casa da Divina Providencia, em 15 de novembro de 1746 (BERREDO, 1849, p. XXV).

governador deste Estado, Diogo de Sousa (1798 -1804)⁵¹. Para Viveiros (1954) essa animosidade dos maranhenses com os livros e com a leitura se devia pela “[...] atenta indiferença [e] a repugnância destes povos a toda qualidade de aplicação literária [...]” (VIVEIROS, 1954, p. 347). Realidade contraposta à venda de exemplares em Pernambuco e na Bahia no mesmo período.

Das reivindicações propostas pela Revolução do Porto, anteriormente comentadas, o retorno da Família Real era a exigência principal do exército, que não mais aceitava o comando do marechal inglês Beresford, que assumira esse posto desde que D. João VI fugira para o Brasil, como forma de recolonizar a América Portuguesa. A elaboração de uma Constituição defendida pelos integrantes do Partido brasileiro constituía-se em outra exigência do movimento de luta, situação política que desagradava a uma parcela de portugueses residentes no Brasil, que, vendo findar seus favores consentidos, reformulavam-se como grupo na intenção de retomar o prestígio econômico e político, integrando-se nas fileiras do Partido Português ou Absolutista⁵². Nestes entraves políticos, econômicos e sociais, em nível nacional e internacional, o Maranhão (como o Pará e a Bahia) declarou-se Província de Portugal e seu apoio à revolução deveu-se às fortes quedas nos seus privilégios comerciais estabelecidos desde a criação da Companhia do Comércio do Maranhão e Grão-Pará, em 1775, com a instalação da Corte joanina no Rio de Janeiro.

Esse movimento, além de trazer grandes agitações sociais que desembocaram na Independência política do país, acarretou também uma relativa liberdade de imprensa quanto à circularidade de idéias, e certa autonomia na produção de impressos quanto à variedade dos suportes. Desdobramentos dos produtos culturais que se manifestaram pelo crescimento no número de dispositivos legais e pelo aumento do fabrico, venda e consumo de diferentes livros editados pela Imprensa Régia⁵³, na qual, “[...] embora implantada com atraso no território nacional pela ausência de capitalismo e de burguesia, saíram de seus prelos 1.154 trabalhos, incluindo avulsos e opúsculos” (SODRÉ, 1983, p. 36).

Obras literárias e científicas na esfera da economia política, agrimensura, medicina, astronomia, desenho e geografia, como o *Roteiro e Mapa da Viagem de S. Luiz do Maranhão até a Corte*, de Sebastião Gomes da Silva Berford, contendo um mapa gravado por Ferreira Souto, em 1810 (HALLEWELL, 2005); livros escritos para serem utilizados na

⁵¹ Segundo o Almanak do Maranhão (1849, p. 67).

⁵² Denominado também de Corcunda ou Puça, depois de Moderado, e depois de 1835, de Marreco (LOPES, 1959).

⁵³ Entre os itens publicados destacam-se: obras em diferentes campos do conhecimento (traduzidas ou produzidas por brasileiros e portugueses), documentos de governo, cartazes, volantes, sermões, panfletos e outras publicações secundárias (HALLEWELL, 2005).

instrução elementar e especificamente na aprendizagem da leitura, como o *Thesouro dos Meninos*⁵⁴ (contendo ensinamentos de moral, de virtudes e de boas maneiras), na opinião de Luccock (1942); traduções de compêndios didáticos como os *Elementos de Geometria e Tratado de Trigonometria* de Legendre, os *Elementos de Álgebra* de Euler, o *Tratado de Aritmética* de Lacroix e o *Tratado Elementar de Física* de Haüy, assim como a distribuição de folhetos com teor político, postos em circulação pela Imprensa Régia (SODRÉ, 1983).

Se para Bittencourt (2008, p. 64), durante a implantação e permanência da Imprensa Régia, como único espaço legitimado de produção, um dos seus objetivos era auxiliar na expansão e na melhoria de materiais para a instrução, na qual “[...] foram produzidos os primeiros manuais para os cursos criados por D. João VI, notadamente, o da Real Academia Militar”, e o de Medicina de Rio de Janeiro; para Moraes (2006), mesmo em pleno período de incitamento e de extinção da censura prévia⁵⁵ se produzirão “[...] 239 trabalhos em 1821 e 289 em 1822, [estando] sempre com o serviço atrasado e com os originais à espera” (MORAES, 2006. p. 112). Para Hallewell (2005), embora a quantidade de trabalhos impressos fosse de 243 itens em 1821, para 296, em 1822, diferenciando-se de Moraes (2006), induz-me a compreender que, independentemente das cifras, o mais importante é reconhecer que “os números referentes aos dois últimos anos [testemunhavam] o súbito aumento das publicações no Brasil que se seguiu ao fim da censura” (HALLEWELL, 2005, p.111).

Até aqui, foi possível compreender em que condições de ordem estrutural, econômica, política, social ou cultural, a imprensa iniciasse no cenário maranhense no período imperial, e de certa forma, discernir o significado que tinha o livro e a leitura através de alguns aspectos latentes e indicativos presentes, que apontam para sua importância, sentido e aceção. Por outro lado, para entender o papel do jornal como instrumento de aculturação ou não, como espaço de sociabilidade entre vários autores e distintos tipos de leitores, e o nível de influência de seus escritos sobre a representatividade do livro e a leitura, sobre o livro escolar e a instrução, faz-se necessário saber quem escrevia e sobre que temáticas discernia, quem produzia e para que tipo de leitores foram redigidos os escritos, analisando-se para isso a tipologia dos textos, os diferentes assuntos tratados, os variados gêneros e o teor implícito nos mesmos. Saber quem eram os responsáveis pelos impressos, quais papéis exerciam na sociedade maranhense, e até que ponto estes autores fazem referências em seus escritos, ao

⁵⁴ Dedicado a D. Miguel, o segundo filho do D. João VI.

⁵⁵ Extinta em decorrência da liberação das Cortes Constitucionais de Lisboa em defesa da liberdade pública, em 28 de agosto de 1821, pondo fim a três séculos de censura em Portugal.

livro e à leitura no âmbito geral, ao livro escolar e à instrução no domínio específico, faze-se imprescindível flagrar a partir de suas práticas, por uma parte, os posicionamentos adotados nos textos e na vida profissional, pela outra, as concepções individuais defendidas e as formas de argumentá-las, para poder compreender as relações estabelecidas entre os autores, editores, tipógrafos, intelectuais, políticos e professores, para tentar entender o lugar estratégico que ocuparam estes indivíduos no tecido societal, e de que forma este capital social e essas relações de poder influenciaram na produção e divulgação dos jornais, incidiram nos escritos referentes ao livro e à leitura, e estimularam ou não as formas de se divulgarem os livros escolares, incentivando seu uso no ensino da instrução pública maranhense.

1.2 Pelejas entre jornais e jornalistas

É nesse movimento político, econômico, social e cultural, no cenário maranhense, que surge embrionariamente, em 15 de abril de 1821, no formato manuscrito, *O Conciliador do Maranhão*, para depois da edição do número 34, em 15 de novembro do mesmo ano, consolidar-se como o primeiro jornal impresso no cenário ludovicense. Pela receptividade da sociedade local com a chegada dos prelos, sob os auspícios dos cofres públicos autorizados pelo governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, e devido à agitação política entre grupos com interesses antagônicos, o jornal embora se dedicasse à defesa da causa lusa, nos seus artigos declarava o seu interesse em apaziguar os ânimos entre as facções políticas contrárias.

Apesar da forma como foi conduzido por Antônio Ferreira Tezinho e Antônio Marques da Costa Gomes (seus redatores), solicitando a todos os habitantes da província que cooperassem com novos fatos e ideias para serem publicados em benefício da causa Nacional, e pedindo licença para terem “[...] a liberdade de fazer algumas reflexões, não só sobre os acontecimentos [observados], mas também sobre os escritos que [lhes dirigissem]; contudo naquelles [opinariam] sem a pertença e filaúcia de Dogmáticos, e nestes nunca [se dirigiriam] como sensor”⁵⁶, prometendo de que com ambos os grupos de leitores e articuladores (embora pertencentes a partidos contrapostos) portar-se-iam com decência, modéstia e respeito, mesmo que as pessoas que os honrassem com suas matérias, não convergissem “[...] muito de [seus] sentimentos, nem por isso [ficariam] degradadas de [suas] estimas”⁵⁷; na prática, na medida em que o jornal foi crescendo em produção, distribuição e

⁵⁶ *Conciliador Maranhense* (1821, n. 1, p. 1).

⁵⁷ Id. Ibid.

assinantes, e foi desenvolvendo idéias políticas, contrapondo assuntos e ocupando posicionamentos polarizados por convicções partidárias singulares, as discórdias entre corcundas e moderados se complicaram, os contornos mudaram, e esta animosidade primeira se perdeu, ou talvez na realidade, nunca existiu.

Por questões veladas e latentes, o aparente apaziguamento dos ânimos entre brasileiros e portugueses, partindo dos artigos escritos nos jornais, contribuiu em grande medida para o acirramento das desavenças entre escritores, editores e leitores, trazendo como resultado atritos verbais, físicos e perseguições políticas entre famílias e pessoas de ambas as nacionalidades, havendo “[...] espancamentos, mortes, depredações de gráficas com ameaças constantes de mandá-las fechar, por imprimir jornais de oposição” (JORGE, 2008, p. 25). Tais retaliações podem ser exemplificadas no assassinato de Vicente Lavor Papagaio (redator do jornal *Sentinel* - 1838), nas diversas ameaças de morte feitas a Estevão Rafael de Carvalho do *Bem-ti-vi* (1838)⁵⁸, e na investida do vice-presidente interino, Manoel Telles da Silva Lobo, contra Garcia de Abranches⁵⁹ (redator d’O Censor - 1825) mandando-o de volta para Portugal em represália às denúncias feitas ao mercenário Lorde Cochrane⁶⁰, pelas críticas ao ex-presidente Bruce⁶¹, e por se referir a ele, como “lobo feroz” (FONSECA, 1873).

Conforme Odorico Mendes – redator do *Argos* (1825) e cognominado o Bocagem Brasileiro⁶² –, embora suas desavenças com Garcia de Abranches fossem acirradas por

⁵⁸ Jornal Liberal que trazia como Epígrafe estampado no cabeçalho de todas as edições: “Faça o que lhe digo e não se importe com a lei; que *se alguém recalcitrar eu tenho 3 recursos*: o 1º é o Campo do Ourique; o 2º a Curveta Regeneração; o 3º o Pará” (BEMTEVI, 1838, n. 2, p. 8, grifo meu). Denunciando-se nesta epígrafe as palavras do Presidente da Província ditas a Joaquim Francisco Ferreira Carvalho (Juiz de Paz, do 1º distrito da Capital) e colocando-se em notas de rodapé do referido jornal o significado destes três recursos de opressão: o 1º fazia referência ao quartel onde se assentava praça de soldado; o 2º apontava para o navio de guerra do porto de São Luís onde se prendiam indivíduos para servirem de marinheiros, e o 3º se remetia ao Governador do Pará, o brigadeiro Soares Andrea (cognominado de minotauro) por ter extinguido ferozmente a Cabanagem. Em síntese, o povo ou quem desobedecesse às ordens, em qualquer situação, seria preso, sentava praça ou apanhava chibatada.

⁵⁹ Redator d’O *Censor* (1825-1831) deflagrando-se nas lutas com o *Argos da Lei* após a adesão da província à independência (LOPES, 1959; JORGE, 2008).

⁶⁰ Conhecido também como o Marques do Maranhão, que, ao responder pela Presidência da Província, cobrava aos cofres públicos de São Luís uma dívida pelos serviços prestados na manutenção da ordem.

⁶¹ Miguel Ignácio dos Santos Bruce, advogado e apelidado por Raposa ruiva, tomou posse no cargo de Presidente Constitucional da província, por nomeação imperial, em 1824. Independentista e afinado com o partido poraquê, marcou um período de violência e de vinganças durante 15 meses contra os corcundas ou caramurus “como passaram a ser chamados os portugueses e seus acólitos numa alusão ao gesto de reverência dos que se curvavam ao imperador” (JORGE, 2008, p. 66).

⁶² Cognominado de Bocagem Brasileiro por traduzir inúmeros clássicos, ente eles: a “Eneida Brasileira ou tradução poética da epopéia de P. Virgílio Maro”, editada pela tipografia de Regnaud em Paris, em 1854; por converter em versos portugueses as tragédias de Voltaire “Mérope” editada pela Tipografia Nacional, em 1831, e “Tancredo”, pela tipografia E. e H. Laemmert, em 1839 (ambas no Rio de Janeiro); por traduzir a “Iliada” e a “Odisséia” de Homero em versos, a primeira, editada pela Tipografia Guttenberg, em 1874, e a segunda, pela Freitas Bastos e C^a, em 1928 (ambas no Rio de Janeiro), entre outras obras como as da “Geórgicas” e “Bucólicas”, editadas na tipografia de W. Renquet & C^a, em 1858, em Paris, segundo Lopes (1959).

pertencerem a partidos políticos opostos⁶³, nada justificava a perseguição ao jornalista. Segundo Odorico Mendes, foi ele “[...] o único escritor que [chamara] de ilegal o procedimento, [e clamando] o Maranhão todo contra esse arbítrio”⁶⁴, intercedera com o Ex^{mo}. Snr. Estevão Ribeiro de Resende (Conde de Valença), para que lavrasse uma portaria, “[...] fazendo ver o quanto o Snr. Lobo se havia desmandado”⁶⁵. No entanto, apesar dessas transgressões, o retorno de Abranches a São Luís não revelou mudanças em sua atuação política, pois em seu regresso, escreveu, imprimiu e pôs em circulação a *Constituição do Império*, um dos textos mais violentos escritos no Maranhão (JORGE, 2008).

Os comentários direcionados ao comendador Honorário Jozé Teixeira pelo *Conciliador do Maranhão* (devido a seu desdém sobre as ações insignificantes do senso comum e pela repugnância a tudo quanto fosse vulgar) constitui outro exemplo de campanha desenfreada contra o jornal, o qual o motivou a tentar criar um libelo para perseguir os seus redatores. Estes, ao exporem em público que, “quem dera ao tal, suficientes provas para demonstrar o Conciliador como hum Periódico mercenário do Governo, e que por elle se [monopolizava] injustamente a Typographia onde se imprime!”⁶⁶, fazem referência às discrepâncias existentes entre a liberdade de imprensa na Europa e a vigente no território nacional, já que este senhor tinha “[...] philaucia igual à de muitos dos cuxanfús figurativos, que, persuadidos de que sua alta jerarchia lhes dá conhecimentos infusos, se dispensão de ler [...]”⁶⁷ as notícias sobre fatos e situações promovidos pelo desimpedimento da imprensa em outros espaços de sociabilidade não pertencentes ao império português.

É neste contexto de lutas opinativas de teor político, críticas diretas e o jogo de mão-dupla entre a liberdade de imprensa (constituindo-se uma cópia da existente em Portugal) e a censura intermitente em consequência dos acontecimentos e das revoltas entre facções antagônicas, que a matéria exposta n’*O Conciliador*⁶⁸ por Antônio Ferreira Tezinho (seu redator), é denunciada no jornal por Caetano José da Cunha, ao sentir-se ofendido e atacado na sua honra pelos insultos publicados que denegriam a sua imagem. Essa aparente

⁶³ O primeiro pertencente ao Partido Moderado, eleito deputado à Assembléia Geral, no qual defende o nacionalismo e não esconde a xenofobia aos portugueses; o segundo integrante do Partido Português ou Absolutista, em defesa dos interesses lusófilos.

⁶⁴ Fala de Odorico Mendes no jornal *Argos da Lei* (1825, n. 34, p. 151).

⁶⁵ *Ib. Ibid.*

⁶⁶ *O Conciliador do Maranhão* (1822, n. 52, p. 3).

⁶⁷ *Id. Ibid.*

⁶⁸ *O Conciliador do Maranhão* (numa segunda fase), a partir de 6 de junho de 1822, passou a chamar-se *O Conciliador*, com o n. 77, até finalizar em 16 de agosto de 1823, com o n. 210.

injúria cometida e essas acusações noticiadas fizeram de Aldeia do Pai Simão⁶⁹ um dos primeiros jornalistas no Brasil a se envolver num crime de imprensa.

Neste cenário de delação, réplicas e difamações, João Cândido de Moraes da Silva (redator principal do *Farol* (1829)⁷⁰ e considerado o líder do Partido Liberal), também foi incriminado duas vezes: a primeira, pelo Promotor Joaquim Joze Sabino, sob acusação de ofender, com seus escritos, “[...] o artigo 6º. da Ley que regula a Liberdade de Imprensa”⁷¹, da qual ficou livre, e a segunda, convocado⁷², mediante o jornal *A Minerva* (1827) a julgamento, com base na citada Lei, pelo desembargador João Capristano Rebelo⁷³, em cujo desfecho do processo foi obrigado a sentar praça, imediatamente, no corpo de artilharia, provocando assim, o silenciamento do periódico.

Essa arbitrariedade foi denunciada n’*O Despertador Constitucional* (1828)⁷⁴, editado no Rio de Janeiro e assinado por um “Amante da Liberdade de Imprensa”, depois de ser proibido no solo timbira pelo governador da província. O mesmo jornal, editado em agosto de 1828 por Odorico Mendes, quando deputado da Assembléia Geral, termina apontando as contravenções do presidente do Maranhão, marechal Manoel da Costa Pinto (Conde d’Escragnoille), criticando o despotismo constante entronizado na província e delatando o descaso e não cumprimento da lei maior, de acordo com o artigo 6.º da Constituição do Império, em que se defendia a dispensa do recrutamento para todos “[...] os homens casados, o irmão de orphans que tiver a seu cargo a subsistência e educação dellas, o filho único do lavrador ou um a sua escolha, quando houver mais de um, cultivando terras ou próprias, ou aforradas ou arrendadas”⁷⁵.

Disposto a proteger o direito constitucional, e a defender a dispensa de todos aqueles que fossem único filho e arrimo de família da Guarda Nacional, como Moraes da Silva, o Bocagem Brasileiro expõe elucidativamente o lugar da liberdade de imprensa como singular via de instrução e cultura, particular instrumento de denúncia, e como único caminho de luta que poderia “[...] salvar a província do golfão das calumnias e dos aleives. [Sem ele, poderia] afirmar á Assembléia Legislativa, ao grande Fundador da nossa Monarchia, á face do Ceo e da terra, que o Maranhão [iria] ver em si o exemplo da mais cruel tyrania”⁷⁶. Para o

⁶⁹Pseudônimo utilizado por Tezinho nos escritos do Jornal *O Conciliador*.

⁷⁰O jornal intitulou-se *Farol Maranhense* até dezembro de 1827, e a partir de outubro de 1829, *O Farol*.

⁷¹*Argos da Lei* (1825, n. 34, p. 166).

⁷²Edital assinado em janeiro de 1827.

⁷³Do Desembargo de Sua Majestade Imperial, tendo como acusadores três comandantes dos Corpos de Segunda Linha: Joaquim Raimundo Marques, José Maria Faria de Mattos e José Rodrigues Roxo.

⁷⁴Editado na Tipografia de Torres (JORGE, 2008).

⁷⁵*Argos da Lei* (1825, n. 34, p. 166).

⁷⁶Id. Ibid.

redator do *Argos da Lei* (1825), era mister que um filho da terra revelasse todos os pormenores acontecidos, não obstante, já se sentia reconhecido se discernissem na sua escrita, a defesa pela Constituição do Império, seu respeito ao Imperador e sua cega afeição pela Independência, mesmo que comentassem que “elle [não tivesse] os conhecimentos necessários para illustrar o Maranhão”⁷⁷.

Se os artigos escritos nas páginas d’*O Conciliador do Maranhão* (1821), em vez de apaziguar as discórdias entre brasileiros e portugueses, terminaram contribuindo para a sua inevitável intensificação, ao defenderem os interesses governativos. E, se no *Argos da Lei* (1825), Odorico Mendes, no seu primeiro artigo, apresentara-se aos leitores como filho da Província de pena imparcial, pedindo “[...] pelas chagas de Christo, [que não odiassem] ao pobre redactor, só porque, sendo do Maranhão, se atreve[ra] a escrever”⁷⁸, embora alertasse em posteriores escritos, que “a conciliação, [deveria] ser desejada, mas [sem casar-se] as aves com as serpentes”⁷⁹; não podemos negar, que no decorrer dos primeiros trinta anos da imprensa maranhense, com suas acirradas lutas ideológicas e políticas, e na contramão da sua proposta inicial (como finalidade derradeira, ou não do suporte), o acesso aos jornais, não só foi possibilitado a um maior número de leitores, como também era mediado pelas mais amplas e diversas informações sobre a situação local e nacional.

Estes jornais, apesar de trazerem disputas políticas e ideológicas, medidas drásticas de censura em confrontos constante com a liberdade de imprensa, e denúncias, difamações e perseguições estabelecidas entre indivíduos com posicionamentos polarizados e o governo como instituição reguladora, traziam também nas suas publicações (mesmo que intermitentemente) assuntos escritos por comprovincianos, matérias transcritas de jornais pernambucanos, baianos, cariocas, divulgadas em paralelo com noticiários do mundo, e comentários feitos de outros tablóides publicados em países como Alemanha, França, Inglaterra e Portugal. Essas matérias referenciavam indicações sobre a qualidade das publicações segundo a sua natureza, teor e finalidade, comentavam as imposições de livros distribuídos gratuitamente pelo governo ou leituras licenciadas para a instrução nos diferentes níveis de ensino; assim como explanavam as sugestões para a compra de obras intercedidas pela arrecadação de assinaturas, as encomendas de escritos pelas próprias autoridades, e as próprias de técnicas vendáveis que estimularam a compra de obras caracterizadas pelos baixos preços.

⁷⁷*Argos da Lei* (1825, n. 1, p. 4).

⁷⁸*Argos da Lei* (1825, n. 1, p. 4).

⁷⁹Id. (1825, n. 25, p. 107).

Contudo, independentemente das relações que se estabeleceram entre escritor e leitor, entre autor e editor, entre impresso e público, entre artefato e leitura, elas variavam de acordo aos posicionamentos de quem registrava no suporte e para quem se direcionava os escritos, de quem editava/produzia os textos e quem era o remetente, de quem era o escritor e que representação tinha feito de seu consumidor cultural. Abranches, inimigo convicto de Odorico Mendes, e mais radical na proposta d'*O Censor* (1830), distribuiu seu jornal de forma gratuita, mantendo uma relação não mercantilista com o seu público, ao colocar em questão a influência negativa do leitor assinante. Para ele, uma vez que “[...] não se escreve a seu gosto e modo de pensar, não continuam suas assinaturas, e chorão o dinheiro perdido; e mesmo porque assim o permite ainda a falta de luses no Paiz; [há] pouco quem lea papeis que lhe custem dinheiro”⁸⁰. Não obstante, sem contar aparentemente com um número de leitores ávidos (segundo sua concepção de público) e do desinteresse manifesto pelo ato de ler dos maranhenses, ainda assim, dedicou grande parte de seu jornal à divulgação de obras clássicas da literatura: Camões, Virgílio, Cervantes, Cícero, Montesquieu, Horácio, entre outros, variando a sua produção, distribuição e circulação desse impresso “[...] de 400 a 800 jornais; [fixando-se depois], em 500 exemplares, o que à época era muito” (JORGE, 2008, p. 82), o que pode evidenciar a presença de leitores não reconhecidos e de práticas de leituras não legitimadas ou silenciadas (CASTRO; CASTELLANOS, 2009b).

Entre a censura e a liberdade de expressão como núcleo existencial do impresso apontando permanências adquiridas e possibilidades de rupturas e, no meio de contestações situadas, entre portugueses e brasileiros, entre os próprios maranhenses, e na emergente interpolaridade Igreja/Estado, que visavam legitimações nos lugares de poder, e disputavam hegemonia pelos espaços de instrução; peculiares práticas de leitura, diferentes empregos da escrita e variados modos do diálogo foram estimulados com a criação dos jornais e libelos relâmpagos. Artefatos culturais que, se não continham intencionalidades definidas na prática de instruir como canal de comunicação e formação; os confrontos minutados, o teor das matérias expressas, as variedades de assuntos propagados e os próprios acontecimentos expostos (mesmo denegrindo a imagem de alguém), terminaram estimulando de maneira indireta, *formas de fazer* aparentemente não instrutivas de lidar com a leitura, instáveis usos de interagir com os suportes, interesses vários direcionados ao escrito e configurações variáveis de aquisição.

⁸⁰*O Censor* (1830, n. 23, p. 364).

Pela acessibilidade dos preços dos jornais se comparada à aproximação com os livros, pela sua regular periodicidade e variedade de informações, e por referenciarem constantes procederes de sujeitos manifestos no cenário público, uns objetivando denegrir a imagem dos sujeitos envolvidos com a edição e a produção dos suportes (no plano profissional) trazendo agressões e difamações (no plano pessoal e familiar), outros resultantes das próprias críticas dos assinantes e outros leitores (difundidas pelo jornal) que acarretavam ofensas a seus destinatários; os jornais, os libelos e outras formas de suportes, instigarão a leitura, induzirão ao leitor, e fomentarão formas não tangíveis de lidar com o livro independentemente da sua natureza, embora as leituras escolhidas e os temas mais aceitos pelo leitor plural fossem os escritos censurados e não reconhecidos como instrutivos pela esfera intelectual, em determinados impressos. Texto que “[...] há-de ler-se porque a população deleita-se com a leitura de grosseiras diatribes”⁸¹ e por constituir-se ao mesmo tempo um “público, indisciplinado intellectualmente, [que] so [lia] o que os jornaes encerra[vam] de questiunculas políticas e de rixas particulares, ou então o romance barateado em traduções mal feitas de obras de fancaria litteraria parisiense”⁸².

1.3 A divulgação do livro por meio do jornal e seus diferentes contornos

Após colocar em relevo alguns aspectos inerentes à implantação da imprensa no cenário maranhense, uma vez citadas algumas especificidades referentes às mudanças políticas, econômicas e sociais, que trouxeram consigo a sua criação, e no rastejo constante de situações e circunstâncias que possam auxiliar na compreensão de todos estes fatores articulados com o livro e a leitura no século XIX, período que talvez, parafraseando Darnton (2010), não mereça mais espaço que os séculos XVIII ou XX, e talvez não devêssemos nem recortar o tempo em unidades arbitrárias, ainda que por questões metodológicas óbvias e períodos exigidos a cumprir se faça necessário, poderíamos tentar direcionar o nosso olhar para as modulações no teor dos escritos à medida que a imprensa se desenvolve, refletir sobre as temáticas expostas nos jornais que este estudo abrangeu, e prestar fina atenção para as múltiplas tipologias dos registros semânticos impressos; como também deparar a localização de determinadas notícias em lugares estratégicos desse suporte e tentar interpretar e compreender a lógica de produção implícita nos diversos formatos, gêneros, assuntos e

⁸¹ *O Conciliador do Maranhão* (1821, n. 47, p. 4).

⁸² *Revista Philomatia* (1895, n. 6, p. 2).

remitências que apontem a representatividade do livro nos espaços de sociabilidade, sejam escolares e não escolares, atentando para o seu papel, natureza e função.

É, pois, relevante, não só apreciar nos escritos o viés político, econômico e social, como também a intencionalidade implícita, ainda que de forma secundária ou inconsciente, daquele que escreve, edita e imprime para um leitor ideal ou real, bem como, desvelar no subterrâneo da organização criteriosa dos significantes, a relação estabelecida, de forma genuína ou talvez imposta, entre o emissor e o receptor, entre quem lê e quem escreve, entre quem tenta seduzir (o autor) e quem tenta se apropriar (o leitor), embora não de maneira idêntica e única, ao não existir vias diretas nem atalhos, já que a leitura não é uma constituição ou uma ordem social que possa ser rastreada, ainda que os leitores, os textos, os livros e, especificamente, os jornais tenham variado de acordo com as circunstâncias sociais e tecnológicas. Desta forma, a análise do livro, da leitura e suas histórias, “[...] não deve[m] ser reduzida[s] a uma ordem cronológica dessas variações. Deve [ser ultrapassada] para enfrentar o elemento da relação que se encontra no núcleo da questão: como leitores mutáveis [interpretaram] textos variáveis?” (DARNTON, 2010, p. 201).

Sendo assim, dentre os escritos dirigidos aos leitores, os díspares julgamentos sobre as obras no decorrer do Oitocentos coabitavam no entrecruzamento de interesses políticos específicos e posicionamentos religiosos desencontrados. As críticas, as sugestões, as avaliações e as indicações presentes nos jornais com dessemelhantes pontos de vistas numa mesma temporalidade, indicam diferentes tipos de leitores, várias modalidades de leitura, grande variedade nos gêneros do escrito e múltiplas posições no teor dos discursos. As exprobrações de livros subversivos, como exemplo a ser tratado, podem ser expostas quando se divulgava de que maneira “na epocha da revolução Franceza se introduzirão desgraçadamente em Pernambuco; (bem como em outras Provincias do Brazil), *os principios democráticos* que tractavão deste assumpto, [sendo lidos] com avidés; mas sómente por hum pequeno numero de adeptos”⁸³, embora para outros leitores constituíssem obras de “pestíferos frutos e carunchosos pergaminhos”⁸⁴. N’*O Amigo do Homem* (1827), esta objeção se concretiza, quando se faz alusão aos textos proibidos e às escolhas erradas de leituras em uso pelos profissionais que se dedicavam ao ensino, que, em vez de se esforçarem no exercício dos deveres a que se ligaram pela profissão que adotaram, “[...] procurando lição própria e

⁸³ *O Conciliador do Maranhão* (1821, n. 37, p. 3).

⁸⁴ *Id. Ibid.*

capaz para conseguir justos fins; [se sabia] que muitos divagam pelos Frerets⁸⁵, Mirabaud, Bonfangers e Tolandas, sem princípios que os [pudessem] dispor para lerem sem risco aquellas obras, seguidos da inhabilidade para separar o joio do trigo”⁸⁶. Já n’*A Estrela do Norte do Brasil* (1830), em favor da franco-literatura, exaltou-se a atitude do Abbade Joly, ao escrever úteis lições para a mocidade e para as pessoas de todas as idades, em *Memórias sobre a Revolução Francesa* (publicada em 2 volumes), “enriquecida com a leitura da Escripta Sagrada, e com litteraria erudição [sendo] por tanto para nós urgente e quase hum dever, o darmos a conhecer este monumento histórico e religioso a todos os pais de família a quem ainda são caras a Religião e a Monarquia”⁸⁷, já que em tal gazeta se faziam referências a obras da cultura geral, entre elas: *Extrato da política sagrada* de Bossuet, *O Governo de Robespierre*, *Os dias de Setembro* e, *A história de Napoleão*.

Os primeiros indícios de livros impostos como leitura obrigatória e de formação, seja nos espaços de instrução ou fora destes, localizados nos primeiros jornais maranhenses, podem ser identificados quando João Baptista Felgueiras registra, por ordens das Cortes Gerais e Extraordinária da Nação Portuguesa, que “se traduza, copiem e espalhem por todas as Parochias e Camaras o livro *La Omelia* do Cittadino Cardinal Chiaramonti Vescovo d’Imola (ora Summo Pontifice Pio VI) a fim de que seja conhecido de todos, aquelle o modelo de Sabedoria Evangelica [...]”⁸⁸; constata-se no envio de duas obras pelo Secretário do Estado dos Negócios do Império (Estevão Ribeiro de Rezende) ao Presidente interino Geral das armas (Manoel T. S. Lobo), para que fossem distribuídas: “*Socorro às pessoas envenenadas, e asphixiadas* para que [as fizesse] circular a fim de se divulgarem as suas matérias, [...] e igualmente, os exemplares das *Reflexões sobre as cousas do Brasil*”⁸⁹, que auxiliariam no entendimento dos acontecimentos nacionais, e verifica-se quando se manda a distribuir o opúsculo “*Modo de curar a diarrheia de sangue, para uso dos lavradores, e mais pessoas, que vivem longe da Cidade* por James Hall. M. D.”⁹⁰.

Do mesmo modo, confere-se, entre outros exemplos, quando Joaquim José Monteiro Torres (desde o Palácio de Queluz, em 4 de novembro de 1821) faz referência às leituras prescritas pela sua Majestade para a instrução, ao ordenar aos Bispos das diversas

⁸⁵ Nicolas Freret escreveu, em 1714, o discurso erudito e crítico, *Sur l’origine des Fran.* Denunciado pelo Abbé Vertot ao governo, como um libeller da monarquia, foi confinado à Bastille, onde estudou Xenofonte, fruto das *Memórias sobre o Cyropaedia*. (Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Nicolas_Fr%C3%A9ret. Acesso em: 2 dez. 2011.

⁸⁶ *O Amigo do Homem* (1827, n. 29, p. 2).

⁸⁷ *A Estrela do Norte do Brasil* (1830, n. 29, p. 228-229).

⁸⁸ *O Conciliador do Maranhão* (1822, n. 54, p. 3).

⁸⁹ *Argos da Lei* (1825, n. 28, p. 1).

⁹⁰ *O Conciliador do Maranhão* (1822, n. 73, p. 3).

províncias ultramarinas, que, além de dirigir as pastorais obrigatórias em todas as paróquias das respectivas Dioceses, também recomendassem “[...] a todos os Párocos, e mais Prelados Eclesiásticos, que nas oportunas ocasiões [houvessem] de pregar, e instruir os Povos [...] confiados á sua vigilância e Pasto Espiritual, á cerca do Systema Constitucional”⁹¹, considerando-se como inimigo da felicidade da nação “[...] todos os que não lhe prestarem manifesta adherencia”⁹², como também fica explícito, na venda e distribuição por ordem do Governo, segundo João Crispim Alves e Lima, da “carta de 27 de agosto de 1828, que [servia] de Regimento aos Conselhos Geraes de Província, e da matéria sobre o 28 de julho, aniversário que [representara] a adesão do Maranhão à Independência do Brasil”⁹³, considerada esta, um ato de patriotismo.

No que diz respeito à instrução, ainda que não se tenha expandido até a primeira Lei da Instrução Pública, em 1827, reivindicada por parte da pequena burguesia, como fator de ascensão social (65 anos após do abandono dos ensinamentos confessionais), na qual se determinava “[...] a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e povoações mais populosas” (MEIRELES, 1994, p. 50), e, embora a descentralização do ensino elementar e o poder de legislar sobre a Instrução Primária, só ficasse a cargo de cada Assembléia Provincial no Ato Adicional de 1834, visando à autonomia das províncias; nos primeiros jornais maranhenses já aparecia gradualmente remitências a obras recomendadas, adotadas, vendidas e distribuídas para o ensino primário e secundário, para as escolas públicas e particulares, assim como para a leitura em família.

Essas obras, utilizadas nas escolas das primeiras letras e no ensino secundário até a metade do XIX, distinguiam-se por serem estrangeiras, em sua maioria de origem portuguesa e francesa (apresentadas na linguagem original ou traduzidas), não obstante tenha identificado na garimpagem das fontes, um acréscimo de obras escritas por brasileiros e maranhenses na segunda metade do Oitocentos, coabitando com a produção não nacional. Textos não escolares de autores pátrios utilizados no espaço escolar, assim como textos escritos, produzidos, impressos, vendidos e/ou distribuídos especificamente para a instrução.

Entre múltiplos exemplos, poderia citar a Justino da Silva Obreins, professor de primeiras letras (Rua da Fonte das Pedras, nº. 7) que anunciara o ensino da leitura e da escrita e da “[...] doutrina christão pelo *Cathecismo de Montpellier* e a *Arithmetica* de Bezout”⁹⁴. Na escola de N. S. da Conceição, segundo Antonio Joaquim Braga (seu diretor), além de

⁹¹ Id. (1822, n. 53, p. 4).

⁹² Id. Ibid.

⁹³ *A Cigarra* (1829, n. 6, p. 28).

⁹⁴ *O conciliador do Maranhão* (1822, n. 60, p. 4, grifo meu).

lecionar-se a *Aritmética* e a *Geografia* de Bezout⁹⁵, trabalhava-se “[...] nas classes de ler, na arte de caligrafia ou descripta [por *Montpellier*, além] das Línguas Maternas, Franceza, Ingleza, e Latina [...]”⁹⁶. Se Joanna Henriqueta Thomé da Silva, vinda de Portugal, anunciava ao “respeitável público desta cidade [que se propunha] a ensinar meninas a bordar, fazer renda, cozer, fazer meia, fazer flores, ler e escrever pela *Grammatica Portugueza* de Pedro José de Figueiredo”⁹⁷, o padre Antonio da Encarnação e Silva (professor de retórica) avisava que na sua casa, situada na Rua da Cruz, nº. 45, ensinava língua portuguesa pelo *Compêndio da Gramática da Língua Portuguesa* do Padre Antonio da Costa Duarte, e pelo *Compêndio de Ortografia da língua nacional* de Antonio Alves Pereira Coruja “[...] author de um compendio da *Grammatica Portugueza* e de um *Manual dos Estudantes de latim*”⁹⁸.

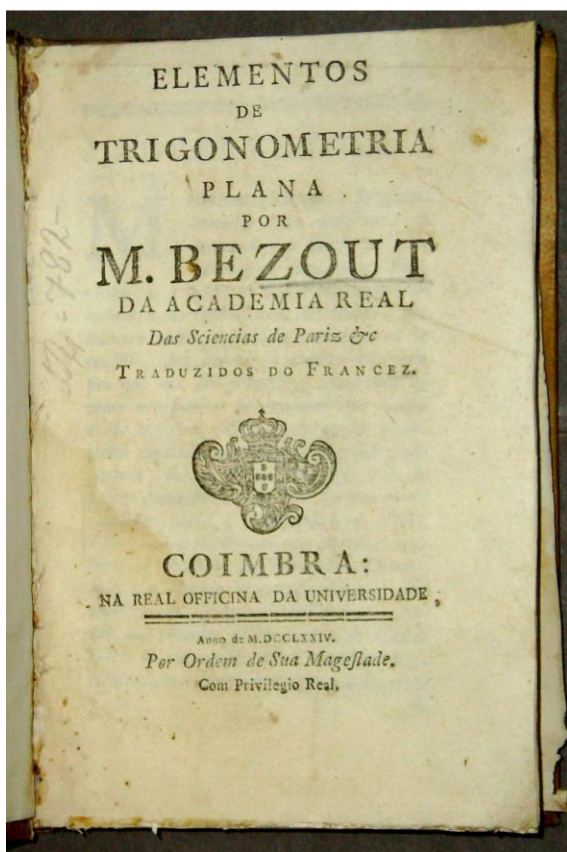


Figura 2 - Elementos de Trigonometria de Bezout

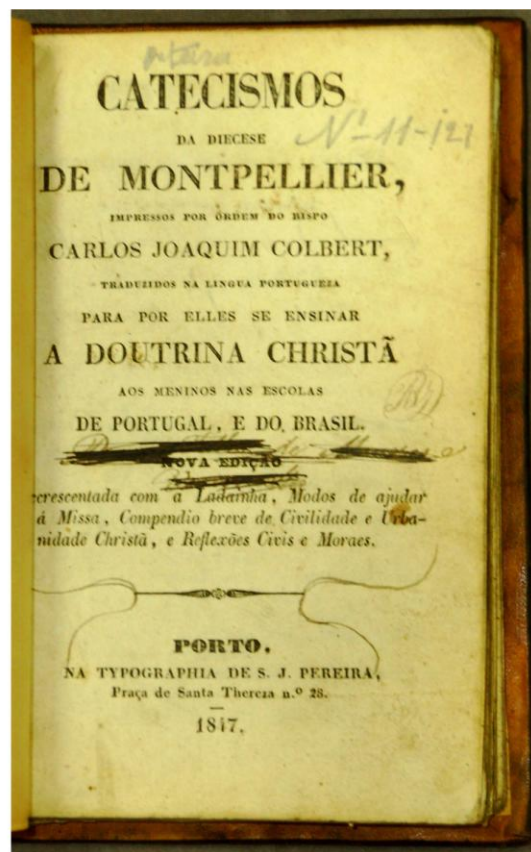


Figura 3 - Catecismo de Montpellier

As práticas do professor público de Geometria Manoel Pereira da Cunha, do professor de Língua Francesa José Candido de Moraes e Silva, e do editor do jornal *A Cigarra* (1829), continuam sendo indicativos dos livros não-pátrios em uso no ensino público e particular. Se o primeiro, ensinava Geometria pelo *Curso completo d'arithmethica, álgebra*

⁹⁵ *Jornal dos Annuncios* (1831, n. 2, p. 2, grifo meu).

⁹⁶ *A Estrella do Norte do Brasil* (1829, n. 3, p. 24).

⁹⁷ *O Amigo do Homem* (1827, n. 32, p. 6, grifo meu).

⁹⁸ *O Pharol Maranhense* (1833, n. 474, p. 1816, grifo meu).

e geometria de Ottoni⁹⁹, e o segundo, lecionava pelas *Cartas de Primeiras letras*, pelo *Breviário Francês*, e a *Grammatica Francesa* de Hamoniere e Leron; o próprio “redactor da Cigarra [ia] abrir a sua aula na casa onde reside [ensinando] as Lingoas Franceza e Ingleza por preços cômodos: porém só [abriria] logo que [tivesse] 12 discipulos”, utilizando para a instrução, o *Guia de Conversação Francesa*, o *Cathecismo da Lei Natural* e a *Grammatica Ingleza* de Motta¹⁰⁰.

Independentemente dos textos impostos como leituras estratégicas de formação moral, religiosa e de civilidade, assim como as obras utilizadas pelos professores na formação do leitor e no ensino da leitura e da escrita (sejam de autores locais, nacionais ou estrangeiros), a utilização da Bíblia e da Constituição, caracterizados por sua natureza e função como livros não escolares, longe de ser uma prática alternativa para resolver as dificuldades com a escassez de livros e do material escolar, concebidos e produzidos para o ensino do ler e do escrever nas escolas, na realidade não se constituía uma tática de suprir o déficit de textos específicos de caráter didático, metodológico e pedagógico, e sim uma obrigação dos professores e das províncias, já que no Direito Público Constitucional, divulgados n’*A Bandurra* (1828) e mediados pelas autoridades da Corte e dos comandos locais, D. Pedro I estabelece no Artigo 6º. da Lei da Instrução Pública, de 1827, que os professores eram obrigados a ensinar:

[...] a ler e escrever, as quatro operações d’Aritmetica, práticas de quebrados, decimaes e proprocções, Gramatica da Língua Nacional e os princípios da Moral Christão e da Doutrina da religião Catholica e Apostolica Romana, proporcionados à compreensão dos meninos pela Biblia, preferindo para as Leituras a Constituição do Império; e a Historia do Brasil.¹⁰¹

Até aqui, a influência da literatura francesa no território brasileiro e no espaço escolar é manifesta, aumentando gradativamente durante todo o Império e devendo ser entendida pelas tramas de interesses econômicos e culturais estabelecidas entre ambos os países, e não como decorrência de “importação de modelos” pelas classes dirigentes (BITTENCOURT, 2008). Para Burke (1999), embora tenha sugerido ao criticar os “códigos orgânicos” de culturas específicas defendidos por Euclides da Cunha, que “[...] somos todos emprestadores, mesmo quando fazemos parte de culturas financiadoras” (BURKE, 1999 apud WARDE, 2004) criticando a inexistência de culturas puras e concebendo essa ideia como mito¹⁰²; para Warde (2004), ao mesmo tempo em que as expressões empréstimos/emprestador

⁹⁹ *O Amigo do Homem* (1827, n. 26, p. 4).

¹⁰⁰ *A Cigarra* (1829, n. 19, p. 45).

¹⁰¹ *Ib.* *Ibid.*

¹⁰² Peter Burke, no seu ensaio “*Inevitáveis empréstimos culturais: brasileiros parecem obcecados com idéias e práticas ‘fora do lugar’*” (1999), ao fazer referências à cultura francesa, à italiana, à norte-americana ou à

usadas por este autor, soem um tanto generosas, já que induz à equalização dos instrumentos específicos produzidos por sociedades singulares, destinados a seus usos e dependentes das formas de apropriação dos indivíduos, por outro lado, “[...] os marcos [da] discussão em torno dos ‘lugares’ de produção de culturas resultam simplificadores [embaraçando] as questões pertinentes [às] polaridades: autonomia X dependência; autenticidade X inautenticidade, funcionalidade X desfuncionalidade” (WARDE, 2004)¹⁰³.

Em sendo assim, acredito que nenhum modelo cultural é importado na sua integridade, existindo na realidade uma convergência e interação de modelos em várias direções, como também uma circularidade de ideias, que emigram segundo as interpretações e interesses dos seus portadores de lugar para lugar, onde a dialética entre a imposição e a apropriação desses parâmetros, entre os limites transgredidos e as liberdades refreadas dos sujeitos não é, nem será a mesma em toda parte, sempre e para todos (CERTEAU, 1982). Arquétipos que ao serem reavaliados a partir de leituras sustentadas em concepções construídas social e culturalmente pelos seus intérpretes, e imbuídos de intencionalidades, estes *pretensos modelos* estão condenados a se transformarem em *hipóteses reinventadas* pelos interlocutores a partir da quase apreensão do real analisado e interpretado, pelas lentes individuais, que sempre é, produto de uma cultura específica; a própria.

Dito de outra forma, os sujeitos cujas formações intelectuais se deve ao convívio com outras culturas, ou mesmo que sejam estudiosos de culturas alheias, ao tentar compreendê-las e entendê-las (embora se esforcem pela interpretação de seus significados e sentidos genuínos), terminam reconhecendo-a ao compará-las com suas crenças, suas concepções, seus hábitos e formas de ver o mundo, isto é, constituísse parâmetro de avaliação, ainda que não intencional, a legitimidade particular de sua cultura. Códigos e significados construídos em interação com os outros, num constante consumo cultural definido como outra produção (CHARTIER, 1988); embora na visão de Warde (2010) para se evitar a “fixidez nos contextos” respeito ao quadro de referência em análise das culturas *pretensamente financiadoras*, e para se eliminar a invariabilidade nas categorias de análises “numa perspectiva centro-periferia” de “adaptação”, “aclimatação”, “indigenização” e “internalização”, faz-se imprescindível entender, que, “as dificuldades e os dilemas em

chinesa, coloca no cerne da questão, como estas “culturas financiadoras”, desde uma perspectiva centro-periferia (imbuída de uma hierarquia cultural), mesmo assim participam do movimento recíproco de empréstimo/recebimento de aspectos culturais intrínsecos ou não à cultura original. Baseando-se para isso no estudo do Mundo Mediterrâneo de Fernand Braudel, o qual defende que “[...] para qualquer civilização viver deve ser capaz de dar, de receber, de emprestar” (BURKE, 1999 apud WARDE, 2004).

¹⁰³Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/ehps/1/links_pesquisas/americanismo.php>. Acesso em: 15 ago. 2011.

estudos que estão centralmente referidos aos contatos ou cruzamentos entre duas ou mais culturas são equivalentemente difíceis quando estão em jogo indivíduos ou sociedades inteiras” (WARDE, 2010, p. 3)¹⁰⁴.

Portanto, não existe uma emigração/imigração de modelos puros, nem de culturas seletas, o único acesso aos modelos culturais distintos ao intérprete está dado no lugar que ele ocupa nesta circularidade de idéias entrelaçadas num caldo de cultura, e os modos e práticas que se entrecruzam e se entretecem a partir de elementos identitários que o ajudam a reconhecer-se, quando reconhece a sua diferença no reconhecimento do outro, e ao se auto avaliar, possa distinguir as diversas formas que existem de se conceber, e estar no mundo (HALL, 2001), ou seja, o sentido de nos tornarmos humanos e individuais se dá, ao construir sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente pelos quais ordenamos, objetivamos e direcionamos a nossa existência (GEERTZ, 1989). Deste modo, o intercâmbio de ideias/modelos e seus significados culturais, e as formas de sua circularidade, mesmo que possam convergir, coabitar ou divergir; estes “arquétipos de um lugar”, quando se pretende aplicá-los a sujeitos singulares em culturas distintas, e dar-lhe uma inteligibilidade em contextos diferentes, simplesmente eles não podem ser copiados, reproduzidos, nem plagiados, em último caso, poderiam ser (re) significados, reinventados e reinstituídos, isto é, nunca serão os mesmos.

Por outro lado, Geertz (2001) ainda que entenda, que as linhas pelas quais seria possível traçar essas relações, descrever esses contextos culturais e definir esses fenômenos são emaranhados, sinuosos e difíceis de discernir, ao mesmo tempo, entende que não é de idéias grandiosas, nem de abandono completo das idéias sintetizadoras que se precisa, alegando que o homem atual necessita de modos de pensar que sejam receptivos às particularidades, às individualidades, às estranhezas, descontinuidades, contrastes e singularidades; receptivos em si à “diversidade profunda”, “[...] pluralidade de maneiras de fazer parte e de ser, e que se possam extrair deles -delas- um sentimento de vinculação [...] que não é abrangente nem uniforme, primordial nem imutável, mas, que, apesar disso, é real” (GEERTZ, 2001, p. 196).

Em sendo assim, as concepções e significados sobre os tipos de livros e sua natureza em diferentes momentaneidades, as imposições reguladoras sobre os gêneros do escrito e suas formas de apreensão, assim como, as convicções mantidas pelos escritores,

¹⁰⁴ Conferência realizada no IV Encontro de História da Educação realizado na Universidade Federal do Maranhão – UFMA e promovido pelo Núcleo de Pesquisa em História da Educação, Documentação e em Práticas Leitoras – NEDHEL, em maio de 2010.

condicionados pelos posicionamentos religiosos, éticos e políticos com respeito a estes artefatos e a seu uso, se por um lado, ainda que prevalecesse a literatura estrangeira, textos pátrios e locais iam-se instituindo e coabitando ao refletir sobre o sentido de ser brasileiro, pelo outro, embora os livros estrangeiros servissem como modelos à produção nacional e maranhense, esta foi assumindo seus contornos específicos, expus a sua singularidade e a sua diversidade e, conseqüentemente, deixou de ser uma “produção modelada” para se concretizar num produto nacional e local. Isto é, apesar do crescimento gradual das obras maranhenses e brasileiras, a concorrência com os livros não nacionais perdurou durante todo o Império, mesmo, que livros franceses fossem restringidos e criticados, segundo as temáticas propostas, fossem não permitidos dependendo das peculiaridades dos seus autores e estivessem expurgados em consequência do tipo de fascinação que exerceram no público leitor. Livros perigosos em que a mocidade “[...] enebriada pelo suave cheiro das flores, [bebia] um veneno lethal. D’ahi o famoso monstro litterario intitulado *Nossa Senhora de Pariz* por Victor Hugo e a *Vida de Jesus* de Mr. Renan, [derramando] sua bÍlis contra os livros de reconhecida utilidade pública”¹⁰⁵; isto é, romances que concorriam com a leitura dos livros religiosos, contrapostos estes últimos, a toda ideia de paixões ruins, vícios e volúpia.

A França, no seu processo de expansão capitalista, segundo Bittencourt (2008), embora tratasse de penetrar em uma região aparentemente dominada pelo mercado inglês, somente consegue ocupar um segundo lugar de importância comercial para o Brasil (entre 1850 a 1880), em decorrência de interesses econômicos e culturais estabelecidos entre ambos países, que influenciavam de certa maneira, não só no plano político, econômico e social, como também no nível da cultura e da instrução na nação. Entre os interesses brasileiros, longe da “implantação de modelos estrangeiros” no território nacional, quanto à produção cultural, além dos econômicos, encontram-se três aspectos principais: a aproximação do catolicismo à mentalidade francesa, considerando-se universalista e mais afinada aos valores religiosos em contraponto ao protestantismo; a concepção de educação moderna e necessária de consumo, tornando-se uma mercadoria proveitosa para os jovens brasileiros na construção de um processo civilizador; e a identificação com o desenvolvimento econômico francês, estimado até meados do XIX, predominantemente agrário e trazendo consigo uma política industrial mesclada pelos interesses da produção agrícola, que, no dizer de Bittencourt (2008), exerceu “[...] um papel substantivo na construção do saber escolar a ser disseminado,

¹⁰⁵ *Echo da Juventude* (1865, n. 10, p. 69 -70, grifo meu).

incluindo a organização curricular e a literatura que acompanhava” (BITTENCOURT, 2008, p. 72).

Entretanto, se, na primeira metade do XIX, a imprensa maranhense, desde sua implantação, em 1821, anunciava obras estrangeiras originais ou traduzidas, seja nos jornais para uso de um público heterogêneo, seja nos relatórios do Inspetor da Instrução Pública e dos Presidentes da Província para o consumo de um público em idade escolar; a partir da década de 1850, mediados pelo fervor nativista e pela construção de uma identidade nacional, o aumento de obras brasileiras e maranhenses escritas, produzidas, impressas, editadas, distribuídas e comercializadas, é evidente. Livros aprovados e adotados na/para a instrução pública, que, segundo o seu formato e emprego, se dividem entre aqueles que por sua natureza não se classificam de material escolar, mas pela ausência de livros peculiares terminam sendo utilizados na sala de aula, e os livros concebidos, escritos e produzidos especificamente com fins educacionais, ou seja, livros propriamente escolares.

Se o professor Joze Thomas da Rocha (Rua do Desterro, nº. 52) ensinara “[...] a mocidade a ler, escrever e contar, a doutrina christã e os princípios de moral”¹⁰⁶, anunciando a venda do *Methodo facilimo para aprender a ler* e do *Novo Methodo da Gramática Latina*, reduzida a compêndio pelo padre Antonio Pereira; e se o professor Augusto Barella anunciara a oferta de um curso de matemática, baseado na *Aritmética, Álgebra e Geometria* de Ottoni, e nas *Tabuas de Logaritmo* de Callet, ensinando “[...] gratuitamente áquelles que não tiverem meios de remuneralo [embora] os livros necessários [achar-se-iam] a venda na casa do mesmo anunciante”¹⁰⁷; na tipografia de F. de S. N. Cascaes, como forma de estimular a instrução, embora vendessem as cartas de ABC, traslados, as pautas, catecismos, gramáticas e uma tabuada de multiplicação adaptada à percepção dos meninos que frequentavam as escolas brasileiras, o tipógrafo também anunciava que aqueles meninos pobres “[...] que frequentão as escolas desta Capital, e que se achão em estado de ler livros, que porem lhe faltam meios de comprar, [poderiam] dirigir-se ao proprietário desta officina que gratuitamente lhes [daria] (um livro a cada menino) de seiscentos e tantos outros folhetos”¹⁰⁸. Posto isto, observo não só uma variedade de livros nacionais ou não adotados no ensino particular, segundo os saberes e a escolha dos professores, como também as suas práticas docentes, papéis secundários, mas não menos importantes no que se refere ao circuito do livro no cenário instrutivo. Professores exercendo a função de comerciantes e de distribuidores de livros, talvez como meio de

¹⁰⁶ *Echo do Norte* (1835, n. 11, p. 192).

¹⁰⁷ *O Pharol Maranhense* (1832, n. 362, p. 1516).

¹⁰⁸ *O Legalista* (1840, n. 6, p. 2).

subsistência que incrementasse o baixo salário, e livreiros/tipógrafos estimulando o exercício da leitura e da escrita visando uma maior distribuição, portanto uma maior produção e consumo, em fim, uma garantia de lucratividade.

Nos ofícios localizados no Arquivo Público do Maranhão e circunscritos numa rede de agentes envolvidos na instrução pública (professores, delegados literários, Diretores da Instrução, Presidentes da Província, professores-autores, e mesmo, tipógrafos e livreiros), também evidenciavam um fluxo de livros locais, nacionais ou de outros países utilizados, adotados e permitidos no ensino. Em 1832, nos ofícios dos professores de 1.^a letras da capital¹⁰⁹, dirigidos ao Presidente da Província Candido José de Araujo Viana, registravam o recebimento de “[...] dous exemplares da Colleção de Translados, da composição de Joaquim Ignacio da Costa Miranda, para uso das Escolas”¹¹⁰, estabelecendo-se uma articulação direta e regular entre os professores e o Governo, até a criação da Inspeção da Instrução Pública, em 1841. A impressão do *Compêndio de Trigonometria* de João Nepomuceno Xavier de Brito (Lente do Liceu), autorizada pelo Presidente da Província, Antonio Cândido da Cruz Machado (1856), confirma-se quando o Inspetor da Instrução Pública é orientado a exigir do Tesouro Público Provincial a “[...] ordem para pagar a quantia de cento e trinta e nove mil e trezentos réis para [o autor] despendida com a dita impressão, devendo fazer entregar naquela Repartição os duzentos e quarenta exemplares, que [estavam] em seu poder, a fim de serem ali expostos à venda”¹¹¹.

Em 1860, na relação de livros aprovados e adotados na instrução primária na província e no Liceu Maranhense¹¹², segundo Jose da Silva Maia (Inspetor da Instrução Pública), em ofício enviado ao Presidente João Silveira de Souza¹¹³, aparecem entre obras francesas, inglesas e portuguesas, inúmeros livros de autores nacionais e locais sugeridos para o ensino. No primário aparecem como obrigatórios os maranhenses Filipe Benicio d’Oliveira Condurú, com sua *Gramática portuguesa*, e o Tenente Coronel Fernando Luiz Ferreira, com sua *Aritmética*, sendo registradas outras obras, como o *Catecismo da doutrina cristã* da diocese do Maranhão, a *História do Brasil* de Abreu e Lima, e a *Tradução da Bíblia*, feita pelo bispo D. Frei Joaquim do Nazareth. No secundário, por outro lado, dependendo das disciplinas, são sugeridos o *Novo Método* do Padre Antonio Pereira (reduzido a compêndio),

¹⁰⁹ Henriqueta Candido Pereira Professora de 1.^a Letras da Freguesia de Victoria, Justiana Joaquina Armada, João Francisco da Cruz, Alexandre José Rodrigues (Maranhão, 9 de Fevereiro de 1832).

¹¹⁰ Setor de avulsos do Arquivo Público do Estado. Caixas que contêm cartas de professores dirigidas às autoridades da Província (1832).

¹¹¹ Livro de Registro da Correspondência do Presidente da Província com o Inspetor da Instrução Pública (1.014, 1856).

¹¹² Criado pela Lei n. 77, de 24 de julho de 1838. Ver Castro (2009a, p. 50).

¹¹³ Ofício enviado em 18 de abril de 1860.

o primeiro livro das *Fabulas de Phedro*, e os seis livros da *Eneida* de Virgílio, para a aula de latim, sendo indicados para as de francês as *Fabulas* de Lafontaine e de Florian, e a *História universal* de Tissot. Já para o ensino da gramática geral deveriam ser utilizados o *Compendio da Gramática da Língua Portuguesa* do Padre Antonio da Costa Duarte, o *Primeiro Livro* das décadas de João de Barros, e o *Primeiro Livro* da 4ª década de Diogo de Couto, entre outras obras, títulos e leituras em correspondência com os programas de ensino da instituição.

Se na listagem de livros pedidos pelo Inspetor da Instrução Pública, segundo o seu secretário João Baptista d'Almeida Couceiro¹¹⁴, encontravam-se o *Contrato Social*, a *Revolution Française* por Desedoard, a *Philosophie* de Kant, e o *Compendio histórico, político dos princípios de lavoura do Maranhão*, escrita por Raimundo José de Souza Gaios¹¹⁵, constituindo-se esta leitura obrigatória do Liceu, da Casa de Educandos Artífices, e principalmente, da Escola do Cutim (dedicada ao ensino profissional e à formação de jovens para o desenvolvimento agrícola na província), e se nos Seminários das Mercês e Santo Antonio, recomendava-se as *Lições de História do Brasil*, da autoria do Dr. J. Manoel de Macedo “livro para uso das escolas da instrução primária e [...] adotada pelo Conselho Superior de Instrução Pública”¹¹⁶, como também distribuíram-se mais de 4200 exemplares pelas escolas de primeiras letras do *Livro do Povo*, em 1864, segundo seu autor (o Inspetor da Instrução Pública) Antonio Marques Rodrigues¹¹⁷; outras obras nacionais e locais disputavam o espaço escolar maranhense, impondo sua representatividade através dos documentos legais ou a partir da utilização do jornal como meio de produção, divulgação e venda da literatura especializada.

Os livros de leitura do Dr. Abílio Cesar Borges (*primeiro, segundo e terceiro*) apregoados pelo *Publicador Maranhense* (1871)¹¹⁸, a *História da Independência do Maranhão* do Dr. Luiz Antonio Vieira da Silva, noticiada para venda no jornal *Ordem e Progresso* (1861)¹¹⁹, a *Metrologia do Povo ou Taboada do Systema Decimal* do professor do ensino primário da Villa de Bento, João Miguel da Cruz comercializada pelo seu autor¹²⁰, e a *Grammática Portuguesa* por Francisco Soteiro dos Reis, divulgada n'O *Publicador*

¹¹⁴O *Publicador Maranhense* (1857, n. 988, p. 3).

¹¹⁵Fazendeiro maranhense que viveu no fim do século XVIII e início do XIX, escrevendo e deixando uma descrição interessante sobre as condições de vida nos primeiros tempos da colonização (CABRAL, 1984).

¹¹⁶O *Publicador Maranhense* (1871, n. 54, p. 4).

¹¹⁷Ofício enviado pelo Inspetor da Instrução Pública para o Presidente da Província Ambrosio Leitão da Cunha, em 2 de novembro de 1864.

¹¹⁸O *publicador Maranhense* (1871, n. 54, p. 4).

¹¹⁹*Ordem e Progresso* (1861, n. 6, p. 2).

¹²⁰O *Publicador Maranhense* (1882, n.102, p. 3).

Maranhense (1871)¹²¹, constituem-se indicadores da configuração que foi tomando a educação maranhense no Império e do papel que foram assumindo os políticos, os literatos, os intelectuais e os professores diante dos problemas da instrução local.

Esses títulos e essas obras também dividiram os espaços escolares com os livros do Dr. César Augusto Marques, editados pela tipografia de Frias: *Almanach de Lembranças Brasileiras* (1862), *Aos Meus Meninos* (1874) e o *Dicionário Histórico Geográfico da Província do Maranhão* (1870)¹²²; foram compartilhados com o *Tratado de Aritmética* de João Antonio Coqueiro, editado e publicado em Paris, em 1860¹²³, e com o *Curso Elementar de Matemática* do mesmo autor, editado por Berlamino de Matos, em 1869, em São Luís, assim como coabitaram com Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem e suas *Primeiras Noções de Aritmética*, impressa por A. J. da Cruz na Tipografia Praça de Palácio, em 1846, entre outros autores da terra. Escritores, literatos e educadores que simbolizaram o confronto estabelecido entre alternativas distintas defendidas pelo desenvolvimento da instrução maranhense, como também a consolidação das tentativas de uniformizar o ensino e a efetivação do papel que ocuparam neste cenário os autores nacionais e locais na construção de uma instrução cívica, na formação de posicionamentos éticos, no direcionamento de uma moral religiosa e na constituição do desenvolvimento instrutivo do povo brasileiro, especificamente aqueles que atendiam aspectos intrínsecos regionais e apontavam características singulares do local como objeto de estudo, de discussão e de reflexão.

Esses títulos, essas obras, esses autores são indícios da importância que foi emanando dos livros e das leituras aprovados e adotados no ensino público, que faziam referência à cultura brasileira, e em especial, refletiam sobre os hábitos, crenças e costumes dos leitores ou não leitores maranhenses. Obras do lugar, que coabitaram no decorrer do século XIX com livros nacionais e estrangeiros, e ao se concretizarem como livros de reconhecimento nacional, não só pelo nome de seus autores, como também pela qualidade do escrito, nortearam o ensino público local, mas também romperam fronteiras mercadológicas e espaços já conquistados, fazendo-se presente no plano nacional, a cultura e o pensar maranhense.

¹²¹Obra completamente esgotada a primeira edição, acomodada aos princípios gerais da palavra seguindo de imediata aplicação prática adotada como compêndio nas aulas públicas desta, como nas províncias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo (1871, n. 45, p. 4).

¹²²*O publicador Maranhense* (1871, n. 57, p. 3).

¹²³Obra que teve sua 2ª. edição, só após 37 anos de ser publicada, segundo registra o autor no Prefácio do livro (COQUEIRO, 1942, p. 23).

1.4 Referências ao leitor e à leitura no jornal

As referências ao livro e à leitura não parecem ser aspectos centrais e determinantes na existência dos impressos nas três primeiras décadas de sua implantação no Maranhão, por ser um espaço disputado e conturbado devido às indefinições políticas, às imprecisões partidárias e à crise identitária que atingia a todo o país. Se os jornais, como objetivo precursor de sua existência, tentavam posicionar-se entre o estrangeiro e o nacional, entre o pátrio e o local, em meio do ser conservador ou liberal, convivendo nas areias movediças ocupadas por portugueses e maranhenses, que procuravam estratégias de reconhecimento e instigavam a embates incisivos sobre a legitimidade do sistema imperial pós-independência, visando assim às possibilidades e alternativas plausíveis na construção do futuro regime republicano (já latentes desde a iniciativa da Constituinte); no meio desses ditos e enfrentamentos, no centro desses conflitos e retaliações, no entrecruzamento de discursos e difamações, de denúncias e descréditos, exprimem-se nos escritos e nos registros (independente de sua natureza) diferentes configurações que faziam referência à leitura, ao livro e ao leitor, mesmo que de forma velada ou não intencionada, por quem escrevia e por quem editava o jornal.

Nesta análise, prestando atenção aos posicionamentos dos registros na topografia desse suporte, tendo cautela na identificação da variabilidade dos recursos utilizados nos apontamentos, e mesmo ousando interpretar o teor dos escritos (embora a modalidade das falas, os estilos da escrita e a utilização de palavras usuais ao século XIX nos sejam estranhas), ou se constituam palavras alheias, no dizer de Bakthin (1985), mesmo assim, acredito ter conseguido apontar para alguns elementos, que se não me dão uma conotação exata do significado que teria a leitura, o livro e o leitor no início da imprensa maranhense, na contramão dos recursos expressos e em oposição à existência e à razão de ser do jornal na sua gênese, referenciam-se de forma arbitrária ou talvez maniqueísta a representatividade do livro, a prática da leitura e os perfis de diferentes leitores, mesmo que sejam através de denúncias, de anúncios ou de outros mecanismos articuladores.

Ao analisar uma amostra representativa de assinantes correspondentes ao número de leitores d'*O Conciliador Maranhense*, segundo as três listagens resgatadas na garimpagem das fontes (APÊNDICE B), a primeira vista fica claro que 100% de seus subscritores pertenciam ao gênero masculino, embora possa afirmar que esta realidade tenha mudado não decorrer do Oitocentos, não por encontrar listagem de mulheres circunscritas em outros jornais, nem por ter identificado escritos de mulheres explicitamente assinados, a não ser a

partir da década dos 60¹²⁴; mas por identificar escritos que por sua natureza e estilo eram dirigidos a elas, eram produzidos e editados para elas, e parece ter sido o consumismo feminino no decorrer da segunda metade do século XIX, um leitor em potencial que garantiu a sobrevivência de alguns desses impressos.

Esta percepção aumenta se, ao tomar como parâmetro os jornais que tinham como objetivo apresentar informações sobre o comércio, a política, a legislação e as lutas entre partidos, como por exemplo, *O Publicador Maranhense*, posso identificar na primeira página desse impresso, cobrindo a metade da folha e disputando com notícias consideradas eruditas ou sérias (entre variados assuntos expostos) fragmentos de folhetins desenvolvidos em 30, 40 e até em 55 capítulos, que, no desdobramento da trama por um período de tempo da circulação do jornal, garantiam a sua produção, venda e consumo para um variado público. Nos romances estrangeiros e nacionais, produzidos e divulgados neste artefato, os comentários sobre possíveis acontecimentos em posteriores capítulos, mediados pelas sinopses que apareciam no final de cada seção e na parte esquerda do jornal, tanto o escritor, como o editor recorriam a estratégias estimuladoras que aumentassem a curiosidade e ansiedade do leitor no plural, constituindo-se esta uma forma de garantir a lucratividade, ao mesmo tempo em que pela aceitação demonstrada pelo aumento do consumo poder-se-ia calcular o número de leitores que procurariam com certeza o folhetim quando transformado em livro. Formas de produção dos romances, que, se em início, só eram publicados depois de serem divulgados todos os episódios pela imprensa, após o crescimento de novos perfis de leitores e depois de outros jornais inserirem-se nesta prática, a inovação se baseava em divulgar os primeiros capítulos e, dependendo da aceitação ou não do público, em seguida se anunciavam os capítulos encadernados através da cooptação de assinaturas e da colocação do novo romance em livrarias e tipografias, intercedido pelos anúncios de venda.

Se no primeiro ano de estabelecido *O Conciliador Maranhense* (1821), segundo a relação de assinantes, a maioria de compradores pertencia à capital, sendo dos 91 leitores registrados 25,2% (N=23) militares, nas duas últimas listagens referentes a 1822, os subscritores do interior do Maranhão garantiam a sua subsistência. Essa mudança do perfil dos leitores, segundo o lugar de origem, cidades como Caxias, Itapecurú, Viana, Alcântara e Pastos Bons, parecem indicativos do comércio estabelecido não só entre as cidades da província, onde o jornal ocupava um espaço reconhecido no meio de diversas mercadorias, como também entre províncias como o Pará, Piauí e Ceará, e incluindo Lisboa, delatando

¹²⁴ Exemplos publicados pela primeira romancista brasileira Maria Firmina dos Reis foram localizados no *Echo da Juventude* (1865). Poesias como: Hosana, T..., O Canto do Tupi, e o Romance Gupeva.

assim uma maior reciprocidade entre a capital e os interiores, entre São Luís e outras províncias, entre o Maranhão e Portugal, anunciando um mercado interno e externo, no qual o jornal transitava. Neste inventário, analisando-se as duas últimas listas, o número de militares diminui. De um total de 164 assinantes, 31,9% (N=54) são militares da primeira relação para 29,5% (N=21) da última, cujos dados denunciam, que se o acesso ao suporte como novidade local, em princípio, tinham prioridades as autoridades que controlavam o espaço público e regional; no decorrer da produção, circulação e distribuição do jornal, novos leitores se fizeram assinantes, talvez com interesses políticos por convicção em dependência de suas profissões, mas não por obrigação, como era inerente aos militares.

Eram leitores para os quais o jornal escrevia e deixava uma brecha de comunicação inversa à estabelecida pela leitura de um livro, embora esta última, nunca fosse linear, e o leitor elaborasse novas hipóteses ao apropriar-se do escrito (de modo não passivo), destruindo assim a ideia inicial do autor, na medida em que lia e sugestivamente compreendia o dito no original (LARROSA, 1999). Esta modalidade de escrita exposta no impresso contribuiu para a existência de uma articulação entre o escritor e o leitor de forma mais simples e direta, em que o autor tinha a oportunidade de refazer a sua fala, de se explicar de outras formas e até de corrigir seus erros, em constante intercâmbio semântico com aquele que recebia e lia seus escritos, constituindo-se esta uma outra distinção posta, entre o jornal e o livro como suportes da cultura defendida por Sodré (1983).

João Alves Bezerra Sertanejo, homem rústico do interior do Maranhão (Mearim), – mas nem por isso menos consciente de sua condição leitora, no tocante às formas de ler e de se expressar na sua escrita (se comparada com os textos que lia e/ou escutava) – utiliza-se deste canal do impresso, não só para se instruir ou demonstrar conhecimentos, ainda que básicos, como também para se defender e expor seus pensamentos e convicções. Essa interlocução entre o editor e o leitor, contrasta com as críticas de Jorge (2008), direcionadas aos escritos publicados nos jornais da época, ao fazer referências aos usos e abusos de expressões e palavras difíceis, executadas pelos autores/redatores/editores que não se incomodavam com o não entendimento dos leitores, já que “ser lido por meia dúzia tinha sua importância, levando-se em consideração, que o alvo desejado eram os inimigos e não os outros” (JORGE, 2008, p. 47).

O fato do Sertanejo considerar-se rústico, de poucas letras e com dificuldades da escrita, demonstra como um leitor com habilidades rudimentares de leitura e de linguagem simples se mantém em constante familiaridade e articulação com o impresso, talvez não de

forma ativa e regular na continuidade do lido, mas, na escuta do que se lia, do que se comentava e se opinava na cotidianidade de seu tempo.

João Sertanejo dirigindo-se ao redator do *Conciliador*¹²⁵, expõe:

Sr. Redactor do Conciliador

Ainda que eu seja *huma pessoa do Sertão e por isso homem de poucas Letras*, não sou com tudo falto de sentimentos; e este he o motivo porque rogo a V. m. queira-me pôr esta carta na sua Gazeta em resposta ao lugar que tenho *n'outra que ouvi lêr no mesmo seu Jornal*, assignado por hum tal M. A. O. G. homem bem conhecido nesta terra, e que sedo se dara a conhecer nessa Cidade, se alguém tiver a desgraça de com elle ter contratos. Ora Sr. Redactor, *apezar de eu ser hum homem rústico* não deixou de me fazer a maior admiração em ver que do homem mais cheio de mataduras na sua consciência, de hum coração mais perverso, de hum genio mais ingrato, e intrigante he que sahíraõ os ataques feitos não só a pessoas de crédito, como á minha pobre pessoa que nunca comprei dividas para fazer mal ao meu próximo, nunca fui denunciante, nunca por via de mim se fizeraõ corpos de delicto de cevicias operadas a Escravos meus, e outros crimes e faltas de Moral que se encerraõ dentro d'alma desse tal homem, que parece que a não tem. Olhe Sr. Redactor, o cazo da venda de Tapuios para mim, he tão falço, quanto verdadeira he a venda que esse mesmo homem fez por 45.000 réis, ou coiza que o valha, a F. J. G. *de hum Indio que lhe tinhaõ dado a titulo de o educar*; e por aqui póde V. m. colegir que tal he a bondade deste sujeito de quem tenho ouvido dizer tão boas coizas, que por isso o julgo com rabo tamanho como daqui á Russia.

Não repare V. m. na fórma como escrevo, porque isto he o mesmo que dizer *de facto*, por não saber dizer de direito. Deos Guarde a V. m. muito annos. —

Mearim 24 de Dezembro de 1821. — João Alves Bezerra Sertanejo (grifo- meu)

Será que João Sertanejo escreveu realmente esse texto? Qual será a motivação que um homem rústico, de poucas letras e do interior, como ele, deve ter tido para se interessar por textos com escritas aparentemente difíceis? Será que ele entendia o teor dos artigos publicados, incluindo aqueles que denegriam a imagem profissional, familiar e individual dos considerados inimigos? Se os jornais eram geralmente panfletários, com estruturas semânticas rebuscadas e, direcionados a meia-dúzia de pessoas, isto é, a leitores com nível intelectual para o pleno entendimento dos registros, o que provocava seu interesse e familiaridade com o suporte, no qual pede ao redator (embora reconhecendo suas limitações), que faça o favor de publicar seu texto em resposta ao escrito cuja leitura tinha escutado? Será que os editores publicaram o escrito original do João Sertanejo ou modificaram-no e corrigiram-no antes da edição? Será que a escrita expressa na imprensa realmente era difícil para o público leitor ou somos nós, investigadores hodiernos, que pretendemos encontrar, no português arcaico, maneiras similares de identificar-nos? A escrita registrada nos suportes era difícil para os homens oitocentistas ou se faz complexa para nós?

Estes e outros questionamentos podem ser feitos, uma vez que o próprio Sertanejo pede, no final da mensagem, para não reparar na sua forma de escrever e, muito menos, que essa avaliação prejudique a decisão sobre a publicação ou não de seu escrito. A expressão

¹²⁵O *Conciliador* (1822, n. 52, p. 3).

“não repare V. m. na forma como escrevo [...]” imediatamente nos remete a uma comparação inevitável feita por Sertanejo com as outras escritas registradas nesse suporte, que foram observadas, lidas, escutadas e entendidas, seja de forma direta entre o leitor e o texto, seja de forma indireta (pela escuta), mas nem por isso menos ativa na reconstrução do lido para sua compreensão e entendimento. Por outro lado, reconhecer que a força de uma boa escrita interfere no seu poder de comunicação, ou seja, “[...] he o mesmo que dizer de facto, por não saber dizer de direito”, nos dá uma noção do nível de consciência deste homem e de sua condição de leitor, frente às *Letras* (registrado com maiúscula no seu texto), diante dos escritos de diferentes autores e do nível de sua leitura diante desse jornal.

As possibilidades de questionamentos são ilimitadas, e poucas, as respostas, pela não presença do sujeito atuante e pelos não registros de suas práticas leitoras em lugar algum; mas, “[...] inventar o possível e ocupar um espaço de movimentação onde possa surgir uma liberdade” (CERTEAU, 1995, 17), mediado por outros indícios que aparecem na documentação, significa prestar atenção aos interesses “[...] manifestados pelo processo, por intermédio do qual é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação” (CHARTIER, 1988, p. 24), um circuito de comunicação que ainda que funcione de forma homogênea, segundo modelos impostos por mais complexos que sejam, na visão de Darnton (2010, p. 149), “exumando esses circuitos os historiadores, podem mostrar que os [suportes culturais] não se limitam a relatar a história: eles fazem história”.

Outros exemplos de leitores não reconhecidos podem ser apontados com a captura do escravo Manoel de Jesus, anunciada no *Jornal Maranhense* (1841), com a denúncia sobre o fugido escravo Gregório¹²⁶, caracterizado por ser muito ladino¹²⁷, pela procura do negro Antônio¹²⁸, que trabalhava no teatro com o senhor Ferreira (sabendo ler, escrever e contar) e, a reclamação feita pelo Major Eduardo Trindade, da freguesia de Pindaré, no *Publicador Maranhense* (1875), sobre a fuga de seu escravo Izidoro, “[...] de 26 annos de idade, estatura regular, cheio do corpo, barba raspada, rosto redondo, com falhas de dente na frente, [sabendo] ler e [inculcando-se] livre”¹²⁹, constituindo-se estes arquétipos de leitores anônimos indicativos de diferentes formas de lidar com os livros, com os jornais e com a leitura durante o Império, pouco reconhecidas pela história oficial do Maranhão, que merecem ser questionados quando se faz referência a estas temáticas e geram nas interrogações feitas

¹²⁶Feita por Francisco Xavier de Sousa Caldas a Manoel Lourenço Boga no *Jornal Maranhense* (1841, n. 32, p. 3).

¹²⁷Denominação dada ao negro escravo, já aculturado, que entendia o português e possuía algum tipo de escolarização (BOTELHO; REIS, 2003, p. 107).

¹²⁸Propriedade de José dos Santos Monteiro (JORNAL MARANHENSE, 1841, n. 39, p. 4).

¹²⁹O *Publicador Maranhense* (1875, n. 968, p. 4).

diversas manifestações do que seriam os materiais culturais produzidos, distribuídos e postos em circulação, tendo como referente os gêneros da escrita anunciados na imprensa, as suas formas de aquisição, os lugares de vendas e a multiplicidade de usos¹³⁰.

Dito de outra forma, ao mesmo tempo em que as remitências ao livro, à leitura e ao leitor (ainda que secundárias), por não se constituir o objetivo principal da maioria dos impressos do século XIX, podem ser observadas e identificadas na prática de distintos jornais, as sucessivas denúncias sobre escravos foragidos, usando a particularidade de leitor como distinção no seu reconhecimento, faz-se uma prática regular e específica, na qual a categoria livro, leitura e leitor, embora não com o sentido atual que a consideramos, terminam ocupando um lugar de destaque, mesmo que de forma estranha e controversa a nossos desígnios.

Se no aviso intitulado *escravo fugidio*, no *Jornal Maranhense* (1841), registravam-se casos de negros foragidos que sabiam lidar com o escrito, apontando-se entre eles “Manoel de Jezus, idade 28 annos, baixo, cara redonda, nariz afilado, pouca barba, cabello liso e feito em anéis, unhas de tocador de guitarra, [...] pintas brancas no cabelo, boca regular: *[acrescentando-se] a isto que sabe ler e escrever e anda calçado*”¹³¹, e denunciava-se a fuga de “[...] um escravo cafús carapina por nome Antonio muito ladino e falla bem, [tendo] sobre o peito de um dos pés uma cicatriz de ferimento a machado. Trabalhava no teatro com o Sr. Ferreira, [sabendo] ler, escrever e contar e consta que se diz forro”¹³²; no *Argos da Lei* (1825), ficam expostos por carta enviada ao redator, os agravos do catolicismo que obrigava um homem negro a ler música e a tocar o órgão perfeitamente, mesmo amarrado aos pés do instrumento. Segundo o remetente, “[...] na Igreja de S. Antonio, [tinha ficado] maravilhado da destreza com que lia e o bom gosto com que se tocava o órgão no templo; [quando procurou] conhecer de vista a este excellente músico, qual foi o [seu] pasmo quando [deu] com elle de ferros nos pés”¹³³.

¹³⁰ A tese de Mariléia dos Santos Cruz (2008): “Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX”, constitui-se em um dos poucos trabalhos que discute as práticas leitoras dos negros inseridos num processo de instrução e civilização, a partir do convívio nas irmandades, através da presença de negras e escravas em escolas públicas e particulares, como também nas cartas dirigidas às autoridades exigindo alforrias como condição para o fim do levante na cidade de Viana, em 1867. Segundo ofício do Conselheiro José Tomás Babuco de Araújo enviado ao Presidente da Província Lafaiete Rodrigues Pereira, em 13 de setembro de 1865, afirmava que “nesta capital [existiam] pretos livres que sabem ler sofrivelmente, e a quem não são estranhas as ideias que nestes últimos tempo se tem manifestado em favor da emancipação de escravos” (CRUZ, 2008, p. 57).

¹³¹ *Jornal Maranhense* (1841, n. 35, p. 3, grifo nosso).

¹³² Id. (1841, n. 39, p. 4).

¹³³ *Argos da Lei* (1825, n. 30, p. 123).

Da mesma forma, apesar de que n’*O Conciliador do Maranhão* (1822), segundo Sebastião Gomes da Silva Berford (o governador), ficou proibido pela Junta Provisória e Administrativa “[...] o ingresso de escravos ladinos, vindos das outras Províncias do Brasil sob pena de serem logo conduzidos para os Portos donde vierem, à custa dos introductores, e de se proceder contra estes conforme for de Direito [...]”¹³⁴, garantindo-se assim a não entrada de escravos que dominassem o português falado na província, evitando confundi-los com (ex)escravos, e ao mesmo tempo, ter um maior controle sobre sujeitos incomunicáveis pela dificuldade da articulação, e pelo não conhecimento da leitura. N’*O Publicador Maranhense* (1853), no que se anunciara a tomada de “[...] hum Diccionario da lingua Portugueza de hum preto que o andava vendendo [...]”¹³⁵, supondo-se furtado, já que livros, leituras e leitor entre negros não pertenciam ao imaginário da maioria dos não-escravos; no jornal *A Bandurra* (1828), por outro lado, exigia-se a contratação de um feitor, cujos requisitos eram de que “[...] não [fosse] rapaz, e que [soubesse] ler e escrever [...]”¹³⁶.

No entanto, Domingos José Gonçalves de Magalhães, nas suas *Breves Reflexões acerca da Revolução da Província do Maranhão*, em 1858¹³⁷, contrapondo-se a esta representação do negro não-leitor e sem direito à leitura – práticas estas que se expunham nos jornais, não como formas de aculturação singulares do escravos, e sim, como característica de identificação para o exercício de captura–, esclarece que no quilombo do negro Cosme, um dos líderes mais importante da Balaiada¹³⁸, por achar-se à frente de três mil escravos por ele sublevados “assignava-se – D. Cosme, tutor e imperador das liberdades bem-tevis;– [proclamando] á escravatura, [dando] titulos, postos, e [estabelecendo] *uma escola de ler e escrever*; aquilombada na comarca de Brejo, na fazenda da Lagoa Amarella¹³⁹”, dedicando-se a roubar e insurreccionar a maioria dos cativos das restantes fazendas circunvizinhas (MAGALHÃES, 1858, p. 118, grifo meu).

Apesar de que a leitura e os livros não fossem acessíveis nos primórdios do período imperial e durante grande parte de seu estabelecimento aos pobres, aos escravos e às

¹³⁴*O Conciliador do Maranhão* (1822, n. 95, p. 3).

¹³⁵*O Publicador Maranhense* (1853, n. 142, p. 4).

¹³⁶*A Bandurra* (1828, n. 18, p. 662).

¹³⁷Impressa por Belarmino de Mattos na Tipografia do Progresso (na Rua de Sant’- Anna, 17), em 1858.

¹³⁸Sublevação no Interior do Maranhão, constituída por vários grupos com interesses não definidos, que teve como causa primeira a implantação da Lei dos Prefeitos (baixada pelo governo provincial, em 1838, com o objetivo de criar chefes do Executivo fortes nos municípios, e apoiada pela Lei do Ato Adicional de 1834 que determinava, entre outras medidas, a descentralização do gabinete regencial, criando-se uma “monarquia federativa”. Os juizes de direito e de paz seriam substituídos por prefeitos e subprefeitos com poderes mais amplos, fortalecendo-se assim a legitimidade dos Presidentes de Província, segundo Caldeira (1991).

¹³⁹Fazenda na qual Cosme, obriga a Ricardo Navia (seu dono) a dar carta de alforria a duzentos escravos seus, e o mantém como seu criado, assassinando-o mais tarde por desconfiar de sua lealdade, segundo Magalhães (1858).

mulheres, parece-me que as estratégias impostas pelo regime atuante não foram efetivas se considerados os múltiplos exemplos de leitores não autorizados, mas nem por isso menos ativo no panorama das letras. Se me permito trazer os depoimentos de Mnemosine (uma das professoras entrevistadas na dissertação de mestrado)¹⁴⁰, sobre as formas em que a avó se alfabetizou, poderia a partir de seus testemunhos, relatar aqui de que maneira se identificou com as letras e expressar segundo as histórias contadas para a professora (ainda criança) o significado que tinha para sua avó (como mulher do século XIX) a manipulação com os livros, as dificuldades com a leitura e sua escondida e anônima formação leitora.

Segundo Mnemosine, nas histórias contadas, sua avó aprendeu a ler e a escrever escondida no banheiro, de tudo e de todos. Na localidade onde a sua família morava, não havia escola, reproduzindo o início de uma leitura e uma escrita rudimentar na própria casa, ajudada pelo caseiro do sítio (um homem negro que contabilizava os negócios da família) e sem o consentimento do marido, o qual morreu muito cedo, sem nunca saber de suas práticas. O desconhecimento sobre a leitura e a escrita da esposa facilitava a convivência entre ambos, à medida em que o avô tinha liberdade de deixar qualquer papel, carta ou recado comprometedor (até extraconjugal) em qualquer canto da casa. Casos e aventuras que ela mesma desmanchava, mantendo-se sempre nas sombras e calada, sendo assim até o final do casamento. Práticas da avó, que foram ensinadas a seu pai e, transmitidas para a filha, e desta, a seus descendentes, quando nos relata que desde muito cedo o livro passara a fazer parte da educação familiar, iniciada com os clássicos da literatura infantil e com o escutar histórias contadas pelos adultos antes de dormir.

Naquela época as famílias entendiam que moças não tinham que estudar, não deveriam saber ler, nem saber escrever [...] quem ensinou a ela foi um homem chamado Felisberto, que na época cuidava do sítio onde ela morava e dos negócios com meu avô e depois com meu pai. [...] Ele ensinava para ela e ela se trancava no quarto nos fundos da casa, especificamente no banheiro, quando meu avô saía para cuidar dos negócios e com papel de embrulho e de jornal praticava a escrita. (MNEMOSINE)¹⁴¹.

Abrantes (2004) refere-se à proibição da educação feminina do século XIX, por parte dos homens e, inclusive das mulheres pouco letradas, que, ao não se adaptarem ao estudo e dada à condição de ignorância em que viviam, não sentiam nenhuma necessidade do sujeito feminino se alfabetizar. Bastava para a mulher “[...] o aprendizado da costura e trabalhos domésticos, uma vez que se aprendesse a ler e escrever; teria os meios para estabelecerem correspondências amorosas, o que era visto como um grande perigo para a

¹⁴⁰*Práticas Leitoras no Maranhão na Primeira República: entre apropriações e representações* (CASTELLANOS, 2010a).

¹⁴¹Id. Ibid. (p. 193-194).

honra feminina” (FLORESTA, 1989, p. 67). Não escapando dessa mentalidade patriarcal e desses condicionalismos em contra da leitura, da escrita e da instrução da mulher oitocentista, nem a primeira romancista maranhense Maria Firmina dos Reis, a qual no prólogo de seu livro nos adverte do pouco valor de seu romance “Úrsula”, “[...] porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham que discutam e corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, pouco lida, o seu cabedal [era] quase nulo” (REIS, 2004, p. 13).

Neste apanágio de eloquências, podemos observar como o leitor, neste caso a mulher oitocentista, independentemente das formalidades criadas em sociedades distintas, podem ter criado panólias de estratégias e práticas desviacionistas de apropriação (CHARTIER, 2003), instaurando a pluralidade e a criatividade. “Contextos de usos que colocados na sua relação com as circunstâncias, remetem aos traços que especificam o ato de falar, de agir e de escrever” (CERTEAU, 1994, p. 96). Trajetórias indeterminadas que são produzidas por consumidores caracterizados, como produtores desconhecidos de suas práticas leitoras, poetas de seus negócios e inventores das suas trilhas de apropriação e representação (LARROSA, 1999). Trilhas, que na visão de Certeau (1994), são “[...] heterogêneas aos sistemas onde se infiltram e onde esboçam astúcias de interesse e de desejos diferentes” (CERTEAU, 1994, p. 97).

No relatório intitulado *Breve Notícia sobre a Província do Maranhão*¹⁴², apresentado pelo comissário Fabio Hostillio de Moraes na Exposição Nacional, com ajuda dos Drs. Antonio Rego e Horacio Leal de Carvalho, em 15 de dezembro de 1875, pode-se apreciar que, no balanço da população maranhense, estimada em 359.040 habitantes, sendo 284.101 almas livres para 74.939 escravizadas, só oficialmente sabiam ler e escrever, destas últimas, 51 homens e 21 mulheres, para 36.838 escravos e 38.029 escravas analfabetos. Se recorrermos à população livre, segundo as estatísticas apresentadas, se dividiam estes indivíduos livres, em 103.533 brancos, 144.361 pardos, 25.284 pretos e 10.945 caboclos, só sabendo ler e escrever 44.375 homens para 24.196 mulheres, com um total de 215.530 sujeitos que não tinham práticas nem da leitura, nem da escrita. No obstante esse fato, não podemos perder de vista que, apesar do aumento da população escolar de 6 a 15 anos para 71.292, só frequentaram a escola 8.739 meninos, para 4.844 meninas nesse ano, ficando fora dela 57.709 candidatos.

¹⁴²Editada na Tipografia da Reforma (Rua Sete de Setembro), Rio de Janeiro, 1875.

Por outro lado, se para Vieira (2003), no prefácio da obra *O ensino Público*, há o alerta para um analfabetismo de 80% na população livre, em 1872, “[...] subindo para 83% após a liberação dos escravos e mantendo-se no patamar de 80% até 1920, quando baixou um pouco, para 76%, nas vésperas da Revolução de 1930” (VIEIRA, 2003, p. 19); para Marques no seu relatório *A Província do Maranhão: breve memória*, para ser apresentado na Exposição de Filadélfia, em 1876, embora não especificasse o número de indivíduos que sabiam ler e escrever, ainda assim, apresenta uma diferença na população total de indivíduos na Província, representados por 348.495 pessoas, tendo 275.528 livres para 72.967 escravos, contrastando substantivamente com o relatório apresentado por Moraes (1875), um ano antes, na Exposição Nacional. Se comparadas estas cifras com o relatório anterior, existe uma diferença de 10.545 pessoas, sendo que o próprio Marques (1876, p. 22), deixa registrado, que mesmo faltando o recenseamento da população da Vila Nova de Santa Teresa da Imperatriz, não sabia “[...] como explicar essa diferença para mais de 1972 almas”, no que se refere à cifra dos cativos, já que, segundo o quadro estatístico dos escravos matriculados no Império, publicado no *Jornal Nação* (1874) e organizado pela Diretoria Geral da Estatística, tinha a Província 74 939 escravos, como registrou Moraes (1875); não esclarecendo Marques (1876) no seu registro, as 8.631 almas livres não computadas.

A partir destes dados anunciados com respeito à educação e à instrução, poderia questionar se os dados são capazes de expor com fidelidade a realidade maranhense, uma vez que existem contradições nos próprios relatórios expostos a grandes exposições que tratam sobre estas questões? Por outro lado, se o assunto é se registrar o cômputo das pessoas que sabem ler e escrever, sejam livres ou cativas, o que significava realmente ser considerado analfabeto ou não, no século XIX? Se retomo as cifras levantadas por Moraes, em 1875, embora se aproximem com os índices expostos por Vieira (2003), estas encontram-se mais detalhadas no seu relatório apresentado à Exposição Nacional, denunciando-se 80% (N = 290.397) de pessoas que não sabiam ler e escrever, para 6, 8% (N = 2 4.331) de indivíduos não identificados nesta situação.

No entanto, sabendo do nível de analfabetismo em Brasil no período estudado, e especificamente no Maranhão, qual seria realmente o sentido de ser analfabeto no Oitocentos e que seria a alfabetização? Segundo Vieira (2003, p. 19) “compreende-se que ‘alfabetização’ era definida como um conhecimento mínimo, comprovado por meio da habilidade de o indivíduo saber soletrar palavras, e desenhar o próprio nome”; sendo assim, corresponderia ser alfabetizado àquele sujeito que só sabia decodificar, soletrar ou realmente àquele que só sabia ler e compreender o lido? Estes parâmetros obedeciam àquele que além de dominar a

leitura corrida (seja em voz alta ou em silêncio) também dominava as técnicas da escrita? Poderia se referir ao indivíduo que estava escolarizado (por apresentar uma certificação do ensino das primeiras letras concluído) ou àquele que ainda estava em processo de aprendizagem no ensino inicial?

Na elaboração destes relatórios, seja qual for a concepção de leitura e de escrita defendida, e, portanto independentemente dos indicativos propostos para classificar os sujeitos em alfabetizados ou não, ao tomarem-se como parâmetros de verificação as habilidades pessoais dos investigados, segundo Vieira (2003), será que os negros escravos, embora se apropriassem destas tecnologias (da soletração, da codificação, da leitura e mesmo da escrita), se arriscariam a expressar suas práticas com total liberdade, tendo consciência de que isto seria um aspecto identificador caso eles fugissem? Será que mulheres sujeitas a proibições patriarcais, ao controle dos esposos e de outros sujeitos no convívio, exporiam suas práticas (regulamentadas, criticadas, proibidas e negadas na maioria das vezes) ou atuariam caladas, na sombra das letras e afastadas aparentemente dos livros e da leitura para sobreviverem nas suas relações sociais e particulares?

Uma prática regular no Oitocentos, que durou até as primeiras décadas do século XX, consistia em que um só membro da família se escolarizasse, e o resto ajudasse na sua formação, não significando na prática que o demais familiares fossem analfabetos, segundo o mostram alguns dos depoimentos das professoras entrevistadas na investigação feita no mestrado, as quais não só falavam de suas histórias de vida como também faziam referências e interferências quando se remetiam ao passado de seus pais e avós. Em fim, como aprenderam estes sujeitos, negros escravos fugidos, homens livres e pobres, mulheres excluídas do cenário cultural, a ler e a escrever, com um acesso aparentemente restrito à instrução e aos suportes de cultura não destinados a eles? Quais foram as táticas de apropriação utilizadas na leitura e como se constituíram? Quais foram os artefatos utilizados na aprendizagem da leitura e da escrita e quem os ensinou?

Qualquer que seja a resposta (embora praticamente impossível de ser expressa pela ausência de testemunhos pertencentes aos tempos idos), o importante é entender que em algum lugar, de alguma forma e com qualquer tipologia do suporte, gêneros da escrita ou situações de leitura diversas, estes sujeitos ignorados, não reconhecidos e ocultos no meio de uma história documentada – que se perde e desaparece pelo agir do tempo e pela não preocupação dos que administram as instituições públicas atuais –, aprenderam a ler, a se comunicar e a se apropriar de textualidades (independentemente do *como*), que, em princípio, não foram direcionadas a elas; embora para Domingos Perdigão, na sua obra *Os livros que se*

devem ler (1922), quando faz referência às leituras permitidas para a formação do leitor, prefira tratá-los como *leidores* e não como leitores, já que o termo “[...] leitor, geralmente usado, [designava àquele] que recebeu a segunda das quatro ordens menores eclesiásticas ou o que faz a profissão de ler” (PERDIGÃO, 1922, p. 4). Independentemente do qualificativo dado a estes sujeitos citados, essas *formas de fazer* foram determinantes, e por eles foram utilizadas e aplicadas. Leitura que “[...] não evoluiu numa direção única, a da extensividade. Ela assumiu muitas formas diferentes entre diferentes grupos sociais e em épocas diversas” (DARNTON, 2010, p. 179).

Os textos (manuscritos e/ou impressos) na história do livro e da leitura, em tempos distintos e em diversos espaços, também foram apropriados pelo leitor popular e por aqueles que não estavam incluídos nessa categoria. Leitores de condição humilde com posse do escrito, independente da natureza do suporte, que não lhes foram particularmente destinados (CHARTIER, 1994). Scandella, apelidado de Menocchio, o moleiro friulano de Ginzburg (1987)¹⁴³, em *O queijo e os Vermes*; o *Valentin Jamerey-Duval* de Jean-Marie Goulemont (1996); e o *Escravo* de Grego de Tours (1799), analisado por Jean Hébrard (1999), salvando as diferenças existentes entre estes sujeitos e os exemplos por mim citados, e as ressalvas entre esses estudos pela riqueza de detalhes analisadas por estes autores e minhas reflexões lacunares pela escassez das fontes, permito-me considerar estes sujeitos, não reconhecidos na história oficial, mas nem por isso inexistentes, como provas de leitores que podem dar “um sentido próprio a materiais temáticos tão diversificados bem distante dos significados que as obras poderiam ter para seus autores ou para outros leitores” (BELO, 2003, p. 52).

Um exemplo disto pode ser observado no tratamento literal das imagens da língua religiosa, feita por Menocchio, “que desloca o acento das metáforas, e compreende ‘errado’ sem, na verdade, compreender mal” (HÉBRARD, 1999, p. 64), ao achar estranho que um “fruto desgraçado” tivesse ocasionado as calamidades e a morte da raça humana, e que todos fôssemos pecadores antes de ter nascido. Essa maneira de apropriação de Scandella, ainda em formato de “desvio”, entendendo mal por tentar compreender a partir de outras leituras paralelas e do contato com outros gêneros de livros, não deixa de constituir-se uma prática

¹⁴³ Estudo de Carlos Ginzburg (1987) a partir de processos inquisitoriais sobre as práticas culturais heterodoxas de um moleiro do nordeste de Itália no final do século XVI, conhecido como Domenico Scandella, que o levaram à morte na fogueira. Sem nunca ter saído de Montereale, e sem saber grego e latim, Scandella leu e releu um punhado de textos e passagens da Bíblia e do Decameron, de Boccaccio, assimilando-os, a seu modo, à sua memória, descontextualizando-os, chegando a conclusões perturbadoras, que defendeu diante dos inquisidores (BELO, 2003).

que pode ser também executada pela representação do que se lê e pela própria resistência a o escrito por ler (CHARTIER, 1995).

Observa-se que, se nas *Memórias de Valentin Jamerey-Duval* de Jean-Marie Goulemont (1996), o pastor de Lorena de Clézantine, de 1709, de forma autodidata por um *Croix-de-par-Dieu* e, com pouca ajuda de terceiros, ao mesmo tempo em que atravessa as fábulas de “*Esopo*” (re)significando suas imagens, também transita timidamente pelas aventuras e romances de cavalaria encontradas na Biblioteca Azul da sua aldeia, “onde devora todos os livros que pode encontrar, [...] memoriza seus textos e recita suas mais belas passagens a seus companheiros pastores” (HÉBRARD, 1999, p. 87); o escravo Brachio, por outro lado, segundo Tours (1799), aprende a ler e a escrever antes de conhecer o alfabeto, “aprendendo a localizar na página impressa o texto que deviam ler para ele inúmeras vezes e que, certamente, tinha memorizado” (HÉBRARD, 1999, p. 59).

A partir desses leitores anônimos e dos usos que fizeram do escrito, embora não reconhecidos e subestimados pela história, podemos discernir, que fizeram com ela e dela aquilo que as possibilidades lhes permitiram. Livros e leituras aparentemente vetados, seja pela cultura livresca onde o escravo, o pobre e a mulher, não tinham nem vez, nem voto, seja pela imprensa jornalística motivada por interesses políticos, em detrimento da instrução, em que os esquecidos, os não contemplados, ou os renegados pelos jornais, fizeram de alguma forma destes suportes (embora aparentemente não direcionados de modo intencional para este público) os responsáveis pelo incentivo à leitura e pelo culto aos livros.

1.5 A presença do leitor ideal: os intelectuais

Um outro tipo de leitor, mesmo em expansão e idealizado pelos jornais, deve-se sobremaneira à formação educacional de maranhenses em instituições de ensino superior na Europa e em outras localidades do Brasil, como Olinda, Rio de Janeiro e Salvador. Em que pese a manutenção do escasso ensino nas colônias ter sido a característica própria do predomínio lusitano, a pensada homogeneidade ideológica e de treinamento mediada pela instrução reduziria os conflitos intra-elites e forneceria a concepção de determinado modelo de dominação política. Essa homogeneidade se daria pelo processo de socialização das elites direcionadas à educação, à ocupação e às carreiras políticas, segundo Carvalho (2006).

Independentemente de que os sucessores dos filósofos ilustrados brasileiros no final do século XVIII, não fossem gerações compostas por homens de ciências (depois da

geração de *Aufklärer*¹⁴⁴), e sim bacharéis em Direito que só visavam o desenvolvimento do país pela solução de fórmulas jurídicas nas quais, à memória científica se lhe sucedia o discurso político-jurídico (MORAES, 2006), e tendo em conta a não mudança da imprensa no Brasil (no que tange à sua especificidade) na passagem do Império à Regência ou do Império à República, embora se transfigurasse quanto ao conteúdo e a seu papel desempenhado (SODRÉ, 1983); foram esses intelectuais que produziram e fizeram circular as novas ideias científicas, foram esses os sujeitos que refletiram sobre os problemas educacionais e são esses os agentes que intervieram nas dificuldades sociais que, aos poucos, foram ilustrando a sociedade local sob a égide dos livros e da leitura.

A influência desses *depositários do saber* no plano dos entraves políticos, ideológicos e instrucionais, pode ser observada na crítica feita, sobre o pseudônimo de “um constitucional paraense”, ao estado em que se encontrava a educação da mocidade brasileira pós-independência e à falta absoluta de estabelecimentos literários em todas as capitais, especificamente no Maranhão. Segundo este escritor, só bastava discorrer pelas cidades, vilas ou capitais do Brasil para certificar-se da funesta verdade em que vivia a instrução. Nas suas reflexões faz inúmeros questionamentos que obrigam ao leitor a se situar e tomar consciência do momento inerte em que se estava vivendo, ao arguir sobre:

Que estabelecimentos litterarios o Maranhão donde, ainda não há seis annos, sê hia aprender Latim ao Pará? Quaes o Pihahuhi e o Pará, quaes o Ceará? Quaes o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Pernambuco, a Bahia & c. Aonde os depósitos dos conhecimentos humanos, que se possão consultar? Aonde as Academias? Aonde as Sociedades Litteratas? Onde as Imprensas? Onde a importação dos livros? Onde os Gabinetes das producções da Natureza?¹⁴⁵.

Sendo assim, mesmo considerando o caráter panfletário dos jornais publicados durante o Império e no advento da República (LOPES, 1959; SODRÉ, 1983; JORGE, 2008) não posso deixar de evidenciar os elementos que foram sendo privilegiados no processo de seu desenvolvimento, devendo reconhecê-lo como espaço cultural, instrucional e até de sociabilidade. Esse impresso, além de ser utilizado para a formação do leitor e o ensino da escrita, para a formação profissional dos indivíduos e mesmo como instrumento de apoio para as escolas de primeiras letras, precisamente pela falta de material escolar percebida através dos inúmeros pedidos de livros, cartilhas, catecismos, exemplares de escrita, lousas para os exercícios aritméticos, entre outros utensílios pedagógicos, feito pelos professores aos delegados literários e aos diretores da instrução pública durante o período imperial, especificamente; também tem se constituído, um lugar privilegiado de culto aos artefatos de

¹⁴⁴Exploradores ou escoteiros do campo científico.

¹⁴⁵*O Conciliador do Maranhão* (1822, n. 79, p. 3).

cultura, ao dispor e divulgar obras importantes para serem vendidas, consumidas, postas em circulação e dadas a ler.

Entre os avisos de venda e a captação de subscrições para a produção das obras, os anúncios de títulos a baixos preços, para o ensino primário e para os exames gerais e preparatórios, transformaram-se numa estratégia de distribuição e consumo entre editores e livreiros. Se os *Princípios gerais de música* de Rossini, traduzido por Manoel Joaquim dos Santos, o *Manual Encyclopedico* de Monteverde, e a tradução feita pelo Bispo D. Joaquim de N. S. de Nazareth do *Novo Testamento de N. S. Jesus Cristo*, eram obras escolares divulgadas pela livraria de Monteiro e Irmão como textos essenciais para a instrução primária¹⁴⁶, e se, por outro lado, anunciavam-se na Livraria Magalhães e C^a, a *Retórica* de Carvalho, a *Beautes* de Chateaubrand, a *Geografia* de Abreu, os *Fatos da Igreja* de Rabelos da Silva, a *Select Passeges* de Lingard, e a *Aritmética, Álgebra e Geometria* de Ottoni, como livros importantes para os exames do Liceu a serem comercializados a custos módicos¹⁴⁷; este mesmo veículo como instrumento de embates políticos e ideológicos, e como meio de denúncias e difamações (embora no seu cerne permanecesse assim no decorrer do Oitocentos), não é menos certo que a passos lentos, neste mesmo período, transformara os seus contornos, diversificara os seus discursos, e, por conseguinte, registrara notícias várias e diferentes assuntos, direcionados a um público heterogêneo.

Alegando-se sobre a importância da imprensa na formação política dos indivíduos e sobre sua influência como instrumento de formação do leitor, apontaram-se em alguns escritos, não só as diferenças estabelecidas entre o jornal e o livro dependentes das restrições do capital econômico impostas para o acesso, como também pelas limitações na compreensão e entendimento do impresso segundo o capital cultural dos indivíduos, surgindo assim diferentes opiniões no que se refere ao grau de aculturação destes artefatos e ao nível de manipulação e apropriação dos leitores. Para alguns escritores, o jornal se constituía no livro do povo, porque se escrevia “[...] sobre o que o povo [meditava]. A sua missão [era] nobre e [tinha] como religião o seu postulado sincero e criterioso. O livro, igualmente soberano, ao contrario do jornal, [exigia] leitura mais demorada, [requisitando] algum tempo que o público em geral não [tinha]”¹⁴⁸, atingindo poucos a compreensão de um livro na sua totalidade, “[...] enquanto o jornal, esse [era] lido desde o *palácio* até a *choupana*”¹⁴⁹. Para Voltaire, pelo contrário, a leitura deveria ser plural por diferentes suportes, já que “o homem de gosto só lê o

¹⁴⁶O *Publicador Maranhense* (1857, 53, p. 4).

¹⁴⁷O *Publicador Maranhense* (1875, 23, p. 3).

¹⁴⁸*Revista Elegante* (1895, n. 2, p. 4).

¹⁴⁹*Revista Elegante* (1895, n. 6, p. 1).

que é bom, mas o homem de estudo [permitiria] o bom e o mau”¹⁵⁰, embora para o jornal *Ordem e Progresso* (1861) a “verdadeira educação de hum Povo livre [só se faria] nos Jornaes”¹⁵¹.

Em sendo assim, estes entendimentos díspares enquanto à instrução e à educação, enquanto ao papel dos livros e dos jornais, além dos novos discursos referidos ao autor e ao leitor, aos artefatos e às leituras, outras notícias, avisos, sugestões e pedidos de assinaturas também foram ocupando um lugar de destaque nos diversos formatos deste suporte, transformando-o em instrumento de informação e formação. Não se faziam presentes, só as temáticas referentes aos livros e à leitura, também se publicavam questões direcionadas às instituições de ensino, ao período de matrículas, ao número de aprovados nas disciplinas e ao comportamento dos alunos, transformando-se esta prática num exercício regular nos meios de imprensa, como se pode verificar nos seguintes anúncios: na relação registrada pelo Seminário Episcopal de Santo Antonio, referente aos “[...] seminaristas, e alumnos esternos, que forão examinados, e aprovados no presente anno letivo de 1848 em as differentes Sciencias, e artes, que se ensinam [...] Theologia Moral, Philosophia, Rethorica, Geographia, Grammatica Latina e Grammatica Franceza”¹⁵²; nas orientações manifestas pela inspetoria da instrução, indicando em 1852, ao Secretário da Instrução Pública, João Isidoro Xavier de Brito, a descrever e a publicar no jornal, as horas de entrada e de saída das aulas no Liceu Maranhense, informando “[...] aos pais as faltas de seus filhos”¹⁵³; e nas indicações feitas ao Secretário da Instrução Pública, em 1871, Mariano Cesar de Miranda Leda “[...] a transcrever a relação nominal dos alunos que durante o mês de agosto findo, [tinham faltado] às respectivas aulas de inglês, francês, latim, geografia, matemática, filosofia, história, gramática e retórica”¹⁵⁴.

Essas novas práticas dos jornais, esses diversos discursos dos escritores e editores, esses posicionamentos do impresso e essas novas formas de remitências ao leitor plural, coexistiram, durante o Império e a República, com as lutas por espaços políticos instituídos e por lugares educacionais específicos. Por outro lado, essas estratégias de imposição escolares, que denunciam por meio dos jornais o funcionamento das instituições educativas, essas exposições por meio de um canal de comunicação público que acusam o controle pelas autoridades destes espaços educacionais sobre os indivíduos, e esses registros que delatam

¹⁵⁰ *A Imprensa* (1859, n. 19, p. 4).

¹⁵¹ *Ordem e Progresso* (1861, s/n, p. 4).

¹⁵² *A Revista* (1848, n. 472, p. 4).

¹⁵³ *O Publicador Maranhense* (1852, n. 4, p. 4).

¹⁵⁴ *O Publicador Maranhense* (1871, n. 202, p. 3).

notoriamente as táticas de evasão dos sujeitos em lugares controláveis, expõem, ainda que de forma acobertada ou mistificada, os meios pelos quais esses indivíduos singulares se desviavam do imposto e negavam os regulamentos, disseminando nas suas ações e nas suas transgressões, suas específicas *formas de fazer* e de ser, nos espaços de ensino (CERTEAU, 1994).

1.6 A lei de imprensa e a censura: o que se podia ler?

As objetivações expostas e os limites intrínsecos nas diversas formas de se conceber o jornal e seu papel primordial na sociedade por sujeitos diferentes, com convicções contrapostas e procedências distintas, não deixam de interceptar, sem desvios, a sua razão existencial de ser, o público leitor, independentemente de seu perfil e de seu nível de afinidade com os livros e com a leitura. Em todas as análises feitas, aparece claramente, como o sujeito leitor (público consumista deste suporte), se constitui no principal motivo da sua produção e circulação, que deveria ser sustentada na evidência dos fatos, com decência, modéstia e respeito.

Para que tal situação se fizesse possível, era necessária a obediência da lei da imprensa, que deveria ser cumprida por todos os cidadãos, inclusive pelos membros da igreja, como os bispos e os padres, favorecendo assim a “livre comunicação do pensamento”, e constituindo-se este um dos mais preciosos direitos do homem, devendo ser penalizado, na forma da lei, todo aquele que, no bojo de seus escritos, não a considerasse, seja para a produção e distribuição de diferentes suportes, seja para a leitura e o convívio com os diferentes livros. Como garantia, exigia-se para a publicação de qualquer texto, o registro em cartório do escritor, proibindo-se (segundo o movimento e as agitações políticas) o regular uso dos pseudônimos.

Quando a natureza dos escritos atingisse os assuntos referentes aos dogmas e à moral religiosa, caberia à Igreja e ao Estado instituírem castigos e sanções já contidos na censura estabelecida pela Inquisição no Reino, em 1536¹⁵⁵, as quais trouxeram para Portugal e suas colônias, o grande e evidente atraso cultural, até 1768. Essas práticas foram se transfigurando desde a constituição dos Três Poderes¹⁵⁶, passando pela Real Mesa

¹⁵⁵ Censura baseada na aprovação e aplicação do *Índice Expurgatório* (em detrimento dos livros defesos), em 1551, e do *Index librorum prohibitorum*, em 1581.

¹⁵⁶ Constituído pelo Santo Ofício e pelo Ordinário, ambos defendendo os interesses eclesiásticos e pelo Desembargo do Paço que defendia o Estado e o poder civil, agindo independentes, segundo suas regras e princípios.

Censória¹⁵⁷, pela Comissão-Geral sobre o Exame e Censura dos Livros¹⁵⁸, pelo término da inquisição¹⁵⁹, até desembocar em certa liberdade de Imprensa¹⁶⁰ ditada por D. João VI, em 1821, disciplinando-se os delitos propriamente na Justiça Regular.

Essas práticas deixaram claramente exposto, no estabelecimento dos padrões morais e nas diversas formas regulamentadas de sanção ou de veto da livre circulação do pensamento, a forte ligação que existiu entre a Igreja e o Estado até o advento da República. Apesar de ambas instâncias de poder considerarem que a “livre comunicação do pensamento fosse um dos mais preciosos direitos do homem”, o fato de questionar os valores morais impostos, e as suas formas de existência e de atuação no âmago da sociedade, provocaria ressalvas justificáveis para ser qualquer indivíduo julgado, e para que qualquer reincidente “respondesse pelo abuso dessa liberdade, nos casos e nas formas, que determinara a lei”¹⁶¹.

A instalação da imprensa no Maranhão oitocentista e seu desenvolvimento estabeleceu uma nova instância de poder, que é dada pela escrita concretizada nos suportes e pelas formas de leituras realizadas por diferentes leitores, ao mesmo tempo em que contribui paulatinamente para formar, de forma velada ou não, não só um sujeito leitor, mas um indivíduo com possibilidades de criticar e contestar através de cartas, anúncios e avisos, o cotidiano vivido, as ações de seus opositores políticos e particulares, os próprios negócios, as aproximações estabelecidas pela imprensa com seus assinantes, as relações fundadas com seus detratores e com o governo local, isto é, as possibilidades do leitor plural (seja quem for) de não concordar com o entendimento sobre o lido e, poder expressar, por meio do escrito, suas angústias, contraposições e divergências com os posicionamentos dos autores.

Por outro lado, estes impressos me ajudam a compreender, através dos registros lidos, analisados e interpretados, o teor e a natureza das ideias expressas, o nível de convicções dos sujeitos mediados pelos seus discursos, os lugares de pertença no tecido societal de quem escreve, e os posicionamentos tomados pelos vários políticos, escritores e educadores, no que diz respeito à instrução e à educação; portanto, estes aspectos apontam indiretamente ou não, para a relação que o público ia tendo com os textos, com os livros e

¹⁵⁷Repartição do Estado criada por Pombal, na promulgação da lei, em 5 de abril de 1768, em que 50% dos censores eclesiásticos e a outra metade de funcionários leigos seriam nomeados pelo Rei, tendo como função a fiscalização e a censura de livros e a circulação de obras estrangeiras e superintender estudos menores no reino e seus domínios (MORAES, 2006).

¹⁵⁸Organismo criado pela Rainha D. Maria I, pelo decreto de 21 de junho de 1787, com a queda de Pombal.

¹⁵⁹Decreto de 31 de março de 1821, autorizado pela Corte em 1820, deixando o poder censório dividido em dois segmentos: no Ordinário, quando os problemas transcendessem a questões de Fé, e no Desembargo do Paço, quando se referisse a questões políticas.

¹⁶⁰Promulgada na Lei de 4 de junho de 1821.

¹⁶¹*O Conciliador do Maranhão* (1821, n. 48, p. 6).

com a leitura, à medida que “os textos quando [se interrogam] não mais somente como textos, transmitem uma informação sobre o seu modo de emprego” (BOURDIEU; CHARTIER, 1996, p. 235).

E os livros? Que tipo de livros? O que procurar neles? Como se pode entender a presença da leitura e as diferenças entre leitores com finalidades distintas, sem se saber o que se publicava no Maranhão e para quem eram direcionados estes artefatos? Até que ponto a existência de vários gêneros do escrito influenciava a leitura dos ludovicenses? Quais seriam as preferências dos leitores mediados pela circulação e consumo das obras e quais seriam as imposições do ler intrínsecas nas produções permitidas e distribuídas pelas instituições responsáveis pela instrução? Que ideias se difundiam através do comércio dos livros e quais se solidificavam no jornal, como outro veículo de comunicação com distinções específicas? O que ler? Por qual suporte ler? Onde ler?

Todos estes questionamentos me ajudam a apreciar de que maneira o público leitor, escolar ou não, se relacionava com os livros e com a leitura no Maranhão Império; não obstante, esteja consciente da precariedade que pode significar a avaliação da cultura ou da instrução de um indivíduo pela posse de um livro, não estando em questão o monopólio individual dos artefatos da cultura, nem a análise de bibliotecas particulares como objetivo a ser traçado. Neste trabalho necessitei compreender o movimento estabelecido entre livros e leitores, mediados por leituras aprovadas, adotadas, distribuídas ou proibidas nos diferentes ambientes escolares e não-escolares; isto é, analisar e entender a representatividade do livro e da leitura entre os maranhenses nos espaços de sociabilidade.

1.7 O trajeto dos livros e seu comércio

Segundo Sodré (1983), o livro foi visto por muitos no Brasil como um instrumento herético e, por outros, com muita desconfiança, sendo inicialmente permitida e natural a sua posse somente nas mãos de eclesiásticos pertencentes ao clero secular¹⁶² ou regular¹⁶³, por se constituir a igreja, até o fim do século XVIII, a única instituição educadora. Na sua maioria, conservados, controlados e de acesso restrito nas bibliotecas conventuais (embora a existência de escritores de obras literárias, históricas e informativas revelem o hábito de consultá-los), estes lugares de memória foram se transformando, aos poucos, em “[...] centro de cultura e formação intelectual dos jovens brasileiros que iam completar seus

¹⁶² Ações voltadas para o público.

¹⁶³ Seguidores das regras de uma Ordem religiosa (Franciscanos, Jesuítas, Carmelitas, etc).

estudos em Portugal” (MORAES, 2006, p. 24). Esses espaços, ao desaparecerem gradativamente com a Circular¹⁶⁴ do Governo Imperial, que proibia o noviciado, marcaram a decadência da hegemonia intelectual religiosa e dataram o nascimento do livre pensamento.

O comércio de livros, velhos e usados, importados, impressos e não censurados, já estava bastante desenvolvido antes da vinda da corte portuguesa, embora existam registros da importação destes suportes, desde 1801, os quais tratavam sobre os cuidados do produto agrícola, seu cultivo e sua comercialização, conforme argumentei anteriormente. Se, na Bahia, segundo o Dr. Rodrigo de Sousa Coutinho, em carta escrita ao Governador¹⁶⁵, acusava-se o recebimento e a venda de 125 exemplares a 125 mil-réis sobre o cultivo do açúcar, o que estimulou outro pedido sobre livros que tratassem sobre a cultura do loureiro cinamomo, da pipeira negra e da caneleira, e em Pernambuco, “cento e dez exemplares das memórias sobre o açúcar foram vendidos aos agricultores do Recife, Iguaraçu e Serinhaém, a mil reis o exemplar” (MORAES, 2006, p. 86); no Maranhão como em outras localidades, segundo Viveiros (1954), existia uma grande escassez de obras e um comércio quase nulo, devido à forte censura exercida pelo governo local, em obediência às determinações da metrópole portuguesa.

Castro (2007a), discordando de Viveiros (1954), esclarece que o início do livro nas terras maranhenses começou com a presença dos franceses, em 1612, desprendendo-se esta idéia dos trechos da *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão* (1987), em que cruces, breviários e leituras bíblicas faziam parte das ações dos descobridores, para que os nativos abraçassem o cristianismo. Se não foram estes a desenvolverem um comércio do livro, os jesuítas, ao fundarem em 1622, o Colégio da Nossa Senhora da Luz, em São Luís, tornaram as obras de Descartes, de Ovídio, de Cervantes, leitura obrigatória dos noviços. Práticas leitoras, exigidas em 1731, “[...] no Colégio e [na] Residência da Madre de Deus, onde era ensinado Teologia, Filosofia, Retórica, e [as] Primeiras Letras” (MARQUES, 1994, p. 52).

Não sendo o ensino e a presença do livro e da leitura primazia desta ordem, mas, de tantas outras, como os Carmelitas, os Mercedários e os Franciscanos que estabeleceram outros colégios e, por conseguinte, bibliotecas; embora, essa educação, instrução e catequeses longe de generalizar as práticas leitoras dos sujeitos, as marginalizavam por ser destinado o ensino da leitura e da escrita a um mínimo de indivíduos. Por outro lado, a grande perda que o Brasil sofreu no Setecentos, com a dissolução da Companhia de Jesus, seja pela política

¹⁶⁴Em 19 de maio de 1835 (MORAES, 2006).

¹⁶⁵Em 26 de novembro de 1799.

anticlerical de Pombal, como reformador modernizante da Ilustração em contra do *obscurantismo medieval*, seja pela destruição de todo pensamento, ação ou meio de subsistência independente da mãe-pátria, foi sentida a destruição das bibliotecas em muitas localidades, onde “[...] quinze mil volumes se perderam no Colégio em Salvador, outros cinco mil no Rio de Janeiro, além de mais doze mil apenas nos colégios de Maranhão e do Pará” (HALLEWELL, 2005, p. 85).

A ordem estabelecida para os juízes de alfândega¹⁶⁶, por outro lado, de não admitirem e despacharem livros ou papéis impressos sem que lhes fosse mostrada a licença do Desembargo do Paço, e o edital anunciado pelo intendente Geral da Polícia, Paulo Fernandes Viana, determinando que “[...] os avisos, anúncios e notícias de livro à venda, estrangeiros ou nacionais, só fossem publicados depois da aprovação policial” (SODRÉ, 1983, p. 14), são ações que não se contrapõem à circular expedida pelo Conde de Galveias aos Governadores de várias províncias, inclusive do Maranhão, no intuito de promover a leitura d’*O Investigador Português* (1821), sob os auspícios do Príncipe Regente, como imposição estratégica, na tentativa de frear o consumo descontrolado do *Correio Brasiliense* (1821). Jornal editado em Londres por Hipólito da Costa, que lutava contra os portugueses e suas práticas colonizantes, perdendo sua razão de ser e desaparecendo com o triunfo da Independência.

É nesse entrave, entre permissões e impedimentos, que as obras consideradas nocivas eram apreendidas pela alfândega. Tal fato foi registrado pelo “oficial maior da secretaria do governo, Antonio Marques da Costa Soares, a quem o Governo impediu de despachar o *Contrato Social* de Rousseau, que mandara vir da França” (VIVEIROS, 1954, p. 339-340). Com a abertura dos portos aos navios estrangeiros, Henry Koster passa por situação similar. O confisco de suas obras, embora de uso pessoal, o obriga a formalizar uma petição ao governador, na qual fornecia-lhe uma lista com a tradução de todos os títulos, sendo-lhe permitido “receber os livros de volta, mas no navio: autorizá-lo a introduzi-los no país [constituía-se] algo totalmente inadmissível” (HALLEWELL, 2005, p. 105).

Para Moraes (2006, p. 54), não havia “[...] dúvidas que às vésperas da Independência o comércio do livro era bastante desenvolvido na capital [Rio de Janeiro]”. No Maranhão, no entanto, parece ter-se intensificado a partir da década de 1840, como fica exposto pelas entradas e saídas dos livros registrados nos jornais da época, tanto pela alfândega, quanto pelas rotas comerciais legisladas ou sinalizadas como trajetos do

¹⁶⁶Provisão de 14 de outubro de 1808 (SODRÉ, 1983).

contrabando, segundo Galves (2010); embora já se divulgassem “obras vindas de Lisboa e de Paris nas casas de Antonio da Cunha Gonçalves Affonso e de Domingos Antonio Fontes, em 1834¹⁶⁷, entre outros comerciantes, mas sem especificarem-se os meios de chegarem à província, a não ser pelos poucos exemplos de rotas identificadas n’*O Echo do Norte* (1834), em que livreiros como Felisberto Jorge Correia & C^a, anunciava na sua loja, “obras vindas no navio Conde d’Palma”¹⁶⁸; Luiz Antonio Rodrigues de Araújo vendia volumes latinos e portugueses chegados na Barca Leoa; e Francisco Frutoso Ferreira, além de noticiar a venda de artefatos franceses e latinos, de obras portuguesas impressas em França, facilitando um catálogo para a sua escolha, também oferecia-se “[...] para mandar vir de Europa qualquer encomenda de Livros [fazendo], preços razoáveis e compatíveis com o comercio atual”¹⁶⁹.

Por outro lado, se os registros apontam para um acréscimo na comercialização dos livros, a partir da década de 1840, não só pela produção, distribuição e consumo deduzida da regularidade dos anúncios de venda que aparecem gradualmente nos impressos, como também pelas importações e exportações mantidas entre livrarias e casas particulares; as instituições públicas e privadas como espaços de sociabilidade igualmente se fazem presentes nestes ambientes de negociação assinalando um aumento na representatividade dos livros e indicando uma ampla aceitação dos diferentes gêneros de leituras.

Sendo assim, poderia referir-me aos anúncios feitos pelo Gabinete de Leitura dos livros (que seriam franqueados só pelos assinantes) vindos de Lisboa pela Barca Flor de Mar, tendo “cada um no seu gênero, seu merecimento particular”¹⁷⁰; citar os registros de João Baptista d’Almeida Couceiro¹⁷¹ referente à entrada dos livros que “[...] o Inspetor da Instrução Pública pediu para a Província, 61 [títulos] de variadas áreas do conhecimento” sendo a maioria de língua francesa¹⁷²; trazer à baila a exportação de 17 livros impressos para Pernambuco pelo *Brigue Escund Graciosa*, e a importação de um caixão de livros destinados à Biblioteca Pública vindos do Porto pela *Barca Linda*¹⁷³; aludir para a entrada de “[...] 12 volumes com amostras e 1 dito com livros”¹⁷⁴ trazidos pela *Galera Ingleza Princeza Victoria*, e 2 ditas com livros pela Escuna Inglesa-Shark, vindo ambos carregamentos de Liverpool¹⁷⁵; assim como mencionar o aparente mercado estabelecido entre a Biblioteca Econômica de

¹⁶⁷*O Pharol Maranhense* (1833, n. 428, p. 1834).

¹⁶⁸*Echo do Norte* (1834, n. 5, p. 4).

¹⁶⁹*Echo do Norte* (1834, n. 40, p. 16).

¹⁷⁰*A Revista* (1850, n. 536, p. 4).

¹⁷¹Secretário da Instrução Pública (1857).

¹⁷²*O Publicador Maranhense* (1857, n. 403, p. 4).

¹⁷³*O Publicador Maranhense* (1857, n. 403, p. 4).

¹⁷⁴*O Publicador Maranhense* (1846, n. 351, p. 4).

¹⁷⁵*O Publicador Maranhense* (1853, n. 1431, p. 41- 42).

Lisboa e o Colégio de N. S. dos Remédios, ao ficar registrado no jornal, as remessas de livros remetidas pelo Patacho Portuguez Boa-Fé, vindos de Lisboa, do Porto e de Paris para o depósito de objetos da instrução e escritório pertencente a este colégio. “Livros para as diferentes aulas de Ensino Primário e Secundário; Livros Scientificos para a Instrução Superior, livros de direito; e Romances, História de Portugal, e História Universal de Cezar Canto, que se [vendiam] por preços bem baixos”.¹⁷⁶

Se não posso afirmar na maioria dos exemplos citados de vendedores particulares e de instituições (públicas ou não), de que maneira essas obras chegaram, porque rotas passaram, quem foram seus intermediários e de que forma entraram em circulação no cenário maranhense, independentemente da procedência pela escassez de documentos; pelo menos, posso referir-me à relação de livros importados que aparece nos registros alfandegários, a qual encontrava-se em espera de licença, para o seu despacho. Na relação elaborada por Manoel Antonio dos Santos (responsável pela alfândega) dos livros vindo do Havre de Grace na galera Alexandre e localizados na caixa marca GH n. 37, só podiam ser entregues a José dos Reys e Brito após a licença do administrador Raimundo José Bruce.

Relação dos livros que existem nesta alfândega na caixa marca GH n. 37 pertencentes a Jose dos Reys e Brito a Ser.

12 Livros das Histórias de Paulo e Virginia em um volume
 12 Ditos de atlas pelo Visconde de Chateaubriand
 18 Ditos de Belizario por Marmentel em um volume
 14 Novellas escolhidas de diversos autores em dois volumes
 5 Livros das Histórias de Gil Braz de Santilhena em quatro volumes
 12 Ditos das Histórias da vida de D. João de Castro em um volume
 12 Coleções de pedaços em praza extraídos dos melhores autores
 12 Livros de Imitação de Cristo em um grande volume
 14 Ordem de missa em Latim e Português em officio de N. S. em um volume
 12 Novo alfabeto português com elementos da doutrina crista
 5 Gramáticas Francesas seguida de muitos extratos em prosa e verso
 1 Gramática portuguesa em um grande volume
 3 A nova guia de conversação em Frances e Português 1 volume.
 1 Livro de cirurgia militar por Larry cirurgião- 6 volumes
 1 Dicionário geográfico de Vosgien em 1 volume
 2 Obras abreviadas sobre a origem dos cultos por Dupuis.

Por Jose dos Reys e Brito
 Manoel Antonio dos Santos.
 (MARANHÃO, 23 de março de 1823, Manuscrito).

Até aqui, a análise dos processos de importação de livros rastreados pela documentação em foco, permitiram-me verificar a presença da censura e da liberdade de imprensa coexistindo indistintamente, o que me faz intervir com outras interrogações provocadas pela última documentação em registro. Quem foi José dos Reys e Brito? Foi um

¹⁷⁶O *Publicador Maranhense* (1853, n. 1468, p. 4).

vendedor de livros ou um dono de escola? Se não foi, por que compra tantos exemplares de um mesmo autor? Se for, por que não aparece nos anúncios colocados nos impressos? Foi um tipo de fornecedor ou um professor? Seria um benfeitor anônimo de alguma escola, já que nessa data nem existia a Biblioteca Pública, nem o próprio Gabinete Português de Leitura?

À procura de indícios que me esclarecessem estas interrogativas, a partir do material identificado e garimpado, detectei que José dos Reis e Brito está registrado na primeira listagem de assinantes d'*O Conciliador do Maranhão* (1821), como Tenente da cidade de São Luís, aparecendo também um Manoel Antonio dos Santos Leal, cujo nome não dá para saber se corresponde ao responsável pela alfândega. O nome do administrador encarregado de licenciar os pedidos de entrada e saída de objetos no setor alfandegário, Raimundo José Bruce, não aparece como assinante em lugar nenhum.

Diante destes dados, as dúvidas aumentam e os questionamentos se fundem e nos confundem. Se José dos Reis e Brito (morador de São Luís) é um Tenente, por que razão compra vários livros com o mesmo título? Por que, em vez de retirar 16 títulos segundo a listagem, o licenciamento para despacho se refere a 136 livros? Por outro lado, será que o sobrenome dos Santos Leal que aparece registrado na listagem dos assinantes pertence a Manoel Antonio dos Santos, responsável pela alfândega? Por que o administrador Bruce não aparece em nenhuma lista do jornal, sendo ele o responsável pela emissão de licenças na Província?

Tratando de responder a alguns destes questionamentos, acredito que a provável distribuição da imprensa, direcionada às repartições públicas, esclareceria em parte o porquê Bruce não aparece como assinante d'*O Conciliador* (1823), por outro lado, a constante renovação das listagens divulgadas em dependência dos vencimentos das assinaturas, poderia ser outra justificativa, da não presença do administrador da alfândega. No que diz respeito ao Tenente José dos Reis e Brito, se no primórdio da imprensa na província parece não existir uma dinâmica estabelecida de compra e venda de livros, segundo a não regularidade dos anúncios desta natureza, a ausência desta divulgação e consumo, indica uma simples mobilidade pessoal e não comercial destes artefatos, não parecendo pela repetição de títulos inventariados um pretexto para a formação de uma biblioteca pessoal. O registro de livros de história de diferentes temáticas e autores, gramáticas e dicionários de vários idiomas, e livros de ordem religiosa e moral, que, em hipótese, parece ser uma doação de livros escolares, seja para a instrução no sentido geral, seja para alguma instituição de ensino específica, pelo menos mostra ser um canal de entrada e de importação destes artefatos culturais, talvez pelas condições favoráveis do lugar que o Tenente José dos Reis e Brito ocupava no tecido societal

maranhense, não conseguindo mais vestígios que me facilitassem identificar outras particularidades deste indivíduo.

Estas entre outras perguntas que possam ser feitas e as prováveis respostas, já que os fatos me direcionam a possibilidades ilimitadas que podem se constituir em fortes indícios de realidade, o que fica esclarecido no início destas inferências é que este quadro de censura, perseguição e controle sobre o livro, a leitura, os textos, o leitor e o autor não foi diferente em outras localidades, embora as práticas específicas que garantissem o acesso às obras autorizadas em lugares estratégicos, as ações de controle e preservação dos suportes escritos em lugares instituídos e a presença de sujeitos específicos com funções determinadas, foram se estabelecendo como uma prática comum no Reino, no Império e até na República. Regras, delimitações e proibições que foram expressas e concretizadas não só no acesso a obras de diferente natureza, de múltiplos assuntos e de diversos autores, nem só nos diversos jornais, folhetins e folhetos produzidos e distribuídos para distintos públicos; também foram normas constituídas e expostas em toda sua plenitude através de dispositivos nos regulamentos da Instrução Pública, que legitimavam ou não, a aprovação, a reprovação, a adoção e a negação de livros específicos, como aparece nos relatórios dos Presidentes de Província, nas cartas remetidas entre os vários agentes no cenário da instrução (professores, delegados literários, inspetores) e nos mesmos pedidos de autores e editores de serem reconhecidos, admitidos e utilizados no cenário escolar; isto é, normas, leis, artigos e restrições direcionadas a outro tipo de obra singular e específica, o livro escolar.

Cabe ressaltar que as práticas controladoras do acesso, distribuição e consumo do escrito, as formas proibitivas do ato de ler e as perseguições mediadas por denúncias e regulações – no sentido geral do termo –, já tinham sido instituídas e colocadas em ação desde a revolta de Vila Rica (Inconfidência Mineira), em 1789, período em que membros dos considerados insurgentes foram condenados pelo material que guardava nas residências, como retratou Frieiro (1984), n’*O diabo na livraria do Cônego*, ao citar livros de Voltaire, Descartes, Mably, Adam Smith, e a coleção completa da Enciclopédia de Diderot e D’Alambert. Nos inventários feitos aos líderes da Inconfidência Baiana, em 1796, denunciava-se a existência das obras de Condillac, Aubert de Vertot, Antonio Genovesi, julgadas responsáveis pela formação das mentalidades dos revolucionários de 1789 na França (HALLEWELL, 2005).

Para Moraes (2008, p. 34), só pela existência dos livros desses inconfidentes, “[...] não há como comprovar a influência dos filósofos da Ilustração, nem como apreciar a penetração na Bahia das ideias de liberdade, igualdade e fraternidade suscitados pela

Revolução Francesa”, embora se possa compreender, que pela impossibilidade do controle total deste tráfego de livros motivado pela grande extensão do litoral, sem o pleno domínio das entradas e saídas no circuito das obras, e sem a restrição cabal do contrabando; o rigor da censura, a vigilância extrema e as denúncias sobre abusos da liberdade de imprensa se estenderam aos livreiros. Indícios que parecem explicar em certa medida por que no Maranhão, em pleno auge de efervescência intelectual no século XVIII, demorou a aumentar o quantitativo das casas de vendas de livros.

Todo esse processo de interação entre os livros, os jornais, os editores, os escritores, os leitores e suas práticas, este equilíbrio de tensões, entre a censura imposta e a licença permitida, dependente do momento político vigente, é regulado pela Lei da Imprensa, que determinava as formas de produção e circulação de livros e outros suportes, e, evidentemente, começa a sistematizar e organizar timidamente uma sociedade leitora, até então sem respaldo legal nem dispositivos que garantissem as formas de edição e de aquisição dos impressos. No título I desta lei, que trata sobre a Extensão da Liberdade de Imprensa, fica notório o estabelecimento de uma política para o livro no reino português, como se pode observar nos artigos que seguem:

Art 1 – toda a pessoa pode da publicação desta Lei em diante imprimir, publicar e comprar e vender nos Estados Portugueses quaisquer livros ou escritos sem previa censura e só com as declarações seguintes:

Art 2 – A faculdade de *imprimir qualquer livro, ou escrito original ou traduzido constitui propriedade vitalícia do seu autor ou tradutor*, a qual ainda pertencerá a seus herdeiros e sucessores por espaço de dez anos. Quando o autor ou tradutor foi sociedade literária o qualquer outra Corporação gozará da mesma propriedade por tempo de sessenta anos.

Art 3 – Quem imprimir qualquer livro ou escrito, que nos termos do artigo antecedente constitui propriedade de outrem, *perdera todos os exemplares dele para o Proprietário* e se não chegarem ao numero de mil, pagara mais o valor dos que faltarem para preencher este número.

Art. 4 *Todo o escrito impresso nos Estados Portugueses deve ter estampado o lugar, ano da impressão e o número do impressor;*

Art 5 – *Quem imprimir, vender ou publicar qualquer livro ou escrito sem algum dos requisitos mencionados no Artigo precedente, será condenado a treita mil reis.*

Art 6 – *Quem falsificar algum dos requisitos mencionados no Artigo quarto, será condenado em cinquenta mil reis e se com essa falsificação atribuir o impresso a alguma pessoa existente será condenado no dobro da pena.*

Art 7 O autor ou editor de escritos impressos em Estado Portugueses e o impressor deles *quando não conste quem seja esse autor ou editor responderão por todo o abuso que neles se fizer da liberdade de imprensa* nos casos determinados nesta lei e bem assim o livreiro ou publicador pelos abusos *que se cometerem nos escritos que vender ou publicar impresso em países estrangeiros*, quando contiverem expressões ou estampas obscenas ou libelos famosos¹⁷⁷.

A partir deste dispositivo legal é estabelecida toda uma rede de mediadores que transitam no campo do livro e da leitura, que pode ser expressa de múltiplas formas, às vezes

¹⁷⁷ O Conciliador do Maranhão (1821, n. 43, p. 6, grifo meu).

não tangíveis à primeira vista nas produções culturais. Por outro lado, envolvem-se também no cerne desta mediação topográfica do escrito, desde o autor (pessoa física, sociedade ou corporação), o impressor e as suas diversas formas de produção, aquisição, consumo e distribuição dos impressos no âmbito do estado português, até a garantia do direito à propriedade intelectual do escritor e do tradutor. O leitor, por sua vez, é concebido como uma parte constituinte dessa rede, uma vez que há, pelo menos em termos legais, a garantia da qualidade gráfica, e a identificação obrigatória de alguns elementos como a autoria, o ano e o local da publicação, que proporcionam ao consumidor cultural, nesse caso, o leitor no plural, fazer suas escolhas sobre quem ler e o que pretende ler.

Mas, ao mesmo tempo em que esta Lei traz aspectos benéficos para a produção, distribuição e circulação dos livros, foi também uma forma do Estado manter sob seu controle o que era produzido e lido pelos cidadãos, tratando de identificar, deliberar e tirar de circulação obras que tratassem de temáticas contra a religião católica, o Estado e os bons costumes. Nesse caso, as penas para quem vendia, trocava e consumia, embora de outra forma não capitalizada (fazendo referência neste caso à leitura), variavam consideravelmente, desde o pagamento da multa em dinheiro, até a supressão de todos os exemplares do impressor, do autor, do vendedor e do distribuidor da obra. Nos casos mais graves, a prisão ou a deportação era determinada a todos aqueles que estivessem envolvidos nessa negociação não autorizada.

Para garantir a sua efetividade, havia todo um corpo de censores e reguladores que espiavam, controlavam e licenciavam todo tipo de suporte impresso ou não (pela permanência ainda de manuscritos) que circulavam pelas mãos dos leitores, encontrando-se entre eles os juízes de direito, os corregedores, os promotores e outros indivíduos escolhidos entre os dotados de conhecida probidade, inteligência e boa fama para cuidarem do Tribunal de proteção contra a Lei da Imprensa¹⁷⁸. Daí, a contínua execução da Lei que tentava coibir disputas e difamações registradas nos impressos; no entanto para Jorge (2008), o controle se dava somente aos considerados inimigos das causas nacionais, ao contrário daqueles que tinham ou defendiam as benesses do governo, para os quais a lei não se fazia executar. Uma das justificativas adotadas pelos redatores era de que “um jornal nunca [poderia] agradar a todos”¹⁷⁹, e desse modo, denominavam os leitores que preferiam esse tipo de assunto em suas páginas de “leitores judiciosos”, que faziam uso das matérias em praças e vilas de São Luís, principalmente.

¹⁷⁸Foram eleitos, em março de 1822, como representantes do Maranhão: José Izidoro Gomes, com 65 votos; João Bernardino Teixeira, com 67; João Pedro Ribeiro, com 62; e Gregório Jose de Seixas, com 47 votos (O CONCILIADOR DO MARANHÃO, 1821, n. 36, p. 1)

¹⁷⁹O *Conciliador* (1822, n. 56, p. 5).

Isto pode ser verificado na leitura do parecer da Comissão de Justiça Civil, feita por Luís Martins Bastos, acerca da suposta declaração que se fazia necessária para exigir a responsabilidade de qualquer editor ou impressor na ausência do autor do escrito. Para Bastos, o parecer da comissão não era necessário, já que sendo Candido d’Almeida Sandoval “[...] incurso no parágrafo 12 nas 1ª, 3ª, e 4ª classes, do Decreto da Lei sobre a Liberdade de Imprensa e por consequência oculto, [devia] responder o Impressor por aquella mesma razão porque responde o Livreiro pelos Livros que vem de fora do Reino”¹⁸⁰, queixando-se do ofício contraditório do Juiz de Crime da Corte, e denunciando “[...] a conhecida frouxidão do Magistrado”¹⁸¹. Por isso, as críticas dos leitores sobre a citada Lei são constantes, por não preservar os direitos dos autores e a parcialidade dos seus artigos, manifestando-se sobre esse aspecto um leitor, na edição de n. 64, de 20 de fevereiro de 1822, d’*O Conciliador do Maranhão*.

[...] a forma do nosso Governo não he democrática, em que o povo seja ouvido na factura da lei; nem o povo sabe Política para conhecer os defeitos da legislação. Isso é tanto mais justo quanto eu estou convencido de que nas Bases há artigos que para Portugal são muito bons, e que para o Brasil são mui mesquinhos e nada liberaes. Eu quero ver a imprensa bem livre no Brasil. Eu quero ver todos os cultos com exercício público no Brasil. Porque pois nos Brasilienses havemos de sangue frio soffrer sermos tratados com inferioridade aos Srs. Cidadãos Europeus? São eles mais homens do que nós?¹⁸²

Evidencia-se aqui, um outro exemplo dos ânimos exaltados entre grupos de brasileiros e portugueses, entre os próprios brasileiros e maranhenses, alguns não aceitando, na época aderir-se à Constituição, sem que esta fosse devidamente discutida, e os outros a rejeitando por julgarem que feria a integridade da nação. De igual modo, a defesa da liberdade religiosa que esteve presente durante todo o Império, expressa nessa discussão, quando manifesta que as razões de Portugal preferir a religião católica por ser mais ferrenho aos cultos e à obediência proferidos por esta igreja, não se assemelhava aos nossos anseios, já que “no Brasil [havia] mais liberalismo”¹⁸³, pois nas sociedades democráticas os “homens [deveriam] amar os homens sem diferença de país, cor, religião, governo e costumes”¹⁸⁴, reivindicando-se assim uma igualdade de direitos, sendo isto possível numa sociedade em que a liberdade da expressão e do livre pensamento fosse “moeda comum a todos os cidadãos”¹⁸⁵, sendo a existência, produção e divulgação do próprio jornal, sua maior força de expressão.

¹⁸⁰ *O Conciliador do Maranhão* (1822, n. 80, p. 6).

¹⁸¹ *O Conciliador do Maranhão* (1822, n. 80, p. 6).

¹⁸² *O Conciliador do Maranhão* (1822, n. 64, p. 6).

¹⁸³ Id. Ibid.

¹⁸⁴ Id. Ibid.

¹⁸⁵ Id. Ibid.

Se comparada estas exigências da Lei de Imprensa aos dispositivos legais explicitamente colocados nos Regulamentos da Instrução Pública concebidos, editados e distribuídos pelos espaços escolares durante o século XIX, como prática comum de vigilância e disciplina depois da promulgação do Ato Adicional, em 1834, e da criação da Inspetoria Pública, em 1841, poderia estabelecer certos pontos de encontros no que diz respeito, aos direitos e deveres de quem escreve livros, ao cumprimento das regras de quem edita, à obediência dos parâmetros exigidos de quem os produz, ficando explícito em ditos regulamentos, a quem correspondia a sua escolha para serem utilizados no ensino, quem teria a responsabilidade na aprovação ou restrição, onde e como se adotariam, e os motivos que proibiam sua distribuição e consumo.

Na 1ª Seção, no Palácio da Presidência da Província do Maranhão, em 12 de março de 1856, Antonio Candido da Cruz Machado remetia para o Inspetor da Instrução Pública (Caetano José da Silva), 250 exemplares impressos do Regulamento de 2 de fevereiro do ano anterior, “[...] que reorganizou o ensino elementar e secundário nesta Província, a fim de serem distribuídos pelos professores e mais empregados da Instrução Pública, conforme requisitou esta Presidência em seu ofício de 1º do mês próximo preterido”¹⁸⁶. No Regulamento de 1854, como nos de 1844, 1874 e 1877, produzidos para a instrução no Império, faz-se referências aos agentes responsáveis pela permissão ou não dos compêndios, traduzidos, adaptados ou escritos (APÊNDICE C).

Se, no Regulamento de 1844, a escolha dos livros escolares para Instrução Pública correspondia à Congregação do Liceu, com aval do Diretor da Instrução Pública e com a aprovação do Presidente da Província; quando esta seleção se referia aos livros e compêndios direcionados para a instrução primária, a Congregação passava a denominar-se de Conselho da Instrução Pública, composta pelos professores do Liceu e dois professores primários do setor público. Por sua vez, no Regulamento de 1854, ficava a cargo do Inspetor da Instrução Pública, rever as obras e os compêndios, corrigindo-os, mandando-os a corrigir ou substituindo-os (segundo Art. 2 § 1) e os de ensino religioso, era responsabilidade do Bispo Diocesano a sua aprovação, segundo o disposto no Art. 95.

No Regulamento de 1874, se o Conselho da Instrução Pública tinha a obrigação de dar parecer sobre os compêndios a serem utilizados nas escolas públicas de primeiro e segundo grau, as penalidades para quem não cumprisse o estabelecido ficaram pela primeira vez explícitas no Art. 62, §1, ao reafirmar que seria “[...] de dez a cinquenta mil reis a pena de

¹⁸⁶ Livro de registro da correspondência do Presidente da Província com o Inspetor da Instrução Pública (1856, DOC 1.014).

multa que deverá ser imposta quando o professor admitir na escola compêndios e livros não autorizados competentemente” (REGULAMENTO, 1874 apud CASTRO, 2009a, p. 400), e aos delegados literários a obrigação de acompanharem a dinâmica das escolas estabelecidas nas suas freguesias. Controle, proibição e vigilância que não existia antes da criação da Inspetoria Pública, já que cada professor teria a liberdade de escolher os materiais escolares a serem trabalhados nas aulas régias, sem a restrita interferência do Governo.

Apesar de o livro escolar ter sido considerado como uma “obra menor”, como “o primo pobre da literatura”, ou uma produção de “pouco prestígio cultural”, no conjunto das obras dos escritores, não aparecendo nas suas biografias ou sendo pouco referenciado por eles (LAJOLO, ZILBERMAN, 1996; CORRÊA, 2006; BITTENCOURT, 2008); tanto nos livros utilizados para o ensino, pela falta de obras destinadas a esse fim, como também nos que foram pensados, escritos e produzidos exclusivamente para a instrução, houve interferência dos órgãos responsáveis pela sua tradução, adaptação e produção autoral. O interesse sobre a formação moral, a temeridade pela disseminação da palavra escrita pelos incautos e a possibilidade de exigências de mudanças estruturais feitas pelas massas instruídas preocuparam os primeiros autores de livros, utilizados na instrução no Oitocentos.

A adaptação realizada por José Justiniano da Rocha ao poema *Os lusíadas* de Camões, em 1860, embora tivesse resumido os mais belos poemas dentro de cuidadosos critérios no livro titulado de *Camoniana Brasileira*, a licença de sua publicação se constituiu num exemplo do controle da censura no Brasil Império, estabelecendo-se como arquétipo das práticas regulares de confrontos estabelecidas entre o escritor e o censor, entre o impressor e as autoridades, entre a arte e as regras. A proibição das estrofes do Canto IX no episódio da Ilha dos Amores, por aludirem a momentos afetivos e fazer referência aos espaços de intimidade, institui-se uma regular mutilação orientada pelas proibições de alguma parte da obra eliminando os assuntos suspeitos, ou mesmo se transformando numa negação das possibilidades de sua impressão, venda e distribuição, isto é, “as leituras de cenas amorosas eram, assim, vetadas aos jovens adolescentes” (BITTENCOURT, 2004, p. 481); no entanto, vinte anos depois de sua primeira publicação, fora remetido este livro pelo Presidente da Província José Bento de Araújo, na 1ª Seção do Palácio do Governo do Maranhão, em 3 de dezembro de 1881, ao Inspetor da Instrução Pública Tibério César de Lemos, para distribuí-lo como prêmio pelas práticas dos docentes, ou seja, “[...] para serem convenientemente distribuídos pelos professores do ensino primário que mais se [tinham] distinguido, 20

exemplares da obra *Carmoniana Brasileira* pelo Barão de Paranapiacaba e outros tantos exemplares das *Lições de cousas* pelo Conselheiro Luis Barbosa”¹⁸⁷.

É nestas tensões entre anúncios e vendas, no meio de divulgações e consumo, dentre as permissões e a não aceitação de algumas edições, no centro de pareceres, aprovações, adoção e negações, no cerne de disputas políticas, ideológicas, educacionais e pedagógicas, que os opositores ou contrários em ideias, atitudes, posicionamentos e concepções, independentemente da procedência do jornal ou de qualquer artefato, julgavam que as publicações, seja de qualquer impresso, seja da aprovação e permissão de algum livro, estavam sempre ao serviço do governo ou defendendo posições contrárias a eles, incorporando uma polaridade e um anarquismo exagerado, e acionando um estado indômino frente ao escrito, que trariam percepções e atitudes em descrédito diante do impresso, fosse qual fosse sua objetivação primária, ao considerarem o suporte, não pelo que faz e diz, e sim pela luta marcada entre a informação e a opinião, entre esta e a publicidade.

Tais mudanças no desenvolvimento da imprensa, no conteúdo dos escritos, na transformação dos formatos, nas várias formas de divulgação e de venda, nas diferentes estratégias de cooptação de leitores, nos novos assuntos abordados e nos díspares posicionamentos frente à política, à economia, à cultura, à educação e à instrução trouxeram consigo, defendendo os princípios que forem, a substituição de velhos modelos de captar o público baseados em anúncios de estabelecimentos, por novas formas de captar consumidores do escrito ou de outra produção baseados nos anúncios de mercadorias (SODRÉ, 1983).

Outro aspecto evidenciado nos jornais analisados é o acesso às novas ideias e às novas obras, otimizado pela aproximação dos diversos autores, dos vários gêneros e dos formatos diferenciados de suportes, assim como pelas próprias formas inovadoras dos impressos se fazerem consumir e circular. Essa dinâmica se estabelece a partir do amplo intercâmbio entre os redatores maranhenses com múltiplos jornais que circulavam no âmbito nacional, como o *Diário Fluminense* (1855), de Rio de Janeiro, e com os produzidos nos países da Europa, oferecendo ao leitor um espaço para ideias renovadoras e possibilidades de interagir com outras leituras e vários jornais alheios à realidade de São Luís¹⁸⁸.

¹⁸⁷ Livro de correspondência do Presidente de Província ao Inspetor da Instrução Pública (DOC 1.069, 1881, grifo meu).

¹⁸⁸ *O Artista* (Rio Grande do Norte), o *Monitor Catholico* (Bahia), *O trabalhador* (Alagoas), *A Ordem* (cidade de Cahoeiras), *Era-Nova* (Recife), *Gazeta do Comércio* (Parahyba), *O Diario* (Piauhy), *A Verdade* (Ceará), *Correio do Norte de Guaratinguetá* (São Paulo), *O Diário Oficial* (Manaus), *Monitor Codoense* (Codó), *O Norte* (Barra do Corda), 13 de Março (Ouro Preto) (A REVISTA, 1895, nº. 12, p. 12).

1.8 Distribuição dos jornais: lugares de venda

O acesso aos jornais e demais artefatos se dava também, pela contribuição dos assinantes, pela sua livre distribuição e pelos diversos canais de entrega, mas era principalmente pelos barcos que saíam do porto em direção às localidades mais prósperas do Maranhão, que se colocavam em circulação e se comercializavam os livros, os jornais e outros impressos, competindo com os produtos mais diversos. Na capital acessava-se o jornal de duas formas, pela entrega nas residências aos assinantes ou através das vendas avulsas, quer pela própria tipografia, quer pelos pontos comerciais da cidade.

Com a crescente procura pelos jornais e o aumento do seu quantitativo, a venda e a distribuição em casas e em lojas tornaram-se mais usuais, sendo lugares de melhor acesso e contribuindo para os redatores economizarem com o pagamento de quem os entregava – os jornaleiros. Embora no *Argos da Lei* (1825) se comunicasse aos “assinantes de fora desta cidade [que poderiam] receber as suas assinaturas na Botica do João José de Lima, pois não [teriam] meios de enviar as folhas para fora da Cidade”¹⁸⁹, devendo ser representados por pessoas de confiança para enviar o impresso aos interessados, parece que o comércio, distribuição e circulação do livro, do jornal e outros suportes, aumentaram com o desenvolvimento da imprensa e da tipografia, e com a intensificação do trabalho dos escritores e editores, assim como o consumo cultural destes produtos, já que o crescimento dos lugares de vendas (casas particulares, lojas, boticas, escritórios, armazéns e nas próprias tipografias) é considerável no decorrer do século XIX, até chegar às grandes Livrarias: a Fructouso, a Popular, a Econômica e a Universal.

As estratégias de divulgação, distribuição e consumo, também sofreram mudanças e inovações no decorrer do Oitocentos. A rede de subscritores ampliada (contemplando 13 províncias)¹⁹⁰ e estabelecida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, para cooptar o maior número de assinantes, na tentativa de reimprimir a *Chronica dos Frades menores da província de Santo Antonio do Brasil*, escrita pelo frade Antonio de Santa Maria Jaboatam e

¹⁸⁹ *Argos da Lei* (1825, n. 37, p. 6).

¹⁹⁰ Cônego Januário da Cunha Barboza, Jose Domingues de Attaide Moncorvo, Dr. Diogo Soares da Silva de Bivar e Joze Silvestre Rebello (Rio de Janeiro); Coronel Antonio Ladislau Monteiro Baena e Cônego Raimundo Severino de Mattos (Pará); Dr. João Antonio de Miranda e Dr. Francisco Balthazar de Silveira (Maranhão); Manoel Joze de Albuquerque (Ceará); Dr. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves (Parahiba); Francisco Antonio de Oliveira e Antonio Peregrino Maciel Monteiro (Pernambuco); Coronel Francisco Manoel Martins Ramos (Alagoas); Coronel Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva e Francisco Ezequiel Meira (Bahia); Raphael Tobias de Aguiar e Dr. Manoel Joaquim de Amaral Gurgel (São Paulo); Jozé da Silva Mafra (Sta. Catarina); Dr. Saturnino de Souza e Oliveira e Visconde de S. Leopoldo (Rio Grande do Sul); Bernardo Jacintho da Veiga e Manoel Joze Pires da Veiga (Minas) e por último, Dr. Joze de Assiz Mascarenhas (Goyaz). (JORNAL MARANHENSE, 1841, n. 37, p. 1-2).

publicada em Lisboa em 1761, constitui-se uma prova irrefutável das *novas maneiras de fazer* na produção, divulgação, comercialização e consumo dos livros. Obra totalmente esgotada, cujo original manuscrito, os religiosos do Convento de São Francisco da cidade da Bahia tinham confiado ao Instituto. A nova edição seria “[...] dividida em 4 volumes de oitavo grande, impressa em bom papel e nitidamente, devendo contar cada volumem de 350 a 400 páginas, acompanhadas de algumas lithografias [onde] a impressão não [teria] efeito se o número das subscrições não [chegasse] a 600 exemplares”¹⁹¹

Desse modo, os jornais inauguraram no Maranhão oitocentista um processo industrial de produção, divulgação, distribuição, circulação e consumo de livros e outros artefatos do impresso que vêm ao encontro do crescimento da Instrução Pública, com a criação do Liceu Maranhense, em 1837, da Biblioteca Pública Provincial, em 1829, do Gabinete Português de Leitura, em 1853, com as diversas sociedades, entre elas a Onze de Agosto, em 1870, em que tanto as Conferências Pedagógicas como as Conferências Populares e as atividades da Escola Normal criada, em 1874, nessa instituição, transformaram-se em espaços de sociabilidade onde se discutia, divulgava e comercializava os livros e outros suportes.

Tal situação favoreceu a criação de toda uma rede de mediadores de leitura em diferentes espaços de sociabilidade e diversos usos do livro, tendo no autor a gênese desse processo finalizando-se – ainda que em tese – com o ato de ler do leitor. Dito de outra forma, o ato de ler e seu entendimento se estabelecem por leituras anteriores já assimiladas por quem está lendo, que dependem de vários fatores, entre eles, da confrontação do escrito por ler com o já conhecido, dos espaços escolhidos pelo leitor como lugar de leitura, e das especificidades do ato de ler dos diferentes indivíduos e do nível de seu consumo de cultura. Castro (2009a) ao elaborar um inventário das leis e regulamentos da Instrução Pública maranhense, no período de 1835 a 1889, possibilita-me afirmar que a demanda por escolas, por materiais escolares e outros artefatos necessários para as práticas dos alunos e dos professores, vai ampliando-se paulatinamente por todas as cidades e vilas, na mesma proporção, em que os anúncios, ofertas e avisos sobre os livros e outros suportes do impresso são apresentados nos jornais.

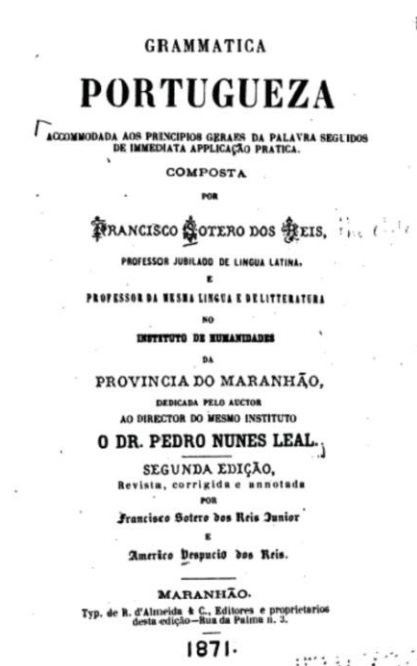
Mas como se dava a produção dos livros e os jornais no Maranhão Império e até que ponto repercutiu nos espaços de sociabilidade? Como foi o fazer tipográfico de nossos editores e em que medida influenciou na produção, venda e circulação dos livros? De que

¹⁹¹ *Jornal Maranhense* (1841, n. 43, p. 4).

maneira os livros foram invadindo os espaços escolares e não escolares, e como foi o seu acesso? Como foi o convívio com os livros nos espaços de sociabilidade maranhenses e até que ponto eles influenciaram por meio das prescrições na formação de novos leitores e no estímulo da leitura? No seguinte capítulo trato de responder a essas e outras questões na medida do possível, ao decidir-me a correr os riscos que traz pesquisar pelas fontes documentais, as quais, por excelência são lacunares, são restritas pela sua difícil localização e de complexa identificação pelo nível de deterioro, mas estimulado pelo dizer de Darnton (2003) sobre os pesquisadores em história, me decidi a trilhar neste caminho e tratar de dar inteligibilidade a aspectos isolados, datas marcadas, fatos registrados, que a primeira vista não fazem sentido, nem explicitam um significado. Trajeto no qual os historiadores “[...] desenham a trama de sua teimosia com as sombras das mãos. O mesmo a de seus sonhos. E para fazê-lo apenas necessitam uma superfície mediana suave, uma fonte de luz, a curiosidade de fazer viver uns ossos ou acaso a intensa vontade de dar corpo a uma metáfora” (DARNTON, 2003, p. 9).

CAPÍTULO 2

A produção e a circulação do livro escolar e não-escolar nos espaços de sociabilidade



A tipografia como espaço de produção e distribuição de impressos no Maranhão marcou o início de uma atividade que transformou significativamente a vida da Província durante todo o século XIX, estendendo-se até o século XX. Essa transformação atende a um processo mais amplo, que se origina a partir do desenvolvimento econômico e educacional, por um lado, e pelas disputas políticas que se estabeleceram entre conservadores e liberais, por outro, criando-se diversos jornais como forma de demarcar as instâncias e os espaços de poder (CARVALHO, 2006), além de se produzirem várias obras e diferentes suportes como forma de domínio cultural e educacional (CASTELLANOS, 2010b).

Isso se dá apesar da mesma indústria ter favorecido a produção e a circulação de livros para atender o leitor no plural, estruturando-se e criando, ao mesmo tempo, todo um corpo de especialistas na arte de imprimir textos, folhetos, estampas e outros materiais gráficos, a partir da aquisição do que havia de mais moderno na Europa e nos Estados Unidos, como descreve Frias (2001), em *Memória sobre a Tipografia Maranhense*. Esta obra fora encomendada pelo governo provincial para ser apresentada à Comissão Diretora da Exposição Provincial do Maranhão, de 1866, e exposta como prova tipográfica, na qual o autor descreve e explica de forma detalhada, todo o processo de constituição e de consolidação dessa arte na Província, faz referências a seus maquinários e às dificuldades de instalação, expõe os seus erros e acertos, além da tomada de consciência e de experiência cotidiana do tipógrafo, sinalizando por último, a carência desta mão-de-obra específica.

N’O *Conciliador do Maranhão* (1821), com a implantação da Tipografia Nacional e pelas dificuldades com os especialistas para o seu funcionamento, já se anunciara a admissão de “[...] Alumnos, e Aprendizes das Artes de que ella se compoem: começando com o vencimento de 160 a 240 que lhe aumentará conforme se adiantarem [e] quem [pretendesse] occupar-se em alguns desses lugares [podia procurar] o Diretor”¹⁹², demonstrando-se aqui, a carência dessas atividades laborais que continuaram até a metade do século XIX.

Frias (2001, p. 12), ao refletir sobre a implantação da tipografia afirma que:

Para conseguir esse propósito e poder apreciar o estado da nossa tipografia, sua marcha, elementos, e recursos de que dispõe, é necessário que, retrocedendo, vá buscá-la na sua origem e, acompanhando-a na sua marcha até hoje, possa-se melhor conhecer o desenvolvimento adquirido; quais as causas que mais atuaram, não só para esse desenvolvimento, como para os embaraços e entorpecimentos que encontrou, e qual o futuro a que se [poderia] aspirar.

¹⁹²O *Conciliador do Maranhão* (1821, n. 42, p. 5).

Para levar a cabo os inúmeros empreendimentos gráficos, foi necessária a importação de profissionais¹⁹³ que participaram na formação dos primeiros artistas tipógrafos maranhenses, sendo estes os responsáveis pela montagem das principais empresas, como a Temperança, já que, ao trazer os modernos maquinários, sugeriam a substituição do “serviço de um homem possante, que terminava muitas vezes por morrer tísico, pelo de um menino, ainda que fraco” (FRIAS, 2001, p. 19). Esses “[...] pioneiros obscuros do progresso e da luz da civilização” na opinião de Marques (1870, p. 333), e esse fazer tipográfico inovador, contribuíram como estímulo de novas perspectivas a todos os homens, em cada vila, em cada cidade e em cada capital do país, conforme se anunciava profeticamente n’*O Publicador Maranhense* (1875), em que, os “typografos deveriao andar por toda parte, assim como médicos, bachareis, sacerdotes, pharmaceuticos, a cura, as exortações e os remédios. O typografo [era] os typos e os prelos, boticas typograficas para doentes que deviam estar espalhadas por toda a terra”¹⁹⁴, estimulando a produção do impresso, disseminando a distribuição e o consumo do escrito, e subsidiando com os livros e a leitura, o crescimento da instrução e a intensificação da educação.

2.1 Os primeiros livros impressos nas tipografias maranhenses

Se, para Frias (2001), a obra *Descrição das festas Chamadas de Barração* (1826), encontrada por ele no Gabinete Português de Leitura, constituía-se uns dos trabalhos impressos na primeira oficina gráfica maranhense, para Hallewell (2005), além de se constituir o primeiro livro impresso nessa tipografia, sua importância radicava na descrição que se fazia da “maneira pela qual São Luís [celebrava] a nova Constituição Imperial, que só saiu em 1826, época em que a oficina de impressão havia adotado o nome de Typographia Nacional Imperial” (HALLEWELL, 2005, p. 171). Se, para este último autor, no primeiro ano de seu funcionamento, foram feitas três publicações, entre elas: um opúsculo que representava uma tradução resumida *De la philosophie de la nature* (de Jean Baptiste Claude Deslisle de Sales), divulgado com o título de *Tratado de Moral para o Gênero Humano, Tirado da Filosofia e Fundado Sobre a Natureza*, por Manuel Rodrigues de Oliveira; as *Memórias Sobre a Necessidade de Abertura do Furo*, por M. R. C. F.; e o *Modo de Curar a Diarréia de*

¹⁹³ Dedução feita por Antonio José Meirelles, Ferreira e Companhia das passagens dos Artífices vindos de Lisboa, registradas no Jornal “[...] a conta do que temos desembolçado com o Impressor e Compositor dessa Typographia no importe de 427.424 rs. [...] queirão deduzir daquella conta a addição de 144.632 rs. da passagem dos mesmos Artífices de Lisboa” (O CONCILIADOR DO MARANHÃO, 1821, n. 46, p. 5).

¹⁹⁴ *O Publicador Maranhense* (1875, n. 34, p. 2).

Sangue, para Uso dos Lavradores e mais Pessoas que Vivem Longe da Cidade (tradução de uma obra de James Hall); para Moraes (2008), em contraposição a Hallewell, argumenta que, além destas obras já citadas, também tinham sido publicadas na mesma oficina tipográfica *As obras poéticas* de J. P. da S., dedicadas a seus ilustres compatriotas e verdadeiros amigos da glória da pátria (produção de 29 páginas e constituindo-se os primeiros versos produzidos na Atenas Brasileira tendo como autor o Bocage Maranhense)¹⁹⁵, e as *Advertências interessantes à província do Maranhão* da autoria do coronel Isidoro Rodrigues Pereira. No entanto, apesar das dificuldades da época e das falhas na ortografia, pela coleção incompleta dos tipos, as publicações apresentavam uma nitidez de impressão, uma excelente paginação e um bom acabamento, que fizeram dessa tipografia sobressair-se pela sua atividade, imprimindo-se “[...] mais folhetos sobre assuntos variados do que as de Pernambuco, Pará e Minas” (MORAES, 2008, p. 178).

As dificuldades estruturais apresentadas pela tipografia podem ser observadas desde a escolha da comissão¹⁹⁶, pela sua própria instalação, até as estratégias realizadas para a permanência de seu funcionamento¹⁹⁷, evidenciando o controle do governo personificado no suposto apadrinhamento. A própria instalação na Casa da Relação, onde sediava por empréstimo a Casa da Câmara, seria um espaço de estímulo à tipografia para ser um “[...] órgão da verdade, e avizo da maldade”¹⁹⁸. Por último, o pedido feito à Junta, pelo então Presidente da Província Candido Joze de Araujo Vianna, de mandar “[...] vir typos novos de qualquer Paiz Estrangeiro, afim de não paralisar aqui a Liberdade de Imprimir, um dos mais robustos sustentáculos do Systema CONSTITUCIONAL”¹⁹⁹, me mostra uma parcela das adversidades encontradas na trajetória da tipografia maranhense, até seu total desenvolvimento.

Se para Hallewell (2005), a tipografia de F. de S. N. Cascais, em 1840, tinha-se consolidado como a maior e mais importante do Norte e Nordeste brasileiro, ao ter assumido I. J. Ferreira a impressão dos relatórios do governo; para Frias (2001), a Magalhães imprimindo, em 1847, *As Cartas de Calypson*, configurava uma nova fase desta arte na

¹⁹⁵ José Pereira da Silva, poeta, repentista e editor do jornal *A Estrela do Norte do Brasil* (1829).

¹⁹⁶ O Desembargador Jose Leandro da Silva e Sousa (Presidente); o Oficial maior da Secretaria do Governo Antonio Marques da Costa Soares (Diretor) e Lazaro Antonio da Silva Guimarães (tesoureiro e secretário), segundo *O Conciliador do Maranhão* (1821, n. 36, p. 6).

¹⁹⁷ Para o Governador Silveira da Fonseca, a comissão escolhida teria a obrigação de inventariar e fazer um plano para aprovação que contivesse “[...] o número de empregados, seus deveres, e sallarios, o methodo dos trabalhos, a fiscalisação dos typos, os pressos que devem receber por qualquer impresso ou annuncio particulares, a preferença destes, modo de receita e despesa, escripturação e contabilidade” (*O CONCILIADOR*, 1821, n. 36, p. 6).

¹⁹⁸ Id. (1822, n. 68, p. 4).

¹⁹⁹ *O Pharol Maranhense* (1829, n. 96, p. 417).

Província, ao sobressair-se o fazer tipográfico pela qualidade gráfica. Apesar destes acontecimentos e diversas apreciações, é realmente a partir de 1852, que a tipografia começa a se firmar pelas mãos de Joaquim Correia Marques da Cunha Torres, o qual formou uma geração de grandes tipógrafos, que dispunham de uma biblioteca com livros bem impressos em outros países para servir de modelo a ser seguido. “A Biblioteca dramática foi uma das melhores impressões que produziu essa casa em seu princípio, quanto a livros; e no gênero de *remendos*, operou ela uma completa revolução” (FRIAS, 2001, p. 37), começando a aparecer nessa época, os cartazes que serviam para divulgar as atividades teatrais no teatro União²⁰⁰; especificamente, da Companhia Miró.

2.2 A situação política dos tipógrafos

As perseguições e as disputas políticas no Maranhão tiveram na imprensa seu principal alvo de controle. O fechamento e as prisões de impressores e redatores aconteceram desde a Independência até a Maioridade, tendo-se mantido conturbado durante o segundo Reinado, em períodos específicos. A troca sucessiva de poderes entre facções contrárias intercala-se desde o período liderado pelos conservadores no sete de setembro perigando a Independência, até o período liberal representado pela Abdicação do primeiro Imperador; como também, pela troca de influência do partido conservador que carregava riscos com o golpe da Maioridade. Foram, enfim, ações como essas que feriam a liberdade de expressão e que se mantiveram intermitentemente durante o Império e mesmo no devir da República, que levaram Belarmino de Mattos, juntamente com outros jornalistas, tipógrafos e intelectuais, a fundar, em 11 de maio de 1857, a Associação Tipográfica Maranhense, em defesa dos direitos da categoria e da livre exposição de ideias²⁰¹, sendo selecionados trinta sócios honorários na província²⁰², somados aos 5 integrantes da diretoria²⁰³, e considerando o Bispo Diocesano, D. Manoel Joaquim da Silveira como o seu protetor.

²⁰⁰Se denominando depois Teatro São Luís, e atualmente conhecido por Teatro Artur Azevedo.

²⁰¹Época em que a sua diretoria, com a finalidade de receber propostas para sócios efetivos e tratar dos seus negócios internos, mandou publicar os artigos e parágrafos concernentes aos seus estatutos: a) dos compositores, impressores e proprietários de tipografias nacionais ou estrangeiras, considerados sócios instaladores e efetivos; b) dos aprendizes das ditas classes, considerados sócios filiais; e c) de todo indivíduo que prestasse relevantes serviços à sociedade, considerado sócio honorário. Segundo o exposto no jornal, pelo “Art. 16 Único. As propostas para sócios efetivos [deveriam] ser apresentadas a diretoria indicando o nome, idade, naturalidade, estado, filiação, emprego e residência” (O PUBLICADOR MARANHENSE, 1857, n. 8, p. 4).

²⁰²Da cidade de São Luís, Dr. Francisco José Furtado, Dr. Francisco de Mello Coutinho de Vilhena, Dr. Antonio Henrique Leal, Dr. Carlos Fernando Ribeiro, Dr. Jose Joaquim Ferreira Vale, Dr. Antonio Rego, Dr. Alexandre Theophilo de Carvalho Leal, Dr. João Bernardino Jorge Junior, Dr. Antonio Marques Rodriguez,

Esta instituição, que acaba de fundar-se na província a exemplo de outras da mesma natureza, fundadas nas principaes províncias do império, é de certo um verdadeiro progresso, pela influencia que deve ter no desenvolvimento e perfeição da arte typographica. Que cada dia adquire maior importância entre nós; e promete prosperar sob os auspícios de tão venerável protector, e ilustrados sócios honorários, como os que ficão nomeados, e mais que tudo pelo zelo, dedicação, e boa intelligencia de seus sócios effectivos. Saudamos pois a associação nascente como um passo mais dado nas vias do progresso e da civilização²⁰⁴

A expansão da imprensa no Maranhão, que em princípio, se deu pela iniciativa governamental, denominou-se de Tipografia Nacional Maranhense até 1822, e depois conhecida como Tipografia Nacional Imperial, pela iniciativa privada. Foram se proliferando mais tarde estas oficinas, à medida que se criaram novos empreendimentos, na ordem em que se instituíram novas sociedades e no gradual desenvolvimento que trouxe a implantação de várias inovações gráficas. Desse modo, neste movimento de tintas e tipos, nessa dinâmica de assuntos distintos e novos suportes, e no cerne da tipografia e do obreiro-editor, para usar o termo de Leal (1873)²⁰⁵, podemos citar entre elas: a de Ricardo Antonio de Araujo, montada em 1822 até 1850; a Melandiana, de Daniel G. de Mello, em 1822; e a Constitucional, de Clementino Jose Lisboa, em 1830. Implanta-se, em 1840, a Tipografia Monárquica Constitucional, de Francisco de Sales Nunes Cascais, e a Maranhense (de 1846 até 1849), a Tipografia de Manuel Pereira Ramos, e a de J. C. Magalhães, em 1847, finalizando com a de Belarmino de Mattos e a de José Maria Correia de Frias, ambas estabelecidas, em 1864. No entanto, nesse aumento do número de tipógrafos e tipografias, nessa circulação de produtos culturais, editados, divulgados e vendidos, e no meio das disputas entre espaços singulares e indivíduos criativos, segundo as concepções sobre os impressos, dos posicionamentos políticos dos sujeitos nos seus escritos, e do papel que os definiu como agentes de cultura e instrução, e como formadores de opinião, é que esta discórdia e concorrência apontaram para o crescimento dos profissionais do impresso (no plano individual) e estimularam maior número de produções e intensificação da qualidade no nível cultural e instrucional.

Dr. Antonio Joaquim Tavares, Dr. César Augusto Marques, Dr. Frederico Jose Correia, Cônego Dr. Joaquim Pereira Serva, Cônego Raimundo Alves dos Santo e Francisco Sotero dos Reis; da província do Pará: Dr. Fávio Alexandrino de Carvalho Reis e Dr. Tito Franco de Almeida; do Piauí: Dr. Antonio Borges Leal Castello Branco; do Ceará: Dr. Thomas Pompêo Sousa Brazil; do Pernambuco: Antonio de Nascimento Feitosa e Francisco de Paula Silva Lins; da Bahia: O desembargador Jiapassú; do Rio de Janeiro: Dr. José Martiniano de Alencar, Dr. Eduardo Manoel Francisco da Silva e Augusto Frederico Colin; e como sócios filiais, aqui na província: Fabio Antonio Gomes, Francisco Bezerra de Menezes, Anacleto Henriques Gomes, Antonio Aniceto de Azevedo e Antonio José dos Anjos Paiva, segundo *O Publicador Maranhense* (1857, n. 403, p. 3).

²⁰³ Belarmino de Mattos (Presidente), José dos Reis Raiol (Vice-presidente), João Francisco Bezerra Menezes (1º. Secretário, Joaquim Mauricio Silva (2º. Secretário) e Antonio Justino de Mesquita (Tesoureiro) (Id. Ibid).

²⁰⁴ Id.

²⁰⁵ Antônio Henriques Leal no *Pantheon Maranhense* (1873).

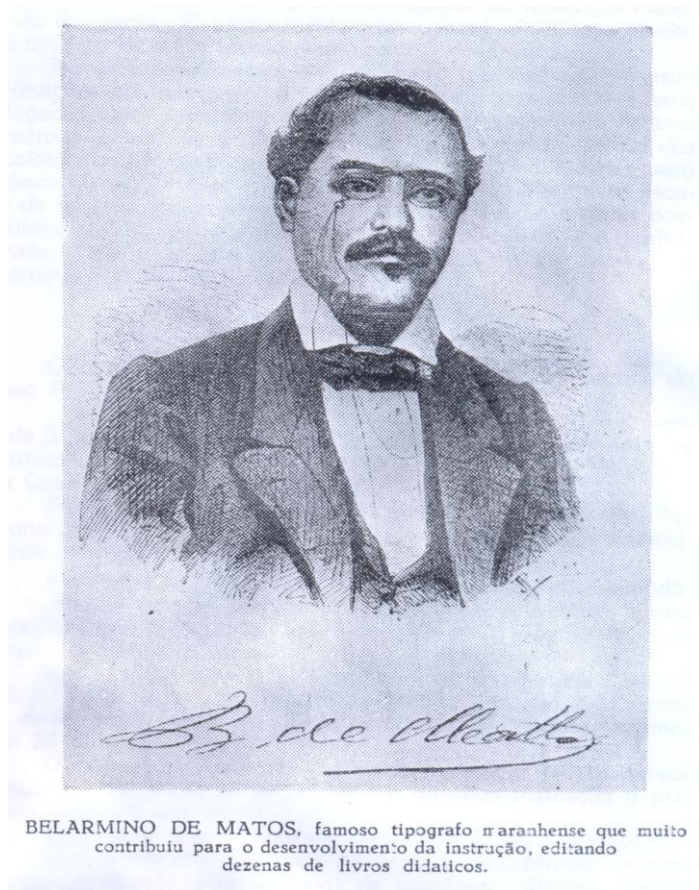


Figura 4 - Belarmino de Matos

2.3 A disputa entre tipógrafos e tipografias: a qualidade nos impressos

Alfredo José de Lemos já denunciava, n’*O Século* (1859), a leviandade com que o tipógrafo Joaquim Avelino Ferreira de Carvalho tinha publicado um quadro demonstrativo com o nome de *Japy*, no qual classificava os tipógrafos em 5 classes, com o único objetivo “[...] de se collocar na 1ª. classe e [passar] o Sr. Odorico Francisco de Paula [para a] 2ª. desapontado como se [achava], por estar este á testa da direcção da typografia do Cearense, o que a muito pretendia o Sr. Avelino”²⁰⁶. Esse trabalho, em vez de qualquer utilidade instrutiva ou cultural para a Província, só trazia desavenças e trapaças entre esta classe de operários, já que seu autor, deixando o lugar que lhe competia (a 4ª. Classe)²⁰⁷, se encaixava na 1.ª,

²⁰⁶*O Século* (1859, n. 44, p. 2).

²⁰⁷**1a. Classe:** Belarmino de Mattos, José Maria Correia de Frias, Manoel Francisco Pires, Satyro Antonio de Farias, Jessuino Carlos Marreiros de Sá. José Raimunso Pereira, Antonio Justino de Mesquita, João Francisco Bizerra de Menezes e Ayres Firmino Cesar Gomes; **2a. Classe:** Odorico Francisco de Paula Cólás, Alfredo José de Lemos, Raimundo Felicio Corrêa, José Theodoro da Silva, Lino Carlos de Oliveira Guimarães, João Thomaz de Melo, Manoel Teixeira de Souza, Francisco Mariano Franco de Sá, Luis Raimundo Azevedo, Joaquim Canuto Lapa, Antonio Aniceto de Azevedo, Raimundo Antonio Martins, Luiz Rodrigues Barbosa, e Mariano de Sousa Neves; **3a. Classe:** Raimundo Caetano da Silva, João da Matta Mendes, Antonio José do Anjos Paiva, Antonio Raimundo de Farias, Antonio dos Santos Souza, Jacinto Antonio da Silva, João Manoel

colocando na 2ª. e na 3ª., tipógrafos mais habilitados do que ele, segundo a crítica de José de Lemos feita pelo mesmo impresso.

Para Frias (2001), essas disputas entre os diversos impressores à procura de uma maior superação (embora um em detrimento do outro), poderiam ter contribuído em grande medida para a excelência na qualidade das impressões dos livros e de outros textos que foram colocando o “Maranhão numa posição privilegiada em relação às outras Províncias do Brasil, exceção feita à [província] de Rio de Janeiro, única a produzir trabalhos de melhor qualidade” (SANTOS, 1983, p. 74). Concorrência, inventivas e estratégias exemplificadas entre as oficinas de Torres e a de Belarmino de Matos, que propiciaram o alto nível de qualidade no fazer tipográfico de São Luís. Segundo Frias (2001), ao adquirir a tipografia do seu mestre, em 1854, passara a ser, juntamente com Matos, um dos grandes impressores do Maranhão no Oitocentos.

Uma luta se estabeleceu entre os dois estabelecimentos, luta nobre e elevado, sem que nenhum fosse vencido, mas que deu em resultado a tipografia ser levada ao pé que atualmente se acha. O gosto de imprimir obras começava a desenvolver-se e algumas se fizeram nas duas oficinas que lhe propiciaram a fundamentar o crédito e os estimulava a melhorar seus trabalhos, lançando mão e pondo em ação para fim os poucos recursos de que podiam dispor (FRIAS, 2001, p. 39).

Frias (2001), classifica a tipografia maranhense em três momentos. O primeiro, denominado de “estacionário”, começando em 1821 e estendendo-se até 1841, marcado por forte influência dos impressores que vieram se instalar e trabalhar na Tipografia Nacional e pelo baixo desenvolvimento do suporte em paralelo com o desinteresse do povo pela leitura. O segundo, de 1841 a 1848, denominado de “decadência”, pelo recuo social, cultural e educacional do Maranhão, ocasionado pela Balaiada e pelo caráter “incendiário” travado entre os jornais, que, mais preocupados em disputas políticas, não primavam pela qualidade, contratando para isso, pessoal sem qualquer talento para a arte da impressão. O último momento, começando em 1849 e se estende até 1866, ano em que é publicada a primeira edição das *Memórias da Tipografia Maranhense*²⁰⁸, fase na qual a imprensa, passando por etapas de recuos e de superação dos entraves, é denominada, pelos “efeitos dessa luz e dessa liberdade, a civilização” (FRIAS, 2001, p. 44).

Corrêa Viana, Francisco Antonio das Chagas; 4ª. **Classe:** Joaquim Avelino Ferreira de Carvalho, Antonio Augusto Pereira, Antonio Raimundo Barbosa, Joaquim farias Guimarães, Fabio Antonio Gomes, Francisco Bizerra menezes, Manoel Caetabo Lemos, Candido Maimiano Fernandes, Francisco Mariano do Amaral; 5ª. **Classe:** Fernando José Gomes, Ernesto Nascimento de Moraes, João Viana Torres, Antonio Florindo de Souza Castro, Raimundo Paula Rodrigues e Mathias José Fernando de Abreu (Id. Ibid.).

²⁰⁸ A segunda edição data de 1978 e foi publicada pelo Serviço de Obras Gráficas do Estado e pela Fundação de Cultura. A terceira edição de 2001, lançada pelo Governo do Estado em convênio com a Editoria Siciliano, sob os cuidados do Prof. Ms. Jomar Moraes.

Se esta classificação de Frias (2001), em princípio, faz referência aos atrasos estruturais nas oficinas e do monopólio português no desenvolvimento de uma imprensa áulica, aponta para a influência negativa da insurreição popular dos balaios e das disputas políticas em detrimento da aculturação do povo, e assinala as dificuldades econômicas pelas quais transitou o Maranhão no decorrer do século XIX; por outro lado, me parece que dá extrema responsabilidade aos leitores, no que se refere ao desenvolvimento da tipografia, quando coloca o desinteresse do público com respeito aos livros e à leitura, como umas das causas da baixa circulação e distribuição dos jornais e das obras e, conseqüentemente, do baixo lucro e da impossibilidade de investimento na província.

Embora suas afirmações sejam compreensíveis, no que se refere ao crescimento gradual do fazer tipográfico, enquanto à qualidade, produção, concorrência, consumo e distribuição, parece-me que, na contramão do nível de analfabetismo registrado no decorrer do Oitocentos, poderia afirmar que as próprias práticas dos editores/tipógrafos e dos autores registradas nestes artefatos, denunciam ainda que não diretamente, uma representatividade em acréscimo do livro, e um ascendente número em potencial de leitores consumidores. A identificação das diferentes escritas com desiguais estados de complexidade das matérias expostas disputando os mesmos espaços nos jornais, a variabilidade do teor dos registros denunciando níveis desiguais de leitura, as várias estratégias de assuntos colocados nos suportes para cooptar leitores e, por lógica, maior número de consumidores (como por exemplo, a criação de folhetins na primeira página dos impressos), assim como os anúncios em acréscimo de compra e venda de livros, mediada às vezes por redes de assinaturas que garantissem a impressão e o comércio do produto, como também o aumento das importações dos artefatos do escrito por compradores particulares e por instituições públicas (anteriormente tratados); têm-se constituído em fortes indícios que denunciam um aumento do número de leitores (aparentemente inexistentes), um maior consumo do livro e dos impressos, uma integração de novos gêneros que estimulam a leitura, convidando a passos lentos o público, seja leitor ou não-leitor, a se integrar nesse processo de informação, aculturação e instrução.

Dito isto, concordo com Darnton (2003), quando não lhe parece “extravagante” insistir na qualidade e natureza da leitura em términos gerais se analisados os diferentes aspectos que estão contidos nas diversas tipologias da escrita e sua localização na “topografia dos suportes” – jornais, livros, folhetins. Para Darnton (2003, p. 428) “[...] se trata de uma atividade que permite dar-lhe sentido aos signos situando-os no interior de diversos marcos. A gente comum com frequência encontra sentido na florescente e ruidosa confusão do mundo

que a rodeia contando, escutando e lendo histórias”; no entanto as obras ao serem postas em circulação e consumidas (seja no espaço escolar ou não) fogem à ordem específica de sua produção, adquirindo existência ao receber significações atribuídas pelos diferentes públicos e pelas diversas formas de uso, sendo necessário para Chartier (2009), compreender a articulação paradoxal existente entre a “diferença” e a “dependência” do leitor, frente ao livro e a leitura, numa “comunidade de interpretação”, ou seja, se faz imprescindível apreender *como* todas as sociedades, como *modalidades variáveis*, “[...] separaram um âmbito concreto de produções textuais de experiências coletivas ou de prazeres estéticos, [e de que forma conseguem] inscrever a invenção literária ou intelectual nos discursos e nas práticas do mundo social, tornando-a possível e inteligível” (CHARTIER, 2009, p. 42- 43).

No relatório *Província do Maranhão: breve memória*, escrita por César Augusto Marques, em 1876²⁰⁹, e publicada por ordem do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para ser apresentada na Exposição de Filadélfia no corrente ano²¹⁰, é curioso que o autor não se refira às tipografias maranhenses, quando cita o quantitativo de livros existentes na Biblioteca Pública, na Biblioteca Popular, na Biblioteca Militar e no Gabinete Português de Leitura, nem quando menciona os quatro jornais impressos na cidade de São Luís, se consideramos que no ano anterior, no relatório, *Breve História sobre a Província do Maranhão* (1875), apresentada à Exposição Nacional por Fabio H. M. Rego, o autor deixava claro que “são igualmente dignas de atenção as obras typographicas impressas nas officinas da capital da província, que nesse ponto se tem avantajado, e muito, ás suas irmãs, rivalizando na nitidez e perfeição do trabalho com as que nos vem do estrangeiro” (REGO, 1875, p. 43). Esse fato só poderia ser justificado pela explicação que o próprio Marques (1876), faz na advertência do seu relatório, no qual, para dar uma melhor ordem no trabalho, decidiu seguir “[...] *pari-passu* a designação dos diversos artigos do Livro intitulado O Império do Brasil na Exposição Universal de 1873 em Vienna d’Austria [sendo] bem provável, que [tenha] cometido muitas faltas [...]” (MARQUES, 1876, p. 3).

Se das tipografias que foram contempladas pela Tesouraria da Fazenda, de 1856 a 1857, através das estatísticas das casas de comércio, das “[...] que trata o cap. 1 do regulamento n. 361 de 15 de junho de 1844 da província do Maranhão”²¹¹, e registradas n’*O Publicador Maranhense* (1857), computou entre as três lojas de livro e papel, uma brasileira e duas portuguesas, e das seis tipografias existentes, uma portuguesa e cinco brasileiras; na

²⁰⁹ Editado pela Tipografia Nacional em Rio de Janeiro.

²¹⁰ A Exposição Universal de 1876, primeira exposição mundial nos Estados Unidos, aconteceu na Filadélfia, Pennsylvania, para comemorar o centenário da assinatura da declaração de independência do país.

²¹¹ *Publicador Maranhense* (1857, n. 53, p. 3).

literatura consultada e especificamente nos Almanques do Maranhão de 1849, 1866, 1875 e 1878, me dá uma ideia da existência e manutenção destas tipografias no período abordado, das mudanças e dos lugares ocupados, da concorrência estabelecida dependente da localização de seus endereços, e mesmo dos sujeitos responsáveis pelo seu funcionamento, que ao transitarem em vários espaços de poder, e demarcarem lugares instituídos pelo direcionamento da instrução, terminaram influenciando o escrito, o suporte, a leitura, o leitor, assim como, a produção, a divulgação e o comércio do livro.

Quadro 1: Mapeamento das tipografias maranhenses (1821-1878)

N.	TIPOGRAFIAS	Ano de Criação					PROPRIETÁRIOS
			1849 ²¹²	1866 ²¹³	1875 ²¹⁴	1878 ²¹⁵	
			Localização				
1	Nacional Maranhense	1821					Imperial Maranhense (1822)
2	Ricardo Antonio de Araujo	1822					
3	Melandiana	1822					Daniel G. de Mello
4	Constitucional	1830					Clementino Jose Lisboa
5	Monárquica Constitucional	1840					Francisco S. Nunes Cascais
6	Maranhense	1840	Rua do Egito, 19	-	-		
7	Constitucional		Rua da Paz, 18	Largo do Palácio, 3	-	Largo do . Palácio	Ignácio José Ferreira
8	Temperança		Rua Formosa, 2	-	-		
9	Independente		Rua de Sant`. Anna	-	-		
10	J. A. G. Magalhães		Rua Grande	-	-		Magalhães
11	R. A. R. de Araujo		Rua das Violas	-	-		Araujo
12	Belarmino de Mattos	-		Rua da Paz, 3	-		Mattos
13	Progresso	-		Rua da Paz, 3	-		Mattos
14	Comercial	-		Largo Palácio, 20	-	-	Antonio P. R de Almeida
15	José Matias A. Serrão	-		Rua da. Grande	-	-	José Matias A. Serrão
16	Constitucional	-			-	Rua da da Inveja	Ricardo Alves d Carvalho
17	A.V. N. Cascaes	-		Praça G. Dias	-	-	Augusto.V. N. Cascaes
18	A.P. R. de Almeida & C ^a .	-		-	Rua da Palma, 3	Rua da Palma, 3	A.P. R. de Almeida & C ^a .
19	Frederico Schlegel	-		-	Rua de Nazareth,	-	Frederico Schlegel
20	Gonçalves Pinto	-		-	Rua da Nazareth, 32	-	Gonçalves Pinto
21	Magalhães & C ^a .	-		-	Largo do Palácio, 20	Largo do Palácio	Magalhães & C ^a .
22	Joaquim F.S. Jacarandá	-		-	-	Travessa da Passagem	Joaquim F.S. Jacarandá
23	José Maria Corrêa Frias	-		-	-	da Palma	José Maria Corrêa Frias
24	Temistocles da Silva M. Aranha	-		-	-	Largo do . Palácio	Temístocles Silva M. Aranha
25	Alguns Liberais	-		-	-	Rua da Paz	

Fonte: Quadro compilado a partir do *Publicador Maranhense* (1857, n. 53, p. 3) e do *Almanaque do Maranhão* (1849, 1866, 1875, 1878).

²¹² Almanaque do Maranhão (1849, p. 189). Tipografia Maranhense (1848).

²¹³ Almanaque do Maranhão (1866, p. 229). Tipografia de Belarmino de Mattos (1866).

²¹⁴ Almanaque do Maranhão (1875, p. 381).

²¹⁵ Almanaque do Maranhão (1878, p. 92). Tipografia de Frias (1877).

Uma das causas para que a tipografia maranhense não tivesse alcançado níveis mais amplos de desenvolvimento no primeiro período, classificado por Frias, deveu-se aos privilégios concedidos pelo governo “a uma dada impressora, mesmo que não tivesse maquinário e pessoal qualificado como em outras” (FRIAS, 2001, p. 33). Esse monopólio produzia uma concorrência desleal, ao oferecer preços muito inferiores na impressão de livros, jornais e, principalmente dos relatórios do Presidente de Província. Ao verificar quais tipografias imprimiram esses relatórios no período de 1849 a 1866, predominava a Tipografia Constitucional de I. J. Ferreira, à qual, certamente, Frias (2001) se reportava, mas, “ao tomar consciência de que outros estabelecimentos podiam executar um trabalho muito melhor, o governo [ampliou] o leque de fornecedores, mas continuava a subsidiar os editores de jornais que apoiavam” (HALLEWELL, 2005, p. 176).

Em sendo assim, a produção, distribuição e concorrência entre os jornais se dificultavam e era desleal, pelas prioridades que os governos davam às tipografias, que compartilhassem seus interesses e aprovassem os seus posicionamentos, em detrimento daquelas oficinas e impressos que contestavam as atitudes e medidas impostas pelas autoridades; apesar de algumas delas, terem melhores condições materiais e profissionais. Se o investimento no fazer tipográfico dependia, não só da produção e invenção de técnicas inovadoras de seus obreiros-tipógrafos, como também da circulação e consumo dos impressos, então, quais seriam as possibilidades de produção dos livros nas tipografias ludovicenses, e de que forma se venderiam estes artefatos, se os preços dos livros logicamente deveriam ser mais caros, se comparados ao jornal? Quais táticas de impressão foram exercidas pelos autores, editores e tipógrafos para transgredir as estratégias de apadrinhamento ou de restrição adotadas pelas autoridades locais, e como estes agentes criaram meios de acessibilidade aos livros, e em especial aos escolares? Como foram postos em circulação os livros maranhenses e que influência tiveram na instrução?

Para responder a estes questionamentos trato de estabelecer correspondências entre os autores, os livros e o papel que eles ocupavam no tecido societal, como também elucidar as práticas exercidas pelos editores/tipógrafos e as relações estabelecidas no circuito dos impressos. Para Certeau (2006) “a história pode ser o gesto de um recomeço e não apenas o efeito de um deslocamento, [encontrando] seu verdadeiro sentido não mais nas elucidações que substitui as representações anteriores, mas no próprio ato, infindável, de elucidar” (CERTEAU, 2006, p. 296).

2.4 A impressão de livros maranhenses

Os fatores acima descritos denunciam o apadrinhamento político de algumas tipografias em detrimento da produção e do consumo cultural de outras, portanto, impressos e obras que foram excluídos em parte do monopólio governamental. Essas oficinas, partindo das invenções criadas pelos tipógrafos que foram desenvolvendo o quantitativo e a qualidade da impressão²¹⁶, a partir das inovações gráficas e de sua evolução, terminam elevando a produção local ao reconhecimento nacional. Tanto Frias como Belarmino de Matos se dedicaram a imprimir e a colocar em circulação, livros de autores maranhenses, obras já publicadas em Portugal e França, e alguns romances traduzidos. Entre as obras impressas podem ser citadas:

[...] cinco de Paul de Koch (*Casa Branca*, 1842; *Coitadinho*, 1842-1843, *Meu Vizinho Raymundo*, 1843; *Mulher, Marido e Amante*, 1844; e *Um gaucho*, 1849) e uma tradução de *Mysterios de Paris*, de Eugène Sue, feita em 1843, dois anos antes da edição no Rio de Janeiro. Contam-se ainda duas gramáticas inglesas: *Compilação de Extratos de Gramática Inglesa*, de Alfredo Bandeira Hall, e *Resumo da Grammatica da Língua Inglesa*, de Pedro de Souza Guimarães, ambas de 1865, e uma versão da *Histoire de Charles XII*, de Voltaire (HALLEWELL, 2005, p. 176, grifo meu).

Argumentando sobre as impressões feitas na sua tipografia, Frias (2001) destaca, principalmente, três obras: *O livro dos meninos: curso elementar de instrução primária* de Antonio Rego; o *Livro do Povo* de Antonio Marques Rodrigues; e o *Dicionário Histórico e Geográfico* de César Augusto Marques. *O livro do Povo*, publicado em 1861, tornou-se uma das maiores edições feitas na Província no século XIX, “pelo caráter filantrópico do seu autor e pelo desejo de criar no povo o gosto da leitura, pela barateza do livro” (FRIAS, 2001, p. 46). Em sua primeira edição, se, foram publicados quatro mil exemplares, e todos esgotados, por ser a “[...] primeira vez [que se presenciava] no Brasil um livro publicado no Império contendo 208 páginas e vendendo-se por 320 réis!” (FRIAS, 2001, p. 46), já na quinta edição de 1865, por ser revista, ampliada e enriquecida com 110 ilustrações, foram impressos dez mil exemplares, sendo vendidos pelo preço de \$500 réis. Não obstante o *Livro dos Meninos* de Antonio Rego, embora apareça numa escala menor de produção, seu curso elementar da instrução fora publicado com um acervo de seis mil unidades (HALLEWELL, 2005).

Em ofício enviado em 2 de novembro de 1864, Antonio Marques Rodrigues (Inspetor da Instrução Pública) transmitia ao Presidente da Província, Ambrosio Leitão da Cunha, o desejo de oferecer às escolas públicas, no ano de 1865, mil exemplares em brochura

²¹⁶Ver Lopes (1959); Santos (1983); Frias (2001) e Hallewell (2005).

desta obra “já adotada nas escolas desta, e de outras províncias [cumprindo] declarar a V. Ex^a. que [...] já foram distribuídos gratuitamente pelas escolas [maranhenses] três mil e duzentos exemplares, os quais, reunidas aos mil que [oferecia] agora, perfazem o total de quatro mil e duzentos”²¹⁷. Segundo Halleswell (2005), parece que, “no total, [...] foram impressos trinta a quarenta mil cópias, tendo o autor doado mais de cinco mil a escolas” (HALESWELL, 2005, p. 173), entre elas, a Casa dos Educandos Artífices, o Asilo de Santa Teresa, as escolas de primeiras letras, e outras instituições do interior e da capital (CASTRO, 2007b), constituindo-se a principal referência de leitura e de instrução religiosa direcionada aos meninos e meninas do Maranhão e de outras localidades, com as devidas autorizações do Bispo do Maranhão e do Arcebispo da Bahia.

No prefácio da nona edição datada de 1881, o autor justifica os motivos que o estimularam à escrita do texto:

Satisfazer uma grande necessidade do nosso ensino primário, a uniformidade dos livros de leitura, vulgarizar a história do Salvador do Mundo, os seus milagres, a sua doutrina, e os melhores preceitos de economia e ordem, tais são os fins, que temos em vista tão grandioso resultado pusemos em prática a publicação baratíssima. Adotado para o uso de leitura das escolas primárias de algumas províncias e pela imprensa, o LIVRO DO POVO teve em menos de dois anos duas edições, representando ambas, o número de 10.000 exemplares, fenômeno raro nos anais da tipografia brasileira. Além de tão benignos estivemos outros testemunhos de louvor e animação, que excederam a nossa esperança [...] a carta que nos dirigiu o Exm. Sr. D. Luiz, Bispo do Maranhão e a aprovação canônica do Exm. Sr. Manoel, Arcebispo da Bahia [...]. Concorrendo para o bem do nosso país, despertando pela suma barateza em todas as classes da sociedade a notícia de um livro, que para a inteligência e o coração do homem deve ser tão necessário como o pão para o corpo, temos fé que a recompensa dos nossos esforços havemos de tê-la nesta vida ou noutra vida, todas as vezes que, por via de sua leitura, a mulher seja carinhosa mãe ou filha obediente ou fiel esposa e o homem ame a DEUS sobre todas as coisas ao próximo como a si mesmo (RODRIGUES, 1881, p. 5-6).

O *Dicionário Histórico e Geográfico* de César Marques, é certamente a obra publicada por Frias (2001), que tem contribuído para uma melhor compreensão de diversos aspectos da história, da cultura, da política e da educação no Maranhão oitocentista; por isso, o seu uso constante e a sua recente reimpressão ampliada pelo pesquisador Jomar Moraes (2008), justificam sua breve exposição. Esta obra teve a sua primeira edição lançada em 1870, depois de 4 anos de trabalho do autor em arquivos das diversas instituições públicas da Província, recolhendo o que o tempo e as pessoas tinham conseguido preservar. Segundo Cardoso, “são flagrantes as conclusões que avultam das difíceis condições encontradas por César Marques para a execução desta obra. Ninguém teria sido mais diligente ou mais

²¹⁷Ofício enviado pelo Inspetor da Instrução Pública (Antonio Marques Rodrigues) para o Presidente da Província (Ambrosio Leitão da Cunha), em 1864.

fanático na escavação contínua, infatigável dos nossos documentos históricos” (MORAES, 2008, p. 31).

Apesar disso, Marques teve que combater os seus opositores políticos contrários à publicação da sua obra (já aprovada) pela Assembléia Provincial (1868-1869), mas vetada pelo Presidente da Província, José da Silva Maia, com 13 votos a 7, em 1871. Maia julgava inconveniente o auxílio, em vista das circunstâncias financeiras em que se encontrava a província, nas quais “[...] não [era] possível a concessão de favor tão elevado a uma empresa de caracter todo particular e que no caso de ter merecimento [compensaria] sufficientemente a seu autor, sem prejudicar a satisfação das necessidades públicas, urgentes e importantes”²¹⁸. No entender de Marques (2008), essas não foram as verdadeiras causas da negação de subsídios: “o motivo alegado pelo Exmo. Sr. Dr. Maia não foi outra mais do que um meio para encobrir a apreciação desvantajosa que S. Exm^a. forma deste trabalho em relação à utilidade e necessidade que dele pode ter a nossa Província” (MARQUES, 2008, p. 64).

Para essa rejeição, Marques (2008) encontra alento quando revê casos semelhantes de negação de auxílio dos governos por questões políticas, à publicação da obra de Sotero do Reis²¹⁹ e obras de Gonçalves Dias. Para Moraes (2008) havia sido esse o pretexto pelo qual o Presidente da Província evitara todos os esforços para impedir a publicação do *Dicionário*, sendo objeto de debate e polêmicas entre os jornais.

O jornal *A Coalção* (1863), comparando a publicação do *Dicionário Histórico e Geográfico* ao *Livro do Povo*, em 8 de fevereiro, manifestou-se desta forma:

Enquanto o Sr. Primo de Aguiar [Presidente da Província] dava saques ao nosso tísico Tesouro para comprar 400 exemplares de um esdrúxulo *Almanach*, sem outro fim que o de obsequiar o autor desse livro, que proveito algum traz para o ensino público; o Dr. Marques Rodrigues preparava sua obra para dela dar gratuitamente 1.800 exemplares às escolas de sua província. De um lado um livro burlesco e caro; do outro, uma obra interessante e grátis²²⁰ (grifo nosso).

Sobre essas críticas, César Marques justifica a importância da sua obra, e reitera o acordo feito com Frias e com o governo, de entregar 200 exemplares para serem distribuídos, a critério gratuitamente. O debate que se estende quanto à decisão tomada por Maia (posteriormente revogada), finaliza quando se imprime a obra, com sua ampla divulgação e com o reconhecimento ao mérito do autor, realizado por renomados membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, especificamente, por Joaquim Manoel de Macedo. Essa obra foi doada à Sociedade Ateneu Maranhense por seu autor (sócio honorário), e recebida

²¹⁸ *O Publicador Maranhense* (1871, n. 57, p. 4).

²¹⁹ No caso, o V volume do Curso de Literatura Brasileira, que somente foi publicado por Belarmino de Matos, em 1872.

²²⁰ *A Coalção* (1863, n. 24, p. 3).

pelo 1.º Secretário Alexandre Magno Rodrigues, em cuja missiva Marques faz referência à instituição, como a “[...] sociedade que é o despertar do talento, do estudo e da boa vontade de todos os seus membros, e principalmente do ilustrado cidadão”.²²¹

No entanto, desde 1864, quando a proposta de Marques se referia modestamente aos *Apontamentos para o Dicionário Histórico, Geográfico, Topográfico e Estatístico da Província do Maranhão*, já era considerada esta obra pelo jornal *Echo da Juventude* (1864), um trabalho que interessava “a toda casta de leitores”, porque as fontes onde poderiam beber alguma instrução eram desconhecidas ou longínquas, por não existir em São Luís um arquivo onde se consultassem valiosos manuscritos, ou por eles se encontrarem espalhados por bibliotecas estrangeiras. Dito de outra forma, seria difícil, senão impossível, achar com facilidade um livro melhor, “[...] que o publicado e cuja importância nos limitamos a anunciar aos leitores. Uma rápida leitura persuadir-nos ser elle uma *bibliotheca portátil*, um viático acomodado á todos os paladares, acessível *ao mais obscuro leitor*, um livro, *enfim*, *eminentemente popular*”²²².

Estes argumentos expressos entre posicionamentos políticos contrapostos e concepções pedagógicas polarizadas, entre pontos de vistas discordantes quanto à religião e à moral, e no que concerne à educação e à instrução, dão-me indícios dos inúmeros elementos que compunham as decisões tomadas, pelos agentes responsáveis, sobre os livros que deveriam ser aprovados e adotados nas escolas públicas, evidenciando, nestas controversas, sinais do teor das deliberações sobre as obras que deveriam ser distribuídas, comercializadas e permitidas no ambiente escolar. No juízo de uma obra em detrimento da outra, não só parecia estar em jogo os aspectos didáticos, metodológicos e pedagógicos, como também os elementos políticos, ideológicos, econômicos e de interesses de grupo. Por outro lado, existem comparações indevidas entre os livros citados, já que elas parecem não levar em conta a natureza do suporte e a sua utilidade na instrução.

Se na crítica feita ao *Livro do Povo* (1861) considerado como um “esdrúxulo almanach”, parece não apreciar-se nem o nível pedagógico e didático da obra, nem o teor de seus escritos, nem a variedade das temáticas abordadas para sujeitos singulares, nem o sentido de sua produção e o público para quem foi dirigido, neste caso, a um público infantil ou para as escolas de primeiras letras (nas quais, o ensino se sustentava no aprender a ler, escrever e contar, e nos preceitos morais e religiosos); por outro lado, nos elogios ao *Dicionário* de Marques, embora a obra pudesse ser utilizada por qualquer “casta de leitores” tendo em conta

²²¹*O Publicador Maranhense* (1871, n. 202, p. 2).

²²²*Echo da Juventude* (1864, n. 1, p. 7, grifo meu).

sua qualidade e clareza, e podendo ser compreendida por qualquer “leitor obscuro”, naturalmente os comentários do jornal faziam menção a sujeitos com práticas leitoras definidas, isto é, indivíduos que embora sentissem dificuldades na apropriação do que liam, ainda assim, sabiam ler, e não a sujeitos em processo de alfabetização, como no caso do *Livro do Povo*. Sendo assim, estas checagens parecem mais condicionadas à defesa de posicionamentos políticos, religiosos e ideológicos, do que à verdadeira utilidade do suporte numa concepção mais didática e metodológica para as escolas públicas.

Estas percepções discordantes sobre as obras e suas definições sobre a produção, aprovação, adoção e consumo no ensino público, além dos aspectos anteriormente tratados, mostram as lutas travadas entre os autores de livros e os agentes responsáveis pela aceitação e distribuição dos suportes, apontam para as múltiplas táticas dos editores e tipógrafos para enfrentar as estratégias impostas pelos regulamentos, e demonstram que tanto os autores, como os editores/tipógrafos, conseguiam o reconhecimento das obras e a aprovação dos seus textos, não só pela sua qualidade no sentido didático-metodológico e pela sua utilidade e aplicação no ensino público, como também pelas aprovações e adoções dos livros escolares dependentes dos lugares que ocupavam estes atores no tecido societal (político, econômico, cultural e instrucional), e as relações estabelecidas por eles, nos espaços de poder.

Se Frias se destacou pela impressão de obras importantes, Belarmino de Matos, aparece como o maior tipógrafo do Maranhão no século XIX, merecendo de Antonio Henriques Leal, na obra *Pantheon Maranhense* (1873), um lugar de destaque ao ser comparado com Gonçalves Dias e João Lisboa²²³, dando-se a conhecer como o “Didot Brasileiro²²⁴”. Dos prelos de sua tipografia, foram publicadas importantes obras de autores maranhenses, traduções de autores franceses e de várias partes do Brasil, entre elas: as *Postilhas gramaticais*, a *Gramática portuguesa* e, a *História da Literatura Portuguesa e Brasileira* de Sotero dos Reis, que foram adotadas em várias escolas do Brasil; *Versos e um Coração de Mulher* de Joaquim Serra; *Estatísticas da Província do Ceará* (2 volumes), dentre muitas obras. No entanto, Frias considera o *Parnaso Maranhense*, como o maior e melhor trabalho de Matos, publicado em 1861, com 285 páginas.

Lopes (1959, p. 23), ao comentar a influência de Matos na produção de livros no Maranhão, afirma que:

²²³ João Lisboa foi um dos mais expressivos jornalistas maranhense no Oitocentos. Fundara em São Luís vários jornais como *O Brasileiro* (1830), *Echos do Norte* (1834) e o *Farol Maranhense* (1827), além de colaborar com muitos. Dentre as obras que publicou destaca-se o *Jornal de Timon* (1852).

²²⁴ Comparação com François Ambroise Didot, impressor francês criador do Sistema Didot, sistema tipométrico baseado no ponto de 0,3759 mm, segundo a medida criada por Fournier.

Com Belarmino de Matos, simples operário que se imortalizou pelo amor ao trabalho, espírito progressista, gosto artístico e probidade, a arte tipográfica chegou ao Maranhão a um grau de perfeição superior ao que havia alcançado então em outros pontos do Brasil. Para a sua tipografia afluíram encomendas do Pará, Ceará, Pernambuco e Bahia. Sem esse obreiro-editor o movimento intelectual que no século XIX granjeou para o Maranhão o título de Atenas Brasileira [...] (LOPES, 1959, p. 23).

Portanto, as contribuições de Frias e Matos para a história da imprensa no Maranhão transcendem não apenas a arte de imprimir textos em formato de jornais, livros e folhetos, mas a formação de toda uma geração de tipógrafos, que levaram à província a alcançar destaque em todo o país no tocante à quantidade e qualidade das obras que eram produzidas e distribuídas, como também ao número de impressos colocados em circulação, mediados pelo consumo material e cultural, contribuindo assim, para a história do livro e para a história da leitura maranhense.

Sociedade que teve nos livros e nos outros suportes diversas formas de acesso às matérias publicadas, discutidas e comentadas segundo o poder aquisitivo, e nos jornais especificamente, um espaço material de sociabilidade, embora sua existência não objetivasse de início cultivar e instruir por seu caráter político, ideológico e demarcador nas relações de poder, termina objetivando pelas suas condições de acesso, se comparado com o custeio dos livros, pela comunicação direta (em mão-dupla) estabelecida entre o escritor e seu público e, por ser usado como recurso de discussão de temas da cotidianidade (mesmo na contramão de sua concepção inicial); um espaço cultuante, um recurso instrutivo e um lugar onde se estimulava a leitura e o encontro de vários leitores.

Por outro lado, a produção e a entrada de livros em São Luís, como em outras localidades da Província, encontram espaço nos mais diversos lugares que contribuem para a sua circulação. Segundo Viveiros (1954), a primeira casa de livros em São Luís foi a Repartição do Correio, no século XVIII, a qual, pela falta de leitores-compradores fechou, em 1802. Os poucos leitores privilegiavam os almanaques e as obras hagiográficas. Por sua vez, as poucas bibliotecas existentes encontravam-se em estado precário, servindo mais como local de encontro entre jovens, do que espaço de leitura ou estudo, como referido por Gonçalves Dias (1973).

A tipografia, introduzida somente em 1821, depois de 74 anos da primeira tentativa de instalação no Rio de Janeiro²²⁵, treze anos após a introdução da Imprensa Régia e atrasada em relação à Bahia (1811) e Pernambuco (1816), contribuiu para uma produção e

²²⁵Isidoro da Fonseca instala em Rio de Janeiro, em 1747, uma oficina tipográfica, recebendo o nome de Segunda Oficina, a qual foi obrigada a fechar pela provisão de Lisboa ao Governo da Província, em julho do mesmo ano, ordenando a apreensão do material e a remissão para o reino (MORAES, 2006).

circulação de textos de maneira mais ampla e consistente a partir da publicação de jornais e folhetos. Para Marques (1970) “em meados do século XIX, a produção de livros, como manifestação incidental da prosperidade maranhense, alcançara um alto padrão de excelência técnica e estética e, volume suficiente para chamar a atenção para as edições provinciais” (MARQUES, 1970, p. 340), não havendo dúvidas, para Moraes (2008, p. 174), de “[...] que nesse tempo São Luís do Maranhão [fosse] o centro editorial mais ativo do Norte do Brasil”, fazendo circular nos jornais os anúncios de compra e venda de livros importados, nacionais e locais. Venda de livros que, ao rivalizarem com outros produtos distribuídos no comércio local (como materiais de escritório, calçados, bebidas e roupas), conjuntamente com o aparecimento de livrarias especializadas como a Frutuoso, a Francesa-Portuguesa, a de Magalhães e a Universal (considerada esta última a mais completa, pela diversidade de assuntos e autores), constituem-se indicativos que apontam para a “rapidez com que os maranhenses se afeiçoaram ao convívio dos bons livros” (VIVEIROS, 1954, p. 343).

Esse promissor mercado de livros contribuiu para que as tipografias, anteriormente dedicadas à publicação de jornais e pequenas obras, se tornassem editoras e publicassem obras com tiragens grandiosas para a época, como o *Livro do Povo* (10.000 exemplares) e o *Livro dos Meninos* (6.000), distribuídos nas escolas da capital e nas cidades do interior da Província. A Livraria Universal, localizada na Praça João Lisboa e fundada em 13 de junho de 1846, insere-se no debate de Otto Sheneider, em artigo publicado na *Revista do Livro*, em 1957, sobre o título *A mais antiga livraria brasileira*. Neste texto, o autor discute a polêmica entre estudiosos brasileiros que “buscavam saber com exatidão qual [era] a mais antiga livraria brasileira, isto é, a livraria fundada há mais tempo e que não [tivesse] interrompido suas atividades até hoje” (SHENEIDER, 1957, p. 23).

Para este autor, a mais antiga livraria do Brasil tinha sido criada por Carlos Poggetti, em Salvador, em 1835, passando a denominar-se *Livraria Catilina* quando Xavier Catilina assumiu a sua direção. A segunda, *Ao Livro Verde*, tinha sido criada na Cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro, em 1844, constituindo-se a *Universal*, a terceira livraria em funcionamento. Mas entre todas as livrarias criadas no Brasil, a Francisco Alves foi a que ganhou maior notoriedade, já que, além da venda de livros, dedicava-se também à edição de “livros de ensino com objetivo de libertar o Brasil da tutela dos livros estrangeiros” (SHENEIDER, 1957, p. 24), distinguindo-se essa livraria-editora por instituir entre nós o pagamento do direito autoral. Cabe ressaltar que havia em São Luís, segundo o Almanaque de 1849, quatro livreiros: Antonio Jose de Oliveira, Domingos Antonio Fontes, Francisco Frutuoso Ferreira e Jose Antonio Gonçalves de Magalhães.

Esse movimento em torno do livro e da leitura culmina com a criação de vários espaços de sociabilidade utilizados para o encontro de leitores. Lugares concretizados em bibliotecas, como a Pública Provincial, a Popular, a Militar e o Gabinete Português de Leitura; na formação de associações como o Grêmio Literário, o Ateneu Maranhense e, a Onze de Agosto; e no desenvolvimento da articulação estabelecida entre texto, leitor, autor e contexto, fornecida pelas Conferências Pedagógicas e as Populares, que partícipes no contínuo crescimento de jornais, incluindo aqueles que se destinavam a discutir a instrução na província²²⁶ e compartilhando o aumento gradativo da produção de livros escolares locais na concorrência com os livros nacionais e não-pátrios, influenciaram na formação do leitor maranhense (independentemente das particularidades da instituição), intervieram no ensino da leitura, embora não de forma regular, e estimularam o convívio e o acesso aos livros.

No entanto, os processos estabelecidos entre leitura, texto e leitor nesses espaços de sociabilidade foram sujeitos a permanências e rupturas dependendo das condições estruturais dos ambientes instituídos, dos interesses do poder governamental com estes lugares de guarda que auxiliavam a instrução e a educação, das possibilidades reais dos indivíduos transitarem por estes lugares e se aproveitarem das obras ofertadas, seja para o ensino, seja para a distração, como também da disposição e do interesse pessoal pelo livro e pela leitura, de cada indivíduo, sendo leitor ou não-leitor. Portanto, posso afirmar que os livros (no sentido geral) e, principalmente, os livros escolares (no âmbito específico da instrução) integraram o conjunto de materiais escolares e culturais que formavam parte das salas de aulas do ensino público e privado – nas residências e nas escolas – da sociedade maranhense, inclusive nas instituições destinadas à educação de crianças (meninos e meninas) pobres e desvalidas, mantidas pelo poder público, que garantiam o nível instrucional e a formação profissional.

2.5 Um inventário de livros em circulação através dos jornais

Em continuidade a este capítulo, analiso o inventário que elaborei dos livros que circularam no Maranhão Império, no qual procurei identificar, entre as temáticas mais incidentes nos jornais, a natureza das obras, os autores anunciados, os agentes e os lugares de produção, distribuição e consumo, procurando correlacioná-los com o campo da educação. Esse inventário, mesmo que lacunar e residual, por não representar a totalidade de jornais que

²²⁶ Por exemplo, o *Jornal de Instrução e Recreio* (1845) e o jornal *A Escola* (1878).

circularam no Maranhão nesse período (N = 300), possibilitou-me verificar a existência de uma forte presença desses produtos culturais direcionados para atender a diferentes tipos de leitores, independentemente de seus interesses, motivações e de suas clivagens sociais: gênero, etnia, procedência e status.

O acesso dessas obras, pela diversidade das suas tipologias, tem-se diferenciado quanto aos interesses de leitura, às temáticas abordadas, às formas de produção e de comercialização, que ficam expostas na encadernação e no fabrico dos formatos, as quais perpassaram pelo leitor plural, representado pelos escolares, profissionais liberais, políticos, professores, literatos e escritores, até por aqueles indivíduos de leitura rudimentar ou não-leitores, mas interessados pela escrita e pelo ato de ler. Tal dialética se estabelece na tensão instituída entre as atividades simbólicas de quem escreve (o autor) e as formas e os suportes de transmissão do escrito, concebidos, às vezes, de outra forma pelo produtor (editor e/ou impressor), que, ao provocar rupturas com a concepção primeira do texto, apresentando-o de forma diferente ao original e pelo uso de diversos protocolos de leitura e imagens sugeridos no processo de produção, terminam transformando os modos iniciais de inscrição de seu criador, a concepção primeira do autor na concretização dos registros e a comunicação inicial que se pretendia no discurso e nos direcionamentos do diálogo para um público estimado, estimulando assim, conseqüentemente, contrastantes formas de acessibilidade aos suportes e múltiplas maneiras de apropriação e representação (CERTEAU, 1994). Essas diversas *formas de fazer* no ato de leitura e na relação com as produções culturais (sejam livros, jornais, folhetos), não capitalizam seus efeitos em nenhum lugar definido, praticando-se, “de maneira indefinidamente recorrente e nunca idêntica, nos espaços que não ‘se’ construiu nem se quis, mas dos quais ‘se’ é simplesmente usuário” (CHARTIER, A.; HÉBRARD, 1995, p. 31).

Dito de outra forma, a variabilidade de impressos, a variação nos suportes, os diferentes gêneros identificados e, as múltiplas escritas implícitas num mesmo jornal, livro ou folhetim, denunciam, mesmo que de forma velada, a existência de diferentes leitores com interesses vários frente à leitura, com níveis heterogêneos de compreensão referentes ao escrito, e com diversas formas de aquisição, que se traduzem pelo teor destes registros e pela qualidade de sua produção, como também pelo direcionamento e remitência dos textos. A configuração textual, gerada na análise dos apontamentos e da sua localização na topografia dos periódicos, pode denunciar o remetente da notícia e a sua intencionalidade, o lugar que ocupa o autor no tecido societal, político, cultural e educacional, e a sua influência nos diferentes espaços de sociabilidade, a importância do escrito e sua urgência de compreensão, assim como, pode acusar também quem é o destinatário, qual é a concepção de leitor implícita

na tipologia dos textos e os diferentes níveis de entendimento segundo o grau de complexidade do conteúdo exposto. Práticas leitoras de sujeitos ausentes e leituras implícitas no impresso como documento primário do fazer histórico, que necessitam serem apreendidas e desmistificadas no próprio texto, já que as formas de ler não estão separadas das formas da escrita (CHARTIER, 1988).

Esses suportes com particularidades múltiplas podem ser identificados, desde aqueles representados pelos livros de missas e confissões, as horas marianas e, os livros de homilias e sermões paroquiais em papel sofisticado e encadernados²²⁷, destinados às pessoas que necessitavam adornar suas residências com obras que simbolizassem um lugar de poder e de *status* na sociedade (como móveis e louças inglesas), até aqueles artefatos que sua produção, distribuição e comercialização, concebidas pelas folhinhas do Nigromante²²⁸, de Medicina Doméstica, de Lusitana²²⁹, das Damas²³⁰, e do Sábio²³¹, foram consideradas como leituras menores para o uso das pessoas simples, porquanto, “recebidos em lugares distintos, por diferentes públicos e por meio de variadas formas de comunicação, [onde] o mesmo ‘texto’ não é mais o mesmo texto” (CHARTIER, 2003, p. 14).

Esse inventário foi construído a partir de um levantamento em cada jornal pesquisado, procurando mapear as matérias e notícias que tratavam sobre livros e livrarias, sobre mercadores e impressores, resultando em um conjunto de tabelas, as quais foram categorizadas por jornal e título do livro, por autores e locais de distribuição e, muito raramente, pelo valor das obras. Segundo Castro (2010), um inventário de livros deve considerar essas categorias acrescidas da língua original do texto, os seus tradutores, os possíveis compradores e, quando possível, seus próprios leitores, pois não “existe texto fora do seu suporte que o dá a ler, não [havendo] compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas através das quais chega ao seu leitor” (CHARTIER, 1990, p. 127). Ou seja, só se pode compreender a essência de um escrito, quando se procura entender os sentidos implícitos no suporte, os formatos utilizados para sua comunicação e, os caminhos traçados para sua produção, distribuição e consumo.

²²⁷De couro ou de marroquim folhas douradas; de veludo ou de madrepérola, segundo *O Publicador Maranhense* (1875, n. 23. p. 4).

²²⁸Pessoas que invocam os mortos – mágicos, bruxos, feiticeiros, contendo uma linda coleção de cartas de jogar para o entretenimento.

²²⁹Contendo um resumo fiel da História de Portugal.

²³⁰Ornada de novelas galantes.

²³¹Com as Máximas do Exm. Sr. Márquez de Maricá.

TABELA 1 - NÚMERO DE LIVROS DIVULGADOS NOS JORNAIS MARANHENSES
(1821-1892)

Ordem	Jornais	Ano(s)	Nº. de livros divulgados
1	O Conciliador	1821-1822	14
2	Argos da Lei	1825	2
3	O Censor	1826	2
4	O Amigo do Homem	1827	12
5	A Bandurra	1828	4
6	A Minerva	1828	4
7	A Cigarra	1829	1
8	O Estrela do Norte	1829	17
9	Jornal dos Anúncios	1831	-
10	Echo do Norte	1834	52
11	O Investigador Maranhense	1836	14
12	Bem ti vi	1838	3
13	O Legalista	1840	25
14	Jornal Maranhense	1841	25
15	A Revista	1844	53
16	A Imprensa	1859	5
17	Farol Maranhense	1829,1830,1838	83
18	O Globo	1852 -1853	14
19	Echo da Juventude	1864- 1865	10
20	O Publicador Maranhense	1846, 50, 52, 53, 57, 71, 75, 81, 1882	326
21	Revista Elegante	1892	15
TOTAL			681

Fonte: Mapeamento ou compilação de jornais maranhenses publicados entre 1821 a 1892.

Pode-se verificar, analisando os jornais, que a partir da década de 1830, há um aumento significativo no número de anúncios sobre a venda de livros. Tal fato pode ser interpretado, por ser o período em que há um maior desenvolvimento da província do Maranhão, com a produção e exportação de produtos agrícolas, como a cana-de-açúcar, o algodão e o arroz. Por outro lado o crescimento das casas tipográficas, do número de obreiros-tipógrafos, dos lugares de venda na segunda metade do século XIX e das inovações do fazer tipográfico a partir da década dos 60, fez de São Luís uma referencia nacional de impressão de obras, ao mesmo tempo em que a produção, divulgação, venda e consumo dos artefatos, foi aumentando no solo timbira. Se na colônia a produção de algodão podia ser estimada pela “[...] entrada na ilha [de] um navio de ano em ano, incluído na frota que todos os anos saía de Lisboa e Porto (e vice-versa)[...]” (GAIOSO, 1970, p. 115), não havendo moeda, comércio, nem agricultura; com a abertura dos portos, em 1808, e depois com a Independência, a produção material de algodão e arroz teve grande expansão até aproximadamente os anos 30, surgindo na década de 40 a exploração de um novo gênero exportável, o açúcar, que esteve em ascensão até os anos 80 do século XIX.

A pequena colônia [maranhense] em cujo porto entrava um ou dois navios por ano e cujos habitantes dependiam do trabalho de algum índio ou escravo para sobreviver, conheceu excepcionalmente prosperidade no fim da época colonial, recebendo em seu porto de cem a cento e cinquenta navios por ano e chegando a exportar um milhão de libras (FURTADO, 1970, p. 91).

Estas mudanças na economia e na política favoreceram as classes mais abastadas para que enviassem seus filhos para o Sul do Brasil e a países da Europa, para estudarem, notadamente a medicina, trazendo os mais recentes avanços no campo das ciências, da literatura e das artes, e, por conseguinte, a importação nacional ou estrangeira de novos livros e novas leituras para o uso pessoal, o que contribui com a formação de novas ideias e o interesse de novos leitores no plano singular por textos inusitados. Com a implantação da imprensa e a produção e circulação de outros suportes culturais (nacionais, locais ou do exterior), embora debaixo da batuta da censura e dos dispositivos reguladores de livros e de leituras, as mudanças educacionais, por outro lado, fizeram-se sentir com a criação do Liceu Maranhense, em 1837, que se constituiu no maior celeiro de formação de intelectuais e onde se estabeleceram novos saberes, novas práticas e novas mentalidades.

No âmbito da instrução primária, ocorreu uma expansão das escolas, tanto para meninos quanto para meninas, em todo o território da Província e, por conseguinte, aflorou um maior interesse pelo livro e outros impressos, uma maior obrigação ou dedicação pela leitura, e portanto, um acréscimo de novos leitores, a partir da criação da Inspetoria Geral da Instrução Pública, em 1841. Para Chartier (1988, p. 131), “cada maneira de ler comporta os seus gestos específicos, os seus próprios usos de livros, o seu texto de referência cuja leitura se torna arquétipos de outras”. Desse ponto de vista, a leitura e o interesse pelos livros ou outros suportes culturais são produzidos e requer atenção às condições de sua produção, circulação, distribuição e uso nos espaços de sociabilidade, sejam eles escolares, sejam simplesmente lugares não específicos de aculturação.

2.6 Autores maranhenses: entre livros e romances

Refletindo sobre estes jornais, e lançando mão da biografia dos principais jornalistas e autores de livros maranhenses do século XIX, observo que há uma correlação entre o lugar que ocupa na sociedade o autor das obras, os espaços que transitam os redatores ou proprietários dos impressos na sociedade e no campo das letras, e os anúncios de livros neles veiculados, independentemente das disputas políticas corriqueiras nas publicações. Para Dias (1957), os espaços do poder e os lugares estratégicos de decisões eram ocupados pelos mesmos agentes, denunciando-se o acúmulo de funções, ou seja, “no Maranhão e Ceará accomulão tantos outros empregos, que a maior actividade humana defficilmente bastará para os desempenhar satisfatoriamente a todos. Ambos são Directores do Censo, Directores da

Instrução, e creio também Deputados Provinciaes”²³². Dito de outra forma, os agentes que interferiam na tomada de decisões no âmbito político, econômico, social e cultural e deliberavam estratégias de ação, eram os mesmos sujeitos provedores de projetos para serem analisados, aprovados, deferidos e postos em execução, “[...] homes de imprensa maranhense jornalistas *doublés* de homens de letras, e os homens de letras quase todos jornalistas e políticos [...]” (LOPES, 1959, p. 41).

O *Eco do Norte* (1834), dirigido por um dos maiores jornalistas brasileiros da época, João Lisboa, apresentava no teor de seus escritos, um grande prosador e um historiador brilhante, isto é, uma leitura especializada de teor artístico e literário para leitores específicos, com preferências singulares. Já o *Jornal Maranhense* (1841), sob a direção de Cândido Mendes de Almeida (professor, historiador, geógrafo e jurista), trouxe pela primeira vez no jornalismo local, a leitura do folhetim. Este novo gênero de publicação, registrado na parte inferior ou no rodapé da primeira página do impresso e, disputando lugar de destaque com escritos considerados *sérios ou eruditos* (de política, ciência, economia e arte) transformou-se numa estratégia de venda já usada na França e um canal que vinculava novas leituras e novos leitores captados.

Tendo como estratagemas de publicação, intercalar os capítulos dos romances entre notícias de outra natureza no ritmo acentuado de suas publicações, transformou-se esta prática, numa estratégia mercadológica que, além de incentivar a espera do leitor pela próxima edição, não só induzia-o à compra regular do suporte, como também estimulava a sua curiosidade, cultivava o gosto pela leitura, incentivava as suas práticas leitoras, e consequentemente, contribuía para a formação de novos leitores. Práticas inovadoras do impresso que garantiam sua produção, comercialização e consumo material ou cultural, ao deixar na parte inferior direita do jornal, algumas observações sobre o que aconteceria no próximo capítulo. Histórias, contos e novelas divididas diariamente ou alternadas, que poderiam render até 51 capítulos, sendo “o ritmo frenético que age como chamariz de leitura, no entanto sempre freado no limite do rodapé de cada dia. Fragmentado como o trabalho, mas, no caso, o que o fragmento suspende é o deleite, o lúdico, que só [voltaria] no dia seguinte se o jornal [fosse] comprado” (MEYER, 1996, p. 198).

Se, por um lado, a presença do folhetim, como nova tipologia de leitura e novo estilo adotado na imprensa, demonstra a grande aceitabilidade dos consumidores segundo a quantidade de capítulos publicados nos jornais (prática que foi refinando-se a partir da metade

²³²Ver Relatório de Gonçalves Dias sobre a Instrução Pública (1957, p. 336).

do século XIX); por outro, a sinopses de futuros capítulos anunciados na primeira folha contribuíram para o interesse dos usuários pelo andamento da trama, estimulavam a curiosidade dos consumidores pelos enredos dramaturgicos, e, por conseguinte, cativava novos leitores, ao incentivar a leitura e promover novas posturas frente a o escrito. “Textos estruturadores e agenciadores de uma história pensada para se estender no tempo, apresentada em picadinhos cotidianos a um espectador [impaciente] como o fora o leitor/ouvinte do folhetim” (MEYER, 1996, p. 198).

Essas sinopses foram pensadas (pelos escritores, editores e donos dos jornais) como estratégias comerciais, não deixando de ser menos aculturantes, menos participativas nas práticas de leitura, nem menos estimuladoras ao ato de ler e ao convívio com os livros. Os folhetins, que apareciam publicados em diversas edições dos jornais, materializavam-se em formato de livros, sendo publicados, divulgados e postos em circulação, isto é, se a divisão em fatias seriadas do folhetim “[...] afeta[va] a fruição estética – logo recuperada pela subsequente retomada em volume –, [facilitava] todavia o acesso à divulgação ao jovem, ou ao menos jovem, autor” (MEYER, 1996, p. 59). Sendo o jornal, por muito tempo, segundo Lopes (1959, p. 36) “[...] o animador, o protetor e mais ainda o criador da literatura brasileira” do século XIX em diante, como julgava Silvio Romero ou, segundo Olavo Bilac, “o único meio do escritor se fazer ler” num país onde se iniciava a organização da indústria do livro.

Sendo assim, pode-se corroborar que, embora a invasão do folhetim traduzido do francês (a partir da década de 40) se estendesse por todo o Império, isto não eliminava a presença do romance nacional, os quais coexistiram e disputaram espaços de aceitação e públicos diferenciados em regime de alternância. Entre os vários títulos de contos, histórias, folhetins e romances não brasileiros, podem-se destacar, por um lado: *A noiva brasileira* de Mrs. Northon (1841); *O Conde de Benavente* (romance Andaluz, publicado em 1771); *Sofrer e Morrer* de Clemence Jahire; o *Semblante rosado e Um semblante enrugado* de autoria de Melle Anis Segalás (1841); *O judeu errante* de Eugène Sue; *Os três mosqueteiros* e o *Conde de Monte Cristo* de Alexandre Dumas. Por outro, entre as obras nacionais e seus respectivos autores, posso fazer referência à *Guerra dos mascates* (1871), e à “lenda do Ceará” *Iracema* de José de Alencar (poema em prosa, ou romance poemático) publicado, em 1865; os romances escritos por Machado de Assis, como *A mão e a luva* (1874) e *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), no qual, neste último trabalho, o autor rompe com a narração linear e objetivista de autores proeminentes como Flaubert e Zola, e inicia o Realismo no Brasil; assim como *Uma tragédia no Amazonas* (1880) e *O Ateneu* de Raul Pompéia, publicado em

1888, onde o autor através do personagem Aristarco (diretor do Ateneu) faz críticas severas a Abílio Cesar Borges (o Barão de Macaúbas), embora tenha sido este uns dos autores brasileiros mais destacados no âmbito da instrução pública, no que se refere à produção, divulgação e distribuição do livro escolar.

Quanto à produção local, não se pode deixar de referenciar obras como *A festa de Nossa Senhora dos Remédios*, *A procissão dos mortos* e o *Teatro de São Luís* do eminente maranhense João Lisboa; *O Mulato*, escrito por Aluísio Azevedo, em 1881, pelo qual o autor introduz o naturalismo na literatura brasileira e faz uma crítica anticlerical e antirracista da sociedade provinciana do Maranhão, no mesmo ano em que Machado de Assis inaugurava o Realismo nas letras brasileiras; e o romance *Úrsula*, que, ao ser publicado com o pseudônimo de “Uma Maranhense”, pela primeira vez em 1859, sua autora, Maria Firmina dos Reis, estreava o primeiro romance abolicionista da literatura brasileira e o primeiro romance da literatura afro-brasileira, entendida esta como produção de autoria afrodescendente, que tematizava o assunto "do negro e do escravo" a partir de uma perspectiva interna e comprometida politicamente em recuperar e narrar a condição do ser negro no Brasil oitocentista.



Figura 5 - Sotero e Maria Firmina dos Reis

O folhetim, na tentativa de misturar ingredientes da cultura popular (paixão, amor, morte, desilusão, traição), assim como representar os dualismos estabelecidos entre personagens do bem e do mal, termina provocando múltiplas expectativas nos leitores, propiciando estas práticas e essas estratégias de mercado, sem dúvida, a manutenção de seu público e o aumento das assinaturas, contribuindo financeiramente para sua regularidade,

atuação e desenvolvimento como escrita diferenciada e divulgada pelo suporte, assim como garantiria a sobrevivência, comercialização e manutenção do jornal nos espaços correspondentes às tipografias, à imprensa, ao comércio, à política, e não menos presente no âmbito da educação e da instrução; embora este tipo de literatura não fosse reconhecido por muitos intelectuais como meios instrutivos e educativos, nem fossem levados em conta como estimuladores, do ler e do escrever. Segundo Almeida (2003), o povo maranhense não amava a leitura, nem acreditava nas suas vantagens. Para este autor “poucas são as pessoas que frequentam as bibliotecas, não com o fim de se ilustrar, mas de se distrair, pelo que só procuram livros de literatura. Os livros de ciências, [os] de coisas sérias, não agradam, são aborrecidos, massantes, como ordinariamente se diz” (ALMEIDA, 2003, p. 51).

Se os romances e os contos não estimulavam a leitura e ao leitor, e não o conduziam ao convívio com os livros, o que justificava tantos capítulos de um romance num mesmo jornal, e tantas publicações de diferentes títulos deste gênero divulgados nos impressos? Se esta literatura de distração, não estimulava a leitura e o convívio com as letras, o que provocava a continua publicação de todos os capítulos de um mesmo romance no jornal, sendo transformado posteriormente em livro, e mais tarde, devido à concorrência estabelecida entre os diversos impressos pelos lugares de venda e de consumo, na contramão do já estabelecido, outras estratégias inovadoras de divulgação e comercialização apareceram, na medida em que só se publicavam três ou quatro capítulos, na tentativa de cooptar-se posteriormente, um número representativo de assinantes, que sustentara a futura publicação do romance? Obviamente, o que pode justificar este crescimento e divulgação de títulos em língua original ou traduzidos (romances estrangeiros, nacionais e locais) aceitos e procurados, é simplesmente o crescimento de leitores com perfis distintos e, o aumento de interessados neste gênero de leitura, que embora não consideradas com os fins propostos pela *Ilustração*, terminavam por caminhos não reconhecidos, poucos autorizados e aparentemente nada instrutivos, aculturando o seu público, instruindo os assinantes e não-assinantes que participavam do escrito, estimulando a leitura, e induzindo aos interessados a conviver com os diferentes suportes do impresso, especificamente, com os livros.

Por outro lado, o uso dos pseudônimos como artifício de venda, divulgação e consumo, utilizado comumente pelos escritores deste gênero, justifica-se pelo fato de coincidir com os intelectuais de reconhecimento na Província. Alguns de grande referência, pela repercussão de suas obras literárias no âmbito local e nacional, por exercerem a função de professores, geralmente do Liceu, ou proprietários de escolas particulares e/ou por serem juristas e políticos, isto é, sujeitos públicos que poderiam ser mal interpretados pelos

discípulos e admiradores, já que não se considerava de bom alvitre a escrita de folhetins que tratassem de temas referentes ao amor, às mulheres e às paixões.

Muitos maranhenses se consagraram ao escrever folhetins, cuja atração os jornais soube usar. Nenhum alcançou vôo mais alto que João Lisboa ao publicá-los, sobre variados assuntos e de maneira criativa. O conteúdo e o estilo, associados à literatura tem semelhança com a reportagem, em certos aspectos [...]. Outros intelectuais da terra alcançaram sucesso, usando pseudônimos como Gentil Homem de Almeida (Flavio Reimar), Antonio Marques Rodrigues (Abônio), Joaquim Serra (Pietro de Castellamare), Aluísio Azevedo (Vitor Leal), Celso Magalhães (Balcafrío), Coelho Neto, Humberto de Campo, Viriato Correa etc. (JORGE, 2008, p. 162).

Dentre as mulheres maranhenses escritoras, dedicadas a este estilo de literatura, destacam-se Eponina de Oliveira Condurú Serra – que traz a marca de uma das famílias que mais gerou grandes escritores e jornalistas, como seu sobrinho Astolfo Serra –, e Maria Firmina dos Reis, que, como redatora d’O *Jardim das Maranhenses* (1861), publica alguns capítulos de sua obra *Úrsula*, sendo impressa em livro posteriormente. No prólogo, adverte das diferenças existentes em seu tempo entre o homem e a mulher, aborda as especificidades dos letrados reconhecidos, se comparados com a leitura popular e, destaca o pouco valor que teria seu romance ao ser produzido por uma mão feminina. Ao pedir a seus possíveis leitores o não desprezo de sua *Úrsula*, e reconhecer que na aceitação de sua obra o público a estaria estimulando a cultivar mais seu engenho, e instigando-a a produzir algo melhor; também especifica que o aceite de seu romance, poderia incentivar as outras escritoras “[...] que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, [tivessem] mais timidez que ela” (REIS, 2004, p. 14).

Dentre os escritores maranhenses que dirigiam jornais e fizeram ampla divulgação entre livros, jornais e folhetins, cabem destacar Sotero dos Reis e Odorico Mendes. Sotero dos Reis foi professor do Liceu e Inspetor da Instrução Pública (1843), alcançando grande notoriedade ao publicar *A gramática portuguesa*, obra didática adotada em várias escolas brasileiras e totalmente esgotada na sua primeira edição, entre outros livros escritos com fins similares. Odorico Mendes sendo poeta e parlamentar, por ter traduzido as obras de Homero, Voltaire e Virgílio, ficou cognominado do “Virgílio Brasileiro”. São esses homens, juntamente como José Cândido de Moraes e Silva (professor de francês, geografia e matemática), Joaquim Gonçalves de Azevedo (professor), Flávio Alexandrino de Carvalho Reis (economista e professor), Antônio Gonçalves Dias (professor, historiador e poeta), César Augusto Marques (médico, geógrafo, historiador), Antônio Henriques Leal (médico, biógrafo, crítico literário e professor), dentre outros, os constituintes da primeira geração de literatos que legaram a São Luís do Maranhão o epíteto de Atenas Brasileira.

Na opinião de Bosi (1992) e Chauí (2000), essa conotação constituía-se uma construção ideológica do momento ou talvez um mito criador no imaginário societal maranhense. Para Corrêa (1993), é uma invenção da “superioridade espiritual” do elitismo local, que combinou crescimento econômico e esplendor cultural nas disputas intrarregionais. Para Borralho (2009), simboliza uma moeda de troca que representara o Maranhão, “[...] senão por sua importância econômica devido à sazonalidade dos preços do algodão e a precariedade do seu sistema de produção econômica espalhado no interior da província, então, por sua notoriedade intelectual” (BORRALHO, 2010, p. 71). Acredito que, embora o epíteto de Atenas Brasileira seja uma invenção no sentido estrito dos termos, desde o ponto de vista de uma história social, e concorde com alguns critérios defendidos pelos autores acima citados, todavia, no que se refere à circulação dos livros (escolares ou não), a sua representatividade nos espaços de sociabilidade, e à existência de um leitor plural identificado pelas diferentes naturezas da escrita expressas nos jornais, faz-se necessário, como proponho nesta tese, uma análise mais específica pelas particularidades da história do livro e da leitura na província, uma discussão fundamentada em documentos que contemplem a circulação do livro (no sentido geral) e a análise dos processos de aprovação, adoção, distribuição e consumo do livro escolar (no âmbito particular da instrução), e uma investigação baseada nos princípios da história cultural do social, por me permitir o alargamento das fontes, interpretando não só o dito e o escrito, mas questionando as práticas e os significados expostos e entreditos por homens situados (CERTEAU, 1994). Lugar em que “as lutas de representações tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio” (CHARTIER, 2002, p. 17).

2.7 Lugares de comercialização dos livros

Ao levantar os lugares de venda dos livros anunciados na imprensa identifiquei que eram colocados em circulação em diferentes pontos comerciais da cidade, dentre eles: nas casas particulares de Manoel Antonio Alves Loureiro Vianna, oferecendo um *Breviário Frances*²³³, e na de Francisco Frutuoso Ferreira, divulgando a *Conferencia d'Epycuro com Pythagoras*²³⁴; nas boticas de Daniel Joaquim Ribeiro, vendendo as *Vozes dos Leaes*

²³³A *Estrella do Norte do Brasil* (1830, n. 39, p. 316).

²³⁴O *Investigador Maranhense* (1837, n. 96, p. 4).

Portuguezes²³⁵, ou na de João José de Lima, comercializando o *Esboço Histórico sobre a Origem da Dizima*²³⁶; nas lojas de Pereira Leite, apregoando o *Tractado sobre Escripuração Commercial*²³⁷, e na de Liberato Antonio Pereira, anunciando o *Índice Alfabético das Leis do Brasil*²³⁸; nos escritórios de Manoel Antonio dos Santos, colocando a disposição a *Ortografia Nacional* pelo professor Coruja²³⁹, e no de José Rodrigues Roxo, vendendo o *Judeu Errante*²⁴⁰; na Livraria Frutuoso, proclamando o *Cours de Littérature Française* por Villemain²⁴¹, e na de José Antonio Moreira da Rocha, noticiando a venda da *História da Independência da Província do Maranhão* por Luiz Antonio Vieira da Silva²⁴².

Além de comercializarem-se os livros por particulares, em diferentes lugares, também acontecia nas tipografias e instituições públicas, como na Casa dos Correios e, em livrarias especializadas²⁴³, que começaram a aparecer na documentação a partir de 1870, embora, em alguns jornais, o lugar de venda apareça anunciado, como casa ou loja, indistintamente (APÊNDICE D). A relevância desses lugares para a compreensão do nível de representatividade dos livros no Maranhão Império, nesse caso, o livro visto por seu valor vendável como consumo material, e colocado em circulação, é de extrema importância, para se entender os lugares de divulgação, compra e distribuição das obras, ainda que a sua natureza intrínseca como material cultural e como suporte indispensável na instrução, dependa em grande medida, do seu consumo não capitalizado em lugar nenhum, isto é, o seu reconhecimento como artefato do escrito, depende das práticas de leitura efetivadas no suporte, dos sentidos de quem lê nas situações de leitura, e do grau de compreensão nos espaços do ato de ler consumidos como cultura (CERTEAU, 1994).

✓ Tipografia Nacional;	✓ Loja Ramos Irmao & Companhia;
✓ Tipografia do jornal Argos da Lei;	✓ Botica de José da Silva Lima;
✓ Tipografia do jornal A Cigarra	✓ Loja de Manoel Antonio dos Santos Leal & Companhia;
✓ Tipografia do jornal O Farol Maranhense;	✓ Casa dos Correios;
✓ Tipografia do Jornal Maranhense	✓ Loja de Joaquim Ramos Vila;
✓ Tipografia Abrantes & Lisboa;	✓ Loja de Sirgheiro de Santos Lima & Cia;
✓ Tipografia do jornal Constitucional	✓ Botica de Padre Tizinho
✓ Tipografia do jornal O Legalista;	✓ B. J. de Almeida & Cia;
✓ Lojas de Bebidas de Vicente Cortezze;	✓ Armazém Baltazar Irmãos & Sobrinho;
✓ Lojas de Bebidas de Daniel Joaquim Serra;	✓ Magalhães & Silva;
	✓ Magalhaes & Cia.

²³⁵O *Conciliador do Maranhão* (1821, n. 40, p. 4).

²³⁶O *Amigo do Homem* (1827, n. 7, p. 6).

²³⁷O *Pharol Maranhense* (1829, n. 110, p. 474).

²³⁸*Echo do Norte* (1834, n. 17, p. 4).

²³⁹A *Revista* (1849, n. 492, p. 4).

²⁴⁰O *Publicador Maranhense* (1849, n. 492, p. 3).

²⁴¹A *Revista* (1849, n. 517, p. 3).

²⁴²O *Século* (1860, n. 78, p. 4).

²⁴³Lugar onde só se comercializavam livros e outros impressos.

Em relação às casas dedicadas à venda exclusiva de livros, localizei cinco que adquiriam obras em Portugal, França e no Rio de Janeiro: a Frutuoso, a Feliciano Marques & Cia, a Econômica, a Universal e a Popular. Dentre essas livrarias, destacamos a Universal e a Frutuoso, que eram as melhores e as mais desenvolvidas, tanto pela quantidade de livros, quanto pela diversidade de assuntos, autores e gêneros colocados à disposição da clientela (SCHENEIDER, 1957). As obras impressas na Europa ou nos Estados Unidos eram encomendadas pelos livreiros ou diretamente com o impressor ou representante em São Luís, ou em outra Província.

No que se refere aos assuntos contidos nas obras que circularam em São Luís e no interior da Província, procurei, a partir dos títulos e dos comentários apresentados nos jornais, elaborar a Tabela 2, que possibilitou vislumbrar o convívio com os livros e o interesse pela leitura no período investigado, dependentes da tipologia das temáticas, dos gêneros e dos estilos. Ressalto que esse mapeamento tem restrições, pela quantidade dos jornais pesquisados e por não apresentar a completude da coleção, mas é, sem dúvida, uma amostra relevante para esse fim. Sendo assim, constato que há um crescimento no número de anúncios tratando da venda de livros no decorrer no Império, sobretudo nos jornais, cujas finalidades explicitam que são científicos e literários, apesar do forte teor político, constituindo-se essa uma das características marcantes dos jornais maranhenses, durante o período.

TABELA 2: ASSUNTOS TRATADOS NOS LIVROS ANUNCIADOS NOS JORNAIS
(1821-1889)

JORNAIS	ASSUNTOS																						
	Portugal	Literatura	Filosofia	Língua/Gramática	Ciências	Comércio	Direito	Agricultura	Religião	Historia	Folhetins	Política	Geografia	Medicina	Astronomia	Didáticos	Matemática	Artes	Economia	Folhinhas	Educação	Biografia	TOTAL
O Amigo do Homem		1		1			1								1	1	2	5					12
O Conciliador	4	3	2		1									2		2							14
Argos da Lei												1		1									2
O Censor												1							1				2
A Bandurra		1					1		1											1			4
A Cigarra		1																					1
A Estrela do Norte		2	2						1					2		1		9					17
Jornal dos Anúncios																1							1
Echos do Norte		5		14		2	12		5	6			3	2		3							52
O Investigador Maranhense		4	6			1			2										1				14
Bem ti vi							1	1		1													3
O Legalista		8	2	5					2	5				1			1				1		25
Jornal Maranhense	1	3	1	7					2	3				1		1				5	2		25
A Revista		6	2	6			6		2	1			2	8						20			53
A Imprensa		2					2	1															5
Farol Maranhense		18	2	9		7	17		4	2		2	3	4			3	5		2	4	3	85

O Publicador ²⁴⁴ Maranhense		124	11	24		1	14	3	48	35	12	2	14	4	1	24		9						326
Jornal dos Annuncios																1		3						4
Echo da Juventude		4		2					4															10
O Globo		1		2			1			1	1			2			5		1					14
Revista Elegante		3		3		2										7								
TOTAL	5	185	28	73	1	13	55	5	71	54	13	6	22	27	2	41	11	31	3	28	7	3		681

Fonte: Tabela compilada a partir dos jornais pesquisados

O *Jornal Maranhense* (1841), ao ter como slogan *A verdadeira educação de um Povo livre faz-se nos jornais*, dedica parte de suas matérias para tratar de assuntos relacionados à educação e à crítica de livros. Cândido Mendes de Almeida, seu redator, julgava que, através desses anúncios, seria “possível estimular o interesse do público para as coisas do espírito e para uma leitura edificante”²⁴⁵. Por seu turno, o *Eco do Norte* (1834), ao se transformar no principal veículo utilizado por João Lisboa para combater seus adversários, como Sotero do Reis, faz circular em suas páginas uma série de observações sobre os melhores livros a serem consultados, para inserir os maranhenses na arte do bem escrever e do bem falar, além de instruí-los a defender seus direitos contra os desmandos dos portugueses, que eram “retrógrados e em contra dos interesses nacionais”²⁴⁶. Daí se infere que, em função dessas prioridades estratégicas defendidas por este jornal aparece nos seus registros uma variabilidade de obras anunciadas que se concentram principalmente em assuntos relacionados com a língua e a gramática (N=258) e com o Direito (N=55), as quais eram vendidas em lojas, nas quais o livro ocupava o valor de objeto (cultural e comercial), e por particulares que faziam parte da sua distribuição e comercialização, podendo se fazer referência ao *Código Criminal* e *Medicina Criminal* de autoria de José Ferreira Borges, e nos vários dicionários de Latim, de Francês e Gramática vendidos na loja de Felisberto Jorge e Correia & Cia; como também as obras vendidas por “Domingos Antonio Fontes, morador da rua de Santo Antonio, casa que faz canto com a Praia do Caju”²⁴⁷, que tinha grande sortimento de livros portugueses e latinos.

Outro dado relevante, que aparece nos jornais, é o anúncio de obras que ainda seriam impressas em São Luís, e para tanto, solicitavam-se subscrições; prática muito em voga no comércio livreiro francês, em que caixeiros-viajantes iam de aldeia em aldeia, de cidade em cidade, procurando assinaturas para a impressão das enciclopédias e de outras obras. Essas formas de produção, distribuição e comercialização eram, às vezes,

²⁴⁴No caso dos livros anunciados pelo Publicador encontram-se as notícias dos livros adquiridos pelo Gabinete Português de Leitura.

²⁴⁵*Jornal Maranhense* (1841, n. 5, p. 1).

²⁴⁶*Eco do Norte* (1834, n. 14, p. 2).

²⁴⁷Id. (1834, n. 13, p. 12).

fraudulentas, como informa Darnton (1996, p. 99), ao se referir à “[...] costumeira prática setecentista de publicar obras sob falso termo de impressão”, tratando de testar o público consumidor antes de assinar contratos de algum impresso.

Em anúncio no *Echo do Norte* (1834), lia-se o seguinte:

Vai imprimir-se o Manual do Processo Criminal no Juízo de Paz, obra utilíssima aos Juizes de Paz e seus escrivães por nela ensinar-se como os juizes se haver em processar dos crimes e mais casos que são de sua competência. Para o que se pede subscrição para ajudar nas despesas da impressão. Preço da subscrição 2\$000 rs. Devendo os subscritores assinar abaixo neste mesmo papel na Tipografia de Abranches & Lisboa para se imprimir a lista de livros²⁴⁸.

Da mesma forma que os livros ocupavam os anúncios nos jornais, aparecem também outros impressos, como as folhinhas, que tinham a finalidade de tratar de assuntos diversos como a medicina, a religião e a agricultura, em uma linguagem acessível e vendidas a baixo custo, cuja clientela preferencial (em tese) pareciam ser as pessoas oriundas das camadas populares. No conjunto dos jornais pesquisados, esse novo estilo passa a existir pela primeira vez, n’*O Bandurra* (1828), *A Folhinha de Algibeira*, vendida na loja de Joaquim Ramos Vilar, localizada na Praia Grande, e na Botica de Daniel Joaquim Ribeiro, situada no Largo do Carmo. A partir de 1844, parece que o gosto dos maranhenses por este novo estilo de escrita se intensifica pela quantidade de anúncios publicados n’*A Revista* (1844), sendo as mais populares as *Folhinhas de Laemmert*²⁴⁹, impressas no Rio de Janeiro e que eram vendidas em lugares distintos como a Tipografia da Temperança, na Livraria de Frutuoso, na loja Manoel Tavares da Silva, dentre outros espaços, dirigidas a um público heterogêneo e reformulando-se com estas produções o comércio do impresso.

Vende-se na Livraria Frutuoso junto à relação às afamadas e variadas Folhinhas Laemmert, para o ano de 1849, ornadas de finíssimos retratos da Família Imperial.

Folhinha do Nigromante [pessoas que invocam os mortos – mágicos, bruxos, feiticeiros], contendo uma linda coleção de sortes para o entretenimento;
Folhinha de Medicina Doméstica;
Folhinha Teatral, contendo o Falso Religioso, drama, e o Dr. Sovina, estremes;
Folhinha de Pilherias, contendo uma reunião de pilherias ratices e anedotas capazes de fazerem soltar barrigadas de riso aos mais sérios;
Folhinha de Prendas, contendo o passatempo alegre e familiar e os mais lindos jogos de prensas para divertimento das companhias;
Folhinha Joco-Seria dos Poetas, contendo as espantosas ações de Antão Broega, famoso narigudo, e muitas outras lindas promoções de Musa;

²⁴⁸Id. (1834, n. 17, p. 4).

²⁴⁹A imprensa Laemmert fundada, em 1839, fez-se conhecida pela divulgação da folhinha de sua criação e pelo tradicional Almanaque desde 1844, distribuído até 1930. Os irmãos Eduardo e Henrique Laemmert eram alemães e se estabeleceram como livreiros e editores, mandando imprimir na Alemanha os livros que lançavam. Ao contrário de outros editores estabelecidos no Brasil, como Garnier (o grande editor da segunda metade do século XIX), que mandavam imprimir livros na França ou em Portugal.

Folhinha Biográfica de Napoleão, contendo um brilhante resumo popular da historia do Grande Napoleão, ornada com lindas vinhetas;
 Folhinha de Cupido, contendo a nova e genuína linguagem e dicionário das flores, frutos, ervas, raízes & Cia., em versos;
 Folhinha Nacional Brasileira, com um Índice da História do Brasil;
 Folhinha Lusitana, contendo um bosquejo fiel da História de Portugal;
 Folhinha Histórica, com a vida e retrato do imperador D. Pedro 1º;
 Folhinha das Damas, adornada com cinco novelas galantíssimas;
 Folhinha dos Artistas, com segredos concernentes as artes, ofícios & Cia;
 Folhinha do Sábio, com Máximas do Exm. Sr. Marquês de Maricá;
 Folhinha da História Natural, com noções dos três reinos e 20 estampas;
 Folhinha de Saúde com tratado sobre o Organismo, seguido de artigos sobre as quedas feridas, esfoladuras, arranhaduras e contusões. Folhinha das Flores, com dicionário da significação das flores, & Cia;
 Folhinha da Justiça com as reformas do Código e Regulamento Folhinha Constitucional, com a Constituição e a Lei de suas reformas²⁵⁰.

Enquanto as folhinhas poderiam ter sido destinadas às camadas populares, a publicação de outras obras mais sofisticadas (segundo sua produção, tipologia e estilo) atenderia uma clientela específica que se interessava pelo livro, não pela sua natureza cultural, e sim, como produto capital. A aquisição de livros raros ou as primeiras edições de uma coleção, fazendo parte das bibliotecas particulares, representavam mecanismos impostos de distinção em que seus proprietários seriam identificados e respeitados como indivíduos de dinheiro e considerados pela alta sociedade como homens e mulheres de grande cultura, embora o contato com as obras e sua leitura, raramente acontecesse.

Esses livros com ricas encadernações e impressões, com variadas estampas e gravuras, representando a primeira edição de uma coleção, ou sua raridade por estar extinta, constituíam-se em emblemas de poder e de apresentação, trazendo para o seu proprietário, o reconhecimento social por seu aparente nível cultural. A exposição de obras raras e caras, a exibição de autores em voga e a variedade de assuntos entre diferentes esferas do saber, faziam de seu dono, um indivíduo respeitado como homem de letras, um apreciador de privilegiadas leituras, um crítico dos gêneros do escrito e um sujeito de uma posição econômica, social e instrucional relevante. Ao localizar entre anúncios e avisos uma série de títulos pensados, produzidos, e vendidos para essa clientela específica, poderia citar que “acaba de chegar na Livraria Frutuoso obras com rico acabamento para as pessoas de bom gosto e muito úteis para as bibliotecas dos senhores desta terra”²⁵¹, tendo nessa listagem de venda as *Instruções de Numismática para uso da mocidade estudiosa e dos curiosos em gabinetes de medalhas antigos* e, os *Mistérios da igreja ou o segredo de Roma no século XIX* (obras em dois volumes) encadernadas em fino couro, ilustrado de estampas e

²⁵⁰ A Revista (1844, n. 460, p. 9).

²⁵¹ O Investigador Maranhense (1837, n. 96, p. 4).

gravuras, como também obras impressas em vários volumes como a *Oeuvre* de Deprat com 22 (vols) e com 34 (vols), a *Bibliothèque Britanique*. Embora os enciclopedistas e as grandes bibliotecas divididas em vários volumes, independentemente de sua edição e distinção, estimulassem “[...] os leitores a buscarem os significados nas entrelinhas e a prestar atenção nas mensagens de duplo sentido” (DARNTON, 1996, 19), em muita biblioteca particular, o livro perdia sua função real como artefato de apoio à instrução, e passava a se constituir nesses espaços privativos, um potencial objeto de luxo em exibição, isto é, nas primeiras edições dos livros e coleções especialmente encadernadas, e, por conseguinte, onerosas e raras, que passavam a decorar os espaços de leituras dos *falsos ilustrados*, exprimia-se o simbólico dos artefatos, como meio de satisfação social, mantendo-se inerte a representatividade de seus empregos, no que se refere ao enriquecimento cultural. Mas, se os suportes culturais dependendo de sua edição, fabrico, distinção, venda e consumo já tinham destinatários definidos, estratégias norteadoras de venda e formas de estarem em circulação, então como se concebia a produção, circulação e o consumo dos livros escolares, que nem tão sequer eram considerados suportes para serem cuidados e conservados? Como se deu este acesso aos livros escolares e em que medida estes artefatos chegaram ao seu destinatário maior, no espaço do ensino público? A seguir analiso o livro escolar no seu processo de produção, identificando suas formas de acesso, seus progenitores (autores/editores), como também seus destinatários, seus remetentes e o papel destes agentes nos limites da Instrução Pública.

2.8 Os livros escolares: produção e acesso

Quando me refiro ao valor de compra dos livros, especificamente aos escolares, verifiquei que cada volume era vendido em separado com preços diferenciados, o que poderia trazer mais lucro para a casa comercial. A título de realce, *A Vida de Jesus Cristo* custava cada exemplar, 400\$000rs (quatrocentos réis), ou seja, para o colecionador obter os 4 exemplares, deveria desembolsar 1600\$000rs (mil e seiscentos réis), o que correspondia a três vezes o salário mensal de um professor público primário da capital. Se esta era uma prática corriqueira do comércio dos livros escolares, como o professor obteria esse produto para seu trabalho em sala de aula? Os alunos que demonstrassem ser pobres nas escolas públicas receberiam (em tese) o material escolar cedido pelo governo, mas os alunos não classificados como pobres, como era o acesso a esse material? De que forma os pais dos alunos não pobres das escolas públicas conseguiam obter esses livros escolares indicados,

aprovados e adotados pela instrução pública? Nos interiores da Província existiam lugares específicos para a venda e distribuição desses materiais? Por outro lado, de que maneira o professor de escola pública poderia conciliar o ensino entre alunos de diferentes idades, de diferentes clivagens sociais, e com materiais diferentes para trabalhar em sala de aula mediados por diversas prescrições de uso?

Uns com os livros cedidos pelo governo, outros com aqueles livros que os pais conseguiram comprar, e muitos sem material didático para estudar, segundo as cartas de professores dirigidas aos diretores da instrução pública. Estes questionamentos surgem quando me pergunto como o professor obtinha o material didático para uso dos seus alunos nos pontos de venda de livros, aspectos que só podem ser analisados a partir da reforma da Instrução Pública, em 1827, período em que esses artefatos da cultura material escolar, intensificam-se no Maranhão, seja pela importação de livros em língua original ou traduzidos, seja pela venda de livros nacionais ou locais, como mostram os jornais que servem como lugar de encontro entre leitores, autores, editores e tipógrafos, seja como instrumento de divulgação de outros suportes, neste caso os livros escolares.

Nos relatórios dos Presidentes de Província e na Legislação sobre a Instrução Pública, observo que os debates e as reivindicações sobre a necessidade desse material são mais intensos quando da criação da Inspeção da Instrução Pública, pela Lei n.º 115, de 1.º de setembro de 1841. Essa instituição tinha por finalidade: a) fiscalizar as escolas públicas e particulares (as permitidas pelo governo); b) regular e dirigir o sistema e o método de ensino, *escolhendo e organizando os compêndios e os modelos para as escolas, para que a instrução fosse uniforme em toda a Província*; c) vigiar o comportamento dos professores públicos e particulares (REGULAMENTO, 1844). O debate sobre a aprovação, a adoção e distribuição dos manuais didáticos, no Maranhão, faz-se sempre em paralelo à adoção dos métodos de ensino referentes às ideias defendidas pelos autores e aos dispositivos instituídos nas reformas da Instrução Pública (primária e secundária), ocorridas em 1844, 1854, 1874 e em 1877, as quais delegavam à Inspeção a incumbência de revisá-los, substituí-los, corrigi-los e adotá-los, a partir do momento em que atendessem aos conteúdos inseridos nos programas das escolas. Neste processo de aceitabilidade e consumo do livro escolar, evidencia-se não só o processo de avaliação instituído por dispositivos reguladores e por diferentes agentes julgadores em lugares estratégicos, que autorizam o lugar deste artefato como suporte essencial para o ensino público, como também permite-me compreender sua influência, natureza e função no nível das concretizações, das normatizações e das tematizações, para usar os termos defendidos por Mortatti (2000).

Dentre dos conteúdos exigidos para o ensino das escolas primárias, a modo de esclarecimento, segundo os dispositivos de controle e regulação, poderia citar:

A instrução moral e religiosa;
A leitura e a escrita;
As noções essenciais da gramática;
O sistema de pesos e medidas da província;
Pode também compreender:
O desenvolvimento da Aritmética em suas operações práticas;
A leitura explicada dos evangelhos e notícia da história sagrada;
Os elementos da história e da geografia principalmente do Brasil;
A gramática da língua nacional (REGULAMENTO da Instrução, 1854 apud CASTRO, 2009a, p. 389).

Para atender a esse novo mercado em ascensão, primeiro por obras em língua original ou traduzidas e, mas tarde, por obras escritas, impressas e divulgadas por autores nacionais e maranhenses, as lojas, as boticas e as livrarias anunciavam com muita frequência esse tipo de material, que estaria disponível aos professores e aos pais dos alunos, promovendo como estratégia de venda e de consumo desses suportes outras atividades recreativas e culturais, por exemplo, a exposição de oleografias promovida por Antonio Fasciolo, o qual “[...] descobriu um modo de ter a sua livraria cheia de compradores e curiosos [enfeitando] a frente do balcão, janelas e portas com oleografias de todos os feitios e gostos, e assim pôs em revolução pacífica os desejos de possuírem boas estampas”²⁵² e de comprarem bons livros. A exposição de pinturas realizada na livraria de Luis Magalhães & Neves também expôs “[...] um quadro ao óleo, trabalho do Sr. Aluísio Azevedo, cujas habilidades e aptidões [eram] conhecidas”²⁵³, e os quadros de Amâncio José da Paixão Cearense “[...] representando os *Três Horácios* e o *Senhor da Cana Verde* na loja de livros do Sr Monteiro no Largo do Carmo, e na botica dos Srs. Marques & Filho”²⁵⁴.

Estas estratégias de venda por particulares não eximiam as propostas dos comerciantes do livro escolar feitas ao governo da província. Recomendações e concessões que quase sempre se voltavam para despertar o interesse do Estado, por ser o seu principal comprador, consumidor e distribuidor, já que tinha como obrigação suprir as escolas de ‘alunos pobres’ por ele mantidas e/ou subvencionadas de material escolar (entre eles os livros didáticos), como também remeter aos proprietários dos estabelecimentos de ensino particulares os livros aprovados, indicados e adotados pela Instrução Pública (BITTENCOURT, 2008). Na primeira seção nº. 83 realizada no Palácio da Presidência da Província do Maranhão, 29 de outubro de 1856, o Presidente Antonio Cândido da Cruz

²⁵² *Diário do Maranhão* (1891, p. 3). Ver Mello (2004).

²⁵³ *Diário do Maranhão* (1880, p. 1). Ver Mello (2004).

²⁵⁴ *Publicador Maranhense* (1861, p. 2). Ver Mello (2004).

Machado autorizava ao Inspetor da Instrução Pública, Casemiro Sarmento, a mandar prontificar os utensílios que eram precisos para a aula pública de primeiras letras da Freguesia de São Vicente Férrer (a cargo do professor Mariano Jose Pereira Pinto), devendo ser apresentada a conta depois de ser efetuada ao Secretário da Instrução Pública, João Batista d'Almeida Couceiro²⁵⁵.

Relatório dos utensílios precisos para a Aula Pública de primeiras letras da Freguesia de São Vicente Férrer e seus respectivos preços:

1 banquinha de madeira fina com gaveta	14,000
1 Estrado de seis palmos de comprido e 5 de largo	5,000
6 bancos de madeira ordinária 14 palmos de comprimento e ½ de largura a 4,000	24,000
6 banco de igual comprimento com 2 de largo sem gaveta a 6,00	36,000
3 pote para água a 6,00	18,000
3 canecas de folha á ,100	,300
1 cantareira para 3 potes	5,000
3 quartinhas para água a 200	,600
1 campainha	,640
1 cadeira de braços de madeira fina para o professor e com assento de palhinha	8,000
3 ditas de palhinha para vistas 1,000	3,000
12 jogos de tinteiro 500	6,000
15 lousas, 500	7,500
100 penas para as mesmas	,800
1 lousa de madeira pintada de preto	5,000
1 libra de esponjas	1,000
20 Exemplares de escrita a 100 réis cada um	2,000
12 Catecismos a 1:000	12,000
20 Cartas a 120 réis cada uma	2,400
20 Carta de ABC a 1:000	20,000
	<u>171,24</u>

Nesse percurso, foi se estabelecendo uma rede nacional e local de produção de livros didáticos, fazendo que surgissem editoras que monopolizaram a impressão e distribuição desse suporte, como a B. L. Garnier, a E. & H. Laemmert e a Nicolau Alves & Cia., “responsáveis por 44,2% da produção, [representando] uma tendência monopolista [...] à medida que se expandia a rede escolar e, conseqüentemente, o público consumidor” (BITTENCOURT, 2008, p. 66), ou seja, multiplicaram-se os lançamentos de títulos, “[...] expandiu-se o interesse pela temática e, inegavelmente, criou-se uma sofisticada aparelhagem mercadológica [...]” (SILVEIRA, 2002, p. 17), nos finais do século XIX e início do XX.

No caso da Província do Maranhão, os livros didáticos que circulavam vinham ao encontro da divisão de Bittencourt (2008, p. 43) para esse tipo de material: os livros das

²⁵⁵ Livro de registro da correspondência do Presidente da Província Antonio Cândido da Cruz Machado para Casemiro Sarmento, Inspetor da Instrução Pública (Livro 1.014, 1856).

disciplinas que procuravam atender os diversos níveis de aprendizagem das crianças, incluindo o catecismo para a educação moral e religiosa, e os livros de leitura que objetivavam instrumentalizar os alunos nos fundamentos do ato de ler, quer para o entretenimento, quer para a aquisição do conhecimento. A edição dessas obras, para atender o crescente mercado educacional, propiciou uma série de investimentos de autores brasileiros e maranhenses em escrever obras destinadas à instrução das primeiras letras e ao ensino secundário.

Oliveira (2003, p. 225-226), na obra *O Ensino Público*, defendia a ideia de que:

Todo professor [seria] obrigado a escrever uma obra sobre qualquer das matérias do ensino. Essa obra [deveria] ser oferecida ao conselho central da instrução no ato de pedir o professor a declaração de vitaliciedade, a fim de por ela se julgar das suas habilitações. Se a obra [fosse] declarada má, ou no fim dos cinco anos o professor tiver contra si qualquer fato que ponha em dúvida a sua moralidade, a declaração da vitaliciedade [poderia] ser retardada, no primeiro caso até a apresentação de nova obra, no segundo até que [findasse] o termo da espera proposta pelo conselho e aprovada pelo governo.

Até aqui, observo as formas de produção do livro, independentemente da classificação feita pelos escritores, literatos ou políticos, ou pelos próprios professores que viam no seu cotidiano pedagógico as necessidades não só de utilizar os clássicos no ensino da leitura e da escrita, como também a precisão de utilizarem no seu fazer, livros especializados nas matérias ministradas, isto é, a produção, a distribuição e o consumo de livros escolares pensados e elaborados especificamente para fins educativos. Nas observações feitas nos registros documentais, identifiquei não só os livros anunciados com essa finalidade, como também, livros que não aparecem com essa classificação no jornal, mas nem por isso deixam de ter esta funcionalidade particular, como se pode constatar no seguinte quadro.

**QUADRO 2: LIVROS ESCOLARES QUE CIRCULARAM NO MARANHÃO IMPÉRIO
DIVULGADOS PELOS JORNAIS (1821-1889)**

Titulo	Autor	Local de Venda	Jornais
Doutrina crista	Montpellier		O Conciliador
			A Estrela do Norte
Aritmética	Bezout		O Conciliador
Gramática Portuguesa	Sotero dos Reis	Tipografia Nacional	Argos da Lei
	Antonio Alves Pereira Coruja	Livraria de Feliciano Marques & Cia.	
Catecismo Político	Felipe Alberto Patroné Martins Maciel	Casa de Plancher (Rio de Janeiro)	Argos da Lei
Álgebra	Besout	Casa de Felisberto José Correia	
Geografia	Bezout	Casa de Augusto Barellá	
Gramática	Hamoniere e Lemon	Tipografia de Abrantes e Lisboa	
Manual dos Estudantes de Latim	Antonio Alves Pereira Coruja	Livraria de Feliciano Marques & Cia.	

Manual enciclopédico para uso das escolas de instrução primária	Monteverde	Antonio Pereira Ramos de Almeida & Cia.	Publicador Maranhense
Método facilíssimo para aprender a ler	Manoel Joaquim dos Santos (tradutor)	Antonio Pereira Ramos de Almeida & Cia.	Publicador Maranhense
Novo Metodo da Gramatica Latina, reduzido a compendio	Padre Antonio Pereira	Tipografia de Abrantes e Lisboa	
Ortografia da Língua Nacional	Antonio Alves Pereira Coruja	Livraria de Feliciano Marques & Cia.	
Rossini: princípios gerais de musica	Iseo	Antonio Pereira Ramos de Almeida & Cia.	Publicador Maranhense
Gramáticas Francesas	Hamoniere	Casa de Antonio da Cunha Gonçalves Affonso	O Farol Maranhense
Novo Método de Gramática Latina		Casa de Antonio da Cunha Gonçalves Affonso	O Censor
Cartas de Primeiras Letras		Casa de Antonio da Cunha Gonçalves Affonso	O Farol Maranhense
Guia de Conversação Francesa		Casa de Felisberto José Correia & Cia.	O Farol Maranhense
Álgebra	Besout	Casa de Felisberto José Correia & Cia	O Farol Maranhense
Dicionário Latino		Casa de Felisberto José Correia & Cia	O Censor
Dicionário de Francês		Casa de Felisberto José Correia & Cia	O Censor
O Compêndio de Geografia Histórica	Cazado Giraldes		O Censor
Mapa Geohidrográfico Histórico e Mercantil		Botica de Manoel Duarte Godinho	O Censor
Dicionários Latinos		D'Moares e outros autores	O Censor
História Universal	Milot		Bem-ti-vi
Nova Tabuada de multiplicação adaptada para a percepção dos meninos que freqüentam as escolas brasileiras		Tipografia de F. S. N. Cascaes	Bem-ti-vi
Cartas de ABC			Bem-ti-vi
Novo Método de Partidas Dobradas		Francisco de São Luis	Jornal Maranhense
Ortografia Nacional	Antonio Alves Pereira Coruja	Tipografia Temperança	Jornal Maranhense
Dicionário de Francês – Português		Manoel Antonio dos Santos	Jornal Maranhense
A História da Religião		Armazém de José Moreira da Silva	A Revista
Compêndio de Ortografia da Língua Nacional	Antonio Alves Pereira Coruja		A Revista
Compendio da Gramática Latina	Antonio Alves Pereira Coruja		A Revista
Manual dos Estudantes de Latim	Antonio Alves Pereira Coruja		A Revista
Princípios Gerais de Mecânica	A. de Sanches Goulão		O Globo
Complementos de Geometria Descritiva	Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto		O Globo
Bosquejo Histórico da Literatura Clássica, Grega, Latina e Portuguesa	Antonio Cardoso Borges de Figueiredo		O Globo
Princípios de Música		Antonio José Soares Duarte	Publicador Maranhense
Rossini: princípios gerais de música. 3. Ed muito correta e mais aumentada	Manoel Joaquim dos Santos (tradutor)	Livraria de Monteiro e Irmão	Publicador Maranhense
Marquesa da Bela Flor ou o menino enfeitado	Izeo	Livraria de Monteiro e Irmão	Publicador Maranhense
Manual Enciclopédico para uso das escolas de instrução primaria	Monteverde	Livraria de Monteiro e Irmão	Publicador Maranhense
Tratado de metificação portuguesa para em pouco tempo e ate sem mestre se aprenderem a fazer ver versos de todas as medidas e composições	A. F. de Castilho	Livraria de Monteiro e Irmão	Publicador Maranhense
Astronomia	M.N. do Couto	Livraria de Monteiro e Irmão	Publicador Maranhense
Dicionário de Botânica	Benevides	Livraria de Monteiro e Irmão	Publicador Maranhense
Compêndio de Geografia	C. Geraldles	Livraria de Monteiro e Irmão	Publicador Maranhense
Gramática Espanhola	Faria de Souza	Livraria de Monteiro e Irmão	Publicador Maranhense
Geografia	Estrebão		Publicador Maranhense
Princípios de Desenho			Publicador Maranhense
Dicionário Francês	Fonseca e Roquete	Livraria Universal	Publicador Maranhense

Dicionário Português		Livraria Universal	Publicador Maranhense
Seleta Francesa		Livraria Universal	Publicador Maranhense
Gramática	Noel e Chapsal	Livraria Universal	Publicador Maranhense
Novo Dicionário Português		Livraria Universal	Publicador Maranhense
Vida de D. João de Castro		Livraria Universal	Publicador Maranhense
Fabulas de Lafontaine		Livraria Universal	Publicador Maranhense
Manual de horas marianas para meninas		Livraria Universal	Publicador Maranhense
Atlas de Delamarck	Delamarck	Livraria Universal	Publicador Maranhense
Método de Canuli para violão		Livraria Universal	Publicador Maranhense
Método de Canuli para rebeca, piano e flauta		Livraria Universal	Publicador Maranhense
Alfabeto Português	Buillet	Magalhães & Cia.	Publicador Maranhense
Fatos da Igreja	Rabelos da Silva	Magalhães & Cia.	Publicador Maranhense
Curso completo constando de Aritmética, álgebra e Geometria	Otono	Magalhães & Cia.	Publicador Maranhense
Retórica	Carvalho	Livraria Universal	Publicador Maranhense
Método facilimo para aprender a ler	Manoel de Macedo	Magalhães & Cia.	Publicador Maranhense
Lições de História do Brasil (obra adotada pelo Conselho Superior de Instrução Pública)			
Gramática Adotada como compendio das aulas públicas	Sotero dos Reis e Américo Vespúcio dos Reis	Magalhães & Cia.	Publicador Maranhense
1º, 2º e 3º Livro de leitura	Abílio Cesar Borges	Magalhães & Cia. Livraria Universal	Publicador Maranhense
Os jesuítas perante a História	Ovídio da Gama Lobo	Escritório de José Rodrigues de Mello	O Século

Fonte: Quadro compilado a partir dos jornais pesquisados.

Posso verificar, por este quadro, que havia um número significativo de manuais escolares circulando em São Luís, com predomínio de autores em língua francesa traduzidos para o português, no Rio de Janeiro ou em Portugal. Tal fato reafirma a influência e a supremacia francesa na produção de livros e de outros materiais escolares para atender ao mercado brasileiro, por três motivos essenciais: a aproximação do catolicismo à mentalidade francesa considerada universalista, pela concepção moderna da educação, e pelo desenvolvimento da política industrial mesclada à economia agrária (VIDAL, 2005; BITENCOURT, 2008). Por sua vez, predominavam as obras destinadas às disciplinas ofertadas nas escolas públicas e particulares, mas observo que há maior incidência de livros voltados para as cadeiras ministradas no Liceu Maranhense. Tal fato se justifica por ser esta instituição (por sua própria finalidade), responsável pela formação de um corpo de alunos direcionados para o ensino superior e, por conseguinte, para as funções administrativas do Estado, e que fizeram da imprensa o seu palco de exposição de ideias.

Por outro lado, embora os textos escolares fossem os mais impressos, ainda que sua divulgação e circulação aumentara se comparados aos textos eruditos no decorrer do Oitocentos, e se as grandes tiragens de seus exemplares ofuscavam a produção de livros de caráter geral; no entanto, sua ambiguidade imposta entre a dependência dos programas oficiais e a defasagem em relação ao saber proposto, entre a obrigatoriedade de adaptação e a ampliação de conteúdos, como também seu inevitável desaparecimento pela não

adequação das novas exigências, obrigou a seus fabricantes a criarem fórmulas de produção e de vendas para penetrarem no mercado do livro, e se manterem nos espaços de consumo capital e cultural, constituindo-se o livro escolar, no final do Oitocentos, a “[...] carne da produção livresca [...] estratégias mercadológicas que podem explicar “[...] em parte, porque autores eruditos, em número significativo, utilizaram a literatura escolar para divulgar os [seus] trabalhos [...]” (BITTENCOURT, 2008, p. 83).

Constatei que havia pontos variados de venda dos livros didáticos, mas eram as livrarias os principais distribuidores, notadamente a Universal (CASTELLANOS, 2010a). Entretanto, não localizei a venda de folhinhas nesses locais, certamente por se constituírem em uma “leitura menor” (DARNTON, 1996; MORAES, 2008; CASTELLANOS, 2010b), ao contrário das obras religiosas que os cristãos maranhenses poderiam obter em quase todos os pontos de comercialização de impressos. Quanto às obras literárias, identifiquei a presença de romances escritos por portugueses, sendo de número maior, as obras traduzidas do francês, cujo o autor mais frequente era Alexandre Dumas.

Ao analisar os livros que circularam no Maranhão (APÊNDICE H), partindo dos indícios expostos pelos argumentos extraídos da imprensa periódica, ou pelos quadros e dados elaborados por meio das fontes analisadas (ofícios, cartas, regulamentos, relatórios), embora tenha consciência de que “[...] as visões de mundo e os conjuntos de atitudes não [possam] ser alinhados em séries e transpostos para gráficos” (DARNTON, 2010, p. 318), posso dizer, ainda assim, que a imprensa independentemente que tenha sofrido com as tensões entre a censura e a liberdade, com os confrontos políticos, ideológicos e religiosos, com os embates entre escritores, pedagogos, intelectuais e políticos partindo dos espaços de onde falavam, atuavam e reagiam; a distribuição e venda do livro, mediada pela produção, divulgação e circulação do jornal, foi crescendo pelas sofisticadas estratégias utilizadas pelos escritores, editores e tipógrafos visando seu fabrico, publicação e consumo. Desse modo, afirmo que a representatividade do livro e da leitura sempre esteve presente (de forma velada ou não) em todo o período imperial.

Esses trajetos e circuito do livro podem também ser compreendidos no trilhar dos espaços de sociabilidade. Entender a dinâmica estabelecida entre o livro e a leitura no interior das Sociedades maranhenses, no Gabinete Português de Leitura, na Biblioteca Pública Provincial, na Biblioteca Popular, na Biblioteca Militar, nas Conferências Pedagógicas e Populares, realizadas na Escola Normal da Sociedade Onze de Agosto, nas diferentes exposições ocorridas ao longo do Oitocentos, e mesmo no próprio cenário escolar da instrução pública maranhense, pode esclarecer os significados e sentidos que

tinham estas categorias de análise no Maranhão Império. Lugares e práticas que a própria imprensa, mediante artigos, os define, caracteriza e comenta; espaços de sociabilidade, que através dos relatórios dos Presidentes de Província, dos Inspectores da Instrução Pública, das cartas dos professores e dos Delegados Literários, e mesmo mediados pela literatura local que se refere, ainda que lacunar à instrução primária e secundária no século XIX, induz-me à representação que se tinha construído destes artefatos culturais, de sua variabilidade e de seus usos.

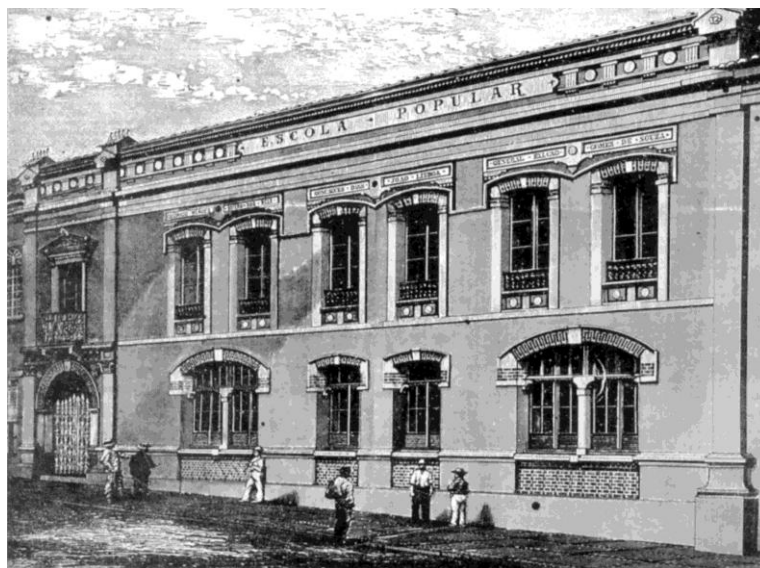


Figura 6 - Prédio da Sociedade Onze de Agosto

Os aspectos singulares referentes ao livro e à leitura também podem compreender-se quando identifico os livros no Gabinete de Leitura e na Biblioteca Pública, especificamente, a partir da localização das relações de livros registrados nos ofícios enviados aos Presidentes da Província pelos bibliotecários responsáveis dessas instituições. Essas listagens identificadas no Arquivo Público do Estado fazem referências aos livros existentes em boas condições de uso, às sugestões de compra, às obras encaminhadas para nova encadernação, aos livros vendidos a preços irrisórios pelo estado de conservação, como às obras destinadas à incineração por estarem irrecuperáveis. Dessas listagens de *catálogos de ocasião*, fiz uma análise entre os títulos que se anunciavam para compra e venda nos jornais, as obras em processo de aprovação, adoção, distribuição registradas nos ofícios e relatórios garimpados e direcionadas ao ensino público, e o quantitativo das obras nesses lugares de guarda, tratando de identificar, nesses mapeamentos dos livros em circulação durante o período imperial (otimizados pela circulação do jornal), as diferenças (se existem e de que maneira?) entre os livros autorizados e indicados nos espaços de

leitura e aqueles que circulavam e transitavam nos caminhos do impresso, favorecidos pela regularidade em que apareciam no circuito do jornal.

Saber se as obras indicadas pela instrução pública como artefatos de apoio didático ao ensino são suficientes em número e conservação nas bibliotecas. Saber se os livros relacionados pelos bibliotecários coincidem com os livros escolares autorizados pela Inspetoria da Instrução Pública, para tentar compreender se estes espaços de sociabilidade estavam em consonância com os interesses da instrução maranhense; mas estas estatísticas “[...] só pode servir como sintoma e, depois de esgotada a [possível] mensuração, o historiador tem de enfrentar a tarefa de diagnosticar algo inquantificável: as alterações nos sistemas de significado” (DARNTON, 2010, p. 318), isto é, procurar nas permanências ocultas, os desvios de resistências e sobrevivências, fazendo do impensável, o tecnicamente tratável nos modo de fazer o histórico (CERTEAU, 1982).

2.9 O livro escolar nos espaços de sociabilidade

Ao trazer o debate sobre os livros produzidos e consumidos no Maranhão Império, especificamente os livros escolares escritos, editados, divulgados e postos em circulação por escritores, editores, políticos e professores nacionais e locais, assim como ao referendar as temáticas que tratam sobre a leitura e as práticas leitoras, tive que recorrer a uma série de dispositivos materiais armazenados nos lugares de memória (Bibliotecas e Arquivo Público) e cruzá-los com informações expressas em outros suportes de diferente natureza e procedência; que embora não se constituam fontes primárias no que se refere à pesquisa documental, não deixam de fornecer algumas representações de outros não-lugares onde o livro e a leitura marcavam presença, e não cessam de apontar outras situações de leitura, embora não reconhecidas, nem legitimadas pela cultura não-popular (CASTELLANOS, 2010a).

A identificação de temáticas sobre o livro, a leitura e suas práticas nos anúncios, a apreciação dos discursos ou das críticas contidas nos jornais, a análise e a interpretação das avaliações registradas pelo Presidente da Província ou pelo Inspetor da Instrução Pública nos relatórios, e mesmo o entendimento sobre as concepções, queixas, denúncias ou insatisfações apregoadas pelos professores, delegados literários e bibliotecários expostos nas correspondências, e em obras que tratam o assunto de forma lacunar, auxiliaram-me a compreender a variedade dos suportes e seu consumo, e a entender a dinâmica estabelecida nos espaços de sociabilidade sobre o livro e a leitura, ajudaram-me a apreender as

estratégias de imposição do escrito autorizado e sua permissividade para ser lido, como também a flagrar as táticas de apropriação dos sujeitos envolvidos neste circuito de letras, livros e escritos, e nesta rede de impressos, tintas e tipos.

Esse cruzamento de argumentações, realidades, fatos e situações me direcionam para uma zona de convergência: um conjunto disperso de textos que, por uma parte, tratam, mesmo que de maneira residual, a temática do livro, do gabinete de leitura, dos círculos literários e das bibliotecas, dentre outras iniciativas criadas na perspectiva de formar uma sociedade leitora maranhense, embora na sua maioria baseada em práticas elitistas implícitas na produção e divulgação dos jornais; e pela outra, discursos, reflexões, críticas e ponderações sobre o convívio com os livros, sobre os lugares de leitura e a formação leitora, que trazem no seu cerne o direcionamento e a influência das políticas educacionais sustentada em reformas pontuais no Período Imperial, que não diferem muito do resto do país (FERNANDES, 2003).

A instantaneidade cinematográfica²⁵⁶ dos governos no Maranhão do I e II Reinado, e a não continuidade ou má administração no curral governamental (MEIRELES, 2001) sustentada pelas lutas do dualismo partidário, entre conservadores e liberais, trouxeram consigo o não cumprimento de reformas ao longo prazo, seja no cenário social, seja no educacional. *Presidentes de expedientes*, que não podiam (pela dinamicidade na constante mudança administrativa das suas funções) planejar reformas que visassem o melhoramento do bem público e, muito menos executá-las; se considero que, pela vaidade pessoal de alguns governantes, em vez de complementarem-se algumas grandes obras já começadas, preferiam descartá-las, apagando assim a imagem pública de seus antecessores (ANDRADE, 1984). Embates políticos e ideológicos travados por estes indivíduos, e lutas arraigadas por espaços estratégicos, que se justificaram “[...] apenas pelas posições de mando. E assim seria, via da regra, no futuro” (MEIRELES, 2001, p. 284)

No Maranhão colonial, a Companhia Geral do Comércio de Grão do Pará e Maranhão, em 1775, alterou profundamente a vida de penúria econômica do Estado, que era “[...] dentre as unidades coloniais lusitanas, uma das de vida mais precária e difícil” (MEIRELES, 1994, p. 56). O incentivo à lavoura, ao comércio e à indústria trouxe um período de franco progresso às minorias endinheiradas, em que o enriquecimento material e o aprimoramento intelectual da sociedade economicamente favorecida culminavam no Império; surgindo assim, a elite latifundiária e a nobreza rural, concedendo à então

²⁵⁶ Conceito trabalhado por Fran Paxeco na sua obra *Geografia do Maranhão* em 1923.

província uma posição de primeiro plano no cenário intelectual. Período em que as associações culturais, saraus familiares, leitura de bons jornais redigidos por penas esmeradas, sessões de teatro, apresentadas pelas companhias importadas de Europa, e a aquisição de livros originais ou traduções de editoras locais, constituíam, segundo Meirelles (1994), o cotidiano das sinhás–donas e sinhás–moças da época, contribuindo para que, na segunda metade do século XIX, São Luís se transformasse num ambiente de requinte e de cultura (CASTRO; CASTELLANOS, 2009b).

No plano econômico dividido em dois ciclos²⁵⁷, os maranhenses da classe econômica e socialmente favorecida entram no século XIX num período áureo de sua história, tendo condições de enfrentar mesmo a crise política de adesão à Independência, constituindo-se umas das províncias mais prósperas do Império (HALLEWELL, 2005). O enriquecimento particular dos senhores do último quartel do século XVIII, pela abertura dos portos e do comércio, e o desafogo econômico no mercado mundial, exportando quinhentas mil toneladas de algodão por ano em 1810 e, em 1826, contribuindo com 8% para o orçamento do Império, faz da província o quarto porto do país mais importante depois de Rio, Salvador e Recife (MEIRELES, 2001; FERNANDES, 2003).

No auge deste contexto, o exemplo local da aristocracia colonial inglesa e o incitamento dos produtos franceses, constituíram fatores determinantes no súbito requintamento da *imagética sociedade são-luisense* baseada na escravatura, constituindo-se esta sociedade, em uma não-unidade social; na qual, a nobreza oligárquica, ao mandar seus filhos a se instruírem na Europa, cria um campo propício para o surgimento de um núcleo intelectual, lugar onde se expandiam as práticas leitoras elitistas e aumentava o consumo dos suportes culturais representado pela diversidade do escrito.

Somente com a expansão do comércio e das casas tipográficas, os livros são editados e vendidos na província. Obras variadas sobre múltiplos assuntos, que terminam rivalizando aos poucos com outros produtos distribuídos no comércio local. Nesta mesma época, em 1822, depois de serem publicados jornais e pequenas obras, é editado, pela Typographia Rollandiana, o *Espelho Crítico e Político da Província de Maranhão* de Garcia de Abranches, no qual se explicava como havia sido povoado o Brasil, a sua história de amarguras, os sacrifícios e os progressos naturais da província, assim como, os costumes dos seus habitantes e alguns fatos mais notáveis dos generais, magistrados e clero (LOPES, 1959). Por outro lado, o constante esforço dos tipógrafos, pela conquista de inovações que

²⁵⁷ Hegemonia algodoeira como monocultura exclusiva que vinha do século XVII e se estende até 1846, e o ciclo do açúcar que data até 1889 (MEIRELES, 1994).

garantissem uma maior qualidade²⁵⁸ e a necessidade de contratar mão-de-obra barata, incluindo crianças livres e escravos, onde a energia motriz ainda era o suor humano, trouxe consigo o ensinamento do ler, do escrever e do contar desses ajudantes, por parte dos próprios donos, objetivando um trabalho de impressão em que a falha era imperdoável. Frias (2001), falando de seus ajudantes na oficina, comentava que “[...] se não [tinha] conseguido tirar deles oficiais de mérito, [tinha] porém a satisfação de que nenhum [deixara] de ser trabalhador e aplicado – mesmo com 6 anos de idade” (FRIAS, 2001, p. 51).

Segundo Abranches (1941), a Renascença Maranhense foi marcada, em 1844, pela criação do Colégio Perdigão, destinado ao preparo mental do sexo masculino, bem como o Colégio do Pires. O Maranhão, em pouco tempo se tornara “[...] de fato e de direito, a ‘Atenas Brasileira’ [e] grandes vultos surgiram de súbito nas letras, nas ciências, nas artes e na política” (ABRANCHES, 1941, p. 119). Por outro lado, a presença de Gonçalves Dias, considerado o maior gênio da poesia nacional, por sua condição de “purista da língua” e de definidor das primeiras características do romantismo na poética indigenista, e como representante e prógono do panteão maranhense, ateia o fogo sagrado nas almas juvenis ao fundar o Grêmio, em 1846 (MEIRELES, 2001).

Essa associação literária, criada em contraposição aos associados do Liceu e as suas idéias conservadoras, constituiu-se em um lugar onde se denunciava e discutiam tanto os problemas políticos, econômicos, artísticos e científicos, como também as dificuldades educacionais, o papel da instrução e as injustiças sociais. Espaço intelectual que, ao se consagrar como meio intelectual, pelo convívio com os livros, com a leitura, e com a circularidade de ideias, e ao se legitimar através dos discursos e do artesanato da linguagem, foi-se estruturando como produto mental maranhense, em que as operações tácitas de indivíduos historicamente situados e culturalmente posicionados, contribuíram para o alcance de suas ações, para a legitimidade de suas práticas e o reconhecimento e influência das suas transgressões. Composição de elementos, que na opinião de Martins (2006), ajudou a criar o “[...] Mito de Atenas Brasileira como referência do imaginário social [tendo] como [parâmetro] os discursos dos intelectuais locais desde meados do século XIX” (MARTINS, 2006, p. 24).

Neste período, a produção, a circulação e a distribuição do impresso, especificamente dos jornais, foram tomando um lugar significativo e proporções nunca

²⁵⁸ Ver Frias (2001).

antes vista na sociedade maranhense. Ambiente cultural caracterizado pelo considerável dinamismo refletido no florescimento de várias sociedades recreativas e literárias, na recorrência de palestras e conferências sobre literatura, política e ciência, e pela publicação de obras nativas e de outras províncias. Práticas de leitura e apropriações do escrito-lido, desenvolvidas por mediação dos diferentes suportes culturais, que tinham como objetivo principal, expressar as inquietudes, sejam econômicas e políticas, sejam sociais e culturais, a partir das vicissitudes alimentadas por grupos e frações de interesses antagônicos e discordantes. Mas, como chegavam os livros aos espaços de sociabilidade como bibliotecas e associações? Até que ponto estes lugares de leitura influenciaram a circulação do livro e a formação leitora dos maranhenses? Como era seu funcionamento e em que medida os indivíduos tinham acesso? Estes ambientes de leitura incidiram na formação do leitor no Maranhão Império? No próximo item trato de responder a estes questionamentos, embora o pouco referencial teórico que aborde esses lugares maranhenses de guarda e de leitura, e por ser a documentação oficial esparsa e de difícil localização sobre essas instituições, estes aspectos se constituem impeditivos concretos de uma análise mais verticalizada no que se refere ao acesso, à circulação e ao consumo dos livros escolares.

2.10 Os livros e o Gabinete Português de Leitura

Com respeito ao Gabinete Português de Leitura, fundado em 9 outubro de 1853, embora existam poucas informações, no Arquivo Público do Estado (o seu estatuto e o regulamento) e, na Biblioteca Pública Benedito Leite (o seu catálogo)²⁵⁹, tenho ciência, que tinha como fim disseminar o gosto pela leitura, propiciando ao público bons livros de sua variada biblioteca, além de patrióticas sessões cívicas e conferências ilustrativas. Nos *Estatutos Provisórios* desta sociedade (no Art. II, do Título I) ficam explícitos os fins propostos para fomentar a instrução e os meios a serem utilizados neste espaço de sociabilidade, fazendo-se necessário para objetivar seu funcionamento e concretizar seus desígnios a compra de livros escolhidos que tratassem sobre a ciência, a literatura e as artes, subscrever os mais creditados periódicos nacionais e estrangeiros concernentes a estas áreas do saber, assim como instruir pelos meios possíveis, e compatíveis àqueles acionistas que o desejassem²⁶⁰.

²⁵⁹ Não tendo acesso a ele, por essa instituição continuar fechada para reforma desde 2009.

²⁶⁰ *Estatutos Provisórios do Gabinete Português de Leitura do Maranhão* (1853), editado pela tipografia de J. C. M. da Cunha Torres (Rua de Nazareth, nº. 20), em São Luís / Maranhão.

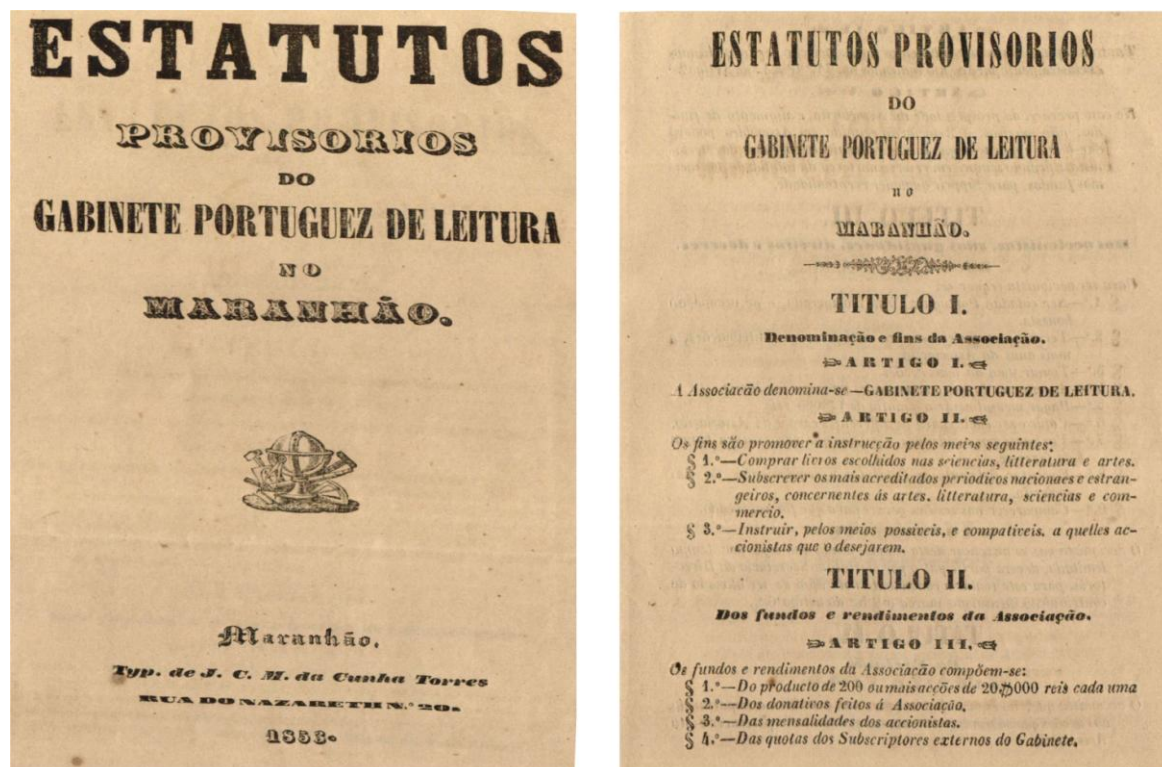


Figura 7: Estatutos Provisórios do Gabinete Português de Leitura.

No que diz respeito a seu acervo, em 1866, era formado por 4000 volumes²⁶¹, incrementando seu estoque em doze anos, ao ampliar o quantitativo de títulos para 4367, distribuídos em 8000 volumes, isto é, o gabinete achava-se “[...] muito augmentado e consideravelmente melhorado” na opinião de José Rodrigues de Araujo, o guarda-livros desta biblioteca²⁶². Esses dados, ao serem comparados com os relatórios expostos por Rego (1875) à Exposição Nacional²⁶³ e por Marques (1876) à Exposição de Filadélfia²⁶⁴, apresentam discrepâncias quanto ao inventário de obras. As notificações entre estes autores diferem, destoando também com as informações registradas pelo guarda-livros desta associação. Se, para Rego, o Gabinete Português de Leitura continha 5479 volumes, em 1875, para Marques no ano posterior, este espaço de leitura continha, 4000 obras referente a onze mil volumes.

Apesar do desencontro das informações contidas no inventário e nos relatórios apresentados às exposições citadas, sobre o cômputo de títulos e volumes desse espaço cultural, seja pela compra e doações de novas obras, seja pelos extravios ou deteriorizações, o importante é entender que este lugar de livros, de leitura e de leitores, só podia ter como

²⁶¹Ver Almanak administrativo, mercantil e industrial (1866).

²⁶²Almanak do Diário do Maranhão (1878, p. 115).

²⁶³Ver Breve Notícia sobre a Província do Maranhão (1875).

²⁶⁴Ver A Província do Maranhão: breve memória (1876).

sócios os “súbditos portugueses”, de acordo com o regulamento e os estatutos. Entretanto, qualquer pessoa que tivesse bom comportamento e boa aparência poderia se inscrever e usufruir da instituição, independente do sexo e da nacionalidade, como determinava o título XVIII, do artigo XXI dos seus estatutos:

- § 1 Que sejam pessoas bem morigeradas e de *ocupação honesta*.
- § 2 Que *tenham meios suficientes para responder* por qualquer extravio que dêem aos livros, ou objectos que levarem do Gabinete”
- § 3 *Que paguem adiantado o importe da subscrição* que será – por mez 1\$300 reis, por 6 meses 6\$000 reis, e por um anno 12\$000 reis”²⁶⁵.

Segundo o Art. 8.º do regulamento, “os sócios e subscriptores [poderiam] levar para ler em suas casas um volumem por cada vez, [não podendo] exigir outro antes de restituir o que tiverem cedido”²⁶⁶ pelo período de quatro a oito dias, sendo penalizado o leitor com multa de 2\$000rs. pela perda ou destruição, cobrada a parte, do valor das subscrições feitas por trimestres. Por outro lado, no Art. 5.º, era explicitamente proibido mexer nas estantes, “[...] devendo os livros ser pedidos ao Guarda, e a elle restituídos para os collocar na ordem estabelecida [...] devendo todos estar em necessário silêncio, afim de não [perturbarem] os leitores”²⁶⁷. Outra especificidade dessa biblioteca consistia na proibição de qualquer leitura no estabelecimento, que não fossem as obras permitidas, ficando estabelecido, no Art. 7.º, que “só [podiam] ser lidos no Gabinete os dicionários, atlas, livros de consulta, assim como os que no catálogo tiverem a nota (N. S.)”²⁶⁸, os periódicos e folhas avulsas [seriam] conservados sobre as mesas á disposição dos leitores por espaços de 15 dias, sendo depois emmasados”²⁶⁹. Estas regras impostas no regulamento parecem ter sido adotadas, pela regular entrada de público vinculado ou não à instituição, pelo espaço limitado da biblioteca, pelo simples controle da leitura das obras, ou mesmo como estratégia de manter a dinâmica de empréstimo/devolução visando a circularidade dos livros, a captação de novos leitores, e portanto, a entrada de novos subscritores; ainda que Marques (1976) já nos tenha informado, em seu relatório, que esse lugar de leitura fosse “[...] frequentado regularmente por 5 ou 6 pessoas por noite” (MARQUES, 1876, p. 48).

A partir do regulamento e dos estatutos podem-se apreciar as pretendidas estratégias de imposição sobre os livros e sobre as leituras, como também as normas de comportamento que deveriam seguir os leitores e o público específico com o qual interagiam. Embora não tenha tido acesso ao catálogo para analisar a natureza dos suportes permitidos

²⁶⁵ *Estatutos Provisórios do Gabinete Português de Leitura do Maranhão* (1853, p. 7, grifo meu).

²⁶⁶ Ver Almanak administrativo, mercantil e industrial (1866, p. 98).

²⁶⁷ Id. Ibid.

²⁶⁸ Apesar de várias tentativas não identificamos o significado de (N. S.).

²⁶⁹ Ver Almanak administrativo, mercantil e industrial (1866, p. 100, grifo meu).

neste ambiente e identificar os títulos autorizados para o leitor, na tentativa de estabelecer relações entre as leituras permissivas nesta biblioteca particular e os livros indicados, aprovados, adotados e distribuídos na instrução pública; pelo menos consegui identificar algumas obras recebidas, doadas ou importadas para esta instituição através dos anúncios da imprensa local.

Na aquisição de livros pelo Gabinete Português de Leitura e anunciados n’*O Publicador Maranhense* (1857), posso citar²⁷⁰: *O Descobrimento da America*, por Campe (2 vols); *O Descobrimento de Portugal*, por Damião Antonio de Lemos (20 vols); a *História da Revolução Francesa*, por Desodoards; a *História Natural* de Plínio (vertida do latim, 2 vols); a *História da Independência de America*, por C. Botta; a *História de S. Francisco Xavier*, por Lucena (4 vols) e *De frei Bartholomeu dos martyres*, escrita por frei Luiz de Souza (2 vols). Por outro lado, e em outras áreas do conhecimento, aponto para o *Compêndio de Geografia*, por Geraldês (1vol), e a *Geografia* (em latim e grego) de Strabão (1 vol); o *Dicionário de Botânica*, por Benevides (1 vol), e a *Methamorphoses de Ovídio*, por Castilho (1 vol); as *Obras Completas* de Montesquieu (9 vols), e as de Flechier (bispo de Nymes em 10 vols); assim como, a *Biblioteca Universal* e a *Gramática Espanhola*, entre outras produções de diferentes gêneros.

Entre avisos e anúncios de naturezas várias, e na disputa de diversos jornais por espaços de divulgação, noticiavam-se as tentativas de reorganização e operosidade dessa instituição, promovidas por alguns associados, para garantir sua existência (depois de funcionar 18 anos de forma ininterrupta). O agenciamento de conferências e a promoção de “[...] cursos para a instrução de sócios e outras pessoas que [quisessem] aproveitar essa oportunidade [não sendo difícil] para aqueles quem tem fortuna [...] ajudar a instituição digna de proteção pública”²⁷¹, constituíam-se em estratégias que garantiriam a manutenção e a funcionalidade deste espaço de livros, leituras e leitores.

Ao identificar nos títulos divulgados que as temáticas expostas correspondiam às diversas esferas do saber e a campos disciplinares específicos (história, gramática, geografia, botânica, filosofia e religião), o Gabinete Português de Leitura, a partir de seu acervo, não só poderia ser considerado como um ambiente de formação do leitor; mas por fazerem parte de seu estoque os livros escolares ou obras utilizadas no ensino, este espaço de leitura também poderia ser reconhecido como um lugar de consulta e auxílio na instrução e na educação maranhense. Por outro lado, a presença de diferentes gêneros de

²⁷⁰Obras em português, espanhol, italiano, latim, grego e francês (O PUBLICADOR MARANHENSE, 1857).

²⁷¹*O Publicador Maranhense* (1871, n. 57, p. 2).

escrita e temáticas de entretenimento, ao fazerem parte de sua aquisição, “[...] com o fim de oferecer aos seus associados e subscritores leitura amena e agradável, havendo muito cuidado no escolher das obras”²⁷², os livros como o *Último rei dos franceses*, por Alexandre Dumas (4 vols); as *Poesias* de Faustino X. de Novaes (1 vol), e de Antonio da Cruz e Silva (6 vols); e a *Revista Popular* de I. M. Campello (1 vol)²⁷³, embora pertencessem ao grupo de leituras não permitidas para serem lidas na instituição, de acordo com o Art. 7º.; ainda assim foram divulgadas, posta em circulação e consumidas por mediação dos empréstimos.

Mesmo que as leituras de obras dessa natureza não fossem autorizadas no local, estas regras foram-se constituindo em estratégias de autofinanciamento, adotadas pelo Gabinete Português de Leitura, uma vez que, com a circulação dos livros através do sistema de empréstimo e devolução, promoviam o interesse por novas obras, a captação de outros leitores, e por suposto, a integração de novos subscritores em defesa da estabilidade da instituição. Essas regras internas ao mesmo tempo em que garantiam a sobrevivência e o funcionamento do estabelecimento, também denunciavam a dependência da manutenção do local pelas doações de particulares e pelas mensalidades dos contribuintes. Os fundos e os rendimentos da associação provinham “do producto de 200 ou mais acções de 20\$000 reis cada uma, dos donativos feitos á Associação, das mensalidades dos accionistas e das quotas dos Subscritores externos do Gabinete”²⁷⁴. Desta forma, fica evidente, por meio da análise e da compreensão do regulamento e dos estatutos, a total responsabilidade dos associados portugueses pela sustentação dessa biblioteca, as proibições inerentes à leitura de textos não indicados como estratégia de circulação, divulgação e consumo dos livros visando à captação de novos leitores e subscritores, as exigências e regras impostas a um público específico e restrito, e o evidente desinteresse e a não obrigação do governo com o zelo da instituição.

Portanto, esta biblioteca, apesar de ter sido considerada, segundo os jornais, um espaço do cultivo às letras, que promovia o convívio com os livros, e um lugar que propagava a instrução estimulando o cultivo à leitura; por políticas pontuais no período em estudo, por representações sociais culturalmente enraizadas e pela defesa de interesses partidários em detrimento do bem comum, trazem as marcas de um predomínio elitista, as mazelas de uma cultura excludente, e a concepção estreita de um espaço de sociabilidade para um público determinado (com boas maneiras e com emprego garantido). Sendo assim,

²⁷² Almanak do Diário do Maranhão (1878, p. 115).

²⁷³ O Publicador Maranhense (1857, n. 53, p. 3).

²⁷⁴ Estatutos Provisórios do Gabinete Português de Leitura do Maranhão (1853, p. 1).

partindo dos dispositivos mobilizados no seu regulamento interno e as regras estabelecidas nos estatutos, lhe foi negada a esta instituição, no transcurso de sua existência, ser concebida e aceita como um lugar de encontro entre sujeitos leitores de diferentes clivagens sociais, e um espaço de leitura com diferentes perfis de leitores.

As estratégias adotadas para sua subsistência, manutenção e funcionamento, como também a sua operacionalização por sujeitos defensores da cultura, das letras e da instrução (ainda que num circuito de sociabilidade restrito e estreito), não impediram que esta biblioteca fosse perdendo força como espaço institucional no decorrer do Império, não evitaram que se fosse descaracterizando como local de guarda da cultura escrita, e não inibiram o seu desaparecimento gradual acompanhado dos senões do próprio regime em vias de mudanças e extinção; embora sua memória tenha ficado no imaginário societal maranhense, como um lugar que estimulava a leitura garantindo o vínculo estreito com os livros, e se destacasse pela proliferação de novos leitores no Maranhão imperial. Para Antonio Pedro Salgado, na sua crônica da Revista Elegante, em 1896, era “[...] triste ver leitores e leitoras, o abandono das letras e das bellas artes entre nós [podendo] dizer que a Athenas se converteu em Boemia, [tendo] desaparecido por falta de leitores, a única biblioteca que [possuíamos]: o Gabinete Português”²⁷⁵.

Mas se os indivíduos reconhecidos e permitidos por essa instituição eram pertencentes a uma minoria de associados e subscritores, como era o acesso aos livros e à leitura nos outros indivíduos interessados na escrita por ler, mas sem recursos financeiros para fazer empréstimos ou se fazer assinantes? Se este *espaço de sociabilidade* (no sentido geral do termo), neste caso, foi restrito e circunscrito a um público de boas maneiras, com empregos garantidos e com meios suficientes não só para salvaguardar o direito de subscrição, como também para cobrir os custos das possíveis perdas de livros ou das prováveis obras danificadas, de que maneira a leitura se difundia entre os indivíduos não contemplados neste lugar de guarda da cultura letrada? Existiam espaços de leitura permitidos a indivíduos pobres? Quais eram os espaços destinados para eles? Existiam, na realidade, ditos espaços concretizados como lugares de leitura para estes leitores? Como era o acesso aos livros e aos impressos para este outro tipo de leitor? Nos itens a seguir, tento responder a estas questões, mesmo considerando as restrições inerentes às fontes pesquisadas.

²⁷⁵Revista Elegante (1896, n. 2, p. 3).

2.11 A Biblioteca Pública entre livros, leituras e leitores

Em relação às bibliotecas no período imperial, sabe-se muito pouco, a não ser o estudo desenvolvido por Moraes (1973) e por Braga (2002); mas são os trabalhos de Castro e Pinheiro (2006), de Silva (2008), e de Castro, Silva e Castellanos (2011) que se pode encontrar com maior consistência a trajetória da Biblioteca Pública no Oitocentos; embora nos documentos localizados se faça referência, ainda que de forma lacunar e genérica, à Biblioteca Popular, à Biblioteca do Liceu Maranhense, à Biblioteca dos Instituto de Humanidades, à Biblioteca Militar, e de forma mais restrita às tentativas de implantação de bibliotecas escolares em alguns espaços onde o ensino público se concretizava.

A falta de referencial teórico no período abordado, que possa preencher as lacunas com respeito a estes espaços de sociabilidade onde se entremeavam livros, leituras e leitores (no sentido geral), e o pouco detalhamento na documentação oficial encontrada sobre a Biblioteca Pública como espaço de guarda da cultura e provedor de livros e de leituras a indivíduos sem outra condição para seu acesso (no sentido específico), induziu-me a interceptar e cruzar os comentários, críticas, decisões e diferentes pontos de vistas identificados, nos relatórios dos Presidentes da Província, dos Inspectores da Instrução Pública e nos *inventários-relatórios* ou *relatórios de ocasião* realizados pelos guarda-livros ou pelos bibliotecários desse estabelecimento, e contrapô-los com as denúncias, pedidos e discursos, sobre este espaço de leitura, registrados na imprensa ou nos ofícios localizados no Arquivo Público, para desta forma tentar compreender o papel que a Biblioteca Pública representou na sociedade maranhense, a influência que pode ter exercido no público assíduo ou não a este espaço de sociabilidade, como também discernir as estratégias adotadas pelos responsáveis para mantê-la em funcionamento, para o cuidado e a renovação de seu acervo, e para fazer dessa instituição um ambiente de encontro entre leitores, leituras e livros no Maranhão Império.

A criação de uma biblioteca no Maranhão foi proposta na Assembléia Provincial²⁷⁶, em 1826, mas somente, em 1829, foram tomadas as medidas para a concretização dessa instituição. Por ter sido negado pelo Governo Imperial o pedido do presidente Araújo Vieira para sua construção, alegando-se limitações orçamentárias, “o então, futuro Marques de Sapucaí [recorrendo] à subscrição popular [...]” (MORAES, 1995,

²⁷⁶Pelo Dr. Antonio Pedro da Costa Ferreira (membro do Conselho Geral da Província) e futuro Barão de Pindaré, em 8 de julho de 1826.

p. 271), a inaugurou no Convento do Carmo²⁷⁷ e abriu-a para o público em 1831, com 1448 volumes adquiridos com dinheiro arrecadado, com as doações dos ludovicenses, e sem o menor estipêndio dos cofres públicos. Essa instituição, mesmo que dedicada à instrução dos jovens, estimulando o convívio com as obras e fomentando o interesse pela leitura, os livros adquiridos, doados ou comprados para seu acervo, deveriam preservar os princípios religiosos, os valores éticos e morais legitimados pelo regime imposto, e contribuir na formação de homens e mulheres bons e probos (CASTRO; PINHEIRO, 2006); os contrários, as obras não permitidas, deveriam ser expurgadas por uma comissão criada com essa finalidade, na medida em que este estabelecimento funcionava contíguo ao Liceu, servindo de auxílio e de consulta nas aulas nele administradas.

Diferente da dinâmica estabelecida entre as obras e o público leitor, no Gabinete Português de Leitura, a Biblioteca Pública, no Art. 7º. do Cap. II de seus estatutos, ainda que mantendo algumas restrições similares a essa outra instituição, quanto ao comportamento individual e à escolha dos livros sem mexer nas estantes, pedido-os diretamente ao contínuo²⁷⁸, com respeito ao acesso do estabelecimento e à divulgação, circulação e consumo das obras apresenta uma lógica completamente contrária. Se, no referido artigo dos seus estatutos, seriam admitidas “[...] todas as pessoas que se apresentarem decentemente vestidas franqueando-se-lhes os livros que pedirem, penas e tinta [e], nenhuma das pessoas admitidas [poderia tirá-los] das estantes ou restituí-los a ela, devendo para isso dirigir-se ao contínuo” (CASTRO, 2009, p. 28) – assemelhando-se estas práticas, em exigências e em imposição de regras, com o Gabinete –; no que se refere ao convívio com as obras, à acessibilidade da leitura, e à captação de novos leitores, longe de se constituir um “espaço de sociabilidade” restrito aos sócios e aos subscritores (instituído em lei), nesta Livraria Pública (como também fora nomeada), “não se [poderia] emprestar livro algum para fora da Biblioteca”, isto é, neste espaço de leitura para se ter direito aos livros e ao ato de ler, independentemente do gênero do escrito, deveriam realizar-se estas práticas no próprio local, garantindo (em tese) uma maior mobilidade de títulos divulgados e consumidos, um crescimento no número do leitor real e potencial, e uma maior representação e influência deste espaço público no âmbito instrucional e educacional maranhense.

²⁷⁷ O Convento do Carmo foi construído em 1627, na antiga colina de Santa Bárbara, atual Praça João Lisboa. No século XIX, entre as funções estranhas à sua finalidade, o Convento do Carmo serviu de quartel da polícia provincial; de primeira sede da Biblioteca Pública Provincial (1831); do Instituto Literário Maranhense (1865); e do Liceu Maranhense (1838) (MORAES, 1995, p. 67).

²⁷⁸ Ajudante do Bibliotecário nomeado para essa instituição, segundo os Estatutos da Biblioteca Pública, estabelecidos pela Lei nº. 9, de 30 de abril de 1835 (CASTRO, 2009a).

Este lugar de guarda da cultura escrita foi criando, no devir de sua existência, estratégias de supervivência e formas de se estabelecer como instituição formadora. As importações de obras, compras e doações, a venda de livros em condições precárias (a baixo preço, medidos por peso, e não por unidade), a denúncia através de ofícios, da imprensa local e no corpo a corpo na Assembléia Provincial, assim como a queima dos artefatos pelo nível de destruição física, constituíram-se práticas usuais que fizeram desta biblioteca um lugar de pertença e de convívio com os livros, um ambiente representativo das práticas de leitura e um espaço de encontro entre diferentes leitores, embora durante sua fase imperial tenha sido alvo de elogios, críticas e privações, produto das constantes lutas entre posicionamentos políticos desencontrados, dos embates ideológicos acirrados e das crises econômicas constantes com as quais teve que coabitar.

Entre as doações para este estabelecimento, posso citar, as duas coleções da *Flora Fluminense* escrita por Frei Marianno da Conceição Vellozo, e cedidas pela Regência em nome de S. M. o Imperador²⁷⁹; o *Regimento das prisões na America Septentrional* traduzido por Antonio Candido Ferreira (Secretário do Governo da Província de Pará)²⁸⁰; o *Zoophito* oferecido pelo tenente de engenheiros Jose Joaquim Reis Lopes²⁸¹; o *Ensaio sobre estradas*, por Richard Lorelli Edgmont²⁸²; a obra *O Catholico e o Methodista*, composta pelo Padre Luis Gonçalves dos Santos e, oferecida pelo Exmo. Bispo Diocesano²⁸³, e por último, a remessa de exemplares oferecida a este estabelecimento de diferentes gêneros, encontrando-se entre eles: a *Marcha das viagens ás partes do Mundo*, por Depping de Gasthros, a *Geographia Universal* (em 9 vol), o *Diccionario de Geographia Commercial*, por M. [Penchel] (1vol.) e, o *Atlas de Geographia*, por Delmondes (1 vol)²⁸⁴, entre outras produções direcionadas ao acervo da instituição. Por outro lado, sobre a compra de livros necessários para o uso e o consumo do público leitor, poderia fazer menção ao pedido feito pelo bibliotecário Trajano Candido dos Reis, dirigido ao Presidente da Província, Antonio Pedro da Costa Ferreira, para comprar de Felisberto Jesus Cunha H.^a, discriminando os

²⁷⁹Ofício do bibliotecário da Livraria Pública, Antonio Binário da Encarnação e Silva, dirigido ao Presidente da Província, Candido Jozé Silva Vianna, em 9 de janeiro de 1832.

²⁸⁰Ofício do bibliotecário Antonio Binário da Encarnação e Silva, dirigido ao Presidente da Província, Candido Jozé Silva Vianna, em 19 de janeiro de 1832.

²⁸¹Ofício do bibliotecário da Biblioteca Pública, Trajano Candido dos Reis, dirigido ao Presidente da Província, Antonio Pedro da Costa Ferreira, em 13 de dezembro de 1835.

²⁸²Ofício do bibliotecário Trajano Candido dos Reis, dirigido ao Presidente da Província, Antonio Pedro da Costa Ferreira, em 22 de Agosto de 1835.

²⁸³Ofício do bibliotecário Trajano Candido dos Reis, dirigido ao Presidente da Província, Manuel Felisardo de Sousa e Mello, em 9 de julho de 1839.

²⁸⁴Ofício do bibliotecário Trajano Candido dos Reis, dirigido ao Presidente da Província, Francisco Bibiano de Castro, em 18 de julho de 1837.

respectivos preços, a *Economia Política* de Dróz (traduzida por João Candido de Deus e Silva) a 2\$400rs.; a *Década* de João de Barros (continuada por Diogo do Couto) a 36\$000rs.; as *Obras Poéticas*, de Bocage a 6\$000rs., e a *Obra* de Ferreira a 1\$280rs²⁸⁵.

Estes livros, mencionados e localizados nos ofícios, aparecem nos catálogos elaborados, pelo bibliotecário Manoel Pereira da Cunha e enviado ao Presidente da Província, em 1835 (APÊNDICE E)²⁸⁶; como também o confeccionado por Trajano Candido dos Reis, ao assumir essa instituição no mesmo ano (APÊNDICE F)²⁸⁷. No entanto, se na relação de títulos inventariados, na sua grande maioria não aparecem as obras classificadas segundo as temáticas, nem os escritores identificados, o que pode aparentar certa familiaridade com as obras computadas sem existir a necessidade de registrar seus autores; por outro lado, a língua em que estão expostas as produções culturais e os títulos minutados, além de fazerem parte de diferentes gêneros e assuntos distintos, podem também ser identificadas, algumas das obras, como livros escolares ou não-escolares em dependência de sua natureza e função. Isto é, em ambos os relatórios, identifiquei livros concebidos, produzidos e postos em circulação para fins instrucionais, assim como, outras obras que, embora sua produção não esteja centrada numa concepção didático-metodológica, ainda assim, foram permitidas e utilizadas para o ensino público maranhense durante o Império. Em sendo assim, esses livros, achados nas correspondências e nos ofícios que foram remetidos e contestados entre os presidentes e os inspetores, entre os delegados literários e os professores, ao mesmo tempo em que pertencem às remessas de pedidos de aprovação, adoção, distribuição e venda para o ensino, depois de ter sido estabelecida a Inspetoria da Instrução Pública, em 1841, ainda assim, alguns já aparecem registrados nos inventários elaborados pelos bibliotecários acima citados.

Entre as obras listadas por Manoel Pereira da Cunha (APÊNDICE E) e aparentemente já utilizadas no ensino, nomeio: a *História do Brasil* de Beanchamp; a *Introdução a História* de Puffendorffio; *A Educação* de Campan; os *Elementos da História* e a *História Universal* de Milot; as *Lições da História Natural* de Cote; o *Curso de Moral* escrito pelo autor d'Aelia e Thesouro; a *Aritmetica, Álgebra e Geometria* e a *Geografia Moderna* de La Croix; os *Elementos de Matemáticas* de Volfio; as *Lições Elementares de*

²⁸⁵Ofício do bibliotecário Trajano Candido dos Reis, dirigido ao Presidente da Província, Antonio Pedro da Costa Ferreira, em 1º de julho de 1835.

²⁸⁶Catálogo dos livros existentes na Biblioteca Pública (sinalizando as estantes de sua localização e os volumes das obras), enviado por ofício do bibliotecário Manoel Pereira da Cunha, ao Presidente da Província, Antonio Pedro da Costa Ferreira, em 3 de Fevereiro de 1835.

²⁸⁷Catálogo dos livros existentes na Biblioteca, enviado por ofício do bibliotecário Trajano Candido dos Reis, ao Presidente da Província, Antonio Pedro da Costa Ferreira, em 1º de julho de 1835.

Matemática de Linco; a *Geografia* de Guttirie e o *Methodo para estudar a Geografia* de Lenglet; a *Gramática Portuguesa* de Lobato e a *Gramática* de Costa Duarte; o *Curso de Literatura* de La Harpe e a *Educação* de Rousseau, entre outras produções que faziam parte da Biblioteca Pública, que, na opinião de Pereira da Cunha, tinha sido estabelecida com “[...] mil quatro centos e quarenta e oito volumes: [sendo os demais] comprados a Domingos José Roiz de Saviana, e quarenta e quatro mais dados pelo Ecx^o. Presidente Candido José d’Araujo Viana antes de sua partida com o quaes [completara] a dádiva de duzentos volumes”²⁸⁸.

Nesse mesmo ano, Trajano, ao assumir a direção da biblioteca, registra outros títulos para o ensino público (APÊNDICE F): as *Oruvres Completes* de La Fontaine; *Les Fables o’ Esope Phrygein*; o *Novo Método da Gramática* e a *Arte de Funtar* do Padre Antonio Vieira; o *Cours Complete d’Agriculture* (utilizado na Escola do Cutim)²⁸⁹; a *Historie Ecclesiastique pour servir de continuacion á celle* de M. l’Abbé Fleury; a *História do Maranhão* de Bernardo Pereira de Berredo e o *Compêndio Histórico dos princípios da Lavoura do Maranhão* de Gaioso (adotados no Liceu Maranhense); a *História de Gil Braz de Santilhana* de Lesage; a *Geographia Moderna* de Antonio Jose da Silva Rego e o *Nouveau Dictionaire Geographique* de Vigiena; A *Bíblia Sagrada* (traduzida) de Antonio Pereira de Figueiredo; a *Filosofia* e os *Elementos de Física* (em brochura) de Hent; o *Cours de Chimic* de B. Lagrange, e os *Princípios do Desenho Linear* (em brochura) utilizada nas aulas da Casa dos Educandos Artífices²⁹⁰; entre outras obras que representam 469 títulos computados no inventário de 1835, e distribuídos em 1984 volumes.

Não obstante a identificação de alguns livros de diferentes campos do saber (nos registros de ambos bibliotecários), que foram utilizados no ensino, segundo as cartas e ofícios de pedidos de aprovação, adoção e distribuição, e nos regulamentos analisados no decorrer do período imperial, depois de instaurada a Inspetoria da Instrução Pública, em 1841, parecem indicativos que me direcionam a compreender, que embora não existisse ainda um sistema nacional de inspeção instituído para o ensino (só operacionalizado a partir de 1844), vários títulos e obras quantificadas de diferentes disciplinas nas relações de Pereira Cunha (1835) e Trajano Galvão (1835), já eram familiares dos professores, já se constituíam em obras de consulta, e por suposto, estariam sendo usados e consumidos como

²⁸⁸Ofício do bibliotecário, Manoel Pereira da Cunha, dirigido ao Presidente da Província, Candido Jozé Silva Vianna, em 3 de Fevereiro de 1835.

²⁸⁹Escola criada em 1865, com a finalidade de recolher meninos pobres e desvalidos e dar-lhes uma instrução profissional agrícola.

²⁹⁰Instituição criada em 1841, para atender as crianças pobres e desvalidas e dar-lhes uma formação em diversas áreas das artes mecânicas: carpinteiros, marceneiros, alfaiates, tanoeiros, etc.

material didático e de apoio na instrução do Maranhão, por opção e não por obrigação. “Até o ano 44, os professores públicos primários não eram obrigados a adotar os mesmos livros em suas escolas [...]” sendo extensivo por Moraes Sarmiento (Inspetor da Instrução Pública) aos colégios particulares (VIVEIROS, 1936, p. 51).

Mesmo assim, entre a movimentação de livros comprados e doados, entre os cadastros de obras para serem encadernadas e recuperadas, e no meio das listagens de suportes para serem incinerados ou vendidos a baixo preço pela sua danificação, o informe elaborado, em 12 de Junho de 1835, pelo responsável da Biblioteca Pública do Maranhão Imperial (Trajano Candido dos Reis) e remetido em ofício ao Presidente da Província, Antonio Pedro da Costa Ferreira, não condiz o quantitativo de títulos e volumes inventariados por este bibliotecário, com o ofício n. 20, dirigido ao Presidente, em abril de 1836. Nesta nova correspondência, Trajano Candido dos Reis expõe, que:

Em cumprimento do que me foi hontem determinado pó V. Ex.^a tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex. que o numero dos volumes que existão na Bibliotheca publica depois que eu tomei conta da sua administração, que foi em Maio do anno passado, era de *dois mil quinhentos e sessenta (2560)*, d’esses queimarão-se por inutilizados, *cento e vinte oito*, ficando por conseguinte *dois mil quatrocentos e trinta dois (2432)*; e dessa época para cá *forão comprados por V. Ex. seicentos e setenta e quatro (674)*, que junto aos dois mil quatrocentos e trinta e dois, *prefassem o numero de três mil cento e seis volumes (3106)*, que é o que existe presentemente na Bibliotheca Publica

Deos Guarde a pessoa de V. Ex.^a
Maranhão 26 de Abril de 1836.

Illmo. Exmo. Snr. Antonio Pedro da Costa Ferreira.
Presidente desta Provincia de Maranhão.

A Biblioteca Pública, segundo o inventário realizado por Trajano, em 1835, tinha aumentado o número de volumes (N=1984) e diminuído o quantitativo de títulos (N=469), se comparado com a relação do bibliotecário Manoel Pereira da Cunha no mesmo ano, 489 títulos representavam 1648 livros. No ofício de abril de 1836, Trajano não só se contradiz com seu próprio inventário do ano anterior, ao afirmar que recebeu o estabelecimento com 2560 volumes, como também dificulta a análise para estabelecer um parâmetro de crescimento ou não dos artefatos culturais no estabelecimento, ainda que por outro lado este bibliotecário mostre nos 3106 volumes registrados, as regulares compras de obras com fundos da Província, o que pode significar o apoio e interesse que teve o governo por manter em funcionamento essa instituição nos seus primeiros anos.

Se analisadas as obras a partir dos seus títulos, mesmo que represente uma avaliação lacunar e estreita, segundo as diferentes áreas de conhecimentos contempladas nos volumes citados, é possível afirmar que algumas dessas obras tenham auxiliado no

ensino secundário a partir da institucionalização do Liceu, em 1837. Por outro lado, nestes inventários, os livros escolares para o ensino primário concebidos, produzidos e usados para esse fim, foram mais difíceis de serem reconhecidos, a não ser a localização de poucas obras como a *Gramática Portuguesa* de Lobato e a *Gramática* de Costa Duarte; o *Curso de Literatura* de La Harpe; as *Oruvres Completes* de La Fontaine; o *Novo Método da Gramática* do Padre Antonio Vieira e *A Bíblia Sagrada* (traduzida), de Antonio Pereira de Figueiredo, que, por apresentarem conteúdos atinentes à instrução primária, podem ter orientado a prática pedagógica de alguns professores e podem ter ajudado os alunos na compreensão da leitura e da escrita.

Se analisado o acervo deste estabelecimento (19 anos depois) no relatório elaborado pelo bibliotecário Antonio José Quim, em 7 de dezembro de 1855, e enviado pelo Inspetor da Instrução Pública, Caetano José de Sousa, ao Vice Presidente da Província, José Joaquim Teixeira Vieira (APÊNDICE G), com as informações obtidas por Trajano Galvão, em 1835, as dificuldades de identificar títulos que possam ter auxiliado na instrução parecem ser mais difíceis. Em primeiro lugar, pode-se compreender este retrocesso enquanto o número ínfimo de suportes e no que se refere à atuação deste espaço público no cenário maranhense, como fomentador da leitura por quatro fatores principais, si se leva em consideração a expressiva diminuição dos 3106 livros registrados, em 1836, para os 1792 volumes distribuídos em 436 títulos, em 1855. Entre eles poderíamos citar: as crises econômicas nas quais o Maranhão mergulhara nesse período; por não ser considerado o livro escolar merecedor destes lugares de guarda da cultura escrita ao ser classificado por alguns como o “primo pobre da literatura”; por se constituir um suporte completamente mutável e dependente dos programas de ensino não excetos de prováveis reformas e, por conseguinte descartável; e pelo descaso das autoridades pela manutenção dessa instituição.

Em segundo lugar, pelos gêneros e idiomas registrados nesse inventário, uns correspondendo a crônicas, dicionários, anuários, almanaques, bibliografias, cartas e memórias, sendo na sua maioria na língua francesa, inglesa e italiana, e outros classificados como bibliotecas ou enciclopédias, poesias, arte e literatura. Todavia, apesar dos livros escolares irem desaparecendo deste espaço de sociabilidade por múltiplas determinações, e não ocuparem esse lugar de guarda da cultura escrita, mesmo assim “[...] o livro didático, esse primo-pobre, mas de ascendência nobre, [se constitui] poderosa fonte de conhecimento da história de uma nação que, por intermédio de sua trajetória de publicações e leitura dá a entender” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 121): os rumos de uma nação, quanto ao

desenvolvimento na instrução e na educação e, por conseguinte, nos mostra o nível de capacitação intelectual e profissional pensado para seus habitantes.

Segundo Dias (1852), ao avaliar a instrução pública nas diversas províncias do Norte, focalizando as matérias que se ensinavam, os métodos que foram utilizados, os compêndios que se consumiam e a moralidade estabelecida nos espaços dedicados à instrução, já havia criticado o ensino primário nestas regiões. Para este autor, “[...] os methods do ensino, se taes se podem chamar, não o uso da escola, mas a rotina de cada professor; – os compendios se tão taes os livros, embora elementares, mas usados sem aprovação competente, varião do modo mais desgraçado (DIAS, 1852, p. 334), comprometendo a uniformidade na formação. Do inventário elaborado pelo bibliotecário Antonio José Quim, em 1855, posso me referir, à *Breve direção para educação dos meninos (B)*; ao *Catechismu de economie politique* de J. B. Say; ao *Dictionarie de education moral* de M. Capalle; ao *Discurso sobre a história universal* de Bossuet; aos *Elementos de aritmética* de Bezout e aos *Elementos de geometria* de Euclides; ao *Compêndio de economia política*; às *Tabulas* de Fedro; à *Gramática da língua francesa* de Constâncio; à *Histoire natural de l’homme* de Lacedepe; à *Historia da vida de S. Francisco Xavier* de João de Lucena; às *Observações sobre a constituição do império do Brasil*; à *Corografia Brasiléia*; ao *Pequeno catecismo* de Abade Fleury; aos *Mandamentos* do excelentíssimo bispo do Maranhão (em brochura); às *Obras completas* de Camões; às *Fabulas* de Ésope; à *Ilíada* de Homero (traduzida) de Cavaliere V. Monte; à *Eneida* de Virgilio (traduzida) por J. Franco Barreto e à obra *D. Quixote de La Mancha* de Miguel de Cervantes Lacerda.

Embora alguns questionamentos não possam ser respondidos, pela falta de documentação que justifiquem as contradições detectadas nos inventários, ainda que não se tenha localizado outras fontes que exponham com mais detalhes a dinâmica estabelecida nesse espaço de leitura, e mesmo que não se constitua em objetivo deste trabalho analisar a profundidade esta instituição em si, e sim, tentar compreender o lugar que os livros (especificamente os escolares) ocuparam através de sua divulgação e consumo neste espaço de sociabilidade como instrumentos em uso que podem ter influenciado na instrução maranhense; a movimentação referida dos suportes, os títulos de obras identificadas, os inventários de artefatos realizados e outros registros encontrados na documentação oficial, mostram indicativos da importância deste espaço de leitura em seu início como canal não restrito de acesso às obras, a intenção de contribuir para o convívio com os livros intensificando a instrução através de mais leituras e de novos leitores, e a dimensão que

gradualmente ia tomando o trinômio livro-leitura-leitor no imaginário societal maranhense (CASTRO; CASTELLANOS, 2009b).

No entanto, se o acesso aos livros e o estímulo à leitura visando à formação dos leitores foram os fins principais dessa instituição, ao divulgar as obras e colocar em circulação os livros para consumo, por outro lado, as proibições de conversar em voz alta e dos passeios pelo seu interior, assim como as exigências de vestimenta adequada como salvo-conduto para frequentá-la com advertências de expulsão²⁹¹, por questões ideológicas, sociais, políticas e culturais, terminara revelando uma visão elitizada da instituição e provocando a restrição do acesso a indivíduos brancos com poder aquisitivo, e principalmente àqueles, em quem o ler e o escrever estivessem atuantes. Regras que, se, para Shapochinik (2005), reforçaram a função primeira e perversa da Biblioteca: a exclusão, definida esta “pelo público que a [frequentava] ou em função do caráter jurídico da instituição” (SHAPOCHINIK, 2005, p. 234); para Antonio Marques Rodrigues (o autor do *Livro do Povo*), ao defender a utilidade deste lugar de cultura como Inspetor da Instrução Pública, em ofício dirigido ao Presidente da Província, Ambrosio Leitão da Cunha alegava que nesse espaço público de leitura era “[...] onde o pobre, a quem a escassez dos meios não [permitia] fazer aquisição das luzes do livro, [podia] sem sacrifício pecuniário adivinhar as riquezas da instrução”²⁹², garantido assim um mínimo de ensino.

Apesar da divulgação e consumo das obras, da aquisição e controle dos livros, da encadernação e conservação dos artefatos como estratégias de manutenção e funcionamento deste espaço de guarda, as dificuldades para ampliar o número de títulos foram aparecendo e os problemas para fazer reformas foram se concretizando devido à crise econômica, política e social que perdurou pelo período em questão, desencadeada em início pela Balaiada, e principalmente, pelo empobrecimento da sociedade endinheirada local, consequência da desvalorização do algodão no mercado internacional, e de múltiplas determinações que foram desencadeando altos e baixos na estabilidade dessa instituição pública.

Do Convento do Carmo, a Biblioteca que estava anexada ao Liceu²⁹³, passa por vários lugares no decorrer do período imperial. Em 23 de julho de 1866, é transferida para o

²⁹¹ Art. 8º. dos Estatutos da Biblioteca Pública, estabelecidos pela Lei n. 9, de 30 de abril de 1835 (CASTRO, 2009a).

²⁹² Ofício enviado pelo Inspetor da Instrução Pública, Antonio Marques Rodrigues para o Presidente da Província, Ambrosio Leitão da Cunha, em 1 de Abril de 1865.

²⁹³ Pela Lei nº. 312 de 24 de novembro de 1851, segundo o relatório enviado em 1º de abril de 1865, pelo Inspetor da Instrução Pública, Antonio Marques Rodrigues para o Presidente da Província, Ambrosio Leitão da Cunha.

Instituto Literário Maranhense por disposição da Assembléia Provincial, contendo 1900 volumes, e mais tarde, ao ser dissolvida essa Associação, embora tenha aumentado consideravelmente o seu acervo, “[...] passou a ser propriedade²⁹⁴ da Sociedade Onze de Agosto [possuindo] 4000 volumes, além de muitos folhetos” (MARQUES, 1876, p. 48).

Essa biblioteca, ao ocupar o salão nobre do prédio, embora atingisse nesse período a sua fase de maior florescimento, terminou inviabilizando a continuidade das conferências pedagógicas e as aulas de desenho que nele aconteciam (CASTELLANOS, 2011a)²⁹⁵. Com o fechamento desta Sociedade, em 1876²⁹⁶, passa para a Catedral da Sé, retornando mais tarde para o lugar onde se originou, sendo esquecida completamente ao deixar de ser contemplada pela Província, nas suas leis orçamentárias, e ao não ser mais mencionada pelos Presidentes da Província, nos seus relatórios. Pela deteriorização de seu acervo, pela ausência de verbas (para a restauração e para o seu funcionamento), e pela inexistência de compras de novas obras, parecia que a Biblioteca Pública Provincial chegava ao fim, deixando pouco a pouco de existir, até chegar o momento de seu desaparecimento, provocado pela despreocupação geral; realidade que sugeria para alguns, sua existência desnecessária. Com a proclamação da República, houve certas mudanças, iniciando-se pela sua denominação, que passou de Biblioteca Pública Provincial para Estadual (CASTRO, 2007a).

Se as informações sobre a natureza e tipologia dos livros doados, comprados, divulgados, consumidos e postos em circulação pelo Gabinete Português de Leitura e pela Biblioteca Pública Provincial se fazem lacunares, as informações sobre estes artefatos na Biblioteca Popular, a Biblioteca Militar, e a Biblioteca do Instituto Literário Maranhense se fazem quase irrisórias, apesar de que n’*O Publicador Maranhense* (1872) já se discursasse sobre as diferenças estabelecidas entre as “bibliotecas literárias e científicas” e as “bibliotecas populares”. As primeiras seriam procuradas apenas por “[...] aqueles que se consagrão ao estudo das lettras e das sciencias, depois de adquiridos os conhecimentos de

²⁹⁴ Pela Lei nº. 991 de 10 de junho de 1872 (VIVEIROS, 1936).

²⁹⁵ A Sociedade Onze de Agosto foi fundada em agosto de 1870, pelos Drs. João Coqueiro, Antonio de Almeida Oliveira, Martiniano Mendes Pereira e Manoel Jansen Pereira, localizada na Rua do Egypto, tendo como fim o estabelecimento de cursos noturnos para a classe dos artistas, e criar um Curso Normal (pela Lei provincial nº. 1088 de julho de 1874) para habilitar os professores para o ensino primário. O Curso Normal embora tenha sido “[...] aberto em 20 de Agosto de 1873, [e tenha sido] frequentado por 59 alumnos” (MARQUES, 1876, p. 50), esta Sociedade não conseguiu diplomar nenhum professor (VIVEIROS, 1936).

²⁹⁶ “Tendo deixado de funcionar [...] e estando o prédio arruinado, o Dr. Jose Manoel de Freitas, então Presidente da Província, dando execução ao art. 11 da Lei n. 1155 de 5 de setembro de 1876, mandou que fosse indenizado os credores da dita sociedade passando o referido prédio a ser próprio provincial” (CASTELLANOS, 2011a, p.70).

humanidade e dos cursos superiores²⁹⁷; as segundas, se caracterizariam por conter livros sobre as artes mecânicas e liberais, obras didáticas, métodos de ciências aplicadas às artes e outros textos de fácil compreensão e ao alcance de inteligências, ainda não temperadas no estudo reflexionado e profundo. Dito de outra forma, as “bibliotecas populares”, construídas para o povo, deveriam conter nos seus acervos opúsculos, manuais e compêndios que tratassem sobre “[...] a mechanica, a chimica applicada á industria, a economia política, emfim com as idéias que [pudessem] adiantar e desenvolver a intelligencia das classes populares, que em geral applicão-se aos trabalhos ruraes e ás artes liberaes”²⁹⁸. Embora estes argumentos tenham sido escritos na imprensa de 1872, Gonçalves Dias, em seu relatório de 1852, já havia criticado a falta de compêndios para efetivar a qualidade da instrução pública e o gosto pelos livros e pela leitura²⁹⁹. Segundo este autor, “um dos defeitos – [era] a falta de Compendios – no interior porque os não ha – nas Capitaes, por que não há escolha, ou foi mal feita; – por que a escola não é supprida, e os paes relutão em dar os livros exigidos, ou repugnão aos mestres os admittidos pelas authoridades” (DIAS, 1957, p. 361).

Em sendo assim, ao referir-me à Biblioteca Popular³⁰⁰ e à Biblioteca Militar, se no relatório de Rego (1875) só se faz referências ao quantitativo de livros, Marques (1876), ao comparar os centros da cultura escrita em São Luís, esclarece que, se a Biblioteca Militar continha 700 volumes de literatura, ciência, artes, legislação, indústria e religião, com acesso restrito aos oficiais do 5º. Batalhão, por quem fora fundada; a Biblioteca Popular constituída, em 1872, com donativos particulares, tinha sido “[...] freqüentada por 2633 leitores, e em 1873 por 3107, [contando com] 4169 volumes de obras muito preciosas [e] entre muitos livros, que [dera] a esta Bibliotheca, [fez] também presente das obras completas e raríssimas [...] do autor da *Flora Fluminense*, única na Provincia”³⁰¹, referindo-se neste caso, a Frei Marianno da Conceição Vellozo³⁰². Segundo Oliveira (2003), “a feição característica da Biblioteca Popular [era] servir para todos e para tudo, *oferecendo gratuitamente a todos os gêneros de leitura que [pudessem] precisar e permitindo a cada*

²⁹⁷ *O Publicador Maranhense* (1872, n. 140, p. 2).

²⁹⁸ Id. Ibid.

²⁹⁹ Ver Gonçalves Dias (1957).

³⁰⁰ Instalada na Rua Formosa, sua comissão administrativa foi integrada pelo Dr. Antonio de Almeida Oliveira, o Dr. Gentil Homem de Almeida Braga e Policarpo José Pinheiro, segundo o Almanak de 1875, e teve como bibliotecário do estabelecimento Albano Jansen P. de Lima, segundo o Almanak do Diário do Maranhão (1878).

³⁰¹ *A Província do Maranhão*: breve memória (MARQUES, 1876, p. 48).

³⁰² Lente de Retórica no Convento de São Paulo, que também lecionava História Natural no convento de Santo Antônio.

um fazê-lo em sua casa ou no próprio estabelecimento” (OLIVEIRA, 2003, p. 282, grifo do autor), isto é, a Biblioteca Popular recebia esta nomenclatura, não só por ser fundada com doações do povo, mas pela razão de facultar a saída de livros para a leitura externa, e assim poder interessar à população em geral.

Por outro lado a Biblioteca do Instituto Literário Maranhense, tendo por objetivo esta Sociedade “[...] investigar a historia, geographia e ethnographia do Brazil, particularmente d’esta província, diffundir a instrução e desenvolver o gosto pelas letras e sciencias, por meio de cursos e escholas gratuitas”³⁰³, antes de ser-lhe franqueados os salões e mais pertences da Biblioteca Pública – segundo o projeto apresentado por Joaquim Serra à Assembléia Legislativa, em 1865 –, faltando-lhe um edifício onde estabelecer-se, e conseguindo instituir-se como espaço de guarda de cultura, em 1866; o seu acervo, mesmo antes de sua concretização como espaço de leitura, já estava enriquecido “[...] com mais de mil volumes que lhe foram offerecidos pela Exm.^a Sr.^a D. Olympia Gonçalves Dias, do espolio de seu finado esposo – o excelso poeta brasileiro – Antonio Gonçalves Dias”³⁰⁴.

Até aqui, tenho tratado de alguns espaços de sociabilidade onde o livro, a leitura e o leitor se fizeram presentes no cenário maranhense. Nestes lugares de guarda da cultura letrada, de certa forma se divulgavam os títulos, se dispunham as obras para serem lidas e se estimulava o crescimento do número de leitores. Evidentemente, num sistema governamental, por excelência excludente e refratário, como o foi o período imperial, não se pode pretender que essa leitura e esses livros fossem pensados e direcionados na sua totalidade a todos e para todos. No entanto, se arbitrariamente os livros foram direcionados para um público específico, e se a leitura era (em tese) permitida a sujeitos contemplados no tecido societal, se a instrução pública foi negada à maioria dos maranhenses durante os dois reinados, e se os lugares de guarda da cultura letrada de certa forma incorporaram as mazelas social e culturalmente construídas num sistema que para subsistir tinha como essência a exploração do homem num regime escravista, isto não impediu, segundo o exposto, que pobres, negros, e mulheres aprendessem a ler e/ou a escrever. Estas múltiplas determinações não evitaram que sujeitos não contemplados no mundo da leitura e da escrita deixassem de se interessar pelos livros e pela leitura, e estas objeções não preveniram que as estratégias implantadas no regime imposto, permeadas pelo poder, tivessem como controlar as táticas individuais de libertação cultural de sujeitos interessados pelos livros e pelo entendimento do escrito. Leitor no plural, que independentemente da classificação que

³⁰³ Almanak administrativo, mercantil e industrial (1866, p. 95).

³⁰⁴ Id. Ibid.

tenha com respeito à leitura, vive numa lei imposta, e ele, o leitor menos hábil, menos reconhecido e o mais fugido das regras estipuladas, instaura pluralidade e criatividade nas mil formas de apropriação e representação (CERTEAU, 1994). Práticas desviacionistas com respeito ao escrito-lido, que se traduzem e inventam em múltiplas maneiras de “caças furtivas não autorizadas”. Esquemas operacionais, que em cada individualidade, se estabelece o lugar onde atua uma pluralidade incoerente e muitas vezes contraditória de suas determinações relacionais, expressos nos modos de operação ou em diferentes esquemas de ação.

Mas, foram estes lugares os únicos ambientes nos quais os livros se divulgaram no Maranhão imperial? Tiveram as bibliotecas públicas ou privadas o predomínio total de se transformarem em recintos de livros e de leitura? Foram esses espaços de sociabilidade os únicos que colocaram os textos impressos no circuito da divulgação e do consumo? Estes questionamentos podem ser respondidos de certa forma por meio das conferências pedagógicas instauradas para os profissionais da instrução maranhense; pelas conferências populares com fins instrutivos, que direcionavam ao leitor ou não-leitor ao convívio com os livros e com a leitura, assim como das diferentes exposições locais e nacionais, nas quais o livro foi alvo de críticas, dúvidas e aceitação num processo de produção e divulgação estimulando seu uso.

2.12 O livro nas conferências e nas exposições

Para compreender os mecanismos de produção, venda, distribuição e consumo dos livros, para ter noção sobre os trâmites estabelecidos para sua aprovação e adoção no espaço escolar (mediados pelos ofícios, correspondências e relatórios de diferentes naturezas, entre inspetores e presidentes de província, entre professores e delegados literários), assim como para desmistificar os canais de divulgação e aceitação das obras, faz-se necessário transitar por outros espaços (escolares ou não-escolares) para dar inteligibilidade ao circuito do livro e, para entender a mobilidade destes artefatos no nível das concretizações (MORTATTI, 2000), seja pela difusão do produto cultural por meio dos autores, editores, tipógrafos e livreiros, seja pela disseminação da leitura e a propaganda realizada pelos próprios leitores, encontrando-se entre eles, os alunos e os professores.

Além das cartas de pedidos de aprovação e adoção localizadas na documentação remetidas por vários agentes implícitos no circuito do livro, paralelamente às doações e às distribuições destes artefatos, bem como aos anúncios de compra e venda nos

jornais, alguns autores preferiram como estratégia de publicidade apresentar seus livros, comentar seus escritos e transmitir suas concepções por meio das conferências pedagógicas e das conferências populares. As primeiras destinadas preferencialmente aos professores, refletindo-se sobre os problemas educativos e instrucionais, os métodos de ensino aplicados, os programas das disciplinas em exercício, e os livros que deveriam ser aceitos, aprovados e adotados em sala de aula, assim como daquelas obras que deveriam ser substituídas ou eliminadas, dependendo da defasagem dos seus conteúdos, isto é, “para se ver que não [eram] fugitivas as vantagens das conferências pedagógicas, [bastava] indicar o fim que elas se propõem: aperfeiçoar os professores no seu ofício por uma espécie de ensino mútuo” (OLIVEIRA, 2003, p. 220). As conferências populares, por outro lado, direcionadas às famílias dos alunos, aos convidados especialistas em determinados assuntos, e ao público em geral interessado em temáticas específicas (alfabetizados ou não), estas palestras, ainda que para o indivíduo analfabeto, a ação “[...] sobre ele [poderia] ser menos forte, mas não [seria] menos certa e menos sensível que sobre os letrados. Pelo que sendo elas gerais e constantes [poderiam] fazer ou reformar a educação de um povo” (OLIVEIRA, 2003, p. 191). Em síntese, tanto as conferências pedagógicas como as populares, objetivaram tornar conhecido da comunidade, os temas relativos às ciências naturais e à física, compartilhar a dinâmica dos programas escolares baseado na pedagogia moderna, além da discussão, divulgação e consumo das obras.

Para alguns conferencistas (intelectuais, políticos e pedagogos), estas práticas constituíam-se em sinônimo de lucro, reconhecimento e poder, para outros, eram espaços de diálogos e esclarecimentos sobre temáticas ventiladas entre o autor e o leitor, um ambiente propício em que múltiplas leituras de um mesmo texto e diferentes entendimentos de diversos leitores, poderiam ser analisados e compreendidos por diversas perspectivas, permitindo serem elucidados e ampliados os assuntos em discussão; embora também se estabelecessem como estratégias de divulgação e de venda.

Ao tratar de exemplos emblemáticos destas práticas identificados na literatura e correspondentes às várias realidades do Brasil, poderia citar Raul Pompéia (1981, p. 33), ao nos remeter ao personagem Aristarco, no seu romance *O Ateneu*, que tenta ridicularizar ao professor Abílio Cesar Borges, na Bahia, que “[...] enchia o Império com o seu renome de pedagogo [através de] boletins de propaganda pelas províncias, conferências em diversos pontos da cidade [...] atochando a imprensa dos lugarejos, caixões, sobretudo, de livros elementares, fabricados às pressas [...]”. Se Panizzolo (2006), faz referências às conferências pedagógicas realizadas por intelectuais como João Köpke, Antonio da Silva

Jardim, Arthur Gomes e Rangel Pestana, na Escola Primária Neutralidade (em São Paulo desde 1884), direcionadas a questões sobre a instrução e a educação, e se Uchoa (1966), ao aludir às conferências para professores realizadas em Manaus, sinaliza Hilário Ribeiro como o primeiro educador que inova nesta prática, em 1886³⁰⁵; em São Luís do Maranhão, desde 1871, as conferências pedagógicas aconteciam na Sociedade Onze de Agosto, realizadas por intelectuais, políticos e pedagogos que lutavam pelo desenvolvimento da instrução pública, e tratavam de estimular mediante discursos, críticas e reflexões o aperfeiçoamento da formação do professor na província.

Em São Paulo, no que o professor Antonio da Silva tratara da educação em geral, sobre sua evolução histórica, com ênfases na educação intelectual, e o professor Arthur Gomes retomara o tema da aprendizagem das línguas em geral, condenando “[...] a leitura por soletração e silabação [recomendando] o ensino pela adoção da cartilha Maternal, de João de Deus” (PANIZZOLO, 2006, p. 168); o diretor da Escola Primária Neutralidade (João Köpker), além de abordar a *Educação estética* explanando sobre a formação do homem e focalizando na importância do desenho no desenvolvimento da infância, oportuniza a Rangel Pestana, em 1885, refletir sobre a educação, seu objeto e meios, baseando-se nos princípios de Spencer (PANIZZOLO, 2006). No Amazonas, no que Hilário Ribeiro, ao mesmo tempo em que anunciava a *Cartilha Nacional* da série, Livro de Leitura, e expunha as linhas gerais de seu método de ensino, adotado, na época em todo o Império³⁰⁶, aproveita “[...] a ocasião para, no dia 04 de agosto de 1886, encaminhar proposta de venda de seus livros ao Presidente da província, solicitando que a decisão ocorresse com brevidade, tendo em vista sua intenção de deixar Manaus” (CORRÊA, 2006, p. 96); na escola noturna Onze de Agosto, Oliveira (2003), ao pronunciar várias conferências sobre a educação, entre elas: *A necessidade da instrução*; *A sociedade e o princípio da associação*; e o *Discurso sobre a educação feminina* (VIEIRA, 2003)³⁰⁷, também esclarece no prefácio das *Conversas Públicas* realizadas na Escola Normal desta Associação, que o produto de venda das duas conferências por realizar neste estabelecimento, *Os Metais* e, *A instrução e a ignorância*, se reverteriam em benefício da Biblioteca Popular Maranhense, esperando “[...] para a consecução de tão útil fim, o apoio do público. Não [marcando] preço fixo para esta publicação, porque [contava] com a

³⁰⁵ Autor de *Lições no ar*, uma *Grammática Elementar* e sua *Geographia do Rio Grande do Sul*, publicados pela Typographia de Carlos Pinto de Pelotas que tinha filiais em Porto Alegre e Rio Grande. Ver Tambara (2003).

³⁰⁶ Obra lançada pela Francisco Alves (Rio de Janeiro), em 1885.

³⁰⁷ Publicadas em 1871 (VIEIRA, 2003).

generosidade e patriotismo da população que não se [negaria em] coadjuvar-nos nesta empresa” (SOUZA; OLIVEIRA, 1872, p. 3).

Na opinião de Corrêa (2006), estes espaços constituíam-se em ambientes de escritores e leitores, que revelavam o papel imprescindível que os autores de livros escolares exerceram no processo de divulgação e difusão das suas obras, como também ajudavam a entender de que maneira os livros foram apresentados às autoridades políticas e escolares, responsáveis pelo sistema de ensino na Província. Isto é, no Maranhão Imperial, os mesmos indivíduos que ocupavam diferentes cargos políticos e diferentes frentes pedagógicas, os mesmos sujeitos que respondiam pelas escolas públicas, particulares e pela imprensa, “[...] também estavam proferindo conferências, na medida em que escolas, imprensa e conferências foram convertidas em espaços adequados para a circulação e a divulgação dos modernos preceitos pedagógicos apropriados das nações consideradas civilizadas” (PANIZZOLO, 2006, p. 165). Em sendo assim, as conferências pedagógicas se instituíram em espaços de sociabilidade não só para discutirem-se os problemas educacionais, os impasses entre concepções pedagógicas, e os critérios de aprovação, adoção e substituição dos livros escolares; estes ambientes de disputas teóricas, políticas e ideológicas foram, ao mesmo tempo, uma abertura eficaz para que os autores fossem ouvidos e reconhecidos no cenário intelectual, político e pedagógico, um canal de propagação e divulgação das obras e, por conseguinte, uma forma de se garantir a circulação do livro em diferentes níveis.

Se Oliveira (2003), como defensor da co-educação, afirmava que as conferências dos professores “[eram], pois, para as questões da escola o que [era] o parlamento para as altas questões do Estado. Tendo todos, a faculdade de apresentar e defender teses concernentes ao ensino, [comunicando] não só as ideias pedagógicas, [mas] as dificuldades, [...] os métodos e as práticas” (OLIVEIRA, 2003, p. 220); Almeida (1989), no que se refere à criação de escolas mistas em defesa da co-educação, visando entre outras vantagens à diminuição de gastos, argumentava que paradoxalmente “[...] sua adoção no Brasil poderia produzir males consideráveis, por causa dos vícios da educação doméstica e a ausência dos sentimentos religiosos (ALMEIDA, 1989, p.153).

Oliveira (2003), ao defender não só a secularização do ensino e a co-educação, como também a obrigatoriedade e o discurso livre sobre a instrução e a educação do povo, termina criticando a própria Sociedade Onze de Agosto que tinha ajudado a fundar (CASTELLANOS, 2011a). Esse espaço do saber que, ao mesmo tempo em que abria suas portas a quem quisesse fazer leituras de seus livros ou realizar conferências sobre suas

concepções e posicionamentos, para ser autorizado, tinham que ser licenciadas as falas predeterminadas, pela sua diretoria. Este escritor, conferencista e professor, por reconhecer-se adepto à liberdade de expressão e pensamento, afirmava que “ninguém [tinha] o direito de condenar ao silencio aquelle, que lhe parece estar em erro. Esteja ou não patente o seu erro, esse individuo [tinha] tanto direito á manifestar aos outros seu pensamento, como aquelle que o maior numero [afirmara] estar na verdade [...]” (SOUZA; OLIVEIRA, 1872, p. 24), estimulando assim as discussões entre os autores e os leitores, instigando aos questionamentos do público e incitando maiores indagações através da interpretação dos textos, ou seja, a relação entre leitor e autor, entre quem escreve e quem lê, baseava-se no princípio de que “o erro e a dúvida, [...] tem direitos sem os quaes a verdade e a fé não seriam uma vitoria e um mérito” (SOUZA; OLIVEIRA, 1872, p. 24).

Se através dos discursos é possível identificar quais aspectos materiais, pedagógicos, econômicos, eram mais enfatizados no momento dos autores apresentarem seus livros escolares, e se a divulgação destas obras pelos autores constituía-se em estratégias de venda negociadas entre escritor e impressor, na garantia de visar a produção, a publicidade, a distribuição e o uso do livro, estas conferências de assuntos vários, justificadas pela discussão de textos referentes ao ensino e à educação, ao tornar seus autores, seus produtos e seus preços mais facilmente conhecidos do grande público, garantiriam sua venda, seu consumo, e especificamente a compra da maioria destes produtos culturais pelo Governo da província, por ter a responsabilidade de garantir a distribuição gratuita dos livros para o maior número de crianças pobres matriculadas nas escolas primárias no sistema público de ensino. Segundo Souza e Oliveira (1872), deveríamos fazer das conferências pedagógicas, como “[...] o nauta debaixo da calmaria. Não há vento para conduzir o barco; mas as velas estão abertas. Espera-se um dia, dois, três, muitos! Quase falta a paciência! Mas quando menos se pensa, o vento zune nas enxárcias, enche as velas e o barco vai-se embora” (SOUZA; OLIVEIRA, 1972, p. 39).

As conferências populares e as exposições (locais, nacionais e internacionais) representam outros espaços em que o livro, a leitura, os leitores e os autores se fizeram presentes e atuantes. Se nas primeiras, as discussões sobre a instrução e a educação esclareciam à comunidade o seu percurso, seus avanços e retrocessos, e as medidas a serem tomadas para seu desenvolvimento; nas segundas, nos materiais expostos de diferentes naturezas, os livros e as encadernações como símbolo do avanço tipográfico e da cultura letrada maranhense foram apreciados, avaliados e premiados. Segundo Moraes (2008), grandes e nítidas edições tinham sido feita na cidade de São Luís no II Reinado, cuja fama

de perfeição de suas impressões corria “[...] por todo o Império, e [era] ela tão bem firmada que na Exposição do Rio de Janeiro de 1866 os únicos prêmios dados a impressões couberam à tipografias de Frias e B. de Matos, que expuseram além de outras obras, a *Memória*, escrita por Frias” (MORAES, 2008, p. 865).

Segundo Oliveira (2003), se no livro lido muito se aprende, no livro lido e explicado se aprende muito mais, sendo a missão principal das conferências populares espalharem os conhecimentos úteis e necessários ao povo sedento de esclarecimento e de saberes, podendo-se afirmar que “[...] as conferências não completam só a obra das escolas, completam também a das bibliotecas para todos aqueles que não possuem os conhecimentos indispensáveis à leitura de certos livros” (OLIVEIRA, 2003, p. 193); por outro lado, os livros, os autores, os tipógrafos e vários perfis de leitores estiveram presentes, tanto na exposição da Casa dos Educandos Artífices, em 1860, e na Exposição Agrícola e Industrial, em 1866, como também na Exposição da Festa Popular do Trabalho, em 1872, não deixando de figurar na Exposição Nacional de Rio, em 1875, e na Exposição de Filadélfia, em 1876.

Na Casa dos Educandos Artífices, em 23 de dezembro de 1860, num ambiente de distribuição de medalhas e prêmios monetários aos diversos educandos distinguidos nesse “[...] ano por suas capacidades moral, intelectual e industrial”³⁰⁸, nesta exposição, além das produções de Belas-Artes, de indústria, de ofícios, pinturas, bordados e outros artefatos, “a tipografia foi representada nesta festa por um quadro de notas de banco impressas pelo Sr. Frias, que são modelo de paciência, asseio e nitidez”³⁰⁹. Na Exposição Agrícola e Industrial, em 1866, na 26ª classe (na série de objetos classificados), encontravam-se os livros em branco, impressos e encadernados por Carlos Seidl, os “[...] livros impressos, da capital, expostos por Belarmino de Matos [e] livros impressos, da capital, expostos por José Maria de Frias [...]”³¹⁰.

Segundo o jornal *O Publicador Maranhense* (1873), este hábil tipógrafo do Maranhão, referindo-se a Frias, não poderia deixar de representar a arte tipográfica nesta exposição, como tão distintamente o tinha feito, em 1866, no Maranhão, Rio e Paris; e na exposição de 1871, e nas duas exposições maranhenses de 1872, sendo “[...] inútil dizer que os três livros que ele remeteu à Comissão, [foram] muito bem recebidos e figurarão

³⁰⁸ *Publicador Maranhense* (1860, p. 3). Ver Mello (2004).

³⁰⁹ *A Imprensa* (1860, p. 1). Ver Mello (2004).

³¹⁰ *Publicador Maranhense* (1866, p. 1). Ver Mello (2004).

dignamente na Exposição Nacional de Rio (1866) e provavelmente em Viena d'Áustria”³¹¹. Nos comentários sobre a Exposição Maranhense de 1872, da Festa Popular do Trabalho, se afirmava que a arte tipográfica, que em 1866, nos Educandos, e em 1867, na Exposição Universal de Paris (1855), tinha sido representada por cinco de seus membros, já reduziu-se o número de expositores a três, na exposição de 1871, e a um único participante, na de 1872, devendo honrar-se desta forma “[...] ao Sr. José Corrêa de Frias, hábil e incansável tipógrafo desta cidade, que sempre encontramos em todas estas festas do trabalho, procurando fazer sobressair a arte tipográfica a que se dedicou”³¹², apresentando neste ano, os seguintes livros: “*Rudimentos de Geografia*, por Antonio Rego; *Versos*, de alguns sócios do Gabinete Português de Leitura; *Aos meus meninos* de Dr. César Marques [e] *Lições de Economia Política*, por José Ascêncio da Costa Ferreira”³¹³, primando pela nitidez, pela perfeição e pelo gosto no trabalho.

Para Moraes (2008), o professor Antonio de Almeida Oliveira, além de ter escrito obras valiosas, como *Assinação de dez dias* (1878), *O benefício da restituição in integrum* (1886), *A lei das execuções* (1887), e *A prescrição* (obra póstuma, 1896), também como propagandista entusiástico da educação popular fora o primeiro “[...] que no país se [ocupava] do ensino público com um largo descortino e profundidade de estudos pedagógicos [inaugurando] uma espécie de universidade popular em conferências públicas [e] criando com seu conterrâneo Enes de Sousa [a] Biblioteca popular [...]” (MORAES, 2008, p. 81), existindo diferenças na aprendizagem do povo nas escolas e nas bibliotecas, se comparado a o que se discutia, lia, se interpretava e compreendia nas conferências populares. Para *O Publicador Maranhense* (1872), o convite feito pelos Drs. Almeida e Enes de Souza, a César Augusto Marques, para realizar um curso de História do Brasil em forma de conferência na Biblioteca Popular, não deixaria a notícia de consignar dois votos: “um é que com a sua cooperação lucre entre nós a idéia das conferências populares já tão acreditadas em outras nações, e o outro, é que nesse trabalho se [confirmasse] ainda uma vez o conceito em que é tido de distinto litterato e consciencioso historiador”³¹⁴.

Nas escolas, para Oliveira (2003), só se ensinava o que era absolutamente indispensável para o povo ter “algumas luzes”, nas bibliotecas ele só aprendia o que é simples e não demandava explicações, contudo nas conferências populares, na presença do

³¹¹*Publicador Maranhense* (1873, p. 1-2). Ver Mello (2004).

³¹²Segundo os comentários J. Gaune (engenheiro civil) e publicado no *Publicador Maranhense* (1873, p. 2). Ver Mello (2004).

³¹³Id. Ibid.

³¹⁴*Publicador Maranhense* (1872, n. 189, p. 2).

autor da obra e do público leitor, “[...] a matéria [variava] desde as mais simples até as mais complexas, sendo sempre explicada teórica e praticamente [...] de modo que pela variedade, já pela concreta explicação dos assuntos, qualquer operário [podia] adquirir grande copia de ideias úteis” (OLIVEIRA, 2003, p. 194). Dito de outra forma, as conferências populares não só ensinava aquilo que o homem do povo tinha deixado de aprender na escola e não podia aprender na biblioteca, mas, estes espaços de sociabilidade entre autor e leitor, entre texto e leitura podiam ser transformados em “assembléias populares”, nas quais o povo pudesse discutir coisas de seu interesse, ou em “escolas livres e práticas”, onde adquirisse consciência e bom senso, que nenhum mestre, nem nenhum livro lhe podia dar. Para Souza e Oliveira (1872, p. 37), não tinha porque “[...] duvidar-se entre a ignorância e a instrução: para o homem, como para o povo, essas duas simples palavras estabelecem uma questão de vida ou morte”.

Até aqui, fica muito claro a representatividade do livro e da leitura nos diferentes espaços de sociabilidade no Maranhão Império, como também são expostas as diferentes estratégias estabelecidas entre autores, editores, tipógrafos e livreiros para colocar estes artefatos culturais no circuito de produção, distribuição e consumo das obras. De igual modo, são explícitas as estratégias adotadas, seja pelos autores, editores e livreiros, seja pelo público leitor e consumidor destes suportes do escrito, no que se refere ao acesso dos livros mediante a imprensa periódica (anúncios, avisos, divulgação e cooptação de subscritores), ou através dos espaços de guarda, de exposição, de venda, de discussão das temáticas instauradas pelos autores e das arguições expostas a partir da compreensão dos diferentes leitores.

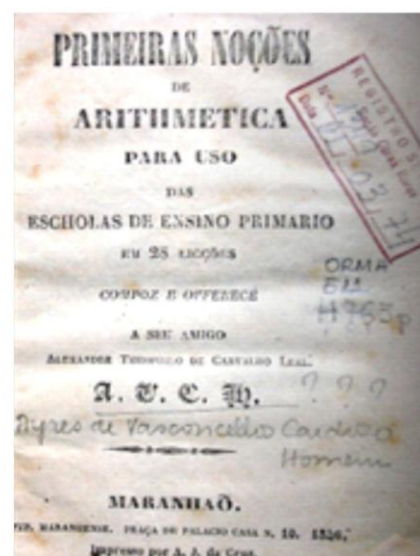
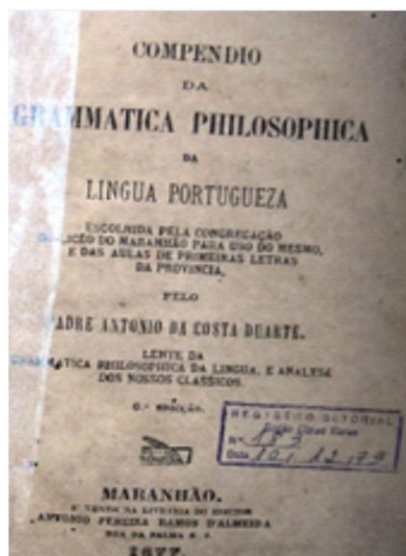
Mas, em que medida estes livros e estas obras se inseriam nos espaços escolares e até que ponto no nível das tematizações, normatizações e concretizações estes livros de natureza escolar ou não eram aceitos na instrução pública? Como se definiam os livros escolares utilizados no ensino maranhense e quais eram os trâmites estabelecidos entre o livro e o ensino, entre a obra e o sistema escolar, entre quem indicava e quem consumia este artefato cultural? Como se estabeleceu este circuito do livro no ensino público maranhense no período imperial?

No capítulo seguinte, procuro responder a estes questionamentos sobre o livro no espaço escolar, ora de maneira mais ampla, ora de forma mais restrita, como consequência da garimpagem e localização dos documentos e tendo consciência das limitações implícitas pela natureza das fontes, que, mesmo constituindo-se em indicativos para entender a história do livro e da leitura (especialmente do livro escolar) no âmbito

local, e compreender a história da educação maranhense, a apreensão das fontes em análise, deve ser feita numa “concepção ecológica”, para citar o termo de Choppin (2002). Livros escolares depositários dos conteúdos, sobre ordenamentos políticos, pedagógicos, técnicos, estéticos e comerciais no plano global, mas no sentido restrito do termo, também indissociável do seu emprego pelos usuários a quem são destinados. Material de cultura ou livro escolar que, como objeto e/ou fonte de investigação para os historiadores, representam um repertório privilegiado, seja qual for o interesse por questões relativas “[...] à educação, à cultura ou às mentalidades, à linguagem, às ciências [...] ou ainda à economia do livro, às técnicas de impressão ou à semiologia da imagem” (CHOPPIN, 2002, p. 13), procurando identificar nas diferentes formas de produção e comercialização dos livros, e nos processos de aprovação, adoção e distribuição no sistema público de ensino, “[...] a maneira como nas práticas, nas representações ou nas produções, se cruzam e imbricam diferentes formas culturais” (CHARTIER, 1988, p. 56).

CAPÍTULO 3

Os livros escolares e a instrução no Maranhão Império



Neste capítulo, trato do lugar ocupado pelos livros escolares na instrução pública e particular maranhense no período imperial e dos procedimentos a que foram expostos, para a inserção ou não, dessas obras no ensino. Analisar os trâmites de aprovação, adoção, substituição, veto e uso desses materiais culturais que estiveram em estreita relação com a expansão das escolas na província, a partir do Ato Adicional de 1834; verificar a concorrência que se foi estabelecendo entre os livros escolares estrangeiros, nacionais e locais no decorrer do Império e suas particularidades, quanto aos problemas de métodos de ensino e de temas uniformes, pátrios e regionais para a constituição da nacionalidade, discutidos na segunda metade do século XIX; assim como, mapear a produção e a inserção de livros escolares maranhenses na instrução, dependentes das concepções implícitas na sua elaboração, das suas características e das temáticas tratadas, constituem-se o núcleo central deste capítulo, embora o exame destes aspectos não ignore as constantes mudanças dos *presidentes de expedientes* na Província do Maranhão no decorrer dos dois Reinados, que pouca influência tiveram na concretização de políticas ao longo prazo, seja no cenário social, seja no educacional, não conseguindo pela dinamicidade nas alterações administrativas planejar reformas que visassem o melhoramento do bem público e, muito menos, executá-las, “sobretudo nas duas décadas posteriores à independência [em que] as discussões sobre a importância da instrução [estiveram relacionadas] à necessidade de se estabelecer, no Império Brasileiro, o Império das leis” (FARIA FILHO, 2007, p. 137).

O Ato Adicional, em 1834, descentralizou o ensino elementar, ficando a partir daí a cargo das Assembleias Provinciais o poder de legislar sobre a Instrução Primária, por outro lado, esta conjuntura propiciou às províncias, a autonomia e a independência que estimularam o estabelecimento de políticas específicas e norteadoras das suas particularidades voltadas para atender as suas necessidades educacionais. Se essa *pretensa autonomia* foi desigual, ao comparar-se a situação econômica, social e política de cada região, marcando esta decisão um oportuno pretexto para a discriminação e diferenciação, segundo as condições materiais concretas de sobrevivência e desenvolvimento de cada uma delas, visando garantir a instrução elementar, e ao mesmo tempo se consitiuiu esta prática um disfarce do governo para eximir-se das responsabilidades com a educação popular e uma estratégia política de sustentar o ensino das elites, baseado na educação superior (MOTTA, 2003; RAPOSO, 1993, FERNANDES, 2003); por outro lado, a normatização e o controle mesmo com a descentralização instituída em lei, nunca deixaram de existir ao serem transvestidos em várias frentes, entre elas: nas nomeações dos presidentes pelo Governo Central e da subordinação deste corpo coeso de políticos aos seus ditames nas

diferentes localidades; na abertura de várias escolas públicas e particulares, que se regiam por dispositivos legais similares entre todas as províncias; nas exigências do material escolar, entre eles, livros escolares e não escolares utilizados na instrução por meio de critérios avaliativos que respondiam aos programas específicos do ensino e das disciplinas focalizadas nos princípios de moralidade e de civilidade; assim como, por meio das leis e dos regulamentos estabelecidos no cenário maranhense em concordância com os preceitos legais de outras províncias e do Município Neutro, isto é, “as reformas (e projetos de reformas) da instrução no Brasil em relação ao nível elementar, discutidas em nível de Parlamento Nacional, referiam-se unicamente ao Município na Corte [tornando-se] conhecidas em todo o país [e orientando] as iniciativas provinciais” (PAIVA, 1987, 69).

Se para Paiva (1987, 65) “[...] o deslocamento do eixo econômico para o Centro-Sul explica o maior desenvolvimento dos sistemas de ensino observado nesta região”, mas não em todas as regiões, como acontece com o Maranhão; e se, para Faria Filho (2007), a diversidade e a forma desigual como se desenvolveu o processo de escolarização primária “[...] não devem nos levar a acreditar que a descentralização político-administrativa pelo Ato Adicional de 1834 acabou por impedir o desenvolvimento da instrução primária no Brasil imperial” (FARIA FILHO, 2007, p. 138); para Bittencourt (2008), quanto à inserção dos livros escolares na instrução, às reformas, aos programas de ensino, isto é, aos “[...] assuntos educacionais, a partir de 1834, nunca deixaram de ser controlados de forma centralizada, apesar da aparente descentralização legal” (BITTENCOURT, 2008, p. 54). Número significativo de textos legais³¹⁵ que mostram como a normatização foi uma das principais formas do Estado intervir no cenário da instrução e de criar meios de governabilidade, não só propiciando “[...] condições para a existência de um Estado independente, mas, também dotar esse Estado de condições de governo [...] dotar o Estado de mecanismos de atuação sobre a população” (FARIAS FILHO, 2007, p. 137), sendo a instrução um dos mecanismos de orientação e controle.

No que se refere ao Maranhão, a expansão da escolaridade já vinha ocorrendo desde a aprovação da Lei de 15 de outubro de 1827, primeira e única lei geral sobre a instrução primária no Brasil imperial, que determinava a criação de escolas em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, aumentando de 14 para 24, o número de

³¹⁵ Foram instituídos no período de 1835 a 1889 na Província do Maranhão, 217 leis, 16 regulamentos e quatro estatutos. Ver Castro (2009a).

escolas nesse período (VIVEIROS, 1953)³¹⁶. Contudo, nas estatísticas apresentadas por Barroso (1867), em *A Instrução Pública no Brasil*, fica explícito o lugar que ocupava o Maranhão, se comparado ao Norte, ao Nordeste e, mesmo com o Município Neutro³¹⁷, num total de vinte províncias expostas (ANEXO C)³¹⁸. Segundo esse autor, ao calcular o número de alunos por habitantes livres nessas regiões, o Maranhão encontrava-se entre as oito primeiras, das quais o Norte e o Nordeste estavam representados somente por três Províncias³¹⁹. Por outro lado, se comparado com o número de alunos nas escolas públicas e particulares de todas as províncias contempladas, o Maranhão ficou entre as nove primeiras, atendendo a mais de 10% da população escolar juntamente com Alagoas, não se podendo explicar unicamente, por meio dos aspectos econômicos e da imigração, “[...] o maior ou menor atendimento escolar provincial; [já que] em algumas províncias [...] homens públicos se interessaram mais pelo problema de ensino que em outras” (PAIVA, 1987, p. 69), embora o número de indivíduos com idade escolar capazes de receber instrução em todo o país fosse de 1.190.000, só recebendo-a 104.025, para uma população de 981.808 fora da escola, isto é, no Brasil Imperial não se chegou a atender “[...] nem mesmo 9% da população escolar calculada sobre os habitantes livres” (PAIVA, 1987, p. 67).

Por outro lado a criação do Liceu, em 1837, constitui-se em um marco divisor no ensino maranhense, à medida que, o seu diretor, ao passar a assumir o papel de inspecionar, dirigir, e fiscalizar todas as escolas, por si ou por intermédio dos delegados literários de sua confiança, “[...] se constituía num canal de interlocução entre Governo e os professores, como também uma via, por meio da qual, os agentes da instrução fariam chegar ao conhecimento do Governo suas reclamações, suas denúncias e suas necessidades”³²⁰, ficando mais evidentes (inclusive documentados) os problemas da

³¹⁶ Viveiros, em trabalho divulgado em diversas edições, em 1937, no jornal *O combate*, encontrou no livro de anotações do Liceu, escriturado, em 1838, que “de 14 escolas que tínhamos, passamos a 24: duas na capital e uma em Alcântara, Arari, Brejo, Caxias, Guimarães, Icatú, Mearin, Monção, Paço do Lumiar, Pastos-Bons, Pinheiro, Itapecuru, Rosário, S. Bento, S. João de Côrtes, S. Antonio das Almas, S. Vicente Férrer, S. Miguel, Tutóia, Vinhais, Viana e Vargem Grande” (VIVEIROS, 1953, p. 7).

³¹⁷ Estatísticas compiladas, “segundo o trabalho publicado recentemente pela Comissão Directora da Exposição Nacional, e intitulado *O Império do Brasil na Exposição Nacional de 1867 em Paris*, [onde] o total de alumnos de instrução primária em todas as Províncias, menos a de Matto Grosso, [era] de 107, 485” (BARROSO, 1867, p. 35, grifo do autor).

³¹⁸ Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santos, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais, Município Neutro.

³¹⁹ Entre as primeiras províncias contempladas está o Paraná com 1 aluno cada 31 habitantes (1/31) e o Município Neutro com 1/39; seguindo Espírito Santo e Rio Grande do Sul com 1/42 e 1/44 respectivamente, Santa Catarina com 1/51, e o Maranhão, o Pará e Alagoas com 1/55. Ver Barroso (1867, p. 35).

³²⁰ Correspondência de Casemiro José Sarmento, Inspetor da Instrução Pública, a José João de Moura Magalhães, Presidente da Província, datada de 17 de junho de 1844.

instrução pública maranhense e da cultura escolar instituída. Nesta perspectiva, a noção de cultura escolar ganha centralidade, pois nos possibilita “[...] articular, descrever e analisar, de uma forma muito mais rica e complexa, os elementos-chaves que compõem o fenômeno educativo tais como **os tempos, os espaços, os sujeitos, os conhecimentos e as práticas escolares**” (FARIA FILHO, 2003, p. 8, grifos do autor); isto é, um conjunto de normas que definem os conhecimentos a serem ensinados, e, conseqüentemente, trazem consigo a inculcação de condutas a serem seguidas, e um conjunto de práticas que permitem tanto a transmissão dos conhecimentos seletos, como também a incorporação de vários comportamentos, tendo nos livros escolares aprovados, adotados e indicados nos lugares de ensino, um instrumento pedagógico para o professor nas suas *formas de fazer* o ato de ensinar, e, para os alunos, um instrumento de aprendizagem nas suas mil *formas de inventar e criar* no ato de apreender (CERTEAU, 1994). Estratégias de imposição e táticas de apropriação que se definem pela cultura escolar, instituída por meio das “[...] normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidade religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) [...] modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades” (JÚLIA, 1995, p. 353).

No meio dos entraves postos no cenário de ensino maranhense, nas primeiras décadas do período imperial, quer de natureza estrutural, quer no âmbito pedagógico, e, a partir das iniciativas de outras regiões quanto à instrução e ao melhoramento das suas condições, alguns agentes governamentais pronunciaram-se e acionaram dispositivos norteadores das decisões que orientavam os ditos processos, ao mesmo tempo em que traçavam estratégias que definissem o tipo de ensino mais propício, a natureza dos conteúdos mais aceitável, assim como o tipo de escola que pudesse instruir, sustentada nos princípios de religiosidade, moralidade e civilidade. Manoel Felisardo de Sousa e Mello, Presidente da Província (1839), ao referir-se às maiores dificuldades para a melhoria da instrução no Maranhão, enfatizava tanto na falta de uniformidade dos métodos, dos compêndios, dos conteúdos e dos utensílios escolares, como também na falta de interesse dos professores pela docência nas aulas de primeiras letras, prejudicando o desenvolvimento e a concretização da instrução. Mello (1838), referindo-se às dificuldades reais do ensino maranhense, afirmava que:

[...] o homem de saber não se querará entregar à penosa ocupação de instruir a mocidade, uma vez que em troca se lhe outorgão tão poucas vantagens. As escolas serão, pois regidas por Mestres inábeis e quando por ventura, pessoa de talento exerça o Magistério, vendo mal retribuídas suas fadigas, não empregará

interior desvelo no ensino. De tudo isto resulta que os alunos ou alcançam vagaroso adiantamento ou as aulas são pouco freqüentadas³²¹.

Uma das alternativas julgada pelos presidentes da Província, Antonio de Miranda (1841) e Ferreira Pena (1849), seria a melhoria dos vencimentos dos professores, os quais, não tendo como sobreviver com os poucos recursos, optavam por atividades mais rentáveis, mantendo-se no ensino aqueles que se mostravam destituídos de zelo e de domínio dos conteúdos escolares. Para João Capistrano Bandeira de Mello, em 1886, “a remuneração que recebem os professores da instrução publica é tão exígua, que só as más condições econômicas em que se acha a província pode explicar a facilidade com que se preenchem os lugares que vagam”³²², além do atraso constante do recebimento dos ordenados. A docência, para ele, “era a última alternativa de homens e mulheres sem vocação e muitas vezes sem outro intuito senão o de vencer tempo para usufruir um santo ócio: uma aposentadoria”³²³.

Como possibilidade de sanar estes problemas, e estabelecido, em 1841, o princípio da vitaliciedade, os professores teriam garantido o direito aos seus ordenados, mesmo se afastados por motivos de doenças, tendo o professor substituto, neste caso, o direito de receber a metade do salário do titular. Entretanto, ao invés destas melhorias pecuniárias trazerem vantagens e incentivos aos professores como previa Antonio de Miranda, esse direito passou a ser usado na contramão de sua concepção, já que os professores passaram a obter regalias e benefícios em função deste progresso da profissão professor, como denunciara na Assembleia Provincial, João Capistrano Bandeira de Mello, em 1866. A alternativa para despertar o interesse dos professores seria, para este Presidente da Província, elevar e reabilitar perante o espírito público, àqueles que tinham o difícil “encargo de ensinar a mocidade: [cumprindo] infundir-lhes a consciência de sua importante missão e o sentimento da própria dignidade, libertando-os da miséria e das apreensões do triste futuro que [legariam] as suas famílias, dando-lhes decente e honesta subsistência”³²⁴. Outra estratégia a ser tomada como forma de recompensar o trabalho do professor, seriam as gratificações na forma de dinheiro, ou, se o desejarem, a distribuição de utensílios e as possíveis reformas de suas escolas, condicionando estas ao maior número de alunos

³²¹ MARANHÃO. Discurso que recitou o Exm^o. Sr. Vicente Tomaz Pires de Figueiredo Camargo, Presidente desta Província, na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 3 de maio do corrente ano. Maranhão: Tipografia da I. J. Ferreira, 1838.

³²² MARANHÃO. Fala com que o Exm^o. Sr. Conselheiro João Capristano Bandeira de Melo abriu a 1^a sessão da 26^a legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Maranhão, em 13 de março de 1866. Maranhão: Tipografia do Pais, 1886.

³²³ Id. Ibid.

³²⁴ Id. Ibid, p. 23.

aprovados nos exames anuais, que tinham por finalidade medir o grau de aprendizagem dos docentes.

Em 1855, o professor Sebastião Pedro Nolasco (da 1ª freguesia da capital) ao ter 25 alunos aprovados dos 107 matriculados, em lugar da gratificação em dinheiro, preferia receber bancos e mesas para garantir o desenvolvimento de suas práticas e o crescimento de sua escola³²⁵. No mesmo ano, Felipe Benicio Condurú (da 3ª freguesia da capital), por ter 12 alunos exitosos dos 65 que frequentavam as suas aulas, optou por receber cartões e papelões para continuar as atividades de leitura e aritmética exigidas pelo ensino mútuo³²⁶. No que Roberto Augusto Colin, docente das aulas de primeiras letras da Casa dos Educandos Artífices, recebia como gratificação pelos resultados obtidos uma rabeca, duas cornetas e um tambor, para servir à banca de música formada pelos alunos da instituição³²⁷; por outro lado, Alexandre Jose Rodrigues (da 2ª freguesia da capital), ao aprovar 37 alunos de um total de 120 matriculados pede em carta a Caetano José de Sousa (Inspetor da Instrução Pública) o recebimento de livros, lápis e ardósias pela situação de pobreza em que se encontravam os alunos mantidos por ele³²⁸. Sendo identificado como único representante do ensino no interior, o professor Manoel Soriano Guilherme, da Vila de Brejo, que pediu em troca pela sua gratificação, uma mesa grande para leitura das crianças³²⁹. Com relação ao ensino feminino, somente as professoras Henriqueta Cândida Ferreira e Ester Leopoldina Pinheiro foram gratificadas, requerendo ambas materiais para as aulas de bordado e de costura das suas aulas na 1ª e 2ª freguesias da capital, respectivamente³³⁰.

Outra possibilidade de melhorar a instrução, segundo os governantes, seria através do estabelecimento de dispositivos que pudessem controlar e ordenar os saberes ministrados e as práticas instituídas em toda a Província, por meio de prêmios, de castigos, da regulação do tempo e de uma forte hierarquização do ensino, ou seja, a constituição de um regulamento que pudesse servir como referente a ser obedecido pelos professores e pelos seus superiores, como os delegados literários, e que legitimassem a aplicação legal de penalidades sugeridas pelos Inspetores da Instrução Pública. Para isso, Antonio de Miranda,

³²⁵ Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, Inspetor interino da Instrução Pública, a José João de Moura Magalhães, Presidente da Província, datada de 5 de dezembro de 1844.

³²⁶ Id. Ibid

³²⁷ Id. Ibid

³²⁸ Correspondência de Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, Inspetor da Instrução Pública, a Ângelo Carlos Muniz, Vice-Presidente da Província, datada de 20 de junho de 1846.

³²⁹ Id. Ibid.

³³⁰ Relatório enviado por Caetano José de Sousa (Inspetor da Instrução Pública) para o Vice-Presidente da Província, Joaquim Teixeira Vieira Belfort, em 22 de novembro de 1855.

em 1841, propõe a criação de um centro que reduzisse as escolas a um sistema único igual, em certa medida, previsto pela Lei n.º 93, de 16 de julho de 1840, que em seu artigo 6.º, determinava que:

A fiscalização sobre o regime das aulas e comportamento dos professores públicos da Província, que não pertencerem ao Liceu, será pelo Governo encarregado pelos prefeitos e subprefeitos, a quem cumpre passar atestados de frequência aos mesmos professores para receberem os seus ordenados. A congregação exercerá esta atribuição quanto às Aulas e Professores do Liceu na conformidade dos respectivos estatutos³³¹.

Para Magalhães Taques – Presidente da Província –, em 1857, os resultados positivos no ensino somente se tornariam possíveis por meio de uma rigorosa inspeção e vigilância constante para que os professores cumprissem os seus deveres, principalmente, nos pequenos lugares onde a opinião pública não existia, espaços nos quais “aquele professor que não conhece a religião do seu dever, esquece facilmente as suas obrigações, [e] a abandona para dar-se aos prazeres, ao comercio, à desídia, à rabulice e à política”³³², julgando que a expansão de escolas em várias localidades da província já tinha criado problemas de ordem econômica e política pela falta de professores e de recursos materiais para o seu uso e para o ensino satisfatório dos alunos, assim como tinha dificultado o recrutamento de docentes zelosos e competentes no exercício de suas práticas pedagógicas.

Para Tanques (1857) a alternativa era o fechamento de aulas em que o número de alunos não justificasse a sua permanência e que os professores mais habilitados fossem removidos para os lugares onde a sua presença fosse mais útil, sendo imprescindível nesse caso, que a construção de escolas e a concessão de materiais escolares (em quantidade e em número suficiente para os alunos pobres) fossem de total responsabilidade dos cofres províncias. Isto é, a uniformidade do ensino e, por conseguinte, o desenvolvimento da instrução, dependeriam em grande medida da distribuição de compêndios impressos no Maranhão ou importados de outras províncias, denunciando assim a falta nas escolas públicas deste artefato cultural indispensável ao ensino. Mas, somente poderiam ser aceitos, aqueles compêndios com comprovada adoção e uso nas aulas de primeiras letras, fazendo referência especialmente ao *Catecismo* de Fleury e ao *Resumo da História do Brasil* escrito

³³¹ Lei n.º 93, de 16 de julho de 1840. In: CASTRO, Cesar Augusto. *Leis e Regulamentos da instrução pública no Maranhão Império*. São Luís: EDUFMA, 2009a.

³³² MARANHÃO. Relatório que a Assembléia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou na sessão ordinária de 1857 ao Presidente da Província Dr. Benvenuto Augusto de Magalhães Taques. Maranhão: Tipografia da temperança (1857, p. 14).

por Salvador Henrique de Albuquerque e adotado nas aulas de instrução primária de Pernambuco e da Paraíba³³³.

O suprimento de cadeiras, nas quais haviam poucos alunos matriculados e naquelas que estivessem próximas, também é defendido por João Capistrano Bandeira de Melo (Presidente da Província), em 1886, sendo esta eliminação ou fusão de aulas, uma forma de economizar os cofres provinciais e uma estratégia para melhorar o atendimento dos alunos pobres com livros e outros materiais precisos para as atividades escolares, assim como para o auxílio, através de reformas, da própria estrutura física das escolas; embora, para Gonçalves Dias (1957), o avanço do ensino também se comprometesse pela impossibilidade dos professores aplicarem métodos efetivos na instrução, em salas de meninos de diferentes clivagens sociais, nas quais os pobres (em tese) obteriam do governo compêndios similares, e os não-pobres utilizariam os livros que estivesse nas possibilidades de compra dos pais ou dependeriam das prioridades que estes dessem à educação. Para esse autor, a impossibilidade de se avançar na instrução dependia, por um lado, de professores que, sem método definido (porque não o aprenderam), terminavam dificultando o processo de ensino, e os outros, sem os poder empregar “[...] por que lhes [faltavam] compêndios que os pais repugnam dar, entendendo que todos os livros servem; por que lhes faltam utensílios e objectos necessários ao consumo da escola; que o estado nem a Província, nem a Municipalidade [ministravam]” (DIAS, 1957, p. 360).

Aliava-se à falta de uniformidade e de fiscalização, a ausência de prédios concebidos para fins escolares, assim como o desinteresse quase generalizado dos pais em matricularem seus filhos nas escolas públicas. As aulas de primeiras letras funcionavam em lugares impróprios, em quintais, nos corredores de igrejas e, principalmente, nas casas dos próprios professores, o que, para Sotero dos Reis (Inspetor da Instrução Pública), causava desagradáveis situações para os professores, os quais teriam que dividir suas residências (nem sempre confortáveis) com um grande contingente de alunos³³⁴. Para Gonçalves Dias (1852) eram “[...] tão tristes e tão desgraçados os factos que a sua exposição singela [no relatório, parecia] converter a verdade em satyra”³³⁵.

Para esse intelectual, existiam sérias contradições, desde a ação governamental no âmbito geral da instrução de todas as províncias, até as próprias práticas pedagógicas no

³³³ O *Catecismo Histórico*, do padre e escritor Francês Claude Fleury, foi publicado pela primeira vez na França, em 1619.

³³⁴ Correspondência de Francisco Sotero dos Reis enviada ao Presidente da Província Luis Alves de Lima, em 15 de abril de 1840.

³³⁵ Relatório de Gonçalves Dias (1852) sobre a Instrução Pública em diferentes províncias do Norte, compreendendo Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Pernambuco e Bahia (DIAS, 1957).

âmbito restrito das salas de aula. Se os presidentes só eram cientes da situação sobre o ensino nos estabelecimentos provinciais a partir dos relatórios dos diretores da instrução pública, e se estes não tinham como acompanhar nos seus mapas as escolas sujeitas a uma administração especial ou privativa (como os estabelecimentos gerais³³⁶, os Colégios e os Seminários), de que maneira poderiam avaliar a instrução maranhense e definir estratégias de melhorias para o ensino? De que formas se controlavam, nesses estabelecimentos, as práticas pedagógicas dos professores, as condições estruturais e o provimento do material escolar, entre os quais deveriam figurar os livros autorizados, para serem utilizados e consumidos? Dias (1852), ao expor a situação do Seminário de Santo Antônio do Maranhão, comentando sobre os alunos internos³³⁷ e externos (recebendo estes últimos, a instrução gratuita), denuncia a situação precária do estabelecimento, onde “[...] um dos seus Professores tinha de leccionar em um corredor [notando-se] nelle todos os vícios de um internato, e de um internato mal constituído” (DIAS, 1957, p. 338).

Essas dificuldades no ensino e, em especial, na instrução pública, poderiam ter contribuído para que tantos pais se negassem a matricular seus filhos nas aulas de primeiras letras, trazendo consigo que Ferreira Pena, em 1849, se visse forçado a determinar no seu governo, que os pais ou tutores que residissem distante das escolas seriam obrigados sob penas pecuniárias mais ou menos fortes, a mandar os meninos a frequentá-las. À proporção que Pena (1849) trata de prevenir com as medidas postas em exercício, “[...] os funestos efeitos da ignorância e incúria de muitos pais de famílias, que nem sabem apreciar as vantagens da educação, nem se lembram de cumprir o imperioso e agradável dever de preparar seus filhos para serem membros úteis da sociedade”³³⁸; José Bento de Araújo (Presidente da Província), em 1887, defende que, “[...] a falta de reconhecimento por parte da família da importância da escola [também se constituía] um dos grandes males da instrução pública maranhense”³³⁹, e um empecilho que prejudicava o andamento e a concretização do ensino.

³³⁶ Estabelecimentos cuja inspeção e direção não pertenciam ao Governo da Província, e não tinham que dar conta de seus procederes às Assembléias Provinciais (DIAS, 1957).

³³⁷ Classificados em diferentes grupos: os numerários (sustentados pelo Tesouro da Província; os acolyptos ou meninos de côro (educados a custa do Tesouro Geral), os addidos ou gratuitos (admitidos ao internato à espera de alguma vaga); e os oposicionistas que pagavam mensalidades, segundo Dias (1957).

³³⁸ Correspondência de Casemiro José Sarmento, Inspetor da Instrução Pública, a Herculano Ferreira Pena, Presidente da Província, datada de 16 de abril de 1849.

³³⁹ MARANHÃO. Fala que o Exmo. Sr. José Bento de Araújo dirigiu a Assembléia Legislativa Provincial do Maranhão, em 18 de maio de 1887, por ocasião da instalação da 2ª. Sessão da 26ª legislatura. Maranhão: Tipografia do Pais (1887. p. 5).

A prática dos alunos se alojarem nas casas dos professores, para garantir o ensino e o funcionamento das aulas de primeiras letras, parece ter sido constante durante o Império. Na obra *A vida simples de um professor de aldeia*, Astolfo Serra (1944), seu autor, ao revelar o cotidiano do seu pai, professor de uma escola na zona rural da Vila de Viana (atual cidade de Matinha), nas últimas décadas do século XIX, evidencia essa questão, além de retratar as constantes dificuldades de sobrevivência no cotidiano dos professores maranhenses nesse período.

Homem pobre, sem remunerações vantajosas, compreendia que só dos seus minguados vencimentos de professor não podia viver. Tinha a alma apostolar. Sabia que o professorado era um sacerdócio; não podia esperar materialmente muito dele. Trabalhava por isso fora das suas aulas. Assim agindo provia de todo o necessário para a sua família [...]. Nosso pão, apesar de pobre, ainda sobrava para outras bocas. Papai sempre manteve em sua casa filhos alheios. Uns eram-lhes confiados como alunos – espécie de internos para estudarem, outros eram crianças sem pai, sem mãe, órfãos ou afilhados que vinham aprender e morar em casa do padrinho (SERRA, 1944, p. 50).

Até aqui, podem ser evidenciados alguns indícios da instrução maranhense pública e privada no período imperial. As condições estruturais nas quais esteve inserida, a falta de professores formados para exercer o magistério público, os baixos salários a que foram submetidos os sujeitos nomeados ou indicados para desempenharem essa profissão, os espaços cedidos, alocados, emprestados e de moradia utilizados para o ensino, que comprometeram o cotidiano do professor ao invadir sua privacidade e prejudicaram o desenvolvimento dos alunos, ao misturar os assuntos domésticos às tarefas pedagógicas, foram aspectos estruturantes que impediram o alargamento da instrução a um maior número de maranhenses. Por outro lado, a uniformidade da instrução afetada pela falta de material escolar que auxiliasse na instituição de ambientes específicos para a instrução, assim como a escassez de compêndios e livros escolares que prejudicava a sistematização do ensino, a regularidade dos métodos e, por conseguinte, a padronização dos conteúdos a serem trabalhados, constituíram-se elementos norteadores da instrução maranhense no Oitocentos.

Sendo assim, quais foram os processos de aprovação e adoção dos livros escolares na instrução no Maranhão Império e de que forma esses artefatos culturais chegaram aos espaços escolares? Quais foram os métodos de ensino aplicados na instrução pública e de que forma influenciaram no desenvolvimento do ensino maranhense? Quais foram os livros escolares utilizados pelos professores e os alunos, e de que forma se deu o acesso a estes suportes do escrito? Como foram divulgadas estas obras no cenário escolar e quais foram as estratégias adotadas para sua utilização e consumo? Para tentar responder parte destes questionamentos no item seguinte, tratei de estabelecer relações entre os

acontecimentos, os indivíduos e suas práticas, no empenho de dar sentido e significado aos fatos registrados nos textos oficiais localizados, sem negligenciar o contexto em que estes foram escritos.

3.1 Os livros adotados e os métodos aplicados na instrução maranhense

Diante do grau de abandono, lástima, descaso e fracasso³⁴⁰ em que se encontrava a instrução pública, Ferreira Pena, em 1849, afirmava que, desse modo, “as massas, nunca [poderiam] chegar à aquisição do que propriamente se [chamava] luzes”³⁴¹. Para esse dirigente, os livros eram o caminho para iluminar as mentes inocentes, sendo essa mesma ideia defendida por Sousa e Mello, quando assumiu o governo do Maranhão, em 1839, sugerindo “[...] uma gratificação a todo aquele [professor] que compuser ou traduzir os respectivos compêndios [...]”³⁴² para atender as aulas de geografia, leitura e escrita, doutrina cristã, gramática portuguesa, dentre outras que faziam parte do conteúdo das primeiras letras. Para serem aprovados pelo Governo Provincial, estes compêndios deveriam explicitar o seu objeto e, no caso de obras destinadas ao exercício da leitura, deveriam conter os fatos mais importantes da história geral e particularmente do Brasil e de Portugal. Na sua ausência, sugeria a adoção do *Manual Enciclopédico* de Monteverde, recém editado em Portugal, mas já adotado em várias outras províncias do Império, como o Pará e Pernambuco.

O *Manual enciclopédico* é um compêndio que, lançado em 1838, pôde perfazer em suas cinco primeiras edições um conjunto de 44.000 exemplares vendidos. Houve em 1855 uma outra edição, de 30.000 exemplares. Em 1865 e em 1870 – em suas 8ª e 9ª edições – eram lançados respectivamente 40.000 e, depois, 42.000 exemplares. Tratava-se de um livro atraente, pelo zelo e capricho da impressão, com detalhes elegantes no dourado que enfeitava a capa. Pretendia, pela disposição do próprio suporte material que se traduzia no impresso, tornar agradável a leitura dos inúmeros assuntos abordados nas várias matérias de estudo de que se ocupava. O *Manual* é um texto pequenino, para caber nas mãos de uma criança; mas extenso tanto na dimensão (700 páginas) quanto no conjunto de temas nele desenvolvidos. Parece desejar, no íntimo, cativar o coração, a atenção e, até mesmo, a confiança do professor primário, indicando para ele tudo o que deveria ser dito, na escola, à meninice. Ao folheá-lo, professores primários, ainda hoje, podem ter a impressão de que estão lá contidas muitas das matérias que compõem o repertório do ensino elementar. Ele é útil, pois; ele é prático. Ensina

³⁴⁰ Estas são algumas expressões usadas pelos presidentes da província ao se reportarem ao estado da instrução pública maranhense no século XIX.

³⁴¹ MARANHÃO. Fala dirigida pelo Exmo. Presidente da Província do Maranhão, Herculano Ferreira Penna, à Assembléia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 14 de outubro de 1849. Maranhão, Impresso na Typ. de J. A. G. de Magalhães, 1849.

³⁴² MARANHÃO. Discurso que recitou o Exmº. Sr. Manoel Felisardo de Sousa e Mello, Presidente desta Província, na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 3 de maio do corrente ano. Maranhão: Tipografia da I. J. Ferreira, 1839.

as operações aritméticas, os números decimais, as frações; ensina, pela gramática, as regras básicas da ortografia e da sintaxe; procura explicar temas selecionados da História de Portugal; elementos de Geografia e das ciências físicas e naturais. Traz, principalmente – como conteúdo essencial do processo de ensino que propunha dirigir –, noções básicas de civilidade, de comportamento público e de urbanidade. Enfim o referido compêndio não esconde seu intuito de produzir, ali, um guia para que o professor bem ensinasse a ler, a escrever, a contar e a se comportar (BOTO, 2011, p. 291).

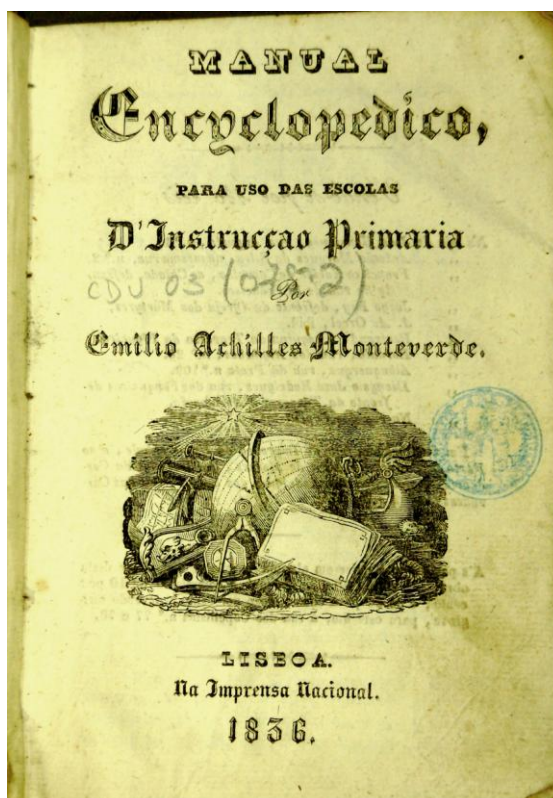


Figura 8 - Manual Enciclopédico de Monteverde

Além dos livros a serem adotados em toda a província (segundo a exposição anterior) esse presidente também defendia a urgente adoção de um método de ensino para atender ao maior número de alunos de maneira uniforme e integral, sendo o Método Lancastrino o único que atendia esses critérios. O método monitorial ou mútuo foi desenvolvido na Inglaterra de forma isolada por A. Bell e por J. Lancaster, que reivindicaram o direito da sua aplicação. O primeiro o implantou em um orfanato nas Índias inglesas e o outro, em uma escola para meninas pobres em Londres, tendo publicado a obra com os resultados da sua experiência no livro que denominou de *Método de Lancaster*. Este livro foi traduzido em Portugal, em 1823, por Guilherme Skinner, aluno do segundo ano de Matemática e Desenho, da Real Academia da Cidade do Porto, que no Prólogo, afirma que;

Parecendo-me que o dever de todo o homem e empregar o seu tempo com utilidade para si e para com todos e vendo eu que de tempo dos meus estudos me sobravam alguns intervalos, lancei mão da presente obra para a traduzir em Português. Bem conheço que os meus poucos anos e os meus talentos não podem levar a um excelente grau de perfeição esta tradução, porém como o meu intento e ser útil a nação com uma obra que julgo ser-lhe muito interessante por ser a

primeira que sai a luz e que seu autor José Lancaster com ela tanto fez a mocidade; por isso peço desculpas da benevolência dos leitores, pois como em toda a Europa se acha estabelecido este Sistema de Ensino Mútuo, bem será que em Portugal e seus Domínios se adote e que os senhores professores façam toda a diligencia em guiar seus discípulos pelo método de tão ilustre britânico (LANCASTER, 1823, p.1).

Nesta obra, está descrito todo o processo de implantação do método. Na primeira parte, trata da organização da sala de aula, das escrivatinhas e dos arranjos preparatórios. Em seguida, discorre sobre o método de ensinar o alfabeto. Na terceira parte, aborda o novo método de ensinar aritmética. Mais tarde, trata da inspeção, das emulações e prêmios, das ofensas e queixas, dos instrumentos e tipos de castigo, destinando-se posteriormente aos decuriões e seus substitutos, às ordens e aos mandados. Lancaster dedica um capítulo inteiro para tratar das qualidades dos monitores, das regras para nomeá-los e dos seus deveres, finalizando a obra com um conjunto de observações para os mestres e no apêndice tratando desde o arranjo das aulas e seu fornecimento, até a educação das meninas e das explicações das estampas a serem trabalhadas no ambiente de ensino (LANCASTER, 1823).

No texto organizado por Bastos e Faria Filho (1999), sobre o método monitorial temos uma cartografia da sua adoção no Brasil e em Portugal e das suas formas de organização e aplicação. Para Bastos (2011), esse método vem ao encontro da expansão da instrução para atender ao processo de industrialização que requeria em menor espaço de tempo atender ao maior número de pessoas por um único professor que com poucos recursos (quadros, tabelas ilustradas, ardósias, quadros de leitura, de escrita e de aritmética, e vara para apontar os conteúdos expostos no quadro-negro), em apenas um espaço e em uníssono (dividido em pequenos grupos), poderia ensinar a ler, escrever e contar a novecentos, e até mil discípulos. Para Lins (1999), “Lancaster chama para si a tarefa de oferecer a educação adequada para as classes menos favorecidas. Na verdade a sua tarefa se resume em por em prática as idéias de Adam Smith, formuladas n’*A riqueza das nações*”³⁴³ (LINS, 1999, p. 80, grifo meu).

No Maranhão, a adoção desse método é proposta por Sousa e Melo (1838), Presidente da Província, e implantado por Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo (1839), entretanto ambos acreditavam que para sua implantação era preciso capacitar os professores através da criação de uma Escola Normal de Ensino Mútuo, cuja

³⁴³Obra composta por 5 livros (ou partes), baseada na história do pensamento econômico e publicada pela primeira vez em Londres, em março de 1776, pela casa editorial de William Strahan e Thomas Cadell. Uma 2ª edição foi lançada em fevereiro em 1778, seguida por mais três edições: em 1784, 1786, e 1789.

responsabilidade recairia sobre Felipe Benicio Condurú, que, ao ser enviado a estudar na França à custa dos cofres públicos, traria na sua bagagem todos os recursos precisos para a instalação dessa escola e do método, ao retornar para o Brasil.

Esses materiais, adquiridos de acordo com o estabelecido por Lancaster para implantação do seu método, se constituiriam no material escolar que propagaria oficialmente o ensino por monitoração na província. Ensino que se instauraria através do alfabeto e dos livros de soletrar, mediados pelas séries de lições de leitura e do novo sistema de aritmética, na inculcação dos deveres para os decuriões e da explicação pelo método de ensinar em ordens, a partir do número de procedência para os círculos, do número de revistas, dos bilhetes dos decuriões e dos bilhetes de acusação e de vergonha. Apoiar-se-ia também nos títulos das classes para se colocarem na frente de cada grupo como sinal de distinção, mediado pelas ordens, os mandados, as insígnias de vergonha e os bilhetes recomendatórios, as lousas já regradas para o uso das aulas; além das mesas para os professores e alunos, dos bancos e dos respectivos espaços (caracterizados pela sua amplitude) que comportassem o numeroso contingente de alunos (LANCASTER, 1823)³⁴⁴.

Com relação aos livros, Felipe Condurú, em carta a Figueiredo Camargo, afirmava que além, dos materiais que havia comprado com recursos da província, havia adquirido em Paris e em Lisboa o que havia de “melhor publicado nesses países”, como as fichas de gramática portuguesa, de desenho linear, de escrita, de leitura e de catecismo, e alguns livros para instruir aos professores e para o uso dos alunos. Segundo o método monitorial para o ensino da leitura, o decurião geral, ao ler e soletrar, ajuntava toda a sua classe “[...] em semicírculos de doze ou vinte, chamando cada um dos meninos pelo seu nome, principiando em número um e indo regularmente por toda a classe. Isto [conservava] sempre boa ordem de ler e [prevenia] que qualquer aluno [omitisse] uma lição” (LANCASTER, 1823, p. 30-31), o mesmo aplicando-se às aulas de aritmética.

No Maranhão, para o ensino da aula de aritmética, era recomendada por Felipe Condurú (Diretor da Escola Normal de Ensino Mútuo) o *Compêndio de Aritmética* (1832) composto para o uso das escolas primárias do Brasil por Candido Baptista de Oliveira, Lente da Academia Militar e Membro da Câmara dos Deputados³⁴⁵. Segundo Castro (1992, p. 34), no prefácio dessa obra, Oliveira afirma que o compêndio tinha sido escrito para os

³⁴⁴LANCASTER, José. Sistema britânico de educação: sendo hum completo tratado de melhoramentos e invenções. Traduzido do original inglês por Guilherme Skinner estudante do segundo ano Matemático e desenho na Real Academia da cidade do Porto, para ilustração das Academias e Aulas do Reino Unido de Portugal, do Brasil e Algarves, tanto para meninos como para meninas, dedicado e oferecido ao Ilmo Sr, Francisco Van-Zeller. Porto: Tipografia de Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos. 1823.

³⁴⁵Obra editada em Rio de Janeiro pela Tipografia Nacional, em 1832.

professores e em especial para os que ensinavam pelo método monitorial, elaborando uma série de tabelas, que são detalhadamente explicadas para facilitar o modo da sua aplicação.

Com efeito, bastará que o professor munido deste compêndio, trace em um painel segundo a ordem dos livros, as tabelas que nela se contem explicando-as pela maneira indicada nas notas correspondentes, as quais, sendo fielmente copiadas pelos alunos, reproduzirão, nas mãos destes, toda a doutrina útil que ele encerra logo que terminada seja a sua exposição (OLIVEIRA, 1874 apud VALENTE, 2007, p. 125).

Na província do Maranhão, esse método segue em duas direções. A primeira baseava-se numa aula que seria aberta por Condurú para meninos, na qual, em princípio, fora adotado o método ordinário enquanto não estivesse “[...] montada a casa que para a mesma escola se mandou construir na Rua do Sol”³⁴⁶. A segunda fundamentava-se na criação de uma Escola Normal de Ensino Mútuo, com a finalidade de capacitar os professores efetivos para que implantassem em várias localidades da Província esta modalidade de ensino e, também, aos indivíduos que tivessem optado profissionalmente pelo magistério. Esta parece ter sido uma característica das Escolas Normais brasileiras que adotaram o ensino mútuo como a do Rio de Janeiro, em 1835, e da Bahia, em 1836 (VILLELA, 1999).

Ao tentar implantar a Escola no interior do Liceu, Condurú enfrenta a sua primeira barreira. Sotero dos Reis, informado pela presidência da província da sua intenção, relata que as condições físicas do estabelecimento não permitiam instalar essa escola, para cujo funcionamento necessitava de ambientes amplos e de recursos materiais, que não havia como suprir com os poucos recursos destinados à instituição que dirigia, julgando, após inspecionar os espaços pelas “exigências do Sr. Condurú”, que somente a sala onde eram ministradas as aulas de desenho poderia atender as suas pretensões. Jerônimo Martiniano Figueira Mello (Presidente da Província), contrariando os argumentos do Inspetor da Instrução Pública, determinara que a Escola fosse alojada nas dependências do Liceu, na sala da aula de desenho, evidenciando tal decisão o poder que Felipe Condurú passaria a exercer junto ao governo provincial, e a esperança depositada na adoção do ensino mútuo como único meio que pudesse sanar os problemas crônicos da instrução pública maranhense.

Sendo assim, os horários intercalados entre as aulas de Condurú (no horário matutino) e as aulas de desenho para os alunos do Liceu (no período vespertino), trouxeram

³⁴⁶ MARANHÃO. Fala dirigida pelo Exmo. Presidente da Província do Maranhão, Herculano Ferreira Penna, à Assembléia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 14 de outubro de 1849. Maranhão, Impresso na Typ. de J. A. G. de Magalhães, 1849.

como inconveniente de que a cada dia (após as aulas de ensino mútuo), tanto o porteiro, como outros funcionários da instituição, tivessem que preparar o espaço utilizado, para que acontecessem as aulas no estabelecimento no período da tarde, tendo como única alternativa possível para a resolução desse impasse a sugestão do professor Felipe Condurú, quanto à construção de um prédio com todas as condições físicas e materiais que o método de Lancaster exigia. Mesmo anexa ao Liceu, e orientada pelo diretor, a escola teve os seus dias de prosperidade, sendo que por diversas vezes se pensou em separar os dois institutos. Em 1844, foi o inspetor do Tesouro quem autorizara a assinatura do contrato com Joaquim José Pereira de Burgos para a locação de um prédio que este comerciante construía para esse fim (VIVEIROS, 1936). Por outro lado, até a imprensa julgara que a criação dessa escola renovaria a educação maranhense carente de bons professores, de prédios destinados para o seu fim e de recursos materiais, principalmente de livros escolares e compêndios para o cumprimento de sua finalidade, instruindo desta forma meninos e meninas no menor espaço de tempo e com o mínimo de dispêndio financeiro.

“Esses ares de nova luz sobre a educação maranhense”³⁴⁷, foram defendidos por intelectuais, como João Lisboa, Gonçalves Dias e César Augusto Marques, que viam na proposta apresentada por Condurú um “manancial de oportunidades para a instrução dos meninos desta província”³⁴⁸. No entanto, apesar do entusiasmo expresso pelos intelectuais, os professores, como principais interessados nesta experiência pedagógica, não demonstravam vontade de se deslocarem do interior para a capital por um período de um ano “[...] para conhecerem a verdadeira essência do método” (1839, p. 29)³⁴⁹, desconsiderando assim, o artigo 2.º da Lei n.º 76, que determinava a “todos os respectivos professores a instruir-se afim de ensinar pelo mesmo método [...]”; não obstante, o professor que em menos tempo “[...] se mostra-se praticamente perito no referido ensino pelos progressos, que fizerem seus alunos, [perceberia a] mais, a quinta parte do seu ordenado”(CASTRO, 2009a, p. 48)³⁵⁰.

Para esse aparente desinteresse dos professores as justificativas eram as mais diversas, ficando algumas latentes, e as mais explícitas eram aquelas que mais incidiam no cotidiano destes profissionais. As dificuldades financeiras de suas famílias apontavam uma

³⁴⁷ Expressão utilizada por Felipe Condurú para defender a importância da criação da Escola Normal.

³⁴⁸ Correspondência de Francisco Sotero dos Reis (Inspetor da Instrução Pública) enviada a Vicente Tomaz Pires de Figueiredo Camargo, datada de 22 de janeiro de 1839.

³⁴⁹ MARANHÃO. Discurso que proferiu o Exmº. Sr. Manoel Felisardo de Sousa e Mello, Presidente desta Província, na ocasião de abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 3 de maio do corrente ano. Maranhão: Tipografia de I. J. Ferreira, 1839.

³⁵⁰ Lei n. 76, de 24 de julho de 1838. Ver Castro (2009a).

das primeiras causas, já que muitos deles tinham que se manter na capital e sustentarem a mulher e os filhos deixados no interior; como reclamara o professor Felipe Francisco Monteiro, da Vila de Santa Helena³⁵¹. Se o segundo entrave consistia na distância da capital, o que tornaria inviável a permanência em São Luís por períodos longos, o terceiro se referia ao afastamento dos professores que poderia desestimular os alunos ou influenciarem os pais a procurarem outras escolas, o que levaria ao fechamento dos espaços escolares já instituídos, como temia Jose Ladislau da Silva Raposo, da Vila de São João de Cortes³⁵². Essas preocupações dos professores respaldavam-se nas condições econômicas e políticas do Maranhão que não propiciavam segurança e sustentos adequados, encontrando-se ainda sob os efeitos da Balaiada (1838-1841).

Como forma de estimular o deslocamento dos professores do interior para São Luís, o Presidente da Província, João Antonio de Miranda, determinara, em 1842, que todos os interessados em frequentar a Escola Normal, receberiam uma gratificação para sua manutenção na capital, continuariam a receber integralmente seus vencimentos, teriam a garantia da reabertura das suas aulas quando concluíssem o curso, e nas localidades onde havia um número maior de alunos, especificamente, seriam contratados professores substitutos para garantir o não fechamento do espaço escolar; mas para os professores gozarem deste benefício, o delegado literário ao qual o professor estava subordinado (em primeira instância) tinha que comunicar essa disponibilidade ao Inspetor da Instrução Pública, e este ao Presidente da Província.

Comunico a Vossa Excelência que o Professor Público de Primeiras Letras João Batista Sergio de Pilar se apresentou no dia 14 de janeiro [1842] para freqüentar a Escola Normal em consequência da *ordem de Vossa Excelência* que lhe foram transmitidas por meu intermédio³⁵³ (grifo nosso).

Essas estratégias adotadas como tentativa de estimular e incentivar a disponibilidade dos agentes educativos para a formação pedagógica na Escola Normal não despertaram o interesse esperado por parte dos sujeitos responsáveis pelo ensino, o que levou a esse presidente a ordenar a frequência no referido curso de todos os professores que tivessem mais de 40 alunos matriculados, perdendo seus vencimentos aqueles que reagissem contrariamente, podendo até ser despedidos das suas funções no âmbito da instrução pública, caso desconsiderassem as medidas impostas. Essa ausência de

³⁵¹ Correspondência de Casemiro José M. Sarmento a Jerônimo Martiniano Figueira Melo, presidente da Província, datada de 1 de fevereiro de 1844.

³⁵² Correspondência de Casemiro José M. Sarmento Inspetor da Instrução Pública a Jerônimo Martiniano Figueira Melo, Presidente da Província, datada de 6 de março de 1844.

³⁵³ Correspondência de Francisco Sotero dos Reis (Inspetor da Instrução Pública) a Venâncio José Lisboa (Presidente da Província), datada de 17 de janeiro de 1842.

professores perpassa todo o ciclo de existência desta primeira Escola Normal no Maranhão. Em 1844, Felipe Condurú reclamava ao Presidente da Província de que deveria haver maior empenho da Inspetoria da Instrução Pública nesse sentido. Em carta endereçada ao Presidente Jerônimo Martiniano Figueira de Mello e defendendo-se dessa acusação, o Inspetor Casemiro José de M. Sarmiento³⁵⁴ expunha ao Presidente da Província que, ao contrário do que afirmara o diretor dessa Escola, havia muitos alunos matriculados, garantindo na sua correspondência que o problema não estava no quantitativo de inscritos, e sim, que a maior parte dos professores que cursavam a Escola Normal desconhecia todas as matérias ensinadas na instrução primária, o que consequentemente, dificultava a aprendizagem do método de Lancaster, fazendo que o ensino nessa instituição,

fosse totalmente inútil, nela nada se tem ensinado ou se ensina que preste e de onde resulta contagem quer dos professores quiçá da mocidade [...] Em prova do que acabo de proferir e que são de eterna verdade, ofereço a Vossa Excelência o *compêndio incluso de Mercê Larrazui, pelo qual ensina o suplicante*³⁵⁵ (grifo meu).

Sobre a obra de Mercê Larrazui, segundo a descrição de Casemiro Sarmiento, estava dividida em 12 capítulos, o primeiro compreendia 17 páginas que tratavam do local da escola ou da classe de ensino mútuo e de sua mobília. No segundo, discutia-se o emprego do tempo escolar, trazendo o terceiro (nas suas 65 páginas) um conjunto de regras a serem cumpridas pelos alunos. O seguinte capítulo abrangia as orações a serem recitadas na escola, tratando-se no quinto das atividades a serem executadas cotidianamente pelos monitores. Os demais textos tratavam dos exames e dos livros da escola, dos mapas e das férias, comentando-se no último capítulo, o ensino dos adultos. Daí, esse inspetor julgá-lo desnecessário e inútil, “pois o nosso país é diferente da França”³⁵⁶, porquanto os assuntos tratados, “não [dependiam] nem da vontade, nem dos conhecimentos dos professores de primeiras letras”. Para ele, esse compêndio de nada servia, pois o que aproveitava um professor em saber que uma escola deveria ser feita com paralelogramo, com amplas janelas e suas acomodações? “Por ventura [tinha que] ser o professor o arquiteto da Escola ou terá ele de ser encarregado da construção da mesma?”. Por fim, tomando como referência esse compêndio, julgava que a Escola Normal “deveria ser aniquilada, porque em verdade nela não [via] se não toques de campainha e de apito, muitas cerimônias, muitas

³⁵⁴ Substituto de Sotero dos Reis no período em que este assume o cargo de Deputado na Assembléia Provincial.

³⁵⁵ Correspondência de Casemiro José de M. Sarmiento (Inspetor da Instrução Pública) ao Presidente da Província, Jerônimo Martiniano Figueira, datada de 28 de fevereiro de 1844.

³⁵⁶ Correspondência de Casemiro José de M. Sarmiento (Inspetor da Instrução Pública) ao Presidente da Província, Jerônimo Martiniano Figueira, datada de 1º de fevereiro de 1844.

gatimonhas e frandulagens que para nada prestão senão para mostrar de que devaneios é capaz o espírito humano”³⁵⁷.

Esta posição de Casemiro Sarmiento e, de modo mais polido, de Sotero dos Reis, evidencia a rejeição dos inspetores (por terem, certamente, um conhecimento mais amplo da instrução pública maranhense) com relação ao método monitorial, que não teve o menor efeito, nem sequer nas instituições de organização militar, como a Casa dos Educandos Artífices, segundo Sarmiento (1844). Diante do exposto, levantamos os mesmos questionamentos feitos por Villela (1999, p. 151), ao tratar da adoção do ensino mútuo no Rio de Janeiro. “Por que os dirigentes [maranhenses], ao inaugurarem a escola normal, adotaram o método de ensino mútuo como única opção”, após as críticas dos inspetores de ensino e dos próprios professores, apesar das defesas expostas pelos agentes da instrução pública, acima citados? Que teria esse método de tão fascinante para que merecesse tamanha insistência?

No caso específico maranhense, inferimos que, apesar das críticas, os governantes acreditavam que diante dos aspectos “pouco lisonjeiros da instrução pública”³⁵⁸, o método monitorial pudesse minimizar o problema do restrito acesso às escolas, notadamente no interior, onde a ausência de professores, prédios e de material escolar, entre outros fatores, era mais acentuados que na capital. O fascínio pela adoção do método lancasteriano, que os presidentes, em especial, Sousa e Melo (1838), Figueiredo Camargo (1839) e Antonio de Miranda (1841), proferiam, estava aparentemente baseado na economia de dispêndios, através de cuja implantação se propunha e simbolizava, quer com os pagamentos dos professores e no uso dos materiais da cultura escolar, quer com o ensino em massa de crianças nos rudimentos da leitura, escrita e cálculo, e com as lições dos preceitos morais e religiosos concebidos através da instrução pública num mínimo período de tempo. Outro aspecto relevante nos parece ser a influência política de Felipe Condurú, e o apoio que recebe de Alexandre José Rodrigues e de Domingos Feliciano Marques Perdigão (diretores dos Colégios de Nossa Senhora da Conceição, e de Nossa Senhora dos Remédios, respectivamente), que durante o século XIX foram os dois estabelecimentos particulares de maior destaque e de influência na sociedade local; embora o aspecto fundamental, que nos induz a considerar a divisão de opiniões entre os educadores quanto à

³⁵⁷ Correspondência de Casemiro José de M. Sarmiento (Inspetor da Instrução Pública) ao Presidente da Província, Jerônimo Martiniano Figueira, datada de 28 de fevereiro de 1844.

³⁵⁸ MARANHÃO. Discurso feito pelo Exm^o. Sr. Dr. João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 3 de julho de 1841. Maranhão: Tipografia Monárquica Constitucional de F. de S. N. Cascaes, 1841.

instituição e operacionalização do método lancetrino, concentre-se menos nos aspectos estruturais e de ordem material, que no papel desempenhado pelo livro escolar na formação espiritual dos educandos, seja pelas novas formas de utilização, seja pela tipologia de consumo, “[...] propiciando um ensino não sectário o que contrariava as autoridades eclesiásticas e seus adeptos mais fervorosos” (BITTENCOURT, 2008, p. 44), como aconteceu, nos mesmos lugares onde se originou, se aplicou e foi expurgado.

No caso inglês, por ter sido a Bíblia um livro básico para os ensinamentos morais e religiosos, por serem lidos sempre seus textos e não comentados, e não ter existido nenhum catecismo imposto aos alunos nas escolas organizadas pelo The Royal Lancastrian Society, a Igreja Anglicana denunciava o risco que se corria pelas argumentações e interpretações dos textos religiosos, e o que isto poderia representar num ensino destinado às crianças de classes populares, que não servia de doutrinação da religião oficial, divergindo desta forma, das concepções dos seus criadores, o pastor anglicano Bell (da Igreja oficial) e Lancaster (quaker). No caso francês, o ministro Guizot terminou acatando as críticas dos católicos franceses ortodoxos com respeito ao método usado nas escolas, já que escapava à tutela da Igreja, não possuindo “[...] meios para impor seus *catecismos* e muito menos “controlar as falas” transmitidas por jovens “despreparados moralmente” (BITTENCOURT, 2008, p. 44), sendo terminantemente proibindo, em 1833.

No Brasil, segundo Bittencourt (2008), parece que os parlamentares não conheciam em princípio o método em profundidade, e por estarem num “equilíbrio de tensões”, para usar o termo de Elias (1994), entre os ônus e os bônus sobre a propagação da instrução, isto é, entre os gastos que deveriam ser feitos com o ensino público e as economias que poderiam ser realizadas com a implantação do ensino mútuo, terminaram exigindo e implantando esse método no cerne da instrução pública, embora fossem aparecendo diversas críticas de alguns intelectuais brasileiros com respeito a esta exigência, destacando-se entre elas: a concepção do ensino da leitura e da escrita, não como um fim em si mesmo (como se trabalhava no método lancetrino), e sim, como um meio subordinado ao aperfeiçoamento moral como era trabalhado no ensino religioso; como também o entendimento de que o ensino dos preceitos cristãos se minimizavam, ao restringir-se à recitação das cartilhas, sem intervenção do mestre e sem nenhuma autoridade moral dos monitores sobre o espírito dos alunos, assim como, pelas poucas probabilidades de admoestações entre os decuriões e a classe no processo de ensino por terem idades similares e nenhuma autoridade moral.

Mesmo assim, as críticas não impediram que a Escola Normal de Ensino Mútuo no Maranhão imperial lentamente fosse assumindo o papel de ensinar os professores por meio do método de Lancaster, os seguintes conteúdos:

- ✓ Leitura – recitação e declamação recíproca, individual e simultânea;
- ✓ Escrita – Bastardo, cursivo e corrente, e, a ortografia;
- ✓ Aritmética – Algarismos, lei da numeração, definições práticas dos quebrados especiais de inteiros e complexos e conhecimentos simples dos quadrados;
- ✓ Geometria – conhecimento prático das linhas, figuras, sólidos e avaliação das duas últimas especiais;
- ✓ Geografia – Figura da terra, pontos cardiais, divisão dos mares e da terra, os principais fios do globo, os nomes dos estados, suas capitais, população e indústria principal e limites;
- ✓ Corografia Basílica – O número e nome das províncias, limites, população e indústria de cada.
- ✓ História Sagrada – simplesmente.

Sobre o ensino religioso, Felipe Condurú julgava que por ser de um ramo da educação mais doméstico do que público, caberia às mães, e não à escola, a responsabilidade pelas primeiras lições a seus filhos; sujeito feminino a quem Deus tinha incumbido a direção do coração do homem, mais do que aos professores. Por outro lado, os docentes, além de ministrarem “as aulas públicas a todas as crianças religiosas na forma da Constituição do Império, não [deveriam] ensinar doutrina ou catecismo que não [fossem] comuns a todas elas”³⁵⁹; no entanto, apesar dessas observações, recomenda a adoção em todas as aulas de ensino mútuo, ou qualquer outra, do *Catecismo de Montepellier*³⁶⁰.

Essa obra, a partir de então, passa a ser o principal compêndio para o ensino da moral cristã e das regras de civilidade entre todas as escolas de primeiras letras, públicas e particulares da capital, como do interior da Província. Sobre essa obra, Condurú afirma que esse catecismo era o que de melhor e mais completo havia no ensino das escrituras sagradas para meninos e meninas, cabendo à Inspetoria da Instrução Pública requerer recursos para comprá-lo em Lisboa, no intuito de distribuí-los, pelo menos um exemplar a cada aula pública de primeiras letras da capital; e às casas comerciais, sugeria colocá-los à venda para

³⁵⁹ Correspondência de Felipe Benício Condurú, diretor da Escola Normal a Francisco Sotero dos Reis (Inspetor da Instrução Pública), datado de 30 de dezembro de 1841.

³⁶⁰ *Catecismo da Diocese de Montpellier*, elaborado pelo Bispo Charency e traduzido para o português ainda no século XVIII.

que os professores das escolas particulares o utilizassem na instrução, e para que as mães ensinassem a seus filhos os princípios religiosos, visando à sua educação.

Para as aulas de leitura e escrita, recomendava o *Método Português de Leitura* de Antonio Feliciano de Castilho, que havia conhecido quando da sua passagem por Lisboa retornando da França. Para o ensino da leitura este método vinha ao encontro dos ensinamentos de Lancaster e sendo o mais usado em Portugal nas escolas de primeiras letras, tinha trazido no ensino da instrução pública os resultados mais promissores. Além dessa obra de Castilho, Felipe Condurú, indicou *A arte de aprender a ler manuscrito para uso das escolas em 10 lições progressivas do mais fácil ao mais difícil* de autoria de Duarte Ventura, livro impresso em Paris pela casa de J. P. Aillaud, e posta em circulação (em Portugal) sua primeira edição, provavelmente em 1830. Batista (2011), ao referir-se a essa obra, diz que³⁶¹:

O livro se organiza em 10 lições. A progressão, como diz o título, vai da letra mais fácil para a mais difícil. A "Primeira lição", como se dá geralmente nos livros do gênero, apresenta o alfabeto em letras manuscritas maiúsculas (p. 3 a 4), os numerais de 1 a 10 (p. 4) e o alfabeto (p. 5) novamente, agora em letras minúsculas, assim como nova sequência dos numerais, em tamanho menor. Nessas pranchas, utiliza-se sempre a letra cursiva inclinada. As demais lições constroem uma antologia (sempre em cursiva), composta por um único excerto de texto (no caso, a opção recai em geral sobre Camões e "Os Lusíadas"), por um texto do autor do livro ou de um texto desse autor entremeados por excertos de outros autores. No que diz respeito à temática, os textos celebram episódios e, particularmente, heróis da história portuguesa (D. Afonso Henriques, D. João de Castro, Afonso de Albuquerque), em geral inseridos, por meio dos títulos e da introdução, no quadro de valores como o amor à independência nacional e à pátria, assim como a lealdade a ela. É uma obra, como se vê, centrada na formação cívica. Texto algum apresenta temática religiosa (BATISTA, 2011).



Figura 9 – Capa e Ilustrações do livro Arte de aprender a ler.

³⁶¹BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Paleógrafos ou Livros de Leitura Manuscrita: Elementos para o Estudo do Gênero. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio9.html>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

Outros livros recomendados foram o *Tratado elementar de moral* de Lennell, o *Compêndio da História Sagrada*, ambos traduzidos por Sotero dos Reis, e os *Translados de Carstoniro e Butherverssles* de autoria de José Satiro Salasar. Os livros traduzidos por Sotero dos Reis foram impressos na tipografia de I. J. Ferreira, e foram distribuídos para as escolas de primeiras letras. Todavia, esses livros não atendiam a todas as cadeiras que eram ministradas nesses estabelecimentos, pois se centravam nas lições de leitura e escrita, e nas lições de instrução religiosa. A falta de compêndios de aritmética, geometria, geografia e história fora objeto de reclamação dos professores Alexandre Avelino Cardoso, da Vila de Paco do Lumiar e de João Marcelino da Silveira, da Vila Cururupu, que não tinha como adiantar os alunos nessas matérias³⁶².

Estes alunos/professores, para obterem o título de “normalistas de ensino mútuo”, após frequentarem com aproveitamento todas as disciplinas eram submetidos a exames públicos diante de uma banca examinadora, sendo um dos membros permanente deste júri, o professor da Escola Normal.

No dia 25 de abril de 1842 na sala de Liceu desta cidade, sendo presente o Diretor da Instrução Pública, Francisco Sotero dos Reis, o professor da Escola Normal Felipe Benicio Condurú e os examinadores o professor público de primeiras letras da freguesia da Conceição, Alexandre José Rodrigues e o professor do 1º ano dos cursos da marinha e comércio, João Nepomuceno Xavier de Brito, foram examinados e plenamente aprovados os alunos da Escola Normal de ensino mútuo Francisco Xavier da Silva Coqueiro, professor público de primeiras letras da Vila de Icatu, Cristovão de Santiago Vieira, professor público de primeiras letras de Siphau e Paulo Jose de Moraes, professor público de primeiras letras do Pinheiro³⁶³.

Esses professores normalistas, retornando para as suas vilas e cidades de origem, tinham a incumbência de abrir escolas direcionadas pelo método monitorial atendendo aos preceitos da organização do tempo e das diversas formas de controle das atividades e, por conseguinte, do conjunto de artefatos que deveriam conter. Ao tentarem implantar essas escolas que demandavam espaços amplos, arejados e variedade de materiais escolares – livros, papel, ardósias, por exemplo – em quantidade igual ou superior ao número de alunos matriculados, deparavam-se com a falta de condições adequadas de funcionamento, e com a impossibilidade de aplicação do método, como relata o professor Francisco Pereira da Silva Coqueiro, que, desde a conclusão do curso na Escola Normal, não tinha aberta sala de aula, pela falta de um lugar apropriado para se estabelecer e pela escassez de material e livros

³⁶² Correspondência do professor João Marcelino da Silveira ao Inspetor da Instrução Pública, Casemiro José M. Sarmiento, datada de 9 de junho de 1844.

³⁶³ Ofício (cópia) de João Nepomuceno Xavier de Brito, secretário da Instrução Pública, datado de 26 de abril de 1842.

disponíveis, já que “o novo ensino exigia muitos e grandes utensílios e uma casa de 17 ½ metros de comprimento e 10 ½ de largura”³⁶⁴.

Essa é uma reivindicação que vai se tornando constante pelos professores normalistas, como registra Sotero dos Reis em relatório encaminhado ao Presidente da Província. “Quase todos os professores que têm sido aprovados nas matérias da escola normal, tem-se apresentado a requer utensílios por esta repartição a fim de montar as suas escolas pelo método lancetrino”³⁶⁵, mas a falta de recursos disponíveis para a instrução o tem impedido de atender aos pedidos dos professores, para organizar em toda a província, escolas de ensino primário com as condições exigidas por esse método. Desta forma, embora concordasse com este tipo de ensino e estivesse convencido da utilidade da generalização desse método, pela ausência de alunos às escolas, pelas dificuldades econômicas que enfrentava a província depois da Balaiada, e pela inaptidão de alguns professores com respeito à instrução pública, recomendava ao governo “se limitar a ensinar o ensino por este método somente nas escolas da capital e das cidades de Alcantara e Caxias”³⁶⁶. Contudo, apesar dos requerimentos e correspondências dirigidas ao Presidente da Província, alertando para os problemas na instrução, as melhorias não se fizeram presentes, mesmo para as escolas das localidades indicadas, como reclamava Alexandre Rodrigues, professor de primeiras letras da freguesia da Conceição da capital, que, para montar a sua escola, recebeu do governo 30 lousas, 14 tinteiros e 6 cartilhas que haviam pertencido a uma antiga escola do centro de São Luís, mas frequentavam as aulas 52 alunos, quantidade superior ao material doado³⁶⁷.

Esta situação estabelecia uma contradição na instrução da Província. À medida que o governo obrigava a todos os professores do ensino público a cursar a Escola Normal, a aprender com Felipe Condurú o método lancetrino e, por conseguinte, a exigência da formação pedagógica em consonância com as novas concepções teórico-metodológicas, na contramão, não havia as mínimas condições estruturais e pedagógicas para se instalarem estes estabelecimentos e muito menos para desenvolver-se o ensino mútuo; ainda que esta escola de formação de professores, desde a sua criação em 1840, até o seu encerramento fosse frequentada por professores oriundos de diversas localidades da Província no intuito de se expandir o ensino público e de se desenvolver o método adotado em diferentes

³⁶⁴ Correspondência do professor Francisco Pereira da Silva Coqueiro, da Vila de Icatú, ao Presidente da Província Venâncio Jose Lisboa, datada de 15 de setembro de 1842.

³⁶⁵ Relatório de Francisco Sotero dos Reis sobre o estado da Instrução Pública, datado de 3 de agosto de 1842.

³⁶⁶ Id. Ibid.

³⁶⁷ Ib. Ibid.

localidades, garantindo um maior número de escolarizados e uma maior acessibilidade à instrução, como demonstramos no seguinte quadro:

QUADRO 3: EXTRATO DA MATRÍCULA DA ESCOLA NORMAL

PROFESSOR	LOCAL DE ORIGEM	MATRÍCULA	SITUAÇÃO
Valentim Joaquim Maramaldo	Santo Antonio e Almas	29/04/1840	Aprovado em 31/10/1840
Alexandre Avelino Cardoso	Paço do Lumiar	30/04/1840	Idem
Alexandre Jose Rodrigues	3º e 4º distrito da capital	05/05/1840	Idem
José Marcelino da Luz e Souza	Viana	05/05/1840	Idem.
João Francisco da Cruz	1º e 2º distrito da Capital	14/05/1840	Aprovado em 23/02/1842
Antonio Jose da Costa	Codó	03/08/1841	Frequenta ainda
José da Costa Coelho	Vinhais	11/08/1841	Idem
José Esteves da Serra Aranha	Guimarães	30/08/1841	Aprovado em 23/02/1842
Inácio Joaquim dos Reis Viana	Mearim	03/09/1841	Idem em 9 de maio
José Ladislau da Serra Raposo	São João de Cortes	18/09/1841	Dispensado Temporal
Francisco Pereira da Serra Coqueiro	Icatu	23/09/1841	Aprovado em 25/04/1842
José Mariano Gomes Ruas	Alcântara	09/10/1841	Idem em 16 de maio
João Batista Sergio do Pilar	Arari	14/01/1842	Frequenta ainda
José Felix Pereira de Lemos	Monção	22/01/1842	Aprovado em 16/03/1842
José Ricardo de Souza Neves	2º Distrito de Caxias	29/01/1842	Frequenta ainda
Cristóvão de Santiago Vieira	Sipahu	31/01/1842	Aprovado em 25/04/1842
José Ricardo de Souza Neves	2º Distrito de Caxias	29/01/1842	Frequenta ainda
Cristóvão de Santiago Vieira	Sipahu	31/01/1842	Aprovado em 25/04/1842
Paulo José de Moraes	Pinheiro	11/02/1842	Idem
Felix Francisco Monteiro	Santa Helena	26/02/1842	Frequenta ainda
Raimundo Benedito de Azevedo	Trizidela	04/03/1842	Aprovado em 09/05/1842
João Marcelino da Silveira	Cururupu	31/03/1842	Idem
Juvino Feliciano Pereira	São Miguel	18/05/1842	Aprovado em 19/07/1842
Lazaro Antonio Vieira	Bacanga	14/07/1842	Idem

Fonte: Secretaria do Liceu do Maranhão, 1 de agosto de 1842. O Secretário do Liceu João Nepomuceno Xavier de Brito

As constantes exigências dos agentes governamentais e educacionais sobre o estabelecimento do ensino mútuo em todas as cadeiras e ensino de primeiras letras no cenário maranhense, como único caminho para se avançar na instrução pública de uma maneira mais rápida e massiva, de certa forma foram colocadas na aplicação desse método e, conseqüentemente, na função da escola, a responsabilidade de solucionar via instrução, os problemas estruturais, econômicos, políticos e sociais pelos quais a sociedade imperial transitava, e dos quais tinha garantida sua própria subsistência como regime refratário e de estratificação. Mas, se por um lado já havia na Província do Maranhão um método de ensino que deveria ser adotado em todas as escolas garantindo de certa forma a sua uniformidade depois da não-unidade implícita na primeira Lei orgânica do ensino, que passa para as províncias a responsabilidade pela instrução, instituída na descentralização do Ato Adicional, em 1834, e se existiam indicações de obras específicas já adotadas em outras províncias no intuito de padronizar os assuntos religiosos e morais, o sentimento de nacionalismo e de ser brasileiro, e as tematizações trabalhadas nas escolas, aparentemente dispersas pela federalização monárquica instaurada (CALDEIRA, 1991); por outro lado, era preciso, e se fazia necessário, a criação de um sistema de controle e de regulação de toda a

instrução pública, que até então vinha sendo feita desproporcionalmente, objetivando “sujeitar os mestres a uma restrita fiscalização”³⁶⁸.

Para Vicente Tomaz Pires de Figueiredo, Presidente da Província (1838), “um dos principais defeitos, que se [observava] na instrução pública [era] a falta de nexos, que [ligasse] entre si as partes deste importante todo”, portanto a única via para um maior controle e exigência, seja na qualidade do ensino ou na presença/permanência dos professores nas escolas, seja na aplicação dos métodos, na indicação dos livros e na inserção do maior número de crianças no ensino maranhense, era a criação (necessária e indispensável) de uma instituição governamental, que ao mesmo tempo em que exigiria e regularia as práticas pedagógicas, as metodologias aplicadas, a continuidade nos ensinamentos e os materiais culturais em uso, de algum modo garantiriam formas e estratégias do cumprimento das leis e dos regulamentos que diz respeitavam ao ensino público, surgindo assim, a Inspeção da Instrução Pública no Maranhão Império, em 1841. No entanto, para Gonçalves Dias (1957), ainda que fosse pouco amigo da centralização e menos ainda quando levada em excesso, se viu obrigado a admitir, que passados “[...] dezasete annos, emfim, de experiências baldadas bastão, segundo [pensava], para nos convencerem de que em materias de instrução – nada, absolutamente nada se [podia] esperar das Assembleas Provinciaes” (DIAS, 1957, p. 336), sabendo ainda que suas opiniões expostas em seu relatório de 1852, pouco importariam para os agentes da instrução pública.

3.2 Os livros escolares entre leis e regulamentos

No sentido de uniformizar o ensino segundo os temas trabalhados, os livros adotados, e os métodos exigidos, além de ter como primeira finalidade o total controle da instrução, foi criada em 1841 a Inspeção Geral da Instrução Pública, como espaço de regulação das atividades pedagógicas e escolares, porém a operacionalização desse funcionamento fica estabelecida somente a partir de 1844, quando os ânimos da província ficam apaziguados, depois da revolta da Balaiada “[...] que diminuiu a riqueza, paralisou a indústria, abriu feridas que infelizmente sangram, [afrouxando] os laços de obediência e respeito as leis e as autoridades, [desmontando] a máquina social”, como evidencia

³⁶⁸ MARANHÃO. Discurso que recitou o Exm^o. Sr. Manoel Felisardo de Sousa e Mello, Presidente desta Província, na ocasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 3 de maio do corrente anno. Maranhão: Tipografia da I. J. Ferreira, 1838.

Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, Presidente da Província no Relatório de 1843. A Inspetoria tinha a finalidade de fiscalizar os professores e alunos, organizar as instituições escolares e, principalmente, escolher os livros a serem adotados nas escolas de primeiras letras e de ensino secundário, quer as públicas, quer as particulares. Anterior à sua criação, os livros escolares utilizados nas escolas ficavam a critério dos professores, “sem a interferência do governo”, a partir de então, passaram a ser escolhidos, adotados e/ou rejeitados de acordo com os pareceres do coletivo de professores, segundo o aval dos presidentes da Província e em concordata com os inspetores do ensino público.

No Maranhão imperial foram editados quatro regulamentos que tinham como fim direcionar o funcionamento das instituições, normatizar as práticas dos atores (professores, alunos, funcionários) e, manter as diversas formas de controle e regulação do cotidiano escolar; portanto estes dispositivos legais registrados nos documentos têm uma natureza abrangente, podendo ser analisados dependendo do interesse do pesquisador, a partir de diferentes enfoques: os métodos de ensino em exercício, as penalidades e castigos impostos, as premiações indicadas, a tipologia dos exames, entre outras possibilidades. Neste trabalho, sendo os livros escolares o meu foco de investigação, centralizei a análise nesse item; não obstante, quando possível, tentei estabelecer relações entre os livros avaliados e os outros aspectos escolares ou para além da escola registrados na documentação, que me ajudaram a reconhecê-los como artifícios estratégicos usados no interior das instituições de ensino, assim como compreender o papel exercido por estes artefatos nas práticas e nos saberes de professores e alunos.

O regulamento de 1844 foi coletado na série sobre a instrução no Arquivo Público do Estado na forma manuscrita; isto é, diferentemente dos regulamentos posteriores (1854, 1874 e 1877), este nunca foi impresso. Em paralelo, também localizei o seu “rascunho”, elaborado por Francisco Raimundo Quadros, Antonio da Costa Duarte, Felipe Benicio de Oliveira Condurú e Alexandre José Duarte³⁶⁹, em que Sotero dos Reis, Diretor da Instrução Pública, faz ressalvas que foram atendidas antes de enviar o documento para aprovação do Presidente da Província. Dividido em nove capítulos, trata em princípio das matrículas, podendo os alunos a qualquer tempo requerer o ingresso nas escolas, sempre que não fossem menores de seis anos. Com relação aos conteúdos escolares, aparece pela

³⁶⁹ Estatuto das Escolas de primeiras letras. Datado em 29 de novembro de 1842. Arquivo Público do Estado do Maranhão. Entendemos que este rascunho, em certa medida, seja mais representativo do que o texto definitivo, uma vez que possibilita entre outras coisas, entender o poder decisório do Inspetor da Instrução Pública, pois quando comparo este texto, com o definitivo, observo que todas as suas ressalvas foram acatadas e explicitamente notificadas.

primeira vez uma proposta da sua organização a ser adotada em todas as aulas de primeiras letras da província, a saber:

- ✓ Instrução moral e religiosa;
- ✓ Leitura impressa e manuscrita;
- ✓ Escrita bastarda, cursiva e corrente;
- ✓ Análise gramatical de frases lidas ou ditadas;
- ✓ Ortografia – teórica e prática;
- ✓ Aritmética – definição, sistema de numeração, as quatro operações fundamentais, tanto em números inteiros, como em decimais e complexos.

Sobre as decisões a serem tomadas na elaboração definitiva deste regulamento, Sotero dos Reis, no que diz respeito aos ensinamentos da Matemática em detrimento da Geometria, adverte que bastaria somente as quatro operações, afirmando veementemente ser “Asneira, asneira”³⁷⁰, o ensino das noções gerais, da teoria das linhas, ângulos e figuras, como também da avaliação das superfícies e volumes estipuladas no conteúdo. Por outro lado, com relação ao exame semanal, proposto pela comissão, para um dos ramos do ensino, perguntava “que diabo [era] isto? Para que tanto exame?”³⁷¹, além de uma série de comentários que, na leitura do texto oficial, foram atendidos, mostrando assim que a palavra final nas deliberações legais, estava a seu cargo.

No segundo regulamento, o de 1854, elaborado de acordo com o § 2 do artigo 15 da Lei n.º 234, de 20 de agosto de 1847, que autoriza à inspetoria a reorganizar o ensino elementar e secundário de toda a Província, ao contrário do primeiro, aparece de maneira mais incisiva o papel da instrução pública, a qual, cria o cargo de Delegado Literário, estabelece os vencimentos dos professores, suas atribuições e as formas de ingresso no magistério, institui o cargo dos professores adjuntos e substitutos, organiza o regime do ensino primário e o ensino secundário, sendo este restrito ao Liceu Maranhense e, por fim, estabelece os critérios de funcionamento do ensino particular.

Esse regulamento vai perdurar durante 20 anos, quando em 1874 é aprovado o terceiro, no qual ficam mais explícitas as diversas formas de controle das atividades dos docentes e alunos, e a regulação do cotidiano escolar fica mais restrita e focalizada nos procedimentos e práticas de ensino. Segundo Saldanha (2008), em alguns aspectos essa

³⁷⁰ MARANHÃO. Regulamento para as escolas de primeiras letras da Província. Este documento foi elaborado em 1842 pelos professores do Liceu: Sotero dos Reis (Inspetor da Instrução Pública), Antonio da Costa Duarte, Felipe Benicio Condurú e Alexandre José Duarte, sendo aprovado em 1844 quando estava na Inspetoria da Instrução Pública, Casemiro José Sarmento.

³⁷¹ Id. Ibid.

reforma apresentou alguns avanços, como a retirada da proibição de escravos de frequentarem as escolas, e a criação de um Conselho da Instrução Pública constituído pelos professores do Liceu sob a presidência do seu diretor. Desse modo, as decisões sobre a instrução pública no Maranhão oitocentista (antes restritiva à figura de uma única pessoa) passam a ser colegiadas (VIVEIROS, 1936), cujas finalidades eram: julgar as infrações, aplicar multas, suspender os vencimentos, demitir professores em caso de faltas graves (como não ministrar aula e ter um comportamento moral inadequado³⁷²), elaborar os regimentos para as escolas públicas, propor a criação de cadeiras e melhorias para a instrução, e emitir pareceres de aprovação sobre os livros e compêndios a serem adotados nas escolas públicas de primeiro e segundo grau depois de ter acompanhado todo o processo de avaliação das obras em análise.

Com relação à educação destinada às mulheres não houve alterações. A elas eram destinadas apenas a aprendizagem dos conteúdos do primeiro grau, isto é, o nível elementar (restrito a ler, escrever e contar), e, para serem admitidas como professoras, além de apresentarem os documentos exigidos, a aprovação nos exames de capacidade intelectual demonstrando domínio nos conteúdos das matérias, e a capacidade nas prendas domésticas; também deveriam exibir a autorização por escrito de seus pais, se fossem solteiras, as que não fossem, a certidão de casamento, e as divorciadas, as devidas sentenças. Com respeito à instrução feminina no Oitocentos, Gonçalves Dias (1957), ao referir-se ao Recolhimento

³⁷² Exemplos de demissões de professores, de substituições e da proibição de abertura de escolas de primeiras letras por condutas suspeitas podem ser exemplificadas através dos dados localizados no Livro de Registro das Correspondências (nº. 1.014) do Presidente da Província com o Inspetor da Instrução Pública, em 1856. O primeiro exemplo pode ser citado quando na 1ª. Seção, Antonio Cândido da Cruz Machado (Presidente da Província), em 25 de julho de 1856, resolve suspender o professor de primeiras letras de Chapadinha, Delfino Vieira da Costa do exercício do emprego, como trouxeram ao seu conhecimento os respectivos Delegado da Instrução Primária e o Subdelegado de Polícia, o qual se entregava “[...] *diariamente ao vício da embriaguez*, o que motiva andar ele pelas ruas *proferindo palavras indecentes, e passar a maior parte do tempo sem dar aula [...]*”, ordenando através de ofício para que o Dr. Juiz de Direito da Comarca imediatamente o responsabilizasse na forma do Cap. 13 do Regulamento, nº 120, de 31 de janeiro de 1842, pelo crime definido no art. 166 do Código Criminal, como confere a minuta escrita por Luiz Antonio Vieira da Silva, Secretário da Província. O segundo pode evidenciar-se quando na 1ª. Seção no Palácio da Presidência da Província do Maranhão, em 17 de abril de 1856, este mesmo Presidente, manda a fechar a escola aberta pelo (ex) tesoureiro do Tesouro Público Provincial, Eduardo de Freitas, por não ter requerido a licença como dispunham os arts. 60 e 61 do Regulamento de 2 de fevereiro de 1855, que autoriza a abertura de qualquer espaço de ensino, e pelo fato de “[...] semelhante indivíduo [ter] sido *condenado por crime de furto aos cofres públicos por sentença passada em julgado, e cumprido a pena*, e não se devendo por tanto conceder a referida licença [...]”, orientando assim, ao Desembargador D. Francisco Balthazar da Silveira (Inspetor interino da Instrução Pública) de efetivar a multa compreendida no art. 76 do regulamento (grifo meu). O terceiro exemplo pode registrar-se quando a presidência informa ao Inspetor interino da Instrução Pública Antonio Candido da Cruz Machado, na 1ª Seção, nº 68, realizada no Palácio em 25 de agosto do mesmo ano, que nomeara o cidadão José Antonio Fernandes da Motta para servir de professor de 1^{as} letras da Vila do Cururupu, durante o impedimento do professor efetivo, comprometido no assassinato do Tenente Coronel Paulo Francisco Alves.

dos Remédios³⁷³, registra como o Presidente da Província Joaquim Franco de Sá criticava o estabelecimento, que, longe de instruir às meninas pobres e desvalidas, continuava a ser mais um encerro do que uma instituição para o ensino da mocidade abandonada do sexo feminino, constituindo-se num perfeito e constante noviciado³⁷⁴. Na opinião de Franco de Sá (1847), para aliviar o Colégio das meninas já educadas, deveriam fazê-las professoras de primeiras letras quando se mostrassem habilitadas, mas com o que aprendiam era impossível esse expediente, querendo acreditar que a instrução ganharia quanto à moralidade; mas como se habilitariam para professoras as meninas, que mal aprendiam a ler, escrever e contar, “[...] sem noções de Geographia, sabendo pouco de Grammatica e Orthographia em teoria, sem prática alguma do magistério, e sem que na sua clausura possam obter os conhecimentos que lhes serão indispensáveis e que não podem obter?” (DIAS, 1957, p. 354).

Para Souza e Oliveira (1872), sempre que se falava de instrução, compreendiam nessa palavra a educação, quer do homem, quer da mulher. “A educação [tocava] mais aos costumes do que à cultura das faculdades intellectuaes, mas não [deixava] de ser instrução, nem de merecer o mesmo desvelo que a instrução propriamente dicta. Até [dizia] mais: a sua importância [era] muito maior” (SOUZA; OLIVEIRA, 1872, p. 25). Segundo Oliveira (2003), a instrução de qualidade para a mulher a direcionaria para ser professora, e por conseguinte, a induziria à plena dedicação do ensino das crianças, não podendo excluir-se “[...] a mulher do magistério, [já que] uma parte do ensino [à] mulher só [devia] pertencer” (OLIVEIRA, 2003, p. 205); defendendo assim, que os gastos com a coeducação, com a instrução em geral, e com a instrução primária em particular, seriam um investimento permanente do governo, porque “[...] em cada escola aberta hoje [seria] uma cadeira fechada amanhã” (VIEIRA, 2003, p. 16).

Os exames para ingresso no magistério, em relação ao regulamento anterior, passam a ser mais rigorosos, com provas orais e escritas, nas quais, o candidato deveria mostrar conhecimento do conteúdo, domínio de classe e modos de ensinar. As provas orais constavam de arguição pelos três membros da banca. Na de gramática, exigiam-se os seus princípios gerais e a leitura de trechos em prosa e em verso, na de Aritmética, tratava-se das quatro operações, até a proporção e a resolução de dois problemas matemáticos por meio da prova escrita. Com relação à instrução moral e religiosa, ao domínio da doutrina cristã, aos

³⁷³ Colégio fundado pelo Pe. Malagrida, em 1751, ao receber de D. Pedro a dotação anual de 600\$ reis, que a Província elevou posteriormente a dois contos de reis, segundo Dias (1957).

³⁷⁴ Relatório do Presidente da Província proferido em 3 de maio de 1847 (DIAS, 1959).

evangelhos e à correspondente prova escrita, exigia-se a leitura e a interpretação de um trecho do Antigo Testamento, sendo que os exames de aritmética eram os primeiros a se realizarem; em caso de reprovação, estavam impedidos os candidatos de continuarem as demais etapas.

Em correspondência José da Silva Maia (Inspetor da Instrução Pública) sugere a João Silveira de Souza (Presidente da Província), a leitura das *Obras Póstumas* de A. Gonçalves Dias, as *Obras* de João Lisboa (ambas publicadas em São Luís, em 1868 e 1864, respectivamente por Antonio Henriques Leal), e a *Gramática Portuguesa* de Sotero dos Reis, para os exames de gramática. Consecutivamente, para as avaliações sobre a Doutrina Cristã e a Aritmética, recomenda o *Catecismo de Montepellier* e o *Tratado de Aritmética* de Antônio Coqueiro (Paris 1860). Estas indicações de autores maranhenses nos exames públicos para o ingresso no magistério, ao serem registradas no Maranhão imperial pela primeira vez, me permitem inferir que a preferência pela literatura local se deva ao fato de que alguns desses professores/autores, ao constituírem as bancas examinadoras, não só tenham contribuído para verificar o nível do domínio dos candidatos numa área específica, como também tenham instituído estratégias de divulgação das obras entre os examinados, para serem futuramente adotadas pelos candidatos aprovados no ensino da instrução pública; isto é, livros escolares maranhenses utilizados e consumidos entre os novos professores e seus discípulos nas suas práticas pedagógicas.

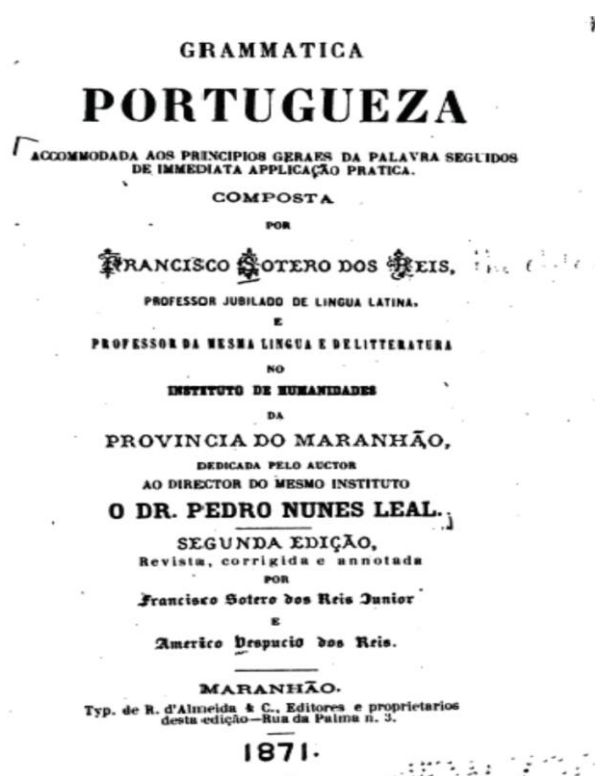


Figura 10: Gramática Portuguesa de Sotero dos Reis

Esse regulamento, também estabelecia os critérios para a criação das cadeiras, dependendo da base estatística que evidenciasse haver pelo menos trinta crianças de idade maior de sete anos. Nos lugares com número superior a cem, seriam criadas duas aulas, e assim sucessivamente, eliminando aquelas em que a frequência diária fosse inferior a dez alunos. Por outro lado, ficou determinado que houvessem permutas ou transferências entre professores de uma mesma cadeira, com a condição de que os materiais escolares, se tivessem sido adquiridos com recursos próprios, fossem levados consigo (principalmente os livros), do contrário deveriam elaborar um inventário que registrasse todo o material escolar disponível em conjunto com o delegado literário, para ser entregue ao professor substituto.

Estas orientações não foram acatadas por todos os professores³⁷⁵, como evidencia a correspondência de Delfino Vieira da Costa (da Vila de Chapadinha) ao Inspetor da Instrução Pública, José da Silva Maia, na qual, denúncia que o professor Manoel Soriano Guilherme de Mello (da Vila de Brejo), quando removido para Itapecuru, negou-se a entregar-lhe o material escolar, impedindo-o de iniciar as suas aulas, pois não havia bancos, potes para água, lousas, livros de leitura e papéis para a escrita, já que tudo havia sido levado pelo antigo professor, solicitando nesta carta, a sua devolução, ou a remessa de novos materiais para dar continuidade ao ensino³⁷⁶. Por fim, neste regulamento, atribuiu-se a vitaliciedade aos professores com mais de cinco anos de exercício de atividade, e se exigiu a aplicação de penas, tanto aos alunos “incorrigíveis”, como também aos professores que não cumprissem as suas obrigações, multando, por exemplo, aqueles que adotassem em sala de aula livros não autorizados³⁷⁷.

Apesar das alterações previstas por esse regulamento, as condições precárias das escolas, a inabilidade dos professores, a falta de prédios escolares, e o desinteresse pelo magistério resultavam no fechamento e mudanças de aulas de uma para outra localidade, que persistiram durante o período imperial. As justificativas do poder governamental

³⁷⁵ No Regulamento da Instrução Pública de 1854, no Cap. I, Art. 2º, § 3º, e no Art. 4º, § 4º, fica indicado “fazer inventariar os utensílios das escolas públicas de ensino primário e das do secundário destacadas, mandando extrair duas copias do inventário, uma para ser transmitida ao inspetor da instrução pública e a outra para ficar em poder, sendo ambas assinadas pelos respectivo professor, que será responsável pela conservação dos utensílios dentro do passo que foi marcado em uma tabela especial [...]”. Ver Castro (2009a, p. 386).

³⁷⁶ Correspondência do professor Delfino Vieira da Costa, ao Inspetor da Instrução Pública, José da Silva Maia, datada em 9 de março de 1855.

³⁷⁷ Regulamento de Instrução Pública de 1874, no Cap. VI. Parte Pena, no Art. 61 e 62, § 1º, está registrado que “a pena de repreensão será imposta quando o professor for negligente no cumprimento de seus deveres; infringir qualquer disposição deste regulamento, para a qual não haja pena designada”, sendo multado quando “[...] admitir na escola compêndios ou livros não autorizados não competentemente [...]”. Ver Castro (2009a, p. 406).

centravam-se na crise econômica, na qual, segundo o Presidente, “as nossas rendas não podem comportar as despesas avultadas que se terão de fazer com a construção desses edifícios”³⁷⁸, sendo que em algumas vezes as despesas com os aluguéis para o estabelecimento das aulas, quando estas não funcionavam nas residências dos professores, eram pagas por eles próprios, resultando dessa instabilidade a constante evasão dos alunos e o desequilíbrio entre o número de matriculados e o quantitativo de examinados.

A justificativa por esse desnível na instrução foi atribuído por Pedro João Veloso, (Presidente da Província) em 1861, a três fatores inerentes ao processo de ensino no cenário maranhense: a) a pobreza dos alunos, que abandonavam as escolas para se empregarem em trabalhos rentáveis; b) a falta de livros indispensáveis, que a província não fornecia aos alunos pobres; c) e a negligência dos professores que não cumpriam com seus deveres³⁷⁹. Essa situação induzia os pais e tutores a descreditar as escolas públicas, e aqueles que tinham meio pecuniários, ingressavam seus filhos nas escolas particulares, pois todas floresciam, eram bem dirigidas e de merecido crédito, segundo Pedro Leão Veloso (1861). Estas escolas eram constituídas por “[...] (6 colégios, sendo 4 masculino e 2 feminino) que são todas assaz freqüentadas, [ensinando-se] em uma as materias de 1º grau, em outras as de 2º, e em algumas também o latim e o francês”³⁸⁰.

Em 1877, este regulamento é substituído, com poucas alterações, mas ficam mais detalhadas as condições estruturais para o funcionamento das aulas do ensino público e os utensílios precisos para desenvolver as práticas pedagógicas na instrução maranhense, definindo-se entre eles os materiais indicados:

[...] um armário, três cadeiras (para o professor e pessoas que visitarem a escola) uma mesa para o professor e as pessoas que forem precisas, para os alunos, bancos para estes, um relógio, uma campainha, um quadro preto de madeira, esponja e giz para os exercícios aritméticos, uma coleção de pesos e medidas do sistema métrico decimal, traslados, lápis canetas, penas, réguas para escrita, cabides para chapéus, potes e vasilhas menores para água, dois livros para matrículas dos alunos e para registro dos inventários dos objetos da escola, e tudo o mais que o inspetor da instrução pública julgar precioso, [como também] duas

³⁷⁸ MARANHÃO. Relatório do Exmo Sr. Vice-Presidente Dr. João Pedro Dias Vieira, apresentado ao Exmo. Sr. Presidente Dr. João Lustosa de C. Paranaguá, ao passar-lhe a administração no dia 19 de outubro de 1855. Maranhão: Tipografia da Temperança, Impresso por J. P. Ramos, 1859.

³⁷⁹ MARANHÃO. Relatório com que o excelentíssimo Senhor Dr. João Silveira de Souza, Presidente da Província, passou a administração da mesma ao Exmo. Senhor Dr. Pedro Leão Velloso, no dia 24 de março de 1861; acompanhado do ofício com que o mesmo Exmo. Sr. Dr. Pedro Leão Vellozo [sic] a passou ao Exmo. Sr. Doutor Francisco Primo de Souza Aguiar, no dia 25 de abril de 1861. Maranhão, Typ. Constitucional de I. J. Ferreira, 1861.

³⁸⁰ MARANHÃO. Relatório de Pedro Leão Veloso, no dia 24 de março de 1861, acompanhado do ofício que o mesmo Exmo. Sr. Pedro Leão Veloso, a passou ao Exmo. Sr. Doutor Francisco Primo de Souza Aguiar, no dia 25 de abril de 1861. Maranhão: Tipografia Constitucional de I. J. Ferreira, 1861.

esferas, um mapa mundial, uma carta do Brasil e outra do Maranhão para as explicações geográficas³⁸¹.

Além destes documentos, outros dispositivos foram elaborados com a finalidade de ordenações específicas e complementares aos regulamentos citados. Dispositivos legais pertencentes às diferentes instituições que estavam em consonância com o exigido pela regulamentação oficial referente ao ensino, estipulada pela Inspeção da Instrução Pública maranhense, podendo-se referendar entre eles: os regulamentos dos professores primários (1854) e da Escola Normal Onze de Agosto (1871 e 1874), os estatutos do Liceu (1838 e 1877) e de outras instituições como a Casa dos Educandos Artífices (1849 e 1855), e do Asilo de Santa Tereza (1855), dentre outros.

Como dito anteriormente, o meu interesse nestes documentos é entender o lugar do livro escolar, no nível das concretizações, das normatizações e das tematizações, para usar os termos da Mortatti (2000), no âmbito da instrução pública ou particular, primária e secundária, e, para tanto, elegi algumas categorias extraídas das fontes pesquisadas. Essas categorias me possibilitaram entender os diferentes processos de aprovação e adoção, os procedimentos de seleção, distribuição e uso desses artefatos da cultura escolar no cerne do ensino primário e secundário, assim como compreender de que maneira estes trâmites legais de pedidos para os livros serem adotados, das remessas de doações por diferentes autores ou agentes educativos, e das indicações e adoções de obras, foram acompanhados pelas congregações, pelos conselhos, e por seus agentes envolvidos, sejam inspetores da instrução pública e presidentes de província, sejam delegados literários e professores de forma específica no Maranhão Império, já que não há como se discutir aspectos gerais que caracterizam a educação no Brasil, sem considerar que cada região possa ter construído políticas e práticas específicas (VIDAL; GVIRTZ, 1998); ou seja, “analisar outros contextos históricos possibilita investigar nos manuais didáticos as continuidades e permanências das formas de controle, políticas referentes a recursos financeiros e pedagógicos efetivadas em diferentes governos” (MACIEL; FRADE, 2003, p. 38).

No regulamento de 1854, cabia ao Inspetor da Instrução Pública, como presidente da Congregação do Liceu, escolher, corrigir e rever todos os compêndios adotados nas escolas, inclusive de acordo com a sua conveniência, substituí-los. Entretanto, quanto ao livro escolar de cunho religioso, a sua aprovação ou rejeição estava condicionada ao parecer do bispo diocesano. Ao contrário deste regulamento, no documento de 1874, a escolha não mais recai somente na figura do inspetor, agora era o Conselho da Instrução

³⁸¹ Regulamento da Instrução Pública (1877).

Pública, que daria parecer sobre os livros a serem adotados, quer nas escolas de primeiro, como de segundo grau, obedecendo aos conteúdos das disciplinas escolares; ou seja, era obrigação do professor “propor por intermédio do delegado literário a adoção de compêndios e livros que lhe [parecessem] de vão serem adotados de preferência aos que lecionarem as matérias nas aulas primárias”³⁸². Quando se tratassem dos livros a serem indicados, aprovados e adotados no Liceu, a escolha recaía sobre a Congregação³⁸³, entretanto quando se fazia referência aos livros indicados para as aulas de instrução primária, além dos membros da Congregação (os professores do Liceu, já selecionados), também eram acrescidos dois professores públicos primários, passando a denominar-se então de Conselho da Instrução Pública, como estabelecia o Art. 16 da Lei n.º 267, de 17 de dezembro de 1849; no entanto, permanecesse ainda vigente, o Art.12 da Lei n.º 156, de 15 de outubro de 1843. Isto é, mesmo que a escolha ou rejeição dos compêndios fosse feita pela Congregação do Liceu ou pelo Conselho da Instrução Pública, cabia ao Presidente da Província, baseado no parecer do Inspetor em exercício, sancionar ou vetar a aprovação, adoção ou distribuição do livro no âmbito da instrução maranhense.

A seleção dos livros e de todos os demais artefatos escolares precisos a cada ano para as escolas da capital, como do interior, era feita pelos professores e delegados literários que orçariam as despesas gerais a serem encaminhadas para a inspetoria³⁸⁴, que dependia, entre outros fatores, das condições financeiras do Tesouro provincial e do governo para fornecê-los.

A presidência da província deveria fornecer para cada escola os seguintes objetos: um armário, três cadeiras (para o professor e pessoas que visitarem a escola), uma mesa para o professor e as precisas para os alunos, bancos para estes, um relógio, uma campainha, um quadro preto de madeira, espoja e giz para os exercícios aritméticos, uma coleção de pesos e medidas do sistema métrico decimal, traslados, papéis, canetas, penas, réguas para escrita, cabides para chapéus, potes e vasilhas menores para água, dois livros para matricula dos alunos e para registro dos inventários dos objetos da escola e tudo mais que o inspetor da instrução pública julgar preciso³⁸⁵.

Além destes materiais para escolas, caberia ainda, o fornecimento de livros, papéis e, em alguns casos, vestimentas e calçados para os meninos e meninas indigentes, a exemplo dos órfãos de pais ou mãe, ou os declaradamente de famílias miseráveis. No Regulamento da Instrução Pública de 1854, o Presidente da Província, Eduardo Olimpio

³⁸² Regulamento para as escolas públicas da província de 1877, Art. 7, § 5. Ver Castro (2009a).

³⁸³ Estatutos do Liceu Maranhense. Art. 41, § 7. A escolha dos livros e dos autores a serem adotados no Liceu se daria em sessões ordinárias na primeira quinta-feira do mês de janeiro de cada ano e as distribuições para as aulas (Art. 28, § 1º do Estatuto do Liceu de 1877). Ver Castro (2009a).

³⁸⁴ Regulamento da Instrução Pública de 1854, Art. 82. Ver Castro (2009a).

³⁸⁵ Id. Ibid.

Machado, usando da faculdade que lhe conferia o § 2º. do artigo 15, da Lei n. 234, de 20 de agosto de 1847, pelo qual foi autorizado e reorganizado o ensino elementar e secundário, ordenava nas disposições gerais do Cap. X, no Art. 90, que os delegados da instrução dessem parte ao Inspetor da Instrução Pública da existência em seus respectivos “[...] círculos de meninos manifestamente indigentes, a quem não [pudessem] os pais, tutores, curadores ou protetores fornecer vestuários, decente e simples para frequentarem as escolas”³⁸⁶, e que por meio do Art. 91, informassem sobre aqueles, que além da falta de roupa, vivessem na mendicância. Por outro lado, esses meninos contemplados nos dois artigos da lei, anteriormente citados, depois de receberem a instrução do primeiro grau, uns seriam entregues aos mestres de ofícios mecânicos mediante contratos (precedidos pelo consentimento do Juiz dos Órfãos que [velaria] pelo seu cumprimento), os que demonstrassem “capacidade para os estudos superiores”, conseqüentemente, teriam outro destino. “O presidente da província [solicitaria] do governo imperial sua admissão no Colégio Pedro II, ou [proporia] ao poder competente a conveniência de mandá-los estudar na Europa o ramo de conhecimento de sua predileção, porém que forem mais vantajosos à Província”³⁸⁷, como proferido no Art. 92, do capítulo em foco.

Os livros aprovados, indicados e adotados deveriam ser usados pelos professores obrigatoriamente em suas aulas nas escolas públicas e “também aplicáveis [às] aulas e colégios particulares naquilo que diz respeito [à] matrícula, [ao] uso dos compêndios, castigos e remessas de mapas de matrícula, [à] freqüência e exames dos alunos”³⁸⁸. Esses livros também eram usados, no caso do Liceu, para o preparo dos alunos nos exames que ocorriam anualmente sob a presença de uma banca indicada pelo Diretor (que exercia a mesma função de inspetor) e de dois professores, sendo um deles o titular da disciplina em avaliação. Os exames de língua estrangeira, por exemplo, além do domínio oral, constavam da leitura de um trecho dos autores clássicos adotados na instituição, preferencialmente “de autores [ou tradutores] portugueses e brasileiros de melhor nota”³⁸⁹. Além dos livros e compêndios utilizados regularmente no ensino, as obras indicadas especificamente para exames ficariam guardadas em armários fechados, na secretaria do estabelecimento (sob a custódia do amanuense), junto a outros livros arquivados na biblioteca do Liceu que poderiam esclarecer dúvidas aos professores, como os dicionários, as gramáticas e um exemplar de cada livro adotado nas disciplinas; isto é, livros escolares

³⁸⁶ Id. Ibid, p. 398.

³⁸⁷ Regulamento da Instrução Pública de 1854, Cap. X, Art. 92. Ver Castro (2009a, p. 398).

³⁸⁸ Regulamento para as aulas públicas da província de 1877, no Art. 7, e no Art. 52. Ver Castro (2009a).

³⁸⁹ Estatutos do Liceu de 1877, no Art. 23 e 24. Ver Castro (2009a).

indicados para o consumo regular dos alunos e dos professores nas práticas pedagógicas e no processo de ensino, e as obras proibidas para os educandos, que para os docentes resultariam em volumes de estudo e de consultas, que auxiliariam na elaboração do conteúdo exposto nos exames. Sendo assim, para Trajano Galvão (bibliotecário e professor do Liceu), essa espécie de armário/biblioteca do Liceu, não poderia ser inserido dentre os livros da Biblioteca Pública Provincial, que ocupava as mesmas dependências do Convento do Carmo, para evitar que os alunos tivessem acesso às obras utilizadas nas avaliações, o que poderia facilitar o aparente desempenho nos exames públicos, e ao mesmo tempo, criar desconfiança na aprendizagem real dos educandos (CASTRO, 2010).

Por outro lado, alguns professores do Liceu, não encontrando sentido nesta divisão estabelecida segundo a finalidade dos textos e não observando nenhuma dificuldade na leitura de diferentes livros que pudesse comprometer o ensino, terminam por meio de ofícios e correspondências, reivindicando-os para seu uso, isto é, exigem a permissão do consumo não só das obras indicadas e adotadas pela instrução pública, como também aquelas pelas quais os exames seriam propostos. Sobre esta nova concepção do uso dos livros, Casemiro Sarmiento, Diretor da Instrução Pública, em correspondência a Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, Presidente da Província, solicita a sua opinião, questionando se devia atender ao que prescreviam os dispositivos legais ou se atendia os “abusos dos professores”.

Tendo eu ordenado aos Lentes do Liceu *se dessem os livros em virtude do art. 62 dos estatutos* se acham nesta Secretaria para por eles explicarem as lições aos seus alunos e parecendo-me que a vista do citado artigo estes *livros são unicamente destinados para o uso do Liceu*, isto é, *para os exames para tirar qualquer duvida que instantaneamente possam ocorrer, e não para uso do diário dos professores os quais devem ter os compêndios das matérias que professam e por eles explicar [...]* e desejando eu velar sobre a conservação da pequena biblioteca desta Casa, que em conseqüência da causa expedida se vai deteriorando [...] rogo a Vossa Excelência que digne esclarecer-me se a inteligência que doa aos ditos artigos dos Estatutos é boa ou si os professores estão no seu direito, procedendo pelo modo acima indicado [...] ³⁹⁰ (grifo meu).

No caso das escolas de primeiras letras os exames públicos se centravam nas especificidades exigidas pelos conteúdos supostamente trabalhados em cada disciplina, mas orientados e exigidos pela Inspeção da Instrução Pública: exercícios orais de história sagrada; a prova escrita (da escrita bastarda e cursiva) no que concerne à gramática; a recitação e a declamação de um texto, de autor português ou brasileiro, escolhido pelos examinadores no momento de avaliação na prova de leitura (sendo que o texto a ser

³⁹⁰Correspondência de Casimiro José de M. Sarmiento (Inspetor da Instrução Pública) enviada a Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (Presidente da Província), datada de 23 de fevereiro de 1844.

examinado não constava entre as obras adotadas nas aulas); a arguição oral das quatro operações, a prova escrita de exercícios matemáticos, correspondente às duas etapas do exame de aritmética e, os desenhos e explicações das figuras geométricas relativos à avaliação da Geometria. Por outro lado, além da exposição oral, os alunos não só deveriam apresentar conhecimentos de leitura das cartas geográficas, correspondentes aos exames da Geografia e da Corografia; como também mostrariam as avaliações dos princípios morais e religiosos baseados nas orações, nas ladainhas, nos cânticos e no resumo das doutrinas e diversos trechos das escrituras sagradas aprendidas pelo *Catecismo* de Fleury e pelo *Catecismo de Montepellier*, adotando-se no ensino a partir de 1870, o *Catecismo do Pará*, escrito por D. Antonio de Macedo Costa.

O não cumprimento por parte dos professores do uso dos livros aprovados e adotados pela Inspeção da Instrução Pública, quer nas aulas de primeiras letras – públicas e particulares – e do ensino secundário, quer no Liceu e nas aulas de latim, francês e grego que funcionavam nas cidades de Alcântara, Caxias e Viana seria objeto de penalizações. A mais branda simbolizava as advertências escritas pelo inspetor a partir das denúncias dos delegados literários a quem os professores deviam obediência. Em caso de reincidência, o pagamento de multas seria “de dez a cinquenta mil reis”³⁹¹ e na persistência em não acatar as decisões anteriores, a perda do cargo de professor se efetivava, com perda de todos os direitos, inclusive o de vitaliciedade, como aconteceu com o professor público de primeiras letras da Vila de Cururupu, como expunha Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, Inspetor da Instrução Pública. Segundo Leal (1846), havendo-lhe dirigido a Antonio Jose Pires Lima, como Delegado da Instrução, em data de 17 de abril e sob o n.º 253 um ofício em que lhe pedia “[...] esclarecimentos sobre o procedimento do professor que não estava usando os compêndios recomendados pela Instrução Pública, por essa inconveniência e por não desempenhar as funções de um funcionário público, [tinha sugerido] a sua demissão”³⁹².

Semelhantes penalidades eram aplicadas aos alunos, seja pela venda ou troca de objetos, seja pela posse de “outros livros que não [fossem] segundo o grau de adiantamento deles”³⁹³, inclusive não poderiam retirá-los da biblioteca sem uma prévia autorização de Trajano Galvão (o bibliotecário); principalmente aquelas obras que tratassem de política, de filosofia e/ou de romances (CASTRO, 2010). Nesses casos, caberia ao professor tomar os livros não autorizados das mãos dos alunos e comunicar por escrito ao diretor do Liceu.

³⁹¹ Regulamento da Instrução Pública -1874. Art. 62. Ver Castro (2009a).

³⁹² Correspondência de Alexandre Teófilo de Carvalho Leal (Inspetor da Instrução Pública) ao Presidente da Província, Ângelo Costa Muniz, datada de 20 de junho de 1846.

³⁹³ Estatuto do Liceu, 1838, Art.26. Ver Castro (2009a).

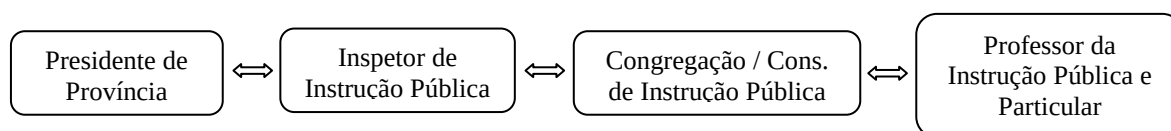
Este, dependendo do teor da obra, considerada pecaminosa ou imprópria, ou por ferir os princípios da moral ou da fé religiosa, ou por denegrir os princípios políticos e patrios, faria uma advertência por escrito; mas, em caso de reincidência do ato, o infrator seria expulso da instituição.

Em sendo assim, todos os objetos que circulavam na escola deveriam ser supervisionados e vigiados pelos delegados literários, os quais rigorosamente tinham que inventariar

“[...] os utensílios das escolas públicas de ensino primário, mandando extrair duas cópias do inventário, uma para ser transmitida ao inspetor da instrução pública e outras para ficar em seu poder, sendo ambas assinadas pelo respectivo professor, que [seria] responsável pela conservação dos utensílios dentro do prazo que for marcado em uma tabela especial³⁹⁴.

Por sua vez, os professores responderiam por todos os objetos que constituíssem o material da sala de aula, como livros, mesas, cadeiras, por cujo desaparecimento e culposa deteriorização eram “pecuniariamente responsáveis” devendo ressarcir aos cofres provinciais, e informar anualmente, até o 20 de dezembro, por intermédio do delegado literário, o estado da mobília e indicar “[...] os meios que se [deviam] empregar para a prosperidade da escola e aproveitamento dos alunos”³⁹⁵.

Ciclo de Circulação dos Livros Escolares no Maranhão



Este circuito da circulação de livros estava na dependência de vários fatores. Os aspectos de ordem econômica parecem ser uns dos mais evidentes, à medida que em todos os relatórios dos governantes é explicitado que o não atendimento às solicitações dos professores e dos delegados literários, e destes aos inspetores, deviam-se à falta de recursos financeiros nos cofres da Província, constituindo-se assim um dos maiores empecilhos para que a instrução no Maranhão se pudesse igualar à instituída e praticada na Bahia, em Pernambuco, ou no Município Neutro em termos quantitativos e qualitativos, embora a alternância de poder no governo entre liberais e conservadores que não davam continuidade às políticas educacionais dos seus antecessores pareça ser outro fato que conspirou negativamente em detrimento da instrução maranhense no período em foco.

³⁹⁴ Lei n.º 267, de 17 de dezembro de 1849, que regula a Instrução Pública, Art. 101, § 4. Ver Castro (2009a).

³⁹⁵ Expresso no Regulamento para as escolas públicas de primeiras letras da província de 1877, elaborado pelo Conselho da Instrução Pública, de conformidade com o art. 82, § 3º. do Regulamento do mês de junho de 1874, e registrado no Cap. II, Art. 7º. na 7ª. e 12ª. obrigações dos professores. Ver Cesar (2009a).

A criação da Escola Normal de Ensino Mútuo vai também se configurar como um outro ponto de reivindicação, à medida que os professores que concluíam sua formação e retornavam para suas localidades não encontravam meios – físicos e materiais – para colocarem em exercício o conjunto de saberes e de práticas apreendidas por Felipe Condurú. Esses professores, vendo que não eram atendidos nas suas justas reclamações, abriram “[...] as suas escolas sem um só móvel. Outros se [serviram] de mobília emprestada e imprópria” para os fins do ensino, resultando que grandes partes dos alunos ficavam de pé ou sentados no chão, como acontecia na escola de Viana³⁹⁶.

Tendo feito no dia 16 do mês passado o exame do ensino mutuo, cumpre-me requisitar por intermédio de Vossa Mercê casa e utensílios para montar a escola na conformidade do método lancetrino, lembrando a Vossa Mercê que parte dos utensílios será útil para prontificar no lugar do meu domicilio em razão da dificuldade e ruína que faz causar a sua condução, como sejam bancos e mesa.

Correspondência de José Felix Pereira de Lemos, professor de primeiras letras de Monção a Francisco Sotero dos Reis (Inspetor da Instrução Pública, datado de 1º de abril de 1842.

Em observância do officio do antecessor de Vossa senhoria sob N. 45 que manda informar o incluso requerimento de Felix Francisco Monteiro, professor público de Primeiras Letras em Santa Helena, que para poder organizar a sua escola segundo o método de Lancaster pede a Vossa Excelência haja de mandar-lhe dar a quantia de setenta e dois mil para compra de utensílios

Correspondência de Alexandre Teofilo de Carvalho Leal (Inspetor da Instrução Pública) para o Presidente da Província em 23 de dezembro de 1845.

O mesmo se applicava ao Liceu, que apesar de ser *o centro de excelência da inteligência maranhense*, com o corpo docente mais capacitado, com melhores vencimentos, e o apoio pecuniário do governo, as queixas dos docentes não deixaram de se fazer presentes e regulares, como por exemplo, os officios de Francisco Mello Coutinho de Vilhena, solicitando dicionários de grego para usá-los na aula correspondente a esta língua, e os pedidos de João Leocádio de Melo, requerendo continuamente a importação da França dos objetos precisos para as suas aulas. Este último lente (responsável pela aula de desenho) tinha apresentado à Congregação do Liceu “[...] a necessidade que há de ser mandar em limpar e pintar os utensílios da sua aula e bem assim ser-lhe preciso para o uso da dita, 4 vidros para porta modelos, 2 dúzias de lápis finos, 41 toalhas de limpar as mãos, 1 bacia de arame de 12 polegadas de diâmetro³⁹⁷; além de ser indispensável mandar vir da França, os modelos ou bustos de gesso de “[...] (La mere no obú, Venus d’Arles, Amour Grec, etc), molduras (Alexandre Mourant, Ajax, Medusa, Ariadne, Hercules, etc), Pés e mãos (Deux

³⁹⁶ Correspondência de Felipe Benicio Condurú, diretor da Escola Normal a João Antônio de Miranda, Presidente da Província, datado de 1º de abril de 1842.

³⁹⁷ Correspondência de J. N. X. de Brito (secretário do Liceu) a Manoel Felizardo de Souza e Mello, Presidente da Província, em 12 de outubro de 1839.

mains d’homme et deux de femme, moulises sur nature d’après l’antique), totalizando 170 francos”³⁹⁸.

As correspondências dos Delegados Literários demonstram também, o quanto a instrução em toda a província vinha sendo realizada de maneira improvisada, oportunizando o abandono dos professores e dos alunos no ambiente escolar. Os primeiros assumindo, dependendo do seu nível de formação, cargos públicos mais rentáveis, e os segundos, quando a família tinha posse para ingressá-los em escolas particulares, com professores mais preparados, com métodos de ensino instituídos, material didático disponível, melhores condições estruturais e pedagógicas, e mantendo um funcionamento regular, terminavam abandonando os estabelecimentos provinciais mantidos pelos governos. Situação que ao mesmo tempo em que se estendia à instrução das moças, tendo em conta os objetos comuns e necessários à instrução pública no sentido geral, no caso específico do primeiro grau, também lhes eram imprescindíveis os objetos inerentes à economia doméstica, para garantir o desenvolvimento e a singularidade desse ensino. Portanto, os materiais culturais e de outra natureza que eram imperiosos para atender o contingente de “meninos de um e de outro sexo que por falta de meios não [tinham] podido freqüentar a instrução primária, a fim de fornecer-lhes as roupas e *os livros que lhes [fossem] indispensáveis*”³⁹⁹, e a devida garantia e desenvolvimento deste ensino para as crianças em idade escolar, constituíam-se responsabilidades do governo registradas em lei, que embora não se operacionalizassem nem se efetivassem na sua totalidade, mesmo assim legitimaram-se como dispositivos normativos para o funcionamento da instrução pública minutados nos regulamentos.

Como forma de minimizar a carência de utensílios nas escolas, o governo provincial vai estimular os professores e os agentes educativos, principalmente, aqueles que trabalham nas vilas, povoações e cidades mais distantes da capital, porém mais prósperas como Caixas, Alcântara e Viana, a mandarem confeccionar de preferência os objetos e os mobiliários para as suas aulas com o consumo dos recursos naturais da própria região, tratando de economizar nos custos com a confecção, como também no quantitativo da remessa desses materiais enviados de São Luís para outras localidades, garantindo assim o funcionamento das escolas nos interiores do Maranhão e instigando a independência material do governo como meio de expandir o ensino público.

³⁹⁸ Correspondência de João Leócadio de Melo ao Inspetor da Instrução Pública Francisco Sotero dos Reis, datada de 30 de julho de 1839.

³⁹⁹ Regulamento da Instrução Pública de 1874. Ver Castro (2009a). (grifo meu).

No relato de Jose da Silva Maia (1861), Inspetor da Instrução Pública, fica registrado que o número de alunos matriculados nas aulas de primeiras letras era inferior ao quantitativo de examinados, afirmando que esta realidade se devia à situação de pobreza dos meninos que abandonavam as escolas para se empregarem em atividades que lhes rendessem proveitos financeiros, à falta de livros que a província não fornecia aos alunos pobres, e à pouca disponibilidade para o ensino público da “assembléia provincial, talvez a vista dos minguados recursos da província, [que] ainda não [tinha decretado] fundos para a compra de compêndios para os alunos pobres⁴⁰⁰”, sendo nas aulas particulares as condições prediais e de utensílios melhores que as apresentadas pelas públicas, inclusive com maior número de livros escolares.

QUADRO 4: FREQUÊNCIA DOS ALUNOS NAS AULAS PARTICULARES NO ANO DE 1842.

LUGARES	PROFESSORES	CADEIRA	ALUNOS
Capital	Felipe Benicio de Oliveira Condurú	Primeiras letras	20
“	Domingos Feliciano Marques Perdigão	Idem, Latim e Francês	55
“	Francisco Pedro Nolasco	Idem, Latim	13
“	José Ventura Loup	Idem, Francês	25
“	José Nepomuceno de Barros	Idem	60
“	Isidoro Antonio Coelho Salgado Portugal	Idem	18
“	Raimundo José Rodrigues	Idem	29
“	Antonio José Gomes Braga	Idem, Comércio e Retórica	57
Alcântara	Manoel da Silva Maia	Idem	-
São Bento	Custodio Joaquim Lopes de Sousa	Idem	-
Itapecuru	Bernardino Jose Albuquerque	Idem	-
Guimarães	Caetano Vicente de Souza Bastos	Idem	-
Secretária do Liceu do Maranhão, 1 de dezembro de 1842. O secretário do Liceu J. N. X. de Brito.			

Fonte: Correspondência do Secretário do Liceu ao Presidente da Província em 1842.

Em ofício enviado pelo Inspetor da Instrução Pública, Antonio Marques Rodrigues (1864), para o Presidente da Província, Ambrosio Leitão da Cunha, apresentava-lhe a cópia de uma relação de objetos de que carecia a escola pública de primeiras letras do 1º distrito da cidade de Caxias, que lhe tinha sido remetida pelo delegado da instrução pública daquele círculo D. Reinaldo Francisco de Moura, a fim de tomar as providências que julgasse necessárias, em 29 de setembro de 1864. Porém, Marques Rodrigues não julgava conveniente, pelo momento, o fornecimento dos compêndios de geografia,

⁴⁰⁰Relatório enviado pelo Inspetor da Instrução Pública José da Silva Maia para o Presidente da Província João Silveira de Sousa, em 5 de janeiro de 1861.

catecismos, livros elementares de leitura, papel, lápis, canetas e penas, visto que existiam algumas escolas inteiramente desprovidas de utensílios, devendo-se em primeiro lugar, atender a esta necessidade pública, reservando para depois o fornecimento daqueles objetos, que no estado em que se encontrava a instrução reputava como causa de ordem secundária, já que a escola era de ensino elementar, e não de 2º grau, portanto muitos dos materiais exigidos não correspondiam aos conteúdos que deveriam ser ensinados nas escolas de primeiras letras.

Para o Inspetor da Instrução Pública, era desnecessário enviar um ou mais *Compêndios de Geografia* do Dr. Antônio Rego (aprovado ultimamente pelo governo e pela Congregação dos Lentes do Liceu, para uso das escolas de primeiras letras da província), alguns *Compêndios de Leitura*, *Aritmética*, *Geografia* e *Catecismos*, para serem distribuídos aos alunos pobres, como tampouco era urgente mandar “[...] um *dicionário português*, alguns *Compêndios de Gramática Portuguesa* de Condurú, assim como os *Compêndios de História Sagrada* e o *Livro dos Evangelhos*, a fim de se poder cumprir o disposto na 2º parte do art. 27 do regulamento de 2 de fevereiro de 1855 [...]”⁴⁰¹. Em resposta à última parte do ofício que o Presidente da Província tinha-lhe dirigido (dez dias depois), Marques Rodrigues passava a relação limitada, que tinha organizado, por mediação de João Baptista de Almeida Couceiro (secretário da instrução pública), dos utensílios essenciais para a escola pública de primeiras letras do 1º distrito de Caxias.

Relação dos utensílios de que carece a escola de primeiras letras do 1º distrito da Cidade de Caxias: seis bancos com espaldares, sendo 3 de 14 palmos e 3 de 10, devendo cada um ter taboas em baixo para deposito dos chapéus, cartapacios, e mais objetos pertencentes aos alunos; duas bancas de 8 palmos cada uma, e bem fornidas para uso dos alunos; uma banca polida de 6 palmos para uso do professor, uma cadeira de palhinha com bancos, e um estrado de 10 palmos quadrados; uma escrivaninha, uma campainha, uma ampulheta para minutos, uma régua grande, 12 pequenas e 6 cadeiras de palhinha para os exames; um estojo completo, contendo compasso, tiralinhas, semicírculo graduado, régua graduada para uso dos alunos e do professor; uma lousa grande de madeira preta polida com os competentes pertences, isto é, compasso grande, régua, esquadria, semicírculo graduado, uma ou duas libras de giz e uma esponja, para as operações do calculo e geometria; um mapa geográfico de Delemarche, e um livro de matricula com o modelo da abertura das entradas e saídas dos alunos⁴⁰².

A ausência de materiais de leitura e escrita estendia-se, além das escolas públicas, para as instituições dedicadas a atender as crianças pobres e desvalidas do sexo masculino e feminino, como a Casa dos Educandos Artífices (CEA), o Asilo de Santa

⁴⁰¹Ofício enviado pelo Inspetor da Instrução Pública Antônio Marques Rodrigues para o Presidente da Província Ambrosio Leitão da Cunha, em 19 de novembro de 1864.

⁴⁰²Ofício enviado pelo Inspetor da Instrução Pública Antônio Marques Rodrigues para o Presidente da Província Ambrosio Leitão da Cunha, em 29 de novembro de 1864.

Teresa (AST), o Recolhimento de Nossa Senhora dos Remédios (RNSR) e o Seminário de Santo Antônio (SSA). Esta última instituição, mantida em início, pelos rendimentos das Mitras (segundo o Concílio Tridentino), que baseava seus fundamentos em dar ao clero uma educação e instrução satisfatória, e sujeitar aos Bispos e Arcebispos os ordenados, proibindo que estes estabelecimentos, segundo Dias (1852, p. 340), “[...] ficassem sujeitos às alterações e corrupções do século nem imediatamente subordinado ao governo temporal”; no entanto para conseguirem subsistir e sobreviverem, tiveram que aceitar as contribuições do Governo central, que, por conseguinte, se julgou no direito de interferir e “[...] de aprovar os compêndios admitidos – até aqueles [indicados] para o estudo das matérias theológicas [...]” (DIAS, 1957, p. 341).

Se Franco de Sá (1852), ao referir-se aos espaços de instrução feminina, nos quais a caridade obrigava a prestar socorro às órfãs e meninas necessitadas, criticava as práticas exageradas de noviciado onde o ensino se mantinha secundário, aconselhando que a moral e a prudência lhes assegurassem um futuro, e expressando “[...] que recolher a essas pobres criaturas, e não se lhes dar destino algum, – não lhes indicar um meio de ganharem honestamente a vida, – [era] oneroso para a província, triste, para elas, e prejudicial às que estiverem em circunstâncias de merecer igual favor da Província” (DIAS, 1957, p. 354); para o Inspetor da Instrução, Dr. Jansen Matos (ainda em 1874) o programa de regulamento (de 2 de julho desse mesmo ano) do ensino público era totalmente deficiente, ao perguntar-se por que tinha que “[...] ficar limitado o conhecimento dos que frequentarem as escolas da província – a esse ler, escrever e contar, a essa gramática e catecismo, que, se antigamente foram o máximo da instrução, hoje não o podem ser, porque as aspirações do espírito moderno são outras?” (VIVEIROS, 1936, p. 148).

Por outro lado, se para Dias (1852, p. 512), a Casa dos Educandos Artífices (CEA) no Maranhão, “[...] nem só [era] o mais completo estabelecimento no seu gênero, mas o único que [tinha] prosperado dos ensaios que em outras partes se fizeram [...]”, admitindo meninos pobres e dando-lhes a conveniente educação e instrução primária com o aprendizado de um ofício “[...] compensando com o seu trabalho os gastos que fizerem [e tornando-se] uteis a si, e á sociedade, que os educa” (DIAS, 1852, p. 511); para Casemiro Sarmiento (1844), em correspondência enviada a João José Moura Magalhães (Presidente da Província) reclamava “que essa porção da mocidade que tantas esperanças ha de ser utilíssima ao país” vinham recebendo uma instrução para as artes e ofícios (sapateiro, carpinteiro, marceneiro e artes domésticas, etc) com maior rigor, e de acordo com os princípios da moral e da religião, com o que havia de mais moderno na aprendizagem

profissional, embora não pudessem progredir “nas primeiras letras que são os mais indispensáveis conhecimentos humanos pela completa falta de livros e compêndios”⁴⁰³. Casemiro Sarmiento (1844), especificamente se referia à falta de livros de leitura para aprender a ler, razão pela qual a maior parte dos professores, segundo Dias (1852) obrigavam os meninos “[...] a ler pelo catecismo, livro impróprio para a leitura por ser escrito em perguntas e respostas, [esquecendo-se] de que a impressão de cartões para a escrita e aritmética, de silabários e de frases, seria mais cômoda e de mais proveito à instrução [...]” (DIAS, 1852, p. 255). A ausência de um modelo de escrita instituído nas escolas, e a carência de livros pelos quais se lecionasse a leitura manuscrita, induziu os professores a exigir dos “[...] alumnos [que trouxessem] cartas, e como estas não [poderiam] ser idênticas, também não [poderia] haver o emprego do methodo que a lei recomenda [...]” (DIAS, 1957, p. 361).

Em sendo assim, para sanar a falta desses recursos, o professor de primeiras letras Roberto Colin usava “as cartas de fora” – materiais da instituição como os ofícios, correspondências e relatórios armazenados na secretaria – para exercitar a leitura dos manuscritos, e as leis e os jornais enviados pelo governo para a escola, foram utilizadas na prática da leitura do bastardo. Para esse professor, os jornais eram um material importante para o ensino da leitura, mas era preciso certo cuidado na sua escolha, para não prejudicar a capacidade moral e religiosa dos Educandos, “que tanto convêm infiltrar no espírito e no coração das crianças [...] que com razão se devem esperar dos catecismos, dos compêndios de moral e da história sagrada que escolha [o professor] para a leitura das aulas”⁴⁰⁴. O uso dos jornais nas aulas de primeiras letras foi feito pelos professores, Cirilo dos Reis Lima e Jose Marcelino da Luz e Souza, das cidades de Caxias e Viana, respectivamente, onde eram impressos os jornais *A Imprensa Caxiense* e *O Vianense*, na mesma ordem.

Para Casemiro Sarmiento (1844), os livros ideais para este tipo de instituição eram o *Catecismo* pequeno de Fleury, e o *Livro dos Meninos* de autoria de Dom Francisco Martinez de La Rosa, traduzido do espanhol por José de Urcullu para o ensino do alfabeto dos diferentes caracteres de letras. Para o ensino de aritmética, o inspetor recomendava as *Primeiras Lições de Aritmética* (1846) de Ayres de Vasconcelos Cardoso Homem, e para o ensino da língua nacional, a *Gramática Portuguesa* de José da Motta Pessoa do Amorim. Embora todas estas obras indicadas para o ensino elementar dessa instituição já estivessem

⁴⁰³Correspondência do Inspetor da Instrução Pública Casemiro Jose de M. Sarmiento ao Presidente da Província, João José Moura Magalhães, datada de 1º de agosto de 1844.

⁴⁰⁴Id. Ibid.

sido aprovadas (como o estipulado no regulamento da instrução pública) pela Congregação do Liceu, em 21 de fevereiro de 1844⁴⁰⁵, faz-se necessário destacar a reprovação da obra de Ayres Vasconcelos na província de Amazonas (28 anos depois de sua primeira edição), por não abordar o sistema métrico decimal tão em voga, segundo o professor interino de matemática do Lyceu Amazonense, o Sr. Antonio Augusto Alves, em 1874, mesmo que a obra tivesse sido revisada e atualizada para esses fins, no mesmo ano de sua avaliação (CORRÊA, 2006; SOARES, 2009). É precisamente aqui que se estabelece um dos paradoxos implícitos no livro escolar como material cultural produzido e concebido para o ensino. Ao mesmo tempo em que é um produto a ser consumido, com grandes tiragens de exemplares a partir da segunda década do Oitocentos, é também um artefato que tem tempo breve, pela dependência das reformas curriculares, sendo pouco preservado, raramente encontrado, e os que são localizados, na sua maioria, encontram-se em péssimo estado de conservação. Em outras palavras, é um “produto marginal”, para usar os termos de Bittencourt (2008).

Esta natureza do livro escolar, que impõe a constante renovação dos conteúdos em sintonia com os programas de ensino e com os regulamentos da instrução pública, que tem estado atrelada às constantes mudanças segundo os avanços teórico-metodológicos que estão implícitos na história das disciplinas, e a necessidade de estar vinculada com as próprias concepções e posicionamentos sobre as áreas do conhecimento e sobre a instrução, “[...] estimando-se, ordinariamente, de fato, que os conteúdos de ensino são impostos como tais à escola pela sociedade que a rodeia e pela cultura na qual se banha” (CHERVEL, 1990, p. 181), fizeram que este suporte cultural, dentro e fora da escola, fosse considerado por muitos bibliófilos, bibliotecários, editores, tipógrafos e mesmo por alguns historiadores e professores, um artefato mutável, descartável e de curta duração. Isto pode ter contribuído para a tão difícil tarefa dos historiadores do livro, da leitura e especificamente dos historiadores dos livros escolares e da alfabetização, de localizar alguns exemplares que ajudem a desmistificar o circuito do livro visando sua produção, distribuição e consumo, como também sua representatividade marcada nas diferentes edições que foram colocadas em trâmites de aprovação e adoção para o ensino da instrução pública (CHOPPIN, 2000, 2002; TAMBARA, 2003; MACIEL; FRADE, 2003; PERES, 2006; AMANCIO; CARDOSO, 2006; FRADE; MACIEL, 2006).

⁴⁰⁵Correspondência do Inspetor da Instrução Pública, Casemiro Jose de M. Sarmiento, ao Presidente da Província, João José Moura Magalhães, datada de 2 de outubro de 1844.

No que se refere à compra de livros escolares, em 1849, foram obtidas novas obras para as instituições e os espaços de ensino, no valor de 74\$020,26 réis: Em vez de continuar-se distribuindo o *Catecismo* de Fleury, como havia sido indicado anteriormente pela Inspetoria da Instrução Pública, o respectivo professor da Casa dos Educandos e Artífices Roberto Augusto Colin sugeria a compra de exemplares do *Catecismo de Montepellier*, justificando sua escolha, não só por se constituir uma obra mais barata, senão por ser um texto mais adequado para o uso das escolas de primeiras letras da Província, acrescentando na sua exposição de motivos, não só a atualidade dos conteúdos expostos e a qualidade na impressão, como também alegava que a dita obra continha um resumo de geografia que poderia ser muito útil aos educandos”, se se considerasse a escassez de livros que tratavam sobre algumas áreas específicas do conhecimento, como a história e a geografia. No entanto, foram adquiridos nessa remessa dez exemplares da *Bíblia da Infância* “por serem tão baratos e obra muito precisa para os meninos”⁴⁰⁶.

Estas obras foram extensivas à Escola Agrícola do Cutim, estabelecimento criado em 1865 com os mesmos objetivos da CEA, mas, dedicado à aprendizagem agrícola, que na opinião do jornal *O Globo* (1859), era uma “[...] novidade do império [um] glorioso padrão administrativo, [uma] nova era de civilização na agricultura brasileira [e] o progresso em vez da rotina”⁴⁰⁷, sendo editadas algumas obras técnicas e artigos sobre os novos processos produtivos com o fim de modernizar a agricultura por mediação das Sociedades “Filomática” e da “Agricultura e Indústria Rural Maranhense” (CABRAL, 1984). Além dessas obras os alunos tinham aulas de francês para que pudessem aprender o que de mais moderno havia nessa atividade, ensinado por meio do método aratório, o qual, segundo o jornal *A Imprensa* (1858), “[...] os nossos lavradores não [podiam] adiar por mais tempo o uso do arado e da lavoura civilizada sem precipitar-se na ruína [...] não se [tratando] de uma teoria sem aplicação, senão de experiências de séculos dos países cultos e adiantados [...]”⁴⁰⁸.

Diferentemente da CEA, nesta instituição foi criada uma biblioteca voltada para os professores com livros adquiridos na Escola de Grignon, da França, que era o centro de referência na aplicação desse método. Se para Franco de Sá (1847), a Sociedade Filarmônica com o apoio do governo, estava publicando uma obra sobre todo o processo de

⁴⁰⁶Correspondência de Casemiro Sarmiento, Inspetor da Instrução Pública a Herculano Ferreira Pena, Presidente da Província, datada de 20 de agosto de 1849.

⁴⁰⁷Duas palavras sobre a nossa lavoura. Temática divulgada no jornal *O Globo* (1859, n. 57, p. 1).

⁴⁰⁸A lavoura. Temática registrada n’*A Imprensa* (1858, n. 47, p. 3).

plantação da cana, para ser distribuído gratuitamente entre os lavradores⁴⁰⁹; o Presidente da Província, Dias Vieira (1858), tinha determinado por conta do Tesouro provincial e como meio de propagar os conhecimentos práticos sobre a cultura do algodão, que se fizessem subscrições de 250 exemplares do *Manual do plantador de algodão*, escrita por Turner (1858) e traduzida pelos doutores J. Ricardo Jauffret e Antonio Marques Rodrigues, como também ordenou que se distribuíssem para o uso do ensino da escola agrícola, o *Compêndio Histórico dos princípios da Lavoura do Maranhão* de Raimundo José de Sousa Gaioso, embora sua primeira edição fosse publicada nos finais do século XVIII. Segundo Vieira (1858), a obra de Turner, publicada em New York, apresentava “[...] os melhores artigos dos jornais agrônômicos e as observações de experimentados e inteligentes agricultores dos Estados Unidos a respeito dessa planta, cuja cultura, mesmo atrasada, [era] nesta Província, um dos principais ramos de riqueza pública [...]”⁴¹⁰, o que poderia contribuir para a formação dos alunos da Escola do Cutim, e auxiliar os lavradores no plantio desse produto agrícola, sendo a educação profissional uma das medidas que bem reclamava a lavoura, e sem ela, não teria vantagem prática insistir-se na aplicação dos métodos na lavoura de modo errado. Essa realidade maranhense, discutida entre jornalistas, políticos e educadores só poderia ser resolvida ou simplesmente melhorada através do ensino profissional, já que ninguém poderia ignorar o atraso “[...] moral dos nossos administradores, feitores, e mais pessoas que se encarregão de agricultural as terras. A ignorância grandes males [traziam à] lavoura; e as medidas exigidas pela pratica, não sendo bem comprehendidas, em sua realização nenhum resultado [dariam]”⁴¹¹.

Um documento importante, que retrata a situação das escolas maranhenses da capital na década de 1840, do Oitocentos é o relatório de visitas que Casemiro Sarmiento faz em todas as escolas, no qual relata que todas as três – a freguesia da Sé (meninos e meninas) e, da Conceição – estavam em maior estado de penúria. Sobre as aulas de primeiras letras da freguesia da Sé informava que tinha encontrado apenas 13 alunos esfarrapados e imundos “e quase todos das últimas classes da sociedade o que provão o pouco conserto que esta escola inspira”. Afirmava que não havia compêndios nem utensílios, “em suma não [tinha] a casa de instrução da mocidade mais que nome”⁴¹². A

⁴⁰⁹ Relatório do Presidente da Província, Franco de Sá (1847, p. 57-58).

⁴¹⁰ MARANHÃO. Relatório do Exmo. Sr. Vice-presidente, doutor João Pedro Dias Vieira apresentado ao Exmo. Sr. Presidente Dr. João Lustosa da Cunha Paranaguá, ao passar-lhe a administração no dia 19 de outubro de 1858. Maranhão, Typ. da Temperança (1858, p. 24).

⁴¹¹ O jornal *Ordem e Progresso* (1861, n. 16, p. 1).

⁴¹² Ofício enviado por Casemiro José de M. Sarmiento (Inspetor da Instrução Pública) para o Presidente da Província, Herculano Ferreira Penna, em 16 de abril de 1849.

escola da freguesia da Conceição, por outro lado, estava localizada em uma casa de aspecto desconsolador. “O esquivo corredor em que se [dava] a aula não é arejado, não estava limpo, os meninos estão descuidados, um ou outro [tinha] compêndios velhos e sujos”⁴¹³. A última escola, de meninas da freguesia da Sé, estava alojada em uma sala sofrível, arejada e limpa; as alunas tinham onde se sentar, mas não onde escrever, a “não ser a pequena mesa da professora: compêndios, translados pouco vi”. Por fim, afirmava que podia “assegurar que esta escola e como são todas as demais do país, no mais tudo que conseguem as meninas é aprender a soletrar e escrever mal e algumas poucas costuras”⁴¹⁴.

Uma questão que emerge deste relatório de Casemiro Sarmiento é compreender que se as escolas da capital estavam nas condições acima descritas, como será que se encontravam as do interior da Província, principalmente das localidades mais afastadas de São Luís? Daí ser comum, nas correspondências dos professores e dos delegados literários, encontrar reclamações e pedidos de reformas e/ou construção de edifícios, de materiais escolares, como bancos, mesas, potes, papéis, lápis, dentre outras, como o faz o professor de Carolina, que reivindicava do governo o aluguel de uma casa e a compra de livros e compêndios para serem distribuídos aos alunos pobres⁴¹⁵. O professor da Vila de São Bento reclamava que em sua escola não havia quaisquer meios para o ensino das primeiras letras e solicitava os seguintes materiais, especificando os seus valores: dez bancos a 6 mil réis, dez bancos para servirem para a escrita a 11 mil, uma palmatória no valor de mil réis, um banco para potes, 5 mil réis e um armário para guardar os compêndios a 12 mil. Por sua vez, a professora Rosa Cesarina de Amorim, da Vila de Rosário, Raimunda Joaquina Lopes, de Vargem Grande e Joana Maria da Conceição de Barra do Corda, faziam as mesmas solicitações, além dos mobiliários e livros, requerendo meios para poder ensinar o bordado e a costura às suas alunas.

Em resumo, o quadro da instrução pública no Maranhão oitocentista pode ser melhor compreendido no relatório que apresenta Jose da Silva Maia (Inspetor da Instrução Pública) ao Presidente da Província João Silveira de Souza, em 5 de janeiro de 1861, no qual afirma que:

Em resumo a falta de utensílios, a pratica seguida de lecionarem os professores em sua próprias casas que são pela maior parte acanhadas e não comportam o número dos matriculados, a falta de compêndios para serem distribuídos pelos alunos pobres, a mesquinhez dos ordenados dos professores, tudo isso tem exercido sobre o ensino uma influencia perniciosa e são estas as principais causas

⁴¹³ Ib. Ibid.

⁴¹⁴ Ib. Ibid.

⁴¹⁵ Ofício enviado pelo Inspetor da Instrução Pública, Jose da Silva Maia, para o Presidente da Província, João Silveira de Souza, em 3 de maio de 1869.

da marcha lenta e arrastada. As medidas, portanto, que proponho, tendentes a melhorar este importante ramo do serviço público são as seguintes: 1º fornecimento de mobília para as escolas; 2º casas próprias para as mesmas; 3º compra de livros adotados para serem distribuídos aos alunos reconhecidamente pobres; 4º aumento dos professores do interior⁴¹⁶.

No entanto, as doações de particulares em benefício da instrução pública, por outro lado, se fazem também evidentes durante todo o período imperial. Se Montezuma Alfredo Corrêa de Castro, por mediação do escrivão judicial da Villa de São Vicente Férrer, oferecia, em 12 de junho de 1877, a quantia de 20\$050 réis, provenientes “[...] dos custos com os processos de arbitramento para a libertação de escravos d’aquela município [...]”⁴¹⁷, sendo expedida a ordem à Tesouraria da Fazenda, pelo Presidente da Província, Francisco Maria Manuel Correia de Sá e Benevides, para que fosse aplicado esse valor na compra de livros para os meninos pobres da escola de ensino primário de dita vila; o bacharel Augusto de Mello Rocha avisava que se achava concluído o prédio por ele oferecido, em 26 de agosto de 1873, para nele funcionar a escola pública de primeiras letras da Vila do Rosário, doando também alguns volumes de diversas obras, “[...] como núcleo de uma futura bibliotheca que [devia] ser fundada naquele edifício [providenciando] V. Ex^a. para que sejam taes livros recebidos pelo delegado litterário e bem assim a mobília destinada pelo mesmo offertante á sobredita escola”⁴¹⁸.

A descrição desse quadro da instrução pública maranhense no período imperial e as diversas propostas para saná-lo se fazem reincidentes e latentes em quase todos os relatórios apresentados pelos Presidentes da Província, com base nas informações dos Inspectores da Instrução Pública ou por outros relatórios de intelectuais com orientações por parte do Governo central de analisar e avaliar o ensino público, a exemplo de Gonçalves Dias, em 1852. Conquanto o fluxo de correspondências mantidas entre os vários agentes da instrução pública local também se constituíam em fortes indicativos que me induzem a compreender o que seria o ensino maranhense no período abordado.

Contudo, do mesmo modo que a documentação revela os problemas da instrução com os espaços de ensino, com os métodos aplicados, com os livros escolares adotados, usados e extintos, com a formação/não-formação e integridade dos professores no exercício do magistério público, problemas que fizeram a Dias (1852) propor que se

⁴¹⁶Relatório enviado em 5 de janeiro de 1861 pelo Inspetor da Instrução Pública, José da Silva Maia, para o Presidente de Província, João Silveira de Souza.

⁴¹⁷Livro de minutas da correspondência do Presidente da Província, Francisco Maria Correia de Sá Benevides, ao Inspetor da Instrução Pública, Antonio dos Santos Jacinto (1877, DOC 1044).

⁴¹⁸Livro de minutas da correspondência do Presidente da Província, Francisco Maria Correia de Sá Benevides, com Antonio dos Santos Jacinto, o Inspetor da Instrução Pública (1877, DOC 1044).

adotasse o sistema de formação de professores imposto na Holanda, no intuito de sanar o déficit das províncias com as Escolas Normais⁴¹⁹; da mesma forma, os documentos avaliados me mostram que embora existissem diferentes fatores que conspirassem em detrimento do ensino público, paralelamente foram sugeridas uma série de estratégias para solucionar e atender às solicitações, reclamações, desejos e denúncias dos professores com relação à estrutura dos espaços de ensino, aos materiais da cultura escolar, e, em especial, aos compêndios escolares aprovados pela Congregação do Liceu ou pelo Conselho da Instrução Pública, mas não presentes no espaço pedagógico. Livros que, embora fossem aprovados e indicados pelos agentes educativos, por questões diversas de ordem econômica, moral e política, nunca chegaram a ser adotados. Todavia, devo enfatizar, segundo as fontes em análise, que nem todas as obras aprovadas, indicadas e adotadas para serem utilizadas no ensino da instrução pública foram passivamente aceitas pelos professores atuantes nos espaços escolares, apesar da obrigatoriedade de seu uso estar disposta nas leis e regulamentos da Instrução Pública maranhense (CASTRO, 2009b).

3.3 Os livros escolares no interior das instituições de ensino

Como tratado anteriormente os livros escolares aprovados e adotados na instrução pública ou particular, no nível elementar (primeiras letras), no secundário (Liceu), e em algumas aulas particulares de latim e francês, faziam parte das decisões tomadas, seja pela Congregação do Liceu, seja pelo Conselho da Instrução Pública, a partir de 1874, cujos membros reunidos, após a análise do conteúdo das obras e dos métodos utilizados, segundo a correlação com as disciplinas escolares e da inserção de novos conhecimentos sustentados na pedagogia moderna, depois da apreciação do teor dos textos e da inclusão dos princípios morais e religiosos nos seus escritos, e posteriormente de avaliarem em certa medida o valor da obra e os custos para os cofres públicos, poderiam ser recomendados ou não para o uso no ensino da província, quer pelos alunos nos espaços escolares e nos momentos de consultas para exames, quer pelos professores nas suas práticas pedagógicas.

⁴¹⁹Sistema de formação de professores que aproveitava “[...] os meninos pobres, adiantados, e inteligentes de uma escola primária: quando promptos nas matérias de ensino, dar-se-lhes uma pequena mensalidade afim de continuarem como Monitores no exercício do ensino: depois de convenientemente preparados, e segundo a aptidão que mostrassem, dar-se-lhes um ordenado como Professores adjuntos às escolas mais frequentadas, e substituindo as vagas no impedimento dos proprietários. Poder-se-hia dar mais extensão aos estudos, obrigando-os a cursar as aulas de Grammatica Philosophica, Desenho e Musica, onde as huvesse (DIAS, 1957, p. 358).

Os livros direcionados para as aulas de primeiras letras eram oriundos de Portugal (Porto, Coimbra e Lisboa), da França e do Rio de Janeiro, e em menor proporção da Inglaterra e Estados Unidos. Esses livros eram encomendados e adquiridos, em alguns casos, pelos próprios professores nas casas comerciais de São Luís, em outros, eram pedidos à Inspetoria da Instrução Pública, mas nem sempre aceitos por este agente (substituindo os títulos segundo o conteúdo avaliado), como também eram disponibilizados por meio das indenizações praticadas pelos cofres públicos. Exemplos de encomendas podem ser citados, como o fez Antonio Jansen do Paço, ao requerer do tesouro provincial a quantia de treze mil e seiscentos réis pela compra de dicionários de língua inglesa necessários, para as suas aulas no Liceu, solicitando depois o reembolso junto ao governo. Na autorização feita por Benevenuto Augusto de Magalhães Taques (Presidente da Província) para comprar material escolar para o Liceu, não se desconsideram as observações feitas pelo inspetor Dr. José da Silva Maya, no pedido feito pelo Lente de Geografia. Para Maya, em discrepância com o professor, não convinha um *Atlas Geográfico*, como se requisitava, e sim, “[...] *cartas murais* [recomendando] para o uso dos alunos o *Atlas* de Dafour (Globe), o de Balbi, ou outro moderno, e não o de Andreiveau Goujan”⁴²⁰. Por outro lado o Presidente da Província, o Barão de Coroatá, indeniza por mediação do Inspetor do Tesouro Provincial, à professora de ensino primário da Vila do Cururupu, D. Herculana Firmina Vieira de Souza, da quantia de cento e vinte mil réis (120, 000) pela importância dos objetos que comprou para uso de sua aula, convindo porém, “[...] que lhe observa-se, assim como a todos os demais professores, que não [deveriam] fazer despesas tais sem autorização desta Presidência”⁴²¹

Outra forma de circulação dos livros escolares era a autorização concedida aos Inspectores da Instrução, pelos Presidentes da Província, a fazerem compras deste material e depois ser descontado do tesouro público, como o fez Antonio Marques Rodrigues ao comprar do “[...] livreiro Carlos Seidl 216 traslados de desenho aplicado as artes e ofícios, na importância de cento e trinta mil e seiscentos; e assim o [comunicara] a V. Ex^a. a fim de serem dadas, no tesouro provincial, as ordens necessárias para o pagamento dos referidos traslados”⁴²²; como também as remessas compradas pelo governo a estabelecimentos locais

⁴²⁰ Livro de registro da correspondência do Presidente da Província, Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, com o Inspetor da Instrução Pública, José da Silva Maya (1857, 1.015).

⁴²¹ Livro de registro da correspondência do Presidente da Província, o Barão de Coroatá, com o Inspetor da Instrução Pública, José da Silva Maya (1857, 1.015).

⁴²² Ofício enviado pelo Inspetor da Instrução Pública, Antonio Marques Rodrigues, para o Vice-presidente da Província, Miguel Joaquim Ayres do Nascimento, em 16 de setembro de 1864.

e posteriormente distribuídas, como anunciara o Presidente da Província Francisco, Maria Manuel Correia de Sá e Benevides, na 1ª Secção do Palácio do Governo do Maranhão, em 3 de Janeiro de 1874, de mandar a receber ao Inspetor da Instrução Pública, Antonio dos Santos Jacinto (da Livraria Magalhães & C.^a), 200 exemplares do *Livro de Moral* de Pedro de Lanza Guimarães, igual número da *Tabuada Métrica* do professor João, e 50 exemplares do pequeno livro *Aos meus meninos* do Dr. César Augusto Marques, destinados aos alunos pobres que frequentassem as escolas públicas do ensino primário⁴²³.

As obras produzidas pelos professores da Província, com predomínio do Liceu, como Sotero dos Reis, João Antonio Coqueiro, Estevão Rafael de Carvalho, Antonio Marques Rodrigues e Antonio Rêgo, respectivamente, eram impressos nas diversas tipografias existentes no Maranhão, com destaque para a de Belarmino de Mattos e a de Frias, concorrendo com a produção didática lusitana, e mesmo com a produção nacional. Registra-se, em meu inventário, a partir da década de 1860, a gradual presença dos autores locais no crescente segmento de obras destinadas, na sua maioria, ao ensino primário, como se pode apreciar na seguinte relação de livros escolares produzidos, aprovados e adotados na instrução pública na província.

QUADRO 5: LIVROS ESCOLARES DE AUTORES MARANHENSES

N.	Títulos	Autor	Ano/edição	Adotado	Tipografia	Lugar de impressão
1	Gramática Portuguesa	Sotero dos Reis	1866/1ª		B. de Matos	S. Luís
2	Gramática Portuguesa (obra póstuma) Editada p/ Francisco S. dos Reis Junior e Américo Vespúcio d. Reis	Sotero dos Reis	1871/ 2ª	Instituto de Humanidades	d' Almeida & C. ^a	S. Luís
3	Curso de Literatura portuguesa e brasileira (I – IV volume)	Sotero dos Reis	1866/1868		B. de Matos	S. Luís
4	Curso de Literatura portuguesa e brasileira (obra póstuma – V vol.) editada p/ Américo Vespúcio d. Reis	Sotero dos Reis	1862	Instituto de Humanidades	B. de Matos	S. Luís
5	Postilas de Gramática Geral aplicada à língua portuguesa pela análise dos clássicos	Sotero dos Reis	1862	Instituto de Humanidades	B. de Matos	S. Luís
6	Almanaque de Lembranças Brasileiras	Cesar Augusto Marques	1863	Colégio Pedro II	Livr. Pop. Magalhães	
7	Dicionário Histórico Geográfico	Cesar Augusto Marques				S. Luís
8	Aos meus meninos (tradução)	Cesar Augusto Marques	1872		J. M. C. de Frias	S. Luís
9	Tratado de Aritmética	João Antonio Coqueiro	1860/ 1ª	Colégios e Liceus		Paris
10	Tratado de Aritmética	João Antonio Coqueiro	1897/ 2ª	Colégios e Liceus Instrução Secundário .	Casa Monte Alverne	R. Jan.
11	Soluções das questões propostas no trabalho de Aritmética	João Antonio Coqueiro			Rey e Belhatte (Imp) W. Remquet & C. ^a	Paris

⁴²³ Livro de minutas das correspondências do Presidente da Província Francisco, Maria Manuel Correia de Sá e Benevides, com o Inspetor da Instrução Pública, Antonio dos Santos Jacinto (1874, DOC. 1043).

12	Metrologia Moderna ou exposição circunstanciada do sistema métrico decimal	João Antonio Coqueiro	1863	Escolas primárias de 2º. (MA/ PE)	B. de Matos	S. Luís
13	Prática de novas medidas de peso	João Antonio Coqueiro	1866 1867/ 2ª		B. de Matos	S. Luís
14	Curso elementar de matemática. Teórico e Prático. Tomo I	João Antonio Coqueiro	1869/ 1ª	Instrução Primária e industrial Colégio Pedro II	B. de Matos	S. Luís
15	Curso elementar de matemática. Teórico e Prático. Tomo II	João Antonio Coqueiro	1874/ 1ª	Instrução Primária e industrial	J. M. C de Frias	S. Luís
16	Primeiras Noções de cálculo	João Antonio Coqueiro	1871	Escola Especial para adultos Escola 1ª letras	J. M. C de Frias	S. Luís
17	Tábuas Estereométricas	João Antonio Coqueiro	1871	Tesouro Provincial	J. M. C de Frias	S. Luís
18	Página Íntima	Roberto Moreira	1874		Não identificado	
19	Primeiras lições de aritmética	Ayres de Vasconcelos Cardoso Homem	1846		Maranhense	S. Luís
20	Compêndio de trigonometria	João Nepomuceno X. de Brito	1859	Liceu Maranhense		S. Luís
21	Resumo de Álgebra	José Augusto Corrêa	1886		Popular Maranhense	S. Luís
22	Questões Práticas de Aritmética	D. M. A	1895		J. M. C de Frias	S. Luís
23	Gramática Portuguesa	Felipe Condurú				
24	Compêndio da Gramática Philosophica da Língua Portuguesa	Antonio da Costa Duarte	1877		Ramos de Almeida	S. Luís
25	Compêndio de Geografia	Dr. Antônio Rego	1864	Liceu Maranhense		
26	Rudimentos de Geografia	Antonio Rego	1872		J. M. C de Frias	S. Luís
27	Atlas do Império do Brasil	Candido Mendes de Almeida	1868		Litographia Instituto. Philomathico	R. Jan.
28	Memórias para o extinto estado do Maranhão	Candido Mendes de Almeida				
29	História do Maranhão (2 vols.)	Barbosa de Gódois	1873			
30	Lições de Economia Política	José Ascênsio da Costa Ferreira	1872		J. M. C de Frias	S. Luís
31	O ensino público	Antonio de Almeida Oliveira				
32	Seleta Nacional	R. Alves da Fonseca	1873		Não identificado	
33	Seleta Escolar	J. S. Castello Branco	1886		J. M. C de Frias	S. Luís
34	O livro do Povo		1861/ 1ª 1881/ 9ª		J. M. C de Frias	S. Luís
35	Nina (Livro de Leitura)	Epomina d'Oliveira Condurú Serra	1884	Liceu Maranhense		S. Luís
36	Novo testamento	Bispo D. Frei Joaquim de N. S. de Nazaré	1885	Liceu Maranhense		S. Luís
37	Beleza da Literatura Latina	Dr. João Henrique Vieira da Silva	1885	Liceu Maranhense		

Fonte: Quadro compilado a partir das correspondências dos Inspectores da Instrução Pública para os Presidentes da Província, dos Relatórios Inspectores da Instrução Pública e Delegados Literários.

Antes de 1844, ano de operacionalização da Inspetoria da Instrução, embora criada desde 1841, a adoção dos livros escolares ficava a critério dos professores, o que trazia inúmeros entraves para o avanço do ensino, pela falta de uniformidade nos conteúdos, pela não sistematização dos métodos, e pelos custos provinciais em adquiri-los para atender às demandas diversas da instrução maranhense. Este desequilíbrio nas práticas pedagógicas e a não sistematização do ensino, quanto ao uso dos livros, à aplicação dos métodos, e referente aos conteúdos a serem trabalhados, pairaram aparentemente durante todo o século XIX, à medida que Dias (1957, p. 363), no seu relatório de 1852, defendia o entendimento da “[...] uniformidade na instrução primária [como] uma das faces da nacionalidade, e enfim quanto em nós [fosse] possível unidade no systema, constancia nos princípios, persistência na execução”.

Esta mesma configuração de nacionalizar-se a produção escolar não foi diferente em outras regiões do país, como por exemplo, no Amazonas. Corrêa (2006), ao estudar o circuito do livro escolar nessa província, consegue flagrar não só a produção de livros escolares de origem estrangeira, como também a concorrência dos autores nacionais, entre eles: “o *Livro do Povo*, escrito pelo maranhense Antônio Rodrigues; [*as séries graduadas*] de leitura (1º, 2º e 3º livros) [...] do paraense Joaquim Pedro Corrêa de Freitas; [...] do pernambucano Landelino Rocha; [e] do paraense Augusto Ramos Pinheiro” (CORRÊA, 2006, p. 129). Contudo, independentemente da não existência de registros de séries graduadas de leitura produzidas por autores maranhenses, tanto na documentação governamental, como na imprensa local, aparecem indícios da venda e consumo destes livros para o ensino do ler e do escrever, reafirmando a concorrência da produção de livros escolares estrangeiros, com a produção brasileira e maranhense. Ou seja, as propostas de nacionalização da literatura escolar, visando os projetos civilizatórios, “[...] corresponderam ao período de crescimento da rede escolar, decorrente, em parte das mudanças sociais surgidas com a urbanização, a imigração, o esfacelamento do trabalho escravo e as modernizações nos meios de comunicação” (BITTENCOURT, 2008, p. 26).

Se *O Publicador Maranhense*, de 1853, anunciara, que acabava “[...] de ser impressa nesta Typographia a 2ª edição da *Grammatica Elementar da Lingua Portuguesa*, composta por F. B. d’O. Condurú, a 1\$000 rs cada exemplar, mas [far-se-ia] um abatimento de 5 a 20 por cento a quem [comprasse] de 10 a 100 exemplares”⁴²⁴, e se no mesmo jornal, se pediam “assignantes da *Grammatica Philosophica* do Padre Antonio da Costa Duarte,

⁴²⁴*O Publicador Maranhense* (1853, n. 1391, p. 4, grifo meu).

em 3ª edição, revista e corrigida [podendo] mandar receber os exemplares que subscreverão na Livraria Frutuoso, [vendendo-se] a 1\$690 réis cada um”⁴²⁵; posteriormente, n’*O Século* (1858) se divulgava o “*Methodo Facillimo para aprender a ler e escrever no mais curto espaço de tempo possível tanto a letra redonda quanto a letra manuscripta* e o *Manual Eyclopédico* de Monteverde”⁴²⁶, como obras de fácil acesso por seus módicos preços e pela sua completude segundo os conteúdos trabalhados, como também no *Publicador Maranhense* de 1871 e 1881, foram noticiados outros textos de procedências distintas e autores estrangeiros, nacionais e locais, com concepções pedagógicas diferenciadas.

A *Gramática Portuguesa*, de Sotero dos Reis, “[...] adotada como compêndio nas aulas públicas desta província, assim como nas províncias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo & achando-se já completamente esgotada sua primeira edição [...]”⁴²⁷, o *Novo Methodo pratico e fácil para aprender a língua franceza* de Craeser (segundo os princípios do professor F. Ahn), e a *Epitome da Grammatica francesa* (traduzida a primeira, e a segunda compilada, pelo Dr. Abílio Cesar Borges); como também o 1.º, 2.º e 3.º *Livro de leitura* desse mesmo autor, além das *Noções de Arithmetica e do Systema métrico decimal*, por Manoel O. Rodrigues da Costa, e do livro de *Desenho ou elemento de Geometria pratica popular seguida de algumas noções de agrimensura, stereometria e archetectura*⁴²⁸, foram todas estas obras, títulos específicos de diferentes áreas do saber, livros divulgados de autores com origens distintas, e textos nos quais se registravam interesses instrucionais singulares e posicionamentos teórico-metodológicos peculiares, que coexistiram e concorreram por um lugar no cenário educacional maranhense e um espaço no circuito do livro escolar.

Isto fica mais evidente tanto no teor dos anúncios das obras divulgadas pela imprensa local, como nos depoimentos dos próprios autores de livros escolares. Em 1871, *O Publicador Maranhense*, ao divulgar o 3.º *Livro de Leitura* do Dr. Abílio Cesar Borges (diretor do Ginásio baiano), já fazia referência ao conhecimento do público sobre o 1.º e 2.º *Livro de Leitura* desse autor. Segundo os comentários do jornal, sua obra, comercializada na Livraria Magalhães & C^a, já era aceita pelas propriedades das matérias que a compunham, pela boa escolha e estruturação dos escritos, e, sobretudo, pela calculada gradação das dificuldades que o aluno ia percorrendo ao avançar na leitura de cada livro, e no passar de um para outro, discutindo-se como primeira questão levantada na concepção e

⁴²⁵ *O Publicador Maranhense* (1853, n. 1426, p. 2, grifo meu).

⁴²⁶ *O Século* (1858, n. 3, p. 4, grifo meu).

⁴²⁷ *O Publicador Maranhense* (1871, p. 3).

⁴²⁸ *O Publicador Maranhense* (1881, n.102, p. 3).

produção dessa série graduada de leitura o “[...] ensino ou cultura intellectual dos livros mais próprios á índole dos meninos [conhecendo-se] de prompto que da infância preparada há de sahir a mocidade esperançosa e, consequencia da mocidade educada os diferentes homes [...]”⁴²⁹ de bem, entre eles, distintos artistas, homens de letras e de negócios públicos.

César Borges (Barão de Macaúbas), na introdução do seu 2.^o *Livro de Leitura*, expõe as dificuldades de se escreverem textos para um público escolar cujas aprendizagens já eram orientadas por livros portugueses, alertando aos escritores nacionais ou locais que, embora os desafios para a escrita de livros escolares estivessem postas, era preciso e necessário, através de trabalhos pátrios, mostrar as inadequações dos livros estrangeiros quanto ao método de exposição dos conteúdos, aos métodos de aplicação dos ensinamentos, às concepções teórico-metodológicas da aprendizagem da leitura e da escrita, e, sobre tudo, à inexistência de assuntos referentes ao contexto nacional e local que auxiliassem na compreensão e no entendimento dos leitores com temáticas familiares e de seu convívio.

Este autor, referindo-se às características que deveria ter um “Livro de Leitura” para ser considerado adequado para a aprendizagem do ler e do escrever, reflete sobre como se deveriam produzir os livros para as crianças em formação leitora e aproveita sua explanação para criticar os livros estrangeiros utilizados nesta prática, explicando que eles deveriam

[...] ser quase inteiramente escripto com palavras conhecidas dos meninos, e em phrases e períodos tão curtos, como aquelles em que elles costumam exprimir-se; e os assumptos devem ser tão resumidamente tractados, que elles, cuja attenção e intelligencia são ainda tão rudimentares e fracas, possam, chegando ao fim do conto, lembrar-se do principio, e ter como diante da infantil imaginação inteiro o quadro que representa o facto lido, com suas peripécias e episódios, assim como a moralidade que de tudo resulta.

Um livro que não se ache em tais condições, poderá ter toda sorte de méritos, porem nunca se dirá, nem adaptado, nem util para a instrução da infância (BORGES, 1867, p. IX).

No que Gonçalves Dias (1957)⁴³⁰, ao criticar o uso de compêndio de autores estrangeiros em detrimento dos nacionais ou locais, denuncia a opção do Governo da Bahia em adotar no ensino público os compêndios de Monteverde, “[...] com injurias, e prejuízos dos Escriptores brasileiros e baianos, superiores de muito author portuguez; estando somente admittidos [...]” a *Grammatica*, *Arithmetica* e *Moral* de Monteverde, o *Cathecismo* de Fleury e a *Calligraphia* de Vanzeller [...]” (DIAS, 1957, p. 361), não podendo essa última ser litografada, já que as oficinas litográficas não podiam na época ainda “[...] tirar

⁴²⁹ *O Publicador Maranhense* (1871, n. 202, p. 3).

⁴³⁰ Relatório sobre a Instrução Pública em diversas Províncias do Norte elaborado, em 1852 (DIAS, 1957).

bons trasladados motivo pelo que se estragou a calligrafia de Vanzeller, e não [havia] modelo de escripta nas escolas [...]” (DIAS, 1957, p. 361); Veríssimo (1908), quando critica a ausência dos assuntos nacionais nos livros de leitura e nos livros de lições de coisas, de geografia e história pátria, defende que, se essas obras ensinassem lições de coisas, não fossem sobre “[...] industrias, occupaões e usos que nos [eram] completamente alheios [...] que nos [inculcassem] as noções mais claras, mais exactas e mais novas sobre a cultura do café, do cação, da canna ou do algodão, sobre as industrias pecuárias ou as industrias caseiras [...]”, possibilitando aplicar os ensinamentos à realidade brasileira, que de outra forma seria inútil a instrução pública (VERISSIMO, 1980, p. 6).

Por outro lado, não só a produção nacional ou local, garantindo o tratamento de temáticas representativas do Brasil no geral e de suas províncias no particular, resolveria a acirrada concorrência estabelecida com os livros estrangeiros. Para Borges (1867) a concepção da escrita e da produção do livro de leitura em específico para o ensino das primeiras letras com assuntos nacionais se constituía noutro impedimento mediado pelas dificuldades enfrentadas na sua elaboração e no ajustamento do estilo dos autores para as peculiaridades de um público singular. O Barão de Macaúbas declarava que a concretização de “um livro próprio para leitura de creanças [era] cousa difficillima de fazer-se; muito mais difficil do que [se] figurava [...] (BORGES, 1867, p. VIII), desafiando assim a todo aquele que julgasse a tarefa de escrever livros de leitura para meninos fácil e destemida, a “[...] tentar, somente a titulo de ensaio, a composição de uma pequena história para creanças, e so com palavras e phrases d’elles conhecidas” (BORGES, 1867, p. IX), conseguissem despertar seus interesses por assuntos naturais, humanos e reais, ajudassem na apreensão dos conteúdos sem a utilização para a escrita de elementos óbvios e ingênuos, e auxiliassem no entendimento do ensino da leitura, sem se referirem a histórias maravilhosas e tolas, que prejudicavam a curiosidade e a motivação do leitor em formação pelo ensino da leitura (BORGES, 1867).

Essa incompatibilidade entre a concepção e escrita de um livro de leitura para a instrução primária, os usos arbitrários de linguagem utilizados nas obras direcionadas ao seu ensino, a complexidade dos temas dissertativos expostos, e o estilo da escrita concretizada na sua elaboração, fazem que Borges (1867), ao analisar o *Thesouro dos Meninos* de Blanchard (1817), coloque em cheque seu papel como livro formador de leitores, critique seu uso no ensino da leitura, assim como evidencie as contradições latentes nos critérios teórico-metodológicos utilizados na sua aprovação e adoção no ensino público, ao proferir que qualquer trecho que seja lido ao acaso se compreenderia imediatamente

“[...] que nem o estylo, nem a linguagem, nem os assumptos, são apropriados para meninos de nove a onze anos. Além de serem os assumptos longuissimamente tractados, os períodos, as phrases, e as orações [...] para a débil attenção das creanças” (BORGES, 1867, p. VIII).

Entretanto, se a compatibilidade do livro de leitura com respeito ao destinatário para o qual é concebido (no sentido restrito do termo), e do livro escolar no âmbito geral, dá-se pelas concepções da escrita, do estilo empregado, da tipologia de exposição dos assuntos, assim como pelos temas nacionais e locais propostos para a instrução e para a alfabetização, quando se refere ao método de ensino da leitura, especificamente, utilizado e divulgado por meio das obras, aparecem outros elementos norteadores que foram analisados, divulgados ou criticados por outros especialistas na arte de escrever livros de leitura, no âmbito nacional, como por exemplo, João Köpke⁴³¹. Apesar da importância deste autor quanto aos métodos de ensino da leitura, e embora não tenha encontrado nenhum indício na garimpagem das fontes que me autorize a confirmar a presença da sua série graduada de leitura ou outra produção de sua autoria no cenário escolar maranhense, se faz necessário compreender que para se analisarem livros de leituras – mérito não objetivado nesta investigação –; mais importante que avaliar os estilos de escrita, a diversidade de assuntos, e os diversos formatos, se faz necessário entender os métodos de soletração, de silabação, de palavração, mistos ou globais, para se compreender a complexidade que rodeia a concepção e produção desse livro escolar, (neste caso o livro de leitura), como também entender os diferentes posicionamentos teórico-metodológicos dos escritores, professores e editores no tocante à especificidade de este livro no ensino da leitura e na formação leitora dos indivíduos.

A respeito dos livros escolares no domínio local, Dias (1849), na introdução dos *Annaes Históricos do Estado do Maranhão* de Berredo (na sua 2.^a edição em 1849), reconhece-o como cronista e o critica como historiador, ao negar que tenha escrito nessa obra “[...] a História do Maranhão, [e sim] uma pagina das conquistas de Portugal, – dahi [vindo] o seo principal defeito” (DIAS, 1949, p. V). Ao fazer um comparativo entre o historiador político e o historiador poeta, recrimina o teor da obra e coloca em cheque a sua originalidade como texto de natureza local, já que os aspectos indigenistas como base da “poesia e a história do Brasil” e neste caso a maranhense, não foram contemplados no enredo histórico; embora tenha sido adotada esta obra, 11 anos depois deste veredito, no Liceu Maranhense (ANEXO A). Dias (1849), dirigindo-se ao leitor, termina explicando-

⁴³¹Ver Panizzollo (2006).

lhe, a dinâmica existente entre o leitor, o escritor e o crítico, e as consequências de ser o avaliador de uma obra ao escrever a introdução da nova edição. Para ele, “o escriptor escreve, o critico julga; mas o publico de melhor grado se inclina a desculpar os erros do escriptor do que os lapsos da critica” (DIAS, 1849, p. 3).

Todavia, Fonseca (1873), na *Selecta Nacional*, alerta para o fato de que, em vez de iniciar os estudos pelos trocadilhos de Jacinto Freire, das antíteses de Vieira, dentre outros autores estrangeiros, preferia começar o ensino pelas traduções de Trajano Galvão, as ricas flores de Gonçalves Dias (o cisne brasileiro) e a crítica firme e conscienciosa de João Lisboa, “o Herculano Maranhense”, isto é, “[...] começar pelas riquezas pátrias, cuja subida, preço e valor estão além de qualquer contestação. Eis o caso de aproveitarmos-nos do sábio pensamento grego: *Conhece-te a ti mesmo primeiramente*” (FONSECA, 1873, p. VI, grifo do autor). Ao referir-se ao *Livro dos Meninos*, do comprovinciano Antônio Rego, comenta que embora o livro tenha alguns aspectos metodológicos que podem ser melhorados para o entendimento do ensino da leitura da criança, a segunda parte deveria terminar na história do Antigo Testamento, “que já não era pouco”, sendo infrutíferas as desnecessárias recapitulações materializadas em perguntas e respostas ao final da lição, e as fabulas deveriam ser totalmente eliminadas, já que como dizia Rousseau elas podiam “[...] instruir os homens, mas que as creanças não lhes tiraõ uma única conclusão, gostão por serem contos e fazem rir” (FONSECA, 1873, p. VIII), não entendendo Fonseca (1873) o porquê do costume de colocar-se este gênero como livro de leitura, e vendo em seu uso na instrução, vários inconvenientes.

Este movimento competitivo, entre livros escolares estrangeiros, nacionais e maranhenses, de leitura ou não, independentemente do fato de trazerem consigo latentes os programas escolares propostos pelo Estado e a Igreja, e de se basearem nas propostas legislativas paralelas à literatura pedagógica norteadora da instrução em diferentes contextos e em diversos estágios do ensino e da educação no Oitocentos, isto é, um produto cultural híbrido “[...] codificado de múltiplas maneiras e localizado no cruzamento da cultura, da pedagogia, da edição e da sociedade” (CARBONE, 2003, p. 7); o mais importante é entender que a necessidade de conteúdos brasileiros, e de textos que ajudassem a refletir não só sobre a nação, mas sobre os problemas de cada província, se fazia necessária e imprescindível para a instrução e para a formação da consciência nacional e local. Para Verissimo (1890, p. 54 - 55), “[...] uma das mais necessárias reformas [era] a do livro de leitura. Cumpre que ele seja brasileiro [...] que não é o mais importante,

mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime”.

Em sendo assim, a primeira lista de livros aprovada e adotada pelo governo na província foi proposta por Casemiro Sarmiento, em (1844), na qual indicava o *Catecismo* de Fleury (pedido ao Ministério do Império 300 exemplares de esta obra para serem doadas às escolas de primeiras letras) e duas obras traduzidas por ele: a *História Sagrada* e o *Tratado de Moral* (VIVEIROS, 1936). Dos 90 volumes enviados pelo Governo central, 25 foram cedidos para a Casa dos Educandos Artífices (CEA), 5 para cada uma das aulas públicas da capital, e a mesma quantidade para Alcântara, São Bento, Itapecuru, Brejo e para o 2º distrito de Caxias. Dos vinte exemplares restantes, metade foi entregue às diversas escolas particulares da capital, e a outra foi destinada ao Recolhimento de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios, logo que as aulas de primeiras letras fossem reabertas⁴³²; no entanto, apesar desta distribuição ampla do *Catecismo* de Fleury entre as escolas públicas e privadas maranhenses, no mesmo ano fora recomendada pela Congregação do Liceu a sua substituição pelo *Catecismo de Montepellier* por diferentes motivos: ser mais barato, mais completo nos conteúdos, e, por conseguinte, mais econômico.

A partir de então, o que se observa na documentação pesquisada é uma série de dispositivos tratando de pedidos de aprovação e de adoção dos livros, feita pelos autores, professores e políticos, como também as avaliações das obras analisadas, seja pela Inspeção da Instrução Pública, seja pela Congregação do Liceu ou pelo Conselho da instrução, para serem indicados e distribuídos para as escolas de toda a província. Por outro lado, em outros pareceres, ofícios e correspondências observam-se tanto a rejeição das obras pelos agentes governamentais autorizados a indicarem a substituição de títulos, como também a sua rejeição, pela escolha dos próprios professores que sugerem a mudança, ou simplesmente substituíam a indicação legitimada, por outra de preferência pessoal. Mas, qual é a causa desses constantes pedidos de aprovação, adoção e distribuição?

Acredito que uma das justificativas prováveis para estes pedidos regulares seja a renovação das concepções, dos métodos e dos conteúdos dos autores de livros escolares brasileiros e maranhenses, em concorrência com a literatura estrangeira, visando os aspectos inerentes à nacionalidade, e em consonância com a pedagogia moderna, que traria consigo uma maior divulgação e distribuição de seus trabalhos em grandes quantidades e de forma específica nos ambientes escolares, induzindo ao consumo dos alunos e dos

⁴³² Correspondência de Casemiro José de M. Sarmiento, Inspetor da Instrução Pública enviada a João José de Moura Magalhães, datada de 25 de novembro de 1844.

professores. Outra possibilidade pode ter sido as exigências do higienismo que se institui a partir do último quartel de século XIX baseado em posicionamentos positivistas e protocolando exigências a cumprir com o tamanho das letras, com a cor específica do papel impresso não podendo ser branco e definindo a sua textura, com os sugeridos espaçamentos entre linhas para facilitar a leitura das crianças, as margens determinadas (em medidas fixas) para imprimirem-se os textos, e estabelecendo regulações na relação estabelecida entre o trinômio (leitura-texto-leitor), que influenciaram seguramente em novas propostas de livros escolares por autores e editores, direcionando-os a revisarem suas obras já consolidadas pelas exigências expostas, ou a produzirem novos livros inseridos nestes parâmetros⁴³³. Em artigo reproduzido do jornal inglês *O Scientific American*, pelo *O Publicador Maranhense* (1875), consideravam-se os animais domésticos (principalmente cães e gatos), como também os livros, instrumentos de transmissão de moléstias contagiosas, referindo-se neste caso à febre escarlatina transmitida às crianças. Para esse jornal, os livros das livrarias públicas podiam também ser considerados “[...] como agentes activos da propagação das moléstias; e, entre estes, os livros que se lêem diariamente e que podem, por conseguinte, ser folheados por doentes acometidos de affeições contagiosas, [eram] de temer-se”⁴³⁴.

Mas acredito que, entre as inúmeras possibilidades implícitas nesta realidade de livros escolares, autores, editores e avaliadores, enfim, entre as múltiplas determinações nesse circuito das obras utilizadas no ensino e nos diferentes fatores inseridos nos processos de aprovação e adoção, uma possibilidade mais concreta que justifique essa regularidade e constância dessas tramitações se dava pelo fato de o governo ser o principal comprador e distribuidor dos livros escolares com fins de entrega aos alunos pobres das escolas públicas determinado em lei. Desta forma, tanto os impressores e escritores, como os professores/autores teriam nestes novos artefatos culturais produzidos com fins didáticos e em processo de aceitação no ambiente instrutivo, o reconhecimento social merecido pelos agentes educacionais, novas estratégias vendáveis do suporte escrito, e, conseqüentemente, novas formas de obter lucros com a produção e distribuição do livro escolar.

Sarmiento (1861), ao avaliar a situação dos livros, o seu acesso, e a realidade da instrução maranhense, alerta para a situação real, na qual

É geralmente sabido que a maior parte dos meninos que freqüentam as escolas públicas, são de famílias tão pobres que não podem dispensar o necessário para a compra de objetos essenciais ao ensino, e não sendo estes fornecidos pelo

⁴³³Ver Corrêa (2006).

⁴³⁴*O Publicador Maranhense* (1875, n. 23. p. 4).

governo acontecera que muitas vezes ficaram privados das lições de escrita e leitura visto que tendo os professores ordenados muitos pequenos também não podem fornecê-los. É, portanto, de absoluta necessidade que a Assembléia Provincial atendendo a urgência destes males decrete fundos não só para o suprimento de moveis as escolas senão utensílios e livros aos alunos pobres⁴³⁵.

Em sendo o governo o principal fornecedor dos livros para as escolas públicas de instrução primária e secundária, e sendo a Congregação/Conselho da Instrução os órgãos responsáveis pela escolha das obras a serem adquiridas pelos alunos e professores, e distribuídas para diferentes leitores, os autores na perspectiva de terem os seus livros adotados, reportavam-se com frequência ao diretor desse órgão solicitando a análise de suas obras para a aprovação e adoção dos seus textos. No que na primeira seção do Palácio do Governo do Maranhão, em 11 de outubro de 1883, o Presidente da Província, Cincinnato Pinto da Silva, enviava um ofício para o Inspetor da Instrução Pública, Tibério César de Lemos, para que respondesse ao requerimento de Cyriaco Antonio dos Santos Silva, residente na Bahia, que pedia que fosse adotado nas escolas maranhenses, o *Catecismo Brasileiro* “[...] de sua composição [cumprindo] que VM^{ce}. ouvido o Conselho da instrução Pública de conformidade com o Regulamento do 6 de julho de 1874, informe a semelhante respeito”⁴³⁶; em 9 de novembro do mesmo ano, o Dr. José Ferrari estava propondo vender a Pinto Silva, com destino à instrução pública, as obras por ele publicadas e intituladas o *Catecismo Político – Moral Baiano* e os *Rudimentos da Doutrina Moral*, recomendando o Presidente ao Inspetor da Instrução, que os submetesse ao exame e juízo do Conselho da instrução Pública⁴³⁷. Por outro lado, se o Presidente da Província, Augusto O. Gomes de Castro, em 1874, dirigia “[...] a *Grammatica Elementar da Lingua Portuguesa* escripta por Felipe Pinto Marques [para o Inspetor] a fim de que depois de fazê-la examinar por uma comissão dos lentes do Lycêu [lhe dessem] seus pareceres ao respeito”⁴³⁸; o Barão de Grajaú, Presidente da Província, dez anos mais tarde, remetia ao Inspetor Tibério César de Lemos “[...] o exemplar das *Primeiras Noções de Geographia* escripta pelo professor Carvalho Leal da Prov^a. de Amazonas para uso das escolas de ensino primário afim de ser

⁴³⁵ Relatório enviado pelo Inspetor da instrução Pública, José da Silva Maia, para o Presidente da Província, João Silveira de Souza, em 5 de janeiro de 1861.

⁴³⁶ Livro de correspondência do Presidente de Província, Cincinnato Pinto da Silva, ao Inspetor da Instrução Pública, Tibério César de Lemos, em 11 de outubro de 1881.

⁴³⁷ Livro de correspondência do Presidente de Província, Cincinnato Pinto da Silva, ao Inspetor da Instrução Pública, Tibério César de Lemos, em 9 de novembro de 1881.

⁴³⁸ Livro de correspondência do Presidente de Província, Augusto O. Gomes de Castro, ao Inspetor da Instrução Pública, Polidoro César Burlamaque, em 28 de março de 1874 (1874, DOC. 1045).

submettido ao Conselho da Instrução Pública para dar o parecer se [podia] ser adoptado nesta Provincia”⁴³⁹.

Como se pode observar, essas tramitações entre presidentes e inspetores, entre professores e autoridades, evidenciam o crescimento na produção do livro escolar, os processos de inclusão das obras instituídos no cenário público de ensino, e as estratégias adotadas pelos órgãos competentes para controlar, decidir, e indicar por meio de prescrições, que livro aprovar, que texto adotar e que obra excluir, como também as táticas utilizadas pelos autores/professores, escritores e editores em vista de um reconhecimento no espaço escolar e um lugar de destaque no mercado do livro, isto é, as exigências dos projetos de modernização, as oscilações dos produtos maranhenses no mercado instável, o movimento em defesa da nacionalização e o aumento de vagas no ensino público, compreendido entre as novas formas de aquisição do saber e as modernas configurações de seu uso, transformou o livro escolar em um “[...] instrumento privilegiado do controle estatal sobre o ensino e aprendizado dos diferentes níveis escolares” (BITTENCOURT, 2008, p. 24), criando um descompasso entre “[...] a baixa valorização de que a atividade de escrever textos didáticos gozava [com] as perspectivas de ampliação do consumo que se abriam com a expansão do ensino público” (CORRÊA, 2006, p. 41).

Outras avaliações de obras escolares foram acatadas pelos órgãos competentes a pedido dos autores, dos inspetores e dos presidentes, no decorrer do Império, ao mesmo tempo em que outros livros foram autorizados, adotados e indicados para o ensino da instrução pública. Se nos trâmites de aprovação, a *Biblioteca da infância*, o livro *Apreender a escrever brincando*, e o *Novo Glossario* de Dr. Frederico José Corrêa, foram submetidos a juízo, segundo o Presidente da Província⁴⁴⁰, e no 1º de dezembro de 1885, Capistrano Bandeira de Mello, em ofício dirigido ao Inspetor da Instrução Pública, ficara aguardando a decisão do Conselho sobre a aprovação e adoção do “*Novo Testamento de Jesus Christo* traduzido em Português, segundo a vulgata, pelo Dr. F^{co}. Gra^{no}. de Nossa Senhora de Nazareth (Bispo de Coimbra) e, pelo “*Livro de Nina*” – da D^a. Epimonda d’Oliveira Cundurú Serra”⁴⁴¹; os livros de muito professores públicos da cidade de São Luís e do interior foram sendo adotados e indicados para seu consumo nas escolas maranhenses.

⁴³⁹ Livro de correspondência do Presidente de Província, o Barão de Grajaú, ao Inspetor da Instrução Pública, Tibério César de Lemos, em 27 de agosto de 1884 (1884, DOC 1063).

⁴⁴⁰ Livro de correspondência do Presidente de Província, Cincinnato Pinto da Silva, ao Inspetor da Instrução, Pública Tibério César de Lemos, 8 de outubro de 1881 (1881, DOC 1055).

⁴⁴¹ Livro de correspondência do Presidente de Província, Capistrano Bandeira de Mello, ao Inspetor da Instrução Pública, Tibério César de Lemos, em 1º de dezembro de 1885 (1885, DOC 1066).

Entre os livros autorizados e permitidos na província pelo Conselho da Instrução Pública poderia citar o *Compêndio de Lições de História Santa do antigo e do novo Testamento* escrito pelo professor público Antonio Augusto Rodrigues, para o ensino das primeiras letras⁴⁴²; a *Grammatica Franceza*, escrita pelo professor Jose Francisco Halbout para ser usada no ensino do Liceu⁴⁴³; o *Resumo da História do Brasil*, organizado pelo professor João Antonio Tinoco de Andrade Jazmin, para ser utilizado nas escolas⁴⁴⁴; como também o *Compendio de Moral Religiosa* organizado pelo professor Joaquim Gonçalves Lima⁴⁴⁵. A *Metrologia do Povo ou Taboada do Systema Decimal* do professor do ensino primário da Villa de Bento, João Miguel da Cruz comercializada pelo seu autor⁴⁴⁶, e o *Primeiro Livro de Leitura*, do professor José Simão Gomes dos Santos, da Vila Tutoya⁴⁴⁷, constituem-se exemplos de como os educadores sentiram necessidade de registrar suas práticas pedagógicas e de expressar seus saberes profissionais e experiências por meio do escrito; intervindo, refletindo e produzindo o livro escolar como símbolo da cultura material.



Figura 11: Anúncio de aprovação e adoção de Livro de Leitura.
Fonte: Jornal "O Publicador"

Outras formas de inserção do livro escolar, no cenário de ensino público maranhense, davam-se por meio das remissões gratuitas de exemplares para serem

⁴⁴² Livro de correspondência do Presidente de Província José Francisco de Viveiros ao Inspetor da Instrução Pública, Polidoro César Bularmaque, 23 de abril de 1874 (1874, DOC 1046).

⁴⁴³ Livro de correspondência do Presidente de Província Francisco Maria Correia de Sá e Benevides ao Inspetor da Instrução Pública, Polidoro César Bularmaque, em 28 de junho de 1877 (1877, DOC 1044).

⁴⁴⁴ Livro de correspondência do Presidente de Província José Caetano Vaz Junior ao Inspetor da Instrução Pública, Polidoro César Bularmaque, em 29 de maio de 1879 (1879, DOC 1049).

⁴⁴⁵ Livro de correspondência do Presidente de Província Cincinnato Pinto da Silva ao Inspetor da Instrução Pública, Tibério César de Lemos (1881, DOC 1055).

⁴⁴⁶ *O Publicador Maranhense* (1882, n.102, p. 3).

⁴⁴⁷ *O Publicador Maranhense* (1882, n. 99, p. 2).

distribuídos como forma de transgredirem as normas estabelecidas nos dispositivos regulamentares, aludindo para o fato de já terem sido adotados em outras províncias e localidades de prestígio educacional. Nesse caso específico, não encontrei documentos que evidenciassem a sua rejeição. Isto pode ser ratificado na remessa de exemplares para o ensino que o Presidente da Província, Frederico José Cardoso Abranches, enviara ao Inspetor da Instrução Pública, Tibério Cesar de Lemos, entre eles: 400 exemplares de *História Santa* de Antonio Augusto Ruiz, “[...] 500 dito de dita do Pe. Cyrillo dos Reis Lumá, 500 ditos de *Arithemica* pelo mesmo, 500 dito de dita Fernando Luiz Ferreira, 500 ditos do *Systema Metrico* pelo mesmo e 230 ditos de *Geometria* de Sergio F. Silva Rosa”⁴⁴⁸, como também na remessa de livros escolares doada pelo Ministro dos Negócios do Império ao Presidente da Província Luis de Oliveira Lins de Vasconcelos (1879), segundo o qual,

Na 1ª Secção Pal. do Gov. do Maranhão de 15 de novembro de 1879, [remetia] a VM^{ce}. oitocentos exemplares do *Sillabario Escolar* publicado pelo professor público Miguel Maria Jardim e por elle offerecido para o uso das escolas primárias desta província segundo me fez constar o Ministro dos Negócios do Império por officio do Diretor da segunda diretoria da respectiva Secretaria do Estado do 23 do outubro ultimo a fim que VM^{ce}. submeta o mesmo Syllabario do juízo do Conselho da instrução Pública para emitir parecer para ser adoptado⁴⁴⁹.

Por outro lado, no caso de emitir pareceres de aprovação ou reprovação, quando entre os membros dos órgãos destinados a operacionalizar esses processos de avaliação, não havia ninguém com competência para analisar as obras em trâmite de aprovação (as quais por serem adotadas em outras províncias sugeriam uma aparente aceitação), o Inspetor da Instrução Pública colocando em questão os argumentos expostos pelos interessados para sua adoção, encaminhava os livros para especialistas no assunto, na espera de pareceres que justificassem a necessidade de seu uso, optando preferencialmente pelos posicionamentos dos lentes do Liceu (mesmo que jubilados). Este trâmite de mão dupla aparece no pedido de aprovação do professor Pedro de Almeida Lisboa da Escola Normal do Rio de Janeiro, quando envia um exemplar do *Sistema Métrico Decimal* e de *Geometria Elementar* ao Conselho da Instrução Pública para análise, aprovação e adoção nas instituições maranhenses, e José da Silva Maia na função de Inspetor da Instrução Pública, ao mesmo tempo os remete, ao já aposentado professor de matemática do Liceu, João Nepomuceno Xavier de Brito, para emitir parecer sobre os preceitos científicos e morais implícitos nos

⁴⁴⁸Livro de correspondência do Presidente de Província, Frederico José Cardoso Abranches, ao Inspetor da Instrução Pública, Polidoro César Bularmaque, em 7 de agosto de 1875 (1875, DOC 1038).

⁴⁴⁹Livro de correspondência do Presidente de Província, Luis de Oliveira Lins de Vasconcelos, ao Inspetor da Instrução Pública, Polidoro César Bularmaque, em 15 de novembro de 1879 (1879, DOC 1049).

textos, e avaliar se o conteúdo exposto correspondia ao ensinado na instrução pública no Maranhão. O avaliador termina afirmando que: “nada [tinha] a objetar contra o merecimento dos referidos opúsculos, [entendendo] que pode o primeiro ser usado sem inconveniente nas aulas de instrução primária da província não acontecendo, porém com o segundo”. No entanto, mesmo com o parecer favorável do Xavier de Brito, o Conselho da Instrução Pública não os aprova, alegando que “todos os compêndios já adotados se [ocupavam] convenientemente de tal matéria”⁴⁵⁰. Tal fato dava-se em função de já ser adotada na instrução pública maranhense, desde 1851, a obra *Breve Noções sobre o Sistema Métrico Decimal* do português Antonio Joaquim de Oliveira Nascimento,⁴⁵¹ que, de acordo com Silva Maia, era “uma obra das mais completas” e havia sido comprada pelo governo no Rio de Janeiro para ser distribuída nas escolas aos meninos da Província, sendo que cada exemplar custara aos cofres públicos, 160 réis, não cabendo mais um investimento com um texto que tratasse da mesma temática⁴⁵².

Outra estratégia dos autores de livros escolares para chegar às mãos da Congregação ou do Conselho era enviá-los para apreciação dos professores de primeiras letras, que remetiam seus pareceres para o Delegado Literário, e este ao Inspetor, nos quais fundamentavam a importância e a necessidade da compra pelo governo de tal compêndio, mesmo que no sentido inverso dos trâmites regulares; ou, por outra via, compêndios postos a prova pelos professores em sala de aula, orientados pelo Inspetor da Instrução Pública, eram experimentados e consumidos no ensino, para serem avaliados pelos professores por meio de pareceres de qualquer ordem, que indicassem o nível de aplicação dessas obras nas aulas, a metodologia proposta, o método implícito no texto e o nível de receptividade dos alunos, descrevendo a partir das experiências pessoais, os resultados obtidos nas suas práticas pedagógicas. Nestes dois casos, o processo hierárquico de comunicação entre os diversos agentes da instrução pública ainda que seguisse o trâmite estabelecido pelos dispositivos legais, a ordem do processo, ora é invertida, ora era mantida pelos atores deste circuito; entretanto, no caso que a iniciativa partia dos docentes, me chama a atenção os pedidos dos professores para adotarem livros não considerados nem autorizados pelas instâncias competentes (através de correspondências) aos Inspectores da Instrução, quando o

⁴⁵⁰Ofício do Diretor da Instrução Pública José da Silva Maia para o Presidente de Província, Antonio Manoel Campos Melo, datado de 10 de fevereiro de 1863.

⁴⁵¹O autor era professor Régio e sua obra fora revista por Fernando de Sá Camello, Inspetor Geral da Instrução Pública do distrito do Porto. Esta obra fora vendida em livrarias brasileiras nas cidades do Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Bahia Porto Alegre, São Paulo e Maranhão.

⁴⁵²Ofício do Diretor da Instrução Pública José da Silva Maia para o Presidente de Província, Antonio Manoel Campos Melo, datado de 10 de fevereiro de 1863.

papel destes gestores era precisamente uniformizá-los e fiscalizar o seu uso no interior dos espaços escolares.

Experiências pedagógicas com livros autorizados podem ser exemplificadas com as obras permitidas e orientadas pelo Inspetor da Instrução Pública para serem utilizadas pelos professores no ensino, os quais, por meio de suas práticas e do desenvolvimento dos alunos, poderiam avaliar sua influência na instrução e na educação. O Método Hudson, de autoria de Octaviano Hudson, foi considerado “vantajoso e moderno” pelo processo de silabação que o caracterizava, prevendo o estudo de sílabas isoladas desde as mais simples até as mais complexas, e centrando-se este método de leitura na repetição constante dos caracteres e dos sons. Método que “[...] foi distribuído às escolas públicas a mando do então Ministro do Império, Leôncio de Carvalho e utilizado em várias Províncias desde 1876” (PERES, 2006b, p. 148), não sendo diferente no ensino público do Maranhão, a não ser para experimentá-lo, analisá-lo e avaliá-lo na prática de ensino da leitura nas escolas públicas.

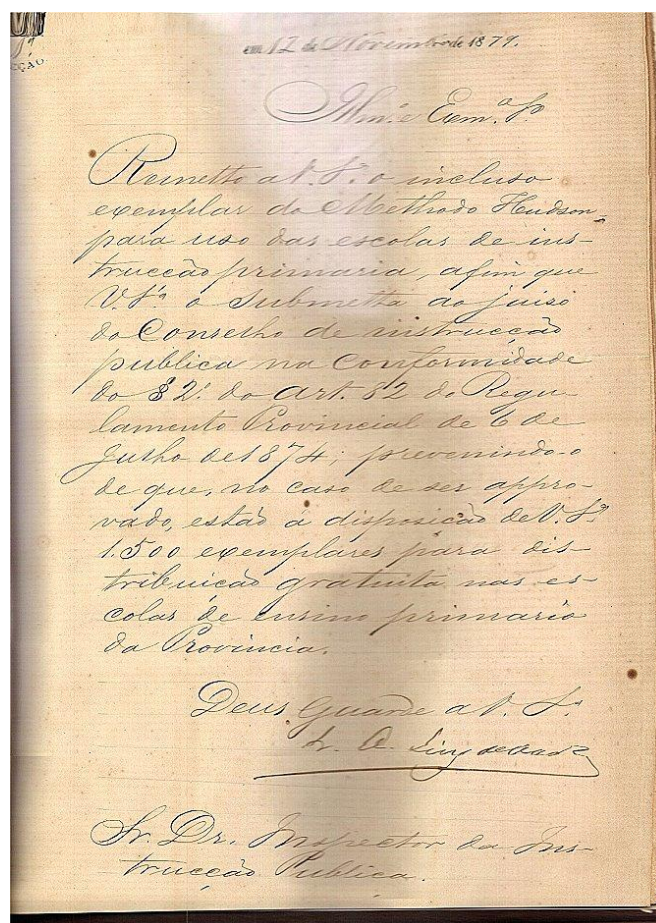


Figura 12: O Método Hudson no Maranhão.

Tal fato parece configurar, ainda que de forma velada, outros fatores que operavam no processo de seleção, adoção, distribuição e rejeição dos livros escolares no ensino maranhenses no Oitocentos, mesmo que não explícitos nos documentos. Através da garimpagem das fontes, em especial do fluxo de correspondências estabelecido entre os diversos atores presentes no cenário do livro, no ambiente escolar e não-escolar (tipografias e livrarias), a aceitação ou não da obra, pode transpôr o aspecto econômico, que se constituía na reincidente justificativa para o não fornecimento deste material escolar pelos cofres do governo. Em alguns casos, me parece que a conotação política transcendia os encargos do tesouro público, pois, dependendo do nível de relação estabelecido entre os autores, os tipógrafos, os editores e os livreiros com as instâncias de poder, uma obra que fora indicada por um professor de uma Vila ou cidade era adquirida para atender a suas necessidades.

Procedimentos que exemplifiquem estes trâmites podem ser mostrados, quando na primeira seção do Palácio do Governo do Maranhão, em janeiro de 1874, o Presidente da Província, Augusto O. Gomes de Castro, era informado que o *Compendio pratico do Systema métrico decimal* composto pelo diácono Baptista Rogero de Felons tinha sido reprovado pelo lente de Matemática do Lyceu, João Izidoro Xavier de Brito, sugerindo no parecer que acompanhava o ofício, enviado para “[...] Vm^{ce}. do 19 do corrente [que não convinha que fosse] adoptado dito compendio nas escolas publicas de ensino primário tanto mais quanto [existiam] outros da mesma matéria admittidos no respectivo ensino”⁴⁵³. No entanto, um ano depois, em 9 de novembro, o Presidente da Província em exercício, Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, resolvia que por “[...] portaria desta data [mandaria] adoptar nas escolas públicas de ensino primário da província [...]” dito compêndio⁴⁵⁴; isto é, se existiam outros compêndios em uso no ensino, que tinham a mesma finalidade, motivo de veto da sua adoção, por que um ano mais tarde era indicada como obra a ser usada na instrução? Quais foram os critérios para sua aprovação e por que mudam esses parâmetros avaliativos de administração para administração no âmbito governamental? Nos processos de aprovação, adoção, uso e veto dos livros escolares, o que estava em jogo, eram os pressupostos teórico-metodológicos que norteavam as concepções estabelecidas na produção desses artefatos culturais; a afinidade das obras com os programas de ensino e das disciplinas que pudessem resolver o deficit deste material da

⁴⁵³Livro de correspondência do Presidente de Província Augusto O. Gomes de Castro ao Inspetor da Instrução Pública, Polidoro César Bulamaque (1874, DOC 1038).

⁴⁵⁴Livro de correspondência do Presidente de Província Frederico José Cardoso de Araújo Abranches ao Inspetor da Instrução Pública, Polidoro César Bulamaque (1875, DOC 1037).

cultura escolar na instrução maranhense; ou, as posições ideológicas e políticas dos autores de livros e de seus avaliadores que entravam em choque, colocando-se num equilíbrio de tensões, o significado do ato⁴⁵⁵ e o significado da ação⁴⁵⁶ dos avaliadores, para usar os termos de Paiva (1987), sacrificando nesses vereditos, o valor pedagógico dos livros escolares pelos posicionamentos políticos de seus autores e de seus avaliadores?

Nestes termos e nestas condições, como manter a uniformidade dos compêndios na diversidade de interesses políticos que demarcaram e caracterizaram a sociedade maranhense no século XIX, e que terminaram interferindo na criação ou extinção de algumas aulas primárias em varias localidades, onde o professor e o delegado literário (ou um deles) eram contrários ao partido que se encontrava no poder? Ao tratar das injunções políticas na areia da instrução pública, Gonçalves Dias, afirma que no Maranhão “[...] quando se [queria] demitir um professor, [suprimia-se-lhe] a cadeira” (DIAS, 1957, p. 343)⁴⁵⁷; o mesmo ocorrendo com os delegados literários e inspetores da instrução pública, a exemplo da demissão por motivos políticos, de Sotero dos Reis, “cargo que vinha exercendo com inextinguível brilho” (VIVEIROS, 1936, p. 18).

Sobre a sua exoneração do cargo, Sotero publica, n’*A Revista* (1853), o seguinte texto:

Esta satisfeita a mesquinha vingança dos Paços e a baixa inveja dos Rafaéis! Passou ontem – em terceira e última discussão *a lei pessoal* em que se decreta a nossa destituição de diretor do Liceu; e para que saísse em tudo digna de seus autores, *passou alem do arbítrio suspender os lentes, com extinção do grego em vida do seu professor*, sem que se trate dele, ou destituição de um empregado vitalício com violação da lei pública e ofensa de direitos adquiridos para se fazer ferir também ao Sr. Dr. Francisco de Melo Coutinho Vilhena, que é indigitado como um dos redatores do ‘Eco de Oposicao’. *É fora de dúvida, pois que, de quando em quando a política malsã da terra penetrava no Liceu* (grifo nosso)⁴⁵⁸.

Usando da sua provável influência junto às diversas instâncias de poder, João Antonio de Medeiros Chaves, da Vila de Pastos Bons, emite parecer sobre duas obras que lhe foram remetidas por um professor-autor de Pernambuco, uma *Gramática Portuguesa* e um *Catecismo* de doutrina cristã. Sobre a primeira obra, afirma que o livro era “o que até de melhor tinha visto na matéria”, por isso pedia a adoção na sua aula para meninos⁴⁵⁹. A mesma estratégia foi utilizada por Felipe José Alberto, que pediu que lhe fossem

⁴⁵⁵ A concepção que o próprio indivíduo tem de seus objetivos. Ver Paiva (1897).

⁴⁵⁶ Refere-se aos objetivos sobre cuja existência há evidência científica, ou seja, a procura do móvel das decisões tomadas por meio dos conceitos elaborados ao significado do ato (PAIVA, 1897), neste caso, dos avaliadores dos livros escolares nos trâmites de aprovação e adoção.

⁴⁵⁷ Relatório de Gonçalves Dias nas Instituições do Nordeste, em 1957.

⁴⁵⁸ Jornal *A Revista* (1853, n. 202, p. 4).

⁴⁵⁹ Ofício enviado pelo Inspetor da Instrução Pública Antonio Marques Rodrigues ao Presidente da Província, Ambrosio Leitão da Cunha, datado e 1 de abril de 1865.

comprados dois mil exemplares de um *Compêndio de Gramática* e outro de *Desenho Linear* de sua autoria. Nesse pedido, chama atenção a quantidade de exemplares para esta aula, quando ela era adotada somente no Liceu Maranhense, onde o número de alunos, em 1852, era apenas quinze, e somente, em 1867, era incorporada na Casa dos Educandos Artífices. Para Sotero dos Reis, o ensino dessa cadeira não vinha ao encontro da formação dos jovens liceístas, o qual se baseava, em ser mais literário e humanístico, podendo explicar a baixa frequência de alunos da instituição, isto é, o ensino secundário não só em Maranhão como em todo o país restringiouse basicamente às disciplinas exigidas para o ingresso nos cursos superiores, por meio dos exames preparatórios e os parcelados, os quais sustentados em “[...] estudos irregulares, acobertando a fraude, estimulando e protegendo a descúria e a ignorancia, reduziram o preparo básico dos candidatos aos cursos superiores a um amontoado inócuo de noções mal digeridas” (HAIDAR, 1972, p. 68).

Ao contrário do que pensava esse Inspetor da Instrução Pública, os profissionais das artes e ofícios, achavam que a sua importância era das maiores, de cuja idéia comungava o redator do jornal *O Artista*⁴⁶⁰, Miguel Ferreira. Esses profissionais, vislumbrando a melhoria qualitativa dos seus trabalhos, coletivamente requereram a Silva Maia que a disciplina fosse ministrada à noite no Liceu, pois, durante o horário matutino estavam trabalhando em seus ofícios. Em resposta a este pedido, Campos Melo (Presidente da Província) informava que ela não poderia ser implantada nesse horário, pelo custo com “numerosas luzes, sendo assim, com este auxilio imperfeitissimo o estado dessa arte e, por consequência, de nenhuma utilidade para os meninos”⁴⁶¹, sugere que ela fosse ministrada aos domingos e se reduzisse um dia das aulas do Liceu “para não se fazer outra despesa, por não estar o tesouro provincial em circunstância de sustentá-la”⁴⁶², e, além disso, cada aluno para ser matriculado deveria garantir os seus materiais, inclusive o livro de Josef Grandauer adotado nas aulas dessa disciplina⁴⁶³. Obra que vinha sendo adotada no Liceu nas aulas particulares do professor Domingos Tribuzzi, julgando-a insuficiente para atender aos seus alunos, sugerindo a aquisição de mais 50 exemplares, além de solicitar para a compra os seguintes translados: *Curso Elementar* de Cater (um exemplar), contendo 116 folhas, no valor de 600 réis; *Uma coleção de modelos clássicos do Louvre* por Descolllet, constando

⁴⁶⁰ Jornal dedicado a discutir e publicar temáticas sobre artes e ofícios. Sobre este jornal ver CASTRO, Revista Cadernos de História da Educação, v.10, n.1, p. 61- 69, jan./jun, 2011.

⁴⁶¹ Ofício enviado pelo Inspetor da Instrução Pública José da Silva Maia ao Presidente da Província, Antônio Manoel Campos Melo, datado de 17 de fevereiro de 1863.

⁴⁶² Id. Ibid.

⁴⁶³ O *Compêndio de Desenho Linear Elementar* de autoria de Josef Grandauer foi traduzido para o português por Joaquim de Vasconcelos, em Lisboa e adotado no Liceu Maranhense e na casa dos Educandos e Artífices.

de 50 estampas, a 600 réis, e uma coleção de pequenos objetos de arquitetura, de Victor Petit, com 50 estampas, com valor igual ao anterior⁴⁶⁴.

Ao contrário do professor de Pastos Bons que requisitava a adoção de obras para a sua aula, Pedro de Sousa Guimarães o faz para todas as escolas da Província, recomendando a *Gramática da Língua Portuguesa*, de sua autoria. A sua justificativa se baseava em que havia somente um livro “para tratar desse gênero de ensino, somente um compêndio adotado que [era] a gramática portuguesa de Felipe Benicio Condurú, a qual tinha servido com muita vantagem”⁴⁶⁵, e que o seu trabalho havia sido “moldado com o melhor dos mestres, Soares Barbosa”. No parecer de Antonio Marques Rodrigues, Inspetor da Instrução Pública (1865), afirmava que: “seria de conveniência pública a sua adoção para o uso das escolas primárias, embora [já existisse] um adotado, podendo no futuro ser muitos outros com idênticas circunstâncias e ficar à mercê dos professores a escolha de qualquer”⁴⁶⁶. Sendo assim, afirmava como forma de induzir o Presidente da Província a adotá-lo e comprá-lo, que a diversidade de livros sobre uma mesma temática já vinha sendo adotado pelo Conselho da Instrução Pública Francesa, “[entendendo] que [devia] ser também seguido entre nós, porque a sua consequência natural [seria] favorecer a literatura pátria, dando-lhe a maior expansão possível, em vez de torná-la estacionária”⁴⁶⁷.

A defesa e justificava de Marques Rodrigues sobre essa obra, são contrárias ao parecer anterior, no qual rejeitava o *Compêndio de Desenho*, pela existência de um outro utilizado no ensino público, trazendo consigo estas contraditórias decisões e estes posicionamentos ambíguos diante de fatos similares, múltiplas interpretações e várias possibilidades de entendimento. Qual era a razão de Antonio Marques Rodrigues rejeitar um livro por já existir outro de semelhante natureza no ensino da instrução pública, e simultaneamente, em total contradição, defender que a concorrência de textos em uma área do saber, ao mesmo tempo em que oportunizara a escolha dos professores segundo suas preferências e experiências pedagógicas, contribuiria para que o ensino estivesse em constante discussão e desenvolvimento, e deixasse de ser estacionária a literatura pátria? Se uma das atribuições do Inspetor da Instrução Pública, estabelecida em lei, desde o primeiro regulamento de 1844, era precisamente avaliar os textos, aprová-los, adotá-los, substituí-los ou proibi-los, na tentativa de uniformizar o ensino, sistematizar os métodos e garantir que

⁴⁶⁴Ofício enviado pelo Inspetor da Instrução Pública José da Silva Maia ao Presidente da Província, Antônio Manoel Campos Melo, datado de 3 de março de 1863.

⁴⁶⁵Id. Ibid.

⁴⁶⁶Id. Ibid.

⁴⁶⁷Ofício de Antonio Marques Rodrigues, Inspetor da Instrução Pública para o Presidente da Província, Ambrosio Leitão da Cunha, datado de 1 de abril de 1865.

os conteúdos trabalhados e os textos ensinados tratassem aspectos de nacionalidade, de civilidade e moralidade, visando, na formação dos alunos, a importância de ser brasileiro, (e neste caso) também maranhense, até que ponto esta concorrência de textos da mesma natureza, dependendo da escolha dos professores, ao mesmo tempo em que comprometia a uniformidade do ensino, dificultando todos os aspectos já defendidos pelos autores anteriormente citados, também traria consigo que o próprio Inspetor da Instrução Pública se eximisse aparentemente de umas das obrigações pelas quais sua existência no cenário educacional era garantida e necessária?

É bem verdade que comparativamente à aula de desenho Linear que era só restrita ao Liceu (com poucos alunos na época) e depois instituída na Casa dos Educandos Artífices (CEA), a gramática portuguesa, como disciplina de base nos programas escolares, fazia parte do currículo de todas as escolas públicas e particulares provinciais, independentemente do fato de que alguns professores, como Oliveira (2003), defendessem o ensino de desenho linear no segundo grau do primário, na tentativa de estimular as aptidões dos futuros artistas e de garantir as diferentes profissões distintas das formações do ensino superior. Por outro lado, se a *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*, de Felipe Condurú vinha sendo adotada e distribuída desde 1850, como o único livro dessa natureza, depois de esgotada a primeira edição da *Gramática Portuguesa*, de Sotero dos Reis (MARQUES, 2008), embora a primeira edição da *Gramática* do maranhense Padre Antonio da Costa Duarte, já tivesse sido publicada desde 1828, o mais importante é compreender que a aprovação e adoção por tanto tempo da obra de Condurú, não só no Maranhão, como também desde 1860, no Liceu, nos Colégios e nas aulas da Província do Pará, independentemente da sua importância como obra, texto, metodologia e conteúdo; especificamente no Maranhão, outros aspectos seguramente foram levados em consideração para que este livro se mantivesse como único do gênero aceito para o estudo da gramática nas escolas primárias e secundárias.

Esses processos de aprovação e adoção, dependiam não só do conteúdo do livro escolar, desde o ponto de vista didático-pedagógico e do nível intelectual do autor, enquanto capital cultural, como também estes trâmites eram correlatos do contexto em que as obras foram concebidas, produzidas e negociadas; isto é, além dos aspetos teórico-metodológicos abordados na produção do conteúdo, também estavam em jogo, as decisões a serem tomadas sobre a adoção ou rejeição do livro, e os aspectos de ordem política e ideológica implícitos ou não na obra analisada, enquanto capital social do escritor. Por isso, deve-se considerar não só a repercussão da *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*, de

Felipe Condurú, na instrução pública como livro escolar, como também deve levar-se em consideração a atuação política do autor e seu papel destacado como professor da instrução pública, sendo o responsável pela criação da Escola Normal (1.^a iniciativa governamental de formar professores no Maranhão na primeira metade do século XIX)⁴⁶⁸, tendo participado como membro das bancas examinadoras dos concursos para o ingresso na carreira docente, e, especificamente, as suas relações de proximidade mantidas com as diversas instâncias do poder local.

Antônio de Castro Lopes é outro autor que solicita ao Conselho da Instrução Pública a adoção do *Catecismo de Agricultura* para o uso das escolas de Instrução Primária do Brasil, obra que vinha acompanhada de pareceres “emitidos sobre tal assunto por pessoas abalizadas em ciências e administração, como o Conselheiro C. Batista de Oliveira, o Dr. C. Alves Serrao e outros”⁴⁶⁹. Para Antonio Marques Rodrigues, este tipo de compêndio era útil para o melhoramento e consumo dos produtos agrícolas como tinha sucedido na Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos, “[...] onde semelhantes obras foram adotadas nas escolas primárias, contribuindo para propagar na população dessas nações um conhecimento mais ou menos exato, do solo, da cultura, da multiplicação dos vegetais, e da criação, engorda e emprego de animais”⁴⁷⁰. O inspetor da Instrução Pública, não só pede ao Presidente da Província, Ambrosio Leitão Cunha, que aprove e adote o livro, como também propõe “a V. Exc. o alvitre de se comprar cem ou duzentos exemplares pelo preço de 1\$000 reis cada um” para serem distribuídos gratuitamente pelas escolas do interior “se por ventura os cofres públicos puderem comportar uma tal despesa, que [deva] ser considerada como produtiva e iniciadora de fecundos resultados”⁴⁷¹. Este pedido de adoção vinha ao encontro do movimento para a melhoria da agricultura na Província promovida desde 1861, com a criação da Escola Agrícola do Cutim, que adotara o método aratório da Escola de Grigon da França, como foi explicitado anteriormente, sendo a criação deste estabelecimento “[...] uma tão bem entendida medida que no decursar a Coroa [recomendara] as camaras legislativas a animação e inauguração de outras escolas,

⁴⁶⁸ A segunda tentativa de se estabelecer uma Escola Normal na Província foi em 1874, pela iniciativa privada da Associação Onze de Agosto, não tendo o resultado esperado! Estabeleceu-se só a partir de 1889 com o advento da Primeira República, mantida pelo tesouro provincial e funcionando como instituição durante 24 anos aproximadamente. Em 1914 se denomina curso profissional, anexo ao Liceu (CASTELLANOS, 2010a, 2011a).

⁴⁶⁹ Ofício enviado por Antonio Marques Rodrigues, Inspetor da Instrução Pública para Ambrosio Leitão Cunha, Presidente da Província, datado de 21 de fevereiro de 1865.

⁴⁷⁰ Id. Ibid.

⁴⁷¹ Id. Ibid.

dedicadas como essa ao ensino theorico e pratico da agricultura”⁴⁷², no intuito de capacitar os indivíduos para nela atuarem.

Por outro lado, os documentos fazem referência a obras escritas por professores, que sem em princípio foram concebidas e produzidas para serem usadas nas suas aulas e somente com os alunos, de uma dada instituição particular, mais tarde eram propostas pelos autores ou pelos inspetores para serem adotadas nas escolas de instrução primária da Província. O *Curso de Estudos Elementares* de Antonio Rego, é um exemplo desta prática, ao sugerir o Inspetor da Instrução Pública, José da Silva Maia, ao Conselho da Instrução Pública que aprovasse o livro que tinha sido produzido com fins particulares, isto é, a aprovação e a adoção de textos nos espaços escolares que foram concebidos exclusivamente para os meninos do Instituto de Humanidades. Entretanto, como para ser adotado nas escolas mantidas pelos cofres públicos, seria preciso a redução do valor do exemplar, “pois os pais dos alunos, a maior parte pobres, não [poderiam] fazer essa despesa junta”⁴⁷³, o inspetor terminou sugerindo que o governo os adquirisse e os distribuísse em todas as escolas.

Essas sugestões de compra e distribuição parecem ter sido uma atitude comum desse Inspetor feita ao Presidente da Província, no intuito dos alunos pobres terem acesso gratuito aos livros, como pode ser exemplificado pela solicitação de compra de duzentos e cinquenta exemplares de uma obra [não identificada, pela deteriorização da fonte], na qual se registra que os livros obtidos seriam doados para “os principiantes da escola de primeiras letras” pois nessas escolas existiam “muitos alunos em estado de não poderem os pais fazer compra destes utensílios, e por isso, [entendia] que V. Ex. mandasse fazer compra destes compêndios, de grande interesse para a instrução pública”⁴⁷⁴, pelo menos para serem distribuídos pelas escolas existentes na capital, onde haviam muitos alunos nesse situação.

Outra modalidade de distribuir livros aos escolares se fazia quando as obras depois de aprovadas pelo órgão competente eram gratuitamente cedidas pelo autor para serem usadas nas escolas públicas. Antonio Marques Rodrigues, autor do *Livro do Povo* e na qualidade de Inspetor da Instrução Pública, comunicara a doação de quatro mil e

⁴⁷² Jornal *Ordem e Progresso* (1861, n. 4, p. 1).

⁴⁷³ Ofício enviado por José da Silva Maia, Inspetor da Instrução Pública, a Antônio Manoel de Campos Mello, Presidente da Província, datado de 26 de julho de 1862.

⁴⁷⁴ Ofício de José da Silva Maia para o Vice-Presidente da Província, Miguel Joaquim Ayres do Nascimento, datado de 27 de abril de 1864.

duzentos exemplares da sua obra, ao Presidente da Província, Ambrosio da Cunha Leitão para as escolas públicas⁴⁷⁵, alegando também que,

Levo ao conhecimento de V. Exa. que hoje me veio as mãos duzentos e cinquenta exemplares do compendio da *Língua Nacional* por Luis Alfredo Monteiro Baena, que me remeteu o inspetor do tesouro provincial [...] participo a V. Exa. que *brevemente farei a distribuição dos mesmos compêndios pelas escolas públicas de primeiras letras* da Província, como se acha autorizada esta inspetoria⁴⁷⁶ (grifo meu).

Outras vezes os compêndios eram doados como prêmio àqueles alunos que se destacavam nos exames anuais nas diversas aulas que abrangiam o ensino das primeiras letras, como a leitura, a escrita, a aritmética, a história sagrada e os princípios morais (entendidos como noções de civilidades). A premiação tinha um duplo objetivo. Por um lado, estimular os alunos a se dedicarem aos estudos, pois receber livros das mãos da presidência da Província ou de outra “autoridade [era] um regozijo”. Por outro, era uma forma de chegar às mãos dos alunos os livros de que careciam para aprenderem as suas lições, que muitas das famílias não tinham recursos para comprá-los. Nos exames finais de 1864, foram distribuídos duzentos e cinquenta exemplares do *Compêndio Elementar da língua Nacional* de Luis Alfredo de Monteiro Baena; cem exemplares da *História Sagrada* de Schmidt, e 1000 exemplares do *Livro do Povo*, “estes exemplares [achavam-se] na secretaria do Liceu para se fazer a competente distribuição⁴⁷⁷”.

Outros meios de distribuição podem ser flagrados numa rede nacional e local configurada de autores, editores, professores e diretores de escolas, como também entre políticos e intelectuais com cargos estratégicos nos espaços de poder governamental e educacional, que não só cediam remessas de livros de sua autoria, como também se constituíam em regulares fornecedores de livros de outros autores para serem distribuídos pelas aulas do ensino público. Na 1.ª Seção do Palácio do Governo, em 17 de dezembro de 1878, o Presidente da Província José Caetano Vaz Jazmin remetia ao Inspetor da Instrução Pública, Polidoro César Bularmaque, “[...] 500 exemplares de *Arithmetica* e do *Systema Metrico Decimal* de Manoel O. Rodrigues da Costa os quais foram pelo Dr. Abílio César

⁴⁷⁵ Ofício enviado por Antonio Marques Rodrigues, para o Vice-Presidente da Província, Miguel Joaquim Aires do Nascimento, datado de 2 de novembro de 1864.

⁴⁷⁶ Relatório enviado por Antônio Marques Rodrigues, Inspetor da Instrução Pública, a Ambrosio Leitão da Cunha, Presidente da Província, datado de 1º de abril de 1865.

⁴⁷⁷ Ofício enviado por Antonio Marques Rodrigues, Inspetor da Instrução Pública, para o Vice-Presidente da Província Miguel Joaquim Aires do Nascimento, datado de 8 de junho de 1864.

Borges oferecidos as escolas publicas de ensino primário da província, a fim que [tivessem] o destino devido”⁴⁷⁸.

Em 25 de junho de 1882, o Presidente da Província, José Manoel de Freitas, remetia ao Inspetor da Instrução, Tibério César de Lemos, a fim de serem distribuídos pelos alunos pobres que frequentavam as escolas públicas de ensino primário, “[...] 800 exemplares de *Arithmetica Escolar*, 400 do *Pequeno Tratado de Leitura*, 150 de *Grammatica Portuguesa Elementar* que com especial destino foram ao Governo Imperial oferecidos pelo Barão de Macahúbas”⁴⁷⁹. Em 6 de outubro do mesmo ano, José Manoel de Freitas tinha sido informado pelo Inspetor da Instrução, Tibério César de Lemos, da decisão tomada pelo Conselho da Instrução Pública de admitir nas escolas primária da província diferentes obras, entre elas: o *Compendio de Civilidade Christão*, o *Compendio de História Bíblica* do Sr. Bispo do Pará, como também, “[...] as *Noções de Arithmetica* por Manoel O. Rodrigues da Costa, o *Resumo de Grammatica Portuguesa*, para uso do Collegio “Abílio” e o *Pequeno Tratado de Leitura em voz alta*, por Ernesto Legouvê”, traduzido pelo Dr. Abílio César Borges⁴⁸⁰, como fica demonstrado nos manuscritos expostos⁴⁸¹.

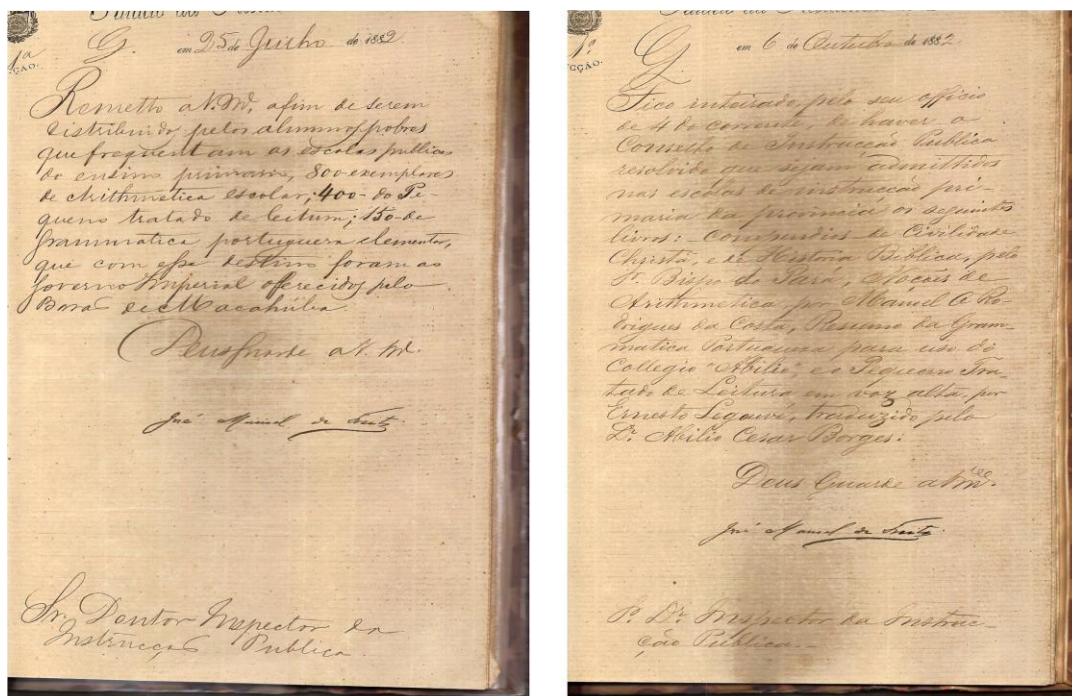


Figura 13 – Doações de livros escolares de vários autores por Abílio César Borges (o Barão de Macaúbas)

⁴⁷⁸ Livro de minutas de correspondência do Presidente da Província, José Caetano Vaz Jardim, remetidas ao Inspetor da Instrução Pública, Polidoro César Bularmaque (1878, DOC 1047).

⁴⁷⁹ Livro de minutas de correspondência do Presidente da Província José Manoel de Freitas, remetidas ao Inspetor da Instrução Pública, Tibério César de Lemos (1882, DOC 1059).

⁴⁸⁰ Id. Ibid.

⁴⁸¹ Doações de livros escolares de vários autores realizada por Abílio César Borges segundo o Livro de minutas de correspondência do Presidente da Província Tibério César de Lemos, remetidas ao Inspetor da Instrução Pública, Tibério César de Lemos (1882, DOC 1059).

Embora Corrêa (2006) não tenha localizado registros de doações de livros do Barão de Macaúbas às escolas primárias de Amazonas, a documentação examinada por ele favorece a identificação de outras estratégias utilizadas por César Borges, nas quais, não só induz os professores e as autoridades educacionais a adotarem os seus livros, como também utiliza práticas inovadoras de venda, uma vez que oferece ao Diretor da Instrução Pública, em 1882, uma coleção de instrumentos de desenho linear e sólidos geométricos, constituindo-se este o material didático de apoio de seu livro de *Desenho Linear*. Ou seja, esta doação de instrumentos auxiliares, “[...] seria uma forma indireta de propagar suas obras [...] embora não [oferecendo] gratuitamente exemplares de seu livro [e incentivando] o seu consumo através da doação de material didático diretamente associado a ele” (CORRÊA, 2006, p. 94).

Nesse processo de doação/distribuição pelos autores de livros escolares, ou mesmo por outros agentes implícitos no circuito deste artefato, fica evidenciado que dificilmente os livros doados em quantidades razoáveis, sua distribuição e utilização no ensino público, fosse reprovada. Embora as remessas de obras trouxessem recomendações de aprovação e adoção em outras províncias como sugestivo de aceitação no cenário maranhense, e ao serem doadas por agentes educativos com reconhecimento local e nacional se, por um lado, parece garantir sua total aprovação e adoção indicada pelos órgãos competentes para o ensino da instrução pública, pelo outro, traz indícios, de que essas obras doadas e distribuídas por canais diferentes eram aceitas nas escolas, tendo em vista o crescimento da demanda de alunos, considerando-se a exígua oferta do material escolar e reconhecendo-se a falta de verba dos cofres públicos destinados para a instrução que perdurou durante o século XIX.

Quanto às estratégias de distribuição, às prescrições de uso, e ao consumo real dos livros nos espaços escolares fica explícito que se a produção dessas obras, sua distribuição e adoção, dependiam do conteúdo exposto, dos métodos de ensino sugeridos, dos pressupostos teórico-metodológicos implícitos e da aceitação nas práticas pedagógicas dos professores, em vista dos resultados obtidos; por outro lado, o lugar que ocupava seu autor/remitente no cenário político e educacional, as relações estabelecidas nas diferentes esferas do poder e o reconhecimento do destinatário das remessas de obras pelos intelectuais, autores, políticos e educadores que ofereciam os livros, constituam-se em uma configuração de aspectos relacionais que garantiam a sua aprovação e adoção, sua distribuição e divulgação, não só pela importância cultural e escolar da obra, como também

pelo capital social do autor ou remissor. Isto é, numa sociedade fortemente hierarquizada e estratificada, na qual o princípio de hierarquia e de desigualdade está fortemente enraizado e interiorizado, “seria ridículo negar essas realidades e fingir que as operações que acabamos de citar – circulação, negociação, [distribuição], apropriação – podem ser pensadas fora desses efeitos de poder” (REVEL, 1996, p. 30).

Dentre as obras mais utilizadas nas escolas maranhenses destacam-se a *Gramática Portuguesa* de Sotero dos Reis, *O Catecismo* de Fleury, traduzido por Casemiro Sarmiento, e o *Livro do Povo* de Antonio Marques Rodrigues. Mas, o que estas obras têm em comum? Em primeiro lugar, todos os seus autores foram os inspetores que por mais tempo estiveram na direção do órgão, podendo deduzir que, independentemente do conteúdo e a qualidade das obras, esses livros publicados por esses autores/inspetores foram aprovados, adotados, distribuídos e consumidos por muito tempo na instrução pública, e ao mesmo tempo se constituíram em obras representativas no espaço escolar pelo quantitativo de tiragens nas suas produções e (re)edições. Sendo assim, qual é a relação entre o cargo e a publicação da obra? Entendo, em segundo lugar, que, estando ao frente da Congregação ou do Conselho da Instrução, estes homens, pelo lugar que ocupavam e pelas relações que mantinham com as instâncias de poder, isto é, pelo capital social consolidado, tinham, em certa medida, privilégios que outros autores certamente não obtinham. Por outro lado, se o acesso aos professores e aos delegados literários da capital e do interior era outra facilidade para a aceitação e uso dos livros destes autores, o que pode em certa medida justificar a tiragem volumosa do *Livro do Povo*, na época de sua primeira edição (1861), e não pela sua excepcionalidade de filantropo como afirma Frias (2001) e Hallewell (2005), por outro, o cargo de inspetor também deve ter contribuído para o intercâmbio entre seus pares, responsáveis pelo ensino em outras províncias, em especial o Pará e o Piauí, onde estes livros em princípio foram aceitos, adotados e distribuídos, acontecendo os mesmos trâmites mais tarde em outras localidades como o Ceará e Pernambuco. Nesta última província,

A Comissão encarregada de dar o seu parecer sobre a publicação que tem como título: *Livro do Povo* pelo Dr. Antonio Marques Rodrigues de Maranhão ali na Tipografia de Frias leu com o maior escrúpulo esta útil coleção de textos de máximas de espécimes zoológicas e de leis de Higiene e entende que *dos livros que atualmente são dados para a leitura em nossas escolas primarias*, é este em verdade *um dos que reúne mais e variadas substância* compondo um pequeno banquete de todos os dias no qual os meninos, com o singelo e castigado da dicção tem de digerir fácil alimento que se lhe oferece e conserva para sempre no espírito o dando aroma destas primeiras iguarias às quais hão de devir os frutos de benção que a virilidade produzir. E *depois a vantagem da excelente escolha, se acrescentar a modicidade do preço, com que o autor manda que se venda cada exemplar (320 reis)* além dos que *com abundancia haja feito distribuir gratuitamente*: parece a Comissão que a idéia prática de Dr. Antonio Marques Rodrigues é uma obra humanitária, digna de grande louvor, e conclui propondo:

*Que o Livro do Povo seja adotada como compendio de leitura em todas as escolas primaria da Província e que o Conselho se esforce em propagá-lo em todo o Brasil, pelos meios que tiveram a sua disposição*⁴⁸². (grifo meu)

Essa política de reciprocidade interprovincial estabelecida entre os inspetores da instrução pública, se contribuiu em certa medida para o incremento da circulação dos livros escolares produzidos nas regiões Norte, como o *Catecismo do Pará* e a *História do Brasil* de Salvador Henrique de Albuquerque (editado em Pernambuco), ambos adotados no Maranhão, e se, por sua vez, a *Gramática Portuguesa*, as *Postilas de gramática geral aplicada à língua portuguesa pela análise dos clássicos* (1862), e o *Curso de literatura portuguesa e brasileira* (1866-1868), escrita pelo filólogo e latinista maranhense Sotero dos Reis, foram adotadas em todas as províncias do Norte, inclusive no Colégio Pedro II; também esta circularidade de ideias, este consumo crescente de livros, e este circuito interprovincial das obras em ascensão, terminam demonstrando que as províncias, independentemente dos problemas econômicos e políticos específicos, e apesar das dificuldades gerais da nação brasileira, livros escolares eram produzidos, editados e postos em circulação, como estratégia de criar uma identidade nacional e local, que por meio de outros impressos de qualquer natureza e ordem (como jornais, almanaques, folhinhas, revistas, etc) tentaram atingir mais de perto os alunos, os professores e o leitor no plural, com temáticas nacionais e assuntos pátrios, como propunha Oliveira (2003).

A observações desse autor podem ser compreendidas ao analisar a lista de livros indicados nas escolas de primeiras letras masculinas e femininas da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de São Luís, onde se em início predominavam os autores portugueses, e algumas traduções, como, por exemplo: *A primavera* de Antonio Feliciano de Castilho, o *Dom quixote*, o *Catecismo de Montpellier*, a *Viagem* de Ciro, o *Tesouro das Meninas*, e a *Educacao familiar* escrita por Miss Igessorth, por outro lado, os livros maranhenses aos poucos foram ocupando espaço na relação de livros adotados nesses lugares de ensino como o *Catecismo do Maranhão*, que representara a cultura, as tradições, os valores e as especificidades da província. Essa situação paulatinamente vai-se modificando quando professores, jornalistas e escritores se decidem a escrever livros escolares e não-escolares, mas utilizados no ensino, sendo muitos deles adotados pela Inspeção da Instrução, para uso nas escolas mantidas pelos cofres do governo, notadamente a partir dos anos 60 do Oitocentos, como demonstro nos dados apresentados no quadro seguinte.

⁴⁸² Relatório da Diretoria Geral da Instrução Pública de Pernambuco (1868, n. 45, p. 58).

QUADRO 6 - LIVROS APROVADOS E ADOTADOS ORIUNDOS DE VÁRIAS LOCALIDADES

N	Títulos	Autor	Ano	Proc	Rem	Aprv	Adot	Ensino
01	Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil	J. C. R. Milliet de Saint Adolphe (traduzido) p/ Caetano Lopes de Moura	1845	Paris				
02	Compêndio de geografia	Tomás Pompeu de Sousa Brasil	1856	Fortaleza		X		Liceu
03	Compêndio de Aritmética	T. ^{nel} . Fernando Luiz Ferreira	1856			X	X	1ª Letras
04	Opúsculo de Trigonometria Plana	Lente de Geometria	1856			X	X	Liceu
05	Noções Elementares de Trigonometria Plana (Opúsculo)	João Nepomuceno Xavier de Brito	1857	Maranhão	Benevenuto Augusto de Magalhães Taquês Presdt. da Prov	X	X	Liceu
06	Compêndio Elementar de geografia geral e especial do Brasil							
07	Notícia sobre a Agricultura do Brasil	Nicolau Joaquim Moreira	1873		Augusto Olimpio Gomes de Castro Presdt. da Prov.			Arquivo
08	Resumo da História Bíblica	EX ^{mo} Bispo da Diocese	1873	Pará	José Pereira da Graça Presdt. da Prov.	X	X	Primário
09	Resumo de Aritmética (Compêndio)	Filigomir Arelim G. de Araújo	1873	Alagoas		‘X’		Primário
10	História do Brasil					‘X’		Primário
11	História de um Bocado de Pão		1874	R. Janeiro	Minist Neg. Império a José Francisco de Viveiros Presdt. da Prov			Arquivo
12	Lições de História Santa do Antigo e Novo Testamento	Antonio Augusto Rodrigues (Professor público)	1874	Maranhão	José Francisco de Viveiros/ Inspt. Inst. Publ.		X	1ª letras
13	Opúsculo de Moral Religiosa	Ambrose Rendu	1874		Augusto Olimpo Gomes de Castro		X	Secund.
14	Grammatica Elementar de Lingua Portugueza	Felipe Pinto Marques	1874		Augusto Olimpo Gomes de Castro Presdt. da Prov	‘X’		
15	Tratado Elementar e Classico de Analyse Lógica	Bescherelle Ainá (traduzido) Cônego Francisco José dos Reis	1874		Augusto Olimpo Gomes de Castro Presdt. da Prov		X	Secund.
16	Compêndio Prático de Systema Decimal	Diacono João Baptista Rogero Feloss	1875		J. C. de Abranches			Primário
17	Synopses da gramática Ingleza (distribuir)	Cônego Manuel da Costa Honorato	1876	R. Janeiro	Frederico de Almeida e Albuquerque Presdt. da Prov			Escolas
18	Grammatica Franceza	José Francisco Halbout (professor)	1877		F ^{co} . Magalhães de Sá Benvindes Presdt. da Prov	X	‘X’	Lyceu
19	Missão de Christo (Compêndio)	Monsenhor Joaquim Pinto de Campos	1878		Graciliano A. do Prado Pimentel/ Presdt. da Prov	X	X	Escolas
20	Resumo de História do Brazil (Compêndio)	João A ^o . Tinoco de Andrade Jasmon (org. p/ professor)	1879		José Caetano Vaz Presdt. da Prov		X	1ª letras
21	Syllabario Escolar	Miguel Maria Jardim (professor público)	1879	R. Janeiro	Minist Neg. Império a Luis de oliveira Nascimento Presdt. da prov	X	‘X’	Primario
22	Methodo Hudson (distrb. Gratuita)		1879			‘X’	‘X’	Primario
23	Atlas de Geografia		1879				X	Lyceu
24	Atlas de Geografia	Candido Mendez de Almeida (senador)	1879					

25	O Novo Glossário	Dr Frederico José Corrêa	1881		Cyriaco Antonio dos Santos Silva	‘X’	‘X’	
26	Biblioteca da Infância		1881					
27	Exercícios para aprender a escrever em letra redonda		1881					
28	Compêndio de Moral Religiosa	Joaquim Gonçalves Lima (professor público)	1881		Cyriaco Antonio dos Santos Silva		X	1ª letras
29	Catecismo Brasileiro (Compêndio)	Cyriaco Antonio dos Santos Silva	1883	Bahia	Cyriaco Antonio dos Santos Silva	‘X’	‘X’	Escolas
30	Catecismo Político Moral Baiano	Dr. José Ferrari	1883	[vender]	Cyriaco Pinto da Silva / Presdt. da Prov			
31	Rudimentos da Política Moral							
32	Primeiras Noções de Geografia	Carvalho Leal (professor)	1884	Amazonas	Barão de Grajaú Presdt. da Prov	‘X’	‘X’	Primário
33	Fábulas de Phedro	A.T. Mesquita Neves (tradução)	1885		J. S de Godoy Sá		X	Primário
34	Novo Testamento de Jesus Christo	Frederico de N. S. Nazareth (tradutor) Bispo de Coimbra	1885		J. Capristano B. de Melo / Presdt. da Prov	X	X	Primário
35	Livro de Ninar	C...Lessa	1885		J. Capristano B. de Melo / Presdt. da Prov			Primário

Fonte: Quadro compilado pelas correspondências dos Presidentes da Província para os Inspectores da Instrução Pública

Livros que, ao terem relação direta com as disciplinas escolares, tanto as do ensino das primeiras letras, como as do secundário (de acordo com a criação ou extinção delas), vão se fazendo presentes ou desaparecem, mesmo quando havia mudanças de professores (neste caso no Liceu), os quais traziam referenciais distintos e novas formas de conceber o ensino desta ou daquela matéria. Entretanto, algumas obras transitam e se mantêm vigentes e em uso durante longos períodos do Oitocentos, independentemente das redefinições dos programas escolares, da inserção de novas concepções pedagógicas e das novas temáticas nas suas constantes edições ou (re)edições, destacando-se entre elas: o *Manual Enciclopédico* de Monteverde, o *Catecismo de Montpellier*, a *Aritmética* de Bezout, as gramáticas de Felipe Condurú e de Sotero dos Reis, o livro de leitura de Antonio Marques Rodrigues – *Livro do Povo*, o *Tratado de Aritmética* de João Antonio Coqueiro, o *Compêndio de trigonometria* de João Nepomuceno X. de Brito, o *Compêndio de Geografia* de Antônio Rego, como também o *Dicionário Histórico Geográfico*, *Aos meus meninos* e o *Almanaque de lembranças brasileiras*, da autoria de César Augusto Marques. Diante dos processos de aprovação, adoção ou veto que envolveram a produção e a distribuição de livros, que fatores podem ter contribuído para que nesta circulação de obras de natureza escolar, algumas delas tenham conseguido se manter durante um longo período nas instituições de ensino?

No caso do *Manual Enciclopédico*, por ser uma obra que trazia em um só volume as operações matemáticas, as frações, os números decimais, a gramática, a

ortografia e a sintaxe, como também a história de Portugal, a geografia, as ciências físicas, as naturais e as noções de civilidade; além de ter-se constituído um produto cultural de grandes tiragens, o qual nas suas cinco primeiras edições foram vendidos 44.000 exemplares, a sua aprovação e adoção, tanto em Portugal, como no Brasil, e a facilidade para seu consumo, já que, dependendo do quantitativo produzido, o preço da obra era inferior ao resto das que se encontrava no mercado, não só competiu durante muito tempo com outras obras estrangeiras, nacionais e locais, como também se constituiu num “verdadeiro paradigma da escola portuguesa da segunda metade dos Oitocentos. Por ele, realmente gerações e gerações de discípulos e aprendizes principiaram sua interação com o mundo da cultura escrita, folheando aquelas grossas e ilustrativas páginas” (BOTO, 1997, p. 536).

Se o *Catecismo de Montpellier*, pela forma didática como apresenta o conteúdo, baseado no método catequético de perguntas e respostas, prioritariamente, serviu de modelo para obras do mesmo gênero e teor, como o *Catecismo do Pará* e o *Catecismo do Maranhão*; os *Elementos de Artimética*, os *Elementos de Análise Matemática* e os *Elementos de Trigonometria* de Bezout foram umas das obras mais utilizadas no ensino das ciências e das matemáticas no Liceu maranhense. Para Casemiro Sarmiento, por serem as obras deste autor continuamente recomendadas pelos professores liceístas para serem adotadas no ensino secundário, julgava o diretor da Instrução Pública, a necessidade imperiosa de renovar o seu estoque, já que pelo constante pedido e uso dos livros, estes terminavam desgastando-se e deteriorando-se, impossibilitando assim o seu consumo. No que diz respeito aos autores maranhenses, além do valor intrínseco da obra quanto ao conteúdo exposto, aos métodos implícitos, a suas especificidades regionais, e mesmo pela qualidade das suas impressões, por se constituir esta província um lugar de excelência tipográfica, demonstrada nas exposições e no movimento editorial interprovincial anteriormente exposto, também estas obras ocuparam um papel central no ensino da instrução pública por serem seus autores figuras importantes no campo da educação, da política e do jornalismo.

Em se tratando da substituição de compêndios, o que se observa pela vasta documentação pesquisada é que essas mudanças estavam condicionadas (às vezes) pela substituição de professores numa mesma cadeira, ou seja, quando um professor assumia a cadeira ministrada por outro, como ocorreu com a Antônio Jansen do Paço, ao assumir as aulas de inglês do Liceu. Para esse professor, os autores adotados pelo seu antecessor não eram dos melhores, como a *Gramática* de Jahû e a *Vitória da América Meridional*,

adotando em seu lugar a *Gramática* de Constâncio, “[...] por que [era] mais explicita, as regras são definidas com mais clareza e simplicidade e não apresenta o inconveniente de ser uma gramática volumosa, o que em geral faria desanimar os meninos”⁴⁸³. Para as aulas de tradução esse professor optou pela *História da Grécia* de Goldsmith que era adotada na Academia de Olinda, e por ensinar ao mesmo tempo a história sem apresentar o inconveniente que se encontra na *História da América Meridional*. Para Jansen do Paço, o maior inconveniente era de que esta obra havia sido escrita por um republicano norte-americano “mais político que historiador”, e que isto não era “[...] prudente inibir no fraco espírito dos menores”⁴⁸⁴. Para Casemiro Sarmiento, os argumentos para a substituição, pelo novo professor, dos compêndios das aulas de língua inglesa era digna de aprovação “não só pelas judiciosas reflexões com que ele a [sustentava], mas também por serem muito vasqueiros os autores e compendios adotados pela Congregação, além de serem alguns deles de debalde dificuldade de compreensão”⁴⁸⁵.

Diante das constantes substituições dos livros escolares adotadas no Liceu, Manoel Bernardino de Sousa Figueiredo (Presidente da Província) pede explicações a respeito do assunto ao Inspetor da Instrução Pública, Casemiro José de Moraes Sarmiento. A primeira justificativa era a de que listagem dos livros adotados no Liceu (enviadas em anexo pela correspondência) não obedecia a realidade instituída no estabelecimento de ensino, porque muitas das obras pautadas já haviam sido substituídas pelos próprios professores em dependência dos resultados de suas práticas pedagógicas. Os professores de Retórica Poética ensinavam pela *Arte* de Horácio e por outros autores nacionais e estrangeiros, o de Filosofia e de análise dos clássicos se orientava por Francisco Freire de Carvalho, e o de Inglês lecionava pela *Gramática* de Constâncio e *História da Grécia* por Goldsmith. Diante dessas mudanças e substituições de obras no ensino secundário, de que forma estes livros foram aprovados pela Congregação e usados nas aulas do Liceu, sem passar pela prévia e obrigatória aprovação da presidência da Província?

Como se pode constatar há presença de livros de autores europeus – Portugal e França, em maior número – e, de brasileiros de diversas regiões. Na Província do Maranhão muitas obras foram produzidas pelos professores, em especial, aqueles que lecionavam no Liceu, no Instituto de Humanidades e na Sociedade Onze de Agosto, a exemplo de Sotero

⁴⁸³Correspondência do Professor Antonio Jansen do Paço, ao Inspetor Instrução Pública, Casemiro José de Moraes Sarmiento, Diretor da Instrução Pública, datado de 21 de abril de 1844.

⁴⁸⁴Correspondência do Professor Antonio Jansen do Paço, ao Inspetor da Instrução Pública, Casemiro José de Moraes Sarmiento, datado de 21 de abril de 1844.

⁴⁸⁵Correspondência do Inspetor da Instrução Pública, Casemiro José de Moraes Sarmiento, ao Presidente da Província, Manoel Bernardino de Sousa Figueiredo, datado de 30 de abril de 1844.

dos Reis, João Antonio Coqueiro, Estevão Rafael de Carvalho, Antonio Marques Rodrigues e Antonio Rêgo, e impressos na sua maioria pelas tipografias de Belarmino de Mattos e de Frias. Professores que elaboraram seus trabalhos para serem adotados nas disciplinas que lecionavam, e que pelos resultados obtidos nas suas práticas no ensino, passam a ser adotados em outros estabelecimentos do Maranhão, como em outras localidades do país.

Diante da profusão de obras adotadas na instrução pública maranhense, no período imperial, os debates sobre a propriedade intelectual vão se fazendo presentes, enquanto as obras trazem nas suas páginas iniciais as inscrições de seus proprietários, isto é, a autoria vem registrada na capa dos livros. Na *Gramática Portuguesa*, de Francisco Sotero dos Reis (2.^a Edição – 1871), em destaque na segunda página, aparece a seguinte observação: “Os herdeiros do autor reservam-se na forma da lei, o direito de propriedade, por sucessão, desta e de todas as outras obras do mesmo autor. Todos os exemplares desta 2.^a edição vão rubricadas pelo herdeiro Francisco Sotero dos Reis Junior” (REIS, 1871)⁴⁸⁶. Em outras situações, eram os próprios professores que reclamavam o direito da propriedade intelectual e a sua adoção nas escolas pela inspetoria de ensino.

Em consequência do determinado por Vossa Excelência em ofício de 11 de julho deste ano, acompanhando o compêndio de *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa*, composto pelo Padre Antonio da Costa Duarte em requerimento em que o mesmo pede-lhe seja garantida a propriedade da sua obra, cumpre-me informar a Vossa excelência, o que se segue. O compêndio de que se trata, mereceu em verdade a aprovação da Congregação para uso dos alunos do Liceu, por ser a doutrina que contém extraída das melhores gramáticas e com a modificação que acaba de fazer-lhe o seu autor nesta nova edição, *fica certamente mais acomodado ao fim que se propõem, mas ele foi adotado tão somente para a aula de Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* e análise dos nossos clássicos como deparei do incluso extrato da sessão extraordinária da Congregação do Liceu em 28 de janeiro de 1838, e não para as aulas de primeiras letras, como por engano afere-se o suplicante uma tal matéria, com efeito, seria pela sua elevação superior à capacidade de meninos de idade tenra que costumam frequentar estas últimas escolas. Quanto ao privilegio julgo indispensável o direito que a ele tem o suplicante a vista do artigo 2.^o da Lei de 28 de agosto de 1830, competindo ao Governo marcar o prazo dentro o qual deve ter lugar o referido privilegio, sua conformidade com o Art. 5.^o da Lei citada. A faculdade que tem neste caso o governo pode também ser exercida por Vossa Excelência, e nos mesmos termos pela Lei Provincial, n. 38 de 19 de maio de 1838. É, portanto, posso informar a tal respeito, devolvendo nesta ocasião a Vossa Excelência o Compêndio e requerimento que constituem o objeto da informação.

Deus Guarde a Vossa Excelência

Maranhão em 13 de julho de 1840

⁴⁸⁶ REIS, Francisco Sotero dos Reis. *Gramática Portuguesa acomodada aos princípios gerais da palavra seguidos de imediata aplicação prática*. Composta por Francisco Sotero dos Reis, professor jubilado de Língua latina e professor da mesma Língua, e de Literatura no Instituto de Humanidades da Província do Maranhão. Dedicada pelo autor ao Diretor do mesmo Instituto o Dr. Pedro Nunes Leal. Segunda edição, revista, corrigida e anotada por Francisco Sotero dos Reis Junior e Américo Vespúcio dos Reis. Tipografia de R. d'Almeida & c. Editores e proprietários desta edição – Rua da Palma, nº. 3, 1871.

Ilustríssimo e excelentíssimo Senhor Coronel Luis Alves de Lima,
Presidente e Comandante da Armada Provincial.

Francisco Sotero dos Reis⁴⁸⁷ (grifo meu).

Parece-me que a proposta de que este livro fosse adotado nas aulas de primeiras letras, a apesar do seu conteúdo não ser adequado aos meninos de terna idade, segundo o Inspetor da instrução Pública, dava-se pelo fato de que o autor poderia imprimir um maior quantitativo de exemplares e diminuir consequentemente o preço de sua comercialização, facilitando assim o acesso do livro às crianças declaradamente não-pobres que frequentassem a escola, as quais, o relacionamento com as obras dependeria do poder aquisitivo dos pais. Esta estratégia de produção e venda traria consigo uma maior divulgação entre professores, alunos e familiares estimulando um maior consumo da obra, um aumento de sua utilização no ensino público, e, por conseguinte, o prestígio e o reconhecimento social e cultural do autor, além de garantir mais lucros financeiros com as facilidades de comercialização; embora estas estratégias de compra, adoção e distribuição fossem em detrimento da real funcionalidade pedagógica da obra no ensino primário da instrução pública⁴⁸⁸. Solicitação similar faz o professor de grego Francisco de Melo Coutinho de Vilhena, sendo que, neste caso, o pedido formulado parece ser mais contraditório, pois a obra pretendida para ser adotada no sistema público de ensino, intitulada *Compêndio de Língua Grega* de sua autoria, nem sequer o conteúdo exposto constava entre as disciplinas ministradas nas aulas de primeiras letras da instrução pública⁴⁸⁹; por outro lado, se tomo como referência o número de alunos matriculados no Liceu nessas disciplinas – Gramática Filosófica (13 alunos) e Grego (2 alunos) –, ou mesmo nas aulas particulares, esta realidade não justificava autorizar pelo tesouro público a impressão de tais obras, seja pela falta de comprador em potencial, seja pelo diminuto número de alunos secundaristas.

A uniformidade dos conteúdos e dos objetos escolares (neste caso do livro escolar) durante todo o período imperial no Maranhão e, especificamente, na última década dos 80, encontrou uma série de dificuldades de ordem econômica e política, que impediram o crescimento da produção, circulação, distribuição e uso de maneira mais ampla,

⁴⁸⁷ Correspondência do Inspetor da Instrução Pública, Francisco Sotero dos Reis, ao Presidente da Província, Luis Alves de Lima e Silva, em que solicita o direito de autor do Padre Antonio da Costa Duarte, datada de 13 de julho de 1840.

⁴⁸⁸ Apesar destes trâmites acontecerem, em 1840, a primeira edição desta obra já tinha sido publicada em 1821, em Maranhão. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viicnlf/resumos/aprimeiragramatica.htm>>. Acesso em: 14 de set. 2011.

⁴⁸⁹ Correspondência do professor Francisco de Melo Coutinho de Vilhena enviada ao Inspetor da Instrução Pública, Francisco Sotero dos Reis, em 25 de setembro de 1840.

agregando-se a isto, a distância estabelecida entre as diversas freguesias e vilas do interior e da capital, que pela dificuldade de acesso não recebiam os recursos para o funcionamento das escolas, não tendo suficientes informações, os órgãos de controle em São Luís, sobre a matrícula, a frequência e as prioridades para o desenvolvimento do ensino público. Deficiência que no tempo presente, me impossibilita a tecer uma estatística mais precisa sobre o número de alunos matriculados e examinados, sobre o provimento de utensílios escolares por parte do governo e sua efetividade no ensino, assim como me dificulta compreender, o efetivo uso dos livros adotados, doados, e comercializados, e de que maneira estes artefatos culturais influenciaram no ensino da leitura e na formação do leitor maranhense. No entanto, entender que pela natureza das disputas políticas que faziam o cotidiano maranhense no Oitocentos, do qual faziam parte os professores, os delegados literários, os diretores das instituições de ensino, os inspetores da instrução pública e os presidentes de província, estes procedimentos de aprovação, adoção, rejeição, substituição e distribuição de livros escolares, certamente fizeram parte da arenga pedagógica.

Uma das críticas feitas pelos professores com relação à uniformidade dos livros escolares era a de que os pareceres de aprovação e adoção estavam centrados na Congregação do Liceu e depois no Conselho da Instrução Pública, seguindo na verdade, as formas de regulação e de controle impostas pelos inspetores e presidentes da Província, a quem era dado o direito de sancionar ou de vetar as decisões dos órgãos competentes. Sendo assim, isto trouxe consigo que livros escolares aprovados pelos órgãos competentes não fossem postos em circulação, por ser o autor ou o editor, de partido político contrário de quem estava no poder; ou seja, quem dava o visto final de aprovação ou veto, transvestia os processos de aprovação, impedindo a produção ou adoção do livro baseado na regular justificativa da falta de recursos dos cofres para a compra desse material cultural destinado aos alunos pobres das instituições públicas. Enfim, entender a impossibilidade de desviar o olhar quando me refiro aos trâmites que permeavam o livro escolar no Maranhão Império das relações estabelecidas entre os seus agentes e os espaços de seu uso, e compreender por outro lado, a dinâmica instituída no circuito do livro inserida nas relações de poder que se configuravam no decorrer do Oitocentos, na quais, as obras estão inseridas e seus autores estão contemplados, são condicionantes imprescindíveis para dar inteligibilidade aos procedimentos de aprovação, adoção, uso e veto do livro escolar, sendo preciso, traduzi-los e explicá-los no âmbito dos possíveis, analisando esses artefatos culturais, no nível das normatizações, das tematizações, e, por conseguinte, no nível das concretizações (MORTATTI, 2000; FRADE, MACIEL, 2006).

Dentre os vários documentos pesquisados, em especial as correspondências dos professores para os inspetores e destes para os presidentes de província, localizei um conjunto de cinco fontes que possibilitam-me compreender que a adoção dos livros foi ponto de discórdia entre o inspetor e os professores públicos, em especial das escolas particulares. Certamente isto acontecia, por terem menor dependência financeira dos cofres provinciais, desejando maior autonomia nas escolhas dos artefatos de leitura e escrita, como o fazem os professores Alexandre José Rodrigues e Domingos Feliciano Marques Perdigão, diretores do Colégio de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora dos Remédios, respectivamente⁴⁹⁰, que julgavam *A arte de aprender a ler a letra manuscrita*, de Duarte Ventura, adotado pela Inspeção da Instrução, uma obra que não tinha nenhuma aplicabilidade, já que “nas aulas de primeiras letras, quanto ao primeiro estabelecimento não existe um só exemplar e quanto ao segundo apenas cinco ou seis meninos lêem por eles”⁴⁹¹, havendo, além disso, a “relutância dos pais [de se negarem] a uma tal exigência, chegando a certificar [aos citados diretores] que se [sentiam] constrangidos por eles e [coagidos] a apresentar a seus filhos semelhante Livro”⁴⁹².

Esta polêmica na indicação e adoção dos livros escolares, ganha maior destaque, quando a imprensa passa a publicizá-la, ao expor a rivalidade entre Casemiro José M. Sarmento, diretor da Instrução Pública, e Domingos Feliciano Marques Perdigão, diretor do Colégio Nossa Senhora dos Remédios.

De todos os professores particulares que há na Província, Domingos Feliciano Marques Perdigão é o único que tem constantemente recalatrando as ordens, que em desempenho do meu cargo e em execução das Leis e Regulamentos, lhe hei transmitido, vindo somente a cumpri-la depois de grandes delongas e de polêmicas e constatações, nas quais ele tem sempre excedido as raia do decoro, do respeito e até da urbanidade, que ele me deve, como Inspetor da Instrução e por consequência seu superior, visto que pela Lei sou obrigado a velar na sua conduta, método de ensino, e bem assim no tocante a matricula, compêndios, remessa de mapas e castigos [...]. Isto que é publico e notório nesta cidade, bastava para dar a conhecer aquele Diretor, mas ele não quis dar uma prova contra si e por isso tem continuado a mostrar-se insubordinado, rebelde e descomedido contra a lei e contra a quem em seu respeitável nome se lhe tem dirigido⁴⁹³.

⁴⁹⁰Correspondência do Inspetor da Instrução Pública Casemiro Jose de M. Sarmento, ao Presidente da Província, João Antonio de Miranda, sobre os professores Alexandre Jose Rodrigues e Domingos Feliciano Marques Perdigão que não atendiam às exigências da inspetoria, datada em 2 de outubro de 1844.

⁴⁹¹Correspondência do Inspetor de Instrução Pública Casemiro Jose de M. Sarmento, ao Presidente da Província, João José Moura Magalhães, sobre a recusa do professor e proprietário do Colégio Nossa Senhora da Conceição, Alexandre José Rodrigues em atender às determinações do inspetor, datada em 1º de outubro de 1844.

⁴⁹²Id. Ibid.

⁴⁹³Correspondência do Inspetor de Instrução Pública Casemiro José de M. Sarmento, ao Presidente da Província, Ângelo Carlos Muniz, sobre a recusa do professor e proprietário do Colégio Nossa Senhora dos Remédios, Domingos Feliciano Marques Perdigão em atender às determinações do inspetor, datada em 16 de outubro de 1844.

As reivindicações de Feliciano Perdigão (Diretor do Colégio dos Remédios) encontram apoio em outros professores particulares, na medida em que Casemiro Marques, pede ao Presidente da Província Ângelo Carlos Muniz, que “é mister, pois, que Vossa Excelência obstante assim como os demais professores particulares, a execução sem excitação as minhas ordens legais”⁴⁹⁴, e ainda denunciava, que os professores particulares que estavam sob a mesma inspeção pública, estavam a dar-lhe “conselho e [propor-lhe] transações a cerca dos preceitos que lhe [dava] no tocante a objetos em que estão eles sujeitos à mesma inspeção”⁴⁹⁵. Julgava o Inspetor da Instrução Pública, que o mais grave era “escarnecear-me, como o fazem, dando escândalos na frente dos seus demais colegas”, e servindo de mau exemplo à mocidade entregue aos seus cuidados, “que nutrida com tal leite, não pode deixar de ser insubordinada e obstinada para o futuro, por conseqüência de causar graves danos à sociedade”⁴⁹⁶.

Feliciano Perdigão, se por um lado alegava que o inspetor perseguia o seu estabelecimento, ou o impedia de adotar os compêndios que achasse mais adequados para os diferentes níveis de aproveitamento dos alunos e de estabelecer um plano de estudo que estivesse ao interesse deles, pelo outro, denunciava que a insistência do Inspetor da Instrução de que as escolas maranhenses públicas e privadas adotarem o *Catecismo* de Fleury se fundamentava não em aspectos pedagógicos essencialmente, senão no fato de ser Casemiro Sarmiento o tradutor da obra, obtendo autorização para adotá-la em todas as aulas de primeiras letras da Província, e, conseqüentemente ter lucrado com sua divulgação, adoção e consumo.

Essa disputa entre o diretor do Colégio e o Inspetor da instrução acirra-se quando Perdigão passa a não adotar nenhum “dos livros, compêndios e translados [pelo Inspetor] designados [...] para serem lidos em todas as Escolas da província”⁴⁹⁷. Em sendo assim, Casemiro Sarmiento recorre aos dispositivos legais que “regulam a instrução pública sob as penas fulminadas contra os seus contraventores, que no caso vertente são de desobediência e de se lhe mandar fechar a aula”⁴⁹⁸, caso não recuasse da sua decisão. Não adiantando o diretor se queixar “ao Delegado de que os pais não [queriam] comprar os ditos

⁴⁹⁴ Id. Ibid.

⁴⁹⁵ Correspondência do Inspetor de Instrução Pública Casemiro José de M. Sarmiento, ao Presidente da Província, Ângelo Carlos Muniz sobre a recusa do professor e proprietário do Colégio Nossa Senhora dos Remédios, Domingos Feliciano Marques Perdigão em atender as determinações do Inspetor, datada em 2 de outubro de 1844.

⁴⁹⁶ Id. Ibid.

⁴⁹⁷ Id. Ibid.

⁴⁹⁸ Id. Ibid.

compêndios”, quando a lei assim o exigia e tinha que ser cumprida, advertindo que depois de oito dias, estaria indo visitar e examinar o Colégio para verificar se suas instruções tinham sido cumpridas, do contrário mandaria fechar as suas aulas como o legitimava o Regulamento da Instrução Pública. Essas pendengas, depois de três meses (outubro a dezembro), entre os dois é resolvida no gabinete pelo Presidente da Província Ângelo Carlos Muniz, que exige que as obras adotadas nas demais escolas da província também as fossem no Colégio de Nossa Senhora dos Remédios e que também pudesse adotar outras que achasse conveniente e não onerasse as famílias ao adquiri-las⁴⁹⁹.

Os problemas da instrução pública maranhense, mesmo com a criação da Inspeção e a expansão das aulas em todas as cidades e vilas mais populosas no decorrer do século XIX, não passam por alterações significativas, apesar dos inúmeros dispositivos legais (leis, regulamentos e estatutos) que buscam, de uma forma ou de outra, sanar os problemas com a falta de professores e os baixos salários, com a ausência de prédios para o funcionamento das aulas (mesmo na capital) onde muitos funcionavam em igrejas, no subsolo dos órgãos públicos ou em casa alugadas pelos docentes, com a falta de material escolar para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, com a ausência de livros escolares que comportassem o número de aluno nas escolas comprometendo a uniformidade do ensino e a sistematização dos métodos.

No interior da Província, as escolas geralmente, funcionavam nas residências dos professores que tinham que dividir os afazeres domésticos com as lições dos alunos, impedindo que desenvolvessem com qualidade as suas atividades de ensino, “não [podendo] haver ordem, decência, e regularidade nessa casa de educação”⁵⁰⁰. Essas reclamações durante todo o período imperial vão permanecer, como se depreende da análise dos relatórios dos Inspectores da Instrução Pública e dos relatórios dos Presidentes de Província, e chegam assim até a República. A falta de mobília, como outro aspecto a ser tratado, por ser um dos impeditivos principais para o desenvolvimento do ensino nas escolas, refletia-se nas reivindicações feitas ao governo por meio das decisões pessoais dos “professores que vendo que não [eram] atendidos nas suas justas reclamações [abriam] as

⁴⁹⁹ Correspondência do Inspetor de Instrução Pública, Casemiro Jose de M. Sarmiento, ao Presidente da Província, Ângelo Carlos Muniz sobre a recusa do professor e proprietário do Colégio Nossa Senhora dos Remédios, Domingos Feliciano Marques Perdigão em atender as determinações do Inspetor, datada em 31 de dezembro de 1844.

⁵⁰⁰ Correspondência de Sotero dos Reis, Inspetor da Instrução Pública, a Joaquim Franco de Sá, Presidente da Província, datado de 13 de setembro de 1847.

suas escolas sem um só móvel. Outros se [servindo] de mobília emprestada e imprópria”⁵⁰¹ para os fins do ensino, que embora resultassem na garantia de um espaço de instrução dando oportunidades às crianças em idade escolar, resultava também que grande partes dos alunos ficava de pé ou sentada no chão, como acontecia na escola de Viana.

Com relação aos compêndios escolares, entendo que apesar da entrada, tradução e impressão de inúmeras obras no Maranhão, o acesso dos alunos ocorreu de forma mais direta em São Luís e nas cidades mais prósperas como Alcântara, Caxias e Itapecuru. Nas outras localidades, nas escolas abertas em pequenos povoados e vilarejos, segundo o estabelecido em lei desde 1827 no território nacional, as obras quando chegavam não atendiam ao quantitativo de alunos matriculados, sendo quantificadas como exemplos excepcionais, talvez o *Livro do Povo*, que pela grande tiragem da obra, pela distribuição gratuita do seu autor, pelos preços módicos para seu acesso, e pelas estratégias tomadas para sua distribuição tenha alcançado toda a Província, embora não a todos os alunos, como se depreende da análise das correspondências em que os professores ou delegados literários agradecem o recebimento do livro ou pedem um número maior para que todas as crianças da Vila pudessem ter um para si.

Até aqui, a explanação sobre os livros utilizados no ensino da instrução pública no Maranhão Império, especificamente sobre os livros escolares, tem sido sustentada nos procedimentos de aprovação, adoção e distribuição das obras, nos métodos expostos e nas temáticas abordadas nas obras estrangeiras, nacionais e/ou locais, indicadas ou não, segundo os regulamentos e as leis impostas. Tem sido também ancorada segundo o perfil dos autores, a qualidade dos livros, e as formas de aplicação e avaliação dos seus assuntos na sala de aula dependendo do olhar não só do professor, como também da supervisão do delegado literário e da orientação do Inspetor da Instrução Pública. Mas, quando me refiro aos livros escolares de autores maranhenses, qual é a sua tipologia, prescrições e uso? Que temas abordavam e de que forma se dirigiam ao público leitor? Os livros de autores locais, por serem dependentes da não tradição nacional de livros didáticos, constituíram-se em imitações dos livros portugueses ou se estabeleceu um equilíbrio de tensões entre a “produção modelada” e a inventividade e criatividade dos autores maranhenses enquanto à concepção e produção dos livros escolares para o consumo do ensino público? A concorrência mantida entre livros escolares não-pátrios, os nacionais e locais por mais espaços no mercado do livro e por um lugar mais relevante no ensino público conseguiu

⁵⁰¹Relatório enviado por Caetano José da Silva, Inspetor da Instrução Pública, para Eduardo Olimpio Machado, Presidente da Província, datado de 11 de abril de 1855.

incentivar que os livros escolares maranhenses mostrassem suas singularidades? Sendo apresentadas estas arguições, trato de respondê-las a continuação baseado na análise dos livros escolares maranhenses a que tive acesso, embora as dificuldades de sua localização sejam endógenas a este material cultural por questões já postas, como também exógenas à natureza desse artefato, e ainda tenha clareza de que a sua identificação e acesso atual se deva, em grande medida, a que os agentes que produziram os livros escolares no Maranhão seguramente encontraram condições especiais que conferissem prestígio a suas obras, favorecendo assim a sua divulgação e circulação (MACIEL; FRADE, 2006).

3.4 Os livros escolares de autores maranhenses

Neste item, trato de descrever os livros que circularam nas escolas maranhenses no período em foco. Como abordado anteriormente, os livros escolares adotados na instrução pública maranhense tinham várias procedências, com predomínio de Portugal, França e Rio de Janeiro, e de maneira mais esparsa e não menos importante, de outros países, como Inglaterra e Estados Unidos, e das demais províncias que formavam o Império brasileiro. Os livros selecionados para esta descrição foram levantados a partir dos anúncios publicados na imprensa, nas correspondências de professores e nos relatórios dos diretores da instrução pública. A partir desse levantamento, recorri a pessoas, bibliotecas e arquivos digitais brasileiros, portugueses e norte-americanos, à Biblioteca Nacional do Brasil e à de Portugal com a finalidade de obter exemplares de livros escolares que me auxiliassem a analisá-los, a apreciá-los e a entendê-los, no entanto “o manual está sujeito às limitações técnicas de sua época e participa de um sistema econômico cujas regras e usos, tanto no nível de produção como do consumo, influem necessariamente na sua concepção quanto na sua realização material” (CHOPIN, 2002, p. 14).

A dificuldade para a localização e acesso a esses artefatos culturais pode ser entendida da seguinte forma: a) os livros escolares pelo seu caráter “descartável” em função das mudanças curriculares e das relações de poder travadas entre os autores e o governo que garantiam a sua produção, circulação ou veto, não foram considerados como materiais culturais para serem cuidados e inventariados; b) a tiragem em quantidade para atender aos alunos – meninos e meninas – de ternas idades, que poderiam ser julgadas como pouco cuidadosas com os livros, induzia a que a matéria-prima de suas edições não fossem de alta qualidade e se instituiu como uma saída de imprimir grandes tiragens sem muitos ônus para os cofres públicos; c) os autores de livros escolares que não fizeram parte do círculo

político, administrativo, religioso e econômico das províncias pode constituir-se em um dos motivos que tenha influenciado para a não preservação de suas obras, ao contrário dos livros de Sotero dos Reis, César Augusto Marques e Abílio César Borges, dentre outros que tiveram seus textos preservados e disponibilizados em sites nacionais ou internacionais; d) a qualidade gráfica das obras pode ter causado a sua deteriorização mais rápida e por conseguinte o seu desaparecimento. Portanto, estes, dentre outros aspectos, podem ser os motivos pelos quais os livros escolares não foram preservados nas bibliotecas e arquivos brasileiros, o que certamente dificulta em grande medida a realização de um estudo mais amplo e detalhado sobre eles. No caso do Maranhão, além dos motivos expostos, julgo que as mudanças constantes durante todo o século XIX, e até 1950, da Biblioteca Pública, seja a Provincial até 1889, seja a Estadual posteriormente, tenha resultado na perda de obras importantes do seu acervo, entre elas, os livros escolares de autores maranhenses, nacionais e estrangeiros.

No caso desta pesquisa, o acesso aos “lugares de guarda de memória” foi dificultado durante todo o processo de investigação: pelo fechamento, há três anos, para reforma, da Biblioteca Pública Benedito Leite, lugar onde certamente alguns livros escolares se encontram armazenados no Setor de Obras Raras; pela não localização de nenhum livro escolar na biblioteca de apoio do Arquivo Público do Estado, uma vez que nesse órgão predominam os documentos de caráter administrativo; pela precariedade da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico, a qual não possui em seu acervo obras do século XIX, excetuando a Revista do IHGB; e por não ter tido acesso às obras do acervo da Academia Maranhense de Letras a qual está fechada pela falta de pessoal especializado e pela precariedade na infraestrutura da instituição.

Uma alternativa foi recorrer às pessoas que no Estado são conhecidas como de amplo conhecimento histórico e com um acervo particular de obras raras, às vezes superior ao das instituições públicas. Nesse caso, fui prontamente atendido, o que facultou o acesso a algumas obras escolares, publicadas no Oitocentos.

QUADRO 7: OBRAS ADOTADAS NA INSTRUÇÃO E OBTIDAS PARA ANÁLISE NESTE LIVRO

AUTOR	TÍTULO	LOCAL	QUEM PUBLICOU	ANO
MARANHENSES				
Roberto Moreira	Página íntima	S. Luís	Não identificado	1874
Sotero dos Reis	Gramática Portuguesa	S. Luís	Tip. de R. de Almeida	1871
	Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira	S. Luís	Tip. de Belarmino de Matos	1866
R. A. da Fonseca	Selecta Nacional	S. Luís	Não identificado	1873
Cezar Augusto	Aos meus meninos: contos uteis	S. Luís	Livraria Popular de Magalhães	1874

Marques	Almanaque de lembranças brasileiras	S. Luís	Tipografia de Frias	1863
João A. Coqueiro	Tratado de Aritmética	Paris	W. Remquet & Cia	1860
D. M.A	Questões práticas de aritmética	S. Luís	Tipografia de Frias	1895
A. de Vasconcelos Cardoso Homem	Primeiras noções de aritmética para uso das escolas de ensino primário	S. Luís	Tipografia Maranhense	1846
J. S. Castello Branco	Selecta Escolar	S. Luís	Tipografia de Frias	1886
Antonio da Costa Duarte	Compendio da Gramática Philosophica da Língua Portuguesa.	S. Luís	Tip. de Ramos de Almeida	1877
José Augusto Corrêa	Resumo de Álgebra	S. Luís	Tipografia Popular de Magalhães	1886
Antonio Marques Rodrigues	O livro do Povo	S. Luís	Tipografia de Frias	1881
PORTUGUESES (AUTORES, IMPRESSOS OU TRADUZIDOS)				
Emilio Aquiles de Monte Verde	Manual enciclopédico para uso das escolas de instrução primária	Lisboa	Imprensa Nacional	1856
M. E. Bezout	Elementos de Aritmética	Paris	Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud	1847
Caldas Aulete	Selecta Nacional: Curso prático de literatura portuguesa.	Lisboa	Tipografia L? Frères	1873
João Jose da Graça Junior	As primeiras letras: método racional ou dedutivo para aprender a ler maior suavidade e rapidez a língua portuguesa	Lisboa	Tipografia do Futuro	1866
Luiz F ^{co} . Midosi	O expositor português ou rudimentos de ensino da língua materna	Londres	R. Greenlaw	1831
João de Deus	Cartilha Maternal	Lisboa	Imprensa Nacional	1878
BRASILEIROS (AUTORES, IMPRESSOS OU TRADUZIDOS)				
	Catecismo da Diocese de Montpellier	Bahia	Tip. Manoel Antonio da Silva Souza	1827
Francisco Solano Constancio	Historia do Brasil	Paris	Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud	1839
Alfredo C. de Moraes Rego e Antonio G. de Moraes Rego	Tratado de Mecânica Geral	R. Jan.	Imprensa Nacional	1882
Salvador Henrique de Albuquerque	Resumo da Historia do Brasil.	Pernamb.	Tipografia Imparcial	1848
Abílio C. Borges	1º, 2º e 3º Livro de Leitura	Paris	P. Aillaud	1867
Joaquim M. Macedo	Lições de Historia do Brasil	R. Jan.	Livraria Garnier	1887

Fonte: Quadro elaborado a partir das obras obtidas e adotadas na Instrução Maranhense

De posse destes materiais procedo a uma leitura e análise deles, procurando entendê-los sobre os seguintes aspectos: De que tratava a obra? Quem era o seu autor? Qual o propósito da publicação? Como se encontra organizado o texto? Quais as relações que o autor procurou manter com os leitores? Quais as similaridades e diferenças entre os livros adotados nas aulas de primeiras letras da província do Maranhão?

Entretanto, é preciso ressaltar que cada obra, ou um conjunto de livros por área de conhecimento, podem ser objetos de pesquisa. Sendo assim, tratei de tecer comentários, os mais amplos sobre essas obras, e não me detive nas suas especificidades nas áreas do saber. Soares (2009), ao realizar estudos no campo da matemática no século XIX, disserta sobre os cálculos e juros presentes nos livros didáticos maranhenses, tomando como referência a obra *Primeiras Noções de Aritmética para o uso dos alunos das escolas de ensino primário* (1846) de Aires de Vasconcelos Cardoso Homem, e a compara com o *Tratado de Aritmética* do matemático Antonio Coqueiro (1860). Melo (2009), ao pesquisar

sobre a formação das histórias literárias no Brasil, centra a sua análise nas obras do *Curso Elementar de Literatura Nacional* (1862), do Cônego Fernandes Pinheiro; d'O *Brasil Literário* (1863), de Ferdinand Wolf e do *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*, de Sotero dos Reis. Por sua vez, no que Lorenz (2010), traça um perfil dos livros didáticos de Ciências naturais adotados no Colégio Pedro II no século XIX; Pinto (2009) tratou de analisar os livros adotados no ensino primário em Portugal no período de 1807 a 1928, a fim de compreender e explicar a construção da identidade nacional, suas ideologias e valores.

A leitura dos textos arrolados no quadro acima, possibilitou-me fazer algumas averiguações importantes com relação aos livros escolares adotados no Maranhão oitocentista, ao observar que, independentemente da origem da obra, sua permissão é apresentada para legitimar a sua publicação. Em obras mais antigas, como o *Catecismo de Montpellier*, as “licenças necessárias” pelo Desembargo do Paço e da Mesa Censória para sua produção se fazem presentes e imprescindíveis para sua divulgação e comercialização. A partir de 1834, com a aprovação do Ato Adicional, e com a criação da Inspeção da Instrução Pública, em 1841, esta obra aparece aprovada e indicada por este órgão para sua utilização no ensino público. Realidade similar que se aplica a Portugal quando o *Manual Enciclopédico* de Monteverde é aprovado pelo Conselho Superior da Instrução Pública.

No caso do Maranhão, não é diferente. Nas *Primeiras Noções de Aritmética* (1846) de Aires de Vasconcelos Cardoso Homem, na segunda capa aparece o extrato da ata da sessão da Congregação do Liceu, de 21 de fevereiro de 1846, que aprovou a sua adoção, legitimando a indicação e determinando,

[...] à Congregação que o compêndio – PRIMEIRAS NOÇÕES DE ARITMÉTICA – para as Escolas de ensino primário – composta pelo Bacharel Ayres de Vasconcellos Cardoso Homem, e apresentado pelo Sr. Inspetor da Instrução fosse adotado para usas das Escolas Primarias da Província. Secretaria da Instrução Pública da Província do Maranhão, 26 de fevereiro de 1846. O Secretario da Instrução Pública. J. N. X. de Brito (HOMEM, 1846, p. I).

Essa prática de publicar na obra, a sua aprovação pelos órgãos competentes, era uma maneira de comprovar que ela havia sido avaliada nos seus aspectos morais e políticos, e que o conteúdo proposto atendia aos interesses dos alunos e dos professores, servindo ao mesmo tempo como uma carta de crédito para que os pais, tutores e professores a comprassem e a utilizassem no ensino, resultando assim numa maior lucratividade para o autor e o editor. Prática reforçada com a descrição minuciosa nas páginas iniciais (de preferência na primeira) com os dados do autor como forma de evidenciar o seu lugar no campo político, social e educativo; no entanto,

independentemente que as obras trouxessem indicativos de aprovação no seu interior, um currículo editorial que anunciasse as tiragens de edição, assim como o currículo profissional do autor, isso era condição necessária, mas não suficiente para que as obras em trâmites de aprovação e adoção fossem indicadas e usadas no ensino. A reprovação do *Compêndio Elementar de Arithmetica* (1846), de Ayres Vasconcellos Homem, quase 30 anos depois de sua produção, por não apresentar segundo o seu avaliador, o Systema Métrico Decimal como se expus em capítulo anterior, é uma prova dos múltiplos elementos objetivos e subjetivos intrínsecos no processo de avaliação do livro escolar. Embora a clareza e precisão matemática, a nitidez de sua impressão e a qualidade do papel utilizado no livro fossem aspectos relevantes, o fato de não apresentar no conjunto da obra o novo método de pesos e medidas, desclassificou-lo e condenou-lo, veredito este, que “[...] parece improcedente em um contexto em que as escolas continuavam fazendo uso de livros distintos para ensinar a aritmética e o sistema métrico decimal”(CORRÊA, 2006, p. 109).

Se, M. E. Bezout era Membro da Academia Real das Ciências de Paris, cuja filiação era a garantia do grau e do nível intelectual do autor, e se César Marques, no *Almanaque de Lembranças Brasileiras* (1862), detalhava que era “doutor em medicina, membro honorário da Real Sociedade Humanitária do Porto, sócio correspondente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, da Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro, etc, etc, etc” (MARQUES, 1862, p. 1); ainda que entenda que essas descrições davam às obras o mérito de conteúdo, ou seja, eram escritas por alguém que tinha respaldo científico, trânsito nacional e internacional, o que em certa medida poderia justificar a sua adoção pelas Inspetorias ou pelos Conselhos da Instrução Pública, isto não foi suficiente, para que essas obras, ainda a pedido de seus autores, fossem adotadas no ensino amazonense. César Marques, apesar de insistir no mérito de sua obra, exaltando as suas características discursivas, a sua adequação ao nível intelectual do público em formação leitora, expondo que era uma coleção “[...] escolhida de diversos factos do Brasil dividido em leituras pequenas e agradáveis para todos os dias do anno, escriptas em linguagem apropriada á acanhada intelligencia dos meninos, e aptas a desenvolver nêlles o gosto pelo estudo da história Patria” (CORRÊA, 2006, p. 75), e, depois de ter proposto ao Presidente da Província, a compra de quatrocentos o mais exemplares por três mil reis cada um; mesmo assim, não há indícios de que essa obra fosse adotada no ensino amazonense, e sua aprovação ficou limitada à falta de recursos econômicos da província (CORRÊA, 2006).

Na contramão de todo um arsenal curricular posto nas contracapas dos livros escolares como estratégia de aprovação, aceitação, venda e uso por alguns autores e editores de renome intelectual, outras obras escritas por simples professores desconhecidos apresentam referências tímidas em relação a sua pessoa e ao papel que ocupava na instrução, e mesmo quando conhecidos publicamente, o mérito fica restrito a poucos itens curriculares referentes à profissão ou ao lugar que ocupava no cenário pedagógico. Em *Selecta Nacional* (1873), R. Alves da Fonseca, seu autor, apenas evidencia que é Padre, diretor e professor do Colégio da Imaculada Conceição, acontecendo o mesmo com Sotero dos Reis, que na sua *Gramática Portuguesa* (1871), expressa que é professor jubilado de Língua Latina do Liceu Maranhense e professor de gramática no Instituto de Humanidades.

Se por um lado as descrições dos autores tinham como finalidade respaldar o conteúdo da obra e sua aceitabilidade, a dedicatória presente em todas elas objetivava agradecer a quem tinha colaborado com a publicação ou simplesmente se constituía em honrar a quem merecesse tal deferimento, como esposas, filhos, pais e amigos. César Marques, no *Almanaque de lembranças brasileiras* (1862), e no livro *Aos Meus Meninos* (1874), dedica as obras a seu pai, Augusto José Marques, e a Izidoro Jansen Pereira, seu amigo, respectivamente. Por sua vez, no que Sotero dos Reis dedica a sua *Gramática* a Pedro Nunes Leal, diretor do Instituto de Humanidades; João de Deus termina dedicando a 3ª edição da sua *Cartilha Maternal* (1878), ao Visconde de Arcozelo, Joaquim Teixeira de Castro, fundador da primeira escola com o seu sistema de ensino, e sua 15.ª edição (1901) à Benemerita Associação das Escolas Móveis.

Em caso de obras publicadas em várias edições, os autores colocavam em destaque as alterações realizadas, como tática de exposição do livro atualizado em sintonia com as novas propostas teóricas - metodológicas e com as novas concepções de ensino exigidas pelos agentes da educação. Práticas renovadoras do texto e do conjunto da obra, que poderiam garantir os pareceres de aprovação e adoção emitidos pelos órgãos competentes, proporcionando ao autor e ao editor/tipógrafo, um lugar de destaque no contexto escolar, um espaço de concorrência no comércio do livro, e, por suposto, uma maior venda e consumo. Essas alterações atingiam e influenciavam os leitores, como se pode observar no artigo publicado no jornal *Voz Paraense*, de 22 de janeiro de 1851, que tratava sobre as revisões e inovações inseridas na nova edição do *Manual Enciclopédico* de Monteverde. A publicação do artigo no interior da 5.ª edição do livro se constituiu numa outra tática de divulgação da obra tratando de garantir-se a credibilidade dos seus leitores na instrução, uma forma de se impor no circuito do livro que se caracterizava cada vez mais

pelo surgimento de obras nacionais e locais, e prover um maior acesso de seus textos ampliando assim o raio de sua circulação no mercado livresco de natureza escolar. Segundo o artigo publicado no jornal *Voz Paraense* (1853):

Vieram as nossas mãos e por nos foi lida a 5ª edição do Manual Enciclopédico, composto pelo Sr. Emilio Aquiles de Monteverde. A aprovação que esta obra mereceu em Portugal do Conselho Superior de Instrução Publica, e suficiente para fazê-la acreditar e admitir nas escolas do Brasil; mas para que não suspeitem os pais de família e os encarregados da instrução primaria, que juramos em palavras de outrem, convidamo-los a observarem conosco que este Manual se acha melhorado e aumentado em todas as suas partes⁵⁰².

Essas mesmas práticas são utilizadas pelos autores maranhenses para divulgarem as suas obras e ampliarem o círculo de leitores, para serem reconhecidos no âmbito instrucional e terem uma margem maior de lucratividade. No que César Marques, na 2.ª edição de *Aos Meus Meninos*, destacava que seu livro tinha sido ampliado e enriquecido com lindas estampas, e na 2.ª impressão da *Gramática Portuguesa*, de Sotero dos Reis, seus filhos, Francisco Sotero dos Reis Junior e Américo Vespúcio dos Reis, anunciavam que a publicação da obra, havia sido revista, corrigida e anotada; Bezout na capa da 2.ª edição dos *Elementos de Aritmética*, publicada em Paris, em 1847, afirmava que a obra fora “corrigida com o maior esmero e expurgada de números, erros de cálculo que [lhe] escaparam na primeira edição” (BEZOUT, 1831, p. 1).

Outro aspecto a ser tratado são as ilustrações utilizadas nos livros escolares que são destinados ao ensino da leitura ou das primeiras letras, isto é, imagens empregadas nos livros de leitura que ajudam (em tese) a compreender por meio da leitura visual, os temas tratados, a diferenciar os assuntos para serem aprendidos, e reconhecerem as letras e as palavras que nomeassem pessoas, animais e coisas, como o exposto no *Livro do Povo*, e nos livros *Aos Meus Meninos*, n’*O expositor português ou rudimentos de ensino da língua materna*, e na *Cartilha Maternal*; embora a cartilha no decorrer do Império, tenha substituído o catecismo, pelas novas propostas de composição e adoção no processo de alfabetização, diretamente ligada às concepções que maracavam os “[...] confrontos entre os cientificistas e os setores mais conservadores apoiados pela Igreja Católica” (BITTENCOURT, 2008, p. 46). No entanto, a aparente finalidade das ilustrações nos livros de leitura para enriquecer os textos de significados, ajudando assim na compreensão do sentido do assunto lido pelo aluno nas aulas de primeiras letras, fica um tanto distorcida e incoerente em alguns livros concebidos e produzidos para este fim, já que no *Livro do*

⁵⁰² Artigo transcrito da *Voz Paraense*, na obra MONTEVERDE, E. A. *Manual Enciclopédico*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836.

Povo, obra classificada por muitos como “o único livro de leitura que serviria na formação moral das crianças”, não existe necessariamente uma correlação entre o texto exposto e a imagem de referência, e muito menos entre as figuras reveladas e o cotidiano das crianças em formação leitora; isto é, animais que nem estão contemplados no decorrer do texto, nem pertencem ao contexto das crianças brasileiras, nem das maranhenses.

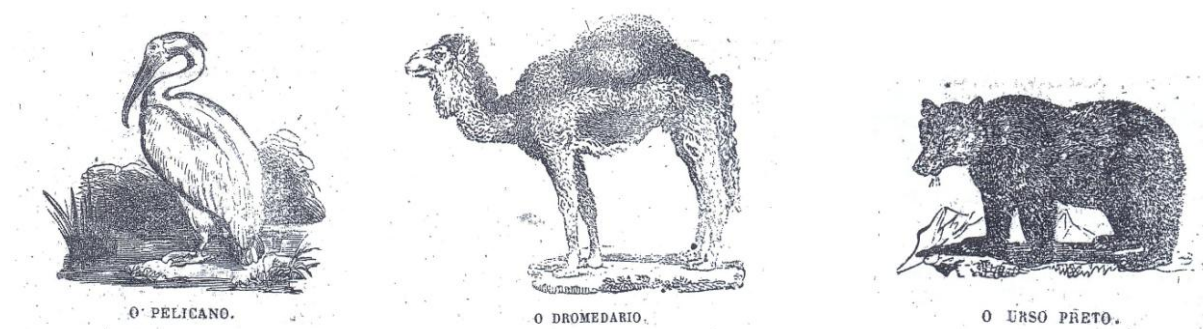


Figura 14 – Imagens do Livro do Povo

Em contrapartida, as três ilustrações que ornamentam *Aos Meus meninos* de César Marques, estão relacionadas ao texto, e se encontram localizadas do lado esquerdo do escrito. A primeira ilustração, denominando “a ignorância”, traz a imagem de um senhor com aspectos de mendigo ao lado de um burro, e no fundo da imagem encontram-se várias crianças lendo, induzindo a quem está aprendendo a ler, a estabelecer relação com os livros, a interessar-se pela leitura e a fugir da estupidez. A segunda, ao tratar da Guerra do Paraguai, a ideia da traição aos brasileiros fica nítida, trasvestida na imagem de um anjo tocando corneta, carregando uma flâmula com as inscrições “Viva o Brasil” e sobrevoando sobre armas (espadas, canhões, rifles) e tambores musicais. A terceira retrata um menino com um “Dogue” sendo tratado carinhosamente e, ao fundo, um outro menino apedrejando outro cão, isto é, trata de aspectos de civilidade com a natureza, com os homens e com os animais, sendo assinadas as ilustrações desta obra por F. Sorrieu.

As obras destinadas à instrução primária, aqui analisadas, - *O expositor português ou rudimentos de ensino da língua materna* e a *Cartilha Maternal* - mesmo publicadas em épocas distintas – 1831 e 1876, respectivamente – oferecem uma riqueza ilustrativa convincente com o exposto no texto, ou seja, constitui-se em uma forma de fixar no aluno os conteúdos tratados, no caso, as letras e os números, principalmente. Se no livro de Midosi, ao tratar das letras do alfabeto, e ao apresentá-las em maiúsculas e minúsculas, as ilustrações correspondem a cada letra que se quer ensinar, a qual o aluno deve identificar, reconhecer, comparar e memorizar; nas ilustrações propostas por João de Deus, embora siga o mesmo princípio de Midosi (o ensino pelo alfabeto - soletração), em vez de

utilizar as imagens das letras relacionadas a sua grafia, prefere no seu método de ensino a utilização de quadros com letras e as palavras delas resultantes, isto é, o método de silabação.

Os métodos de alfabetização, no sentido que conhecemos historicamente, agrupam-se em métodos sintéticos e métodos analíticos. Os métodos sintéticos partem das partes para o todo. Na história dos métodos sintéticos temos a eleição de princípios organizativos diferenciados que privilegiam as correspondências focográficas: a letra, o fonema e a sílaba. Para este conjunto de métodos denominados sintéticos, propõe-se um distanciamento da situação de uso e significado, para a promoção de estratégias de análise do sistema da escrita. Os métodos analíticos, ao contrário, partem do todo para as partes e procuram romper radicalmente com o princípio de decifração, operando com a ideia de que primeiro a palavra (método de palavração), a frase (método de sentencição), ou o texto (métodos global de contos e historietas) tem que ser compreendida, reconhecida globalmente, para depois ser analisada em componentes como letras e sílabas. Está presente nesse movimento metodológico a defesa do trabalho com sentido, na alfabetização. Os métodos ecléticos trabalham com os princípios dos métodos analíticos e sintéticos, simultaneamente (FRADE; MACIEL, 2006, p. 49).

Com relação à distribuição dos conteúdos nas obras, verifiquei que todas independentemente de terem sido publicadas em Portugal, Brasil ou no Maranhão, têm as mesmas características na sua organização didática. Todas, antes da exposição dos conteúdos referentes às matérias que abordam, trazem explicações ou esclarecimentos com relação ao uso do livro, esclarecem a sua importância e colocam as dificuldades apresentadas para a sua elaboração e as limitações de sua distribuição, expõem as expectativas do autor com a publicação e com seu consumo, e em alguns casos, fica explícito os referências teóricos adotados e as alterações realizadas quando se trata de novas edições. Por outro lado, as denominações dos paratextos que tratam dessas questões são as mais variadas possíveis: advertências, prefácios, introdução, preâmbulo geral, constituindo-se o momento em que o autor tenta sua primeira e maior aproximação com o público leitor, isto é, “[...] o conjunto de protocolos textuais inscritos nos livros que antecedem o texto principal (dedicatórias, apresentações, normas de uso), [extendendo-se] a comentários finais, posfácios e quarta capa [que posicionam] o livro no plano editorial” (FRADE; MACIEL, 2006, p. 41).

Na advertência da obra *História do Brasil*, Francisco Solano Constancio, afirma que para escrever seu livro valeu-se de M. R. Southey, de M. David B. Warden, e dos relatos de viajantes ingleses, alemães e franceses, justificando a não consulta da *História do Brasil*, de M. A. de Beauchamp⁵⁰³, por considerar que sua obra fora extraída de Southey. Em *Elementos de Aritmética*, Bezout, afirma que desde a primeira aparição da obra na

⁵⁰³Esta obra foi usada por muitos anos no Liceu Maranhense.

França, destinada às escolas de artilharia e da marinha, não só fora traduzida em várias línguas, como também fora aprovada e aprovada no ensino de Portugal e de outros países europeus, evidenciando assim as inúmeras alterações de conteúdo pelas quais essa obra passou em cada localidade em que foi publicada como forma de adaptação às necessidades das ciências matemáticas ou do sistema métrico de cada país, como faz a Universidade de Coimbra, na sua segunda edição em Portugal.

Deste modo confiamos em que os nossos leitores instruídos darão por enchido com este nosso pequeno trabalho o vazio que sobre este assunto se dava nos nossos livros elementares [os juros, taxas de cambio] e que tamanho tropeço até aqui tem sido para os progressos da sólida instrução da mocidade portuguesa e brasileira (BEZOUT, 1847, p.VIII).

No prefácio das *Lições de História do Brasil*, Joaquim Manoel de Macedo (1881), afirma que o objetivo da sua obra era servir aos meninos, e que fugia aos padrões adotados para esse público, representados por textos curtos, pois na sua obra tinha preferido os escritos mais extensos, em função de ter privilegiado as explicações, as perguntas e os quadros sinóticos anexos às lições, que para o autor eram as bases principais do seu método, cabendo ao professor a sua aplicação, pois “nas escolas de instrução primária o professor [era] a alma do livro” (MACEDO, 1881, p. 1). As explicações se constituíam em uma espécie de glossário, no qual o autor trata do significado das palavras contidas nas lições, que, após o término, eram resumidas em quadros sinóticos. As perguntas, por outro lado, punham “[...] em proveitoso tributo a atenção e a reflexão dos meninos e os quadros sinóticos que eles devem reproduzir de cor na pedra ou no papel, [gravando] na memória toda a matéria estudada” (MACEDO, 1881, p. 1).

Em contraposição a Macedo (1881), os textos reduzidos são mais incidentes em obras que tratam de assuntos diversos, nas quais a história é parte integrante dos conteúdos, a exemplo do *Manual Enciclopédico*, de Monteverde, e do *Almanaque de Lembranças Brasileiras*, de César Marques, as quais se direcionavam a crianças em processo inicial de aprendizagem, isto é, alunos que iniciavam suas práticas de leituras e de escrita nas escolas de primeiras letras ou nas aulas de primeiro grau do ensino primário, segundo a divisão proposta pela Inspeção da Instrução Pública maranhense, a partir da reforma de 1874. Nessa modalidade de textos curtos, é adotado por alguns autores o sistema de ensino catequético baseado em perguntas e respostas, ou seja, instituía-se uma forma de diálogo em que o professor arguia os alunos, e eles retribuía dando a resposta exata. Essa forma de memorização é recorrente nos textos analisados de origem portuguesa, como no *Expositor Português* e no *Manual Enciclopédico*. Esse método de ensino da leitura era a

forma mais comum utilizada pelos catecismos para ensinarem os mandamentos da Igreja Católica, sendo adotado tanto no *Catecismo* de Fleury, como no *Catecismo de Montpellier*, influenciando assim a concepção e a elaboração do *Catecismo do Maranhão* e do *Catecismo do Pará*.

A tentativa de estabelecer um diálogo entre o autor e o leitor em formação se faz presente em todas as obras analisadas de qualquer origem, sendo apresentado no decorrer de todo o texto ou somente nas partes iniciais do livro. Para tanto, o autor, para criar uma empatia com o leitor, faz uso de expressões de intimidade e confiança, parecendo tentar uma maior comunicação entre o escrito e o lido, isto é, trata de seduzir categoricamente a quem lê, à medida que explora a obra. Expressões como “meus meninos”, de César Marques; “filhos meus”, de Roberto Moreira; “meus amiguinhos” e “aos meninos estudiosos”, de José Feliciano B. Noronha; “caros alunos”, de R. Alves da Fonseca, são demonstrações de afeto e intervenção, estratégias realizadas pelo autores para chamar a atenção do leitores, de algum trecho do escrito em particular, ao mesmo tempo em que se constituem procedimentos utilizados pelos autores para ficarem mais próximos dos leitores, diminuindo a distância mediada pelo texto, na proporção que este é “habitado” pelos alunos; isto é, os textos, ao serem lidos e alterados por quem lê, se lhes confere existência numa leitura que não é recepção imposta de um conteúdo objetivo, indicando sujeição e passividade por parte do leitor, mas sem, uma caça ilegal que designa uma ação de apropriação (CERTEAU, 1982).

Por outro lado, quando estes autores se reportam aos professores, os termos indicam certa formalidade, como aponta Graça Junior (1866), quando se refere “Aos Srs. Professores”, ou quando João de Deus (1878), os trata como “Estimados Professores”. No primeiro caso dirigido aos alunos, essas expressões tinham como finalidade uma aproximação estabelecida entre o autor e o leitor infantil, na tentativa de criar um elo íntimo que auxiliasse para inculcar os valores morais, religiosos, ufanistas e a ideia do estudo como única forma de vencer os obstáculos. Daí, ser comum nos livros escolares voltados para as crianças, quer nos indicados para leitura, como aqueles destinados ao ensino dos conteúdos das disciplinas específicas, estar presente um forte teor moralizante. Com relação aos professores, as indicações estabelecidas pelo autor através do escrito para os docentes, objetiva responsabilizá-los pela aprendizagem dos alunos e garantir por meio de prescrições, o uso adequado do método proposto que depende da sua prática pedagógica, constituindo-se o livro didático, para os professores com pouca ou nenhuma formação específica, além de abranger os conteúdos, também trazer “[...] um verdadeiro método de

ensino, [cabendo] ao livro dar conta da formação do professor [...] construída na prática, fortemente marcada pelo ‘fazer fazendo’ [vinculado à] vivência de sala de aula” (PANIZZOLO, 2006, p. 295).

Caldas Aulete (1873), na *Selecta Nacional* e João de Deus (1878), na *Cartilha Nacional*, acreditam que o êxito de um livro escolar estava em direta dependência dos professores e do uso que eles faziam nos espaços de ensino. O primeiro estabelecendo todo um roteiro a ser adotado pelos professores em cada lição, que denomina de “passos”, sendo os iniciais relacionados à leitura, o segundo à escrita (caligrafia) e o último à ortografia, que orientava a passagem da linguagem oral para a linguagem escrita. João de Deus, por outro lado, estabelece um conjunto de procedimentos a serem adotados pelos professores em suas lições para dar continuidade à educação do lar; no entanto, a palavra lição não designava nada além do conteúdo aprendido de cor e recitado até o fim do século XIX, sendo “[...] um equivalente exato de *recitação* que designava o desempenho do aluno recitando em classe sua “lição” de história, de catecismo, de gramática, etc” (CHERVEL, 1990, p. 204).

Por fim, outro aspecto observado nessas obras, notadamente as portuguesas e brasileiras, é o método ou sistema de ensino que o autor propõe, “o sistema que adotei de marcar e dividir nesta conformidade cada uma das lições pareceu-me o mais natural para o desenvolvimento da inteligência dos meninos e fácil aquisição das primeiras noções” (MIDOSI, 1837, p. 4). Em princípio, essa defesa do método, como moderno, eficiente e mais adequado para a aprendizagem das crianças, além de outras expressões dadas pelos autores para defenderem a sua proposta, levou-me a confundi-los com métodos de ensino instituídos, como o Lancaster, o individual ou o simultâneo, dentre outros. Entretanto, depois de uma leitura mais acurada, entendi que os criadores em suas obras, ao proporem um método, estavam se referindo ao modo de utilização do livro que deveria ser adotado pelo professor para uma aplicação mais prática do conteúdo da obra seguindo as prescrições estabelecidas pelo autor, e não se estava fazendo referência ao uso do método de ensino específico sustentando em toda uma base teórica e metodológica e em um objetivo mais amplo a alcançar, como o método lancastrino, por exemplo. Por outro lado, ao mesmo tempo em que os autores propõem um método ou uma obra vantajosa para o ensino de “meus filhos” e para “meus meninos”, também procuram mostrar o caráter despretensioso dela, como deixa perceber César Marques (1874) quando expõe que “no fim desta obra despida de preconceitos, de vaidade e de prejuízos o menino terá adquirido uma boa soma de conhecimentos, embora superficiais, porem acomodados à certeza e fraqueza de sua inteligência” (MARQUES, 1874, p. 4).

Portanto, o que se desejou nestas páginas foi evidenciar que os livros escolares que circularam no Maranhão Império, mesmo tendo origens diversas, não diferem como proposta didática; ou seja, todas objetivam oferecer aos alunos uma melhor aprendizagem e uma forma de inserção e ajustamento social, dada a partir da instrução e da educação. Entendo também, que as limitações de acesso aos livros escolares reduziram as possibilidades de inserções no universo escolar, principalmente na análise dos conteúdos, na compreensão das relações estabelecidas, na identificação dos métodos prognosticados e das intencionalidades do autor ao publicar a sua obra; no entanto, mesmo assim, farei uma incursão mais direcionada sobre as obras publicadas por autores maranhenses e adotadas para uso nas escolas de primeiras letras públicas e particulares da Província.

3.5 Uma análise dos livros escolares de autores maranhenses

Para analisar os livros escolares produzidos por autores maranhenses que tive acesso, os dividi em três grupos: em Ciências Matemáticas avaliando obras como o *Tratado de Aritmética*, as *Questões práticas de Aritmética*, as *Primeiras Noções de Aritmética para uso das escolas de ensino primário*, o *Resumo de Álgebra e Página Íntima*; em Gramáticas examinando a *Gramática Portuguesa*, o *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*, o *Compêndio da Gramática Philosophica da Língua Portuguesa*; e em Leitura indagando obras como *Aos meus meninos*, *O livro do Povo*, o *Almanaque de lembranças brasileiras* e a *Selecta Escolar*. Estes livros foram adotados na instrução pública e particular do ensino primário e do ensino secundário desde a sua publicação, e perpassaram todo o período imperial, e alguns deles adentraram pela República, a exemplo das Gramáticas.

Os livros de matemática, produzidos e adotados, objetivando direcionar os conteúdos para as aulas do ensino primário e secundário, procuravam inculcar nos alunos a importância da disciplina e o seu uso prático no cotidiano escolar, familiar e social. Para tanto, os autores valiam-se de expressões como “primeiras noções”, “questões práticas” e “página íntima” expondo o conteúdo a partir dos conceitos mais amplos do saber matemático, e suas diferentes simbologias (números, letras, sinais, etc), para, em seguida, tratarem das especificidades inerentes ao assunto que a obra abrangia como, Álgebra, Aritmética, Sistema Métrico Decimal. A distribuição do conteúdo também vem ao encontro dessa proposta de ensino, partindo de sentenças simples para as mais complexas, usando o método catequético de perguntas e respostas, e, às vezes, de explicações mais alongadas que necessitavam de uma maior reflexão e dedução lógica para sua aplicação nas operações

exigidas, como é o caso da diferença estabelecida, entre a numeração escrita e a numeração falada.

Percorrendo a maioria dos textos matemáticos, existe essa polaridade, segundo a qual, de um lado, constitui-se na representação dos números por meio de um limitado conjunto de palavras e, de outro, sua expressão oral matematizada, tendo cada sistema de numeração como fim “[...] o poder de representar todos os números por meio de um pequeno número de palavras e signaes [chamando-se], base de um systema de numeração, ou número de signaes empregados” (COQUEIRO, 1860, p. 4), isto é, dividindo-se os sistemas em binário, ternário, decimal, cuja base, poderia ser, dois, três ou dez; e o número de sinais, empregados para a sua nomeação, conformado pelos algarismos 2, 3 ou 10, segundo o caso.

Antonio Coqueiro, em seu *Tratado de Aritmética* (1860) e Ayres Cardoso Homem, nas *Primeiras Noções de Aritmética* (1846), apresentam as operações matemáticas fazendo uso de inúmeros exercícios de cada parte do conteúdo tratado como forma de facilitar a fixação dos pressupostos intrínsecos a seu ensino nos alunos. A obra de Coqueiro, por ser mais extensa (394 páginas, para 64 da obra de Cardoso Homem), aprofunda mais as temáticas expostas, apresentando um maior número de assuntos direcionados a resolver os problemas da realidade dos alunos, assim como mais exemplos e exercícios, que se encontram distribuídos nas três partes da sua obra, gradativamente, enquanto complexidade matemática e compreensão lógico-dedutiva das operações: no livro I – numeração: encontram-se as operações fundamentais; no livro II – as propriedades elementares dos números inteiros; e, no último livro trata das teorias das frações ordinárias e dos números decimais.

Cada livro se acha subdividido em capítulos, damos no fim de cada capítulo certo número de problemas, alguns dos quais se acham resolvidos, com aplicação das matérias ali tratadas; outros, relativos à teoria dos números, serão difíceis aos estudantes do primeiro ano, mas úteis como exercícios, aos do segundo (COQUEIRO, 1942, p. VIII).

Por sua vez, José Augusto Corrêa, em *Resumo de Álgebra* (1886), procura mostrar que esse ramo da matemática era um bom auxiliar para as atividades diárias e o seu interesse era de que os alunos não somente aprendessem os conteúdos expostos nos livros, mas que pudessem estabelecer uma relação mais prazerosa entre os números, as equações matemáticas e o cotidiano vivido. Se nas obras anteriores, os exercícios estão presentes em todas as lições, nesta obra ocupam a sua maior parte, na medida em que o autor, ao explicar o conteúdo, o exemplifica consecutivamente tratando de verificar o nível de aprendizagem

dos alunos por meio da elaboração das atividades (os problemas e a resposta a eles). Em sendo assim, “[...] o professor somente poderia ensinar bem se o processo de ensino levasse em conta os processos de aprendizagem do aluno” (FARIA FILHO, 2007, p. 143); desviando-se desta forma, o foco da discussão sobre os métodos de ensino, para a reflexão sobre os processos de aprendizagem. Dinâmica esta, que pela influência de Jean-Henri Pestalozzi, a partir de 1870, traz consigo que as formas de organização da classe e, o papel do professor como organizador e agente da instrução, se deslocassem para as relações pedagógicas estabelecidas nos processos de ensino e aprendizagem por meio das atividades.

Para Augusto Corrêa a publicação desta obra tinha a finalidade de estimular os alunos a estudarem, pois observava que havia “pouco estudo na geração que se ergue” (CORRÊA, 1886, p. 3). Daí o seu empenho neste fim.

Dedico-me ao ensino há longos anos com gosto, sendo que com a vida ocupada que levo, poucas vezes me acho em reuniões sociais e já as estranho, habituado a viver entre meninos que constituem para mim minha verdadeira sociedade, onde aliás só se adquirem afetos e vive-se fora das contrariedades que se sofrem na outra. Assim, si entre eles vivo, justo é que os auxilie, conforme minhas pequenas forcas o permitem (CORRÊA, 1886, p. 2).

Essa forma de retribuir aos alunos por meio da publicação de um livro também constitui o argumento utilizado por D. M. A nas suas *Questões práticas de aritmética* (1895)⁵⁰⁴, na qual procura mostrar as facilidades e as vantagens das Regras de Três Simples e Compostas. Segundo ele, somente seria possível de aprendê-las “por meio de exercícios e práticas permanentes do aluno” (D. M. A, 1895, p. 2), finalizando a sua obra, com uma tabela de câmbio, que contempla a Inglaterra, França e Portugal, e sugerindo estes conhecimentos para serem aplicados na resolução dos problemas instituídos nas atividades comerciais e nas artes mecânicas ensinadas em instituições, como a Casa dos Educandos Artífices e na Casa de Fundição, onde teriam maior aproveitamento.

Por outro lado, o *Tratado de Aritmética* (1860), de João Antonio de Coqueiro, é, dentre as obras de matemática adotadas na instrução de autores maranhenses, a mais volumosa. O Professor Coqueiro, como era conhecido, publicou várias obras tratando da sua área de formação acadêmica realizada na Escola de Engenharia de Paris, tais como: a *Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do sistema métrico decimal* (1863); as *Práticas das novas medidas e pesos* (1ª ed., em 1866 e, a 2ª ed., em 1887); o *Curso Elementar de Matemática* (1ª ed., em 1869, e a 2ª ed., em 1870), sendo que estas obras

⁵⁰⁴ No decorrer da pesquisa não consegui identificar a que intelectual maranhense corresponde essas iniciais.

foram adotadas nas escolas do Maranhão, Pernambuco e, no Rio de Janeiro, no Colégio Pedro II.

No prefácio do *Curso Elementar de Matemática* (1869), afirma que a sua finalidade era expor aos meninos, de forma clara e precisa, os fundamentos do cálculo e suas principais e úteis aplicações sob a orientação do método sintético – o qual julgava ser o mais apropriado para o ensino da matemática, pois, a partir dos repetitivos exercícios, os meninos poderiam compreender as dificuldades implícitas nas proposições.

Empreendemos esta publicação, tarefa, sem dúvida, superior as nossas forças, para obviar as dificuldades com que lutamos devidas à falta de compêndios próprios e adequados nos cursos que fazemos aos meninos da Casa dos Educandos e aos da Fundação da Companhia de Navegação a Vapor desta Província, mas nem por isso, nos vangloriamos de termos cabal e satisfatoriamente correspondido ao nosso intento. Somos, portanto, o primeiro a confessar o mal acabado da nossa obra, sirva, ao menos, para aquilatá-la, o desejo que tivemos de ser útil, esperando que outros mais habilitados a pulam e a tornem tão perfeita quando o exige o fim a que ela se destina (COQUEIRO, J. A. (1860) apud COQUEIRO, E., 1942, p. 32).

Além desta obras (todas impressas por Belarmino de Mattos), também Coqueiro publica outros livros pela tipografia de Frias: as *Primeiras Noções de Cálculo* (1871); as *Tábuas Estereométricas* (1871) e reedita o *Curso Elementar de Matemática* (3ª ed., em 1897); entretanto, a sua obra mais extensa e considerada pelos críticos e biógrafos como a mais importante de sua atividade autoral é o *Tratado de Aritmética*. Esta obra, destinada aos Liceus, Colégios e estabelecimentos de instrução secundária, foi editada na França, em 1860, pelos editores Rey e Belhatte, com o financiamento da Província do Maranhão, quando Antonio Coqueiro cursava o segundo ano da Escola de Engenharia de Paris. Na advertência do livro fica evidente que foi escrita a partir de suas reflexões sobre as diferentes Teorias da Aritmética e pelo incentivo dado pelo Dr. C. C. Cantanhede que, ao ler “algumas dessas redações esparsas” (COQUEIRO, 1860, p. VII), o aconselhou a publicá-la com a finalidade de apresentar a ciência de forma rigorosa, mas ao mesmo tempo clara, de modo a que qualquer aluno, seguindo as orientações expressas nas lições poderia, sem dificuldades, “empreender o estudo das outras partes mais elevadas das ciências matemáticas” (COQUEIRO, 1860, p. VII).

A segunda edição foi impressa 37 anos depois da realizada em Paris, no Rio de Janeiro, em 1897, pela Casa Monte Alverne, sendo adotada “no antigo Ginásio Nacional, na Escola Normal do Distrito Federal, na Escola Preparatória e Tática de Realengo, e no Colégio Militar. Em Minas Gerais, na Escola de Minas de Ouro Preto” (COQUEIRO, 1942, p. 35).



Figura 15 - Livros de autores maranhenses

Dentre os livros adotados na instrução pública desse ramo do conhecimento, chamou-me a atenção, a obra, *Página Íntima* de Roberto Moreira (1874), por não se deter apenas nas explicações matemáticas, como o fazem os demais autores. Antes de aprofundar nos aspectos específicos desta área do saber, teceu vários comentários e críticas sobre a sociedade brasileira e a educação, não deixando de relacionar os aspectos sociais, políticos e militares, com os aspectos intrínsecos à disciplina. Tais procederes, constituíam-se estratégias metodológicas para captar a atenção dos alunos em formação por meio de raciocínios lógicos e práticos, que, ao mesmo tempo em que denunciavam a realidade vivida; induzia-os a possíveis resoluções de problemas cotidianos, matematicamente analisados. Isto é, nas situações problemas analisadas na obra, o autor, não só estimula o raciocínio lógico-dedutivo dos alunos desenvolvendo as operações matemáticas, como também oportunizara analisar e interpretar problemas aparentemente não matemáticos do âmbito social, político e cultural, desde uma perspectiva matemática. Para Moreira (1874), essa incursão por aspectos não costumaz aos compêndios matemáticos, feria aos interesses dos “leitores positivistas”, a quem lhes pedia desculpas de antemão por essas “intermitências de altas reflexões, desencadeadas por meio de tabelas e algarismos” (MOREIRA, 1874, p. 61).

O título atribuído à obra, *Página Íntima*, não permite, em primeira instância identificá-la como um trabalho que se destina a tratar da Matemática, em especial, ao Sistema Métrico Decimal. O que terá levado a Roberto Moreira a atribuir-lhe este título ao livro? Acredito que a sua escolha objetivara criar uma aproximação entre o leitor e o texto num contexto familiar e estabelecer uma intimidade do leitor com assuntos que exigiam “muita atenção na aplicação e um raciocínio frio e positivo: não [constituindo-se] matéria que se [decidiria] pelos vãos da imaginação ou pelos caprichos do gosto” (MOREIRA, 1874, p. 9). Entretanto, parece-me que Moreira, ao buscar fugir a essa concepção estática, direta e positivista dos conteúdos, e ao tecer no decorrer da obra, uma série de discussões e

críticas sobre o modo como o governo central e provincial tratava com descaso a educação, as práticas dos professores e as instituições escolares, ao mesmo tempo em que suas reflexões sobre os problemas da instrução e da sociedade em geral, conduzem a um pensamento matemático dessa realidade, essas mesmas reflexões do social matematicamente pensadas, induziam a seus leitores a tomarem consciência política do lugar ocupado na sociedade, os conduziam a entenderem suas atribuições como indivíduos livres, como também os orientava e estimulava a criarem soluções para os problemas instituídos de qualquer natureza.

O texto saiu publicado em 1874, como segunda parte do trabalho *Guia de Contabilidade*, que o autor pretendia publicar e que já vinha sendo divulgado na imprensa local, mas que, por dificuldades de ordem técnica – revisão e composição – não tinha ido a público. Para Moreira (1874), *Página Íntima* procura fugir das publicações tradicionais onde predominava o “positivismo das cifras” e a “aridez dos números” (MOREIRA, 1874, p. II), por isso “não [entrava] em mais largas demonstrações teóricas [destinando] este trabalho apenas para a prática propriamente dita, e em publicação subsequente [seria] mais explícito sobre regras, teorias, etc” (MOREIRA, 1874, 21), apresentando o texto em duas partes. Na primeira, e a mais ampla, o autor procurou explicar o sistema métrico decimal e, na segunda, abordara as medidas lineares, de pesos, capacidade e preços etc. Na primeira, antes de adentrar no assunto central da obra, quanto às especificidades de ordem matemática, emite várias opiniões explicitando críticas e sugestões sobre a educação, tendo a matemática como luz explicativa, ao mesmo tempo em que procura apreender e manter a atenção do leitor por meio de expressões indicativas, como “veja isso”, “prossigamos”, “atentam-se alunos”; estratégias estas adotadas, para manter o leitor atuante e atento no decorrer de sua explanação.

Ao abordar o Sistema Métrico Decimal, explica que a sua importância estava em tornar possível a todos os países, intercambiarem produtos e mercadorias de forma padronizada em suas medidas e pesos, sem nenhum deles terem ônus nas transações comerciais, por isso julgava-o “luminoso” ao expor que

O objetivo, pois, ou fim principal do sistema, além de estabelecer um princípio invariável para todas as medidas, é uniformizar o sistema métrico em todos os países, e como que, concorrer assim também para maior desenvolvimento material e moral, maior progresso das indústrias, e aumento das relações político-comerciais entres todos os povos: dando ao mesmo tempo mais precisão e luz as ciências que lhes são co-relativas, e como que dependentes (MOREIRA, 1874, p. 6).

Ao tratar do dinheiro (moeda) como valor de troca, afirma que este era o resultado dos esforços acumulados e condensados da força de trabalho e da inteligência individual ou coletiva. Portanto, esta era uma das razões para que o homem fizesse bom uso, do que denomina de tão “poderoso e essencial agente” (MOREIRA, 1874, p. 3). Para este autor, o dinheiro trazia diferenças de remuneração entre as diferentes classes de trabalhadores, entre certas classes superiores e as classes propriamente ditas mercenárias, a exemplo dos empregados do comércio (os caixeiros), que “representada por certo número de mancebos dignos – [eram] geralmente mal remunerados, salvas as exceções” (MOREIRA, 1874, p. 3). Daí a tentativa de defender a formação dos empregados do comércio, pois “já se [fora] o tempo, segundo insulsas anedotas em que só se mandava para ser caixeiro ou padre, os rapazes que para outra coisa não davam” (MOREIRA, 1874, p. 22), sendo necessário ter sólidos conhecimentos gramaticais, de contabilidade e de escrituração mercantil, de línguas estrangeiras (como o francês e o inglês), de história e geografia, assim como do código comercial e das noções de direito e estatística comercial, para que esse “jovem mancebo [obtivesse] no comércio um meio de vida, um emprego digno e remunerações ao abrigo de suas necessidades” (MOREIRA, 1874, p. 23).

Sendo assim, o autor vai refletindo sobre as profissões ligadas ao comércio, em especial à de caixeiro, ao mesmo tempo em que estimula aos alunos a abarcá-la com “dignidade e respeito”, discorrendo nesta primeira parte da obra, por uma série de pequenas histórias de caráter moralizante, denominando-as de “contos edificantes”, tendo como eixo central, as questões relativas ao uso do dinheiro e à ética nas transações comerciais. Com a frase “como se diz: vamos e venhamos e conversa puxa conversa” (MOREIRA, 1874, p. 57), questiona as limitações do trabalho docente “em outra parte desta obrinha”. Para ele, o maior problema desta classe de trabalhadores era a falta de incentivos “para *inventar modas* ou novos métodos de ensino: mal estipendiados – quer os professores públicos, quer os particulares, [destinavam-se] a uma série de privações ou a valer-se do fictício recurso do calote”. Essa realidade decadente da instrução pública e esse fato “[...] *tristissimo*: não [tinha] como não ser assim? Façamos paralelo” (MOREIRA, 1874, p. 57, grifo do autor).

Ao fazer comparações entre os gastos do governo com a compra de artigos bélicos, e com os parcos investimentos na instrução pública, afirma que os custos com as guerras serviam apenas para manter os “erros de uma política caprichosa: a vontade do poder ativo – o governo, contra a vontade do poder passivo – a nação, ou para sustentar os desvios de uma diplomacia aparatosa e estéril?” (MOREIRA, 1874, p. 58). Ao contrário, se fossem gastos os milhões de contos de réis para premiar professores competentes e

comprometidos com o magistério, tanto o Brasil, como o Maranhão poderiam se igualar às nações mais prósperas e desenvolvidas. Mas, sendo o trabalho dos professores pouco retribuído financeiramente, se comparado aos militares, esta realidade era no seu entender, desviar o interesse da nação; pois enquanto os professores levavam ao engrandecimento moral e espiritual do homem, os militares na contramão tinham como atribuição

[...] industrial os filhos do povo nas emboscadas da guerra; nos segredos de em certo tempo matar o maior número possível de seus semelhantes (e ainda no meio disto espancados em razão da disciplina), para depois a qualquer pretexto fazê-los conduzir a carniceria dos combates, aonde grande copia sucumbem... mutilados, exânimes, no meio de cruciantes dores, de agonias mortais ... Às vezes semi-vivos mal sepultados, esquecidos, em uma vala comum, outros empilhados, confusos, sem glória, consumidos pelo fogo ou frequentemente, abandonados nos campos à voracidade das bestas-feras como um sendero lazarento, como um cão maldito (MOREIRA, 1874, p. 58).

Diante dessas críticas e das condições em que eram tratados os combatentes de guerra, deduzo que Moreira esteja reportando-se à Guerra do Paraguai, onde maranhenses, inclusive alunos e professores, foram enviados à luta. Pelo detalhamento sobre as condições extremas nos enfrentamentos, será que este professor não esteve nos campos de batalha? Ao referir-se às diferenças entre militares e professores, questiona o porquê o salário de um marechal, em tempo de paz, merecia ser tão alto, entre doze a vinte contos de réis enquanto “um professor, sem comissões, sem etapa⁵⁰⁵, sem cavalo, sem emolumentos, sem condecorações [...] ganhava menos que o suficiente para manter-se como simples celibatário?” (MOREIRA, 1874, p. 59). Por fim, ao analisar os valores gastos comparativamente entre os vários setores do governo com a instrução pública, Moreira (1874, p. 60-61, grifos do autor) afirma alongadamente que:

Quanto se desprende do nosso suor – os impostos com a instrução pública, segundo o orçamento geral do império no exercício de 1874-75, compreendendo academias, faculdades, alguns liceus, seminários e colégios e inclusive a *saúde pública* ou higiene? Menos de 2000 contos ou apenas a 50ª parte da despesa total do orçamento! Se a esta verba juntarmos o que por *sua conta* despendem *todas* as províncias -1500 contos, teremos em algarismos redondos – 6.500 contos para o capítulo instrução e higiene pública no Brasil. Quanto se desprende do nosso sangue – essas mil imposições, no mesmo exercício, só pelo ministério da guerra! Imaginem? 15700 contos! Se lhe juntarmos os dispêndios da marinha, irmã germana da guerra, 11 600 contos, temos um total de 27300 contos ou mais da *quarta parte* da despesa geral! Resumo lógico e matemático:

Para melhorar a humanidade brasileira -----	6500 contos
Para <i>conservá-la</i> e destruí-la -----	27300 “
Balanço contra ela-----	Reis 20800 “
Meditemos!	

Essa citação é importante na medida em que posso entender, pela ótica deste professor/autor, o quadro da instrução pública e particular no Brasil e o lugar que a mesma

⁵⁰⁵Ração diária dos soldados e bestas de um exército em marcha (Segundo o Dicionário Aurélio)

ocupava entre as prioridades nos gastos públicos do governo. *Página Íntima* certamente difere de muitas obras escolares publicadas no Maranhão (quicá no Brasil), voltadas para a educação de meninos e, principalmente, das que se destinavam ao ensino da matemática, no qual o centro do debate estava nos números, nos problemas e nas equações. Entretanto, mesmo não fugindo a esta tradição, a transcende, ao tentar romper com o ensino “positivista da disciplina” e ao privilegiar uma reflexão crítica e explicações reais partindo da vivência do autor, como professor, “matemático” e cidadão. Por outro lado, ao mesmo tempo em que mostra com deduções lógicas e explicações práticas, as condições em que se encontrava o Brasil com respeito à instrução, e denúncia com dados concretos, os investimentos desnecessários em assuntos bélicos, não argumenta, mesmo sendo do Maranhão, os sérios problemas referentes à economia, que apontavam desde então a decadência do Império.

No cenário econômico, se para Meireles (2001), Fernandes (2003) e Reis (2007), a economia maranhense, essencialmente agrária e escravocrata, viu-se condenada a morte perdendo aquela posição privilegiada que houvera conseguido no II Reinado, lançando-se de vez, “[...] a província na mais sombria miséria econômica” (MEIRELES, 2001, p. 260), com a Lei do sexagenário (1855), com a Lei do ventre livre (1871), e principalmente, com a abolição do trabalho escravo; para Faria (2004), pelo contrário, não foi precisamente a Lei Áurea que designara o término a esse período fecundo, progressista e promissor, a seu ver, muito antes da abolição, já existiam diversos fatores que iam aniquilando de forma silenciosa e sorrateira a estabilidade do mercado.

Para esta autora, o comércio interprovincial de escravos, os processos produtivos arcaicos, a tributação demasiada dos produtos de exportação, a concorrência desfavorável ao produto local, a não criação de alternativas de práticas trabalhistas assalariadas que reorganizassem o trabalho, e, como último e principal fator, a espera dos senhores e donos de latifúndios (sem nenhum interesse por reativarem suas terras) de serem indenizados pelo governo ao abolir a escravatura, constituíam-se estes aspectos, elementos destruturadores totais da economia, pois “[...] fazendeiros da região [estiveram] mais preocupados em receber [as] indenizações que lhes eram devidas pela perda de seus escravos do que com a importação de colonos” (CORREIA, 2006, p. 188). Por outro lado, a venda de fazendas que atingiram a desvalorização de 90%, pelo abandono tanto de seus donos como dos escravos não-cativos, a estabilização da cultura cafeeira no Sul, e o fantasmagórico surto de enriquecimento produzido pela borracha amazônica motivando a emigração em massa em busca de fortuna, mostravam claramente o desamparo em que ficaria o torrão natalício (FARIA, 2004). Embora, no Maranhão, destacada pelas gerações

de intelectuais que atuaram sobre a chancela dos ideais de evolução, progresso e desenvolvimento, e que, “[...] produzia apreciável número de talentos literários, poucos [deles foram] afeitos à problematização de temáticas relativas à elevação material da Província” (MARTINS, 2006, p. 38). Aqueles que viviam a poetar, na sua grande maioria assumiram tendências imigratórias para outros Estados e para o estrangeiro (CORREIA, 2006).

Diante dos argumentos econômicos, políticos, sociais e instrucionais expostos, e das observações feitas no decorrer da primeira parte de *Página Íntima* (1874), alguns questionamentos se impõem diante da concretização deste livro. Como uma obra com o teor de *Página Íntima* fora adotada nas aulas de comércio e escrituração contábil seguindo os trâmites impostos no nível das normatizações? Qual teria sido a reação dos alunos, ao se depararem com conteúdos que denunciavam os gastos públicos com guerra e salários de classes privilegiadas, e comparava essa realidade com os investimentos na instrução, que mal serviam para a manutenção das escolas, para a sobrevivência dos professores e para a distribuição dos livros escolares? Como os inspetores, que tinham como obrigação zelar pela moral e pelas idéias nacionais, orientados pelas instituições governamentais, justificaram o uso da obra em espaços escolares, como a Casa dos Educandos Artífices, na qual, alunos pobres poderiam se tornar “revoltosos” se incorporassem as idéias explícitas por Roberto Moreira? Quem foi este professor? Apesar das inúmeras tentativas para saber quem fora esse “matemático” nos documentos pesquisados, refletindo sobre os ínfimos indícios que fazem remissão a sua obra na imprensa, incitado a apreender nos ofícios ou nos diversos relatórios vestígios que indicassem informações sobre *Página Íntima*, e o possível impacto causado desse livro no meio escolar, assim como, nos consecutivos questionamentos feitos a vários pesquisadores maranhenses – até hoje não obtive resposta satisfatória, nem com respeito à acolhida ou não de sua obra depois de ter sido adotada na instrução pública, nem com respeito a quem foi este autor no plano intelectual, cultural e social.

Referente aos compêndios de língua portuguesa, eles são outros importantes artefatos culturais produzidos pelos professores maranhenses para atender às demandas das escolas de instrução primária e secundária na Província. O Maranhão em sua história foi um grande celeiro de estudiosos da língua portuguesa, como Felipe Benicio Condurú, Francisco Sotero do Reis, o Padre Antonio da Costa Duarte, e, no século XX, Heméterio José dos Santos, dentre outros. Mas a história deu maior expressividade a Sotero dos Reis, certamente pelos importantes cargos públicos que ocupou no cenário maranhense, entre

eles: Inspetor da Instrução Pública, Deputado Provincial, redator e fundador de vários jornais, além de professor do Liceu e do Instituto de Humanidades, de Gramática e de Latim.

Na Introdução ao *Curso de Literatura* (1866), Sotero dos Reis, tece alguns comentários sobre o Instituto e o seu pioneirismo no ensino de Gramática Portuguesa e de Literatura.

O Instituto de Humanidades, cujo progresso tem sido constante desde a época de sua fundação, é hoje um dos melhores estabelecimentos de educação do Brazil em tudo o que respeita o regimem economico e disciplinar, e o unico de empreza particular que mantem uma cadeira de litteratura, tanto para seus alumnos, como para aquelles que querem assistir ás respectivas prelecções, pois não consta até agora que haja outro no império que o faça. Iniciado em todos os melhoramentos da educação da mocidade nos paizes mais cultos da Europa, e inteiramente dedicado ao fim que se propoz, o seu illustrado e infatigavel director não olha para realisalos aqui á sacrificios actuaes que podem ser compensados no futuro com o credito crescente da instituição que se acha em bom pé de prosperidade. Distingue-se ainda este estabelecimento por comprehender no seu plano geral de estudos, que é completo para a instrucção primaria e secundaria aperfeçoada, que nelle se recebe de professores escolhidos, uma cadeira de grammatica geral applicada á língua portugueza, cujo estudo é mui pouco cultivado no Brazil, que havendo dado tão largos passos nas vias do progresso intellectual, como o attesta a sua nascente e já brilhante litteratura, tem-se nisto descuidado de collocar a par de Portugal, onde se faz um estudo muito mais serio e refletido da lingua que fallamos, e devemos saber com perfeição (REIS, 1866, p. XIX-XX).

O primeiro estudo documentado sobre a língua portuguesa publicada no Maranhão para uso das escolas foi *O Compendio da Gramática Filosófica da Língua Portuguesa* do padre e lente do Liceu Maranhense, Antonio da Costa Duarte, publicada em 1829⁵⁰⁶, sendo que a última edição (que localizei) foi impressa na tipografia de Antonio Pereira Ramos de Almeida, em 1877. Em sendo assim, esta obra não só é anterior às Gramáticas de Felipe Condurú e de Sotero dos Reis, como também foi concebida antes da criação do Liceu, em 1837. A edição de 1877 foi escolhida pela Congregação do Liceu do Maranhão para ser usada nessa instituição, e pelo Conselho da Instrução Pública para ser utilizada nas aulas de primeiras letras da província. A obra trata de vários aspectos inerentes ao estudo da língua portuguesa como a Fonética, a Morfologia e a Sintaxe. Na fonética aborda a Ortoepia, os Metaplasmos e o uso de Sinais Diacríticos, com também os sinais de pontuação. Na Etimologia transita pelas diversas classes de palavras, fazendo ênfase nos adjetivos e nos verbos, nas conjunções e nas interjeições, etc. Finalmente na sintaxe trata a concordância e regência, abordando, na última parte da obra, a ortografia e as regras para

⁵⁰⁶Para Antônio Martins de Araújo esta publicação pode ser considerada a primeira Gramática Brasileira da Língua Portuguesa publicada no país, e não a Gramática do gaúcho Antônio Pereira Coruja, publicada em 1835, como se encontra relatado na gramaticografia brasileira. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiicnlf/resumos/aprimeiragramatica.htm>>. Acesso em: 20 out. 2011.

escrever corretamente a língua portuguesa e os vários sinais de pontuação. Ao término da obra, Costa Duarte, afirma que:

Quando alguém escrever alguma obra para ser impressa, notará com uma risca por baixo aquelas palavras que devem ser imprimidas em grifo como são os discursos, os exemplos e aquelas palavras sobre as quais pretender fixar mais a atenção dos leitores, como por exemplo: *Ninguém se persuada de que pode ser bastante profundo em matéria alguma, estudando só por compêndios* (DUARTE, 1877, p. 146, grifo do autor).

Apesar da contribuição para o estudo da gramática brasileira de língua portuguesa da obra de Costa Duarte, a Gramatografia Maranhense atribui maior destaque a Sotero dos Reis, pelo lugar que o autor ocupou no cenário político, jornalístico e educacional maranhense no Oitocentos e, principalmente, porque, entre todos os autores que se dedicaram a escrever sobre o assunto, é ele quem apresenta maior número de obras aprovadas e adotadas na instrução pública e particular do Maranhão, em outras províncias, como também no maior estabelecimento de educação imperial, o Colégio Pedro II. A contribuição de Sotero dos Reis para o Maranhão foi imortalizada em *Casa de Pensão* (2002) de Aluísio Azevedo e n'Os *Tambores de São Luís* (1985) de Josué Montello, nos quais me deparo com um Sotero dos Reis, severo, ríspido e com problemas de dicção (fanhoso).

Chegou, finalmente, a véspera do amaldiçoado exame. Que ansiedade! Que dia de angústias para o pobre Amâncio! E que noite, a sua! — Não descansou um segundo; apenas, já quase ao amanhecer, consegui passar pelo sono; antes, porém, não dormisse, tais eram os pesadelos e bárbaros sonhos que o perseguiam. Via-se entalado num enorme rosário de vértebras que se enroscava por ele, como uma cobra de ossos; grandes tíbias dançavam-lhe em derredor, atirando-lhe pancadas nas pernas; as fórmulas mais difíceis da química e da física individualizavam-se para o torturar com a sua presença; os examinadores surgiam-lhe terríveis, ríspidos, armados de palmatória, todos com aquela feia catadura do seu ex-professor de português no Maranhão. Pelo incoerente prisma do sonho, o concurso acadêmico amesquinha-se às ridículas proporções do exame de primeiras letras. Era a mesma salinha do mestre-escola, a mesma banca de paparaíba manchada de tinta, o mesmo fanhoso Sotero dos Reis presidindo a mesa. João Coqueiro, Paiva e Simões, vestidos de menino, fitavam o examinando com um petulante riso de escárnio. Amâncio sentia correr-lhe o suor por todo o corpo e agulhas visíveis penetrarem-no até a medula. O professor, transformado em juiz e ostentando as feições do falecido Vasconcelos, inquiria-o com asperezas de senhor; mas as suas perguntas, em vez de concernirem às matérias do ato, só se referiam à Amélia (AZEVEDO, 2002, p.120).

Sotero dos Reis ao lado de Costa Duarte, Odorico Mendes com as traduções de Homero, Virgílio e Voltaire, Pedro Nunes Leal com a *Gramática Elementar portuguesa* e o *Manual homofomológico*, Felipe Franco de Sá com a *Língua Portuguesa*, e Hemetério José dos Santos com a *Gramática Portuguesa* formaram a plêiade dos grandes estudiosos da língua que integraram o grupo de maranhenses, sendo que os dois últimos marcam o fim da contribuição do século XIX às letras brasileiras (ARAUJO, 2003, p. 52). Para Araújo

(2003), a contribuição desses autores para o estudo da língua portuguesa tem sido expressa pelos historiadores de nossa literatura e de nossa filologia, concordando os críticos e os historiadores com o acentuado e “consciente mimetismo de suas obras, com as do período clássico e o coevo lusitano” (ARAÚJO, 2003, p. 45).

Dentre os membros deste grupo, Sotero dos Reis (1800-1871) foi um dos poucos que teve toda a sua trajetória pessoal e profissional sem nunca ter saído de São Luís. Para Antonio Henriques Leal, o seu amigo e admirado intelectual,

Foi mestre de si mesmo, estudou e acrescentou-se em saber, guiado unicamente por sua clara e robusta inteligência: nunca freqüentou cursos superiores, nunca bebeu em mananciais de ciência que lhe ministrassem outros, nem sequer saiu alguma vez de sua cidade natal. Aprendendo nesse limitado recanto os rudimentos de humanidade nas poucas e mal regidas aulas que o zelo suspicaz da Metrópole concebia com muito custo e parcimônia às capitais das capitanias de suas conquistas do ultramar, se adestrou ele para dar-nos tão brilhantes documentos de seu engenho (LEAL, 1987, p. 69-70).

Dentre os diversos textos publicados por Sotero dos Reis, interessam-me em particular as obras voltadas para o ensino, encontrando-se entre elas: as *Postilas de Gramática Geral e aplicada à língua portuguesa pela análise dos clássicos* escrita em 1862; a *Gramática Portuguesa* composta em 1866, e impressa a sua 2ª edição, em 1871; e o *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*, sendo produzidos seus primeiros quatro volumes entre 1866 e 1868, e o 5º volume, editado em 1872; entretanto, tratei apenas das duas últimas obras que localizei na busca em arquivos e bibliotecas: a primeira, a *Gramática Portuguesa*, e a segunda, o *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*.

A *Gramática Portuguesa* (1866) e os cinco volumes do *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira* foram escritos quando ministrava aulas de latim e literatura no Instituto de Humanidades e foram impressos pela tipografia de Belarmino de Mattos, sendo ambos títulos dedicados a Pedro Nunes Leal, proprietário e diretor desse estabelecimento. Na introdução do *Curso de Literatura*, Sotero dos Reis, afirma que o Instituto era um dos melhores do Brasil por ser o único de natureza particular que mantinha um curso de literatura no seu plano de estudo (instrução primária e secundária). Isso evidência, desde uma perspectiva particular do autor, que, mesmo sendo o Maranhão “uma província de segunda ordem e inferior em muitos aspectos a outras do império” (REIS, 1866, p. XIX-XX), a iniciativa do Instituto e do Liceu em manterem um curso regular de língua completado com o de literatura deveria servir de exemplo para outras Províncias que desejassem caminhar para as vias do progresso intelectual.

Esta obra dividida em cinco tomos, teve seu último volume publicado depois de cinco anos da sua morte, por meio de seu filho Américo Vespúcio dos Reis (1872). O

espaço de cinco anos entre a publicação do quarto e a concretização do quinto tomo, deu-se pela falta de apoio financeiro da Assembleia Provincial, como havia ocorrido anteriormente, e ainda, pelo inexpressivo número de assinantes que não garantiriam o custo da impressão. Se, nos três primeiros tomos trata da história da literatura portuguesa a partir da análise das obras de autores como Luiz de Camões, João de Barros, Gil Vicente, Sá de Miranda, ao mesmo tempo em que procura fazer distinção entre o castelhano e o português, sua língua de origem, já que “seja, porém como for o que [era] incontestável é que o Português, o mais moderno de todos os idiomas que precedem o Latim, se formou, poliu, e [se] tornou língua culta no espaço de quatro séculos incompletos” (REIS, 1866, p. VII); por outro lado, no quarto volume, a literatura brasileira se faz presente e a literatura de autores maranhenses como Odorico Mendes e Gonçalves Dias se fizeram imprescindível para demonstrar não só a importância e a concorrência estabelecida entre os trabalhos estrangeiros e os nacionais, como também expor as potencialidades reais dos trabalhos locais, nos quais os costumes, as crenças, e os comportamentos do povo maranhense estavam latentes, o que diante dessa vastidão de assuntos justificou a necessidade do quinto volume

[...] com o mesmo animador auxilio, que tivemos para a dos 4 impressos, visto como entre nos o produto só da assinatura não cobre as despesas da impressão em uma obra de algum vulto, cuja extração e alias lenta, daremos ainda um quinto volume com a apreciação dos mencionados autores, senão ficara no ponto em que a deixamos, a publicação deste curso, a qual sem aquele animador auxilio não teria passado do primeiro volume.

O último volume trata especificamente de prosadores brasileiros como Gonçalves Dias, o Marques de Maricá, Frei Francisco de Monte Alverne, Antonio Henriques Leal e João Lisboa e dois dos maiores vultos da literatura portuguesa, Almeida Garrett e Alexandre Herculano. Tendo o autor traçado, “[...] por consideração que são obvias o propósito de só tratar de autores mortos, abriu, por mui justas razões, que apresenta em lugar competente, duas exceções, uma em favor deste ultimo dos dois ilustres portugueses e outro do insigne biografo de João Lisboa [Henriques Leal]” (REIS, Américo, 1872, p. V). Este quinto volume, como se trata da organização de Américo Vespúcio dos Reis⁵⁰⁷ “[...] não é possível afirmar se o organizador seguiu os critérios de Sotero dos Reis ou deixou para a edição do quinto volume, uma vez que houve alterações na divisão do estudo” (MELO, 2009, p. 192) com o acréscimo de algumas preleções sobre a literatura bíblica do Velho e do Novo Testamento que haviam sido publicadas no jornal *Semanário*

⁵⁰⁷ Este volume foi publicado por Américo Vespúcio dos Reis e a Gramática Portuguesa impressa em parceria com seu irmão Francisco Sotero dos Reis Junior, que faleceu em 1871.

Maranhense (1867-1868); entretanto Américo dos Reis afirmara que tinha procurado “guardar o mais possível a ortografia do autor e assim a de cada um dos autores por ele analisados” (REIS, A., 1872, p. VI).

A primeira edição da Gramática Portuguesa data de 1866 foi impressa pela tipografia de Belarmino de Mattos. A segunda, publicada em 1871, após a morte do seu autor, foi revisada, corrigida e anotada por Francisco Sotero dos Reis Filho e Américo Vespúcio dos Reis, sob a supervisão do professor de gramática da língua portuguesa do Liceu, Luiz Carlos Pereira de Castro, sendo o editor e o proprietário desta edição, a Tipografia de R. de Almeida e Companhia.

A gramática que dou a luz pública, não é senão o desenvolvimento da doutrina que dimana desta definição. Procurei simplificá-la o mais possível da teoria, subordinando os usos especiais da língua só aos princípios gerais de eterna verdade, porque o método e a clarezas não têm maior inimigo do que a multiplicidade das regras, que só serve para embarçar o aluno sem explicar-lhe cousa alguma. Acompanhei a teoria da pratica, dando logo immediata applicação aos princípios invocados com exemplos que os comprovassem, porque assim se arraigou eles melhor no espírito, que não pode duvidar de sua solidez. Trabalhei por ser claro para poder ser compreendido, porque sem clareza, qualidade essencial em tratados deste gênero, nunca conseguiria fazer com que o meu trabalho aproveitasse a mocidade estudiosa, que é o fim que levo em vista (REIS, S. 1871, p. VII).

Esta citação me possibilita compreender a finalidade e o processo de construção da sua obra e das relações que procura estabelecer entre teórica e prática de modo a facilitar a apreensão dos conhecimentos gramaticais pelos alunos. Para tanto, divide a obra em capítulos que correspondiam às partes do ensino dessa disciplina: fonética, morfologia, sintaxe, etc, sendo que nos “prolegomenos” deixa claro para o leitor os princípios básicos para a compreensão dos conteúdos arrolados no livro, ou seja, “tudo isso encontrara o aluno definido e explicado no corpo desta gramática” (REIS, S. 1871, p. XI). Em que pese a exposição do conteúdo, a obra de Sotero dos Reis não diferia de outras publicadas em todo o Império⁵⁰⁸, mas a diferença estava na sua clareza e no aprofundamento dos conteúdos, por isso fora adotada nas principais províncias, o que levou ao desaparecimento no mercado da sua primeira edição, a “[...] ponto de não restar nas livrarias desta província mais um só exemplar a venda” (REIS, A. 1872, p. II).

⁵⁰⁸ A exemplo, de Antônio Alvares Pereira Coruja, *Compêndio da gramática da língua nacional* (1835), *Resumo de gramática portuguesa* (1855) e *Dicionário gramatical português* (1865); Ortiz e Pardal – *Novo sistema de estudar a gramática portuguesa por meio da memória, inteligência e análise* (1862); Carlos Hoefer – *Por que alterações e transformações passaram as letrada língua latina quando dela se formou a língua portuguesa* (1869); M. Pacheco da Silva Jr. – *Introdução à gramática histórica* (1870) e *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (1878); Augusto Freire da Silva – *Compêndio de Gramática Portuguesa* (1875); J. Norberto da Sousa e Silva – *Galicismos* (1877); Ernesto Carneiro Ribeiro – *Gramática portuguesa filosófica* (1879), e *Serões Gramaticais* (1890).

Duas outras obras foram publicadas no Maranhão para atender aos alunos das escolas públicas de instrução primária: a *Seleta Nacional* (1873) e a *Seleta Escolar* (1886), organizadas pelos padres R. Alves da Fonseca e J. S. Castelo Branco, respectivamente. Estes autores, além das atividades sacerdotais, eram professores: Castelo Branco era lente substituto de língua francesa do Liceu e Alves da Fonseca era docente e diretor do Colégio da Imaculada Conceição. Essas obras têm em comum, além das atividades profissionais dos autores, trazerem no decorrer das suas páginas textos que valorizavam os grandes homens da história mundial, do Brasil e, em particular do Maranhão, transitando no eixo de sua produção uma forte presença da moral cristã.

Uma seleta, denominada também de “trechos literários [ou] tesouro literário” (CASTELO BRANCO, 1886, p. VI), era uma obra em que o autor compilava vários textos de diversas pessoas, geralmente os mais representativos em uma dada área do saber como a literatura, a arte, a ciência, a religião, isto é, “[...] compilações de trechos de autores diversos, que serviam, em princípio, para o estudo da língua, [trazendo] invariavelmente, extratos sobre temas históricos” (BITTENCOURT, 2008, p. 146). A escolha destes trechos deveria ser realizada “com inteligência, critério, discernimento e bom gosto”, sendo este o grande mérito do organizador (CASTELO BRANCO, 1886, p. VI). Castelo Branco (1886) afirma, que preferiu trechos de autores modernos aos clássicos, para que os jovens leitores desde cedo, tivessem contato com os atuais cultores das letras, e com a linguagem utilizada, a qual estava mais adaptada à compreensão e ao gosto dos alunos, entre eles, “[...] os maranhenses que confirmam o glorioso e justo título de Atenas Brasileira, dado ao nobre torrão que serviu de berço a Odorico Mendes, Gomes de Souza, João Lisboa, Gonçalves Dias e outros” (CASTELO BRANCO, 1886, p. VI), como também a Joaquim Franco de Sá, a Trajano Galvão, a Feliciano Antonio Falcão e a Sotero dos Reis (FONSECA, 1873). Estes autores têm a suas poesias, contos, biografias dividindo espaços com autores portugueses, como Antonio Feliciano de Castilho, Alexandre Herculano e brasileiros como Abílio César Borges, Joaquim Manoel de Macedo, dentre outros autores “que [expressaram] em seus textos assuntos diversos para instruir aos jovens sobre os valores morais, religiosos e históricos, por serem os que [aliavam] o útil ao agradável” (CASTELO BRANCO, 1886, p. VII).

A obra de Castelo Branco encontra-se dividida em quatro partes. Se na primeira trata especificamente dos princípios morais, religiosos e de civilidade, em contos que repreendem as condutas indevidas, engrandecendo os estudos, a fé católica e o respeito dos meninos às autoridades da igreja, dos governos e da família, na segunda, as “páginas

históricas” abordam as biografias dos “grandes homens e de suas conquistas”, ao referir-se a Júlio César e a Cristóvão Colombo; mas são os personagens da Igreja Católica e as passagens bíblicas que ocupam maior parte dos textos arrolados neste item, mesmo que nas duas últimas seções, nomeadas por “páginas da história brasileira” discorra-se sobre os principais fatos ligados ao Brasil, desde o seu descobrimento até a aclamação de Pedro II, continuando-se a enfatizar nos membros da igreja, nesse caso, em particular, a D. Vital, Bispo de Olinda.

A *Seleção Nacional* (1873), organizada por R. Alves da Fonseca e publicada provavelmente pela Tipografia de Magalhães objetivava servir exclusivamente aos alunos do Colégio de Imaculada Conceição. Dividida em três partes, a obra se caracteriza por apresentar a primeira seção, denominada pelo organizador, de “leitura varias” na qual se abordam os aspectos religiosos, os fatos e os vultos nacionais, fazendo-se referências às poesias “O Brazil” do maranhense A. Marques Rodrigues, “As aves da minha terra”, de J. Coriolano S. Lima, e a “Y-Juca Pirama”, de Gonçalves Dias. O resto da obra dedica-se a tratar do Maranhão, a partir da “suas mais importantes figuras” (FONSECA, 1873, p. 4), como Sotero dos Reis, Gonçalves Dias, Odorico Mendes, dentre outros autores e intelectuais maranhenses, assim como dos principais fatos históricos, como a Revolução de Bequimão (1684), e dos costumes dos indígenas. Por fim, aulas de história natural concluem a obra, julgando Fonseca (1873) estes ensinamentos importantes na aprendizagem dos alunos: “Avaliando vosso amor ao estudo e desejos de instruir-vos passarei a dar-vos alguns interessantes conhecimentos sobre os seres que nos rodeiam neste globo” (FONSECA, 1873, p.106), como os animais e os vegetais.

Em termos de centralidade das temáticas, as duas Seletas – a Escolar e a Nacional –, não trazem diferenças entre si, pois se dedicam a tratar aspectos morais, religiosos, históricos e patrióticos e, em relação ao Maranhão, os assuntos como a Revolta de Bequimão e a chegada e expulsão dos colonizadores não portugueses, além de alguns intelectuais maranhenses serem biografados como Sotero dos Reis, Gonçalves Dias e outros. A divergência afigura-se na posição política, nas críticas à sociedade e na apresentação de assuntos voltados para o ensino das primeiras letras. Enquanto a obra de Castelo Branco (1886) trata dos assuntos sem emitir opinião sobre os mesmos, nem a sua posição com relação à instrução pública, centrando seus argumentos nos aspectos religiosos e históricos, Fonseca (1873), ao contrário, sem fugir dessas temáticas, na parte introdutória tece uma série de comentários – ora de elogio, ora de críticas – sobre a instrução na Província do Maranhão e do papel do professor no processo de ensino.

Ninguém dúvida hoje que a instrução nobilita o homem lhe proporcionando luzes tanto mais resplandcentes e elevadas quanto mais sólidos e avultados são os seus conhecimentos e educação, o que, pois concluir desta verdade? Repetir o pensamento que paira na atmosfera nacional: alargue-se o plano da instrução pública, iluminem-se os horizontes do intelecto humano, pois que no feliz pensamento de um escritor contemporâneo ABRIR VERDADEIRAS ESCOLAS É FECHAR CADEIAS (FONSECA, 1873, p. VIII) (grifo do autor).

Para Fonseca (1873), a grandeza de uma nação estava na educação do seu povo, sendo o professor o principal responsável por esse processo. Entretanto, para que isso ocorresse se fazia mister que os seus salários oportunizassem total dedicação e interesse pela instrução e que os planos de ensino fossem alargados, pois “já [era] tempo de reagir contra o predominante, mas, deficiente plano, das simples noções gramaticais, aritméticas, e fracos conhecimentos morais” (FONSECA, 1873, p. X). Para ele, as mudanças na educação se dariam a partir dos métodos adotados pelos professores e “[...] na constância, na paciência das repetições, na insistência de perguntas e explicações, no trabalho de todos os dias se não em quase todas as horas” (FONSECA, 1873, p. X). Por isso, defendia que a única forma de reverter a situação da educação brasileira, e maranhense em particular, seria a criação de uma “liga dos professores” e de “escolas normais”. A Liga de professores ou associação “[...] seria a reunião onde se [estreitassem] em pensar harmônico os educadores, [apresentando] as dificuldades encontradas no ensino, as tentativas feitas para resolvê-las, [e os] resultados obtidos, etc” (FONSECA, 1873, p.4), constituindo-se essas iniciativas o início de qualquer reforma no ensino; ao contrário não teriam efeitos positivos e nem representaria “[...] as nossas necessidades, índole e costumes [sendo] preciso cambiar as experiências próprias com as de outros em um todo harmonioso” (FONSECA, 1873, p. 5)

As escolas normais para este autor-professor teriam a função de colocar os professores ao frente do que havia de mais atual nos sistemas de ensino, dos métodos mais eficientes e dos programas de estudo mais completos; porém, a sua tarefa consistia em não somente aplicar os “[...] meios concebidos por outros; [devia] pensar por si mesmo e fazer idéia justa do assunto em que trabalha (FONSECA, 1873, p. XII), constituindo-se em uma das alternativas para mudar a situação pouco lisonjeira da instrução pública brasileira e maranhense:

Todos [clamavam] contra o atual estado do ensino primário e quase sempre é o professor o responsável. O que há de fazer o pobre professor? Que elementos têm ele? Onde vive? De onde saiu? Não foi dessa mesma escola que sempre tem andado sem auxílios? Não foi desta mesma escola que saiu o jovem professor sem experiência, nem teoria de ensino e o mandarão tomar conta de uma cadeira? Concluamos? A LIGA DOS PROFESSORES; A ESCOLA NORMAL, eis a nosso ver as principais e mais urgentes medidas a tomarem-se (FONSECA, 1873, p. XIV).

Em relação às obras destinadas à leitura, tive acesso à 1ª. edição d'*O Livro do Povo*, escrita por Antonio Marques Rodrigues, em 1864, e a sua 9ª edição, impressa na tipografia de Frias, em 1881; como também analisei o *Almanaque das Lembranças Brasileiras* (1862) e *Aos Meus Meninos* (1874), de César Augusto Marques, ambas impressas nos prelos de Frias e vendidas na Livraria Popular de Magalhães e na Botica Imperial, respectivamente.

Para Marques Rodrigues, uma das medidas mais urgentes para a melhoria da educação maranhense seria a uniformidade dos livros de leitura e o seu acesso por todas as crianças e jovens das escolas públicas e particulares da Província. Com esse interesse, escreve *O Livro do Povo* que se constitui na maior tiragem e distribuição de um livro em toda a história do Maranhão Império, tendo circulado não só em várias Províncias, como também no Município Neutro e em Portugal. Para este autor, o seu livro tinha a finalidade de “[...] vulgarizar a história do Salvador do Mundo, os seus milagres, a sua doutrina e os melhores preceitos de economia e ordem” (RODRIGUES, 1881, p. 3), e para tanto, a sua vasta produção e circulação deveria facilitar o acesso às famílias, aos professores, aos diretores de escolas e aos alunos dos mais diferentes níveis econômicos, o que provocou, em menos de dois anos, o fim das duas primeiras edições (com 10.000 exemplares cada), acompanhadas da aprovação canônica de D. Luiz, bispo do Maranhão e D. Manoel, Arcebispo da Bahia, o que certificava que este livro atendesse aos preceitos da moral e dos bons costumes apregoados pela igreja católica.

Nas primeiras páginas d'*O Livro do Povo*, o autor dedica a obra a José Lustosa Paranaguá, (Presidente da Província do Maranhão) em 1859, pela sua iniciativa de ter criado a Escola Agrícola do Cutim com a finalidade de formar mão-de-obra qualificada para a aplicação dos modernos métodos utilizados na lavoura. Ele explicita a base religiosa que utilizou para a escrita do seu texto, os quais foram sustentados pelos evangelhos de Mateus, Lucas, Marcos e João, pela *História Sagrada* do padre I. J. Roquette e pelos textos de Royaumont e do Brispot. A obra dividida em duas partes: na primeira trata da “Vida de Jesus Cristo” apresentada em cinco capítulos, desde o nascimento até a sua ascensão, na segunda aborda os “Assuntos Diversos”, sem, contudo, perder o foco nos princípios religiosos, morais e de civilidade, enfatizando a importância do trabalho para o crescimento do Brasil e para a dignidade do homem.

Nessa segunda parte, o autor trata sobre a descrição dos animais dividindo-os em gêneros e espécies, explica as suas origens, e ressalta a suas principais características e imagens. Essas estratégias de manter o leitor atento intercalam-se com contos diversos de

caráter moralizante, como *O Bom Homem Ricardo* em que procura mostrar a diferença entre uma pessoa dedicada ao trabalho e cuidadosa com o dinheiro e a outra ociosa e esbanjadora, ao afirmar que “A preguiça causa cuidados e o ócio sem necessidade, [dando] lugar a grandes dissabores. O trabalho pelo contrário, [trazia] consigo comodidades, abundância e considerações. Os prazeres [correndo] atrás daquele que fogem deles” (RODRIGUES, 1881, p. 178). No conto *O Professor Primário*, o único em toda a obra em que trata de forma mais direta sobre a educação, procura mostrar a importância dessa profissão “como uma das mais santas” por ter o dever de inculcar nos alunos as ideias religiosas e morais mais profundas e de prolongamento por toda a vida.

É uma vigilância, uma luta sem descanso que o professor aceita desde o dia em que se obriga a ensinar e a substituir às vezes dos pais. Desde que se incumbiu de tão solene missão, é preciso desempenhá-la cabalmente e corresponder inteiramente à confiança que nele deposita a sociedade e a família, e que por ele foi solicitada. Que severas contas não dará o professor se entregar a sociedade meninos ignorantes e corrompidos, quando se obrigou a entregá-los instruídos e moralizados, se deixou enraizar disposições perversas, que deveria atalhar; se deixou perder as boas disposições, que devia desenvolver! Não poderá desculpar-se com a sua fraqueza ou incapacidade, porque devia ter consultado a sua vocação e medido seriamente as suas forças, antes de por mãos a obra (RODRIGUES, 1881, p. 204).

No conto *Moral Prática* discute a amizade e o amor como um dos maiores bens dado por Deus aos homens, sendo o mais importante o amor paterno e o materno; “o mais perfeito e sublime”, o filial e o fraternal. Em seguida debate sobre a justiça, a coragem, a bondade e outros “sentimentos que engrandecem ao homem”. No item que denomina de “Máximas e Sentenças” apresenta uma série de frases “edificantes”, como por exemplo: “O temor de Deus é o princípio da sabedoria; Não gasteis hoje aquilo de que amanhã podeis necessitar” (RODRIGUES, 1881, p. 246). Sobre a Higiene apresenta um texto com a função de ensinar aos meninos a cuidarem do corpo e da mente, do vestuário e asseio, dos alimentos e bebidas. Nas últimas partes de *O Livro do Povo*, o autor procura tratar dos astros e finalizar apresentando os aspectos geográficos e a divisão política do Brasil. Portanto, a obra, apesar de centrar-se nos princípios religiosos e morais, apresenta outros conteúdos que integravam as aulas de instrução primária, o que possibilitava aos alunos obter por meio de um único livro, uma série de conhecimentos, entre eles: aprender a ler, tentar absorver os preceitos da fé católica e avaliar os hábitos pessoais e sociais baseados na moralidade e na civilidade.

Contudo, independentemente do sucesso deste livro de leitura e do lugar que ocupou no cenário educacional maranhense, a relevância desta obra só poderia ser analisada, sem ignorar as estratégias implícitas nos processos de produção, divulgação e

adoção. Trâmites e negociações que estiveram pautados “[...] na legislação vigente e nos programas de ensino, [em que] vários ideólogos dos programas e reformas [eram] os próprios autores [desses] livros [...]” (MACIEL; FRADE, 2006, p. 106). Ou seja, Antonio Marques Rodrigues, como Inspetor da Instrução Pública, deve ter exercido grande influência no ambiente escolar, em sentido geral, e nos agentes avaliadores, no âmbito governamental, já que os indícios latentes na excessiva produção de seu livro em tempo recorde para a época, na acelerada liquidação das edições de forma massiva, assim como nos processos de aprovação, adoção e uso em todos os ambientes da instrução pública local e em algumas províncias, mostram de alguma maneira sua influência e atuação como autor, divulgador e legislador. Dito em outras palavras, o autor, por ser gestor, e ocupar posições estratégicas, encontrou as condições especiais que conferiram prestígio a sua obra e favoreceu a sua divulgação, o que pode justificar como este livro de leitura superou as expectativas no nível das concretizações, se manteve atuante no decorrer do Oitocentos no nível das normatizações, e seu autor intercedendo e mostrando a sua relevância para formação leitora dos alunos, se impôs no nível das tematizações (MORTATTI, 2000).

As duas obras de autoria de César Augusto Marques, *Almanack de Lembranças Brasileiras* (1862) e *Aos Meus Meninos* (1874), foram adotadas nas escolas de primeiras letras em toda a Província do Maranhão. O primeiro livro destinava-se à leitura de pequenos contos que valorizam a moral, os bons costumes e os princípios pátrios, objetivando oferecer à mocidade assuntos como ciências, artes, história e geografia “e algumas fábulas, bem moralizadas e de exemplo bem frisante” (MARQUES, 1874, p. I), de modo que, ao término da leitura, a criança adquirisse uma “soma de conhecimentos, embora superficiais, porém acomodadas a curteza e a fraqueza de sua inteligência” (MARQUES, 1874, p. II). Ao ser publicada, a obra *Aos meus meninos* teve uma ampla divulgação na imprensa maranhense e aceitação pelos leitores de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, em consequência “em pouco tempo esgotou-se a edição, estabeleceu-se o vácuo, foi sentida a falta e daí em diante aos que a procuravam, aqui e de outras províncias” (MARQUES, 1874, p. IV) colaboraram para que fossem incluídas no corpo da obra, algumas ilustrações na sua segunda edição.

Os textos escritos por César Marques, por serem curtos e objetivos, facilitavam a aprendizagem dos alunos em anos iniciais de leitura, estimulando a compreensão dos conteúdos, garantindo seu entendimento e proporcionando que refletissem para suas vidas, as breves frases de efeito moral colocadas pelo autor ao final de cada lição. Textos escritos por Marques (1874) para crianças em formação leitora, que coincidem com os pressupostos

defendidos por Abílio César Borges (1867), no *Segundo Livro de leitura*, da sua série graduada. Para esse autor, os livros de leitura deveriam ser elaborados com vocabulário familiar ao aluno, precisariam ser concebidos para o ensino da leitura inicial na sua elaboração evitando as adaptações, necessitariam constituir-se com frases e períodos curtos que garantissem o reconhecimento e a compreensão do aluno no desenvolver da lição, assim como deveriam estar centrados em ideias de efeito moral e de civilidade que disciplinassem os comportamentos das crianças em formação leitora e os conduzissem a um modelo de homem esperado; embora, para defender seus critérios, tenha criticado severamente o *Thesouro de meninos*, de Blanchard⁵⁰⁹. Para César Borges (1867, p. VIII), bastara “[...] ao acaso um trecho [e] compreender-se-ia imediatamente que nem o estilo, nem a linguagem, nem os assumptos, [eram] apropriados para meninos de nove a onze anos”, mas preocupado o autor e/ou o editor, com a elaboração da obra pela aprovação e estima “[...] dos leitores adultos, do que prestar serviço á instrucção da infância” (BORGES, 1867, VIII).

Por outro lado, no texto em que trata da guerra do Brasil com o Paraguai, Marques (1874) procura mostrar a valentia dos brasileiros contra o ditador Francisco Solano Lopes: “Eis, meus meninos, o prêmio dos malvados, na vida aflições e desgostos e depois da morte a execração pública” (MARQUES, 1874, p. 6), operacionalizando esta dinâmica estabelecida entre o texto, o leitor e a leitura marcada por conselhos intermitentes e direcionamentos de condutas e de comportamento no devir da obra, exceto quando aborda os assuntos que fazem referência à divisão geopolítica do Brasil. Se, nas biografias incluídas destaca a bravura de Ana Nery como exemplo de mulher a ser seguida pelas “minhas queridas meninas” (MARQUES, 1874, p. 14), e a Gonçalves Dias, modelo masculino a ser imitado pelos meninos em formação leitora, devendo proceder, como ele, estudando muito “[...] e como ele alcançareis na vida bonita posição e depois de vossa morte muita saudade e muito boa fama” (MARQUES, 1874, p. 28); dentre dos sessenta contos que a obra arrola, dois me chamaram a atenção por serem os únicos que não estão assinados por César Marques, e sim por Gracia Hermelinda da Cunha Mattos⁵¹⁰, tratando

⁵⁰⁹ Pedro Blanchard, autor do *Thesouro dos meninos*, obra publicada pela Imprensa Régia e adotada na instrução até as décadas de 1860 ou 1870.

⁵¹⁰ Gracia Hermelinda da Cunha Mattos era filha do Marechal Raimundo José da Cunha Mattos (autor de vários livros históricos sobre o Brasil e um dos fundadores do IHGB). Parece que esta escritora teve uma vida muito curta, falecida provavelmente aos 19 anos, em 1838, no Rio de Janeiro, o que ocasionou pela dor da saudade, a morte do seu pai, em 1839. “Gracia, havia publicado várias máximas e pensamentos cheios de filosofia e da mais sã moral” em vários jornais da Corte. Fonte: REVISTA Trimestral de História e Geografia do jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Tipografia Ass. do Despertador, 1839. p. 271.

todos de assuntos atinentes às mulheres como a *Mãe de família*, *Enfeites muito lindos* e *As melhores mestras*, da qual transcrevemos um trecho.

As mães devem ser as melhores mestras de suas filhas, dando-lhes exemplos de virtudes e educando-as debaixo dos seus olhos, evitando a leitura de obras imorais, histórias de feiticeira, duendes, encantamentos e almas de outro mundo, explicando-lhes o sentido dos contos fabulosos e das novelas recreativas, que debaixo de nomes supostos e aventuras impraticáveis muito concorrem para a civilização da mocidade (MARQUES, 1874, p. 107).



Figura 16 - Imagens do livro "Aos meus meninos"

O *Almanck de Lembranças Brasileiras*, também de César Marques, foi publicado em 1862, e estava a venda na Botica Imperial, localizada no Largo do Carmo, em São Luís do Maranhão. Tinha como colaboradores: Maria Firmina dos Reis, Antonio Gonçalves Dias, Francisco Adolfo de Varnhagem, entre muitos escritores, dos quais, “copiamos alguns artigos que nos agradaram e recebemos outros, mas como seus autores [tem almejado] conservar o anonimato, respeitamos seus desejos, e a todos agradecemos a honra que nos deram” (MARQUES, 1862, p. II). Para Bittencourt (2004), as práticas do anonimato, como o intercâmbio de obras e de assinaturas, entre autores renomeados e anônimos, foram combinações usuais desde meados século XIX, isto é, “[...] passou a existir a prática de autores renomados assinarem obras feitas por auxiliares desconhecidos, tornando-se uma espécie de marca registrada e, em situação oposta, existiram autores com pseudônimos, escondendo sua identidade” (BITTENCOURT, 2004, p. 480), constatando-se nessas *formas de fazer* no Oitocentos, que todo manual ou livro escolar (seja ou não de leitura), está histórica e geograficamente determinado e situado, constituindo-se no trajeto

de sua produção, divulgação e uso, “[...] o produto de um grupo social e de uma determinada época” (CHOPPIN, 2000, p. 116).

Por outro lado, os Almanques são um tipo de livro, que “pode ser ao mesmo tempo, útil e prazeroso, didático e de devoção, tradicional e ‘esclarecido’. Essa diversidade organiza a tipologia das obras, dos simples calendários, que indicam os santos de cada dia e as fases da lua, até os almanques poéticos e enciclopédicos” (CHARTIER, 1999, p. 10). Em sendo assim, este livro não foge à regra, dividido por dias e meses do ano, e permeado com as poesias dos autores-colaboradores, César Marques, no decorrer de sua obra, vai descrevendo os principais fatos históricos brasileiros, segundo suas datas, desde o descobrimento do Brasil até as peculiaridades do Maranhão. Em pequenos formatos e com linguagem clara, conta a história local, resalta os costumes de seu povo, enaltece os fatos relevantes, e descreve suas crenças e tradições, isto é, na tentativa de dar a conhecer por meio de efemérides comemorativas, as memórias e cultura maranhense, estimula constantemente o sentimento de uma identidade nacional e regional, já que, a profunda indiferença, “[...] feição dominante do nosso caráter, fez-nos sobretudo desprezar o nosso passado, que nunca estudamos e que não conhecemos, e este lamentável esquecimento e desamor foi parte grande nesta nossa falta de sentimento nacional apontada” (VERÍSSIMO, 1890, p. 102).

Ao se reportar *Aos Leitores*, afirma que essa obra estava sendo publicada a uma boa hora e com o apoio dos que denominava de “verdadeiros jornalistas desta Província”, [acreditava] na justiça contra “tantos cães, que investem contra todos e até ladram à lua” (MARQUES, 1862, p. 9). Tal posição de Marques deixa claras as disputas políticas presentes entre pessoas e instituições, sendo os jornais os espaços privilegiados para o ataque e a defesa.

Felizmente, para nós, nessas horas [de desânimo] sempre nos ficava uma folha a balançar-se nesse desconcentrado vaivém de sustos e de receios, a sorrir-se e aprontar-nos ora para o céu como que nos mostrando a justiça de Deus acima de mesquinhas censuras, ora curvando-se para a terra, como que nos indicando ainda haver nela tanta gente sã, prudente e animadora, isto tudo nos deu alento e a extração da obra foi tal, que nem tempo houve para anunciar-se da venda (MARQUES, 1862, p.10).

Essas gentes sãs e animadoras eram os chefes do governo do Maranhão e do Pará, Primo de Almeida e Olinto José Maia, respectivamente, que mandaram distribuir centos de exemplares dessa obra a todas as escolas de instrução primária públicas de ambos os sexos dessas Províncias. Tal acolhimento estimulou o autor a escrever mais quatro Almanques nos anos que se seguiram, bem como a reedição dos mesmos que parecem

terem sido objetos de críticas por parte dos seus leitores ou adversários, o que o leva a escrever na primeira edição do volume de 1862 que “há no mundo indivíduos que são bem difíceis de serem entendidos e contentados: nada lhes agrada, de tudo murmuram, de tudo zombam e em tudo acham bases, ainda que fracas, para assentar o seu castelo de críticas sempre injustas e de propósito arranjadas” (MARQUES, 1862, p. 11), isto é, constrangimentos sociais, derivados de desentendimentos políticos, intelectuais, ideológicos e culturais, pelos quais em diferentes espaços e temporalidades, o homem é aceito e apoiado, ou é exposto e contestado.

O que observo pela análise das obras que circularam nas escolas públicas e particulares maranhenses de ensino primário, e do secundário (a exemplo do Liceu Maranhense e do Instituto de Humanidades) é que todas tinham a mesma finalidade: ofertar para os alunos o que melhor e mais atual havia em termos de métodos e conteúdos escolares de modo que a Província pudesse se igualar às mais desenvolvidas do Império brasileiro, e o Brasil tivesse a oportunidade de equiparar-se, consecutivamente, aos países mais modernos. No Maranhão, pelas especificidades de sua história, a produção de livros escolares, ao longo do século XIX, pode não ter sido tão intensa, se comparada ao quantitativo de artefatos culturais, produzidos pelas províncias de São Paulo, da Bahia e do Município Neutro; entretanto, as obras escritas pelos autores da terra e impensas nas tipografias locais contribuíram tanto para a uniformização e organização do ensino por todo o Oitocentos, como também estimulou a concorrência que se foi instaurando entre os compêndios oriundos da Europa e de outras regiões do Brasil, com os livros escolares maranhenses, coexistindo e disputando lugares de preferências no mercado do livro e oportunidades específicas para serem aprovados, adotados, distribuídos e consumidos nos espaços da instrução na província, como ficou expresso no decorrer do trabalho.

Essas obras de autores como Antonio Rodrigues, César Marques, Sotero dos Reis, Antonio Coqueiro, além de serem representativas no mercado local, se fizeram presentes em escolas de outras províncias como a Bahia, Rio de Janeiro, Pará, Amazonas e, Pernambuco, estabelecendo essa dinâmica de compra e venda de livros escolares e, instituindo essa rede de distribuição e adoção desses artefatos da cultura material escolar, não só um comércio regional e inter-provincial, como uma malha de agentes pertencentes ao âmbito instrucional ou não, que interferiram gradativamente na circulação e uso dos livros escolares (locais, nacionais e não-pátrios).

Circuito do livro, que, no ir e vir, pelos portos e estradas brasileiras, contribuiu para que meninos e meninas, em formação leitora nos espaços de ensino, se transformassem

em futuros leitores e convivessem com os livros; para que os autores maranhenses fossem invadindo o mercado do livro e fossem indicados e exigidos nos ambientes de ensino; assim como para que os livros escolares maranhenses coexistissem e concorressem com livros nacionais e não-pátrios no cenário local e em outras províncias, influenciando, de certa maneira, para que o epíteto de Atenas Brasileira se tenha instituído no mental coletivo dos maranhenses, e se tenha consolidado até hoje, num objeto de investigação de vários pesquisadores por meio de diversas abordagens, por diferentes metodologias e na procura de indícios distintos, isto é, o velho objeto, olhado por outros ângulos, como se fosse um outro objeto.

Investigação sobre o livro escolar e os trâmites a que foram submetidos, sobre os seus autores e os demais agentes implícitos na sua produção, divulgação, distribuição e consumo que não podem estar alheios aos níveis que os livros estão impostos, seja do nível das concretizações e das normatizações, como no nível das tematizações, centrando este investigar “[...] sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores” (GINZBURG, 1989b. p. 14), na tentativa de construir a História da Educação no Maranhão, de recompor o circuito do livro escolar de autores locais que ganharam representatividade no cenário da instrução maranhense contribuindo com a História do livro e a História da leitura, e de compreender estes objetos, procederes e atores situados em tempos específicos, seguindo os fios da história “[...] que ajuda a nos orientarmos no labirinto da realidade – e os rastros” (GINZBURG, 2007. p. 7).

CONCLUSÃO



Ao fim cheguei ao fim! Mas chegar ao final desta tese que teve como proposta *O livro escolar no Maranhão Império: produção, circulação e prescrições* não significa concluir o fazer histórico, nem muito menos deixar de lado esta linha de investigação. Acredito que o término deste trabalho, longe de me induzir a um descanso físico e mental, depois de uma longa caminhada com acertos e tropeços na tentativa de cumprir um prazo, mas ao mesmo tempo me vigiando continuamente para não sacrificar a condução da pesquisa, para não acelerar o processo de localização das fontes, nem tampouco de catalogar, analisar e cruzar as informações em função do tempo exigido; os indícios captados e os vestígios latentes me orientam neste presente, na contramão de uma inércia eventual, a continuar procurando outros elementos que respondam às inquietudes, que se não estiveram no ápice da investigação atual, no decursar da mesma foram aflorando e se transformaram em outros ícones para serem trabalhados neste fazer do histórico. Ou seja, especificamente esta investigação aqui termina, mas a procura por outros caminhos referentes ao livro escolar, à leitura e ao leitor no plural no Maranhão continua!

Investigar sobre o livro escolar, se não foi minha intenção primeira, já que o fato de ter-me interessado pelo Maranhão imperial dependeu sobremaneira de minha dissertação de mestrado, na qual professoras leitoras e formadoras de leitores se remetiam a suas práticas de leitura e às de seus pais e avôs, expressando a importância do jornal, dos folhetins e dos livros na aprendizagem da leitura e da escrita; por outro lado, ao tomar o jornal como *fonte primária e primeira*, nesta empreitada investigativa – a prática de reconhecer as matérias que tratavam sobre o livro e a leitura, de identificar os discursos que se referiam ao livro escolar e à necessidade de substituí-los por livros nacionais e locais, de mapear os anúncios que divulgavam tanto a cooptação de subscritores para a produção dos livros, como também os avisos que anunciavam os lugares de venda e os títulos comercializados – esta garimpagem das fontes me levou a interessar-me pelo livro escolar, independente da sua ambiguidade como artefato de cultura, e do paradoxo implícito na sua concepção e produção.

Ambiguidade porque, ao mesmo tempo em que o livro escolar foi concebido, produzido, divulgado e posto em circulação para orientar os docentes no seu cotidiano pedagógico, servindo como guias de aplicação dos conteúdos nas aulas, pela precariedade na formação na maioria dos professores em exercício, gradativamente também foram utilizados pelos próprios alunos como livros de consulta ou como manuais de estudo nos ambientes de leitura, nos espaços de sociabilidade e no âmbito da instrução. Isto é, o vínculo que se estabelecia diretamente com a prática do professor na primeira metade do

Oitocentos, foi deslocando-se para o diálogo que se estabelecia entre os alunos e o autor no final do Império, mediado pela concretização deste artefato da cultura material da escola, ao modificar-se os estilos da escrita para uma melhor compreensão do leitor, e ao se variar as referências e as formas explicativas para um entendimento mais próximo do que queria transmitir o escritor.

Paradoxo porque, ao mesmo tempo em que o livro escolar era considerado como uma “leitura marginal” ou como “o primo pobre da literatura” por alguns intelectuais desinteressados em sua produção no início do Império, com o gradual crescimento das vagas no ensino público, com o projeto brasileiro de nacionalização, e depois de criada a Inspeção Geral da Instrução Pública no Maranhão (1841), o livro escolar foi tomando um lugar de destaque no mercado, aumentando sua produção, circulação e uso, e conseqüentemente, foi constituindo-se em um canal de divulgação, para que autores anônimos e de renome na literatura brasileira e maranhense, transformassem seus estilos, concebessem novas formas de interagir com os escolares, procurassem o reconhecimento nos espaços de instrução, estabelecendo assim, novas estratégias de venda nos espaços de comercialização na garantia de que suas obras fossem adquiridas pelo governo da província e distribuídas para os alunos declaradamente pobres presentes na instrução pública.

Ambigüidade, porque as constantes mudanças nos programas de ensino em consonância com as reformas da instrução pública dificultaram a comercialização e uso dos livros escolares já publicados por estarem defasados nos seus conteúdos e concepções teórico-metodológicas. Esses artefatos da cultura escolar (já produzidos e editados) foram considerados objetos totalmente descartáveis, a não ser que acrescentassem às obras já consolidadas outros conteúdos afinados com os novos dispositivos regulamentares, e com os novos programas das disciplinas, que visavam outras concepções didático-pedagógicas que foram aparecendo ao longo do século XIX, as quais nortearam as práticas dos professores, os métodos de ensino aplicados, os pontos de vistas sobre a aprendizagem dos alunos, assim como o tipo de escola que se pretendia e a formação escolarizada que se esperava dos indivíduos. Por outro lado, as regulares modificações nos critérios de aprovação, adoção e uso dependentes das reformas na instrução, ao mesmo tempo em que estimulou a atualização das obras escolares já concretizadas, contribuiu para que novos livros fossem editados, não só os concebidos para o ensino primário e secundário direcionados às específicas disciplinas, como também os livros de leitura para o ensino das primeiras letras, provocando estas aparentes limitações e essas estratégias controladoras, um incremento gradual na produção, distribuição e consumo, e uma concorrência acirrada,

entre os livros escolares estrangeiros e nacionais, com aqueles escritos por autores e professores maranhenses.

Em sendo assim, São Luís pelas diferentes inovações do fazer tipográfico e pelo crescimento do número de tipografias, pela diversidade de lugares de venda de livros e do número de livrarias consolidadas, foi tomando um lugar de renome nacional no que se refere à impressão. A imprensa no sentido geral do termo, ainda que objetivasse denunciar, comentar e intervir nos confrontos políticos e ideológicos entre grupos com interesses discordantes e definidos, o jornal a partir de escritas referentes a diferentes matérias, aos diversos estilos de comunicação e de organização semântica, à utilização de vários gêneros do escrito e por meio da divulgação dos livros escolares foi se constituindo um espaço de sociabilidade em que vários autores, editores, tipógrafos, políticos, intelectuais e o leitor plural se encontravam e desencontravam no ato da leitura ou, na escuta do lido pela imprensa.

Ao analisar os livros que circularam no Maranhão partindo dos indícios implícitos nos argumentos extraídos da imprensa ou nas outras fontes analisadas (ofícios, cartas, regulamentos, relatórios, etc) posso afirmar que a distribuição e venda do livro escolar, mediada pela divulgação e circulação do jornal, independentemente que a imprensa, tenha sofrido com as tensões entre a censura e a liberdade, com os confrontos políticos, ideológicos e religiosos, com os embates entre escritores, pedagogos, intelectuais e políticos partindo dos espaços de onde falavam, atuavam e reagem, foi crescendo pelas sofisticadas estratégias utilizadas pelos escritores, editores e tipógrafos visando seu fabrico, publicação e consumo. Desse modo afirmo que a representatividade do livro escolar e da leitura esteve presente (de forma velada ou não) em todo o período imperial.

Por outro lado, ficou explícita a representatividade do livro escolar e da leitura nos diferentes espaços de sociabilidade, ainda que os mesmos perpassem por períodos de instauração, permanências, ascensão, inércias e declínios ao longo do Maranhão Império, como as bibliotecas públicas e particulares, as conferências pedagógicas e populares, as exposições, e mesmo os jornais, embora a sua destruição direta e potencial desde sua produção esteja determinada pelo constante manuseio do suporte, pelo não cuidado ou a falta de estrutura nos espaços de guarda, e pelas suas particularidades substanciais de existência.

Este artefato do escrito, embora não com as mesmas características dos tradicionais espaços de sociabilidade, termina constituindo-se um deles, na medida em que por meio da função aculturante que lhe assiste (embora não intencionada na primeira

metade do século XIX), e por meio das práticas leitoras que o significam e lhe concedem seu estatuto de suporte cultural, marca não só, o encontro entre indivíduos com interesses similares, no que diz respeito à cultura, às letras e à leitura numa “rede estruturante” do espaço intelectual, para usar o termo de Sirinelli (1996), mas também se constitui um lugar de encontro em potencial do leitor plural com diferentes interesses, anseios, práticas e inventividades (CERTEAU, 1994), isto é, ao ser o jornal produzido e posto em circulação, passa a ser parte do “[...] mundo público da cultura letrada, que instaura novas formas de relação dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história e com o próprio Estado; um mundo novo que instaura, em fim, novos modelos e conteúdos de pensar, sentir, querer e agir” (MORTATTI, 2011, p. 3)⁵¹¹.

Se a cultura compartilhada, segundo Geertz (1989), é a que determina a possibilidade de sociabilidade nos agrupamentos humanos nos diferentes espaços e dá inteligibilidade aos comportamentos sociais, e se para Castro (1997, p. 52), “[...] não apenas as representações, mas também as ações sociais são ‘textos’ passíveis de serem interpretados culturalmente, o que determina um especial interesse, do ponto de vista da análise social”; contudo, a consideração da multiplicidade de significados dos símbolos e sinais culturais, como a sua contextualização, e a dinâmica histórica resultante desse sistema de significação, faz-se imprescindível para compreender “[...] a maneira como nas práticas, nas representações ou nas produções, se cruzam e imbricam diferentes formas culturais” (CHARTIER, 1988, p. 56).

Em sendo assim, por meio do jornal e das outras fontes em análise, foram expostas não só, os diferentes estratagemas estabelecidos entre autores, editores, tipógrafos e livreiros para colocar os livros escolares no circuito de produção, distribuição e consumo das obras, como também ficaram explícitas as estratégias adotadas pelos mesmos agentes e o público leitor, no que se refere ao acesso dos livros mediante a imprensa (anúncios, avisos, divulgação e cooptação de subscritores), ou através dos espaços de guarda, de exposição, de venda, de discussão das temáticas instauradas pelos autores e das arguições expostas a partir da compreensão dos diferentes leitores.

Pelas indicações de autores maranhenses nos exames públicos a partir da segunda metade do Oitocentos se estabelece a interferência e a concorrência dos livros escolares locais em detrimento do privilégio dado aos livros estrangeiros e aos nacionais.

⁵¹¹ Conferência proferida durante o Seminário “Alfabetização e letramento em debate”, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em 27/04/2006.

Preferência pela literatura local que se justifica pela presença dos autores/professores nas bancas de exames para o ingresso no magistério, contribuindo esta prática para verificar o nível do domínio dos candidatos numa área específica, como também se torna uma estratégia de divulgação das obras entre os examinados, o que induzia a sua adoção e consumo pelos candidatos aprovados no ensino da instrução pública, isto é, livros escolares maranhenses utilizados e consumidos entre os novos professores e seus discípulos nas suas práticas pedagógicas.

As tramitações entre presidentes e inspetores, entre professores e delegados literários flagradas nas fontes terminaram evidenciando o crescimento na produção do livro escolar, os processos de inclusão das obras instituídas no cenário público de ensino, e as estratégias adotadas pelos órgãos competentes para controlar, decidir, indicar que livro aprovar, que texto adotar e que obra excluir. As táticas utilizadas pelos autores/professores, escritores e editores em vista de um reconhecimento no espaço escolar por um lugar de destaque no mercado do livro, mediado pela sua produção, distribuição e consumo, denunciam as exigências dos projetos de modernização, as oscilações dos produtos maranhenses no mercado instável, o movimento em defesa da nacionalização, e o aumento de vagas no ensino público, compreendendo-se estas táticas, entre as novas formas de aquisição do saber e as modernas configurações de seu uso, transformando o livro escolar num instrumento privilegiado do controle estatal sobre o ensino e aprendizado dos diferentes níveis escolares.

Nos processos de doação/distribuição pelos autores de livros escolares, por outros agentes inseridos no âmbito pedagógico, e mesmo por sujeitos representantes do mercado do livro evidenciam a utilização no ensino público de livros escolares doados em quantidades razoáveis, sem encontrar indícios de seu veto, ou pela falta de um quantitativo consistente que desse conta de suprir as necessidades de todas as escolas da província, como também do pouco investimento e a falta de recursos para a obtenção de material escolar, especificamente, do livro para o ensino nas escolas; embora as evidências sobre transações diretas entre a doação e a distribuição, entre a adoção e seu uso no cenário da instrução pública não tenha sido encontrado, isto é, independentemente que os livros escolares fossem cedidos por diferentes canais e por diversos sujeitos para serem utilizados na instrução, mesmo assim não deixaram de passar pelos trâmites de aprovação, adoção, substituição e veto, orientados pelos órgãos competentes, seja pela Congregação do Liceu Maranhense ou pelo Conselho da Instrução Pública, dependendo de que livro escolar se avaliava, e do nível de ensino correspondente a essa avaliação, como também pelo aval,

seja do Inspetor da Instrução Pública, seja do consentimento final do Presidente de Província.

No entanto, mesmo que as remessas de obras trouxessem recomendações de aprovação e adoção de outras províncias como sugestão de aceite no cenário maranhense, induzindo a sua adoção por serem doadas por agentes educativos com reconhecimento local e nacional, se por um lado parecia garantir sua total aprovação e adoção indicada pelos órgãos competentes para o ensino da instrução pública, pelo outro, ainda que existam indícios que essas obras doadas e distribuídas por canais diferentes foram indicadas para o uso nas escolas tendo em vista o crescimento da demanda de alunos, considerando-se a exígua oferta do material escolar, e reconhecendo-se a falta de verba dos cofres públicos, destinada para a instrução, que perdurou durante o século XIX, as obras analisadas segundo a garimpagem das fontes, todas elas foram avaliadas, controladas e registradas na documentação oriunda da instrução pública.

Em sendo assim, embora as estratégias de imposição auxiliadas de um sistema estruturante, que aparentemente regularizam e homogeneízam as massas nunca homogêneas, podem ser constantemente anuladas, burladas ou simplesmente ignoradas pelas táticas de apropriação de aqueles grupos ou indivíduos que, a partir das múltiplas formas de inventar e criar as suas práticas, enfrentam as ordens sem abertamente enfrentá-las, discutem as múltiplas possibilidades sem diretamente discuti-las, e lutam por seus espaços sem aparentar luta, isto é, no meio de um cenário controlado e excludente, esse indivíduo ou grupo de indivíduos, não contemplados, não escutados e sugestivamente controláveis, inventam mil *formas de fazer* e de ser, estabelecendo uma correlação de força, silenciosa e subterrânea, mas não menos eficaz e enérgica construindo uma “geografia do possível”(CERTEAU, 1995).

Os livros escolares, ao mesmo tempo em que foram produzidos, divulgados, distribuídos e vendidos, no mercado do livro maranhense, independente das formas de controle e de marginalização; por outro lado, estes mesmos livros escolares se submeteram a processos de aprovação, adoção, substituição e veto nos espaços da instrução pública mediados pelos critérios de órgãos competentes, independente de sua avaliação. Autores maranhenses, professores, editores, intelectuais, políticos, como também os próprios leitores que não desistiram em ter acesso aos livros escolares, não se recusaram à leitura e muito menos à sua formação leitora, ainda que as múltiplas determinações (sociais, econômicas, políticas, culturais, e ideológicas) impostas na tentativa de determiná-los negativamente, não a todos, determinou; isto é, fizeram seus trajetos, desenharam suas

condições, e traçaram o curso de sua história, na medida em que, “[...] na condição de nos apropriarmos dos instrumentos de pensamento, assim como dos objetos de pensamento que recebemos, é que podemos nos tornar um pouco o sujeito de nossos pensamentos; ninguém nasce sujeito de seus pensamentos, mas se torna o sujeito deles” (BOURDIEU; CHARTIER, 2011, p. 32).

Estas reflexões me levam a pensar, que se o Maranhão Império, não se constitui de fato uma Atenas Brasileira (no sentido amplo do termo no século XIX), nem poderia, pelas suas condições reais de existência, baseada num regime escravista, refratário e excludente, argumentos óbvios para uma história do social, onde os livros, a leitura, os espaços de sociabilidade e a instrução nunca poderiam ser para todos, nem com todos; pelo menos de direito, a partir dos esforços individuais e de grupos neste circuito do livro, entre intermitências e permanências, entre crises e rupturas, os livros escolares maranhenses em espaços específicos e em momentaneidades singulares, se legitimaram nesta província, se compreendidos pela sua receptividade, aprovação e uso nos espaços escolares e não-escolares, assim como, nos espaços de sociabilidade e de venda. Isto é, a presença real dos livros escolares de autores locais no Maranhão Império, esteve demonstrada pelo nível de representatividade no repertório das fontes consultadas, pelo questionamentos realizados por meio de outros documentos visando o seu alargamento, e no cruzamento das informações na perspectiva de uma história cultural do social, onde a cultura, como a língua, como meio de dialogar “[...] oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicional de cada um” (GINZBURG, 1987, p. 27), podendo-se mapear estes movimentos, seguindo-os “[...] no tempo e no espaço, conforme se formam os grupos e fluem as mensagens através dos sistemas de comunicação” (DARNTON, 2003, p. 291), escavando os “[...] meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu, [para] fazer emergir vozes incontroladas” (GINZBURG, 2007, p. 11).

FONTES MANUSCRITAS

Catálogo dos livros existentes na Biblioteca Pública (sinalizando as estantes de sua localização e os volumes das obras), enviado por ofício do bibliotecário Manoel Pereira da Cunha ao Presidente da Província Antonio Pedro da Costa Ferreira, em 3 de Fevereiro de 1835.

Catálogo dos livros existentes na Biblioteca, enviado por ofício do bibliotecário Trajano Candido dos Reis ao Presidente da Província Antonio Pedro da Costa Ferreira, em 1º de julho de 1835.

Correspondência de Francisco Sotero dos Reis, Inspetor da instrução Pública ao Vicente Tomaz Pires de Figueiredo Camargo, datada de 22 de janeiro de 1839.

Correspondência de João Leócadio de Melo ao Inspetor da Instrução Pública Francisco Sotero dos Reis, datada de 30 de julho de 1839.

Correspondência de J. N. X. de Brito (secretário do Liceu) a Manoel Felizardo de Souza e Mello, Presidente da Província, em 12 de outubro de 1839.

Correspondência de Francisco Sotero dos Reis ao Presidente da Província Luis Alves de Lima, em 15 de abril de 1840.

Correspondência do Inspetor da Instrução Publica Francisco Sotero dos Reis ao Presidente da Província Luis Alves de Lima e Silva em que solicita o direito de autor do Padre Antonio da Costa Duarte, datada de 13 de julho de 1840.

Correspondência do professor Francisco de Melo Coutinho de Vilhena enviada ao Inspetor da Instrução Pública Francisco Sotero dos Reis, em 25 de setembro de 1840.

Correspondência de Francisco Sotero dos Reis (Inspetor da Instrução Pública) a Venâncio José Lisboa (Presidente da Província), datada de 17 de janeiro de 1842.

Correspondência de José Felix Pereira de Lemos, professor de primeiras letras de Monção a Francisco Sotero dos Reis (Inspetor da Instrução Pública, datada de 1º de abril de 1842

Correspondência de Felipe Benicio Condurú, diretor da Escola Normal a João Antônio de Miranda, Presidente da Província, datada de 1º de abril de 1842.

Correspondência do professor Francisco Pereira da Silva Coqueiro da Vila de Icatú ao Presidente da Província Venâncio Jose Lisboa, datada de 15 de setembro de 1842.

Correspondência de Casemiro José M. Sarmento a Jerônimo Martiniano Figueira Melo, presidente da Província, datada de 1 de fevereiro de 1844.

Correspondência de Casimiro José de M. Sarmento, (Inspetor da Instrução Pública) enviada a Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (Presidente da Província), datada de 23 de fevereiro de 1844.

Correspondência de Casemiro José de M. Sarmiento (Inspetor da Instrução Pública) ao Presidente da Província Jerônimo Martiniano Figueira, datada de 28 de fevereiro de 1844.

Correspondência de Casemiro José M. Sarmiento a Jerônimo Martiniano Figueira Melo, presidente da Província, datada de 6 de março de 1844.

Correspondência do Professor Antonio Jansen do Paço ao Inspetor Casemiro José de Moraes Sarmiento, Diretor da Instrução Pública, datado de 21 de abril de 1844.

Correspondência do Inspetor da Instrução Pública Casemiro José de Moraes Sarmiento ao Presidente da Província Manoel Bernardino de Sousa Figueiredo, datado de 30 de abril de 1844.

Correspondência do professor João Marcelino da Silveira ao inspetor da instrução pública Casemiro José M. Sarmiento, datada de 9 de junho de 1844.

Correspondência de Casemiro José Sarmiento, inspetor da instrução pública a José João de Moura Magalhães presidente da Província, datada de 17 de junho de 1844.

Correspondência do Inspetor da Instrução Pública Casemiro Jose de M. Sarmiento ao presidente da Província, João José Moura Magalhães, datada de 1º de agosto de 1844.

Correspondência do Inspetor de Instrução Pública Casemiro Jose de M. Sarmiento ao Presidente da Província João José Moura Magalhães sobre a recusa do professor e proprietário do Colégio Nossa Senhora da Conceição, Alexandre José Rodrigues em atender às determinações do inspetor, datada em 1º de outubro de 1844.

Correspondência do Inspetor da Instrução Pública Casemiro Jose de M. Sarmiento ao Presidente da Província João Antonio de Miranda sobre os professores Alexandre Jose Rodrigues e Domingos Feliciano Marques Perdigão que não atendiam às exigências da inspetoria, datada em 2 de outubro de 1844.

Correspondência do Inspetor da Instrução Pública Casemiro Jose de M. Sarmiento ao presidente da Província, João José Moura Magalhães, datada de 2 de outubro de 1844.

Correspondência do Inspetor de Instrução Pública Casemiro José de M. Sarmiento ao Presidente da Província Ângelo Carlos Muniz sobre a recusa do professor e proprietário do Colégio Nossa Senhora dos Remédios, Domingos Feliciano Marques Perdigão em atender as determinações do inspetor, datada em 16 de outubro de 1844.

Correspondência do Inspetor de Instrução Pública Casemiro Jose de M. Sarmiento ao Presidente da Província Ângelo Carlos Muniz sobre a recusa do professor e proprietário do Colégio Nossa Senhora dos Remédios, Domingos Feliciano Marques Perdigão em atender as determinações do inspetor, datada em 31 de dezembro de 1844.

Correspondência de Casemiro José de M. Sarmiento, Inspetor da Instrução Pública a João José de Moura Magalhães, datada de 25 de novembro de 1844.

Correspondência Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, inspetor interino da instrução pública a José João de Moura Magalhães, presidente da Província, datada de 5 de dezembro de 1844.

Correspondência de Alexandre Teófilo de Carvalho Leal (Inspetor da Instrução Pública) para o Presidente da Província em 23 de dezembro de 1845

Correspondência de Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, inspetor da instrução pública a Ângelo Carlos Muniz, vice-presidente da Província, datada de 20 de junho de 1846.

Correspondência de Sotero dos Reis, inspetor da Instrução Pública a Joaquim Franco de Sá, presidente da Província, datado de 13 de setembro de 1847.

Correspondência de Casemiro José Sarmento, inspetor da instrução pública a Herculano Ferreira Pena, presidente da Província, datada de 16 de abril de 1849.

Correspondência de Casemiro Sarmento, Inspetor da Instrução Pública a Herculano Ferreira Pena, presidente da Província, datada de 20 de agosto de 1849.

Correspondência do professor Delfino Vieira da Costa ao Inspetor José da Silva Maia, datada em 9 de março de 1855.

Ofício do bibliotecário da Livraria Pública, Antonio Binário da Encarnação e Silva, dirigido ao Presidente da Província Candido Jozé Silva Vianna, em 9 de janeiro de 1832.

Ofício do bibliotecário da Livraria Pública Antonio Binário da Encarnação e Silva, dirigido ao Presidente da Província Candido Jozé Silva Vianna, em 19 de janeiro de 1832.

Ofício do bibliotecário Trajano Candido dos Reis, dirigido ao Presidente da Província Antonio Pedro da Costa Ferreira, em 1º de julho de 1835

Ofício do bibliotecário Trajano Candido dos Reis, dirigido ao Presidente da Província Antonio Pedro da Costa Ferreira, em 22 de Agosto de 1835.

Ofício do bibliotecário da Biblioteca Pública, Trajano Candido dos Reis, dirigido ao Presidente da Província Antonio Pedro da Costa Ferreira, em 13 de dezembro de 1835.

Ofício do bibliotecário Trajano Candido dos Reis, dirigido ao Presidente da Província Francisco Bibiano de Castro, em 18 de julho de 1837.

Ofício do bibliotecário Trajano Candido dos Reis, dirigido ao Presidente da Província Manuel Felisardo de Sousa e Mello, em 9 de julho de 1839.

Ofício (copia) de João Nepomuceno Xavier de Brito, Secretário da Instrução Pública, datado de 26 de abril de 1842.

Ofício enviado por Casemiro José de M. Sarmento, Inspetor da Instrução Pública para o Presidente da Província Herculano Ferreira Penna, em 16 de abril de 1849

Ofício enviado por José da Silva Maia, Inspetor da instrução Pública a Antônio Manoel de Campos Mello, Presidente da Província, datado de 26 de julho de 1862.

Ofício do Diretor da Instrução Pública José da Silva Maia para o presidente de Província Antonio Manoel Campos Melo, datado de 10 de fevereiro de 1863.

Ofício enviado pelo Inspetor da Instrução Pública José da Silva Maia ao Presidente da Província Antônio Manoel Campos Melo, datado de 17 de fevereiro de 1863.

Ofício enviado pelo Inspetor da Instrução Pública José da Silva Maia ao Presidente da Província Antônio Manoel Campos Melo, datado de 3 de março de 1863.

Ofício de José da Silva Maia para o Vice-Presidente da Província Miguel Joaquim Ayres do Nascimento, datado de 27 de abril de 1864.

Ofício enviado pelo inspetor da Instrução Pública Antonio Marques Rodrigues para o Presidente da Província Ambrosio Leitão da Cunha, em 12 de maio de 1864.

Ofício enviado por Antonio Marques Rodrigues para o Vice-Presidente da Província Miguel Joaquim Aires do Nascimento, datado de 8 de junho de 1864.

Ofício enviado pelo Inspetor da Instrução Pública Antonio Marques Rodrigues para o vice Presidente da Província Miguel Joaquim Ayres do Nascimento, em 16 de setembro de 1864

Ofício enviado por Antonio Marques Rodrigues para o Vice-Presidente da Província Miguel Joaquim Aires do Nascimento, datado de 2 de novembro de 1864.

Ofício enviado pelo Inspetor da Instrução Pública Antônio Marques Rodrigues para o Presidente da Província Ambrosio Leitão da Cunha, em 19 de novembro de 1864.

Ofício enviado pelo Inspetor da Instrução Pública Antônio Marques Rodrigues para o Presidente da Província Ambrosio Leitão da Cunha, em 29 de novembro de 1864.

Ofício enviado por Antonio Marques Rodrigues, Inspetor da Instrução Pública para Ambrosio Leitão Cunha, Presidente da Província, datado de 21 de fevereiro de 1865.

Ofício de Antonio Marques Rodrigues, Inspetor da Instrução Pública para o Presidente da Província Ambrosio Leitão da Cunha, datado de 1 de abril de 1865.

Ofício enviado pelo inspetor da instrução pública Jose da Silva Maia para o presidente da Província João Silveira de Souza, em 3 de maio de 1869.

Estatuto das Escolas de primeiras letras. Datado 29 de novembro de 1842.

Livro de Correspondência do Presidente da Província com o Inspetor da Instrução Pública (1856, 1.014).

Livro de correspondência do Presidente da Província Benevenuto Augusto de Magalhães Taques com o Inspetor da Instrução Pública José da Silva Maya (1857, DOC 1.015).

Livro correspondência do Presidente da Província o Barão de Coroatá com o Inspetor da Instrução Pública José da Silva Maia (1857, DOC 1.015).

Livro de correspondência do Presidente de Província Augusto O. Gomes de Castro ao Inspetor da Instrução Pública Polidoro César Burlamaque, em 28 de março de 1874 (1874, DOC 1045).

Livro de minutas das correspondências do Presidente da Província Francisco Maria Manuel Correia de Sá e Benevides com o Inspetor da Instrução Pública Antonio dos Santos Jacinto (1874, DOC 1043).

Livro de correspondência do Presidente de Província José Francisco de Viveiros ao Inspetor da Instrução Pública Polidoro César Bularmaque, 23 de abril de 1874 (1874, DOC 1046).

Livro de correspondência do Presidente de Província Francisco Maria Correia de Sá e Benevides ao Inspetor da Instrução Pública Polidoro César Bularmaque, em 28 de junho de 1877 (1877, DOC 1044).

Livro de minutas da correspondência do Presidente da Província Francisco Maria Correia de Sá Benevides ao Inspetor da Instrução Pública Antonio dos Santos Jacinto (1877, DOC 1044).

Livro de correspondência do Presidente de Província José Caetano Vaz Junior ao Inspetor da Instrução Pública Polidoro César Bularmaque, em 29 de maio de 1879 (1879, DOC 1049).

Livro de correspondência do Presidente de Província Luis de Oliveira Lins de Vasconcelos ao Inspetor da Instrução Pública Polidoro César Bularmaque, em 15 de novembro de 1879 (1879, DOC 1049).

Livro de correspondência do Presidente de Província Cincinnato Pinto da Silva ao Inspetor da Instrução Pública em 11 de outubro de 1881.

Livro de correspondência do Presidente de Província Cincinnato Pinto da Silva ao Inspetor da Instrução Pública Tibério César de Lemos, 8 de outubro de 1881 (1881, DOC 1055).

Livro de correspondência do Presidente de Província Cincinnato Pinto da Silva ao Inspetor da Instrução Pública Tibério César de Lemos, em 9 de novembro de 1881

Livro de correspondência do Presidente de Província ao Inspetor da Instrução Pública (1881, DOC 1.069, grifo meu)

Livro de correspondência do Presidente de Província o Barão de Grajaú ao Inspetor da Instrução Pública Tibério César de Lemos, em 27 de agosto de 1884 (1884, DOC 1063).

Livro de correspondência do Presidente de Província Capistrano Bandeira de Mello ao Inspetor da Instrução Pública Tibério César de Lemos, em 1º de dezembro de 1885 (1885, DOC 1066)

Livro de minutas de correspondência do Presidente da Província José Caetano Vaz Jardim remetidas ao Inspetor da Instrução Pública, Polidoro César Bularmaque (1878, DOC 1047).

Livro de minutas de correspondência do Presidente da Província José Manoel de Freitas remetidas ao Inspetor da Instrução Pública, Tibério César de Lemos (1882, DOC 1059).

MARANHÃO. Regulamento da Instrução Pública, 1844. Arquivo Público do Estado.

Relatório enviado por Caetano José da Silva, inspetor da Instrução Pública para Eduardo Olimpio Machado, datado de 11 de abril de 1855.

Relatório enviado por Caetano José de Sousa (Inspetor da Instrução Pública) para o Vice-Presidente da Província, Joaquim Teixeira Vieira Belfort, em 22 de novembro de 1855.

Relatório enviado pelo Inspetor da instrução Pública José da Silva Maia para o Presidente da Província João Silveira de Souza, datado 5 de janeiro de 1861

Relatório enviado por Antônio Marques Rodrigues, Inspetor da Instrução Pública a Ambrosio Leitão da Cunha, Presidente da Província, datado de 1º de abril de 1865.

JORNAIS PESQUISADOS

Conciliador Maranhense, 1821, 1822

Argos da Lei - 1825

O Amigo do Homem - 1827

A Bandurra - 1828

A Cigarra - 1829

A Estrela do Norte do Brasil – 1829, 1830, 1834

O Pharol Maranhense - 1829, 1832, 1833

O Censor, 1830

Jornal dos Annuncios - 1831

Echo do Norte - 1834, 1835

Bemtevi- 1836

O Investigador Maranhense – 1837

O Legalista – 1840

Jornal Maranhense - 1841

A Revista - 1844, 1848 1849, 1850

Jornal de Instrução e Recreio - 1845

O Publicador Maranhense - 1846, 1852, 1853, 1857, 1860, 1861, 1866, 1871, 1872, 1873, 1875, 1882, 1881

A Imprensa – 1858, 1859, 1860

O Século - 1858, 1859, 1860

O Globo – 1859

Ordem e Progresso - 1861

A Coaliação - 1863

Echo da Juventude – 1864, 1865

A Escola - 1878

Revista Elegante – 1895

Revista Philomatica - 1895

RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO

MARANHÃO. Discurso que recitou o Exmº Sr. Manoel Felisardo de Sousa e Mello, presidente desta província, na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 3 de maio do corrente ano. Maranhão: Tipografia da I. J. Ferreira, 1838.

MARANHÃO. Discurso feito pelo Exmº Sr. Dr. João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Maranhão, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 3 de julho de 1841. Maranhão: Tipografia Monárquica Constitucional de F. de S. N. Cascaes, 1841.

MARANHÃO. Relatório que a Assembléia Legislativa Provincial apresentou o Exmo. Presidente da Província do Maranhão, Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, na sessão de 3 de maio de 1843. Maranhão: Tipografia de I. J. Ferreira, 1843.

MARANHÃO. Fala dirigida pelo Exmo. presidente da província do Maranhão, Herculano Ferreira Penna, á Assembléia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 14 de outubro de 1849. Maranhão, Impresso na Typ. de J.A.G. de Magalhães, 1849.

MARANHÃO. Fala dirigida pelo Exmo. Presidente da Província do Maranhão a Assembléia Legislativa Provincial por ocasião de sua instalação em no dia 7 de setembro de 1850. Maranhão: Tipografia de I. J. Ferreira, 1850.

MARANHÃO. Relatório do presidente da Província do Maranhão, o doutor Eduardo Olympio Machado, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia e de maio de 1855, acompanhado do orçamento da receita e da despesa para o ano de 1856 e mais documentos. Maranhão: Tipografia Constitucional de I. J. Ferreira, 1855.

MARANHÃO. Relatório que a Assembléia Legislativa provincial do Maranhão apresentou na sessão ordinária de 1857 ao Presidente da Província Dr. Benvenuto Augusto de Magalhães Taques. Maranhão: Tipografia da Temperança, 1857.

MARANHÃO. Relatório do exmo. snr. Vice-presidente, doutor João Pedro Dias Vieira apresentado ao Exmo. Sr. Presidente Dr. João Lustosa da Cunha Paranaguá, ao passar-lhe a administração no dia 19 de outubro de . Maranhão, Typ. da Temperança, 1858.

MARANHÃO. Relatório do Exmo, Sr. Vice-Presidente Dr. João Pedro Dias Vieira, apresentado ao Exmo. Sr. Presidente Dr. João Lustosa de C. Paranaguá ao passar-lhe a administração no dia 19 de outubro de 1855. Maranhão: Tipografia da Temperança, Impresso por J. P. Ramos, 1859.

MARANHÃO. Relatório com que excelentíssimo senhor doutor João Silveira de Souza, presidente da província, passou a administração da mesma ao exmo. senhor doutor Pedro Leão Velloso, no dia 24 de março de 1861; acompanhado do ofício com que o mesmo exmo. Sr. Dr. Pedro Leão Vellozo [sic] a passou ao exmo. sr. doutor Francisco Primo de Souza Aguiar, no dia 25 de abril de 1861. Maranhão, Typ. Constitucional de I.J. Ferreira, 1861.

MARANHÃO. Relatório de Pedro Leão Veloso, no dia 24 de marco de 1861, acompanhado do oficio que o mesmo Exmo. Sr. Pedro Leão Veloso, a passou ao Exmo. Sr. Doutor Francisco Primo de Souza Aguiar, no dia 25 de abril de 1861. Maranhão: Tipografia Constitucional de I. J. Ferreira, 1861.

MARANHÃO. Fala com que o Exm^o Sr. Conselheiro João Capristano Bandeira de Melo abriu a 1^a sessão da 26^a legislatura da Assembléia Legislativa Provincial do Maranhão, em 13 de março de 1866. Maranhão: Tipografia do Pais, 1886.

MARANHÃO. Fala que o Exmo. Sr. José Bento de Araújo dirigiu a Assembléia Legislativa Provincial do Maranhão, em 18 de maio de 1887, por ocasião da instalação da 2^a. Sessão da 26^a legislatura. Maranhão: Tipografia do Pais, 1887.

MARANHÃO. Fala que o Exmo. Sr. José Bento de Araújo dirigiu a Assembléia Legislativa Provincial por ocasião de sua instalação da 1^a. Sessão da 27^a legislatura. Maranhão: Tipografia do Paiz, 1888.

LIVROS ESCOLARES ANALISADOS

AULETE, Caldas. *Seleta Nacional*: curso prático de literatura portuguesa; Lisboa: Tipografia Lallement Frères, 1873.

BEZOUT, M. E. *Elementos de Aritmética*. 2.ed. Paris: Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, 1847

CASTELO BRANCO, J. S. *Selecta Escolar*. São Luis: Tipografia de Frias & Filho, 1886.

COQUEIRO, José Antonio. *Tratado de Aritmética*. Paris: Rey e Belhatte, 1860.

CORRÊA, José Augusto. *Resumo de Álgebra*. São Luis: Livraria Popular Maranhense, 1866.

D. M. A *Questões praticas de aritmética*. Maranhão: Frias & Filho, 1895.

DUARTE, Antonio da Costa. *Compêndio da gramática filosófica*. Maranhão: Ramos de Almeida, 1877.

FONSECA, R. Alves. Pe. *Selecta nacional*. v. 1. Maranhão: [s.n.], 1873.

HOMEM, A. de Vasconcelos. *Primeiras noções de aritmética para uso das escolas de ensino primário*. São Luís: Tipografia Maranhense, 1846.

MARQUES, César Augusto. *Aos meus meninos*. 2. ed. São Luis: Livraria Popular de Magalhães, 1874.

_____. *Almanaque de Lembranças Brasileiras*. Livr. Pop. Magalhães, 1865.

MIDOSI, Luiz Francisco. *O expositor português ou rudimentos da leitura da língua materna*. Londres: Greenlaw, 1831.

MONTEVERDE, Emilio Achilles de. *Manual enciclopédico pra uso das escolas de instrução pública*. 14. ed. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1887.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução pública*. Rio de Janeiro: Garnier, 1887

MOREIRA, Roberto. *Página íntima*. São Luís: [s.n.], 1874.

REIS, Américo Vespúcio dos. Introdução. In: REIS, Sotero dos. *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*. São Luis: Tipografia de Belarmino de Mattos, 1872.

REIS, Sotero dos. *Gramática portuguesa acomodada aos princípios gerais da palavra de imediata aplicação prática*. São Luís: Belarmino de Matos, 1866.

_____. *Curso de literatura portuguesa e brasileira*. Maranhão: São Luís: Belarmino de Matos, 1866.5 vol.

----- . *Gramática Portuguesa acomodada aos princípios gerais da palavra seguidos de imediata aplicação prática*. 2. ed. ver. cor. São Luís: Tipografia de R. d'Almeida & c. Editores e proprietários desta edição, 1871.

RODRIGUES, Antonio Marques. *O livro do povo*. 9. ed. Maranhão: Typ. Frias, 1881.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Dunshe de. *O Captiveiro*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1941.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. A educação feminina em São Luís (século XIX). In: COSTA, Wagner Cabral da. (Org.). *História do Maranhão: novos estudos*, São Luis: EDUFMA, 2004.

ABREU, Márcia. História dos textos, história dos livros e história das práticas culturais – ou, uma outra revolução da leitura. In: _____. *Formas e sentido. Cultura e escrita: entre distinção e apropriação*. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

ALMEIDA, José R. Pires de. *História da instrução pública: história e legislação*. Tradução de Antônio Chizzoti. São Paulo: EDUC; Brasília: INEP MEC, 1989.

AMÂNCIO, Lazara Nanci de Barros; CARDOSO, Cancionila Janzkovski. Fontes para o estudo da produção e circulação de cartilhas no Estado de mato Grosso. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MACIEL, Francisca Izabel Pereira (Org.). *História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG / RS / MT – Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2006.

AMENO. Senhor. In: BERREDO, Bernardo Pereira de. *Annaes históricos do Estado do Maranhão*. 2. Ed. Maranhão: Typografia maranhense, 1849.

ANDRADE, Beatriz Martins de. *O Discurso Educacional do Maranhão na Primeira República*. São Luis: UFMA, 1984.

ANTONACCI, Maria Antonieta. Apresentação. *Projeto história*, São Paulo, n. 17, p. 29-44, nov. 1998.

ARAÚJO, Antonio Martins de. A herança de João de Barros e outros estudos. São Luis: AML, 2003.

AULETE, Caldas. *Seleta Nacional: curso prático de literatura portuguesa*; Lisboa: Tipografia Lallement Frères, 1873.

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. Brasília: UnB, 1996.

AZEVEDO, Aluísio. *Casa de Pensão*. São Paulo: Ática, 2002.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1985.

BARROSO, José Liberato. *A instrução pública no Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1867.

BASTOS, M. H. C.; FARIA FILHO, L. M. de (Org.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mutuo*. Passo Fundo: UPF, 1999.

BASTOS, M. H. C. História das idéias pedagógicas: leitura, currículo, educação comparada e circulação internacional. In: CAVALCANTE, M. J. M. *História da educação comparada*. Fortaleza: UFC, 2011.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. *Paleógrafos ou Livros de Leitura Manuscrita: Elementos para o Estudo do Gênero*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio9.html>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

BELO, André. *História & livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BERREDO, Bernardo Pereira de. *Annaes históricos do Estado do Maranhão*. 2. Ed. Maranhão: Typografia maranhense, 1849.

BEZOUT, M. E. *Elementos de Aritmética*. 2.ed. Paris: Livraria Portuguesa de J. P. Aillaud, 1847.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Editors and authors of compendia and reading books (1810 – 1910). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475 – 491, set/dez. 2004.

_____. *Livro didático e saber escolar: 1810-1910*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BORGES, Abílio César. *Segundo Livro de Leitura para o uso da infância brasileira*. Paris : Vva J. – P. Aillaud, Guillard e C^a, 1867.

BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro*. São Luís: Edfunc, 2010.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

BOTO, Carlota. *O professor primário português como intelectual: ‘eu ensino, logo existo’*. Disponível em: <<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/26CarlotaBoto.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação liberdade, 1996.

_____. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. O capital social. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. *Escritos de Educação*. 5^a ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. O sociólogo e o historiador. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BRAGA, Fátima. *Práticas informacionais e sociedade da informação na Biblioteca pública Benedito Leite*. 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Política e Educação no Maranhão (1834 – 1889)*. São Luís: SIOGE, 1984.

CALDEIRA, José de Ribamar C. *O Maranhão na Literatura dos viajantes do século XIX*. São Luís: AML/Sioge, 1991.

CAPELATO, M. H. R. *Imprensa e história do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto/Edusp, 1994.

CARBONE, Graciela M. Diversidad de miradas a los libros escolares. *Libros escolares. Una Introducción a su análisis y evaluación*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. ed. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASPARD, Pierre et all. *La Presse d'éducation et d'enseignement XVIII - 1940*. Tomel A-C. INRP, Edition du CNRS, 1981.

CASPARD, Pierre; CASPARD, Penélope. Imprensa Pedagógica e Formação continua de professores primários (1815-1939). In: CATANI, D.; BASTOS, M. H. C. (Org.). *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 33-45.

CASTELLANOS, Samuel L. V. *Práticas leitoras no Maranhão na Primeira República: entre apropriações e representações*. São Luís: EDUFMA, 2010a.

_____. A leitura e a prática pedagógica no cenário político e educacional do Maranhão na Primeira República. In: CASTRO, Cesar A. (Org.). *Leitura, impressos e cultura escolar*. São Luís: EDUFMA, 2010b.

_____. Sociedade Onze de Agosto: uma instituição de ensino popular no Maranhão Império (1870 – 1876). In: MADEIRA, Antonio C. F.; MADEIRA, Maria das Graças de L. (Org.). *Instituições escolares e escolarização no nordeste*. São Luís: EDUFMA: UFBP: Café & Lápis, 2011a.

_____. Práticas de leitura no Maranhão na Primeira República: percurso investigativo. In: FINO, Carlos Nogueira; SOUSA, Jesus Maria (Org.). *Pesquisar para mudar (a educação)*. Ilha da Madeira: CIE – Uma, 2011b.

_____. A leitura e os leitores: entre crenças e atitudes. In: CAVALCANTI, Maria Juraci Maia et al. (Org.). *História da educação comparada: discursos, ritos e símbolos da educação popular, cívica e religiosa*. Fortaleza: Edições UFC, 2011c.

CASTELO BRANCO, J. S. *Selecta Escolar*. São Luis: Tipografia de Frias & Filho, 1886.

CASTRO, Cesar Augusto. PINHEIRO, Ana Luiza Ferreira. Trajetória da Biblioteca Pública no Maranhão provincial. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 4, n. 1, p. 38-50, jul./dez., 2006.

CASTRO, César. *História da leitura no Maranhão*. São Luís. 2007a. (mimeo)

_____. *Infância e Trabalho no Maranhão provincial: uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841–1889)*. São Luís: EdFUNC, 2007b.

_____. (Org.). *Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império: 1835-1889*. São Luís: EDUFMA, 2009a.

_____. Fontes e percursos para uma história da educação maranhense. In: *Escolas e culturas: políticas, tempos e territórios de ações educacionais*. CAVALCANTI, Maria Juraci Maia et. al. (Org.). Fortaleza: Edições UFC, 2009b.

CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel L. V. Navegar é preciso: a escola de aprendizes marinheiros no Maranhão Império. In: GALVES, Marcelo C; COSTA, Yuri (Org.). *O Maranhão Oitocentista*. Imperatriz: Ética; São Luís: UEMA, 2009a.

_____. Apropriações e representações sócio-históricas do trinômio leitura-texto-leitor. *Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, Florianópolis, n. esp., p. 46-63, 2009b.

CASTRO, Cesar Augusto. O catálogo de bibliotecas como fonte para a história da educação no Maranhão Império. In: _____. *Tempo, espaço e memória da educação: pressupostos teóricos metodológicos e seus objetos de estudo*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

_____. Um jornal dedicado á indústria e às artes no Maranhão Império. *Cadernos de História da Educação*, v. 10, n. 1, p. 61- 69, jan./jun, 2011.

CASTRO, Cesar A.; SILVA, Diana Rocha da; CASTELLANOS, Samuel L. V. A Biblioteca Pública do Maranhão como instituição educacional. *Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 255-269, 2011.

CASTRO, Cesar A.; CASTELLANOS, Samuel L. V.. Educação e Instrução nas províncias do Maranhão e Piauí. In: GONDRA, José Gonçalves; SCHENEIDER, Omar (Org.). *Educação e instrução nas províncias e na Corte Imperial*. 1 ed. Vitória: EDUFES, 2011.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO; Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Dominíos da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, F. M. *A matemática no Brasil*. São Paulo: UNICAMP, 1992.

CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 5-10.

CATANI, Denice Barbara; SOUSA, Cynthia Pereira. *Imprensa periódica educacional paulista (1890 – 1996)*. São Paulo: Plêidade, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____. *A cultura no plural*. São Paulo: Papirus, 1995.

_____. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forence universitária, 2006.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. A invenção do cotidiano: uma leitura, usos. São Paulo, n. 17, p. 29-44, nov., 1998.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1988.

_____. A história cultural: entre práticas e representações. Trad. Maria M. galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1990.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVIII*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1994.

_____. Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.

_____. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. Introdução – O livro dos livros. In: PARK, Margareth Brandini. *Histórias e leituras de almanaques no Brasil*. Campinas: Mercado das letras, 1999.

_____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002.

_____. *Formas e sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. São Paulo: Mercado de Letras (ALB), 2003.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. v. 2. Porto Alegre: Teoria e Educação, 1990. p. 177-229.

CHOPPIN, Alain. Passado y presente de los manuales escolares. In: BERRIO, Julio Ruiz (Ed.). *La cultura escolar de Europa. Tendências históricas emergentes*. (Memória y crítica de La Educación). Madrid: Biblioteca Neva, 2000. p. 107-141.

_____. O historiador e o livro escolar. *Revista História da Educação*. Pelotas: Editora da UFPel, 2002. p. 5-24.

_____. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*. v. 30, n. 33, p. 549 – 566, 2004.

COQUEIRO, Edmundo. *A vida e a obra de João Antonio Coqueiro*. Rio de Janeiro: Magalhães, Correard & Cia, 1942.

COQUEIRO, José Antonio. *Tratado de aritmética*. Paris: Rey e Belhatte, 1860.

_____. *Tratado de Aritmética*. Rio de Janeiro: Casa Monte Alverne, 1897.

CORRÊA, José Augusto. *Resumo de Álgebra*. São Luis: Livraria Popular Maranhense, 1866.

CORRÊA, Carlos H. A. *Circuito do livro escolar: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense (1852 – 1910)*. 2006. 240 f. Tese (Doutorado em educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2006.

CORRÊA. Rossini. *Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia*. São Luís: SIOGE, 1993.

CORREIA, Maria da Gloria. *Nos fios da trama? Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operário feminino em São Luís na virada do século XIX*. São Luís: EDUFMA, 2006.

CRAMER, Eugene H.; CASTLE, Marrietta. Desenvolvendo leitores para toda a vida. In: _____. (Org.). *Incentivando o amor pela leitura*. Porto Alegre: Artmend, 2001.

CRUZ; Mariléia dos Santos. Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escrava do Maranhão no século XIX. 2008. 195 f. Tese (Doutorado em educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, São Paulo, 2008.

DARNTON, Robert. A leitura rousseauista e um leitor “comum” do século XVIII. In: DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. *O iluminismo como negócio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *El colóquio de los lectores. Ensayos sobre autores, manuscritos, editores y lectores*. México: FCE, 2003.

_____. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DEUS, João de. *Guia prático e teórico da cartilha maternal ou arte da leitura*. 9. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade. 1905.

DIAS, A. Gonçalves. Introdução. In: BERREDO, Bernardo Pereira de. *Annaes históricos do Estado do Maranhão*. 2. Ed. Maranhão: Typografia maranhense, 1849.

DIAS, A. Gonçalves. *Instrução Pública em diversas províncias do Norte: relatório de Antonio Gonçalves Dias*. v. 39. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1957.

_____. Exames nos arquivos dos mosteiros e das repartições públicas para a coleção de documentos históricos relativos ao Maranhão. *R. Bibliotecon*. Brasília. v. 1, n. 2, jul./dez. 1973.

_____. Instrução pública nas províncias do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Pernambuco e Bahia. In: ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *História da instrução no Brasil (1500-1889): história e legislação*. São Paulo: INEP, 1989.

D. M. A *Questões praticas de aritmética*. Maranhão: Frias & Filho, 1895.

DUARTE, Antonio da Costa. *Compêndio da gramática filosófica*. Maranhão: Ramos de Almeida, 1877.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Libros para la escuela: la primeira generación de manuales escolares. In: ESCOLANO BENITO, Agustín . (dir.). *História ilustrada Del libro escolar em Espanha. Del Antigo Regime a la Segunda República*. Madrid: Fundação Germán Sánchez Ruipérez, 1997.

FARIA FILHO, Luciano M. de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; SOUZA, Laurena Cristina Belo de. *O jornal como fonte para a história da educação: um estudo sobre jornais mineiro do século XIX*. 2002 (mimeo).

FARIA FILHO, Luciano Mendes. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima (Org.). *História e historiografia da educação Brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. et. al. Educação elementar: Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliana M^a. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, Cynthia G. *500 anos de educação no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FARIA, Regina. Escravos livres pobres, índios e imigrantes estrangeiros nas representações das elites do Maranhão oitocentista. In: _____. *História do Maranhão: novos estudos*. [S. l.: s. n.], 2004.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSF, 2001.

FERNANDES, Henrique Costa. *Administradores maranhenses: 1922-1929*. São Luis: GEIA, 2003.

FLORESTA, Nísia. *Opúsculo humanitário*. São Paulo: Córtext, 1989.

FONSECA, R. Alves. Pe. Seleta nacional. v. 1. Maranhão: [s.n.], 1873.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. *Imprensa Pedagógica: um estudo de três revistas mineiras destinadas a professores*. 2000. Tese (Doutorado em educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Fontes para a história da alfabetização e dos livros em Minas Gerais: os impressos e o arquivo. In: _____. (Org.). *História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG / RS / MT – Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2006.

FREITAS, M. C. *Da micro-história à história das ideias*. São Paulo: Cortez, 1999.

FRIAS, J. M. C. *Memória sobre a tipografia maranhense*. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio Histórico – Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Livres do Mundo Inteiro, 1970.

GALVES, Marcelo Cherche. *Ao público sincero e imparcial: imprensa e Independência do Maranhão (182 – 1826)*. 2010. 214 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Rio de Janeiro. Niterói, RJ. 2010.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989.

_____. *Nova luz sobre a antropologia*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2001.

_____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GIGLIO, Célia Maria B. *Uma genealogia de práticas educativas na Província de São Paulo: 1836-1879*. 2001. 356 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2001.

GONDRA, José G. Modificar com brandura e prevenir com cautela: racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JUNIOR, Moysés (Org.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez. 2002.

GINZBURG, Carlos. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989a.

_____. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989b.

_____. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOODSON, Ivor F. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o se desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, António (Org.). *Vidas de professores*. Lisboa: Porto, 1995.

GOULEMOT, Jean Marie. Da leitura como produção dos sentidos. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo – EDUSP, 1972.

HALL, Stuart. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: _____. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HÉBRARD, Jean. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Leitura, história e história de leitura*. São Paulo: Fapesp, 1999.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da Educação Brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira, 2003.

HOMEM, A. de Vasconcelos. *Primeiras noções de aritmética para uso das escolas de ensino primário*. São Luís: Tipografia Maranhense, 1846.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da Educação Brasileira: leituras*. São Paulo: Autentica, 2006.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 4, v. 1, p. 9 - 44, jan. /jun., 2001.

JORGE, Sebastião. *Os primeiros passos da imprensa no Maranhão: 1821 -1841*. São Luís: Editora Universitária da UFMA; MEC – SESU, 1987.

_____. *Política movida a paixão: o jornalismo polêmico de Odorico Mendes*. São Luís: Imprensa universitária, UFMA, 2000.

_____. *A imprensa do Maranhão no Século XIX (1821-1900)*. São Luís: Lthograf, 2008.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996a.

_____. Os livros que vinham de longe / Os livros que aqui gorgeliam. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996b, p. 183-202.

LANCASTER, José. *Sistema britânico de educação*: sendo um completo tratado de melhoramentos e invenções práticas. Traduzido do original inglês por Guilherme Skinner. Porto: Tipografia de Viuva Alverey Ribeiro & Filhos, 1823.

LARROSA, Jorge. Os paradoxos da repetição e a diferença. Notas sobre o comentário do texto a partir de Foucault, Bakhtin e Borges. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história e história de leitura*. São Paulo: FAPESP, 1999.

LEAL, Antonio Henriques Leal. *Panteon Maranhense*. São Luís: Alumar, 1991.

LEAL, Antonio Henriques. *Patheon Maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Alhambra, 1987.

LINS, Ana Maria M. O método de Lancaster: educação elementar ou adestramento? Uma proposta para Portugal e Brasil no século XIX. In: BASTOS, M. H. C.; FARIA FILHO, L. M. de (Org.). *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mutuo*. Passo Fundo: UPF, 1999.

LOPES, Antonio. *História da imprensa no Maranhão (1821-1925)*. Rio de Janeiro: DASP, 1959.

LORENZ, Karl. *Ciência, educação e livros didáticos: os compêndios de Ciências Naturais do Colégio Pedro II*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

LUCCOCK, John. *Notes on Rio de Janeiro and the Southern Parts of Brazil...*, Londres: Leigh, 1823. (Tradução brasileira: *Notas Sobre o Rio de Janeiro, 1802–1822*, São Paulo: Martins, 1942).

MACEDO, Joaquim Manoel de. *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução pública*. Rio de Janeiro: Garnier, 1887.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Catilhas de alfabetização e nacionalismo. In: PERES, Eliane; TAMBARA, Elomar (Org.). *Livros escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX – XX)*. Pelotas: Seiva, 2003.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Breves reflexões acerca da revolução da Província do Maranhão*. São Luís: Tipografia do Progresso, 1858.

MARQUES, César Augusto. *Aos meus meninos*. 2. ed. São Luís: Livraria Popular de Magalhães, 1874.

_____. *Almanaque de Lembranças Brasileiras*. Livr. Pop. Magalhães, 1865.

_____. *A Província do Maranhão: breve memória*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876.

_____. *Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta, 1970.

_____. *Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão*. 3. ed. (revista e ampliada). Edição Crítica de Jomar Moraes. São Luís: Edições AML, 2008.

MARQUES, José Maria Cabral. O ensino superior no Maranhão. In: MEIRELES, Mário M. *Dez estudos históricos*. São Luís: ALUMAR, 1994.

MARTINS, Manoel Barros. *Operários da saudade: os Novos Atenienses e a invenção do Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2006.

MEIRELES, Mário M. *Dez estudos históricos*. São Luís: ALUMAR, 1994.

_____. *História do Maranhão*. 3. ed. São Paulo: Siciliana, 2001.

MELO, Carlos Augusto de. *A formação das histórias literárias no Brasil: as contribuições de Cônego Fernandes Pinheiro (1825-1876), Ferdinand Wolf (1796-1866) e Sotero dos Reis (1800-1871)*. 2009. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Programa de Pós-Graduação em História Literária, Universidade de Campinas, Campinas, 2009.

MELLO, Luiz de. *Cronologia das artes plásticas no Maranhão (1842-1930)*. São Luís: Lithograf, 2004.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MIDOSI, Luiz Francisco. *O expositor português ou rudimentos da leitura da língua materna*. Londres: Greenlaw, 1831.

MOTTA, Diomar das Graças. *As mulheres professoras na política educacional no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2003.

MONTELLO, Josué. *Os Tambores de São Luís*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MONTEVERDE, Emilio Achilles de. *Manual enciclopédico pra uso das escolas de instrução pública*. 14. ed. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1887.

MORAES, Jomar. *Guia histórico da Biblioteca Pública “Benedito Leite”*. São Luís: FUNC, 1973.

_____. *Guia de São Luís do Maranhão*. 2. ed. São Luís: Legenda, 1995.

MORAES, Pe. José de. *História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará*. Rio de Janeiro: Editora Alhambra, 1987.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. ed. 2. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

MOREIRA, Roberto. *Página íntima*. São Luís: [s.n.], 1874.

MORTATTI, Maria do Rosário. *Os sentidos da alfabetização*. São Paulo. UNESP, 2000.

_____. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. *Revista Brasileira da Educação*. v. 15, n. 44, maio/ago. 2010b.

_____. História dos métodos de alfabetização no Brasil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf> . Acesso em: 11 de out., 2011.

NÓVOA, António. *A imprensa de educação e ensino: Repertório Analítico (séculos XIX e XX)* Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

_____. A imprensa de Educação e Ensino. *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta M. Chagas de. Historiografia das fontes. *Cadernos ANPED*. Porto Alegre: Unesp, 1993.

OLIVEIRA, A. de Almeida. *O ensino público*. Brasília: Senado Federal, 2003.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. *The Spectador: o teatro das luzes*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

PANIZOLLO, Claudia. *João Köpke e a escola republicana: criador de leituras, escritor da modernidade*. 2006. 356 f. Tese (Doutorado em educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, 2006.

PERDIGÃO, Domingos de Castro. *O que se deve ler*. São Luís: Imprensa Oficial, 1922.

PERES, Eliane. Desenvolvimento do projeto de pesquisa Cartilhas Escolares em Pelotas (RS): organização do trabalho, fontes e questões de investigação. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MACIEL, Francisca Izabel Pereira (Org.). *História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG / RS / MT – Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2006a.

_____. A produção e a circulação de cartilhas escolares no Rio Grande do Sul: alguns dados de pesquisa. In: FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; MACIEL, Francisca Izabel Pereira (Org.). *História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG / RS / MT – Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2006b.

PINTO, Paula Alexandra Aguiar. *O ensino primário e seus valores em Portugal, de 1807 até 1928, através dos manuais escolares*. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

RAPOSO, Conceição. *O percurso histórico do ensino normal no Brasil*. São Luis. 1993. mimeo.

REIS, Sotero dos. *Gramática portuguesa acomodada aos princípios gerais da palavra de imediata aplicação prática*. São Luís: Belarmino de Matos, 1866.

_____. *Curso de literatura portuguesa e brasileira*. Maranhão: São Luís: Belarmino de Matos, 1866. 5 vol.

REIS, Francisco Sotero dos Reis. *Gramática Portuguesa acomodada aos princípios gerais da palavra seguidos de imediata aplicação prática*. 2. ed. ver. cor. São Luís: Tipografia de R. d'Almeida & c. Editores e proprietários desta edição, 1871.

REIS, Américo Vespúcio dos. Introdução. In: REIS, Sotero dos. *Curso de Literatura Portuguesa e Brasileira*. São Luís: Tipografia de Belarmino de Mattos, 1872.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Florianópolis: Mulheres, 2004.

REIS, Flávio. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão*. São Luís: [s. n], 2007.

REGO, Fabio Hostillio de Moraes. *Breve noticia sobre a Província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Tipografia da Reforma, 1875.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500 – 1822: com um breve estudo geral sobre a informação*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988. (ed. Fac – similar).

RODRIGUES, Antonio Marques. *O livro do povo*. 9. ed. Maranhão: Typ. Frias, 1881.

SALDANHA, Lilian Leda. *A instrução pública maranhense na primeira década republicana (1889- 1899)*. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

SANTOS, Pedro Braga dos. Gutenberg no Maranhão: a indústria tipográfica no Maranhão no século XIX. *Revista FIPES*, São Luís, v. 2, n. 2, p. 71-78, jul./ dez., 1983.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do longo século XX brasileiro. In: _____. et al. *O legado educacional do século XIX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SCHENEIDER, Otto. A mais antiga livraria do Brasil. *Revista do Livro*, v. 5, n. 15, abr./jun., 1957.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SERRA, Astolfo. *A vida simples de um professor de aldeia*. Rio de Janeiro: [s.n], 1944.

SERRA, Joaquim. *Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão*. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Das ficções do arquivo: ordeem dos livros e práticas de leitura na biblioteca pública da corte imperial. In: ABREU, Márcia. *Leitura, história de leitura*. São Paulo: FAPESP, 2005.

SILVA, Diana Rocha da. *Recomeço de uma história: a recriação da Biblioteca Pública do Maranhão na Primeira República*. 2008. 112 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2008.

SILVA, Kelcilene Rose; FREITAS, Surama de Almeida. Apresentação In: MARANHÃO. Procuradoria Geral da Justiça. *Ministério Público do Estado do Maranhão: fontes para sua história*. São Luís: Procuradoria Geral da Justiça, 2004, v. 2.

SILVA, José Candido de Moraes e. É a imprensa. In: FONSECA, R. Alves. Pe. Seleta nacional. v. 1. Maranhão: [s.n.], 1873.

SILVA, Luis A. Vieira. *História da independência da província do Maranhão: 1822- 1828*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora America, 1972.

SILVEIRA, Francinete. *Biblioteca, leitura e desenvolvimento: algumas considerações*. Disponível em: <<http://www.informacaoesociedade.ufpd.br>>. Acesso em: 14 abr. 2002.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma historia política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996.

SOARES, Waléria de J. Barbosa. *Juros em livros didáticos de Matemática no Maranhão do Século XIX*. 2009. 176 f. Dissertação (Mestrado em Matemática) - Programa de Pós-Graduação em Matemática, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2009.

SODRÉ, Nelson W. *História da imprensa no Brasil*. ed. 3. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOUZA, A. Ennes de; OLIVEIRA, A. de Almeida. *Conversas públicas na escola normal em 1872*. Maranhão: Tip. do Paiz, 1972.

TAMBARA, Elomar. Textos de leitura nas escolas de ensino elementar no século XIX no Brasil. In: PERES, Eliane; TAMBARA, Elomar (Org.). *Livros escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX – XX)*. Pelotas: Seiva, 2003.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

UCHÔA, Júlio Benevides. *Flagrantes Educacionais do Amazonas de ontem*. Manaus: Governo do estado do Amazonas, 1966.

VALENTE, Wagner Rodrigues. *Uma história da matemática escolar no Brasil: 1730-1930*. 2. ed. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

VERISSIMO, José. *A educação nacional*. Pará: Editores Tavares Cardoso, 1890.

VIDAL, Diana; GVIRTZ, Silvina. O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar: Brasil e Argentina, 1880/1940. *Revista Brasileira de educação* (8): p. 13 – 30, maio-ago. 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas: Autores Associados, 2005

VIEIRA, David Gueiros. Prefácio. In: OLIVEIRA, A. de Almeida. *O ensino Público*. Brasília: Senado Federal, 2003. Prefácio.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). *Cinco estudos em história e historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal Diário como fonte e como tema para a pesquisa em história da educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: TABORDA, Marcos Aurélio (Org.). *Cinco estudos em história e historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

VILLELA, Heloisa, O ensino mutuo na origem da primeira escola normal do Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *A escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 145 -176.

VIVEIROS, Jerônimo de. *Apontamentos para a história da instrução pública e particular do Maranhão: 1629 a 1889 (1.ª parte)*. [S. l:s.n], 1936. mimeo. 152 p.

_____. Apontamentos para a história da instituição pública e particular do Maranhão. *Revista de Geografia e História*. São Luís. v. 4, p. 3-43, dez, 1953.

_____. *História do comércio no Maranhão*. São Luís: Associação Comercial, 1954.

WARDE, Mirian Jorge. O itinerário de formação de Lourenço Filho por descomparação. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Autores Associados, n. 5, jan./jul., p. 125-168, 2003.

_____. From the International Exposition of Philadelphia of 1876 to the San Francisco Exposition of 1915: classifying and comparing pedagogical models. In: International Standing Conference for the History of Education - *ISCHE*. 25. 2004, São Paulo, Anais... São Paulo: Plêiade, 2004.

_____. *Circulação e enredamento de culturas: notas para uma história descomparada da educação*. (mimeo), 2010.

ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Jornais publicados no Maranhão no século XIX

TÍTULO	ANO
O Conciliador do Maranhão	1821
A Malagueta Maranhense	1821
A Folha Medicinal do Maranhão	1822
A Palmatória Semanal	1822
Gazeta da Verdade	1822
Brado Maranhense	1822
Gazeta Extraordinária	1823
Diário Eclesiástico Independente	1823
Diário do Governo	1823
O Amigo do Homem	1824
Argos da Lei	1825
O Censor	1825
Verdadeiro Patriota Maranhense	1825
O Piparote	1826
Farol Maranhense	1827
Minerva	1828
Bandura	1828
O Despertador Constitucional	1828
A Cigarra	1829
A Estrela do Norte do Brasil	1829
O Farol Maranhense	1829
O paraque	1829
CegaRega	1829
O Azarrogue	1829
O Brasileiro	1830
O Semanário Oficial	1830
O Almanaque Mercantil	1830
O Clarim	1830
A Segunda Estrela do Norte do Brasil	1830
O Constitucional	1831
O Publicador Oficial	1831
O Jornal dos Anúncios	1831
A Bússola da Liberdade	1831
A Opinião	1831
O Cruzeiro	1831
O Anticristo	1831
O Brasileiro	1832
O Correio do Conselho Provincial	1832
O Mentor Liberal	1832
O Escudo da Verdade	1832
O Rondante Político	1832
Foguete	1832
Reformatório	1832
O Publicola Maranhense	1833
A Sentinela Maranhense	1833
Atalaia dos Caiporas	1833
Voz do Bacanga	1833
Echo do Norte	1834
O Berro do Norte	1834
O Correio Semanal do Maranhão	1834

TÍTULO	ANO
O Publicador da Relação	1834
O Investigador Maranhense	1835
O Justiciero	1835
Correio da Assembléia Provincial	1835
O Estandarte	1835
O Cacambo	1836
O Americano	1836
O Investigador Constitucional	1836
Sete de Setembro	1837
O Momborre	1837
O Correionador de Abusos	1837
A Tabua da Salvacao	1837
Sete de abril	1837
A Temperança	1837
Suplemento Cacambo	1837
A Sentinela	1838
A Cronica Maranhense	1838
O Bem-ti-vi	1838
Crônica dos Cronistas	1838
Caçador de bem-ti-vis	1838
O Amigo do Povo	1838
O Despertador Maranhense	1838
Correio de Anúncios	1838
28 de julho	1838
O Recopilador de Aneotas	1838
A Revista	1839
O Militar	1839
O Recreio das Maranhenses	1839
O Amigo do País	1839
Buscapé	1839
O Moralista	1840
O Cometa	1840
O Legalista	1840
O Astro Maranhense	1840
O Guajajara	1840
O Raio	1840
O Correio	1840
Unitário	1840
O Berimbau	1840
O Imperialista	1841
Jornal Maranhense	1841
O Monarquista	1841
Publicador Maranhense	1842
O Correio Maranhense	1842
O Dissidente	1842
A Opinião Maranhense	1842
O Cábocio Maranhense	1842
O Picapao	1842
O Museu Maranhense	1842
O Maranhão	1843

TÍTULO	ANO
O Diário	1843
Eco da Oposição	1843
Figa	1843
Tapy Ouassu	1844
Vigilante da Liberdade	1844
Jornal de Instrução e Recreio	1845
O Almazem	1844
A Rebca	1845
Atleta Piauiense	1845
O Tribuno do Povo	1845
Correio de Anúncios	1845
Brado Maranhense	1846
O Arquivo	1846
Jornal da Sociedade Filomática Maranhense	1846
Matraca	1846
O Arre e Irra	1846
O Patusco	1846
O Cacete	1846
O Progresso	1846
O Homem do Povo	1847
O Observador	1847
O Bem-ti-vi Maranhense	1847
O Barrete	1847
O Progresso	1847
O Almanack do Maranhao	1847
Diário Maranhense	1848
O Tribuno do Norte	1848
O Verdadeiro Patriota	1848
A Sentinela da Noite	1849
Revista Universal Maranhense	1849
Porto Franco	1849
A Epoca	1849
O Volcao	1849
O Canella	1849
O Bemti-vi Corcunda	1849
O Mexeriqueiro	1849
O Salvador do Porto	1849
O Sonhador da Liberdade	1849
O Timbira	1849
O Luzia	1849
O Defensor do Povo	1849
O Estandart	1849
O Progresso	1849
A Marmota Maranhense	1850
O Argos Maranhense	1850
O Infante	1850
Correio de Anúncios	1851
O Constitucional	1851
O Novo farol	1852
O Despertador	1852

TITULO	ANO
O Eclesiástico	1852
A Marmotinha	1852
Jornal de Timon	1852
O Propagador Católico	1852
O Universal	1852
O Globo	1852
O Conciliador	1853
O Apreciador Dramático	1853
O Cristianismo	1854
O Botão de Ouro	1854
A Sentinela	1854
Diário do Maranhão	1855
O Suspiro	1855
Regeneração Política	1855
A Saudade	1855
A Nova Época	1856
A Conciliação	1857
A Moderação	1857
A Imprensa	1857
A Estrela da Tarde	1857
O Globo	1857
Jornal dos Jovens	1857
Jornal do Comercio	1857
O Iguaçu	1858
O Japi	1858
A Aurora do Norte	1858
Álbum Maranhense	1858
O Guaraciaba	1858
O Conservador	1858
O Século	1858
Correio da Tarde	1859
A Estrela Maranhense	1959
Eco da Verdade	1860
Ordem e Progresso	1860
A Verdadeira marmota	1860
A Jararaca	1860
Porto Livre	1860
A Opinião Publica	1861
Clarim da Monarquia	1861
O Jardim das Maranhenses	1861
Jornal do Comercio	1861
O Pirlampo	1861
Revista Jurídica	1862
O Artista	1862
A Coalicao	1862
Fórum	1862
O Insulano	1862
Heráldica	1862
A Situação	1862
O Paiz	1863

TITULO	ANO
O Constitucional	1863
Ginásio Literário	1863
O eco da Pátria	1863
O Ramalhete	1863
A Aurora Maranhense	1864
O Trevo	1864
O Trovador	1864
A Fe	1864
Echo da Juventude	1864
A Lanterna de Diógenes	1864
Palestra Militar	1864
A Verdade	1864
Satanás	1864
Boletim Comercial	1864
A Tribuna	1865
A Exposição Evangélica	1865
Apreciável	1865
Primavera	1866
Revista Comercial	1866
Tifon	1866
A Casca do Caneleiro	1866
Semanário Maranhense	1867
O Artista	1868
Juvenilia	1869
A Atualidade	1869
A Nação	1869
O Fantasma	1869
O Repressor	1869
O Liberal	1869
O Formigão	1870
O 14 de Janeiro	1870
A Opinião Publica	1870
Monitor	1870
A Esperança	1870
O Chicote	1870
O Telégrafo	1871
O Forte	1871
A Brisa	1872
O Domingo	1872
Diário da Manha	1873
A Instrução	1874
O Justo	1874
Jornal da Lavoura	1875
A Mocidade	1875
Revista Juvenil	1876
Gazeta do Povo	1876
Jornal para Todos	1876
A Floresta	1876
Movimento Médico	1876
Revista de Instrução e Educação	1877

TITULO	ANO
O Tempo	1878
A Escola	1878
O Democrata	1878
A Flecha	1879
O Regenerador	1879
Pacotilha	1880
O Tribuno	1880
A Civilização	1880
O Pensador	1880
A Lei	1880
O Malho	1880
Idalia Franca	1880
O Futuro	1881
A Ordem	1882
Gazeta de Noticiais	1883
Cruzeiro	1884
O Pigmeu	1884
Aurora Boreal	1884
Carapuça	1884
Jornal da Tarde	1884
Tribuno	1884
O Abolicionista	1884
Gazeta do Povo	1885
A Província	1885
O Repolho	1885
O Sorriso	1885
Voz do Povo	1885
O Estudante	1885
Porvir	1885
A Evolução	1885
O Repórter	1885
O Echo	1886
A Luz	1886
O Protesto	1886
A Federação	1886
O Mensageiro	1887
Revista Maranhense	1887
O Binóculo	1887
O Estudante	1887
Campeão Português	1887
A Semana	1887
O Novo Brasil	1888
Eco do Norte	1888
Vibração Suave	1888
O Globo	1889
A República	1889
Luso-Brasileiro	1889
O Século	1889
O Povo	1889

APÊNDICE B

LISTA DE ASSINATES DO CONCILIADOR DO MARANHÃO 1822 / MÊS DE NOVEMBRO DO JORNAL

SOBSCRIPTORES DO – CONCILIADOR DO MARANHÃO – ASSIGNADOS ATÉ 24 DO CORRENTE NOVEMBRO

Nº	NOME	PROFISSÃO	PROCEDÊNCIA
1	Senhor Alexandre Marcelino do Lago.		morador no Itapucurú.
2	Sr. André Ferreira da Silva Porto.		nesta Cidade
3	Sr. Antonio Bernardez de Oliveira Pimentel.	(Capitão.	Cachias
4	Sr. Antonio de Carvalho Estrella.		nesta Cidade.
5	Sr. Antonio da Costa Pinheiro.		Alcant
6	Sr. Antonio Dias Araujo Guimarens. (Alferes).		nesta Cidade.
7	Sr. Antonio Gomes de Castro.		Idem.
8	Sr. Antonio Gomes Pires. (Douctor)		Itapucurú.
9	Sr. Antonio Joze Borges.		nesta Cidade.
10	Sr. Antonio Joze Gonsalves Salgado.		Cachias.
11	Sr. Antonio Joze Meirelles (Comendador)		nesta Cidade
12	Sr. Antonio Joze Pinto.		Idem
13	Sr. Antonio Joze Saturnino das Mercês.		Idem.
14	Sr. Antonio Joze de Souza. (Tenente.)		Idem.
15	Sr. Antonio Joaquim de Souza Brochado.	(Tenente Coronel)	Alcantara.
16	Sr. Antonio Martins da Silva.		nesta Cidade.
17	Sr. Antonio das Neves Marques.	(Alferes)	Idem.
18	Sr. Antonio da Silva Figueredo		Idem.
19	Sr. Bernardo Pereira de Souza.		Idem.
20	Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Bernardo da Silveira Pinto.		Idem.
21	Sr. Bruno Antonio Meirelles Soares.	(Capitão)	Cachias.
22	Sr. Caetano Joze da Cunha.		nesta Cidade.
23	Sr. Caetano Joze de Souza.	(Tenente)	Idem.
24	Sr. Claudio Joze Galvão		Idem.
25	Sr. Custodio Joaquim Neves.		Idem.
26	Sr. Domingos Joze Rodrigues de Sá Vianna.	(Capitão)	Idem.
27	Sr. Feliciano Antonio Marcello Nunes.	(Tenente Coronel)	Idem.

Nº	NOME	PROFISSÃO	PROCEDÊNCIA
28	IllustrissimoSr. Felipe de Barros e Vasconsellos	.(Chefe de Esquadra)	Idem.
29	Sr. Francisco Correia da Conceição.		Idem.
30	Sr. Francisco Manoel da Costa Cintra.		Iguará
31	Sr. Francisco de Paula Felner.		nesta Cidade.
32	Sr. Francisco de Paula Pereira Duarte.	(Des.)	Idem.
33	Sr. Francisco Tavares de Barros.		Idem.
34	Sr. Henrique Pereira Botelho.		Idem.
35	Sr. Joaquim Alexandre Ribeiro.	(Capitão.)	Alcantara.
36	Sr. Joaquim Correia Cardoso Monteiro.		Idem.
37	Sr. Joaquim Ferreira Maya.		nesta Cidade.
38	Sr. João Antonio Seabra Prestello.		Idem.
39	Sr. João Antonio da Silva.		Idem.
40	Sr. João Charleton.		Idem.
41	Sr. João Chrysostomo Pagoni.		Idem.
42	Sr. João Gonsalvez Lima.		Itapucurú.
43	Sr. João Gualberto da Costa.		nesta Cidade.
44	Sr. João Joze de Almeida Junior.		Idem.
45	Sr. João Joze Fernandes do Rego.		Idem.
46	Sr. João Joze de Moraes Cid.		Idem.
47	Sr. João Paulo das Chagas.	(Capitão)	Idem.
48	Sr. João Pedro Esteves.		Idem.
49	Sr. João de Viveiros Pavão.		Parnahiba.
50	Sr. Joze Antonio de Marques de Oliveira.		nesta Cidade
51	Sr. Joze Antonio Nunes dos Santos.		Idem.
52	Sr. Joze Bento da Rocha e Mello. (Des.)		Vianna.
53	Sr. Joze Feliciano Botelho de Mendonça.	(Ajudante.)	nesta Cidade
54	Sr. Joze Fernandes de Oliveira.		Idem.
55	Sr. Joze Joaquim Brederode.		Idem.
56	Sr. Joze João dos Santos e Almeida.		Idem.
57	Sr. Joze Maria Faria de Mattos.	(Tenente.)	Idem.
58	Sr. Joze de Moraes Madureira Lobo.	(Major.)	Idem.
59	Sr. Fr. Joze do Paraizo.		Idem.

60	Sr. Joze dos Reis e Brito.	(Tenente.)	Idem.
61	Sr. Joze dos Santos Monteiro.	(Capitão.)	Idem.
62	Sr. Joze Teixeira Homem de Brederode.	(Major Ajudante d'Ordens.)	Idem.
63	Sr. Julio Barreto de Sequeira Pinto		
64	Senhor J. Halk		morador nesta Cidade.
65	Sr. Lourenço de Arrochella Vieira d' Almeida Malheiro (Des.)		Idem.
66	Sr. Lourenço de Castro Belfort		Idem.
67	Sr. Luiz Gomes Ferreira.		Idem.
68	Sr. Manoel Antonio Pereira Lappa.		Idem.
69	Sr. Manoel Antonnio dos Santos Leal		Idem.
70	Sr. Manoel da Costa Barradas. (Des)		Idem.
71	Sr. Manoel da Cunha.	(Capitão)	Idem.
72	Sr. Manoel Dominguez Dias.	(Alferes.)	Idem.
73	Sr. Manoel Joze Gomes da Costa	(Tenente Coronel)	Idem.
74	Sr. Manoel Joze de Mello.		Idem.
75	Sr. Manoel da Silva Leite.		Idem.
76	Sr. Manoel Loppez da Costa.	(Tenente)	Idem.
77	Sr. Manoel da Silva Pereira.	Idem.	
78	Sr. Manoel Silvestre Ramos.		Idem.
79	Sr. Manoel Verissimo Barredo.	(Capitão)	Idem.
80	Sr. Matheus Garcia		Itapucurú.
81	Sr Miguel Tavares. (Alferes.)		nesta Cidade.
82	Sr. Patricio Joze d' Alma e Silva. (Douctor)		Idem.
83	Sr. Fr. Porfirio da Conceição.		Idem.
84	Sr. Raimundo Ferreira d' Assumpção Parga.	(Capitão)	Idem.
85	Sr. Raimundo de Brito.	(Douctor)	Itapucurú.
86	Srs. Ramos, e Soares		nesta Cidade.
87	Sr. Rodrigo Pinto Pizarro.	(Major Ajudante d' Ordens)	Idem.
88	Sr. Romualdo Antonio Franco de Sá.	(Major)	Alcantara.
89	Sr. Sebastião Pinto. (Alferes.)		nesta Cidade.
90	Sr. Theodoro Joze da Cunha.	(Tenente)	Idem.
91	Srs. Vianna, e Roxo.		Idem.

APÊNDICE C - TABELA DE LEIS E REGULAMENTOS			
Lei N. 156 de 15 de outubro de 1843 – Cria os lugares de Inspetor e Secretário da Instrução Pública	Lei N. 267, de 17 de dezembro de 1849 –Regula a Instrução Pública	Estatutos do Liceu Maranhense -1838	Estatutos do Liceu Maranhense -1877
Quem escolhe?	Quem Escolhe?	Como devem ocorrer os exames?	Como devem ocorrer os exames?
Art. 12- As escolhas dos compêndios pertencerá à Congregação do Liceu, mas uma vez escolhidos, só poderão ser mudados com o consentimento do Governo ouvido o Inspetor.	Art. 16 - Também serão convocados os Professores Públicos de primeiras letras da Capital para fazerem parte da congregação do Liceu todas as vezes que se tiver de iniciar alguma medida sobre o ensino primário, como escolha dos compêndios, proposta ou reformas dos regulamentos e a Congregação nestes casos tomará o nome de Conselho de Instrução Pública, presidida pelo respectivo Inspetor.	Art. 26. Os exames de Gramática Filosófica da Língua e Análise dos Clássicos, de língua Grega, Latim, Francês, Inglês, Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética, Geografia e História, Aritmética, Desenho e Comércio, serão vagos e feitos pelos compêndios e autores adotados para o uso do Liceu.	Art. 23 – A prova escrita nos exames de língua consistirá na versão para o latim, francês e inglês de trechos de autores clássicos adotados para o uso do Liceu. Art. 24 – Constará o exame oral de leitura, análise lógica e gramatical de autores clássicos latinos, franceses e ingleses e na leitura, análise lógica, etimologia e gramatical de trechos de autores brasileiros e portugueses de melhor nota.
		Quem Escolhe?	Quem deve escolher?
		Artigo 41, § 7º- Compete à Congregação escolher os compêndios e autores para o uso do Liceu.	Art. 28 – À Congregação compete: § - 1º Reunir-se em sessão ordinária na primeira quinta-feira do mês de janeiro para escolher os compêndios e autores para as aulas e distribuir as horas das lições
		Quem pode requerer?	
		Art. 46, letra h – Cabe ao diretor fazer as requisições dos objetos, que pela Congregação forem julgados precisos para o uso do Liceu.	
		Como devem ser usados?	
		Art. 50, §2 - Cabe aos lentes fazer as explicações das lições pelos compêndios e autores adotados pela Congregação para o uso do Liceu. Art. 62 - Haverá na Secretaria do Liceu, além dos livros das atas, matrículas, juramentos, exames e registros, um exemplar de cada um dos compêndios e autores adotados pela Congregação para uso do Liceu e os dicionários das Línguas e faculdades que nele se ensinam.	

Regulamento da Instrução Pública -1854	Regulamento da Instrução Pública -1874	Regulamento Para as escolas públicas da Província -1877
Quem escolhe?	Quem escolhe?	Quem deve fornecer?
Art. 2 § 1 Cabe ao Inspetor da Instrução Pública rever os compêndios adotados nas escolas públicas de ensino primário, corrigí-los, fazê-los corrigir e substituí-los quando for conveniente. Art. 95. A adoção de livros e compêndios que contenham matéria do ensino religioso, procederá sempre a aprovação do bispo diocesano.	Art. 82 Incumbi ao Conselho da Instrução Pública: § 2º dar parecer sobre os livros e compêndios que tiverem que ser adotados nas escolas públicas de um ou outro grau.	Art. 3 A presidência da província deveria fornecer para cada escola os seguintes objetos: um armário, três cadeiras (para o professor e pessoas que visitarem a escola), uma mesa para o professor e as precisas para os alunos, bancos para estes, um relógio, uma compainha, um quadro petro de madeira, espoja e giz para os exercícios aritméticos, uma coleção de pesos e medidas do sistema métrico decimal, traslados, papéis, canetas, penas, réguas para escrita, cabides para chapéus, potes e vasilhas menores para água, dois livros para matricula dos alunos e para registro dos inventários dos objetos da escola e tudo mais que o Inspetor da Instrução Pública julgar preciso.
Quem solicita?	Quem solicita?	Quem usa?
Art. 4 § 3 Cabe aos Delegados Literários preparar sobre propostas dos professores públicos e enviar ao Inspetor da Instrução Pública orçamento anual da despesa necessária para o material das respectivas escolas: = como mesas, bancos, lápis e compêndios. Art. 38 § 4 Os professores devem organizar com os Delegados literários orçamento das despesas com o material de suas escolas (compêndios, mesas, cadeiras, bancos, potes, etc) para o ano financeiro seguinte, o qual será enviado ao Inspetor da Instrução Pública na época que for marcada.	Art. 52, § 4 Os professores deveriam confeccionar com o Delegado o orçamento anual do material da escola e do suprimento de livros, papel aos meninos indigentes. Art. 82, § 6 O Conselho da Instrução Pública deve organizar o orçamento geral da despesa necessária para aquisição de móveis e mais objetos para as escolas.	Art.7 São obrigações do professor. §4 Lecionar pelos compêndios e livros aprovados pela instrução pública. Art. 52 - As disposições deste regulamento são também aplicáveis às aulas e colégios particulares naquilo que diz respeito à matricula, uso dos compêndios, castigos e remessas de mapas de matricula, frequência e exame dos alunos
Quem Controla?	Como penalizar?	Quem solicita?
Cabe aos Delegados Literários inventariar os utensílios das escolas públicas de ensino primário e das do secundário destacadas, mandando extrair duas copias do inventário, uma para ser transmitida ao Inspetor da Instrução Pública e outras para ficar em seu poder, sendo ambas assinadas pelo respectivo professor, que será responsável pela	Art. 62 Será de dez a cinquenta mil reis a pena de multa e vera ser imposta. §1 quando o professor admitir na escola compêndios ou livros não autorizados não competentemente.	Art. 7º São obrigações do professor: § 5 propôr por intermédio do Delegado Literário a adoção dos compêndios e livros que lhe pareça de vão ser adotados de preferência aos que se lecionam as matérias nas aulas primárias § 12 Fazer de acordo com o Delegado Literário, o orçamento do material preciso para a escola e suprimento de livros, papel etc, aos meninos indigentes.

conservação dos utensílios dentro do prazo que for marcado em uma tabela especial.		Art. 46. Aos Delegados Literários compete: §5 Organizar de acordo com o professor, o orçamento da despesa com material da escola e suprimento de livros papel para os meninos indigentes
		Quem controla?
		Art. 7º - São obrigações do professor: §7 Ter sob sua guarda os objetos que constituem o material da aula, por cujo desaparecimento e culposa deteriorização são pecuniariamente responsáveis Art. 46 - Aos Delegados Literários compete §4 Inventariar os utensílios das escolas, fazendo extrair duas copias assinadas pelo professor, uma para ser transmitida ao Inspetor da Instrução Pública e outra para ficar em seu poder.
Quem estimula a produção?	Quem controla?	Como penalizar?
O presidente da Província sobre proposta do Inspetor da Instrução Pública poderá conceder prêmios aos professores que se tornarem notáveis no magistério, já compondo compêndios para o uso das escolas, já traduzindo melhor os publicados em língua estrangeira, assim com uma gratificação extraordinária à aqueles que se tiverem distinguido no ensino por mais de 20 anos de serviço efetivo. Essa gratificação não excederá a quinta parte do ordenado e poderá ser suspensa ao professor que a desmerecer por seu procedimento ulterior.	Art. 101- Ao Delegado Literário compete: §4 inventariar os utensílios das escolas, fazendo extrair duas copias assinadas pelo professor, uma para ser transmitida ao Inspetor da Instrução Pública e outra para ficar em seu poder.	Art. 26 É proibido aos alunos ou venderem ou trocarem objetos, como o terem outros livros que não segundo o grau de adiantamento deles.

APÊNDICE D				
MAPEAMENTO DOS LUGARES DE VENDA POR MEIO DOS JORNAIS				
N	TIPOGRAFIAS	LUGARES DE VENDA / SUBSCRIÇÕES		DONOS
I	O CONCILIADOR MARANHENSE			
1	Tipografia Nacional	BOTICA	V	Daniel Joaquim Ribeiro
2		LOJAS DE BEBIDAS	V/LSP	Vicente Cortezze
3		BOTICA (do Largo do Carmo)	S	
4		LOJA	V	Manoel Antonio dos Santos Leal & Comp
5		LOJA (no Canto da Sé)	V/LS	Cicerelli
6		CASA (Itapecurú)	V	Bernardino Freire
7		CASA (Caxias)	V	Manoel José de Castro
II	ARGOS DA LEI (1825)			
III	O AMIGO DO HOMEM (1827)			
1		BOTICA (rua Grande)	V/L	João José Lima
2		CASA (da Gazeta)	V/L	Pedro José de Figueiredo
IV	A BANDURRA (1828)			
1		LOJA (na Praia Grande)	V/F	Joaquim Ramos Vilar
2		BOTICA (do Largo do Carmo)	V/F	Daniel Joaquim Ribeiro
3		LOJA (na Praia Grande)	V/F	Domindos Antonio de Oliveira
4		LOJA	V/L	Pereira leite
5		BOTICA (do Largo do Carmo)	V/F	Manoel Duarte Godinho
V	A ESTRELLA DO NORTE DO BRASIL (1829)			
1	Tipografia Nacional e Imperial	BOTICA	V/J	Agostinho Gonçalves Bravo
VI	O PHAROL MARANHENSE (1829)			
1		LOJA	V/L	Pereira Leite
2		CASA DO CORREIO	V/L	

3		LOJA (no Canto da Sé)	V/LS	Cicerelli
4		CASA (na Praia Grande)	S	Joaquim Maia
5		CASA (rua do Sol)	S	Filiciano Antonio Pinheiro
6		CASA	V/LSP	Antonio da Cunha Affonso
7		CASA	V/L	Felisberto José Correia & Ca.
8		CASA (rua Santo Antonio do Maranhão)	V/LSP	Domingo Antonio Fontes
VII	O CENSOR (1830)			
1		BOTICA	V/J-L	Padre Tezinho
	JORNAL DOS ANUNCIOS (1831)			
1	Tipografia Constitucional (rua da Estrella) muda-se Casa (Joaquim Hippolyto de Almeida – Largo do Carmo)	CASAS (nº 38 e 39 na rua Grande)	V/LSP	
2		CASA (nº17, Largo do Carmo)	V/L	Augusto Barrelá
	ECHO DO NORTE (1834)			
1	Tipografia de Abranches e Lisboa	CASA (rua Santo Antonio do Maranhão)	V/LSP	Domingo Antonio Fontes
2		LOJA	V/LSP	Felisberto José Correia & Ca.
3		CASA (rua do Sol)	V/LSP	Luiz Antonio Rodrigues de Araújo
4		LOJA	B/bilhete	Feliciano Antonio Pinheiro
5		LOJA (na Praia Grande)	V/L - F	Jose João dos Santos e Almeida
6		BOTICA (no Largo do Carmo)	V/L - F	Manoel Duarte Godinho
7		BOTICA (na Rua Grande)	V/L – F	Candido José de Carvalho e Castro
8		LOJA (Vila de Caixas)	V/L - F	Antonio José Borges de Castro
9	R.A.R de Araujo	CASA	V/L	Joze Raiz
10		CASA	VF	de Matos Moreiras
11		CASA	VF	J.M.F.
12		LOJA (no Largo do Carmo)	V/F	B.J. de Almeida & C ^a .

IX	O INVESTIGADOR MARANHENSE (1836)			
Tipografia Constitucional (rua da Estrella) muda-se p/ casa (Joaquim Hippolyto de Almeida – Largo do Carmo)				
X	O LEGALISTA (1840)			
XI	O GUAJAJARA (1840)			
XII	JORNAL MARANHENSE (1841)			
XIII		CASAS	S	R de J, Pará, Maranhão, Ceará, Parnaíba, Pernambuco, Alagôas, Bahia, São Paulo, Sta. Catarina, no Rio Grande do Sul, Mina e Goyaz.
XIV	A REVISTA (1844)			
1		CASA	V/L	Antonio Pinto Ferreira Viana
2		LOJA (rua do Sol)	V/F	Manoel Tavares da Silva
3			V/LS	Guimarães Magalhães & Silva
4	18-09-1848	LIVRARIA FRUCTUOSO (junto à Relação)	V/FS	
5		ESCRITORIO	V/L	Manoel Antonio do Santos
6		NO ARMAZEM	V/L+ P	José Moreira da Silva
7		LIVRARIA / CASA/ LOJA	V/LS.	Feliciano Marques & C ^a .
XV	O PUBLICADOR MARANHESE (1846 – 1850 – 1857 – 1871 – 1875)			
1		ESCRITORIO	V/LS	Antonio José Soares Duarte
2		CASA (rua do Giz, nº5)	V/LSR	Manoel J. Martins Ribeiro Guimarães
3	03-07-1871	LIVRARIA POPULAR (Largo do Palácio, nº 21)	V/L + Dc	Magalhães & Companhia
4	21-07-1871	LIVRARIA ECONOMICA (rua de Nazareth)	V/LSDit.	Gonçalves & Pinto
5	03-07- 1871	LIVRARIA UNIVERSAL (rua da Palma, nº3)	V/LS J + R	Antonio Pereira Ramos de Almeida (dono de tipografia)
6	25-09-1871	LIVRARIA COMERCIAL	V/L	Ribeiro Guimarães
7		CASA (rua do Sol, nº7)	V/LS	Joseph Krause & C ^a .
XVI	O GLOBO (1852 - 1853)			
XVII	A IMPRENSA (1859)			

1		CASA (rua Grande, nº. 8)	V/L	José Moreira da Rocha
2		CASA (rua Grande nº. 14)		Parga & Guimarães
3		CASA (Largo do Carmo, nº. 19)		Parga & Nina
4		CASA (rua de Nazareth, nº. 34)		Cunha & Machado
XVIII	ORDEM E PROGRESSO (1861)			
IX	O SÉCULO (1858 – 1859 – 1860 – 1890)			
			V/S	PAPELARIA DO SR. FRIAS
	22-02-1860		V/S	TIPOGRAFIA TEMPERANÇA
		LIVRARIA	V/L	José Antonio Moreira da Rocha
X	FILHOMATIA (1895)			
XI	REVISTA ELEGANTE (1895 – 1896)			
XII	A ESCOLA (1902)			

APÊNDICE E

CATÁLOGO DOS LIVROS EXISTENTES NA BIBLIOTECA

**FONTE: Ofício do Bibliotecário Público Manoel Pereira da Cunha ao Presidente da
Província – em 3 de fevereiro de 1835.**

A Bibliotheca foi estabelecida com mil quatrocentos e quarenta e oito volumes (1448): os mais foram comprados a Domingos José Roiz de Saviana e quarenta e quatro (44) mais dados pelo Ec. Presidente Candido José d' Araujo Viana antes de sua partida com o quaes completou a dádiva de duzentos volumes (2000 vols).

N.	-A-		Est.	Vol
1		Acta Constitucional de La R. Francesa	29	1
2	Almeida/ o P. Theodoro d'	Recriação Filosofia	47	10
3	Andrade/ Jacinto Paine d'	Vida de D. João de Castro	122	
4	Amaral Botelho	Discursos jurídicos	108	1
5		Annual Histórico Universal	13	2
6	Antenor	Viagens pela Grécia	106	
7	Anacarsis	Viagens do moço.	1	7
8		Actas de todas as partes conhecidas do Globo	21	1
9	Azevedo Coutinh	Análise sobre a justiça do Gomes cio da Costa d' Africa	117	1
10		Amisade Ariscada= Anonimio	118	1
11		Apêndice das Leis	24	1
12		Assentos da Rellação	118	1
13		Annaes da sociedade promotora da Industria nacional. Quadernos.	45	
14		Aviso ao Povo	45	3
15	Almeida/o P. Theodoro	Física	58	3
16		Amenidades literárias	58	3
17		Abrege de l' Histoire Gonerade de Noyagos	85	12
18	Anaes/ Duarte Madeira	Methodo de conhecer e curar o morbo Galíço	38	1
19		Athalaia da Vida	121	
20		Comentario Accademico e Forense das Instituiçoens Imperiais	38	2
21	Arnaldo	Direito Civil das Partilhas	49	1

22		Tratado dos Pactos, jurisdição	49	1
23		Arte de tratar-se assi mesmo nas enfermidades	67	
24	Affonso dos Praseres	Carta divetiva	67	1
-B-				
25	Botelho	Discurso Juridico	118	1
26	Behemero	Jurisprudencia	119	1
27	Balbin	Ensaio Estatisco	46	2
24	Bohemero	Instrução ao Direito	56	2
25	Bordaleu	Exortações	57	2
26	Bufier	Geografia Universal	57	1
27	Boilian	Obras	57	5
28		Colletania incodiuni Justiniane	39	2
29	Barbosa	Elementos de Clinica	95	5
30	Bohemer	Exercitaciones ad Pandecta	125	6
31		Beaurieu Elevê de La Nature	47	2
32	Bohemero	Direito Ecclesiastico dos Protestantes	49	5
33	Boherhave	Afforismo	67	7
34		Pensamentos diversos, escritos a um Doutor de Sarbona	69	4
35	Baille	Diccionario Historico, e critico	69	4
36		Indice Civil, e Criminal	108	1
37	Barreto	Ditto Militar de todas as Leis, Alvares	46	
39	Beanchamp	Historia do Brasil	13	3
40	Bernardin S. Pieme	Accções admiráveis de Sapira Af.	29	1
41		Obras completas	29	1
42	Bernardes	Obras	29	1
43	Brion= Mappas corrigidos por Paisson	1º Mappa Mundi= 2º Mappa da Europa= 3º da America= 4º d' Asia= 5º de Africa, e o da o Cianica por Erisson	22	6
44	Boiliau	Obras	29	3
45	Buffon	Historia natural com Estampas (Est. 9-12-15 e 46)		
46	Bentam/Jeremias	Tratado de Legislação Civil e Penal	14	3
47	Bucano	Mediciana Domestica	48	
48		Biuk em Keik apera	119	1
49	Baille	Diccionario	39	4
50		Collectania incodicom justiniana	39	2
51	Barbosa	Elementos de Clinica	95	5
52	Boenner	Exercitationes ao Pandectas. (V. 6 – 373)	121	

53	Beaunieu	Elimens de La natune	47	2
54	Bohemen	Direito Ecclesiastico dos Protestantes	49	2
55	Boherhave	Affosismos	67	7
-C-				
57	Cormeilli	Chefe d'obras	122	4
58		Constituição Portuguesa de 1822	35	1
59		Collecção de Leis, Decretos, Alvaras	108	8
70	Corte Real/Jeronima	Naufragio de Sipulvida	123	1
71	Campan/ M. de	A. Educação	13	1
72		Constituição Espanhola de 1812	13	1
73		Casamento por vingansa (Novella)	13	1
74		Collecção Cronologica dos Assentos da Casa da Suplicação	13	1
75		Classes dos Crimes	13	1
76		Causes=Celibres Etrangere		4
77	Corneille	Theatro	16	12
78	Couvary/ Louvete	Os Amores dos Cavelleiros de Faublas	11	4
79		Curso de Moral pelo Author d' Aelia e Thesouro	8	3
80		Metafisica	4	4
81	Condillac	Curso d' Estudos	3	17
82		Contem/ M.de	3	12
83	Calmet	Comentario Literal sobre os Livros da Escripura Santa	25/26	25
84		Cenas= Commentarios	122	1
85	Carvalho	Diccionario das Plantas	29	2
86	Cumiliate	Diccionario Sistema Theologico	123	6
87	Chompné	Diccionario das Fabula	29	1
88		Cicero de Officios	123	1
89		Ditto Ditto	123	1
90	Cromivel	O Filosofo Inglez	116	8
91	Carmes	Theologia Uni versal	28	8
92	Condillac	Tratado dos Sistemas	34	1
93	Canciani/F. Paulus	Barbarorum leges antiquae	39	5
94	Condillac	Tratado das Sensações	34	2
95		Ditto dos Animaes	34	1
96		Ditto=Ensaio sobre a origem dos conhecimentos	34	2
97		Ditto= Curso de Estudos	34	15
98	Calemaro	Astronomia	119	1

99		Colleção das Leis	108	8
100	Concine	Obras Theologicas	107	8
101	Cicero	Orador	35	1
102	Candido	Memorias	47	1
103		Casamento por vingansas.	55	1
104	Cote	Lições da Historia Natural	56	2
105	Chesterfield	Cartas ao seu filho	56	1
106	Costa Duarte	Grammatica Portuguesa	58	1
107	Collet	Teologia	60	5
108		Colleção das Leis, Decretos, e Alvarás do Reinado de D. José 1º	70	3
109		Codigo da Humanidade	97	13
110	Calderon	Authos Sacramentaes	86	4
111		Ditto= Commedias	96	
112	Liceronis	Opera	94	8
113	Chevalier	Opera	39	1
114		Cuvanuvias	39	1
115		Ditto Aditiones at notae	39	1
116	Camaxo	Escola Moral e Politica. Est. 121. V. 1	121	1
117		Colleção das Comedias de Terencio, Fedro, Esop	121	1
118	Castro/ Gabriel Pereira	Dicisoens do Senado da cúria do Pahiarcado de Lisbôa	121	1
119	Camaxo	De recusa tio nobres	121	1
120				
121	Pedro d' Almeida	Commentario a suetonio, e Cesar. Est. 49. V.1	49	1
122	Conto Guimarães	Satiras	29	1
-D-				
123	Delile	Os jardins	122	1
124		O Paraíso perdido (tradução Francesa)	56	3
125	Defirart=	Obras	10	19
126		Dedução Cronologica	10	2
127		Diarios da Camara dos Deputados de 1828 nº1 até 46	10	1
128		Dittos da Camara dos Senadores de 1826	10	2
129		Dittos da Ditta de 1827 nº1 até 19	10	2
130		Dittos da Camara dos Deputados de 1826	10	1
131		Dittos da Ditta dos nº43 até 96	10	1
132		Dittos da Ditta de 1827 de nº1 até 60	10	1
133	Debleville	O Banqueiro e o Negociante	118	2

134		Diccionario d'Academia Francesa	20	2
135		Ditto Teologico	20	3
136	Dupuy	Origem dos Cultos	20	1
137	Derodoands	Historia da Revolução de França	17	6
138		A mesma obra	17	9
139	Delandine	Diccionario Historico	15	13
140	Digerando/M.	Aperfeiçoamento moral	1	2
141		Diccionario Universal, Historico, Critico e Bibliografico	1	20
142		Ditto Ditto Ditto	5	20
143	Daniel	Historia Francesa	6	24
144		Diario das Cortes de Lisboa	23	7
145		Diccionario Classico	23	1
146	Dellitte	Georgicas Francesas	122	1
147		Imaginação, Poema	122	1
148		Diccionario Frances e Italiano	122	2
149	Diderot	A Relligiosa	123	2
150		Diccionario Theologico	32	3
152	Ducrenex	Historia Ecclesiastica	34	9
153		Dedução Cronologica	108	2
154		Diccionario das Heresias	115	2
155		Ditto= Italiano	118	2
156	Daries	Jurisprudencia	35	1
157		Diccionario Italiano Frances	46	2
158		Ditto= Universal Portatil	46	2
159	Delitte	Os jardins	45	1
160		Diccionario Portatil dos Concilios	45	1
161	Denis	A Esofraida	56	1
162	Duhamel	Tratado da conservação dos Grãos	86	1
163	Dupuy	Desneportes Gentil Homem Cultivados	86	1
164	Duhmel	Suplemento ao tratado dos Grãos	86	1
165		Diccionario Universal da Historia natural (truncado)	96	7
166	Ducrenx/ Aff.	Historia Ecclesiastica	67	6
167		Diccionario Botanico e Farmaceutico	38	1
168		Ditto Frances e Portugues	119	1
169		Descertaçoens Academicas de Cristiano Thomas	49	3
170		Decisoens do Senado Archiepiscopal da Metropole de Lisboa	109	3

171		Dissertações sobre as Enfermidades Venerias	67	2
172		Diccionario Portatil de Sante	57	2
173		Ditto Portatil, Historico e Bibliografico	67	1
174		Ditto Frances Latino dos termos de Medicina, de chirurgica	67	1
175	Voltaire	Ditto Filosofico	33	14
176	G. João Lopes Cardodo Machado	Ditto Medico, Pratico	33	2
- E -				
177	G. Deprart	Europa e America em 1822 e 23	17	2
178		Elementos d' Economia Politica	17	1
179		Escolha de Discursos	18	23
180		Elementos da Nova Arte da Guerra	11	1
181		Enciclopedia Methodica sobre os 3 reinos de Naturesa	19/20	24
182		Ensaio sobre os Pontes	123	1
183		Esopo= Fabulas	29	1
184		Elementos de Ermeneutica Universal	35	1
185		Evangelho em Triunfo	38	8
186	Encarnação e Silva	Oração fúnebre da Imperatriz do Brasil	56	1
187		Ensaio sobre a Naturesa do Comercio em geral	45	1
188		Educação dos Filhos	45	1
189		Eumani correspectus Reipublicae Litterarial	68	3
190		Esopo= Fabulas	116	1
191		Ensaio sobre as Febres	67	1
192		Ditto sobre as propriedade Medicinaes do Oxigenio	67	1
193		Escolha de Politica ou tratado de Civilid	67	1
194	E. M. Wowaston	Ebanche de La Relliogion Naturele	32	3
195		Estatutos da Universidade de Coimbra contend os cursos das Sciencias Naturaes e Filosoficas	33	3
- F -				
196	Francisco Manoel	Odes escolhidas (tradusidas em Frances)	10	1
197		Fabulas de Esopo	10	1
198	Fenelon	Telemaco	28	2
199	Felice	Leções de Direito de Naturesa	28	4
200	Florian	Galatea (tradusida por Bucage)	28	1
201	Ferreira	Tratado Pratico Juridico, e Civil	28	1
202	Filinto/Francisco Manuel	Oberon	57	1
203	Fournier	Manual Tipografico	28	2

204		Felangieri	11	6
205	Fritol	Espirito do Direito	17	1
206	Fontenelle	Obras	4	11
207	Florian	Granada reconquistada	4	11
208		Numa Pompilio	2	2
209		Mistura de Poesia e de Literatura	2	1
210		Novellas	2	2
211		Theatro	2	3
212		Estella Pastoral	2	1
213		Elieser, e Nefatali	2	1
214		Memorias d' um h=jovem Hespanhol	2	1
215		Fabulas	2	1
216		A suissa livre ou Guilherme Tel	2	1
217		Galatea	2	
218		Flora Fluminense (Collecção duplicada)	12	22
219	Freitas	Arte de Pregas	22	1
220	Fonseca M.	Aquiligio Medicinal	123	1
221	Faria e Castro	Historia Geral de Portugal	116	20
222	Filangiere	Sciencia da Legislação	34	8
223	Fleuri	Discurso sobre a Historia Ecclesiastica	45	1
224		Fasendeiro do Brasil	45	1
225		Fonseca/Quintiliano	45	1
226	Fabronia	Jus rummarum protestatim circa sacra	45	1
227	Fenelon	Telemaco tradução Inglesa	45	1
- G -				
228	Garret	Camões Poema	122	1
229	Grafigniy	Cartas de uma Beruviana, seguidas de outras d'Asia	122	2
230	Genles/ M.	Influencia das Mulheres sobre a litteratura Francesa	35	1
231	Gesner	Obras completas	122	3
232		Georgicas Portuguesas	122	3
233	Gerson	Compendio dos seus Escritos, e doutrinas	56	1
234		Geografia	17	2
235	Guttirie	Atlas Novo	17	1
236	Grassi	Carta Turca	11	2
237	Ganlis/M.	Os Cavalheiros de ligne	8	3
238		Geofrosit= Sermmoens	8	4

239		Guliver= Viagens	2	2
240		Gil-Bras= Historia	28	4
241	Gottofret	Manual do Direito	118	1
242	Gaioso	Compedio histórico	104	2
243	Graciano	Canonis	118	2
244	Gravesson	Historia Ecclesiastica	119	6
245	Gasson/ Dufouns	A Corte de Chatarina de Medicis	46	2
246		Georgicas Portuguesas	104	1
247	Gerbert	Teologia	58	7
248	Graciano	Comentarios	57	2
249	Granada	Simbolo da Fé	68	2
250	Grocio	de geme pacis, ET belli	95	5
251		Ditto mesma obra	65	5
252	Gaspar Romano	Direito Civil	17	1
253	Gonsalves da Silva	Commentarios as ordenações do Reino de Portugal	39	4
254	Genito	Theologia (truncado)	38	6
255	Gaspar Mansio	Commentario= Racio Regulae	121	1
256	Guerreiro	Escola Moral	121	1
257	Guilherme Grant	Recherches Sur Le Fieare	67	1
258	Gralis/ M. ^{de}	Influencia das Mulheres sobre a litteratura Francesa	32	2
- H -				
259		Historia completa das Inquições de Italia, Hespanha e Portugal	32	1
260	Hume	Historia de Inglaterra (traduzida em Frances)	20	6
261		Historia da Campanha de 1674	27	8
262	Humano	Conspectus Republicae litterariae	53	1
263	Hamonicre	Collecção de pedaços em prosa	104	1
264		Historia antiga, e moderna de Villa de Amarante	56	1
265	Hume	Historia de Inglaterra	57	1
266		Historia Genealogica de Casa Real Portuguesa com estampas.	69/70	20
267		Commentarios	84	2
268	Hinecio	Prefacção do uso, e Excellencia nomismatum	84	2
269	Heumano	Aparato litterario da Jurisprudencia	86	1
270	Hubero	Direito Civil	107	1
271	Henriques Aires	Jurisprudencia antigas	94	1
272		Horacio Comentado por Minelio	39	2
273	Hofonanio	Historia do Direito	39	2

274	Hippolito José da Costa	Narrativa da perseguição (Truncado)	98	
- I e J -				
275		Ditto de Fisica. (Est. 36, 37 e 48)		79
276		Itenerario de Bonaparte	46	1
277		Indagação sobre as causas e efeitos das bexigas de vaca= conhecidas pelo nome de vacina	56	1
278		Ideas Liberaes por Pedro Lopes. Est. 118/ v.1	118	1
279		Jurisprudencia restituita	107	1
280	Isacc Arobio	Israel vingado= ou expociação natural das Proficias Hebraicas, quês os Cristãos aplição a J. C. pertencido Mesias	32	1
281	Jenuense	Metafisica	117	6
282		Jornal Poetico	28	1
- L -				
283	Leão/ Duarte Nunes	Chronica dos Reis de Portugal	117	4
284	La Croix	Geografia moderna	1	2
285	Laminal	O Povo Affricano	1	1
286	Luiz de Britto/ D.	Pastoraes	35	1
287	La Croix	Consortio das Flores	45	1
288	Lok	Governo Civil	35	1
289		Educação	35	1
290		Linhas Criminaes	35	2
291	Lord Briron	Correspondencia	11	1
292	La Fontaine	Obras completas	17	2
293	La Croix	Arithmetica, Algebra e Geometria	17	3
294	Las Caras	Memorial de S ^{ia} . Elena	14	8
295	La Harpe	Curso de literattura	2	16
296	Le Sage	O diabo coxo	2	2
297	Le Gouvé	Merecimentos das mulheres	122	1
298	Le Sage	O Bacharel de Salamamca	122	1
299	Lobato	Grammatica Portuguesa	29	1
300	Lug dumense	Theologia	28	6
301	La Harpe	Curso de Litteratura	114	16
302	Lancelot	Direito Canonica	118	1
303	Lok	Ensaio Filosofico	47	1
304	Lesai Marnesia	Ensaio sobre a natureza campestre	47	1
305	Leão Duarte Nunes	Cronica dos Reis de Portugal	86	4

306	Linco	Sistema da natureza (Truncado)	86	3
307		Licções elementares de Mathematica	19	5
308	Lenglet	Methodo para estudar a Geografia	85	10
309	Leitão	L. útil a os Juizes e advogados para a praxe dos juízos	86	1
310	Lancelot	Direito Canonico	119	5
311		Laufranco do salario dos trabalhadores	121	1
312	La-Grange	Curso de Chimica	119	3
313		Lus verdadeira, e recopilado exame de toda a Cirurgia	119	1
314	M ^s . A. V. Benoit	Liberdade Religiosa	17	1
315		Ditta de Pensar	32	1
- M -				
316	Marmontel	As Incas	29	3
317	Mesle	Vida de Maria Antonieta	29	1
318	Metrie	Obras Filosoficas	123	3
319	Mello/ P. José d'	Instituições do Direito Civil Port	56	7
320	Milot	Historia Universal	117	9
321	Mirabeau	Oração fúnebre	105	1
322	Montisquieu	Espirito das Leis	8	4
323		Memoria sobre a conspiração de 1817	16	
324	Montesquieu	Consideração das causas da grandesa dos Romanos	122	1
325	Marmontel	Destruição do Imperio do Perú	29	1
326	Milot	Elementos da Historia	117	9
327	Marmontel	Bilisario	28	1
328	Menezes	Historia de Portugal	34	4
329	Milton	Paraíso Perdido	114	2
330	Mays	Filosofia	106	4
331	Montisquieu	Espirito das Leis	35	4
332	Molier	Obras	47	6
333		Mestre Italiano	46	1
334		Mappa dos Contornos de Paris	56	1
335	Maty	Traveles The rough Germany	69	2
336	Massithon	Sermoens e pensamentos	85	8
337		Discursos sinordaes	85	3
338	Merabeau	Opiniões dos Antigos sobre os Ind	56	1
339	Marcos de Sousa/ D.	Pastores, e Oração Funebre do Papa Lião 12.	45	3
- N -				

340	Neker	Importancia das Opiniões Religiosas	68	1
341	Ninon de Lenclos	Cartas	29	2
342		Novellas escolhidas	29	2
343		Dittas	116	6
344		Novo Mestre Frances	35	1
345	Nicoli	O Espirito	35	1
346		Noites Josefinas de Mertilho	35	1
- O -				
347	Orfila	Socorros de Pessoas invenenadas	47	1
348	Osorio/ o B°	Nida de D. Manuel	123	3
349		Ordenações do Reino novamente impressas e ampliadas com 3 collecções: a 1ª das Leis extravagantes: a 2ª dos Decretos e Cartas. A 3ª d' assentos da Casa da Suplicação e Rellação do Posto Obras de Napolião	14	5
350		Os cinco códigos do Império Francês	1	1
351	Omeara	Napolião em Desterro	1	4
352	Opian	Poemas	1	2
353		Ordenações do Reino	24	3
354	Osorio/ Benedieto Cardoso	Praxis do patronatu régio, ET Seculari.	34	1
- P -				
355	Pereira/ o P.º Antonio	Biblia Sagrada em latim e Portugues	21	7
356		Prova da dedução Choronologica	21	1
357		Paullo e Virginia (Novella)		
358	Patroni/ Felipe Alberto	Dissertação sobre o juscassoandi	21	1
359		Pastoraes do Arcebispo da Bahia, e do Bispo do Maranhão	45	2
360		Paris= Carta	45	1
361		Primeiras linhas do Processo Criminal	45	1
362	Pereira Carvalho	Primeiras linhas sobre o Processo Orfanologico.	45	1
363		Primeiras linhas do Processo Civil	45	1
364	Plutarco	Vida dos Homens Illustres	13	4
365	Planci	O Diabo pintado G. si mesmo	18	1
366		Pamegeristas de S. Luiz	1	2
367	Prudhome	Vista da antigas, e nova Paris	122	6
368	Paiva	Medicina Domestica	123	1
369	Pascal	Pensamentos	123	1
370	Pereira	Novo Methodo	29	1
371	Plutarcho	Revolucionario	28	2

371	Pufendofio	Introdução a Historia	32	2
373		Direito Natural das Gentes	118	2
374	Pegas	Revolluçoens Forenses	94	7
375		Provas da Dedução Cronologica	108	1
376		Pharmacorpia	128	1
377		Primeiras linhas sobre o Processo Criminal	35	2
378	Pereira e Sousa	Primeiras linhas sobre o Processo Civil. V.3		3
379		Classes dos Crimes	35	1
380	Pica Luga	Mentos Ingleses	32	3
381		Português e o Popular	45	1
382	Pereira e Sousa	Primeiras linhas sobre o Processo Criminal	46	1
383	Puffendorfo	Introdução a Historia	58	6
384	Pumiliate	Teologia	69	2
385	Pascal	Pensamentos	84	2
386	Puffendorfo	Intridução a Historia G. ^{el} e Politica	38	3
387		Pharmacopea Cirurgica Theorica, e Pratica	67	1
388		Pratica Lusitana	109	1
389	Pereira/ Ant.º P.	Novo methodo	67	1
390		Poetica de Horacio	33	1
391		Pandutas	33	4
- Q -				
392		Quintiliano Institutiones	29	1
393		Querné Buziris ou Novo Telamaco	69	2
- R -				
394	Robertson	Viagens	59	12
395		Historia do Reinado do Imperador Carllos 5º	59	6
396	Racine	Suas Obras	122	4
387	Rochefoncanld	Maximas	122	1
398	Rontset	Sistema Fisico e Moral da Mulher e do Homem	122	1
399	Rennisat	Ensaio sobre a Educação das Mulheres	122	1
400		Rugério e Victor (traducção de Bocagi)	56	1
401	Rolph	Memorias de Candida	56	1
402	Robertson	Historia d' America	117	4
403	Rainal	Historia Filosofica e Politica	13	10
404		Rousseau/ J. Jacques/ Contrato Social. Est.13/v.1	13	1
405		Ray= Zoologia. Est.23/v.1	23	1

406	Rousseau	Eloisa	122	7
407	Rebello da Costa	Descrição da cidade do Porto	34	1
408		Relligião provada pela revolução	114	1
409		Repertorio das Ordenações	24	2
410		Retiro Espiritual	47	2
411	Roussel	Sistema da Mulher e do Homem	28	1
412	Rieger	Jurisprudencia	56	5
413	Robertson	Historia d'America	57	3
414		Reflecções Militares e Politicas.	59	11
415		Rieggerus Analecta academiae	95	1
416	C. Ronet	Recherches Filosoficas sobre as provas do Christianismo	17	1
417	Rousseau	Confissoens	32	7
418	G Antonio Candido Ferreira	Regimem das Prisoens na America Septentrional (tradusido)	45	1
419	Rousseau	Educação	33	5
420		Contrato Social	33	9
- S -				
421	Silva Lisboa/ José	Principios de Direito mercantil	108	4
422	Silva S.Paio	Instruções para uso dos Officiaes Nacionaes, e Imperiaes	45	1
423	Stael/ M. ^{de}	Delfina	8	6
424		Alemanha	8	4
425		Corina, ou a Italia	8	1
426		Literattura	8	1
427		Considerações sobre os principaes acontecimentos da Revolução Francesa	8	3
428		Sistema da Natureza (Anônimo)	122	6
429	Samaniego	Fabulas	125	1
430	Storchenar	Obras Filosoficas	123	12
431	Stoother	Arte de bilh. ^{es} Vernises	29	1
432	Santa Rosa	Elucidario das palavras	119	1
433	Sarpi	Historia do Concilio Tridentino	111	2
434	Silveira	Couro das Musas	35	2
435	Seusari	Sermoens	45	4
436	Schram	Teologia	58	3
437		Salgado de Suplicatione	39	1
438		Ditto De Regia Protezione	39	1
439	Saint Ives	Novo tratado das enfermidades dos olhos	95	1
440	Semedo	Observações Medicas	121	1

441	Sousa Silva	Tratado das obrigaçoens do Juiz dos Orfãos	121	9
442	Sarmento	Aprendix sobre o que se acha escripto na Materia Medica	38	1
443	Saint Demy	Memorias d' Artilharia	24	3
444	Sarmento	Materia Medica	109	1
- T -				
445	Tracy	Elementos de Ideologia	11	4
446	Touchard Lafosse	Historia de Napolião	5	1
447		Turpin, Plutarco Frances	21	4
448	Telles/ Manoel Glas	Commentario as Decretaes	27	4
449		Tratrado da População	28	6
450	Turpin	Commentarios sobre as memórias de Monte-Cucule	33	3
451		Ensaio sobre a Arte da Guerra	33	2
452	Tilement	Memorias para servir a leitura da Historia Ecclesiastica	123	1
453		Tratado das Infermidades Venerias	38	4
454		Ditto das Infermidades Ofros	118	2
455		Ditto sobre os meios da observação da Peste, feito por ordem de S. Magestade	56	1
456		Ditto sobre os tumores, e ulceras	67	2
457		Ditto Pratico, Juridico e Civil	109	1
- V -				
458	Vatel	Direito das Gentes	123	3
459	Vertol	Revoluções de Portugal	1	1
460		Historia das Revoluçoens Romanas	106	3
461	Volney	Ruina dos Imperios	116	1
462	Voltaire	Tragedias	56	4
463	Vieira/ P.º Antonio	Arte de Funtar	13	1
464	Vasgien	Diccionario Geografico	18	1
465	Vatell	Direito das Gentes	18	2
466	Virgilio	Bucolicas Frances	1	1
467	Volfio	Elementos de Mathematica	23	1
468		Filosofia Pratica	118	2
469	Vandeli	Diccionario dos termos technicos	118	1
470		Viajante Universal	105	51
471	Volfio	Filosofia	119	2
472	Voltarie	Diccionario Filosofico	35	14
473	Volfio	Direito da Naturesa	36	1
474	Villar	Vida do mesmo	45	4

475	Verico Obero	Olhar menores	57	2
476	Van	Salubrliniten Discripção das Infermidades dos Exercitos	59	1
477	Volfio	Elementos de Mathematicas	59	1
478		Viajante Frances	68	28
479	Vernei	Logica, Methafisica e Fisica	86	5
480	Volfio	Cosmologia	86	1
481	Victoria	Teatro dos Deores	86	2
482	Valment/ de Bornare	Diccionario da Historia Natural (truncado)	96	7
483	Volfio	Filosofia	119	4
484	Vieira/ P.º Antonio	Sermoens (truncado)	48	2
485	Voltaire	Theatro (truncado)	38	5
486	Valchio	Hermeneutica do Direito	121	1
487	Volfio	Psicologia Empirica, e Racional	9	2
488		Direito da Naturesa	109	9
489	Voltaire	Seculo de Luis XIV e XV	33	5
TOTAL		489 TITULOS	TOTAL	1648 VOLUMES

APÊNDICE F

CATÁLOGO DOS LIVROS EXISTENTES NA BIBLIOTECA – 1835

Ofício do Bibliotecário Público Trajano Candido dos Reis ao Presidente da Província, em 12 de Junho de 1835

Existem alem dos volumes debaixo transcriptos, varias collecçoens de Periodicos, que ainda não se achão encadernados, como sejam 3 colleçoens de Diarios da Camara dos Deputados, que vierão do Rio de Janeiro, e outras que se achão truncadas.

Maranhão, Bibliotheca Publica em 12 de Junho de 1835.

N.		LISTA DOS LIVROS QUE EXISTEM NA BIBLIOTHECA.	Autores/ reformação/tradução	Vol.
1	1	Dictionnaire	Moreri	8
2	1	Supplemento ao dito		4
3	2	Dictionnaire Historique et Critiqui	M. Bayle	4
4		A mesma obra pelo mesmo Auctor		4
5	1	Dictionnaire Universel de Commerce		3
6	1	Ambrosii Calepini Dictionarium olto lingue		2
7	1	Dictionnaire de L' Academia Françoise		2
8	1	Dictionnaire François - Portuguais		2
9	1	Diccionario da Lingoa portuguesa	(compt/acresct.) p/ F. Raphael Blerteau, (reformado) p/ Antonio de Morais Silva	2
10	1	Diccionario Italiano e Portuguez		2
11	1	Discionario Italiano e Portoghese		2
12	1	Novus Thesauros veterum inscriptiomum Musatori		4
13	1	Medailles	Louis Le Granal	1

14	1	D Emmanuelis Pesari Patritii Taurinenses Inscriptions		1
15	1	Cermonies et Coutumes Religieuses de tous les Peuples da Monue		6
16	1	Introduction a La Science das Midailles		1
17	1	Bibliotheca Lusitana		4
18	1	Bibliotheca Hispano Vetus		2
19	1	Bibliotheca Universalis		1
20	1	Bibliotheca Hispana Vetus		2
21	1	Lexicon Antiquitatum Romanarum		3
22	1	H Camochiale Arristotelico	D. Emmannoel Tesauo	1
23	1	Elucidário das Palavras		1
Total				63
24	1	Le Dictionnaire Royal François – Anglois e vice versa		1
25	1	Dictionnaire François – Italian e vice versa		2
26	1	Prosódia	Bento Pereira	1
27	3	Oruvres (com a capa arruinada)	Borliau Derpraux	5
28		Ditas do mesmo auctor		2
29		Ditas do mesmo auctor		5
30	1	Busiris ou Le Nouveau Pelérnaque	Leussú	2
31	1	Remarques sur lês avantages A lês disavantages de La France A di Grande – Bretagne = com a capa dannificada		1
32	1	Manuel Peppographique		2
33	1	Nouveau Dictionnaire Historique		13
34	1	Supplement au Nouveau Dictionnaire Historique		4
35	1	Robertson		12
36	1	Histoire de l’Amerique	Robertson (traduite de l’Anglois)	4
37	1	Histoire Philosophique de La Revolution de France	Fatin Desodvard	9
38	1	Historie de La Revolutiion de France pelo mesmo auctor		6
39	1	Oruvres	Bonnet	1
40	1	Chvia de Rapports		23
41	1	Le Diable punt par lui-mênu		1
42	1	De l’importance dis opinion Religienses [cupluada]	M. Necher	2
43	1	La religion prouve par La Revolution		1
44	1	Historie Philosophique et politique	Guillaume Thomas	10
45	1	Viés de Homes illustres	Plutarque	4
46	1	Oruvres completes	La Fontaine	2
47	1	Oruvres de Madame	Campan	2

48	1	Annuaire Historique Univirsel pour 1820, e 1821		2
Total				178
49	1	Complement Du Mémorial de Sainte – Héline;. [Sonera]	Barry E	4
50	1	Lãs Cases. – Memorial de Sainte - Helene		8
51	1	Oruvres de Napolion Bonaparte		5
52	1	Napolion devaut ses Conteporain		1
53	1	Précis de l’Histoire de Napoleon, Du Consulat, et de [l’Eumpere]		1
54	1	Lu Liaison Dangenuse		1
55	3	Volney		1
56		A mesma obra		1
57		A mesma obra		1
58	1	Pruôhomme – Des Crimes commis pendant La Revolution Françoise		6
59	1	Theatre de L. Corusile avic lês Commentaires	Voltaire	12
60	1	Chef J’Ocuves	T. Corneille	4
61	1	Lesage Diable Boiteux		2
62	1	[Fe] Bachelior de [ialamanques]	Lesage	2
63	1	Memoiries de Candida		1
64	1	Les Paysages, ou Essai sur La Nature Champestre		1
65	1	Oruvres	Depradi	23
66	1	Elemens e Economie Politique		1
67	1	De La Liberti Religiense		1
68	2	Abrégé de l’origine de tous lês Cultes,	Depuis	1
69		A mesma obra pelo mesmo auctor		1
70	1	Degesando – Du Perfictionnement Moral		2
71	1	Correspondance	Lord Byron	2
72	1	Lord Byron,	Madame Louise Sv. Beloc	2
73	1	Charte Turque		2
74	1	Benjamin Constant		4
75	1	Commentaire sur l’ouvrage de Filangieri,	Benjamim Constant	6
Total				272[4]
76	1	Les Amours de Faublas		4
77	1	Condillac – Cours o’ Etude		15
78	1	Dita - Traiti des Systems		1
79	1	Dita - Traiti des Sensations		2
80	1	Dita - Traiti des Animaux		1
81	1	Dita - Essai sur L’Origine des Connorissances humains		2

82	1	Oruvres Metaphisiques	Condillac	4
83	1	Cours o'Etude pelo mesmo		17
84	1	Condillac		8
85	1	Oruvres do muito danificada		30
86	1	Elemens o'Ideologie par Le Conto Destrutt a Pracy		4
87	2	Oruvres de Madame de Genlis – De influence des Femmessur La Litterature Française		2
88		A mesma obra, dois tomos em um vol.		1
89	1	Les Chuvaliers Du Cygne,	Madame Genlis	3
90	1	Les Veillées Du Chateau		3
91	1	Madame de Itacl – De l'Allemagne		4
92	2	Dita – Delphin		6
93		Dita - Dita		6
94	1	Dita Corimme ou l' Italie		3
95	1	Dita – Revolution Française		3
96	1	Dita – de La Litterature		1
97	2	Dictionnarie Universel, Historique S.		20
98		A mesma obra		20
99	1	Oruvres completes	Gessues	3
100	1	Oruvres	Jean Racine	4
101	1	Ditas	Madame Cottin	12
102	1	Ditas	Florian	18
Total				[508]
104	2	Oruvre Complete	Bernard	1
105		A mesma obra		1
106	1	L' Aminte Du Passe	(Traduction) p/ M. Tournier de Fouy	1
107	1	Poesias	Lapho	1
108	1	La creation – Poime		1
109	1	Les Amours de Daphseis e Chloe		1
110	1	Les Amours de Psyché et Cupidon		1
111	1	Les Amours de Ismen et Isnenias		1
112	1	Les Amours de Orleans - Paime		1
113	1	Lallmi des Hanes		6
114	1	Oruvres	M. de Fontenelli	11
115	1	The poems of Assian.	(Translatet) James Mapherson	2
116	1	Sorments	Hapu	1

117	1	Discours sur La liberti de penser		1
118	1	La Religiense	Diderot	2
119	1	Essai sur l' Education des Femnes,	Madame Remusat	1
120	1	Elemens de Mouvel taetique, ou nouveau Art de La Guerra		1
121	1	L'Afrique, et Le Peuple Afrequaiu		1
122	1	Contes a mion fils		2
123	1	Lu Panegyristes de Saint-Louis, rei de França		2
124	1	an Turquisy into the Nature and Course, by [Aoami] Imitt		4
125	1	Revolution de Portugal,	M. l'Abbé de Vertot	1
126	1	Des Droits, et des Devoirs Du Cytoyen,	l'Abbé de Mally	1
127	1	Les Bucoliques de Virgille, traduites em vers francais	A Millevaye	1
128	1	Voyage Du Jume Anacharseis,	JJ Barthétemy	7
129	1	Voyage	Guliver	2
130	1	Le parfait Capitaine		1
Total				552[7]
131	1	Maximes	de l'as Rochefoucauto	1
132	1	Les Fables o' Esope Phrygein		1
133	1	Vie de Marie Antoinette		1
134	2	Lycéi on Cours de Litterature ancienne et nuderdec,	J. F. La Harpe	16
135		A mesma obra		16
136	2	Rousseau. Contrait Sociale	Rousseau	1
137		Dito da mesma obra		1
138	1	Collection completes des Aeruvres		7
139	1	Emile, ou l'Education [pelo mesmo autor]	de J. J. Rousseau	5
140	1	La Nouvelle Heloise [pelo mesmo autor]		7
141	1	Acte Constitutionel de la Republique française		1
142	2	Dictionaire Philosophique		14
143		A mesma obra em brochura	M. de Voltaire	14
144	1	Voltaire = Iecle de Louis 1.º et Louis 15.º		5
145	1	L'Ekive de la Nature	M. Beaurieu	2
146	1	Voyage du tour du Monde, traduite de l'Italien de Germelli Careri	M. L. N.	3
147	1	[Lermons] du R. P. Geoffrey		4
148	1	Parades Persú		3
149	1	L'Imagination Poinee, do mesmo auctor	(traduit) p/ Jacques Delisle	2
150	1	Los Jardins, do mesmo auctor, em brochura		1
151	1	L' Homme des Champs, ou les Géorqeques francaisus - Delille		1

152	1	Reflexions Miliataises et Politiques	M. de Vergy	11
153	1	Nouveau Dictionaire Historique – ruída a capa de cupim		8
154	1	Nouveau Dictionaire Historique, ou Nouveau Dictionaire Universel des Artes, et Metieis – em brochura		16
155	1	Dictionaire Technologique de Planches – em brochura		28
Total				726
156	1	Ebanche de La Religion Natuselle (traduite de l’Asiglois) avec un supplement	M. Hollastron,	3
157	1	La Cavern de La Mort		1
158	1	Les Houits Faist de Icipon l’ African		1
159	1	Lettres de Vision de lenclas ao Marques de Levigui		2
160	1	Lettres d’uma Pesuvienne – danificada	Madame de Graphiguy	2
161	1	The Ministrel	James Battic, M. A.	1
162	1	VValhs in a Forest	Thomas Gesborne	1
163	1	Ouivres Philosophiques	M. de La Metlsic	3
164	2	Les Aventures de Pelimarques	Fenilton	2
165		A mesma obra		1
166	1	Ourivres (já danificada)	Moliere	6
167	1	Choix des Lettres Du Lord Chesterfields a son fils	(Traduite de l’Anglois) p/ M. Pyron	1
168	1	Les Incas, ou La destruction de l’Empeire Du Peru	Marmontel	1
169	1	Diários da Camara dos Senadores do Imperio do Brazil		2
170	1	Diários da Camara dos Deputados da Ass. Geral do Brazil		1
171	1	Diários das Cortes Portuguezas (truncado)		9
172	1	Relação das Acções com que no Mosteiro de Alcobaça se servirão a [Ditas] Graças pelos annos o’El Rui D. José [...]		1
173	1	Memórias das Providencias que se derão no terremoto Lisboa, que padecem em 1755		1
174	1	Relação Pamgyrica das honras funerais de D. João 5.º		1
175	1	Farto dos Deposirius de D. José 1.º e D. Maria		1
176	1	Choro das Musas		2
177	1	O Hyssopu		1
178	1	Garret - Camoens		1
Total				774
179	1	Oberou, Poema de Heiland	(tradusido) p/ Jelinto Elisio	1
180	1	Poisie Lyrique POrtugaise		1
181	1	Poetica de Horacio, e o ensaio sobre a Critica de Pope		1
182	2	Georgicas Portuguesas	Luis da SeMonsintes	1

183		A mesma obra		1
184	1	Rimas	Diogo Bernardes	2
185	1	Olyma do mesmo acutor		1
186	1	Paraíso perdido de Milton (tradusido em portuguez)	Padre José Amaro da Silva	2
187	1	Orestes, Tragedia (tradusido em portuguez)	Voltaire	1
188	1	Os Scythas, tradusido em portuguez		1
189	1	Sophonista, Tragedia tradusida em portuguez		1
190	1	Marianna, Tragedia tradusida em portuguez		1
191	1	Todas estas 4 tragedias estão sem capa		1
192	1	Fabulas em verso Castelhana		9
193	1	Feyjão – Cartas eruditas e curiosa		5
194	1	Naufrágio de Sepulveda		1
195	1	Satyras de Guerreiro		1
196	1	Jornal Poetico		1
197	1	Noites	Jose Plunas	1
198	1	Collecção de pedaços em prosa extraídos dos melhores	G. Hamonire	1
199	1	Auctores Franceses, e Portugueses		1
200	1	Memórias sobre a Conjuração de 1817		1
201	1	Oráculo sobre Europa – arruinado		1
202	1	Dicionário abreviado da Fabula		1
203	1	Arte de Trajar	Miguel Jacintho de Freitas	1
204	1	Grammatica Portuguesa	Padre Antonio da Costa Duarte	1
205	1	Novo Mestre Francez		1
Total				811
207	1	Dictionaire abregé de La Fable		1
208	1	[...] genial		1
209	1	Plutarco Revolucionario		2
210	1	Mentor Ingles	Joaquim Pycabyza	3
211	1	Diccionario Classico-Historico-Geographico em brochura		1
212	1	Diccionario da Lingua Portuguesa, publicado pela Academia Real das Sciencias de Lisboa		1
213	1	Oração fúnebre que recitou o Padre Joaquim da Dores pela morte de Diogo Ignacio de [...] Monique		1
214	3	Arte de [putar]	Padre Antonio Vieira	1
215		A mesma obra		1
216		A mesma obra		1

217	1	Nova Grammatica Latina		1
218	1	Novo Methodo da Grammatica Latina		1
219	1	[Comelis Nepstis]		1
220	2	M. Tulli Ciceronis –	Affecis	1
221		A mesma obra		1
222	1	Jacobi Jevi Bracarensis, opuscula		1
223	1	J. Lupi Somas herati nella confusazione e Tradusi vue Del Livro intitulado: Monita Secreta Societates Jesus		1
224	1	M. Fabiie Enntiliaui institutiones aratores		1
225	1	De Opctimis Studies Arationes Jacob Facciolate		1
226	1	Beiselec Ruinarium illustrium – compõem-se a obra de 8 vol. porem falta-lhe o 5.º		7
227	1	Palestra Style Romani Auctore Jacobs Massmio Damnificada		1
228	1	Arte e Brillhantes Verinses	João Hoostes	1
229	1	Israel Vengé	Isaac Arobio	1
Total				843
230	1	Histoires Naturelle des Vegetaux, or l’Institut national de France, bet par B. Nurbel	J. B. Lamarch,	15
231	1	Histoire Naturelle des Crustacés	par L. et Bose	2
232	1	Histoire Naturelle des Vers. pelo mesmo auctor		3
233	1	Histoire Naturelle des Cogmelles pelo mesmo auctor		5
234	1	Histoire Naturelle des Insects	F. M. Ja Iguy	10
235	1	Histoire Naturelle des Reptilis, Homme de Lettras Naturalsite, et par A. Latreille, membre associédo l’Institut National	C. P. Sousins,	4
236	1	Historie Naturelle dos Porssons	Bloch	10
237	1	Historie Naturelle (em oitavo = truncada)	Buffon	31
238	1	Historie Naturelle (65 vol. porem acham-se 64, faltando o vol. 21		64
239	1	Historie Naurelle – Regne Animal		24
240	1	Jornal de Phisique. (Obra truncada, e alguma cousa arruinada)		[79]
241	1	Zoologie universel et portative par l’Abbé P. A Reys		1
242		Systeme de La Nature (4.º)	M. Mirabaudem	2
243	2	A mesma obra em oitavo		6
244	1	Dictionaire das Scienses		28
245	2	Flora Fluminense		22
246		A mesma obra em brochura		22
247	1	Padre Thesdano d’Almeida		11

248	1	Diccionario de Botanica duplicado		2
249	1	Diccionario das plantas		2
250	1	R. Patres Antonio Mayr Souctatis Jesu – Filosofia Pevpatitica		4
251	1	Antonii Gennenses		6
252	1	Cours Complete d’ Agriculture		10
Total				1175
253	1	La Nouvelle Maison Reutique – a capa ruída de cupim		2
254	2	Loch – Essai Pilosophique		1
255		A mesma obra em 1.º. Existe só 1.º tomo		1
256	1	Roussel Systeme Phisique et Moral de La Femme, et de l’Homme		1
257	1	Philosophia	Hent	1
258	1	Elementos de Physica em brochura		1
259	1	Bhuchan’s Medicina		1
260	1	Cours de Chimic	B. Lagrange	3
261	1	Diccionario Medico-Pratico		2
262	1	Pharmacopia Dogmatica Medico Chimica		1
263	1	Socorro as pessoas envenenadas em brochura		1
264	1	Aquelegio Medicinal		1
265	1	Historie Ecclesiastique pour servir de continuacion á celle	M. l’Abbé Fleury	37
266	1	Historie Moderne		30
267	1	Historie Ancienne	M. Rollier	14
268	1	Historie Romaine. (16 vol. poreo falta-lhe o 1.º)		15
269	1	Historie du Regue de l’Emperieur Charles 5.º	M. Robertson (traduite d l’Anglois)	6
270	1	Elemens d’Histoire Geural	M l’Abbé Millot	9
271	1	Historia Universal escripta em pelo Dito, e traduzida em portuguez		9
272	3	Historie du Brazil	Bauchaper	3
273		A mesma obra		3
274		A mesma obra		3
275	1	Historie des Inquisition		2
Total				1322
276	1	Historie d’Angleterre	M. Hum	6
277	1	Plutarque Français		4
278	1	Histoire de La Compagne de Flandres		1
279	1	Memories de Montecuculi	Le Comte Purpin	3
280	1	Essai sur l’ Art de La guerra		2
281	1	Histoire de France	P. G. Damil	24

282	1	Chronica dos Reis de Portugal	Duarte Nunes de Leão	4
283		A mesma obra		4
284	1	Vida d'El Rei D. Manoel escripta em Latin por Jeronymo Asorio,	(Portuguez) p/ Padre Francisco Mello	3
285	1	Historia de Portugal	Damião Antonio de Lemos	20
286	1	Historie Generale de Portugal	M. Lequien	2
287	1	Vasconcellos Historie de Sanarem		1
288	1	Historia das Revoluções Romanas (versos vertidos em Portuguez)	Abbade	3
289	1	Historia do Maranhão	Bernardo Pereira de Barredo	1
290	1	Historia Completa das Inquições de Italia, Hespanha e Portugal		1
291	1	Historia antiga e moderna de Amarante		1
292	1	Berloi, Historia em Brasii et alibi		1
293	1	Historia Del Concilio Tridentino	Fra Pablo Sarpui	2
294	1	Historia da vida do venerável Irmão Pedro de Barto		1
295	1	Historia Ecclesiastica escripta em Francez	Abbade Ducreux (vertida em Portugal)	9
296		A mesma obra truncada, existindo só o 3.º, 4.º, 6.º, 7.º e 9.º tomos		5
297	1	Historie de l' Univers, truncada		
Total				1428
298	1	Vieis des Hommes illustres de Ilutarque		4
399	1	Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil		1
300	1	Epítome	de Faria	1
301	1	Le Soyagena Francois. (28 vol. , mas falta-lhe o tomo 18)		27
302	1	Oriente Conquistado	Sousa.	2
303	1	Descripção topographica e histórica da cidade de Porto		1
304	1	Plutarque François		4
305	1	Historia Maritima		3
306	1	Historia do Brasil		8
307	2	Compendio Histórico dos princípios da Lavoura do Maranhão	Gaioso	1
308		A mesma obra		1
309	1	Madura Ilustrado		1
310	1	O Viajante Universal		51
311	1	Viagens de Anthens pela Grecia e Asia		
312	1	O Philosopho Inglez, ou Historia de M. Clevelans		8
313	1	Historia de Gil – Braz de Sventilhona		4
314	2	Vida de D. João de Castro	Jacintho Freire de Andrade	1
315		A mesma obra		1
316	1	Deducção chronologica e Analytica (em brochura)	Jacintho Freire de Andrade	2

317	1	Sutomii Tranquilli		1
318	1	[Dito] livro danificado		6
Total				1517
319	1	Memore d'Arteclisie		3
320	1	Le Banquier et Negociant Universel		2
321	1	La Guerra de la Penisula em brochura		1
322	1	Lexicon Geographicum		1
323	1	Atlas Novis Auctore R.P Henries Scheren		8
324	1	Gutheric Geographic Universelle		2
325	1	Lecroix		3
326	1	Gutheric – Nouvel Atlas Elementaire		1
327	1	Geographis Nouveau	d'Abbé Nicolle de Lacroix	1
328	1	Nouveau Dictionaire Geographique	Vigiena	1
329	1	Atlas de toutes lés Parties Commus du Globo Terrestre. Danificado		1
330	1	Geographic Universelle,	Le P. Buffier	1
331	1	Abrége d'Astronomic	M. N. Calemard	1
332	1	Geographia Moderna	Antonio Jose da Silva Rego	10
333	1	Historia Genealogia da Casa Real de Portugal. Danificada		23
334	1	Ver. Pat. Thomsox Charmes Compendiun Theologias Universe		8
335	1	Principio Theologico, Symbolico, Auctore P. Martins Gerbert		7
336	1	Fr. Julgenti Curiliati Theologia Moralis Universe		2
337	1	Somma exacta de toda a Theologia moral traduzida em Portuguez	Cumiliati	6
338	1	Brevis Commentarius in Sciens na parte Gratini, falta o 1.º tomo		1
339	1	Dito ao Decretiun Gratiani – falta o 1.º tomo		1
340	1	Novena et Deceux Devotio ao Sanctun Franciscun		1
341	1	Justituones Theologios Dogmatico. Danificado	P. Dominia Schron	3
342	1	Himulus Partorun auctore Barthdomeo a Martirchus		1
343	1	Officia Sanctoren		1
Total				1608
344	1	Celeste Palmetun		1
345	1	Pesa R. P. Jorammig Michcellis		1
346	1	Besombs Theolog		2
347	1	F. Daniel Concisia		8
348	1	S. Bernardo Opera		2
349	1	R. P. Tirini, Jacobi, Commentaries en Vetus et Nesen Testamotua		2
350	1	Biblia sacra com Commentarios R.P Gordoni á Sacicta Jesu		3

351	1	A Bíblia Sagrada vertida em Portuguez,	Antonio Pereira de Figueiredo	7
352	1	Maria Rosa Mysstica pólo 8.	Antonio Vieira	1
353	1	Gondales Telles – Commentario in quinquar libros Decreto [...]		4
354	1	Thesouro Sacroux Putunm - Caranto		2
355	1	R. P. Votales Alexandoi Historia Ecclesiastica Veteris Novigev Testamenti 1.º damnificado		7
356	1	Historia das Sagradas Congregações dos Conegos Loculares		1
357	1	Comptoni - Theologia		2
358	1	Graverson – Historia [...]		3
359	3	O Evangelho em triumpho		8
360		A mesma obra faltando o 01.º tomo		7
361		A mesma obra		8
362	1	Diccionario Theologico		3
363	1	Retiro espiritual		2
364	1	Le Nouveau Testament		1
365	1	Introducção do Symosolo da Fé	F. Luis de Granada	2
366	1	Historia da Procissaun de Corpus Christi		1
Total				1685
367	1	Colleção sobre os Jacobêos e segillintos		1
368	1	Sentença sobre o Scismo do Sygillismo		1
369	1	Argaiz Pollacion Ecclesiastica de Espania		1
370	1	Colleção dos Breves Prutifícios		1
371	1	Memória do Arcebispo de Braga		2
372	1	Antilogia Catac Critica		4
373	1	Manifesto e allegação juridica		1
374	1	Verda elucidada e falcidade convecida		1
375	1	Franco – Imagem da Virtude		4
376	1	Artes Jesuiticas		1
377	1	Institutions Theologic Moralis		5
378	1	Ratio atque Institutio Studion socictatis Jesu- arruinada		1
379	1	Academia Celebrada pelos PP. Da Orden 3.ª de S. Francisco na inauguração da Estatua Equetre d' El-Rei D. José		1
380	1	Justi Hennengii Bahmeri – Institutione Juses Canonice		1
381	1	Principios Juris Cannice	Georgii Bochmeri	1
382	1	Pronstionun Connicarum	Doujat	1
383	1	Historia ECC – dannificada	Gravison	6

384	1	Institutionum Cannicarum Joamais Devati - brochura		4
385	1	Corpus Juris Canonici		1
386	1	Rogger - Institut		5
387	1	Lancolloti – Institutions Juris Cannoce		5
388	1	Corpus Juris Canonici		3
389	1	Corpus Juris Canonici		2
390	1	Von Espen Opera amnia Canonici		3
400	1	Alexandre Theologia Moralis		2
Total				1751
401	1	Esprit Du Droit	A. Fritot	1
402	2	De l' Esport des Louix	M. Montesquieu	4
403		A mesma obra		4
404	1	Considerations dus les causes de La Grandesons des o Romains de pran	Montesqueieu	1
405	1	Le Droit Poliique	Vallet	2
406	1	Couses Celebres Elangeres		4
407	1	Comité de Legislacion Circle et Penali		3
408	1	Les Cinq Codes de l'Empere François		1
409	1	Lençons de Detroit des Gons		4
410	1	S. S. tryhilusens Modernus Pandectarum		4
411	1	Collecção da Legislação Antiga e Moderna de Portugal		10
412	1	La Siensa della Legislacion	Cavaleiro Caetano Filangeire	8
413	1	Estatutos da Universidade de Coimbra		3
414	1	Justi Bachmure Jus Digestorum		1
415	1	Aprendix das Leis Extravagante e Decretos de Aveiro		1
416	1	Repositório das Ordebações		2
417	1	Ordenações e Leis do Reino de Portugal		3
418	1	Colleção das Leis de Portugal		8
419	1	Discursos Juridicos		1
420	1	Índice pelas Materias Civil, Criminal		1
421	1	Princípios de Direito Mercantil		4
422	1	Ulbrici Huberi Protectionum Juris Civilis		3
423	1	Arnobe Vien		4
424	1	Pyfendof de Juri Natuaes et Junction		2
Total				1838
425	1	Luduvici Doctrina Pandectoriun		1
426	1	Daries Institutiones Jurisprudensis		1

427	1	Práxis, de Patronatu Regio, et Seculari		1
428	1	Cornelic Jasi Bintohoe Opera ommia		1
429	1	Pegas Resotutiones Forenses Praticabilis		7
430	1	Jurisprudentia Vetus lute Justinanes		1
431	1	Grostii de Juri Belli ae Paris		5
432	1	Boehmeri Introductio in Jus Publicrin		1
433	1	Grotti de Juri belli ae Paris		5
434	1	Ubirici Hubori Opera Minon		2
435	1	Digestusm Pandectarum		4
436	1	Volumen Locupletum Puam Antchoac		1
437	1	Assentos das casas da Supplicação e do Civel		1
438	1	Paschalis Josephi Melli Opera		2
439	1	Linhas Criminaes		2
440	1	Primeiras Linhas sobre o Processo Civil		1
441	1	Classes dos Crimes		1
442	1	Barbarorum Leges Antique		5
443	1	Constituição Politica da Monarchia Portuguesa		1
444	1	Índice Militar de todas as Leis, Alvarás – em brochura		1
445	1	Annaes da Sociedade Promotora da Insdustria Nacional – em folheto		12
446	1	O Para em 1832 – folheto em brochura		1
447	1	Regimen das Prisoens na America Septentrional – brochura		1
448	1	Esboço Historico sobre a Origen da Dizima (em brochura)		1
449	1	O Portuguez e o Popular – em brochura		1
450	1	Explicação da Arvore que representa o Prospecto do Codigo C. Post. – em brochura		1
Total				1915
451	1	Instruccões para uso dos Officiaes do Exercito – em brochura		1
452	1	Primeiras linhas sobre o Processo Orphanologico – em brochura		1
453	1	Princípios do Desenho Linear – em brochura		1
454	1	Dissertação sobre o Direito de Cassoar – folheto em brochura		1
455	1	Oastoraes – folheto em brochura		4
456	1	Oração fúnebre do S. S. Padre Leão 12.º duplicada		2
457	1	Hippolyto de Seneca e Phedra de Racine com a traducção portuguesa - em brochura		1
458	1	Perfradia de Alemania y de Castilla - damnificado		1
459	1	M. Public Circoromis Opera – a obra compõem-se de 8 vol. – uma faltando		7

460	1	Clarissimi Viri D. dela Caille		5
461	1	Dictionaire de La Bible		2
462	1	Dictionaire de Sante		2
463	1	Praisté des Pumeurs		2
464	1	Aphoresmes de Chirurgio	D'Hermen Bocrhaove	7
465	1	Elémens de Chymic ,		5
466	1	Latini Latini Virtebienses Bibliotheca Sacra et Profana		1
467	1	Pinto Renascido		1
468	1	Commentarie de Calmot. A capa arruinada		25
469	Total de Títulos		Total de volumes	1984

APÊNDICE “ G ”

Relatório enviado pelo bibliotecário Antonio José Quim, em 7 de dezembro de 1855 ao Inspetor da Instrução Pública Caetano Jose de Sousa, e
remetido para o Vice Presidente da Província
Jose Joaquim Teixeira Vieira

CATÁLOGO DOS LIVROS EXISTENTES NA BIBLIOTECA PÚBLICA

-A-

N	TÍTULOS	AUTOR	VLS
1	Abregé de l' histoire universelle ancierne ermoderne		24
2	Abregé de la nouvelle geogrphia par guthis		3
3	Abregé de l' histoire des rexolritions de l' Alcolaça		1
4	Academia celebrada no Real moatereiro de Alcolaça		1
5	Adosinda poema romântico	Garret	1
6	Agriculture manufacture and commerce (Bruchura)		1
7	Alfeneiada poema epico		1
8	Anibrosei calepini dictionarie octo linguis		2
9	American (the) frent culturist	J. Thomas	1
10	American (the) shephend	L. A. Morrel	1
11	Americus cartas politicas extraidas do padre Amaro		2
12	Annaes de Cornelio tacito		2
13	Almanah do Maranhão de 1847 e 1848 (Bruchura)		2
14	Anuaire historique universel	Lesur	2
15	Annual report of the superintendent of school		1
16	Annual report of the executive commetce of the state normal school		1
17	Annual report the contry		1
18	Annual of the superintendent of school of New Jersey		1
19	Annual report of normal school		1
20	Appplicação da moral a politica	(traduzida) p/ João Candido de Dias e Silva	1
21	Architetura moderne	Jomber	2
22	Architetura hydraulique	Belidor	4
23	Architetura	André Paladis	5
24	Arte de pintor a óleo (duplic)		2
25	Arte de furtar	padre Vieira (duplic)	2
26	Arte poética	Horacio	1

27	Arte portuguesa ou décadas	João de Barros	24
28	Annual report of the schools in the city		1
29	Athalia tragedia	Racine	1
30	Auxiliadora da indústria nacional (bruxura)		1
31	A sua alteza real o senhor D. João primeiro do Brasil pela fundação do novo seminário		1
32	Annual report of the school oh New York		1

-B-

33	Bajasito tragedia	Racine	1
34	Beantés (des) pretique des turtles ler langue	M. Scaoppa	1
35	Bibliothèque Britanique		144
36	Bibliothèque nouvelle des sciences et arte		148
37	Biographia nouvelle des contemporaini		20
38	Biografie des ministres de Luis Felipe		1
39	Branca (D) ou conquista de Algarve		1
40	Breve direção para educação dos meninos (B)		1
41	Breito tragédia	Voltaire	1
42	Bibliothèque estrangere de l' histore et literature ancienne et moderne		3
43	Byron lord	M. me Louise	2
44	Biblioteca dramatic		11

-C-

45	Cabinet du juine naturaliste		6
46	Canbiste universel	M. Hley	1
47	Camões poema		1
48	Canal mautine de Paris á Rouem	Flachat	2
49	Canaux (Des) navigables	M. Pouncuse	2
50	Canaux de navegation		1
51	Cancernesso on poesias de El rei D. Diniz (bruchura)		3
52	Capetique gouvernemente	Juillet	2
53	Caramurú poema épico do descobrimento da Bahia		1
54	Carolina (A) ou a definitiva fixação de limites entre a província do Maranhão e Goyas	Candido Mendes de Almeida	1
55	Cartas de guia dos casados	Francisco Manoel	1
56	Cartas e outras obras selectas do Marques de Pombal		3
57	Colecções das leis da província do Maranhão		12
58	Cartas do papa Clementino 14(Ganganelli)		6

59	Cartas de Eche a Nazareno	Castilho	1
60	Cartas tragédia	Garret	1
61	Catechismu de economie politique	J. B. Say	1
62	Catholico (O), e o metthodista	padre Luis Gonçalves dos Santos	1
63	Caverne (la) de la monte		1
64	Chefe d' devres oratoire	Mirabeau	2
65	Chefe d' devres oratoire	Boseret	8
66	Christe devant Le siecle	Rossely	1
67	Chronica de Palinerum de Inglaterra		3
68	Chronica do imperador Clementino	J. de Barros	3
69	Chonica do descobrimento e conquista da Guine	Asurara	1
70	Chonista (O) ou seminário de política literatura ciencias arte	Garret	2
71	Coleção de discursos recitados pelos senadores e deputados na sessão de 1832		1
72	Coleções de leis, diretrizes e alvarás publicados durante o reinado de D. João I		8
73	Coleções de constituições antigas e modernas		4
74	Coleções das leis e decretos do império do império do Brasil ate 1836 (Bruchura)		11
75	Coleções das leis do império do Brasil (bruchura)		16
76	Colection das constitutions, carte et leis fondamentables des peuple de l' europe et ameriqueu		7
77	Comedias (As)	Terencio	2
78	Commentario sur l'ounrage	Filangrere	6
79	Commentariosa do grande Afonso de Albuquerque		4
80	Compendio de economia politica		1
81	Conflite (des)	M. Barone	2
82	Consideration sur la nature du revence national.	M. Storch	1
83	Conferencia de epicure com Pythagoras	(traduzido) João Cand. D. e Silva	
84	Couer de drait publique interne e externe (pens.)		2
85	Constrution mecanique et hydraulique	Asters	1
86	Compilação de poesia (bruchura)	M. Ferreira Freire	1
87	Contrato Social traduzido em português		1
88	Cornelei Nepotis vite		1
89	Corographia paraense	Baena	1
90	Correspondence Inedite de Grinn e de Diderot		16
91	Correnpondece inedete du doutor Franklin		2
92	Correspondence de Lord Byron		2
93	Cours de Architeture	Blandes	9

94	Cours de Style diplomatique	Maisel	2
95	Cours de droit civil francais	S. P. Ferreira Deruant	9
96	Cour complet d'econome politique	Stoch	5
97	Cour de droit naturel	Fritat	4
98	Catalogo abreviada do negociante J. Praxedes Pacheco (bruchura)		7
99	Cour d'economie politique	Stoch	

-D-

100	Debate de la convection nationale		5
101	Delite (des) et peine	Becaria	1
102	De ontologia ou science de la morale	Laroche	2
103	Descrição da febre amarela (bruchura)		1
104	Description des travana hydralique	Cessart	2
105	Decription des travana et des detarls de la constrution des pont des Monlim		1
106	Description des projectes et de la constrution des parte de Neully	Perronet	3
107	Destruição (A) de Jerusalem tragedia		1
108	Dialogo de varia historia portuguesa	Padre de Maria	2
109	Diário das cortes portuguesas		9
110	Diário da camara dos deputados do império do Brasil		1
111	Diário da camara dos senadores de império da Brasil		2
112	Dictionaris Francez, português		1
113	Diccionarie jurídico	Joaquim Jose Caetano Pra. e Sousa	2
114	Diccionario portugues latim	P. J. Fonseca	1
115	Diccionario poético	Candido Luzitano	2
116	Dicionário da língua portuguesa	Moraes	2
117	Diccionario Mythologico	Francisco de Paula Jacou	1
118	Diccionario medico pratico	Cardozo Machado	2
119	Dictionarie Analitique d'econimico politique	Ganith	1
120	Dictionarie de education moral	M. Capalle	2
121	Dictionarie universal de la geografia commerciante	Plenchet	5
122	Dictionarie historique et critique (dup)	M. Baily	8
123	Dictionaire inernal		5
124	Dictionarie des arte et des sciences		2
125	Dictionaire technologique des arte et metiere		2
126	Dictionaire de l'academia Francaise		2
127	Dictionaire de penalite	M. S. Edue	5

128	Dictionaire of portuguese and english langage- (vieira)		2
129	Discouse sur la revolution du globe,	Cuveir	1
130	Discurso sobre os padre da igreja (bruchura)		1
131	Discurso sobre a historia universal	Bossuet	2
132	Discurso dirigido ao instituto histórico e geográfico do Brasil (bruchura)	Baena	1
133	Dedução chonologica	Jose de Seabra e Silva	3
134	Dissertação sobre os princípios de statica (bruchura)		1
135	Documentary history of New York		3

-E-

136	Education (De l')	Mnu Campam	2
137	Eligies de Tibule	Mirabeau	2
138	Elemens de la science Du droit a l'usage de toutes lès nations	M. Sapage	2
139	Elementes of scientific agriculture	Norton	1
140	Elementos de aritmetica	Berout	1
141	Elementos de geometria	Euclides	1
142	Eneida de Virgilio	(traduzida) p/ J. Franco Barreto	2
143	Espirit (de l')	Hebretein	1
144	Engenhoso (O) fidalgo D. Quixote (dup)	Servantes	13
145	Ensaio sobre alguns synonymos da língua portuguesa	Fr. Francisco de S. luis	1
146	Ensaio sobre a verdadeira origem, extensas, a fim do governo civil	Jonhn Lock	1
147	Ephemeride universelle		13
148	Ephanapheres de varia historia portugueza	F. Mel.	1
149	Esprit des code des commerce	Le Baroni	
150	Esprit (des) instituiçons politiques	Mascada	2
151	Esprit (de la) Du religions	Dunille	1
152	Essais sur la pysicologia	S. Pinheiro	1
153	Essai sur la Monenclature et la classification des arte et science	Jerenier Benthon	1
154	Exame sobre o jury	Doutor Ferraz	1
155	Examination of fire varietier of cabagge (bruch)		1
156	Existence de Dien par le D. necurvonlyl		1
157	Exposition des príncipe Du gouvernement	Meirat	1
158	Etymologicon lingoa latina	Vossi	
159	Eutropii história Romana		
160	Exequians da rainha Maria 2º (bruchura)		1
161	Epitorne historia de Portugal	David Gonçalves de Azevedo	1
162	Ensaio histórico	Jose Liberato Freire do Carmo	1

-F-

163	Tabulas	Fedro	1
164	Filicite publique	Chatilluix	2
165	Fenne de la Biblic		1
166	Firit guinquennal register and circular of the state normal school (bruchura)		1
167	Flora fluminense (bruchura)		22
168	Fruits (the) and fruite of America (bruchura)		1
169	Faltas dirigidas pelos exelentissimo presidente da provincia		

-G-

170	Geological map of the stroite of New York		1
171	Georgicas portuguesas	Mourinho de Alburquerque	2
172	Glossário das palavras e phrases da língua Francesa		1
173	Gonçalo de Condova		2
174	Grammatica da língua francesa	Constancio	1

-H-

175	Histoire des Empireur Romaine	Creveia	6
176	Histoire pitoresque des religion	Mer Clavil	2
177	Histoire des Jesuites	M. Arnouds	2
178	Histoire de l' Anglaterra	Heina	6
179	Histoire de revolution francaise	Thiers	10
180	Histoire de Jean 6º rei Du Portugal (dupli)		2
181	Histoire de Napolion	Norvin	4
182	Histoire Pittoresque des voyage		1
183	Histoire de Bolivar	Viallet	2
184	Histoire Du canal Du midi	Andreassy	2
185	Histoire des travaux et l' aménagement des e anx du canal caledonien	Flachat	2
186	Histoire natural de l'homem	de Lacepede	1
187	Histoire philosophique des monde primitif		7
188	Histoire universelle		126
189	Histoire generale de l'inde ancienne et moderne		6
190	Histoire de l'europe par Le conte	de lacepede	18
191	Histoire Du Brasil	Beanchamp	3
192	Histoire de la revolution francaise	Neher	2

193	Historia do futuro	Padre Viera	1
194	Historia de cartas 12 ^a		2
195	Historia da vida de S. Francisco Xavier	João de Lucena	4
196	Historia da vida conquista e religião de Mafoura		1
197	Historia dos presos de S. Julião da Barra no reinado de D. Miguel Rei de Portugal		4
198	Historia de Santarém		1
199	Historia da invasão francesa em Portugal		1
200	Historia dos Judeus	Havier Joseph	9
201	Historia do descobrimento da America (dup)	Campe	2
202	Historia do descobrimento e conquista dos portugueses no novo mundo		4
203	Historia de Portugal		5
204	Historia da Grecia antiga	Goldenith	2
205	Historia romana		4
206	Historia antiga e moderna da vila do amarante		1
207	Historia do reino del Portugal		1
208	Historical (an) desquisition ar		1
209	History emperor charles 5	Robertion	4
210	History of the Scoltland		3
211	History and chemical investigation of maye or indiane by Sadisburg (bruchura)		1
212	History of America	Robertion	4
213	History of America	Robertion (traduzida em frances)	4
214	Hyssope poema heroic chronic	A. D. da Cruz	1
215	Histoire expliques por la philosophic (bruchura)	J. praxedes P. Pacheco	1
216	Horatii (G) Tlacci opyra		1

-I-

218	Ilíada de Omero	(traducione) Cavaliere V. Monte	3
219	Imaginação poema	M. Dellile	1
220	Incas (lês) ou la distrintion du Perou		1
221	Indicador de câmbios, banco, commercio em partidas dobradas. (bruchura)		
222	Índice pelas matérias, civil, criminal orfanológico e de finanças das leis decretadas de Portugal		1
223	Influencia do espiritalismo sobre o gemo literário		1
224	Instituições oratórias	Guitelian	3
225	Institutes de justiniens nouvellement expliques	M. A. M. Doucaurry	4

226	Izabel ou a Herrina de Aragão		1
227	Índice militar de todas as leis Alvaras, ar (bruchura)		1

-J-

228	Jerusalém delivrée		1
229	Jesus christe por sa tolerance modele das legilationes		1
230	Julii cesaris (C) commentarium ar		2
231	Jornal da sociedade philomatica Maranhense		6

-L-

232	Leal conselheiro	D. Duarte	1
233	Lexican ciceronianum. Ar		1
234	Libert (de la) religiense	Benoet	1
235	Lógica	Posselle	1
236	Lusiadas	Camoës	1
237	Lusitama transformada	Fernão A. do Oriente	1
238	Lyrice	João Mínimo	1
239	Lyrice	Horacio	2
240	Lexicon Manual Grego lusitanum		1

-M-

241	Magnum lexicon latinum et lusitanum		1
242	Malaca conquistada pelo grande Affonso de Marques		1
243	Manual das enfermidades dos olhos		1
244	Manual de miniatura	Langlair	1
245	Manual de perspective ar		1
246	Manual de molur em medaille ar		1
247	Manual complet du marchand papetur		1
248	Manual du libraire	Brunit	5
249	Marci Tulli Ciceronis epistola ar		1
250	Manual do cidadão		2
251	Mariani tragédia		1
252	Máximas Moraes e políticas sobre as sciencias dos Reis e felicidades dos povos		1
253	Máximas Moraes políticas para uso das escolas		1
254	Mecanicien anglais	M. Necholon	5

255	Meditação poema	Jose Agostinho de Macedo	1
256	Medidas sanitárias adoptadas na província do Maranhão para evitar febre amarela		2
257	Melonge politique e historique		3
258	Mecioire pour servir a l’histoire des evenemente de la fim du 18 siècle	Gurgel	6
259	Memoire d’um semoin de la revolution		3
260	Memoire de condores, sur la revolution francaise		2
261	Memoire sur la conrention nationate		2
262	Memoire	Brissot	2
263	Memoire de lavarseur de la sarlti		4
264	Memoire d’um delenur prur servir a l’histoire de la tyrame de Bobspiorre		1
265	Memoire de Jean Baptiste Louvet		1
266	Memoire de J. Touchet		2
267	Memoire dum prete regecide		2
268	Memoire inedicte de Mme Gintis		10
269	Memoire de Mme Roland.		2
270	Memoire sobre a conspiração de 1817		1
271	Memórias e confições de um radical (bruchura)		
272	Mentor inglez (duplo)		2
273	Miscellanca curioza e proveitoza		7
274	Mour nsage et coutuine de tous lês purples du mandi		4
275	Morale universalle	le Barou d’ Holbach	3
276	Moraliste francais	M. L. Amee Martins	
277	Mes preson por Silvio Pelico		1
278	Mandamentos do excelentíssimo bispo do Maranhão (brochura)		1

-N-

279	Napoleon devant sés contemporaine		1
280	Napoçeon em exil (duplicata)	O’ Meara	7
281	Natural histoty of the New York		10
282	Newtou poema	J. Agostinho do Macedo	1
283	Noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas		4
284	Noticias de Portugal	M. Severino de Farias	3
285	Notas estatísticas sobre o movimento comercial de Cuba		1
286	Novo (O) argonauta, (poema)	J. Agostinho de Macedo	1

287	Novo compadre Matheos		3
288	Nouveau systemes des fronts		1
289	Nouveau principe d'economique politique	Sirmondi	2

-O-

290	Oberon (poema)	Wichand	1
291	Obras completas	Camões	3
292	Obras poéticas	Souza Caldas	2
293	Obra	Gil Vicente	3
294	Obras completas	Felinto Elizio	11
295	Obras	Francisco M. G. da Silva Malhão	4
296	Obras	Francisco de Borja Garcão Stochler	2
297	Obras	Francisco Rodrigues Lobo	4
298	Obras	D. Duarte Ribeiro de Macedo	1
299	Observações sobre a constituição do império do Brasil		1
300	Observations sur la carte constitutionale de la France	S. Pinheiro Ferreira	1
301	Oeuvres complet	Pothrir	2
302	Oeuvres de Fillongière		6
303	Oeuvres completes	Rabalais	1
304	Oeuvres completes	D'alembert	5
305	Oeuvres completes	Bulanger	10
306	Oeuvres complete	Diderot	15
307	Oeuvres completes	Ferret	20
308	Oeuvres completes	Mably	12
309	Oeuvres completes	Machiavel	12
310	Oeuvres completes	Marmontel	11
311	Oeuvres completes	Volney	8
312	Oeuvres (faltando o volume 24)	Voltaire	74
313	Ouvres	Chateaubriand	20
314	Oeuvres completes	Borlaux Despreaux	1
315	Oeuvres	Boilaus	2
316	Oeuvres completes	Montesqueir	1
317	Oeuvres deveres sur la pratique contitulisnelle	Bejamim Constant	2
318	Oeuore	Rabait Saint Etienn	2
319	Oeruore (com uma tradução da Corina)	Mne de Stach	20
320	Oeruore	Molière	2

321	Oeuore	Crebelton	3
322	Oeuore	M. L. abbé de la Menais	13
323	Oeuores	Dellile	10
324	Oeuores	Mme Cotin	12
325	Ouore chois	M. J. Chier	1
326	Oration choir	Cicéron	3
327	Organiciton (de la) juridiore	El Domant	1
328	Orient poema épico	Jose Agostinho de Macedo	1

-P-

329	Pará (O) (bruchura)		1
330	Parairo (O) perdido	Milton	2
331	Parnaso Lusitano		6
332	Passeio poema	Jose Maria da Costa Silva	1
333	Patent Office report annual A (bruchura)		2
334	Paulo e virgia	S. Pierre	1
335	Pesca poema	Martins Bastos	
336	Philosophia moral,ou diferentes systemas da sciencia da vida (bruchura)		1
337	Peregrinação	Fernão Mendes Pinto	4
338	Plularque francais		4
339	Poesia	Pedro de Andrade	1
340	Poesia	Domingos dos Reis Quita	2
341	Poesias	(doutor) Antonio Ferreira	2
342	Poesias	(doutor) Francisco Sá Miranda	2
343	Poesias	Nicolau Tolentino d'almeida	2
344	Poesias	(doutor) Domingos G.Magalhães	1
345	Poesia	Elpino Deiriense	3
346	Poesias	Bocage	5
347	Poesias lyrica	Francisco de Borja Garção Stocher	1
348	Poesia	Antonio Diniz da Cruz e silva	6
348	Poesias	Pedro Antonio Correa Garção	2
350	Poesias	Francisco Dias Gomes	1
351	Poesias de Almena	Elpiro Duriense	2
352	Poesie lyrique portuguese	M. Sané	1
353	Poesie	M. J. Chinier	2
354	Poética de Horacio		1

355	Pouvoir (du) A opposition dans la societe (ganith)		1
356	Proces des droit des geus	Martins	2
357	Proces d'um cours de droit public	S. Pinheiro	1
358	Premium Lutet regulation of amide coutry (bruchura)		1
359	Principe de droit publique	M. Honoré	1
360	Principe d'economie politique	Constancio	2
361	Principe d'economie politique	M. Malteus	2
362	Principe de droit public du Manual du Atoyen		3
363	Português (O) e O popular (bruchura)		1
364	Proces des dernier ministre de Charles 10º		2
365	Projecto de um código geral de leis Ar Pinheiro		1
366	Projet d'um code general de lois Ar Pinheiro		1
367	Projecto de um systema de providencias para a conservação das cortes geraes		3
368	Publii virgilii Maronis opera		3
369	Pequeno cathecismo	Abade Fleury	1
370	Proposições resumidos dos princípios em que se estriba o direito das sociedades civis (bruchura)		2
371	Projecto de ordenações do reino de Portugal		3
372	Primeiro relatório apresentado a presidencia da Bahia sobre os melhoramentos e cultura da cana (dupli) (bruchura)		2

-R

373	Recherches sur la nature por Smith		6
374	Recherches historique et politique		4
375	Recreação do homem sensível		5
376	Recueil de morcean em provir	Haniamére	1
377	Reflexion sur la revolution française	Bruke	1
378	Relação das graças que no mosteiro de meobaça se renderão por ocasião dos anos de D. Jose 1º		1
379	Repotoire francais (do theatro)		4
380	Repot of the executive commités of Ar (bruchura)		1
381	Report of the school of Nova Scotia (bruchura)		1
382	Republique de Ciceron	M. de Willemaine	2
383	Resposta de um chistão as palavras de um crente	Padre Bautean	
384	Resume de l'histoire des grees moderne		1
385	Roteiro	D. João de Castro	1

386	Roteiro e mappa da viagem do maranhão ao rio de janeiro pelo cornel Sebastião Gomes da Silva berford (bruchura)		1
387	Russel de Alburquerque		1
388	Report (and) documents relating to the public school		1

-S-

389	Savery le Coran		2
390	Science (la) del ingerier	M. Delautre	3
391	Science du publicite	Tritot	11
392	Scythas tragédia (bruchura)		1
393	Spetacle de la nature	M. Pluvhet	8
394	Statutes School's		1
395	Successo do 2º cerco de Diu	Corte Real	1
396	Luggestions or tachers institute	W. Russel	1
397	Synopse do codigo do processo civil		1
398	Systemes (des) d'economie politique	Ganith	2

-T-

399	Tabulo astronomio		1
400	Talisman (O)	W scolt	3
401	Telemaco	Fenelou	2
402	Theorie du peine , et recompence	El Dumont	2
403	Theorie des lois criminales	Ganith	2
404	Theoria das Assembleias Legislativas de Provincia (bruchura)		1
405	Theathe (bruchura)	Alex Dumas	1
406	Titei Livii historiarum a burbe condita libri		6
407	Ton Jones	(traduite) p/ la Place	2
408	Tractado dos príncipes e das letras	Affierre	1
409	Tractado do sublime	Langino	1
410	Tractado das obrigações pessoas	Pathier	2
411	Tractado de educação	Garret	1
412	Tragedies del Cavaliere Veneza Monte		1
413	Traïste theorique et pratique de l'arte de batir	M. Rondelet	6
414	Traite sur l'art de la charpente	Harffrat	1
415	Traite sur lês puite Artesin	Garnier	1
416	Traite de (corroído)		5

417	Traite d'economie politique	J. B. Lay	3
418	Traite elementaire de geographie	Brunne	3
419	Traite de preuve juriciare	Jeremie Benthan	2
420	Traite de existence de deus	Fenelon	1
421	Traite de l'art du charpentur	M. Hosant fraint	1
422	Traite de legislation civile et penale	J. Benthan	3
423	Transation of new York state agriculture society		12

-U-

424	Ulyssea poema epico	Gabriel Pereira de Castro	1
425	Uraguaia poema	Jose Basílio da Gama	1
426	Usage (lês) de la sphere des globes celeste et terrestre por de Lamarche		1
427	Um Bosquejo (bruchura)		3

-V-

428	Valere máxima francaise	La Place	2
429	Vestígios da língua Arabica		1
430	Vida do infante D. Duarte	C. Lusitano	1
431	Vida do infante D. Henrique	Andre Resende	1
432	Vida de João de Castro (duplicata)		2
433	Vida do Beato Henrique Luza	frei Luiz de Sousa	1
434	Vida de D. Francisco Bertholomeu dos Martins	frei de Souza	2
434	Virgile ourvres de Virgile	(traduit em francaise) p/ professor de l'universite	4
435	Versos de Bacharel Domingos Maximiano Torre ou Alfino Cyntio		1

-Z-

436	Zargueida ou descobrimento da ilha da madeira	Francisco de Paula Medina	1
436	Total de Títulos	Total de Volumes	1792

APÊNDICE H		
MAPEAMENTO DA CIRCULAÇÃO DAS OBRAS ATRAVÉS DOS JORNAIS		
O CONCILIADOR (1821)		
TITULO	AUTOR	L. VENDA Procedência
1. Memorial Patriótico,	Francisco José Nunes Corte-Real (compositor de letras)	Loja de Bebidas de Vicente Cortezze
2. Jornal dos Debates, sobre a Revolução de Portugal para a Constituição Portuguesa, entres outros.		
3. Destroço em ataque do Cordão da peste Periodiqueira,		
4. O Acolyto contra o Exorcista		
5. A Jornada do Exorcista		
6. Parabéns á Patria		
7. Contrariedade, á Razão e nada mais		
8. Vozes dos Leaes Portuguezes ou fiel eccho das suas novas acclamações à Religião, a ElReis, e às Cortes destes Reinos	Tipografia Nacional e Botica de Daniel Joaquim Ribeiro	
9. Tratado de moral para o genero humano.	Mr. De Salis	
O CONCILIADOR (1822)		
10. La Omelia	Cardinal Chiaramonti Vescovo d’Imola	
11. Anaes das Sciencias, das Artes e Letras	Loja de Manoel Antonio dos Santos Leal & Comp. ^a :	
12. Modo de curar a diarrheia de sangue, paro uso dos Lavradores, que vivem longe da cidade	James Hall. M. D.	
LIVROS DIDÁTICOS OU UTILIZADOS NO ENSINO		
13. Douctrina Christã pelo Cathecismo de Montplier		
14. Arthmetica por Bezoul		
TOTAL DE LIVROS		14
ARGOS DA LEI (1825)		
MISCELLANIA POLITICA E LITERARIA	José Raimundo da Rocha Araujo e Francisco Sotero dos Reis	
Socorro as pessoas envenenadas, e asfixiadas	Loja Ramos Irmãos e companhia	
TOTAL DE LIVROS		2
O AMIGO DO HOMEM (1827)		
1. Esboço Histórico sobre a Origem da Dizima	Botica de João José de Lima, na rua Grande	
1. Grammatica Portugueza	Sotero dos Reis. Typografia Nacional e Imperial casa da Gazeta p Pedro José de Figueiredo	
2. Ode pindarica	Pedro José da Costa Barros	
3. Dissertação Juridica	Jurisconsulto Joze Ferreira Borges	
4. Instituições do Direito Cambial		
5. Refutação do Esboço Historico sobre a origem das Dízimas	Reverendo Padre Mestre Fr. Manoel Justino.	

7. Os perigos da má educação. (3 atos). 8. Os indigentes. 9. Elogio dramático. 10. Nem tudo he o que parece (comedia em 3 atos). 11. Monologo	Teatro Nacional
LIVRO DIDATICO	
12. Cathecismo Político	Fillipe Anberto Patroné Martins Maciel casa de Plancher rua do Olvidor,
TOTAL DE LIVROS	12
A BANDURRA (1828)	
1. ODE	Manoel Odorico Mendes.
1. Princípios de direito publico constitucional.	Ramon Salas, Doutor de Salamanca Traduzidas D. G. L. de Andrade Lisboa na Typografia Rolandiana em 1827
2. Cathecismo político.	
3. Folhinhas de Algibeira p o ano 1828	Loja de Joaquim Ramos Vilar na Praia Grande Botica de Daniel Joaquim Ribeiro no Largo do Carmo,
TOTAL DE LIVROS	3
A CIGARRA (1829)	
1. Carta de 27 de agosto de 1828	João Crispim Alves e Lima. Diretor da Typographia
TOTAL DE LIVROS	1
A ESTRELLA DO NORTE DO BRASIL (1829 – 1830)	
1. Sistema Social; ou princípios naturaes da Moral, e da Política.	
2. Systema da Natureza	
3. Tratado d’Incestos	Mr. de Candidat
4. Compendio d’Observações (LITERATURA JOCOSA).	Vende se no Largo do Carmo,
5. O Decreto de Jove – Elogio Dramático –	Teatro nacional
6. A Setença justa - Commedia em 3 actos –,	
7. A Setença justa - Commedia em 3 actos –,	
8. O Premio merecido, ou o Major deserdado.	
9. O Rozal de Vênus - Elogio Dramático	
10. O Imperador d’Alemanha, ou a Constante Holandesa	
11. O Amigo da Ley ou o Inglês Honrado	
12. O Prazer e a Alegria, - Elogio Dramático	
13. Pedro grande imperador da russia, ou a escrava de marianburgo	
14. A Farça: O velho perseguido	
5. Breviário Francez, composto de quatro tomos	Vendido p. Manoel Antonio Alves Loureiro Vianna
16 Definiçoens e Extractos da Filosofia Política	Mr. Bourbon Leblanc
17. O Liberal Animozo.	Vende-se em Folheto na Loja de Sirgueiro de Santos Lima & Cª

LIVRO DIDATICO	
18. Doutrina Cristã por Montplier	
TOTAL DE LIVROS	18
O PHAROL MARANHENSE (1828 – 29 – 30 - 33)	
1 COLLECÇOENS DA ASTRÉA	VENDE Joaquim de Sexas Corrêa
BIBLIOTECA PARA USO DE UM CORCUNDA. CRITICA	OLHAR
2 Tractado sobre Escripturação Commercial	Loja do Sr. Pereira Leite
3 Tractado de Pregar descomposturas com moderação e decência	Mr. David da Fonseca
4 Tractado, ou Collecção dos arremedos dos clássicos de quinhentos	Vende-se na rua do Sol Casa aonde actualmente se acha o Correio
1. Parecer da Comissão da Fazenda.	Loja de Cicerelli, no Canto da Sé
2. Paudas d'Alfandega.	
3. Códigos de processo civil.	
4. Almanachs dos Negociantes.	
5. Frutas do Brasil.	
6. Códigos penal e Militar.	
7. Guias de conversação	
8. Últimos momentos da Imperatriz.	
9. Tratado sobre a pena de morte.	
10. Novo testamento.	
11. Constituição.	
12. Benjamin Constant, 4 volumes.	
13. Trocbles Du Midi.	
14. Collecção das Leis 4 volumes.	
15. Quarto volume do ditas	
16. Formulário do Juiz de Paz.	
17. Manual para o dito.	
18. Esboço do Príncipe Eugenio.	
19. Festas do casamento de S. M.	
20. Diálogos Constitucionaes 2 volumes.	
21. Almanach para 183. Dito para dito encadernado.	
22. A Coroa da Immortalidade - Elogio Drammatico –	Teatro Nacional
1. A Medicina de Le-Roy,	Caza do Snr. Antonio da Cunha Gonçalves Affonso LIVROS IMPRESOS EM LISBOA
2. Grammaticas francezas,	
3. Eutropio,	
4. Selectas primeiras,	

5. Novo Methodo de Grammatica Latina,		
6. bras do Doutor Ferreira,		
7. Tratado de Educação,		
8. Elementos da riqueza publica,		
9. Rimas de Sabino,		
10. Motim literário,		
11. Fernão Mendes Pinto Peregrinação,		
12. Arte Poética de Horacio,		
13. Taboadas,		
14. Cartas de primeiras letras		
41. Venda de folhinhas p o ano 1833	nas Boticas dos Snrs. Mathias José Fernandes do Rego, e José Antonio Pereira do Lago, nas casas dos Snrs. José Joaquim Maia, e Balthasar, Praia-grande na Tipographia do Pharol Maranhense, já annunciada.	
42. Principios, ou Primeiras Noções de Direito Positivo	Bacharel Raymundo Filipe Lobato venda na Typographia do Pharol	
43. Roberto na franconia - Drama com 5 actos	no Theatro denominado de São Joaquim VAI ABRIR O Theatro da União Theatro Amizade	
44. Farça O COMPADRE BONIFACIO		
45. Metafísica da escripturação mercantil, ou sciencia do guarda- livro		
1. O Filho de minha mulher, 3 vol.		
2. Vida de D. Quixote, 8 vol.		
3. Guilherme Tell		
4. Grammatica Francesa,	Hamoniere	
5. Guia da Conversação Francesa	Casa de Flisberto Joze Correia & C ^a	
6. Coleção de pedaços em prosa		
7. Dialogo Constitucional, 2 vol.		
8. Escola Brasileira, 2 vol.		
9. Formulários para Hospitaes		
10. Diários Náuticos		
11. Esboço da Vida do Príncipe Eugenio		
12. Revolução Brasileira		
13. O Tartufo, Comedia traduzida pelo Capitão Manoel de Sousa		
14. Instrucções para Artilheria		
15. Código do Processo Civil		
16. Revolução Francesa em 1831		

17. Analises de algumas coisas que tem concorrido para o mau estado dos negócios públicos no Rio de Janeiro	
18. Obras históricas de Napoleão, 2 vol.	
19. Biblioteca Constitucional, 2 vol. Código do Processo Criminal, sancionado	
20. Prazeres da Imaginação	
21. Prazeres da Imaginação	
22. Novo Decreto sobre os Manifestos dos navios	
23. Instrucção para Cavalaria	
24. Catecismo da Lei Natural	
25. Projeto de Orneções, 2 vol.	
26. La Pairie	
27. Revolution Francaise, 1831	
28. Synonimos da Língua Portuguesa	Fr. Francisco de S. Luiz
29. Álgebra de Besont, 2 vol.	
30. Aventuras de Telemage	
31. Dictionaire de la Fabl[e/apagado], 2 vol	F. Noel
32. Horatü opera, 3 vol.	Joaquim José da Costa e Sá
33. Horatius Juvenci, 2 vol.	
34. Entropü Breviarium	
35. Comentarios sobre a Legislação Portuguesa acerca de avarias, 1830	José Ferreira Borges,
36. Jurisprudência do Comercio Mercantil de Sociedade, pelo mesmo, 1830	
37. Synopses Juridica do contrato de Cambio marítimo, pelo mesmo, 1830.	
83. Obras de Filinto Elysio, [apagado] vol. 22\$000 rs,	Casa de Felisberto José Correia
84. Annaes de Tácito, vertidos em linguagem, 2 vol. 6\$400 rs,	
85. O Parnaso Lusiano, 5 vol. 9\$600 rs.	
TOTAL DE LIVROS	85
O CENSOR (1826)	
1.Economia da vida humana – Obra indiana traduzida do Inglez, e ultimamente do Francez,	Botica do Padre Tezinho
2.Inviolabilidade da independência e Gloria do Imperio do Brasil, ou Reflexões do Escripitor machuco o Cavalheiro Chapuis	
TOTAL DE LIVROS	2
JORNAL DOS ANNUNCIOS (1831)	
1. Arithmeticas e Geografias	de Bezout, caza de Augusto Barrellá, ao Largo do Carmo
TOTAL DE LIVROS	1
ECHO DO NORTE (1834)	
1. Código Comercial	Joze Ferreira Borges

2. Medicina Forense	M. B. Carneiro
3. Direito Civil	Pereira & Souza
4. Primeiras Linhas Criminaes.	
5. Clace dos Crimes	
6. Dicionário Jurídico	
7. Doutrina das Acções	Correia Telles
8. Obras completas	Carvalho Primeiro
9. Oftalmológicas	Menezes
10. Praticas de Juizes Dicisorios	Gouveia Pinto
11. Tratado dos Testamentos	
12. Manual do Tabelião	Pardessas
13. Droit Comercial 5 vol	
14. Dicionários Latinos	
15. Dittos Francez e Portuguez	de Moraes
16. Dittos Portuguez	
17. Ditos Clássicos	de Lobato
18. Grammatica	de Hamoniere & Leron
19. Dittas Francezas	
20. Talemacos em Francez	
21. Tito Livio 6 vol.	traduzido por Barreto Feio
22. Salustio traduzido por Barreto Feio	
23. Mappa Geral do reino de Portugal elluminado	Vieira
24. Sermões e Vozes Saudozas	
25. Manual do Processo Criminal no Juízo de Paz	Typographia de Abranches & Lisboa.
26. Índice Alfabético – das Leis do Brasil	Loja de Liberato Antonio Pereira, Rua de Nazareth
27. Repertorio geral	Manoel Fernandes Thomaz Loja de Liberato Antonio
28. Elementos da Sciencia de Direito	Lê Page
1. Dicionários	d'Moraes e outros Autores
2. Dittos Francez e Portuguez	
3. Dittos Clacicus	
4. Ditos Latinos – e mais livros Latinos percisos para as Aulas	
5. Talemacos em Francez – Grammaticas	d'Lobato
6. Voluei – ou Ruínas dos Impérios	
7. Décadas	d'João d'Barros
8. Pardessus, Direito Comercial	
9. Código Comercial	Joze Ferreira Borges –
10. Ditto Direito Cambial	

11. Ditto Sobre Avarias	loja d'Felisberto Joze Correa & Cia
12. Ditto Contrato d'Sociedades	
13. Ditto Medicina Forense	
14. Ditto Cambio Marítimo	
15. Conhecimentos em bom papel	
16. Letras – em Ditto.	
17. Hum bom Sortimento d'Livros d'Direito	
46. Instituição do Jury	vertido do Inglez por Joze Soares d'Azevedo Botica de Manoel Duarte Godinho no Largo do Carmo Lojas de Cordulo Candido Borralho, e de Feliciano Antonio Pinheiro na rua do Sol
47. O Compêndio de Geografia histórica	Cazado Giraldes loja de Felisberto José Correia & C ^a
48. O Mapa Geohidrográfico histórico e Mercantil	
49. Manual de Processo Criminal aos Juizes de Paz	Na Typographia, e na de R. A. R. de Araújo
50. Almanaque dos Tribunaes,	nas casas dos Snrs. J. M. F. de Matos, Moreiras, na loja de B. J. de Almeida & C. no Largo do Carmo, e nesta Typographia:
51. Leis Roraes, Provinciais, e de Poheira	
LIVRO DIDATICO	
2. Novo Methodo da Gramática Latina, redusido a compendio	Padre Antonio Pereira
TOTAL DE LIVROS	52
O INVESTIGADOR MARANHENSE (1836)	
1. Tratado de Commercio do Brasil com Portugal	Typografia Constitucional
2. Economia Política,..... 1 brox	Traduzida de Blanqui
3. Pobre Pedro, 2 ^a edição 1	
4. Conferencia d'Epycuro com Pythagoras 1	
5. Memórias d'hum Radical 1	
6. Cartas sobre [...] onanismo 1	
7. Máximas de Condutas para as Senhoras Brasileiras 1	
8. Discurso sobre os PP. Da Igreja 1	de Parrad
9. Filosofia Moral, e Theodicâa 1	
10. Paciência e Trabalho, Conto Moral 1	
11. [Ciência?] do Espiritulismo sobre o Gênio Litterário1	de Mr. Droz
12. Filozofia Moral 1	de [Mme.?] Ponnelle
13. [Fisica?] Methafisica e Moral 2	de Mr. Droz
14. Applicação da Moral à Política 1	
TOTAL DE LIVROS 14	

BEMTEVI – (1838)		
1. Historia Universal	de Mitot [Milot?]	
1. Regimento de Minas por onde regula-se contagem de autos e mais termos forense		
2. Cathecismos da lei natural,		
TOTAL DE LIVROS	3	
O LEGALISTA (1840) (mínimo)		
1. Nova taboada de multiplicação adaptada percepção dos meninos que frequentão as escolas brasileiras.	Na officina Typographica de F. de S. N. Cascaes	
1. Cartas do A – B – B,		
2. Cathecismos,		
3. Grammaticas,		
TOTAL DE LIVROS	4	
JORNAL MARANHENSE (1841) (médio)		
• A noiva Brasileira		
• O Conde de Benavente. Romance Andaluz (1771) (Continua até o nº 9)		
• Sofrer e Morrer. (continua até o nº 9, 6-08-1841)		
• D. Elvira e D. Ramiro Ballada		
• Um seblante rosado e um seblante enrugado		
1. Biblioteca Erudita, obra conceituoza de liçam e recreio		
2. Cathecismo da lei natural para jovens Brasileiros.		
3. Crônica dos Frades menores da Província de Santo Antonio do Brasil,	Padre Mestre Frei Antonio de Santa Maria Jaboatam	
1. Telemaco em Inglez e Francez 2 v. in 12,		
2. Historia de Numa Pompilio 1 v. in 12,		
3. Consolation de La Philosophie, por Boëce 1v. in 8º,	de Voltaire	
4. Letres á Emile sur La Mithologie 1v. in 12,		
5. Diccionario Poetico 2 v. in 8º,		
6. Diccionario Portuguez 1v. in 8º	por Fonseca	
7. Historia de Buonaparte 2v. in 8º,		
8. Pharmacia 1 v. in 8º,	de Pinto	
9. Glossario de Gallieismos 1v. in 8º,		
10. Novo Methodo de partidas dobradas 1v. in 8º,	por Fr. Francisco de S.Luis	
11. Obras de Decrempts 2v. in 8º,		
12. Phasalia de Lucano em Francez e Latim 1v. in 8º,		
13. Coleçãode anedoctas, e ditos galantes 1v. in 8º ,		
14. As Memorias Historicas, Políticas e Filozoficas da Revolução do Porto em Maio de 1828, e dos emigrados Portuguezes pela Hespanha, Inglaterra, França e Belgica	Joaquim José da Silva Maia	
TOTAL DE LIVROS	25	

A REVISTA (1844)	
1. Dicionario Inciclopedico Geral com 58 volumes in folio da lingua Franceza, já uzada.	Vende Antonio Pinto Ferreira Viana
2. Revista Histórica de Portugal,	Vende Guimarães Magalhães & Silva
3. Romanceiro Portuguez;	
4. Folinhas de porta	loja do Sr. João Joaquim Lopes de Souza Armazém dos Snrs. Baltazar Irmãos & Sobrinho.
5. Exemplares de Lógica popular	
6. Tratados de homoeopathia	
1. Folhinha do Nigromante [pessoas que invocam os mortos – mágicos, bruxos, feiticeiros], contendo uma linda collecção de sortes para o entretenimento	Vende-se na Livraria Fructuozo
2. Folhinha de Medicina Domestica	
3. Folhinha Theatral, contendo o Falso Religioso, drama, e o Dr. Sovina, entremez.	
4. Folhinha de Pilherias, contendo uma reunião de pilherias ratices e anedotas capazes de fazerem soltar barrigadas de riso aos mais sérios.	
5. Folhinha de Prendas, contendo o passatempo alegre e familiar e os mais lindos jogos de prensas para divertimento das companhias.	
6. Folhinha Joco-Seria dos Poetas, contendo as espantosas acções de Antão Broega, famoso narigudo, e muitas outras lindas producções de Musa.	
7. Folhinha de Jogos, contendo as leis e regras do Votarete, do Vinte e um, da Tontina, do Empréstimo, da Comadre, do Commercio e do Cuco.	
8. Folhinha Biographica de Napoleão, contendo um brilhante resumo popular da historia do Grande Napoleão, ornada com lindas vinhetas.	
9. Folhinha de Cupido, contendo a nova e genuína linguagem e dicionario das flores, fructos, hervas, raízes &c., em versos.	
10. Folhinha Nacional Brasileira, com um Índice da Historia do Brasil.	
11. Folhinha Lusitana, contendo um bosquejo fiel da Historia de Portugal.	Vende-se na Typographia (da Temperancia
12. Folhinha Histórica, com a vida e retrato do imperador D. Pedro 1º.	
13. Folhinha das Damas, dornada com cinco novellas galantissimas.	
14. Folhinha dos Artistas, com segredos concenentes as artes, officios &c.	
15. Folhinha do Sabio, com Máximas do Exm. Sr. Márquez de Maricá.	
16. Folhinha da Historia Natural, com noções dos três reinos e 20 estampas	
17. Folhinha de Saúde com tratado sobre o Organismo, seguido de artigos sobre as quedas, feridas, esfoladuras, arranhaduras e contusões.	
18. Folhinha das Flores, com dicionario da significação das flores, &c.	
19. Folhinha da Justiça com as reformas do Código e Regulamento.	
20. Folhinha Constitucional, com a Constituição e a Ley de suas reformas.	

1. O Matuto Esperto – Dialogo – 1.600	Escriptorio de Manoel Antonio dos Santos.
2. Orthographia nacional – pelo Professor Coruja – 3.500	
3. Noticias elementares da Homoeopathia	
4. Exposição das Doutrinas Homoeopathicas	
5. Manual do Fazendeiro – 200 rs	
6. Legislação de 1845	
13. Lês Hommes Illustrs de Plutarque em 16 vol.	Casa dos Srs. Bessa & Irmãos
14. Diccionarios Françaís Portugais de Sá, em 2	
15. ROMANCE. Clara e Alberto ou amor e o destino [Rodapé do Jornal. A partir deste nº <u>segue-se nos demais até o 524</u> de 10/12/1849].	
16. A historia da religião	Armazém de José Moreira da Silva
17. O Muzeu Pitoresco, 1848	
1. CONCORDANCE entre lês Codes Civiles étrangers et lê Code Françaís. Ouvrage contenant’le texte dès Codes par II. 1 v. 4º.	Antoine de Saint-Joseph
2. DICCTIONAIRE politique encyclopédique du langage et de la Science politiques, redige par une réunion de Deputes, de Publicistes et de Journalistes, avec une introduction troisiéme édition 1 v. 4º. 1848.	par Garnieer-Pagés
3. COURS de Littértature Françaís, precede d’une critique sur la vie et lês ovrages d’auteur, par C. – A. Sainte-Beuve sixiéme édition 1 v. 4º 1848	por Villemain
4. FONTES próximas do Código Commercial Portuguez 1 v. 8º.	
5. PRATICA Elementar de Homoeopathia precedida de um discurso contendo a Historia da Homoeopathia e as principaes regras para sua applicação 3º edição 1 v. 8º Rio.	pelo Bacharel Gaspar Pereira da Silva
6. NOTICIAS Elementares da Homoeopathia ou Manual do Fazendeiro, do Capitão de Navio, e do Pai de Família, contendo a Acção dos vinte e quatro principaes medicamentos Homoeopathicos 1 v. 8º Rio.	por B. Ilure e J. V. Martins
7. O MEDICO e o Cirurgião da Roça, Novo Tratado completo da Medicina e Cirurgia Domestica, adaptado à intelligencia de todas as classes do Povo; seguido de um Formulário de Medicina e de hum Diccionario dos termos scientificos pelo Dr. L. F. Bonjean.vos acompanhados de 65 estampas. 1848 Recomenda-se esta excellente obra aos Snrs. Lavradores.	Vende-se na Livraria Fructuoso
8. PRIMEIROS e segundo cantos de A. Gonçalves Dias 2º v. 8º Rio.	
9. BOTICA homoeopathica contendo os vinte e quatro principaes remédios.	
27. ALMANAK POPULAR PARA 1850	
28. Medicina Domestica Homoeopathico – ou Guia Pratico da Arte de Curar Homoeopathicamente– 2 vol.....25:000	pelo Dr. Cochrane na caza de Feliciano Marques && Cª. rua Grande
29. O MISSAL ROMANO. Segundo o Calendario de Portugal, conquistas e Brasil, com as missas particulares das Dioceses, traduzido em Portuguez, 1 vol.	Escriptorio de Thomaz da Silva Fontes & Cª

1. A Revista Popular dos annos 1848 a 1849, e de 1849 a 1850, em 2 volumes encadernados, e a continuação da mesma obra para os annos de 1850 a 1851.	LIVRARIA DE FELICIANO MARQUES & Cª por Andrade Corvo por J. S. Ribeiro de Sá	
2. A Legislação Brasileira, desde 1822 a 1848 pelo Bacharel Manoel Antonio Fernandes Junior, tendo a vantagem de apontar as leis que estão em vigor, e endicar por resumo as que estão revogadas e quais decretos que as revogarão.		
3. Botânica Elementar.		
4. Contos do Sertão,.		
5. Taboa de longitude, ou arte de navegação obra muito útil aos marítimos.		
LIVRO DIDATICO		
• Compendio de Orthographia da língua nacional	Antonio Alves Pereira Curuja	
• Compendio da Grammatica Portugueza		
• Manual dos Estudantes de Latim		
TOTAL DE IMPRESSOS	34 – L, 3 – L.D	2º - F
O GLOBO		
1. Compendio de veterinario ou Medicina dos animaes domesticos, aprovado pela Conselho Superior d'Instrucção publica, e adoptado pela Faculdade de Philosophia da Universidade de Coimbra para texto das lições de Veterinario,., 1 vol. in 8.º	Principaes obras impressas,da typographia da Universidade de Coimbra em 1852, Janeiro a Maio pelo Sr. J. F. de Macedo Pinto, Lente Substituto da Faculdade de Medicina etc	
2. Revista Historica Politica de Portugal, 1ª. e 2ª Parte, 2 vol. in 8.	pelo Sr. J. A. dos Santos Silva,	
3. No prélo:-- Principios geraes de Mechanica,	pelo Sr. A de Sanches Goulão, Lente Cathedratico da Faculdade de Philosophia	
4. Complementos de Geometria descriptiva de Fourcy,.	pelo Snr. Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto, Lente Cathedratico da Faculdade de Mathematica	
5. Taboas da Lua de Burckard, reduzidas para o Observatorio de Coimbra,	pelo Sr. Florencio Mago Barreto Feio, Lente Substituto da Faculdade de Mathematica.	
6. Elementos d'Economia politica e da theoria da Estadista, 4ª edição	pelo Sr. A. P. Forjaz, Lente Cathedratico da Faculdade de Direito	
7. Estudos d'Economia politica, ou explicação dos Elementos, pelo mesmo.		
8. Bosquejo Historico da Litteratura Classica, Grega, Latina e Portugueza,	pelo Sr. Antonio Cardoso Borges de Figueiredo, Professor no Lyceu de Coimbra, e do Conselho Superior d'Instrucção publica	
9. Ephemerides Astronomicas para 1854.		
10. Indice das plantas do jardim Botanico, Lente Substituto da Faculdade de Philosophia.	pelo Director do mesmo, o Sr. Antonio José Rodrigues Vidal, Lente Substituto da Faculdade de Philosophia	
11. Poesias d'André Falcão de REZENDE.	pelo Sr. José Vicente Gomes de Moura, Professor jubilado do Lyceu	
12. Dictionarios Groeco-Latinus. Está na letra T, e tem ja 261 folhas impressas		
13. Noticia brevissima auctorum graecorum, qui ab antiquissimis temporibus ftoruerunt usque as Constantinopolin Turcis expugnatam: pelo mesmo (Idem)		

14. O guarda livros brasileiro. um manual theorico e pratico de guarda livros	
TOTAL DE IMPRESSOS	14 LIVROS
A IMPRENSA (1859)	
1. Obras completas de Virgilio,	Traduzidas por Manoel Odorico Mendes Casa dos Srs. José Moreira da Rocha, rua grande nº8; de Parga & Guimarães nº14; de Parga & Nina, largo do Carmo nº 19; e de Cunha & Machado Rua de Nazareth nº34
2. Primeiro volume do Romance Paulina,	por Alexandre Dumas Na typographia do Observador
3. Guia do processo policial e criminal,	por Luiz da S. A. de Azambuja Suzano
4. O casamento civil,	<u>Dr. Carlos R. de Tatvorad</u> , seguido do discurso da <u>tese do Cônego Pinto de Campos</u>
5. Segredo americano de amansar cavallos	de John Rarey
TOTAL DE IMPRESSOS	5 LIVROS
O PUBLICADOR MARANHENSE (1846)	
1. Judeo Errante, 8 tomos 10\$000;	d'Antonio Feleciano de Castilho d'Adriano E. de Castillo
2. Memorias de Laffarge, ...2 tomos 1\$400;	
3. Escavações Poeticas, ...1 tomo 1\$600;	
4. Ditas Poeticas em papel superior 2\$700;	
5. Quadros Historicos de Portugal, cada hum 6\$700;	
6. Metamorphoses d'Ovidio, ...1 tomo 1\$600;	
7. Palavras d'um crente, ...1 tomo 1\$100;	
8. Vinte e cinco Prizões, ...1 tomo 1\$400;	
9. Traité du Consulat, ...1 tomo 5\$400,	
10. Livraria Classica Portuguesa, ...5 tomos 1\$800.	
11. N. B. As obras- Judeo Errante, e Livraria, continuam, e quando vier o resto serão vendidas em proporção.	
1. Diccionarios da língua Portugueza.	por Constancio por D. João de Castro de Antonio Genuense,
Assim como os seguintes livros impressos em broxura:	
1. Roteiro de Gôa a Dio, com os mapas	
2. Tratado breve dos Rios de Guiné do cabo-verde o Rio de sanaga até aos baixos de Sant'Anna &,	
3. Condensação de Politica, Moral, Economia, Administração, Policia, Execução &,	
4. Instruções de Numismatica para uso da mocidade estudioza, e dos curiozos em gabinete de medalhas antigas,	
5. Notas á Metaphysica de Genuense,	
6. Subsidio para a intelligencia, a correção da Logica	
7. A Arte de cultivar a seda,	
8. Encyclopedia Industrial, ou arte de ganhar a vida,	

9. Angelo, Tirano de Padua Drama em 3 jornadas,	Escritorio de Antonio José Soares Duarte
10. Principios de muzica,	
1. Os Tavoras,	
2. Quadros Geraes da Historia Portugueza, segundo as Epocas de suas Revoluções Nacionaes,	
3. Directorio para Procuradores e para todos os que administração bens enphiteuticos, censuarios, ou outros quaesquer de semelahnate natureza.	
26. O bello sexo	
27. Memórias do Diabo	Frederico Soulié.
Acabam de chegar os seguintes <u>lindo romances</u> .	
1. Annica e o Criminoso 2vls	
2. A Cortezã de París 3vls	
3. Os Amores de Napoleão com estampas	
4. Luiz de Winchestre ou o Patriota Belga	
5. O Hercules Preto	por Augusto Aragão
6. As duas Dianas com estampa	por A. Dumas
7. Huma filha do Regente pelo dito-Gosges ou o Capitão dos Piratas com estampas	por A. Dumas
8. Os vinte annos depois, estampas 6 vols	por A. Dumas
9. Beatriz e o aventureiro 2 tomos em 1 vols	
10. Os Desposados da morte 1 vol	
11. O Rapazinho Pequillo Athaga, 5 vols	
12. Os ultimos dias de pompeia 2 vols	
13. Os Misterios de Pariz com lindas etampas, 10 tomos em 5 vols	
14. Os Filhos de Amor com estampas, 2 tomos em 1 vol	por Eugenio Sue
15. Os Misterios da Policia e das Priozes <u>estampa</u> 2 vol	por Eugenio Sue
16. Os Verdadeiros Misterios de Pariz 9 tomos em 3 vol	
17. A Bananeira ou Maquinações de um Ingles nas Antilhas Francesas 2 vol	
18. Marqueza de Bella Flôr ou o menino geitado com <u>estampas</u> 1 vol	
19. Pobres e Ricos ou a Bruxa de Madrid <u>estampas</u> 3 vol	
1. A filha do Regente;	
2. Martim o engeitado;	
3. A dama do Monsoreau;	
4. O Conde de Monte-Christo;	
5. Se a mocidade soubesse! Se a velhice podesse!	
6. A guerra das mulheres;	
7. Os Sette peccados mortaes.	
8. <u>Methodo facilimo para aprender a ler;</u>	

9. A salamandra	
56. Exortação ao Clero	
57. ELIXIR D'AMOR	
58. Quintiliano,	por Soares
1. Cofre (o) de prata, 1 vol 8º 1856.	A.Dumas:
2. Dito: Joanna de Napoles, rainha de Jerusalem; 1 vol. 8º 1856	A.Dumas:
3. Dito: Dramas (os) do mar, esbocetos biographicos, 1. vol. 8º 1856	A.Dumas
4. Dito: Ascanio, ou a corte de Francisco 1º., romance histórico 2 vols 8º 1856	A.Dumas
5. Familia (a) Jouffroy, 3 vols 8º 1856	E. Sue:
6. E. Breffault: Mysteries da igreja, ou o segredo de Roma no seculo 19º, <u>ilustrado de estampas e gravuras</u> , obra escripta no estylo dos Mysteries do Povo por E. Sue 2 vol 8º 1856	E. Breffault
7. Ouro e crime! Mysteries de uma fortuna ganha no Brasil, romance original 2 vols, 8º 1856	E. Tavares
8. Servos e boyardos, ou a escravidão na Russia, romance historico e inedito, seguido d'um resumo geographico da Russia, e daTurquia 2 vols 8º 1856	C. Robert:
9. Physiologia do homem casado, 1 vol. 16º 1856.	P. de Kock:
10. Dito: A procura de uma mulher, 1vol 8º 1856	P. de Kock:
11. Visita ás possessões portuguezas da costa occidental d'Africa, 1 vol 8º 1856.	G. Tams:
12. Chefe de Miqueletes, ou a catalunha, 1808-1814, 1 vol. 16º 1856.	Pujol:
Anúncios de livros para INSTRUÇÃO PRIMÁRIA a venda na Livraria de Monteiro e Irmão	
1. Rossini: Principios geraes de musica, 3ª edicção mui correcta e mais augmentada, que as precedentes, 1 v. em 16 br.	traduzidos por Manoel Joaquim dos Santos,
2. Selecta tatini, sermonis exemplaria e scriptoribus prolitissimis, ad christianae juventutes usum, edicção mui correcta e augmentada 6 v. 8º 1855.	
3. Marqueza de Bella Flor, ou o menino engeitado, romance historico, ornado de finissimas gravuras, 2 v. 8º 1856.	Izeo
4. Manual encyclopedico para uso das escolas d'intrução primaria, sexta edicção, revista, e muito augmentada 1 v. 8º 1856	Monteverde
1. Minhas (as) Memórias, 4 volumes 8º 1856.	Alexandre Dumas
2. Dito- Recordações da minha vida, segunda parte das mesmas memorias, 2 vls. 8º 1856.	
3. Dito- Memorias da França e minha. terceira parte das minhas memorias, 2 vols. 8º 1856	
4. Dito- Olimpia de Cleves, 2 vls. 8º 1856.	
5. Dito- Jorge ou capitão dos piratas romance histórico 1 vl. 8º 1856	
6. Dito- José Balsamo, 1ª parte das memorias d'um Medico, 1 vol 8º 1856.	
7. Dito- Collar da rainha 2ª parte das Memorias d'um Medico, 1 vol. 8º 1856	
8. Dito- Angelo Piton 3ª parte das Memorias d'um Medico, 1 vl. 8º 1856	

9. Segredo (o) do Capitão, 1 vl. 8º 1856.	E Souvestre
10. Bezerro (o) de ouro, novella posthuma, 4 vls. 8º 1856	F. Soulié:
11. Dito- Dramas (os) Misteriosos 6 vls.	
12. Dito- Cooper: Medidor de terrenos, 2 vls. 8º	
13. Pobres e ricos ou a Bruxa de Madrid, romance de costumes sociaes, e original, 2 vls. 8º	Izco:
14. Anathema, romance original, 1 vl. 8º	C. Castllo-Branco:
15. Filho (o) do diabo, 1 vl. 8º	P. Feval:
16. Tratado de metrificação portugueza para em pouco tempo, e até sem mestre se aprenderem a fazer ver versos de todas as medidas e composições 1 vl. 8º 1856	A. F. de Castilho:
17. Conselho (o) dos dez em Veneza, ou historia da machina infernal, 1 vl. 8º	A. M da Victoria:
18. Anjo e demonio, 1 vl. 8º	Bazancourt
19. Carlota Corday, 1 vl. 8º	A. Esquiros:
20. Mathildes memorias d'uma joven, vls. 8º	E. Sue:
21. D. Branca de Navarra, e quinze dias de reinado romance historico sobre uma chronica do seculo 15, 2 vls. 8º 1856	Villoslada:
22. Um anno na corte, romance historico e original, 2 vls 8º 1856	J. A Corvo:
23. Mocidade (a) de D. João 5º, 2 vls 8º 1856	Rebello da Silva:
24. Judia no Vaticano, ou Amor e Roma,4 vls. 8º	Mery:
25. Colloquios de Aldeões, 1 vl. 8º	Tymon:
26. De origem e estabelecimento da inquisição em Portugal, tentativa historica, 2 vls. 8º 1856.	A. Herculano:
27. Historia de Guerra do Oriente 1 vl. 8º	Mendes Leal Junior:
101. Memorias de litteratura contemporanêa 1 v 8ª	venda na Livraria de Monteiro E Irmão MENDONÇA:
102. (Filho) Dama das Camélias 1 v, 16ª 1856	A. DUMAS.
103. Tres (os) Mosqueteiros 2 v. 8ª 1856	
104. Mil e um fantasmas 2 v. 8ª 1856	
O Gabinete Português de Leitura no Maranhão adquire <u>obras novas</u> para o seu estabelecimento: português, espanhol, italiano, latim e grego, Francês.Este estabelecimento acaba de adquirir as seguintes obras:	
Portuguez	
1. Historia dos soberanos mahometanos 1 vol.	por Assalch,
2. Da torre de vincennes, 3 vol.	por Lanadier
3. Do descobrimento da America, 2 v.	por Campe,
4. De Portugal, 20 vols.	por Damião Antonio de Lemos,
5. Vida do infante d. Duarte, 1 vol.	por A de Rezende
6. De frei bartholomeu dos martyres, , 2 vols.	por frei Luiz de Souza

7. Historia de s francisco xavier, 4 vol.	por Lucena,	
8. Mestre (o) de calatrava, 1 vol.	por A.P. de Souza,	
9. Ultimo rei dos franceses, 4 vols.	por A. Dumas	
10. José Balsamo 3 vols		
11. De Paris a Cadiz 3 vols		
12. Leonel Lincoln, ou o cerco de Boston, 4 volumes.	por Cooper,	
13. Mystérios (os) da igreja, 4 vols.	por Beffault,	
14. Filho (o) do carnaval, 2 vols.	por Pigault le Brun,	
15. Piolho viajante, por Arte de navegar, 1 vol.	por Pimentel,	
16. Astronomia, 1vol.	por M. N do Couto	
17. Diccionario de Botanica, , 1 vol.	por Benevides	
18. Caciographia Portugueza, 2 vol.	por Roquette,	
19. Methamorphoses de Ovidio, 1 vol.	por Castilho	
20. Ditações 1vol.	de J. A. de Macedo,	
21. Trovador (o) colleção de poesias, 1vol.		
22. Poesias de Faustino 1 vol.	X. de Novaes,	
23. Ditas, 6 vols.	de Antonio da Cruz e Silva	
24. Revista popular, 6 vols.	de I. M Campello	
25. Ditas 1 vol.		
26. Atheneo, 1 vol.	por C. Geraldès,	
27. Compendio de Geographia, 1 vol.		
<u>Hespanhol</u>		
1. Historia natural de Plinio, vertida do latim, 2 vols.	por Faria e Souza	
2. Africa Portugueza 1 vol		
3. Bibliotheca Universal, 5 vols.		
4. Grammatica hespanhola, 1 vol.		
<u>Italiano</u>		
1. Diccionario portuguez e italiano, 1 vol.	por Pafumo,	
<u>Latim e grego</u>		
1. Geographia, 1vol.	de Strabão,	
<u>Francez</u>		
1. Obras completas, 9 vols.	de Montesquieu, por C. Botta	
2. Historia da independencia d'America, 4 vols.	por Desodoards	
Dita da revolução franceza, 6 vol.	Publicado sob a direcção de M. Guilhaumin	
1. Encyclopedia do commerciante, ou diccionario do commercio, nova edição, 2 vol.	de Flechier, bispo de Nymes,	
2. Obras completas, 10 vols.		
1. O sebastianista		
2. Os Guerilhas (Valeçai)		

3. Os Ovos da Páscoa	de Roger de Beauvoir	
4. Santo Antonio de Lisboa		
5. Pimpona e Mimosa	por ED. Coppin.	
6. Tradução de M.C.B.	Por Emile Souvestre.	
7. Legenda Flamenga..	Charles Narrey	
8. Um Coração na Sombra.		
9. A Fidelidade.		
10. A Mulata	por Mello Moraes	
11. Luizinha (ORIGINAL BRAZILEIRO)	por ERIS	
12. O Sr. de Saint-roch	por E. CABORIAU	
O presidente da provincia resolve no.(PARTE CORTADA) cadas durante o reinado de D. José 1º, rei de Portugal 8 vs.- Secretaria de instrucção publica do Maranhão 19 de junho de 1857.O secretario da instrucção publica. João Baptista d'Almeida Couceiro		
1. Paul Joseph a Riéger institutiones, jurisprudentiae ecclesiasticae 5 vc.-		
2. Noveauz Testament 1 v.-		
3. Droit des gens par Vatel 2 vs.-		
4. Les Hauts faits de Scipion l'African 1 v.		
5. O viajante universal 30 vc. –		
6. Leçons de philosophie de Laromiguère 2 vs. –		
7. Memoire de Artellerie de S. Remy 3 vs. –		
8. Governemente civil de lohe 1 v. –		
9. Philosophie de Kant 1 v. –		
10. Influence des femmes 1 v. –		
11. Memoire de Montecuculi 3 vs. –		
12. Memoire de Candide 1 v. –		
13. Traité de Stiriomie 3 vs.-		
14. Voyage de Pingré 1 v-		
15. Voyage fait por ordre du roi, á l'Amerique Septentrional 1 v.-		
16. Pscycologia Rationalis 1 v. –		
17. Encyclopedie 128 vc. –		
18. Memoire de l'Academie 60 vs.-		
19. Histoire naturel 24 vs. –		
20. Discription des Arts et Metier 9 vs. –		
21. Memorias das principaes providencias que se derão no terremoto de Lisboa 1 v.-		
22. Abregé de le nonvelle Geophie de Goutrie 1 v. –		
23. Dictionaire de Moreri 8 vs.-		
24. Thesaurus Sacrorum ritoum 2 vs. –		
25. O Soldado Pratico 1 v. –		

26. Relação panegirica 1 v. –	par Batur	
27. Traité de Droit public et diplomatique. –	par M. Condanine	
28. Supplement ou journal historique a L'equateur, 1 v. –		
29. Art. de peindre a L'aquarelle 1 v. –	por Rimundo José de Spuza Gaiosio	
30. Compendio historico, politico dos prncipios de lavoura do Maranhão, 1 v.	by W. Buchan	
31. Domestic medicine, 1 v.-		
32. Les amours de Faublas 4 vs-	par Bertrant Barrère	
33. De la pensé du gouvernement Republicain, 1 v. –		
34. O Euvres de La Fontaine 2 vs.- 50 Plutarco Revolucionario 1 v. –		
35. Contrat social 1 v. –		
36. Revolution Française, 1 v. –	par Desedoards	
37. O Euvre de Filangiére 6 vs.-		
38. Lord Biron 1 v.		
39. Brochura.		
40. Jardim de Delille, 1 v. –	por Bocage	
41. Principios de desenho 1v.-		
42. Primeiras linhas sobre o processo orphanologico 1 v. –		
43. Igualdade. Poema-		
44. Hypolito de Seneca e Fredra de Racine 1 v. –		
45. Orestos Tragedia 1 v. –		
46. Histoire du canal do nudi 2 vs.		
Os pretendentes devem fazer a suas propostas a cartas fechadas na secretaria da Instrução Pública, serão escolhidos os melhores preços por libras;		
1. OEuvre de Deprat 22 volumes		
2. OEuvres de Bernardino, 12 vols	de S. Pierre	
3. OEuvres de Buffon 59 vols		
4. Choix de Raporte, opinion e discours 23 vs.		
5. Les ruines des empires, 1 v.-	par M. Volney	
6. Origine de tous les cultes ,1 v.	par M. Depuis	
7. Cause celebres etrangires 4 vs.		
8. Perfectionement moral, 2 vs.	par M. Degerando	
9. Memorial de S Helene 8 vs		
10. OEuvre de Napoleon 5 vs		
11. Liaison dangerense 2 vs.		
12. Dictionaire universel 20 vs		
13. Bibliotheque Britanique 34 vs.		
14. Memoire de Institut		
15. Coleções de leis decretos e alvarás, publi		

OBRAS de DIREITO:		
1. O casamento civil e o casamento religioso	Dr. Braz Florentino Henrique de Souza Gonçalves & Pinto – Livraria Economica (rua de Nazareth)	
2. Poder moderador		
3. Estudo sobre o recurso a Coroa		
4. Código criminal do Império do Brasil		
5. Código do processo Criminal		
6. Constituição Política do Império no Brazil		
7. O commercio a retalho		
223. NAVEGAÇÃO INTERIOR DO BRASIL	Eduardo Jose de Moraes Magalhães & Companhia Largo de Palácio	
Despacharam-se para a livraria econômica rua de Nazareth as seguintes obras:	Gonçalve & Pinto Livraria econômica rua de Nazareth	
1. As Primaveras	por Casemiro de Abreu	
2. Serões de províncias, as popilas do senhor Reitor	por Julio Diniz	
3. Metricação	por Castilho	
4. Sons que passam	por D, Jayme	
5. Delfina do mal	por Thomas Ribeiro	
1. Histórias cor de rosa	por Ramalho Ortigão	
2. Conspiração de Pernambuco		
3. Contos e Discrepção		
4. A flor seca		
5. Tristezas a beira-mar		
6. Poema da mocidade	por Pinheiro Chagas	
7. Varões ilustres	por Rabello da Silva	
8. Quadros do campo	por J. Cesar Machado	
9. Historia da litteratura		
10. Tempestades sonoras	por Thiophilo Braga	
11. Ortographia	por Madureira	
12. A morte mora	por D.. Poscoal	
13. Dama das camelias	por A. Dumas	
14. O poder da vontade	por F dos Reisa	
Na Livraria Universal de Antonio Pereira Ramos de Almeida Rua da Palma 3		
1. Diccionario francez	por Fonseca e Roquete	
2. Idem portuguez pelos mesmos		
3. Selecta francesa		

4. Grammatica	de Noel & Chapsal	
5. Novo secretario portugez		
6. Thesouro de meninas		
7. Vida de D. João de Castro		
8. Selecta latina sermonis		
9. Fabulas de Lafontaine		
10. Poesias de poetas modernos, francez		
11. O canto das fadas		
12. Manual, horas Marianas, e pequenos para meninas		
13. Atlas de Delamarck ultima edição muito augmentada		
14. Methodo de Canulli para violão		
15. Dito para rabeca, pianno, e flauta		
253. O Dicionário Histórico Geográfico da Província No Maranhão, do Dr. Cesar Marques		
254. a História da Guerra do Balaio.		
255. O Sentimentalismo	João de Andrade Corvo	
256. Recordações e notas íntimas do Imperador Napoleão	Lacroix	
257. A Namoradeira, romance (em três tomos) com o título,	Joaquim Manoel de Macedo	
258. A Mocidade de Trajano	pseudônimo de Sylvio Dinarte.	
259. A Galeria Brasileira	Editado pelos Srs. Henrique Bronson e João de Almeida	
260. Dicionário Histórico e Geográfico	de Cesar Augusto Marques	
1. Diccionário francez-portugez	Magalhães & C Largo de Palacio por Buillet	
2. Ditos portugez		
3. Ditos latinos		
4. Dictionnarie d'hitoire et de géographie		
5. Dictionarie de sciences, des lettres & des artes		
6. Arte de ler manuspcrito		
7. Alfabeto portugez		
267. Physiologia do matrimonio	Livraria popular de Magalhães e Ca.	
Para liquidar OBRAS RELIGIOSAS próprias para a quaresma..	A venda na Livraria Universal de Antonio Pereira Ramos D'almeida dedica José Ignacio Roquet, conego da Sé Patriarcal da Lisboa	
1. Homilias e sermões parochiaes para todas as domingas do anno		
2. Horas mariannas (novas) ou o officio menor da santissima virgem Maria nossa senhora,		
3. Livro da missa e da confissão, com os officios dos domingos e principaes festas do anno,		
4. Manual da missa e da confissão 6ª. Edicção com varias devoções		
5. Manual pequeno da missa e da confissão contendo todos os officios e devoções		

6. Manual abreviado da missa e da confissão pelo mesmo autor	pelo Presbytero J. L. Raquet, pelo presbytero J.L. Roquet,
1. 2ª. Edição das poesias	Castro Alves. Livraria Popular de Magalhães e Cª
2. Diccionario de medicina popular, acompanhado do competente formulario.	Chernoviz.
3. Apontamentos para A Historia dos Jesuitas no Brazil 2 volumes.	Lacerda
4. Diccionario inglez e portuguez= dous fortes volumes.	Henriques Leal.
277. Manual de arboricultura ou tratado theorico e pratico	Alexandre de Souza Figueiredo Livraria universal de A. P. Ramos de Almeida e Cª.
Novas publicações para a livraria universal de Ramos de Almeida e C. Acabão de chegar as seguintes	Livraria popular de Magalhães e C
1. No presbiterio e no templo-pelo,, 2 vol 3\$800	padre Senna Freitas
2. O signal da cruz no seculo XIX-- 1 vol 1\$300	por Mons Gume,
3. A vida é depois da morte, ou o grande erro no seculo XIX--, 1 vol.1\$300	por Mons Gume
4. O papa é ifallivel-- opusculo popular 1 peq. Vol 320	por M. Segur,
5. A desobriga-- pelo mesmo autor, 1 pequeno vol 200	
6. Só deos é grande--- opusculo, 1 vol 400	por M. Pouchet
7. Discurso sobre a religião em face da polotica--, 1 vol.....600	pelo padre J.J. Senna Freitas
8. Explicação historica dogmatica, moral, liturgica e canonica do cathecismo, com a resposta as objeções extrahidas das sciencias contra a religião--, consta esta obra de 4 vol, cada volume por 2\$500	
9. A vergonha que mata, romance proprio para senhoras-- cada volume 1\$600	por A. Achard
10. Canticos e hrnnos devotos para o me de Maria-- 1 volume encadernado em marroquim, folhas douradas..... 2\$500	
11. Mez de Maria da immaculada conceição, traduzido emvulgar da 2ª edição franceza. Volume encardenado 1\$600	-- por A. Gratry padre do oratorio da immaculada conceição,
12. Mez mariano- extrahido de uma obra, dedicada a Maria santissima e seguida do mez de S. José, obra coordenada por alguns padres do seminario episcopal de mariana, 2 vol. Encarden 2\$000	do padre Manoel Bernardes
13. Mez de Maria, ou nova imitação da santissima virgem-, traduzida pelo dr. C. Lopes de Moura;1 volume elegantemente encadernado em marroquim folhas douradas.....6\$000	por Madame Tarbe des Sablons
14. Mez de Maria- um volume bem impreso e intercalado de finissimas estampas.. 2\$400	
15. Canticos para o mez de Maria-- um volume 2\$00	
16. Novena meditada em honra da immaculada conceição da virgem Maria um volume.....1\$60	
17. Vida de Jesus christo, conforme os quatro evangelistas -- um volume 1\$800	

18. Imitação de Christo-- tradução nova, acompanhada de piedosas reflexões no fim dos capitulos e precedida de orações, um volume 2\$000		
19. Nouvean Manuel des ordinands ou explications des prieres et des ceremontes de l ordinationi -- um volume 3\$000		
20. Historia da paix o de Jesus Christo-- um volume 4\$000		
21. Breviarium romanum -- em ponto pequeno bem impresso e encardenado -- um volume 7\$000		
22. Flos sanctorum ou historia da vida de christo e sua santissima mão e dos santos e suas festas pelo padre roزاریo -- nova edicção augmentada com os santos modernos, 12 volumes encardenados,-- grande collecção de horas e manual de missa, sortidos em gostos a preços variados.		
300. Bibliotheca Maçonica ou instrução completa do franc-maçon (nova edicação de 1784)	Livraria Universal de A. P. R. de Almeida & C	
301. Livros de musica		
302. Atlas de Delamarche (edição novíssima de 1875)		
LIVROS PARA “EXAMES GERAES PREPRATORIOS”		
1. Fastos da Igreja--.....5\$000	Rabelos da Silva	
2. Geographia 4\$000	Abreu	
3. Beautes 4\$000	Chateaubrand	
4. Select Passeges 4\$000.	Lingard	
5. Grammatica Ingleza 5\$000	Motta	
6. Milton’s Paradise Lost 6\$000		
7. Curso completo constando d’arithmethica, ...11\$600 álgebra e geometria	Ottoni	
8. Rethorica 2\$500	Carvalho –	
1. HISTORIA SAGRADA. Pittoresca, antigo e novo testamento, obra muito linda com estampas coloridas e em 4 vols	por Metter Maier. por J.P. Da Silva Coroatá	
2. Biblia sagrada. Dois ricos volumes, revistos pelo Arcebispo D.Manoel, impresso em Paris		
3. Horas Marianas. Com capa de marroquim, e velludo, e de preços baratissimos.		
4. PRAXE BRASILEIRA. Pelo conselheiro Joaquim J. Raxalho.		
5. Tratado da Prova. Em materia criminal, ...		
6. Roteiro dos Collectores. Edição d'este corrente anno.		
7. O Vadamecum Forense, ...		
8. Obras completas de Carlos Antonio Cordeiro		
9. Linda Collecção de Romances dos melhores autores, poesias dos melhores escriptores.		
319. Almanaque Luso Brasileiro	Livraria Universal de Antonio Pereira Ramos de Almeida & Ca.	

	Beautés de Chateaubriand. Paris
320. Ubirajara:	de José de Alencar
321. O dia de são nunca, romance da atualidade	de Alberie Second, <u>traduzida</u> pelo Sr. Salvador de Mendoça.
• METHODO facilimo para aprender a ler;	
• LIÇÕES DE HISTORIA DO BRASIL. Obra adotada pelo Conselho Superior de Instrução Pública	Dr. J. Manoel de Macedo Livreria Popular de Magalhães e C
• GRAMÁTICA adotada como compêndio nas aulas públicas, esgotada a primeira edição	Na tipografia dos Srs. Antonio Pereira Ramos de Almeida e C Ass: Sotero dos Reis Junior e Americo Vespucio dos Reis Revista e corrigida pelo Sr. Luis Carlos Pereira de Castro
• LIVRO DE LEITURA	do Dr. Abílio Cesar Borges Livreria de Magalhães e c
• Instrução relatório ao primeiro livro de leitura	Sr. M. Ribeiro de Almeida
TOTAL DE IMPRESSOS	326 LIVROS

ANEXOS

ANEXO A

Ofício enviado em 18 de abril de 1860 pelo Inspetor da Instrução Pública José da Silva Maia para o Presidente da Província João Silveira de Souza.

Devolvo a V. Ex. o requerimento do professor público de língua francesa Raimundo Quadros, em que pede a sua jubilação, e em cumprimento ao que me determina V. Ex. no ofício que o acompanhou, revela informar que tendo o suplicante completado os 25 anos de serviço efetivo no magistério marcados por lei acha-se no caso de ser jubilado com o ordenado por inteiro, na conformidade do art. 13 do regulamento de 2 de fevereiro de 1855, mormente quando acresce em seu favor o ter bem servido todo esse tempo, e achar-se quase impossibilitado de poder continuar no magistério, em consequência de moléstia de olhos que com os anos se tem tornado grave; e sou de parecer que todos os professores que contasse 25 anos de serviço, embora não se achassem doentes, deveriam ser jubilados, pelo motivo de estarem cansados e para que as cadeiras fossem preenchidas por outro no vigor da mocidade por isso entendo que é de justiça que seja a petição do suplicante favoravelmente deferida não só em atenção aos seus longos e bons serviços, como também por não poder continuar no magistério.

CONTEM

LIVROS ADOTADOS NA AULA DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DA PROVINCIA

1. Gramática portuguesa de Filipe Benicio d'Oliveira Conduru.
2. Aritmética do Tenente Coronel Fernando Luiz Ferreira
3. Limão de Nantua
4. Catecismo da doutrina cristã da diocese do Maranhão
5. Vida de D. João de Castro (adotado para a análise em substituição a constituição política do império do Brasil)
6. História do Brasil de Abreu e Lima
7. Deveres do Homem de Silvio Pellico
8. Espírito da Bíblia do abade Martins; arcebispo de Florença.
9. Tradução da Bíblia feita pelo bispo D. Frei Joaquim do Nazareth

LIVROS ADOTADOS NAS AULAS DO LICEU DO MARANHÃO

FILOSOFIA

1. Novo curso de filosofia para bacharelato em letras por E. Gerurez

1º AULA DE LATIM

1. Novo método do Padre Antonio Pereira, reduzido a compendio, (atualmente em uso)
2. Gramática latina de Frederico Magno d' Abranches
3. Extratos da história sagrada de Sulpicio Severo
4. Extrato da história Romana de Eutropio
5. Extratos dos homens ilustres de Cornelio
6. O 1º livro das fabulas de Phedro
7. A guerra catilinaria de Satustio
8. Comentário de Julio Cezar

2º AULA DE LATIM

1. Os seis livros da Eneida de Virgilio
2. Os primeiros livros de Tito Liviso
3. As catilnarias de Cicero
4. O 1º livro da metamorfoses
5. O 1º livro das odes de Horacio
6. As figuras de Syntaxe do Padre Antonio Pereira
7. Dicionário Português- latino de Fonseca
8. Dicionário Latino- Português (Magum- lexicon)

FRANCÊS

1. Gramática de Noel e Chapsal (atualmente em uso)
2. Gramática de Constancio
3. Cacografia de Telier
4. Dicionário de Fonseca
5. Aventura de Telemaco
6. Guilherme Tell
7. (corroído)
8. (corroído)
9. Lugares escolhidos de Bossuet
10. A religião, poema de Racine
11. A Henriade e Merope de Voltaire
12. A Athalaia de Racine
13. O Misanthropo e o Tartufo de Meliere
14. As odes de J. B. Rousseau
15. As Sátiras e a Arte poética de Boilean
16. As fabulas de Lafontaine
17. As fabulas de Florian
18. História universal de Tissot

INGLÊS

1. Gramática de Jacú (por falta desta gramática acha-se adotada interinamente a de Constancio.
2. Dicionário de Vieira
3. Vista d'America de meridional e do México
4. História d'America de Robertson
5. As estações de Tampson
6. Iliada de Homero
7. O ensaio sobre o homem de Pope
8. Historia de Grécia de Goldomith

MATEMATICAS ELEMENTARES

1. Aritmética e Álgebra de Besout
2. Geometria de Euclides
3. Aritmética, Álgebra e Geometria de Ottoni (atualmente em uso)
4. As tabuas de logaritmo de Callet

RETÓRICA

1. Instituições de retórica de Figueiredo (atualmente em uso)
2. Lições de eloquência de Carvalho
3. Arte poética de Carvalho (atualmente em uso)

GEOGRAFIA

1. Lições de geografia de (corroído) (atualmente em uso)
2. Compendio de geografia de Gerevára
3. Atlas de Andriveau Goujon

HISTÓRIA

1. História universal de Tissot (adotado interinamente)
2. Annaes Históricos do Estado do Maranhão de Bernardo Pereira de Berredo
3. Compêndio Histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão de Raimundo José de Sousa Gaioso

COMÉRCIO

1. Guarda livros moderno por Manoel Teixeira Cabral de Mendonça

GRAMATICA GERAL

1. O compendio da gramática da língua portuguesa do Padre Antonio da Costa Duarte
2. O 1º livro das décadas de João de Barros
3. O 1º livro da 4ª década de Diogo de Couto
4. O 2º livro da vida de D. João de Castro, por Jacinto Freire
5. O 1º livro da vida de S. Bertholomeu dos Martyres por Frei de Souza
6. O 3º livro da vida de S. Francisco Xavier
7. Algumas cartas do Padre Antonio Vieira a D. Duarte de Macedo
8. A 1ª parte dos comentários de D. Affonso d'Albuquerque
9. A Chronica de D. Affonso, 3º D. Dinis e D. Afonso, 4º de Duarte de Leão
10. Os Lusíadas de Camões
11. Algumas odes e cantatas de Gonçalves
12. As sátiras de Nicolau Tolentino
13. Algumas odes pindaricas de Dinis
14. O Hissope do mesmo autor
15. As odes e cantatas do Padre Caldas
16. Araguaia de Jose Basilio
17. As Odes dos novos Gamas a epistola sobre a língua portuguesa por Felinto Elysio
18. Dicionário de Constancio

LIVROS ADOTADOS INTERNAMENTE

1. Gramática geral de Porto-Rayol
2. Literatura Portuguesa por Borges Figueiredo
3. Postilas organizadas do Parnazo Brasileiro, Plutarco Brasileiro e do Jornal do estudo histórico geográfico brasileiro

ANEXO B**LIVROS IMPORTADOS PARA A PROVÍNCIA E REGISTRADOS PELA ALFÂNDEGA**

Ilustríssimo e excelentíssimo senhor

Informe o administrador da alfândega.

Maranhão palácio do governo 20 de março de 1824. 3º da independência e do império.

Diz Jose dos Reys e Brito, que do HAVRE DE GRACE lhe veio na galera Alexandre uma coleção de livros impressos, e com os não pode despachar sem licença de V. Ex.

Para V. Ex. sejam servidos conceda-lhe a licença que requer.

E. R. Mce.

Jose dos Reys e Brito

ANEXO

Ilustríssimo e excelentíssimo senhor

Existe nesta alfândega um caixão com os livros constantes da relação junta, que para se lhe dar despacho precisa de licença de V. Ex.

É o que tenho a informar.

Alfândega do Maranhão 23 de março de 1824, 3º ano da independência e do império.

O administrador

Raimundo Jose Bruce

Relação dos livros que existem nesta alfândega na caixa marca GH n. 37 pertencentes a Jose dos Reys e Brito a Ser.

- 12 Histórias de Paulo e Virginia em um volume
- 12- das- de atla pelo Visconde de Chateaubriand
- 18- dos- de Belizario por Marmentel em um volume
- 14 Novellas escolhidas de diversos autores em dois volumes
- 5 Histórias de Gil Braz de Santilhena em quatro volumes
- 12 Histórias da vida de D. João de Castro em um volume
- 12 Coleções de pedaços em praza extraídos dos melhores autores
- 12 Imitação de Cristo em um grande volume
- 14 Ordem de missa em Latim e Português em officio de N. S. em um volume
- 12 novo alfabeto português com elementos da doutrina crista
- 5 Gramáticas Francesas seguida de muitos extratos em prosa e verso
- 1 Gramática portuguesa em um grande volume
- 3 A nova guia de conversação em Frances e Português 1 volume.

Livros em Frances

- 1 livro de cirurgia militar por Larry cirurgião- 6 volumes
- 1 dicionário geográfico de Vosgien em 1 volume
- Duas obras abreviadas sobre a origem dos cultos por Dupuis.

Maranhão 23 de março de 1824

Por Jose dos Reys e Brito

Manoel Antonio dos Santos.

ANEXO C
TOTAL DOS ALUNOS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA EM TODAS AS PROVÍNCIAS, MENOS A DE MATO GROSSO
(BARROSO, 1867, p. 35)

PROVÍNCIAS	ENSINO PUBLICO			Ensino particular			Somma geral	POPULAÇÃO LIVRE	1 aluno por... habitantes	Capazes de receber instrução	Não recebem instrução
	Meninos	Meninas	Total	Meninos	Meninas	Total					
Amasonas	448	49	497	46	18	64	561	69.000	123	9.857	9.296
Pará	3.344	1.117	4.461	568	271	839	5.300	290.000	54	41.428	36.128
Maranhão	3.807	918	4.725	842	438	1.280	6.005	330.000	54	47.142	41.137
Piauhý	772	192	964	18	3	21	985	230.000	233	32.857	31.872
Ceara	3.790	1.552	5.342			658	6.000	504.000	84	72.000	66.000
Rio Grande do Norte	914	173	1.087	67		67	1.154	202.000	175	28.857	27.703
Parahyba	1.404	396	1.800	147	29	176	1.976	250.000	126	35.714	33.738
Pernambuco	3.807	918	4.725	842	438	1.280	6.005	1.040.000	173	148.571	142.566
Alagoas	2.769	1.342	4.111	234	171	405	4.516	250.000	55	35.714	31.198
Sergipe	1.770	775	2.545	347	74	421	2.966	220.000	74	31.428	28.462
Bahia	7.020	1.917	8.937	566	337	903	9.840	1.100.000	111	157.142	147.302
Espirito Sancto	999	166	1.165				1.165	50.000	42	7.142	5.977
Rio de Janeiro	4.821	1.711	6.532	1.103	741	1.844	8.376	700.000	83	100.000	91.624
S. Paulo	4.372	2.166	6.538	1.375	645	2.020	8.558	700.000	81	100.000	91.442
Parana	1.101	504	1.605	874	22	896	2.501	80.000	31	11.428	8.927
Sancta Catharina	1.604	610	2.214	253	133	386	2.600	135.000	51	19.285	16.685
Rio Grande do Sul	3.886	2.213	6.099	1.600	870	2.476	8.575	380.000	44	54.285	45.710
Goyaz	1.176	364	1.540		25	25	1.565	205.000	130	29.285	27.720
Minas Geraes	14.705	2.204	16.909				16.909	1.200.000	70	171.428	154.519
Matto Grosso			838			73	911	95.000	104	13.571	12.660
Municipio Neutro	1.860	1.530	3.390	2.111	2.056	4.167	7.557	300.000	39	42.857	35.300
Imperio	64.369	20.817	86.024	10.993	6.277	18.001	104.025	8.330.000	80	1.190.000	981.808

Segundo o trabalho publicado recentemente pela Comissão Directora da Exposição Nacional, e intitulado *O Imperio do Brasil na Exposição Nacional de 1867 em Paris*, o total dos alumnos de instrução primaria em todas as Provincias, menos a de Matto Grosso, é de 107.485.